FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO:20173334334

DJ 2629
15/04/2011

Diário da Justiça

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – ESTADO DO TOCANTINS

SEÇÃO I **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

CRIADO PELO ATO 02/89 DE 17/01/1989–ANO XXIII–**DIÁRIO DA JUSTIÇA Nº 2629**–PALMAS, SEXTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2011 (DISPONIBILIZAÇÃO)

CONSELHO DA MAGISTRATURA 1
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA 1
COMISSÃO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO 1
DIRETORIA GERAL 2
1ª CÂMARA CÍVEL 3
2ª CÂMARA CÍVEL 12
1ª CÂMARA CRIMINAL 18
2ª CÂMARA CRIMINAL 19
DIVISÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS 21
DIVISÃO DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS 21
DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO 21
1ª TURMA RECURSAL 27
2ª TURMA RECURSAL 27
1º GRAU DE JURISDIÇÃO 28
PUBLICAÇOES PARTICULARES 92

CONSELHO DA MAGISTRATURA

SECRETÁRIA : RITA DE CÁCIA ABREU DE AGUIAR

Intimação às Partes

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nºs 4009910 Dra. Aline Marinho Bailão Iglesias; 40081/10, 40079/10, 40077/10, 40076/10, 40078/10, 40080/10, 40082/10 e 40083/10 Dr Antônio Dantas de Oliveira Júnior; 40088/10 Dr. Arióstenis Guimarães Vieira; 40109/10, 40108/10, 40103/10, 40104/10, 40093/10, 40106/10, 40149/10 e 40150/10 Dra. Cibelle Mendes Beltrame; 40075/10 Dr. Cledson José Dias Nunes; 40067/10 Dr. Fabiano Gonçalves Marques; 40057/10 Dr. Fábio Costa Gonzaga; 40055/10 Dr. José Carlos Tajra Reis Júnior; 40068/10 Dr. Jossanner Nery Nogueira Luna; 40087/10 Dra. Luciana Costa Aglantzakis; 40113/10 Dr. Océlio Nobre da Silva e 40058/10, 40060/10, 40084/10, 40086/10, 40065/10, 40064/10, 40062/10 e 40085/10 Dra Renata do Nascimento e Silva.
REQUERIDO :PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
ÓRGÃO DO TJ: CONSELHO DA MAGISTRATURA

De ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da DECISÃO a seguir transcrita: "Considerando a anulação dos Editais de nº 01 a 08//2010, pelo Conselho da Magistratura, em sessão realizada no dia 13 de abril do corrente ano, declaro prejudicado o pedido formulado nestes autos, em face da perda do objeto. Cumprida as formalidades legais, arquivem-se. Cumpra-se. Palmas –TO, 14 de abril de 2011. (a) Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente"

SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA, em Palmas, aos quinze dias do mês de abril de 2011. Rita de Cacia Abreu de Aguiar -

Edital

EDITAL DE ANULAÇÃO DOS EDITAIS DE Nº 01/2010, 02/2010, 03/2010, 04/2010, 05/10; 06/10, 07/10 e 08/10

A DESEMBARGADORA JACQUELINE ADORNO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de atribuições legais e regimentais, tendo em vista a decisão do Conselho da Magistratura, em sessão realizada nesta data;

RESOLVE

I - Anular os Editais de nº 01/2010, 02/2010, 03/2010, 04/2010, 05/10; 06/10, 07/10 e 08/10, pelos quais noticiou-se as vacâncias das Comarcas de Palmeirópolis, Natividade, Paraná, Xambioá, Filadélfia, Augustinópolis, Ananás e Colméia.

II. O presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DADO E PASSADO nesta cidade de Palmas, aos 13 dias do mês de abril de 2011.

Desembargadora JACQUELINE ADORNO
Presidente

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Retificação

Retifico o relatório do movimento forense do mês de janeiro publicado pela CGJ, no Diário da Justiça nº 2609, circulado em 17/03/2011 devendo constar que no período de 7 a 20 de janeiro de 2011, a Drª. Maysa Vendramini Rosal, Juíza titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Região Norte de Palmas, esteve afastada por substituir o Des. Liberato Póvoa no Tribunal de Justiça.

Retifico o relatório do movimento forense publicado pela CGJ, no Diário da Justiça nº 2622, circulado de 06/04/2011 devendo constar que no período de 10/01 a 08/02/2011, a Drª. Etelvina Maria Sampaio Felipe, Juíza titular da 2ª Vara Cível de Colinas do Tocantins, encontrava-se em gozo Férias.

COMISSÃO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

Edital

EDITAL DE 3ª RETIFICAÇÃO DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DO RESULTADO DO V CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ SUBSTITUTO DO PODER JUDICÁRIO DO ESTADO TOCANTINS

O Presidente da Comissão de Seleção e Treinamento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Cumprindo suas atribuições legais, TORNO PÚBLICO A 3ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL 15, de 22 de fevereiro de 2008, publicado no Diário da Justiça 1908, em 25/02/2008 DO V CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ SUBSTITUTO DO PODER JUDICÁRIO DO ESTADO TOCANTINS; conforme e o teor do Ofício CESPE/Um/b nº 4.890/2010; em que apresenta o cumprimento da a Decisão proferida no Mandado de Segurança 3.847, de origem no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins – Relator – Desembargador LIBERATO PÓVOA.

Alterando o valor da nota de títulos da candidata WANESSA LORENA MARTINS DE SOUSA, de 0.1 ponto (um décimo de ponto) para 0.2 (dois décimos de pontos) e retificação do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO V CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ SUBSTITUTO DO PODER JUDICÁRIO DO ESTADO TOCANTINS, publicado no Diário da Justiça 1916 de 06/03/2008 às Páginas 1 e 2, quanto a nota final da candidata: WANESSA LORENA MARTINS DE SOUSA nota final 7,38 (sete ponto trinta e oito) para 7,48 (sete ponto quarenta e oito) e ordem de classificação de 50º (qüinquagésimo) para (quadragésimo sexto) lugar, e conseqüentemente tornar público a classificação dos demais candidatos, que sofreram modificações em decorrência desta retificação, conforme segue:

1	Cledson Jose Dias Nunes	8.72
2	Fabio Costa Gonzaga	8.58
3	Antonio Francisco Gomes de Oliveira	8.51
4	Cibelle Mendes Beltrame	8.47
5	Carlos Eduardo Martins da Cunha	8.42
6	Jossanner Nery Nogueira Luna	8.42
7	Jose Carlos Tajra Reis Junior	8.33
8	Océlio Nobre da Silva	8.30

9	Fabiano Goncalves Marques	8.24
10	Renata do Nascimento e Silva	8.24
11	Ariostenis Guimaraes Vieira	8.20
12	Luciana Costa Aglantzakis	8.17
13	Antonio Dantas de Oliveira Junior	8.16
14	Aline Marinho Bailao	8.15
15	Tiago Luiz de Deus Costa Bentes	8.11
16	Marcelo Laurito Paro	8.01
17	Gerson Fernandes Azevedo	8.01
18	Fabiano Ribeiro	7.99
19	Erivelton Cabral Silva	7.98
20	Leonardo Afonso Franco de Freitas	7.97
21	Manuel de Faria Reis Neto	7.93
22	Bruno Rafael de Aguiar	7.92
23	Ricardo Damasceno de Almeida	7.92
24	Renata Alves de Barcelos Crispim da Silva	7.90
25	Helder Carvalho Lisboa	7.90
26	Edssandra Barbosa da Silva	7.90
27	Luciano Rostirolla	7.89
28	Marcio Soares da Cunha	7.86
29	Ricardo Gagliardi	7.73
30	Wellington Magalhaes	7.69
31	Deborah Wajngarten	7.68
32	Jordan Jardim	7.67
33	Baldur Rocha Giovannini	7.67
34	William Trigilio da Silva	7.65
35	Jean Fernandes Barbosa de Castro	7.64
36	Lilia Maria de Souza	7.60
37	Ana Regia Santos Chagas	7.59
38	Jefferson David Asevedo Ramos	7.59
39	Jorge Amancio de Oliveira	7.59
40	Sandoval Batista Freire	7.57
41	Ana Paula Araujo Toribio	7.57
42	Glender Malheiros Guimarães	7.52
43	Joviano Carneiro Neto	7.51
44	Marcelo Eliseu Rostirolla	7.50
45	Eduardo Casseb Lois	7.50
46	Wanessa Lorena Martins de Sousa (*)	7.48
47	José Eustáquio de Melo Junior	7.48
48	Keila Suely Silva da Silva	7.47
49	Luatom Bezerra Adelino de Lima	7.47
50	Jose Roberto Ferreira Ribeiro	7.45
51	João Alberto Mendes Bezerra Júnior	7.35
52	Jose Ronaldo Pereira Sales	7.31
53	Naria Cassiana Silva Barros	7.29
54	Valdemir Braga de Aquino Mendonca	7.25
55	Frederico Paiva Bandeira de Souza	7.18
56	Vandre Marques e Silva	7.17
57	Antônio André dos Santos Júnior	7.17
58	Andreia Silva S. Costa	7.15
59	Odete Batista Dias Almeida	7.08
60	Gisele Pereira de Assunção	7.08
61	Carlos Roberto de Sousa Dutra	7.04
62	Herisberto e Silva Furtado Caldas	7.02
63	Juliano Martins de Godoy	6.99
64	Emanuela da Cunha Gomes	6.98
65	Jose Carlos Ferreira Machado	6.95
66	Alan Ide Ribeiro da Silva	6.94
67	Decio Gueirado Junior	6.92
68	Rodrigo da Silva Perez Araujo	6.87
69	Renata de Oliveira Santos	6.85
70	Danila Claudia Le Sueur	6.83
71	Ricardo Luis Lopes Kfouri	6.81
72	Humberto Aires Loureiro	6.81
73	Francisco Jose Pinho Vieira	6.72
74	Mario Lopes Lino	6.71
75	Mario Anthero Silveira de Souza	6.64
76	Flavia Simone Cavalcante Costa	6.60
77	Cristiane Maria Alencar Maluf	6.58
78	Tiago Silva Diniz	6.41
79	Luciana Sporck da Costa	6.39
80	Alessandra Lima Silva	6.30
81	Joao Felix de Oliveira Borges	6.29
82	Rozemberg Vilela da Fonseca	6.15

Publique-se. Palmas, aos 22 de março de 2011.
DESEMBARGADOR MOURA FILHO
PRESIDENTE DA COSTR/TJTO

DIRETORIA GERAL

Despacho

REFERÊNCIA: PA 42571 (11/0092919-0)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA
REQUERENTE: DIVISÃO DE PROTOCOLO E AUTUAÇÃO DO TJ/TO
REQUERIDO: DIRETORIA ADMINISTRATIVA DO TJ/TO
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A MÁQUINA NUMERADORA – MORGANA FRN5DR

DESPACHO Nº 699/2011-DIGER

Acolhendo, como razão de decidir, o Parecer Jurídico nº 313/2011, de fls. 19/21, bem como existindo disponibilidade orçamentária (fl. 18) e, no exercício das atribuições a mim conferidas pelo inciso VIII do art. 1º do Decreto Judiciário nº 302/2009 (Publicado no Diário de Justiça nº 2199, de 28/05/2009) e, ainda, consoante dispõe o inciso XXVIII do art. 59 do Regulamento da Secretaria do TJ/TO, reconsidero o despacho de fl. 17v, no que tange ao encaminhamento do feito à Controladoria Interna, oportunidade em que DISPENSO a licitação, em razão do valor, de acordo com o art. 24, II, da Lei nº. 8.666/93, visando a aquisição de peças, para a máquina numeradora de processos – Morgana FRN5DR, no valor total de R$ 1.762,00 (mil, setecentos e sessenta e dois reais), em favor da empresa Diginove Sistemas Digitais Ltda - EPP, CNPJ 10.873.748/0001-52.

Encaminhem os autos à DIFIN, para emissão da respectiva nota de empenho, a qual substituirá o instrumento contratual e, em seguida, à DIADM, para as demais providências pertinentes.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, Palmas/TO, em 14 de abril de 2011.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

REFERÊNCIA : PA 42747 (11/0094749-0)
ORIGEM : COMARCA DE PARANÃ
REQUERENTE: ESCRIVANIA CRIMINAL DA COMARCA DE PARANÃ
REQUERIDO: DIRETORIA ADMINISTRATIVA DO TJ/TO
ASSUNTO : ALIMENTAÇÃO PARA JÚRI

DESPACHO Nº 694/2011-DIGER

Acolhendo, como razão de decidir, o Parecer Jurídico nº 305/2011, de fls. 22/25, bem como existindo disponibilidade orçamentária (fl. 19) e, no exercício das atribuições a mim conferidas pelo inciso VIII do art. 1º do Decreto Judiciário nº 302/2009 (Publicado no Diário de Justiça nº 2199, de 28/05/2009) e, ainda, consoante dispõe o inciso XXVIII do art. 59 do Regulamento da Secretaria do TJ/TO, reconsidero o despacho de fl. 19v, no que tange ao

encaminhamento do feito à Controladoria Interna, oportunidade em que DISPENSO a licitação, em razão do valor, de acordo com o art. 24, II, da Lei nº. 8.666/93, visando o fornecimento de alimentação para a temporada do Tribunal do Júri da Comarca de Paranã/TO, referente a dez (10) sessões, previstas o corrente ano, no valor total de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), sendo R$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais), em favor de Dilza Francisco Torres da Silva, CPF 455.162.511-68, quanto ao fornecimento de marmitex, refrigerantes e água mineral, e R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), em favor de Neila Maria Rodrigues Benevides, CPF 391.649.931-91, em relação ao fornecimento de salgados, conforme propostas de fls. 03 e 04, respectivamente.

Encaminhem os autos à DIFIN, para emissão das respectivas notas de empenho, as quais substituirão os instrumentos contratuais e, em seguida, à DIADM, para as demais providências pertinentes.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, Palmas/TO, em 14 de abril de 2011.

José Machado dos Santos
Diretor Geral

Portaria

PORTARIA Nº 412/2011-DIGER

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Judiciário nº 302/2009, art. 1º, XVI, de acordo com a Resolução nº 012/2010 do Tribunal Pleno, considerando a solicitação contida no Ofício nº 067/2011-ESMAT, de 11.04.2011, resolve conceder à servidora ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA PRETTO, Diretora Executiva, matricula 352518, 5,5 (cinco e meia) diárias e à servidora LILY SANY SILVA LEITE, Supervisora Tecnológica, matricula 352549, 4,5 (quatro e meia) diárias, bem como adicional de embarque e desembarque, por seus deslocamentos à cidade de João Pessoa-PB, para participarem do *8º SENAED - Seminário Nacional ABED de Educação à Distância "Capitalizando nos Interesses Comuns da EAD: Acadêmica Corporativa e Geral",* no período de 27 a 29.04.2011, com saída em 26.04 e retorno em 30.04.2011, registrando que a Diretoria Executiva retornará em 01.05.2011.

Publique-se.

GABINETE DA DIRETORIA-GERAL, Palmas, 13 de abril de 2011.

José Machado dos Santos
Diretor-Geral

1ª CÂMARA CÍVEL

SECRETÁRIO: ADALBERTO AVELINO DE OLIVEIRA

Intimação às Partes

RESTAURAÇÃO DE AUTOS Nº 1502/2009
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: (EMBARGOS DE TERCEIROS Nº 1505 DO TJ-TO)
REQUERENTE(S): AILTON TEIXEIRA E FABÍOLA MAIA DE SOUZA PEREIRA
ADVOGADO(S): IVAIR MARTINS DOS SANTOS DINIZ
REQUERIDO(S):JOÃO HEITOR MEDEIROS E ELIANA DE LOURDES BRAIER MEDEIROS
RELATOR: DESEMBARGADOR LIBERATO PÓVOA.

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) LIBERATO PÓVOA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DESPACHO: "Torno sem efeito o despacho de fl. 102, eis que não foram esgotados os meios de citação dos demandados, atividade que deve preceder a citação por edital quando os réus estiverem em local incerto. Isto posto, manifestem-se os autores, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca das diligências que pretendem ver efetivadas para a formação da relação processual. Intime-se.Palmas, 24 de março de 2011. ". (A) Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11658/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO ANULATÓRIA Nº 5.2811-7/08 DA ÚNICA VARA DA COMARCA DE NOVO ACORDO-TO
AGRAVANTE: RADYLON VIEIRA FERREIRA
ADVOGADO(A)S: PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA E OUTRO
AGRAVADO(A): CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO TOCANTINS
ADVOGADO(A): NARA RADIANA RODRIGUES DA SILVA
RELATOR: JUIZ HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO EM SUBSTITUIÇÃO

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUIZ HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO EM SUBSTITUIÇÃO – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de liminar, interposto por RADYLON VIEIRA FERREIRA, qualificado nos autos, contra decisão proferida no processo nº. 2008.0005.2811-7, da VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVO ACORDO/TO, tendo como agravado o CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO TOCANTINS/TO. Afirma o agravante que a decisão do magistrado de primeiro grau, que não recebeu a apelação, deve ser reformada, pois o recurso foi interposto dentro do prazo legal, nos termos do artigo 508 do Código de Processo Civil.Apresentou os documentos de fls. 10/51.É o que basta relatar. Decido.Os documentos apresentados demonstram que a liminar deve ser deferida, a fim de se atribuir efeito suspensivo a decisão atacada.O prazo para a interposição do Recurso de Apelação é de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o artigo 508 do Código de Processo Civil. A sentença recorrida circulou no Diário da Justiça do dia 09 de dezembro de 2010, considerada publicada em 10 de dezembro de 2010, iniciando o decurso do prazo recursal no dia útil seguinte (13 de dezembro de 2010).Considerando a suspensão dos prazos processuais de 20 de dezembro de 2010 a 06 de janeiro de 2010, em razão do recesso forense, o término do prazo recursal em comento escoou-se em 14 de janeiro de 2011. A apelação foi interposta através do protocolo integrado no dia 13 de janeiro de 2011 (fls. 25/36), remetida via fax no mesmo dia, tendo a original sido protocolada no dia 17 de janeiro de 2011 (fls. 11/23).Por tais razões, DEFIRO o pedido liminar determinando a suspensão dos efeitos da decisão combatida, até o julgamento final do presente agravo.Oficie-se ao Juiz da causa para que tome ciência desta decisão e preste as informações que entender pertinentes.Intime-se o agravado para, querendo, oferecer resposta ao recurso interposto, no prazo de dez dias, facultando-lhe juntar cópias das peças que entenderem convenientes. Publique-se. Intimem-se.Palmas/TO, 11 de abril de 2011." (A) JUIZ HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO EM SUBSTITUIÇÃO. – Relator(a).

AGRAVO DE INSTRUMENTO 11282/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE : AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 109360-4/10 DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUACEMA/TO
AGRAVANTE : COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS - CELTINS
ADVOGADO: SÉRGIO FONTANA
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATORA: JUÍZA CÉLIA REGINA REGIS – EM SUBSTITUIÇÃO

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juíza de Direito CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em Substituição ao Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "A COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS – CELTINS - maneja o presente Agravo de Instrumento contra decisão interlocutória proferida pela MMª. Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Araguacema, nos autos da Ação Civil Pública nº 109360-4/10.Consta da inicial que o Ministério Público do Estado do Tocantins ajuizou Ação Civil Pública pleiteando que a Agravante "repare, atualize e modernize, no prazo máximo de 30 dias, todo o sistema de fornecimento de energia elétrica no Município de Araguacema/TO, com a substituição de todo o material obsoleto e incapaz de suportar a carga de energia fornecida para a cidade".Desta forma, ao apreciar o feito, a MM. Juíza monocrática deferiu a liminar requestada, nos termos da inicial, fixando a multa diária por descumprimento no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).Assim, em suas razões de recurso, preliminarmente, aduz a inobservância do art. 2º da Lei nº 8.437/92; a impossibilidade jurídica do pedido; inépcia da inicial e ilegitimidade passiva, pugnando, então, pela extinção da demanda principal.No mérito, alega a complexidade da matéria e a frágil prova produzida pelo Agravado, bem como a afetação ao equilíbrio econômico financeiro ao contrato de concessão, não autorizando, portanto, o deferimento liminar ora requestado.Sustenta estarem presentes os requisitos autorizadores à concessão da medida pleiteada, quais sejam, o fumus boni iuris, o periculum in mora e o periculum in mora inverso.Ao final, requer que sejam acolhidas as preliminares ou, em caso de entendimento diverso, que seja provido o Agravo, com o deferimento do efeito suspensivo a fim de obstar os efeitos da decisão recorrida.Acosta documentos às fls. 22/112.RELATADOS DECIDO.Primeiramente, cumpre-me afastar as preliminares argüidas pela Agravante.Alega a inobservância ao art. 2º da Lei nº 8.437/92, que dispõe:"No mandado de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de setenta e duas horas".Importante pontuar que a interpretação deste artigo é estendida para pessoas jurídicas como a Agravante, na qualidade de concessionária, eis que no desempenho de serviço público por delegação de competência.Entretanto, entendo que referida regra não possui caráter absoluto, devendo ser interpretada em consonância com o artigo 12 da Lei nº 7347/85, expresso no sentido de que:"Poderá o Juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo." Corroborando, o Superior Tribunal de Justiça tem-se orientado no mesmo sentido, verbis:"ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONCESSÃO DE LIMINAR SEM OITIVA DO PODER PÚBLICO. ART. 2° DA LEI 8.437/1992. AUSÊNCIA DE NULIDADE.1. O STJ, em casos excepcionais, tem mitigado a regra esboçada no art. 2º da Lei 8437/1992, aceitando a concessão da Antecipação de Tutela sem a oitiva do poder público quando presentes os requisitos legais para conceder medida liminar em Ação Civil Pública.2. No caso dos autos, não ficou comprovado qualquer prejuízo ao agravante advindo do fato de não ter sido ouvido previamente quando da concessão da medida liminar 3. Agravo Regimental não provido." (AgRg no Ag 1314453/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/09/2010, DJe 13/10/2010)"RECURSO ESPECIAL. AUDIÊNCIA PRÉVIA. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. LIMINAR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ART. 2º DA LEI N.º 8.437/92. RINCÍPIO DA EVENTUALIDADE. PRINCÍPIO DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. MITIGAÇÃO. PODER GERAL DE CAUTELA.(...)3. O Superior Tribunal de Justiça tem flexibilizado o disposto no art. 2º da Lei n.º 8.437/92 a fim de impedir que a aparente rigidez de seu enunciado normativo obste a eficiência do poder geral de cautela do Judiciário. Precedentes. 4. Recurso especial não provido." (REsp 1130031/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 03/08/2010)In casu, não ficou comprovado qualquer prejuízo à Agravante advindo do fato de não ter sido ouvida previamente, tendo a Magistrado a quo evidenciado a presença das condicionantes quando da concessão da antecipação de tutela pleiteada. Assim, a observância da regra contida no art. 2º da Lei n.º 8.437/92 deve ser mitigada.Também, não merece acolhida a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido.Alega que o Agravado pretende obter tutela relativa a um rol de ações que entende necessárias para melhoria na qualidade do fornecimento de energia elétrica no município de Araguacema/TO, contudo, se limitou a deduzir pleito genérico, não podendo ser, sequer, implementado, configurando, portanto, a impossibilidade jurídica do pedido.Nos dizeres de MARCELO ABELHA RODRIGUES1, o exame da possibilidade jurídica do pedido compreende a verificação de que, no ordenamento jurídico, não há vedação expressa à demanda formulada; em outras palavras, dizer que uma demanda é possível juridicamente, significa analisar e concluir que não há proibição expressa no ordenamento jurídico da solicitação formulada."Corroborando, Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery sustentam que "o pedido é juridicamente possível quando o ordenamento não o proíbe expressamente".2Na decisão atacada foram deferidos os pedidos para reparar, atualizar e modernizar, no prazo máximo de 30 dias, todo o sistema de fornecimento de energia

elétrica no Município de Araguacema/TO, com a substituição de todo o material obsoleto e incapaz de suportar a carga de energia fornecida para a cidade, bem como solucionar o problema de interrupção e oscilação de energia elétrica, além da fixação de pena de multa diária no importe de R$ 10.000,00 (dez mil reais) em caso de descumprimento.Desta forma, conclui-se que não há que se falar em impossibilidade jurídica do pedido, eis que no ordenamento jurídico pátrio não há vedação expressa a qualquer dos pedidos formulados na inicial da ação originária.Lado outro, vejo não merecer guarida a alegada inépcia da petição inicial.Aduz a Agravante que dos fatos narrados, pelo Agravado, não decorrem logicamente uma conclusão, não sendo definida sua pretensão, o que tornou seu arrazoado inepto.Nos termos do parágrafo único do art. 295 do Código de Processo Cilvil, considera-se inepta a petição inicial quando: "I - lhe faltar pedido ou causa de pedir;II - da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;III - o pedido for juridicamente impossível;IV - contiver pedidos incompatíveis entre si."Luiz Fernando Marinoni3, ao tratar sobre o assunto, sustenta que "quando o autor narra fatos e apresenta uma conclusão que deles não decorre, não há coerência lógica na apresentação da inicial, que, portanto, é considerada inepta, isto é, não apta para dar prosseguimento ao processo".Portanto, para ser considerada inepta, a inicial deve ser ininteligível a ponto de impedir que o réu possa respondê-la integralmente ou, ainda, de tal modo confusa e imprecisa, não permitindo sequer a correta avaliação do pedido. No caso em análise, a peça inicial apresenta narrativa satisfatória dos fatos, permitindo à defesa estruturar seus fundamentos, inexistindo incompatibilidade de pedidos.Assim, da narração dos fatos decorre logicamente a conclusão, pois a pretensão de obter a melhoria na qualidade dos serviços de fornecimento de energia elétrica foi formulada tendo por base a péssima qualidade e má execução dos serviços prestados pela Agravante, eis que, de forma constante, ocorre oscilação e queda de energia elétrica na cidade de Araguacema/TO.Logo, a narração fática e fundamentação jurídica condizem com o pedido, não havendo que se falar em inépcia da inicial.Ainda, não prospera a preliminar arguida pela Agravante de ilegitimidade passiva. Assevera que a ANEEL, dentro de sua esfera de competência, define a política de investimentos para o setor elétrico, o que supostamente a legitimaria para figurar no pólo passivo da presente demanda.Com efeito, o próprio Contrato de Concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica, fls. 88/104, define as atribuições da Agravante, sendo forçoso concluir pela sua legitimidade passiva, senão vejamos:"Subcláusula Primeira – A concessionária obriga-se a adotar, na prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, tecnologia adequada e a empregar materiais, equipamentos, instalações e métodos operativos que, atendidas as normas técnicas brasileiras, garantam níveis de regularidade,continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas.(...)Subcláusula Décima Sexta – A concessionária obriga-se a melhorar o nível de qualidade do serviço, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e padrões, definidos no Anexo III deste contrato e na legislação atual e superveniente.(...)Cláusula Quinta – I – Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos pontos de entrega definidos nas normas dos serviços, pelas tarifas homologadas pela ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos na legislação, nas normas específicas e no Anexo III deste contrato;(...)Claúsula Quinta – III- realizar, por sua conta e risco, as obras necessárias à prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, inclusive reposição de bens, operando as instalações e os equipamentos correspondentes de modo a assegurar a regularidade, continuidade,eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas, nos termos da Subcláusula Terceira Segunda deste Contrato;"Lado outro, vale ressaltar que a ANEEL não tem legitimidade para figurar no pólo passivo, sendo uma Agência Reguladora, e, nos termos do art. 2º da Lei 9.427/66, "tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal".Também, vale ressaltar que o art. 22 do Código de Defesa do Consumidor prescreve que *"os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes e, quanto aos essenciais, contínuos".Assim, é inequívoca a legitimidade passiva da* COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS – CELTINS.Pois bem.Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, passo à análise do pedido de atribuição do efeito suspensivo ao presente Agravo de Instrumento.A atribuição de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento, que a orientação jurisprudencial pátria tem entendido admissível, por força de interpretação que empresta ao artigo 558 do Código de Processo Civil, pressupõe a presença concomitante de dois requisitos: a relevância do fundamento, consubstanciada na plausibilidade do direito deduzido, e a possibilidade de ocorrência de lesão grave e de difícil reparação.Diz o mencionado dispositivo, in verbis:"Art. 558: O relator poderá, a requerimento do agravante, nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara."Nesta esteira interativa, somente se justifica a atribuição de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento quando cabalmente demonstrada a presença do fumus boni iuris e do periculum in mora, como pressupostos necessários à concessão da medida.Com efeito, em uma análise perfunctória do recurso, entendo que a decisão objurgada não merece reparos.Vê-se que o que ensejou o deferimento da tutela antecipada pelo julgador monocrático foi a constatação da existência dos requisitos autorizadores para tal deferimento, quais sejam, o fumus boni iuris e a prova inequívoca capaz de ensejar o convencimento da verossimilhança do alegado, de modo que, não sendo concebível, em sede de Agravo, que se desça às minúcias da relação jurídica, exatamente para não comprometer a análise do mérito, compete-me verificar a ocorrência de tais pressupostos, especificados no art. 273 do CPC, postos à luz dos fatos trazidos ao exame.Extrai-se dos autos que o Ministério Público do Estado do Tocantins, ora Agravado, ajuizou Ação Civil Pública, com pedido de liminar, em face da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS-, aqui Agravante, objetivando compeli-la a reparar, atualizar e modernizar, no prazo máximo de 30 dias, todo o sistema de fornecimento de energia elétrica, com a substituição de todo o material obsoleto e incapaz de suportar a carga de energia fornecida para a cidade de Araguacema/TO.Assim, do exame prefacial da decisão agravada, somado à farta documentação que acompanha a peça recursal, entendo que, ao menos por ora, não se afiguram presentes os pressupostos necessários à concessão do efeito suspensivo almejado.É de se considerar que, ao contrário do alegado na peça inicial, a decisão atacada encontra-se bem fundamentada, tendo o Magistrado singular apontado com clareza os elementos formadores de sua convicção e, como bem salientado no decisório fustigado, fls. 81, "a prestação de um serviço tão essencial quanto o fornecimento de energia elétrica deve ser prestado de forma adequado e com qualidade, isto é, sem interrupções e oscilações, sejam elas freqüentes ou diárias, prejudicando sobremaneira todas as atividades humanas desenvolvidas no município, principalmente nos serviços essenciais à população como a saúde e a educação".Ademais, importante ressaltar que a pretensão da Agravante confunde-se com o mérito do pedido, cuja análise pormenorizada impõe-se ao Colegiado no momento oportuno.Portanto, inexistindo elementos capazes a demonstrar a ilegalidade manifesta ou a abusividade da decisão agravada e ante a ausência de comprovação inequívoca do direito postulado, a manutenção do decisório fustigado é medida que se impõe.Assim, por entender ausentes as condições necessárias à concessão da medida pleiteada, INDEFIRO O EFEITO SUSPENSIVO requerido, para manter incólume a decisão atacada até o pronunciamento definitivo desta Corte de Justiça.Requisitem-se informações ao ilustre Magistrado que preside o feito, anotando, inclusive, se houve retratação e se foi cumprido o artigo 526 do CPC.Intime-se o Agravado para, querendo, responder ao recurso no prazo da lei.Após abra-se vista ao Ministério Público nesta instância.Cumprido o determinado, volvam-me conclusos.Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se.Palmas-TO, 24 de março de 2011.". (A) Juíza de Direito CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em Substituição ao (A) Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator.

1RODRIGUES, Marcelo Abelha. Manual de Direito Processual Civil. SP: Editora Revista dos Tribunais, 2008. Pág. 138.
2JUNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. Pág. 504.
3MARINONI, Luiz Guilherme. Processo de Conhecimento. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 9060/2009
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL Nº 107219-2/08 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS-TO
AGRAVANTE(S): ADEMAR DE MORAIS BUENO E WILMEIDE NASCIMENTO DE SOUSA
ADVOGADO (A)S: RENATO FRANÇA BARBOSA E OUTRA
AGRAVADO (A)S: PAULO HENRIQUE CUNHA LIMA E EUNICE MARANATA DEL REY CARNEIRO
ADVOGADO (A)S: ALESSANDRO DE PAULA CANEDO E OUTRAS
RELATOR (A): JUÍZA CÉLIA REGINA REGIS – EM SUBSTITUIÇÃO

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA CÉLIA REGINA REGIS – EM SUBSTITUIÇÃO, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DESPACHO: "As determinações contidas na decisão de fls. 218/220 foram cumpridas integralmente, conforme se percebe da leitura da petição conjunta de fls. 223/225.Desta forma, determino:1. A expedição de Alvará Judicial para o levantamento da quantia de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), com as correções devidas desde o momento da consignação (em 17.11.2010), em favor do corretor de imóveis Alessandro Divino Cardoso da Silva, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 814.080.721-49, residente e domiciliado na 605 Sul, QI 21, Alameda 16, Lote 04, centro, Palmas-TO,2. A expedição de Alvará Judicial para o levantamento da quantia de R$ 222.500,00 (duzentos e vinte e dois mil e quinhentos reais), corrigidos, em favor da Agravante Wilmeide Nascimento de Sousa, inscrita no CPF sob o n.º 535.552.361-72, que deve, juntamente com o Sr. Ademar de Morais Bueno (também Agravante), providenciar o pagamento das contas de água pendentes e consignadas no acordo sob sua responsabilidade, bem como liquidar todos os tributos (IPTU´s e taxas) incidentes sobre o imóvel nos anos de 2008, 2009 e 2010.O valor remanescente, correspondente a R$ 15.000,00 (quinze mil reais) acrescido das correções desde o depósito, permanecerá retido em conta judicial até que os Agravantes comprovem o cumprimento de todas as obrigações acima mencionadas, isto, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante comprovação nos autos.Acaso os Agravantes não cumpram com a obrigação no prazo declinado, o valor retido deverá ser liberado em favor dos Agravados.Se cumprirem, deve o valor respectivo ser liberado mediante Alvará Judicial a ser expedido em nome da Agravante Wilmeide Nascimento de Sousa, inscrita no CPF sob o n.º 535.552.361-72.Dê-se ciência ao juízo a quo (3.ª Vara Cível, autos n.º 2008.0010.7219-2/0), encaminhando cópias dos documentos de fls. 191/196, 205/206, 218/220 e 223 e seguintes (até a presente).Após o trânsito em julgado, tendo o presente restado prejudicado ante a celebração do acordo que pôs fim à pendência, arquivem-se os presentes autos com as cautelas de mister.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Palmas, 07 de abril de 2011.". (A) Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11.382/2011
ORIGEM :TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS Nº. 11.9083-9/10 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS
AGRAVANTE: WNEYLER DIVINO GONÇALVES DA SILVA
ADVOGADO: ELTON TOMAZ DE MAGALHÃES
AGRAVADO:BANCO SANTANDER S/A
RELATORA:JUÍZA CÉLIA REGINA REGIS

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juíza de Direito CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em Substituição ao Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de antecipação da tutela interposto por WNEYLER DIVINO GONÇALVES DA SILVA contra decisão do Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Palmas, que lhe indeferiu pedido de tutela antecipada, na qual pretendia o depósito judicial das parcelas que considera incontroversas, a despeito dos valores pactuados no contrato que firmara com o Agravado.Ainda em sede de liminar, pede que a instituição financeira se abstenha de incluir seu nome nos órgãos de proteção ao crédito.Junta cópias dos autos originários.Relatados, DECIDO.Recebo o agravo de instrumento e defiro o seu processamento, pois presentes os requisitos dos artigos 524 e 525 do CPC.Anoto não caber, na espécie, a conversão do agravo em retido (art. 527, inc. II, do CPC, com a redação dada pela Lei n°. 11.187, de 19/10/2005), em razão de o presente recurso ter origem em decisão suscetível, em tese, de causar à parte lesão grave e de difícil reparação. Busca o Agravante a reforma para que lhe seja aceito depósito

judicial da parcelas que entende legais e para que o Banco Agravado se abstenha de eventual negativação de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito.O deferimento da tutela antecipada recursal em Agravo de Instrumento só se mostra possível quando presentes a verossimilhança da alegação e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.Do exame perfunctório da decisão agravada, somado à documentação que acompanha a peça recursal, entendo que, ao menos por ora, não se me afiguram presentes os pressupostos necessários à concessão integral da antecipação da tutela recursal no tocante ao depósito dos valores que entende devidos.A antecipação de tutela tem o escopo de adiantar o provimento jurisdicional que visa tutelar o bem jurídico, desde que presentes os requisitos da prova inequívoca da verossimilhança da alegação e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.Os requisitos do art. 273 do CPC são cumulativos, condicionando a concessão da tutela antecipatória à comprovação dos mesmos.Neste contexto, impõe-se rigorosa verificação de seus pressupostos pela decisão liminar, pois a falta de qualquer um deles implica no seu indeferimento.Inobstante a tentativa em se demonstrar a verossimilhança das alegações, ressalto que não logrou o Agravante comprová-la suficientemente.Entretanto, no que concerne ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, verifico que eventual inscrição do seu nome nos serviços de restrição ao crédito, estando pendente de julgamento ação consignatória, poderia lhe causar prejuízos.Quanto à pretensão de depósito, é cediço que o depósito judicial das parcelas contratuais em ação revisional somente pode ser aceito se houver manifesta cobrança abusiva ou indevida, não sendo suficiente a alegação fundada em cálculos produzidos unilateralmente.Com efeito, os valores indicados pelo Agravante foram calculados unilateralmente, sem levar em consideração os encargos contratuais inerentes àquela espécie de pacto.Assim, conquanto seja fundado seu receio de que possa vir a sofrer prejuízos irreparáveis a se aguardar o desfecho deste recurso, a situação posta não ostenta verossimilhança a ponto de autorizar a antecipação postulada de modo integral.Consoante precedente da Terceira Seção do STJ, não se há de emprestar ao termo verossimilhança o significado de mera plausibilidade. Exige-se que a formação de juízo seja calcada em prova inequívoca quanto à concretude do direito vindicado pela parte. Confira-se:AGRAVO REGIMENTAL EM AÇÃO RESCISÓRIA. TUTELA ANTECIPADA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. I - (...). II - (...) Dessa forma, não se há de emprestar ao termo verossimilhança o significado de mera plausibilidade, típico das cautelares. Agravo regimental desprovido. (AgRg na AR 3801/DF, 3ª Seção, Min. Rel. Felix Fischer, DJU 04/10/2007). A manutenção na posse do bem decorre do próprio pagamento ou depósito judicial da parcelas, de forma que não há que se falar em tal benefício sem aceitação do depósito judicial, até porque o primeiro é a garantia do pagamento.Por tal razão, indefiro o pedido de depósito da parcelas que entende incontroversas.Face ao exposto, DEFIRO PARCIALMENTE A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL, tão somente para que o Banco Agravado se abstenha de inscrever o nome do Agravante nos serviços de proteção ao crédito, no curso da ação respectiva.Requisitem-se ao MMº Juiz que preside o feito as informações sobre o cumprimento pela parte Recorrente das disposições do art. 526 do Código de Processo Civil, bem como, quaisquer outras que julgar pertinentes ao desfecho do presente agravo.Intime-se o Agravado no endereço declinado na peça inicial do recurso, para os fins do artigo 527, V, do Código de Processo Civil.Cumprido integralmente o determinado, volvam-me os autos conclusos para outras deliberações que se fizerem necessárias.Publique, oficie e intimem-se.Cumpra-se.Palmas (TO),06 de abril de 2011.". (A) Juíza de Direito CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em Substituição ao (A) Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 7985/08
ORIGEM :COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E/OU MATERIAIS N.º 23578-6/05 – 1ª VARA CÍVEL
EMBARGANTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO (A)S: JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO, OSMARINO JOSÉ DE MELO E OUTROS
EMBARGADO: ARTÊMIO LASKOSKI
ADVOGADOS: JOÃO APARECIDO BAZOLLI, FERNANDO REZENDE DE CARVALHO E OUTROS
RELATOR (A): JUIZA CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em Substituição

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juíza de Direito CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em Substituição ao Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DESPACHO: "Tendo em vista a petição de fls. 189/193, em que o Embargante almeja efeito modificativo ou infringente, determino a intimação do Embargado para, querendo, contra-arrazoar, no prazo de 05 (cinco) dias, em homenagem ao princípio do contraditório e ampla defesa. Decorrido o prazo legal, com ou sem contrarrazões, voltem-me conclusos os presentes autos. Cumpra-se. Palmas (TO), 10 de março de 2011.". (A) Juíza de Direito CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em Substituição ao (A) Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 3031/2000
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERÊNCIA: AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 596/99 – 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS
AGRAVANTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: OSMARINO JOSÉ DE MELO E OUTROS
AGRAVADO: JOSÉ DOS PASSOS DA SILVA
ADVOGADO: JÚLIO SOLIMAR ROSA CAVALCANTE
RELATOR (A):JUÍZA CÉLIA REGINA REGIS – EM SUBSTITUIÇÃO

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA CÉLIA REGINA REGIS – EM SUBSTITUIÇÃO, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Banco Bradesco S/A contra decisão do Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Palmas, nos autos de execução da Ação de Busca e Apreensão que moveu em face de José dos Passos da Silva. Na origem, o referido processo teve sua pretensão desacolhida, com trânsito em julgado da sentença na qual revogou-se a liminar que havia determinado a busca e apreensão de uma camionete, condenando o Agravante nas custas judiciais e honorários advocatícios. Alega o Agravante que, embora o decisum não tenha imposto multa, o Juízo singular a fixou por suposto descumprimento da sentença, ao que o Agravado promovera sua execução, sendo-lhe determinado o seu pagamento. Após, o Agravante opôs exceção de pré-executividade requerendo a extinção da execução, ou, alternativamente, sua suspensão até decisão final naquela via de exceção, tendo sido proferida decisão reconhecendo a regularidade da execução, e, ainda, para que ficasse como fiel depositário dos valores que ele próprio depositaria. Dessa última decisão o Agravante recorre, pedindo atribuição de efeito suspensivo à execução, sustentando que a exceção de pré-executividade é o meio processual correto para evitar a constrição de seus bens, até seu julgamento final. O presente agravo foi extinto pelo Des. Liberato Povoa (fls. 447/452), por considerá-lo insuficientemente instruído, sendo certo que o Agravante recorrera até o Superior Tribunal de Justiça, de onde, em sede de Recurso Especial, obtivera provimento (fls. 619/630) determinando o julgamento do agravo por este Tribunal, e reconhecendo o desaparecimento do motivo ensejador da condenação na multa, ao que esta Corte, por meio do seu então Presidente, expediu imediato alvará para levantamento da quantia (fl. 635). Todavia, com o retorno dos autos, o juízo singular informou da decisão que julgou procedente a exceção de pré-executividade e anulou a execução (fls. 675/676), pondo fim ao inconformismo que deu origem ao presente recurso. Assim, julgo prejudicada a análise meritória do presente Agravo de Instrumento, em decorrência da perda superveniente de seu objeto, vez que foi ajuizado com intuito suspender a execução até o julgamento da exceção de pré-executividade. Publique-se. Intimem-se. Após, arquive-se com as devidas cautelas. Palmas - TO, 08 de abril de 2011.". (A) Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11659/2011
ORIGEM :TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO Nº 26065-3/11 – 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO NACIONAL - TO
AGRAVANTE: LARA RAQUEL AIRES DOS SANTOS BARBOSA
ADVOGADO: ANTÔNIO HONORATO GOMES
AGRAVADO: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
RELATOR (A): JUIZA CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em Substituição

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juíza de Direito CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em Substituição ao Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de antecipação da tutela interposto por LARA RAQUEL AIRES DOS SANTOS BARBOSA contra decisão do Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Porto Nacional, que lhe indeferiu pedido de tutela antecipada, na qual pretendia o depósito judicial das parcelas vencidas e vincendas, a despeito dos valores pactuados no contrato que firmara com a Agravada, a manutenção na posse do bem e a não inclusão do seu nome nos cadastros de proteção ao crédito. Alega que sempre será possível a revisão das cláusulas consideradas abusivas, pois o acesso à justiça, como um direito constitucional, repele cláusulas que privilegiam excessivamente uma parte em detrimento da outra. Sustenta estarem presentes os requisitos justificadores à concessão da medida pleiteada, quais sejam, o fumus boni iuris, o periculum im mora e a prova inequívoca da verossimilhança de suas alegações. Ao final, requer que seja concedida a antecipação de tutela para consignar em juízo o valor das parcelas vencidas e vincendas, nos valores apresentados pelo perito; a não inclusão/exclusão do seu nome dos cadastros de proteção ao crédito, no que se refere ao contrato em discussão nestes autos, bem como a manutenção na posse do veículo objeto da presente demanda. Acosta documentos às fls. 29/84.Relatados, DECIDO. Recebo o agravo de instrumento e defiro o seu processamento, pois presentes os requisitos dos artigos 524 e 525 do Código de Processo Civil. Busca a Agravante a reforma da decisão acostada às fls. 83, para que lhe seja garantida a posse do veículo; para que seja aceito depósito judicial da parcelas que entende legais e para que o Banco Agravado se abstenha de eventual negativação de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. O deferimento da tutela antecipada recursal em Agravo de Instrumento só se mostra possível quando presentes a verossimilhança da alegação e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Do exame perfunctório da decisão agravada, somado à documentação que acompanha a peça recursal, entendo que, ao menos por ora, não se me afiguram presentes os pressupostos necessários à concessão integral da antecipação da tutela recursal no tocante ao depósito dos valores que entende devidos. A antecipação de tutela tem o escopo de adiantar o provimento jurisdicional que visa tutelar o bem jurídico, desde que presentes os requisitos da prova inequívoca da verossimilhança da alegação e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Os requisitos do art. 273 do Código de Processo Civil são cumulativos, condicionando a concessão da tutela antecipatória à comprovação dos mesmos. Neste contexto, impõe-se verificação de seus pressupostos pela decisão liminar, pois a falta de qualquer um deles implica no seu indeferimento. Inobstante a tentativa em se demonstrar a verossimilhança das alegações, ressalto que não logrou a Agravante comprová-la suficientemente. Entretanto, no que concerne ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, verifico que eventual inscrição do nome da Agravante nos serviços de restrição ao crédito, estando pendente de julgamento ação consignatória, poderia lhe causar prejuízos. Quanto à pretensão de depósito, é cediço que o depósito judicial das parcelas contratuais em ação revisional somente pode ser aceito se houver manifesta cobrança abusiva ou indevida, não sendo suficiente a alegação fundada em cálculos produzidos unilateralmente. Com efeito, os valores indicados pelo Agravante foram calculados com juros à base de 12% (doze por cento) ao ano e correção monetária pelo INPC, sem levar em consideração os encargos contratuais inerentes àquela espécie de pacto. Assim, conquanto seja fundado seu receio de que possa vir a sofrer prejuízos irreparáveis a se aguardar o desfecho deste recurso, a situação posta não ostenta verossimilhança a ponto de autorizar a antecipação postulada de modo integral.A manutenção na posse do bem decorre do próprio pagamento ou depósito judicial da parcelas, de forma que não há que se falar em tal benefício sem aceitação do depósito judicial, até porque o primeiro é a garantia do pagamento. Por tal razão, indefiro o pedido de manutenção da Agravante na posse bem. Face ao exposto, DEFIRO PARCIALMENTE A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL, tão somente para que o Banco Agravado se abstenha de inscrever o nome da Agravante nos serviços de proteção ao crédito, no curso da ação respectiva. Requisitem-se ao MM Juiz que preside o feito as informações sobre o cumprimento pela parte Recorrente das disposições do art. 526 do Código de Processo Civil, bem como, quaisquer outras que julgar pertinentes ao desfecho do presente agravo. Intime-se o Agravado para os fins do artigo 527, V, do Código de Processo Civil. Cumprido integralmente o determinado, volvam-me os autos conclusos para outras deliberações que

se fizerem necessárias. Publique, oficie e intimem-se. Cumpra-se. Palmas (TO), 11 de abril de 2011.". (A) Juíza de Direito CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em Substituição ao (A) Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 11393/11
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 4.7069-2/07 – ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE XAMBIOÁ – TO.
AGRAVANTE: JOSÉ FERNANDES DA SILVA E MARIA ETELVINA DE BARCELOS
ADVOGADO: JOSÉ CARLOS FERREIRA
AGRAVADO(A): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: PAULO ROBERTO VIEIRA NEGRÃO
RELATOR (A): CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em Substituição ao Desembargador LIBERATO PÓVOA

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juíza de Direito CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em Substituição ao Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de Agravo de Instrumento interposto via fax, acompanhado dos documentos essenciais, na tentativa de suspender a decisão judicial de fls. 234-TJ, que RATIFICOU a decisão de fls. 229-TJ, permanecendo inalterado o entendimento do magistrado de que o não conhecimento dos aclaratórios importaria na ausência de interrupção do prazo recursal, o que veio a culminar no não recebimento do recurso apelatório manejado pelo ora recorrente, ante sua cristalina intempestividade. Inconformado, o agravante busca, através do presente recurso, suspender os efeitos da decisão que não recebeu o recurso de apelação interposto, sob o argumento de que o prazo recursal para eventual recurso posterior estaria interrompido. Fez a juntada do agravo original e demais documentos às fls. 36/236. Eis o relatório, passo a DECIDIR. Em análise aos requisitos de admissibilidade recursal, observo haver patente irregularidade que impede o desenvolvimento válido e regular deste recurso. Observa-se dos autos que todo o inconformismo do Agravante está calcado na decisão de fls. 234-TJ, onde o Magistrado apenas ratificou os termos da decisão primitiva de fls. 229-TJ. Neste caso, deveria o Agravante combater a decisão de fls. 229-TJ através de recurso próprio (Agravo de Instrumento), e não com mero pedido de reconsideração, como fez. Desta forma, a decisão que ora se combate (fls. 234-TJ) foi originada de um PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO (fls. 232/233-TJ), CUJO EFEITO DEVOLUTIVO NÃO SE OPERA, uma vez que o magistrado apenas ratificou os termos da decisão que se pretendia ver reconsiderada; daí porque a matéria posta em discussão neste agravo restou alcançada pelo instituto da preclusão consumativa. Com efeito, contra qualquer decisão interlocutória, notadamente aquela que não recebe o recurso de apelação, (fls. 229-TJ), cabe o recurso específico de AGRAVO DE INSTRUMENTO, nos termos do artigo 522, do Código de Processo Civil. Assim, é impossível rediscutir a questão a posteriori em sede de agravo de instrumento sempre que a parte deixar de aviar o seu inconformismo, tempestivamente, a teor da proibição contida no art. 473, do Digesto Processual Civil. Nesse sentido, vejamos as valiosas jurisprudências: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE JUIZ SINGULAR DETERMINANDO A PENHORA DOS BENS DOS RECORRIDOS. APRESENTAÇÃO DE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. INTERRUPÇÃO E/OU SUSPENSÃO DE PRAZO RECURSAL. INOCORRÊNCIA. PRECLUSÃO VERIFICADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO POSTERIORMENTE INTERPOSTO. INTEMPESTIVIDADE CONFIGURADA. I - É cediço em nosso sistema recursal pátrio que o simples pedido de reconsideração não se constitui em recurso propriamente dito nem tem o condão de suspender ou interromper os prazos recursais. II - Diante de decisão do Juiz Singular determinando a penhora dos bens dos recorridos, valeram-se estes de mero pedido de reconsideração, o qual fora indeferido pelo Magistrado, ratificando-se a determinação anterior. III - Nesse panorama, inafastável a conclusão de que a questão enfrentada naquela decisão restou preclusa, ante a ausência de interposição de recurso no prazo legal e, de outra parte, intempestivo o agravo de instrumento posteriormente interposto. IV - Precedentes: AgRg no AG nº 444.370/RJ, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ de 10/03/2003; AgRg no REsp nº 436.814/SP, Rel. Min. GARCIA VIEIRA, DJ de 18/11/2002; e AgRg no AgRg no Ag nº 225.614/MG, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ de 30/08/1999. V - Recurso especial PROVIDO." (REsp n. 704.060/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 06.03.2006) "AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. INTERRUPÇÃO DE PRAZO RECURSAL. DESCABIMENTO. O pedido de reconsideração, isolado, não tem eficácia de suspender ou interromper prazo para o recurso apropriado. Agravo não conhecido." (AgRg na MC n. 10.261/PR, Rel. Min. Castro Filho, DJ de 26.09.2005). "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTEMPESTIVIDADE. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. ENFERMIDADE DE ADVOGADO. DEVOLUÇÃO DO PRAZO. NÃO CABIMENTO. 1. É intempestivo o agravo interposto após o prazo previsto no art. 544 do CPC. 2. Pedido de reconsideração não suspende o prazo para interposição do recurso cabível. 3. Não há falar em devolução do prazo se o advogado impedido de comparecer aos autos por motivo de doença quando não é o único procurador constituído. 4. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag n. 507.814/RJ, Min. Fernando Gonçalves, DJ de 09.02.2005) "AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTEMPESTIVIDADE. O pedido de reconsideração não reabre o prazo para oferecimento do agravo. Recurso não conhecido." (REsp 293037/TO, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJU de 20.08.2001). No caso posto em lide, quisesse o agravante ver reformada a decisão interlocutória que não recebeu o recurso apelatório (fls. 229-TJ), deveria aviar tempestivamente o recurso próprio, qual seja, AGRAVO DE INSTRUMENTO; e não aguardar decisão ratificadora, originada de simples pedido de reconsideração. Nesse sentido, tem-se: "PROCESSUAL CIVIL - INDENIZAÇÃO - INDEFERIMENTO DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA -INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PRÉVIAS - INÉRCIA DA PARTE - CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO - APELAÇÃO - PRECLUSÃO. - Contra qualquer decisão interlocutória, notadamente aquela que indefere os benefícios da assistência judiciária gratuita e determina o recolhimento das custas prévias, cabe o recurso específico de agravo de instrumento, nos termos do artigo 522 do Código de Processo Civil. Assim, se a parte deixar de aviar, tempestivamente, o seu inconformismo, através do recurso próprio, impossível discutir a questão a posteriori em sede de apelação, por ter se operado a preclusão, a teor do disposto no artigo 473 do Digesto Processual Civil". APELAÇÃO CÍVEL N° 1.0024.07.426445-8/001 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - RELATOR: DES. TARCISIO MARTINS COSTA. Data 23.10.2007. 9ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, à unanimidade de votos, EM NÃO CONHECER DO AGRAVO RETIDO E NEGAR PROVIMENTO. Por fim, tenho que, ao manejar apenas pedido de reconsideração, o ora Agravado expressou a vontade de não recorrer. Conclui-se, portanto, que, além de intempestivo, o recurso também desrespeita pressuposto de admissibilidade, previsto no artigo 525, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao presente recurso, com arrimo no art. 557, caput, do CPC, vez que alcançado pelo instituto da preclusão e por ser intempestivo. Dê-se conhecimento ao Magistrado de base do teor desta decisão. Publique; após decurso de prazo, não havendo recurso, arquive-se com as cautelas de praxe. Cumpra. Palmas (TO), 06 de abril de 2011.". (A) Juíza de Direito CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em Substituição ao (A) Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11.367/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERÊNCIA: AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS Nº 2.2993-6/10 – 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS-TO
AGRAVANTE: BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADO: LEANDRO ROGERES LORENZI
AGRAVADO: TOCANTINS COMÉRCIO DE SUÍNOS LTDA
ADVOGADO: CARLOS VIECZOREK
RELATORA: JUÍZA CÉLIA REGINA REGIS – EM SUBSTITUIÇÃO

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juíza de Direito CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em Substituição ao Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pelo BANCO SANTANDER BRASIL S/A, contra decisão proferida pelo Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Palmas-TO, nos autos de Ação de Revisão de Cláusulas Contratuais movida por TOCANTINS COMÉRCIO DE SUÍNOS LTDA. A ação supra mencionada foi ajuizada pelo Agravado objetivando a anulação de cláusulas contratuais de contratos firmados com o Banco/Agravante, sob a alegação de que, ao utilizar os serviços bancários, como capital de giro, real automático e descontos de cheques, onde o saldo negativo dessas operações eram debitadas em conta corrente, houve a cobrança excessiva de juros e taxas, bem como que está sofrendo com as restrições de créditos impostas pelo instituição bancária. O Agravante contestou a ação, refutando os fatos alegados na inicial, argumentando que a tese revisional da Autora não se coaduna com o entendimento dos Tribunais Superiores. Feito isso, o MM. Juiz a quo, proferiu a decisão de fls. 84-TJ, determinando a inversão do ônus da prova em favor do Agravado, em razão de sua hipossuficiência, fixando o prazo de 30 dias para a juntada dos contratos debatidos e fixou multa de R$ 500,00 por dia de atraso. Esta decisão é que deu origem ao presente Agravo. No presente recurso, insurge-se a Agravante contra a citada decisão, face à inversão do ônus da prova em prol do Agravado, bem como face a multa arbitrada. Alega que a decisão recorrida carece de fundamentação, argumentando que "não basta o simples deferimento, com fundamentações genéricas e sem respaldo legal, pois necessário que seja observado as peculiaridades do caso concreto e as normas que regulam os serviços bancários e consumeristas". Assim, no seu entender, houve violação do disposto no art. 93, XI, da Constituição Federal. Aduz não ser responsável pelos contratos em discussão, vez que eles foram cedidos e incorporados a outra instituição de crédito, sendo esta a única credora e responsável pelos contratos, o que tornaria impossível o cumprimento da decisão Agravada. Pondera ter sido equivocada a decisão recorrida, vez que a norma processual vigente para a exibição de documentos é a disposta nos artigos 355 e seguintes e não a inversão do ônus da prova instituído pelo CDC. Propala, ainda, que as disposições do Código de Defesa do Consumidor não se aplicam às pessoas jurídicas, bem como que deve prevalecer o disposto no art. 333, I, do Código de Processo Civil. Discorre sobre a inaplicabilidade da multa no caso em questão, asseverando também ser o valor fixado exorbitante e pede, ainda, alternativamente a sua redução.Ao fim, requer, liminarmente, a concessão de tutela antecipada para revogar a decisão que concedeu a inversão do ônus em favor do Agravado da prova e a multa aplicada em seu desfavor, ou que seja conhecida a nulidade por falta de fundamentação legal e, no mérito, a confirmação dos pedidos.Relatados, decido. De acordo com o disposto nos artigos 527, inciso III, e 558, ambos do Código de Processo Civil, pode o Relator, excepcionalmente, conferir efeito suspensivo ao agravo de instrumento ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, desde que o Agravante o requeira expressamente e satisfeitos os pressupostos autorizadores, que correspondem ao fumus boni iuris, consistente na plausibilidade do direito alegado. Com efeito, em uma análise perfunctória do recurso, entendo que a decisão objurgada não merece reparos.No caso dos autos, não logrou o Agravante demonstrar a existência dos requisitos mencionados, sendo insuficiente o fundamento apresentado para alicerçar o provimento postulado, ao contrário, evidencia-se que os requisitos navegam em sentido inverso às suas alegações.No tocante a inversão do ônus da prova, ante o que dispõe o Código de Defesa do consumidor Lei nº 8.078/90, em seu artigo 6º, tem-se que:"Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...).VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências."Ademais, é remansosa a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que "dúvida não mais existe no âmbito da Corte no sentido de que se aplica o Código de Defesa do Consumidor aos contratos firmados entre as instituições financeiras e seus clientes." (REsp 541813/SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/05/2004, DJ 02/08/2004 p. 376). E, ainda, observo que o meio processual é adequado a atender a pretensão da parte Autora, vez que "o Juiz pode ordenar ao banco réu que apresente cópia do contrato e do extrato bancário. Em assim fazendo, inverte o ônus da prova e facilita a defesa do consumidor em Juízo"(AgRg no REsp 725.141/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2007, DJ 12/12/2007, p. 415).Bem de ver que em sede de Agravo, não se deve descer às minúcias da relação jurídica, exatamente para não tanger o mérito. Daí que, neste perpasso, limitarei a verificar que a Lei 8.078/90 define consumidor tanto a pessoa física como a pessoa jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final (e enquadra no conceito as pessoas referidas no art. 2º, parágrafo único; 17 e 29). Quanto à assertiva de impossibilidade de cumprir a decisão agravada que determinou a exibição dos contratos em discussão, vez que estes foram cedidos e incorporados a outra instituição de crédito, compulsando o caderno processual, entendo que não há respaldo a alegação do Recorrente, já que como prova, verifica-se apenas o documento de fls. 56, que faz referência aos direitos de créditos constantes em um anexo, o qual não foi colacionado. Portanto, não há como averiguar a veracidade das suas

alegações.Por outro lado, busca o Agravante o afastamento da multa imposta ao caso em tela. Entretanto, a jurisprudência pátria, também, entende que a imposição de multa diária harmoniza-se com os preceitos do Código de Defesa do Consumidor (AgRg no Ag 714.733/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 08/10/2008).Lado outro, caso a multa imposta venha a alcançar valor excessivo, poderá vir a ser reduzida até mesmo de ofício, contudo não vejo como impor tal limitação antes mesmo do cumprimento da obrigação, sob pena de frustrar o objetivo de sua cominação. Desta forma, por entender ausentes as condições necessárias à concessão da medida pleiteada, INDEFIRO O EFEITO SUSPENSIVO requerrido, para manter incólume a decisão atacada até o pronunciamento definitivo desta Corte de Justiça.Requisitem-se informações ao ilustre magistrado que preside o feito, anotando, inclusive, se houve retratação e se foi cumprido o artigo 526 do CPC.Intime-se o Agravado para, querendo, responder ao recurso, no prazo da lei. Cumprido o determinado, volvam-me conclusos.Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se.Palmas – TO 24 de março de 2011.". (A) Juíza de Direito CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em Substituição ao (A) Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11614/11
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS Nº2.3147-7/10 (3ª VARA CÍVEL)
AGRAVANTE: COSTEIRA TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO: LUIZ CARLOS LACERDA CABRAL
AGRAVADO: CÍCERA RODRIGUES COELHO E OUTROS
ADVOGADO: JORGE BARROS FILHO
RELATOR: DESEMBARGADOR BERNARDINO LUZ

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) BERNARDINO LUZ – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata o presente feito de AGRAVO DE INSTRUMENTO interposto por COSTEIRA TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA contra decisão monocrática proferida nos autos da Ação de Reparação de Danos nº2.3147-7/10, da 3ª Vara Cível da Comarca de Gurupi/TO, proposta por CÍCERA RODRIGUES COELHO E OUTROS, onde o juízo a quo deixou de acolher a tese preliminar de ilegitimidade passiva, argüida pela empresa agravante. O magistrado singular, na decisão saneadora de fls.393, apresentou os pontos controvertidos, sendo um deles o esclarecimento da culpa pelo acidente ocorrido, designando audiência de instrução e julgamento, a fim de esclarecer os fatos e a medida da culpa de cada parte, com o que não concorda a agravante. Argumenta a COSTEIRA TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA que é somente proprietária da carreta envolvida no acidente e que a responsabilidade pelos danos causados é exclusiva do condutor e do proprietário do "cavalo-mecânico", que tracionava o semi-reboque, alegando, ainda, que não restou evidenciada a sua culpa, de modo a corroborar com o sinistro ocorrido. Requereu, ao final, sua exclusão da tríade processual, sob a alegação de que sua manutenção, no pólo passivo da ação, lhe trará dano irreparável, ou de difícil reparação. Concluiu pedindo o recebimento do presente agravo, na forma instrumentária, por entender presentes os requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora, bem como a concessão de liminar, para suspender os efeitos da decisão combatida (art. 527, III e 558, ambos do CPC). Instruiu a inicial com os documentos de fls.21/400. É, em apertada síntese, O RELATÓRIO. DECIDO. O recurso mostra-se tempestivo e cabível. A representação processual encontra-se regular. Preparo devidamente recolhido. Presentes, pois, os pressupostos recursais objetivos e subjetivos e, por isso, conheço do presente recurso. Ab initio, devo ressaltar que com o advento da Lei nº10.352, de 26.12.2001, o legislador ordinário possibilitou ao magistrado o deferimento de tutela antecipada em favor do recorrente (inciso III do art. 527 do CPC), pronunciamento que não se confunde com a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, revelando requisitos diversos, além da finalidade não ser a mesma. In casu, o magistrado de primeiro grau negou a pretensão da agravante através de decisão interlocutória, portanto combatida por meio da interposição do recurso de agravo. Desse modo, a meu sentir, não comporta o pedido de atribuição do efeito suspensivo ao recurso, posto que não há o que suspender na decisão combatida, que é de índole negativa, a reclamar a reiteração do pleito de exclusão da agravante do pólo passivo da ação. Conforme demonstrado acima, com a devida venia, incabível à espécie o clássico pedido de atribuição do efeito suspensivo ao recurso de agravo de instrumento, pretensão típica quando a decisão combatida for de natureza positiva. Por outro lado, em análise perfunctória dos autos, única possível nesta fase sumária de cognição, verifico inexistir perigo de lesão grave, ou de difícil reparação, a ser evitado pela medida requestada, conforme será demonstrado a seguir. No caso em tela, os documentos até então carreados para os autos não foram suficientes para convencer o insigne magistrado de primeiro da inexistência da culpa de cada parte envolvida, pois, para ele, nenhuma prova existente capaz de comprovar que o semi-reboque, de propriedade da agravante, não influenciou, de forma direta ou indiretamente, no acidente objeto do feito. A conclusão do Laudo Pericial do Instituto de Criminalística da Polícia Civil apresentado às fls.108/114, dos autos, corrobora com a linha de pensamento apresentada acima, senão vejamos: "Depois de efetuado o levantamento pericial de local e analisadas as circunstâncias em que ocorreu o acidente, os Peritos concluem que a causa determinante do sinistro foi o fato do condutor da unidade V2 (CAMINHÃO), por motivos não determinados, perder o controle direcional do veículo e invadir a contra-mão de direção. Dando assim causa ao acidente e às suas conseqüências." (grifo nosso). Desse modo, por não se poder determinar, até o momento, qual foi o real motivo que levou o conjunto veicular a perder o controle e invadir a contramão da pista de direção, ocasionando o sinistro, não se pode acolher a tese de preliminar de ilegitimidade passiva argüida pelo agravante, não merecendo reparo a decisão combatida, neste particular. Por isso e nesse compasso de idéias, sem nenhuma dúvida, o prosseguimento da ação contra a agravante e a realização da audiência de instrução e julgamento designada pelo juiz singular, não lhe trará prejuízo irreparável e muito menos de difícil reparação, tendo em vista que a intenção do magistrado é verificar a culpa de cada parte envolvida no sinistro, podendo depois deste momento processual, deferir o pedido de ilegitimidade passiva, formulado pela agravante. Neste prisma, o caso vertente se amolda à previsão legal insculpida no artigo 527, inciso II, do nosso Digesto Processual Civil, com a nova redação conferida pela Lei Federal nº11.187/05, in verbis: "Art. 527 – Recebido o agravo de instrumento no tribunal, e distribuído incontinenti, o relator: II – converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa." Ex Positis, evidenciada a inexistência de perigo de lesão grave, ou de difícil reparação, hei por bem em converter o presente AGRAVO DE INSTRUMENTO em AGRAVO RETIDO, determinando a remessa dos presentes autos ao juízo primitivo, para que sejam apensados ao processo principal, identificados como sendo de nº2.3147-7/10, de Reparação de Danos, originário da 3ª Vara Cível da Comarca de Gurupi/TO, tudo nos termos do art. 527, inciso II do CPC. Publique-se. Cumpra-se. Palmas, 06 de abril de 2011.". (A) Desembargador BERNARDINO LUZ– Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11582/2010
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: AÇÃO REVISIONAL Nº 13167-5/11, ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MIRACEMA/TO
AGRAVANTE: BV FINANCEIRA S/A, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO: MARCOS ANDRÉ CORDEIRO SANTOS E OUTRA
AGRAVADO: VILMA VINHAL
ADVOGADO: RILDO CAETANO DE ALMEIDA
RELATOR: DESEMBARGADOR BERNARDINO LUZ

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) BERNARDINO LUZ – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: Trata o presente feito de AGRAVO DE INSTRUMENTO, interposto por BV FINANCEIRA S/A, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, contra a respeitável decisão de fls.81/84, proferida pelo MM. Juiz de Direito da Única Vara Cível da Comarca de Miracema do Tocantins/TO, nos autos da Ação Revisional acima referida, que deferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional. Alega o agravante, em síntese, a inexistência de prova inequívoca, apta para fundamentar a concessão da tutela antecipada, nos moldes em que concedida na aludida Ação Revisional, não restando, desse modo, evidenciados os elementos que comprovem as supostas abusividades e ilegalidades informadas pela autora/agravada. Pugna pela reforma da decisão atacada, para declarar em mora a agravada, com a inclusão do nome seu nome nos órgãos de restrição ao crédito, bem como pelo afastamento da incidência da multa arbitrada ou, sua respectiva minoração. Colaciona jurisprudência que entende abonar a sua tese. O MM. Juiz inaugural, na respeitável decisão fustigada (fls.81/84), decidiu que: "Da prova inequívoca e da verossimilhança das alegações- Estão presentes no caso em tela, pois os documentos juntados demonstram que a autora realmente vem pagando encargos excessivos ao requerido, e por outro lado, é indevida a inscrição do nome da pessoa em órgãos de proteção ao crédito enquanto a dívida está sendo discutida em juízo. Do fundado receio de dano de difícil reparação- Também está presente este requisito, pois a demora na concessão da medida impossibilita a autora de ficar na posse do veículo além de ter seu nome inscrito nos órgãos de proteção ao crédito. Isto posto, estando presentes os requisitos do artigo 273 do Código de Processo Civil, pois as provas juntadas demonstram que a autora vem pagando encargos excessivos ao requerido, concedo a antecipação da tutela, autorizando a consignação em pagamento, nos dias do vencimento das parcelas, que o requerido BV Financeira S/A se abstenha de colocar o nome da autora Vilma Vinhal nos órgãos de proteção ao crédito tais como SPC, SERASA, etc, ou caso já tenha feito, promova a exclusão, no prazo de 48 horas a partir da intimação desta decisão, sob pena de multa diária de R$50,00(cinquenta reais), mantendo a posse do veículo com a autora, até o final julgamento do feito, devendo a mesma assinar termo de depositária fiel, e a inversão do ônus da prova." É, em síntese, O RELATÓRIO. PASSO A DECISÃO. De início, verificando os pressupostos de admissibilidade, mister tecer algumas considerações. Sabe-se que é ônus do agravante comprovar, de forma segura, a tempestividade do recurso, ao teor do que dispõe o art. 525, inc.I, do nosso Código de Processo Civil, verbis: "Art.525. A petição de agravo de instrumento será instruída: I - obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado." Tal rigor, a meu sentir, só pode ser abrandado se evidenciada a sua tempestividade, assim verificada quando apresentado o recurso no prazo de 10(dez) dias, depois de proferida a decisão agravada, o que não ocorre na espécie. Fato é que, mesmo considerando a data da decisão fustigada, qual seja, 09/02/11, e a data de expedição do mandado de fls.85 (10/02/11), o presente recurso foi interposto somente no dia 17/03/11, ultrapassado o prazo próprio, para interposição do indigitado agravo (art. 522, caput). E, lado outro, pelo cotejo dos documentos colacionados aos autos, verifico que o agravante não trouxe qualquer documento comprobatório da data da juntada do mandado de sua citação (art. 241, II - CPC), ou mesmo certidão do Cartório comprovando a data em que foi ele efetivamente citado, restando, assim, descumprido o disposto no art. 525, I, do Código de Processo Civil. Sabido é que a certidão da intimação da decisão recorrida é peça indispensável, para que o Agravo de Instrumento possa ser admitido, conforme remansosa jurisprudência, também na hipótese de decisão liminar concedida initio littis na instância inaugural. Por oportuno, transcrevo recente julgado do Superior Tribunal de Justiça, in verbis: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CÓPIA CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DECISÃO AGRAVADA. PEÇA OBRIGATÓRIA (ART. 525, I, DO CPC). AUSÊNCIA. MITIGAÇÃO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. DECISÃO LIMINAR INITIO LITTIS. AGRAVO ANTERIOR À JUNTADA DO MANDADO DE CITAÇÃO CUMPRIDO. FLAGRANTE TEMPESTIVIDADE. JUNTADA DE PROCURAÇÃO SEM PODERES PARA RECEBER CITAÇÃO. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO DO RÉU DESFIGURADO. TEMPESTIVIDADE DO AGRAVO DECLARADA. I. Cabe ao agravante zelar pela observância do art. 525, I, do CPC, diante obrigatória a juntada da cópia da certidão de intimação da decisão agravada para atestar a tempestividade do agravo de instrumento perante o Tribunal. Caso, todavia, em que a decisão liminar agravada foi proferida initio littis, atestando-se a tempestividade do recurso através da juntada do mandado de citação cumprido posteriormente, de onde infere-se, de forma cabal, a oportunidade da interposição do instrumento. II. omisssis. (REsp 877.057/MG, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 18/11/2010, DJe 01/12/2010)." (acrescentamos os grifos). Com efeito, em se tratando de agravo de instrumento, a correta formação do traslado é de responsabilidade da parte recorrente, devendo ser instruído não só

com as peças indispensáveis, mas também com as demais necessárias à compreensão da controvérsia. Em caso contrário, o recurso não será passível de conhecimento. De todo o exposto, forçosa é a conclusão de que o recurso ora em exame é manifestamente inadmissível, razão pela qual NEGO-LHE SEGUIMENTO, com fulcro nos artigos 527, inciso I, e 557, caput, ambos do Código de Processo Civil, e, em consequência, determino seu arquivamento, após as formalidades legais. Publique-se. Cumpra-se. Palmas, 24 de MARÇO de 2011.

APELAÇÃO Nº 11882/2010
ORIGEM: COMARCA DE WANDERLÂNDIA-TO.
REFERENTE: AÇÃO DE COBRANÇA Nº52654-0/07 – ÚNICA VARA CÍVEL.
APELANTE : SINAF PREVIDENCIAL CIA DE SEGUROS.
ADVOGADO: JÚLIO CÉSAR DE MEDEIROS COSTA.
APELADO : GUILHERME PEREIRA PAIXÃO.
ADVOGADO: PAULO ROBERTO VIEIRA NEGRÃO.
RELATOR: DESEMBARGADOR BERNARDINO LUZ

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) BERNARDINO LUZ – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de Apelação Cível impetrada por SINAF PREVIDENCIAL CIA DE SEGUROS, inconformada contra a sentença monocrática de fls.298/305, que a condenou pagar ao apelado a importância de 40(quarenta) salários mínimos, vigente à época do acidente automobilístico, ocorrido em 10.01.2004, acrescida de correção monetária, pelo índice do IGP-M, a partir de tal data, acrescido de juros de 1% a.m (um por cento ao mês), desde a citação, bem como nas custas e honorários advocatícios, estes no patamar de 20%(vinte por cento) do valor da causa, alegando, nas razões recursais de fls.308/321, em síntese, que: 1) "em que pese a fundamentação apresentada pelo magistrado de primeiro grau, entende a recorrente que deverá ser utilizada a tabela SUSEP para cálculo do quantum indenizatório, devendo realçar que tal pretensão tem expressa dicção na Lei nº6.194/74, senão vejamos o que diz seu §5º, do artigo 5º..." (fl.310); e, 2) nos termos do artigo 11, §1º, da Lei nº1.060/50, os honorários advocatícios deveriam ter sido fixados no patamar máximo de 15%(quinze por cento). Ao final, pugnou pela reforma total do decisum sob açoite e que a verba honorária seja reduzida para o patamar de 10%(dez por cento). Por meio das contrarrazões de fls.338/341, o apelado refutou todos os argumentos apresentados pela apelante, pleiteando, ao final, a manutenção da sentença monocrática em todos os seus termos. O presente recurso foi recebido e encaminhado à esta Corte de Justiça, por meio do despacho de fl.334. É, em síntese, o RELATÓRIO. DECIDO. Inicialmente, registra-se que o artigo 557, do CPC, dispõe que "o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado, ou em confronto com súmula, ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior". Neste particular o Supremo Tribunal federal decidiu que "as disposições do art. 557 do CPC que conferem poderes ao Relator para negar seguimento ou dar provimento ao recurso são constitucionais"1. No caso em espeque, verifica-se que a apelante descumpriu o pressuposto de admissibilidade do recurso referente ao pagamento do preparo, no momento da interposição do apelo. Com efeito, extrai-se dos autos que as razões recursais de fls.308/321 foram protocolizadas, utilizando-se do protocolo integrado, no dia 26.04.2010, na comarca Palmas-TO, conforme prova o carimbo de protocolo presente na fl.308. Contudo, o preparo do apelo só foi pago no dia posterior, 27.04.2010, conforme atesta o DARE e respectivo comprovante, ambos de fl.325. Impera, no nosso ordenamento jurídico, o entendimento uníssono de que o preparo recursal, requisito extrínseco de admissibilidade, deve ser efetuado no dia do protocolo, sob pena de deserção. Nesse sentido a lição de Nelson Nery e Rosa Maria de Andrade Nery2 , literris: "Preparo Imediato. Pelo novo sistema, implantado pela L 8950/94, o recorrente já terá de juntar o comprovante do preparo com a petição de interposição do recurso. Deverá consultar o regimento das custas respectivo e recolher as custas do preparo para, somente depois, protocolar o recurso. Os atos de recorrer e de preparar o recurso formam um ato complexo, devendo ser praticados simultaneamente, na mesma oportunidade processual, como manda a norma sob comentário. Caso se interponha o recurso e só depois se junte a guia do preparo, terá ocorrido a preclusão consumativa (...), ensejando o não conhecimento do recurso por ausência ou irregularidade no preparo". A despeito do presente recurso ter sido conhecido em primeira instância, em se cuidando de matéria de ordem pública, deve ser determinar a sua deserção, em virtude do preparo constituir um dos pressupostos de sua admissibilidade, deve ser examinada, preliminarmente, pelo relator, em face da exigência preconizada no referido artigo 511, "caput" 3, do CPC. Assim, cediço que o preparo há de ser entendido como o valor integral das custas e do porte de retorno dos autos, devendo ser efetuado no ato da interposição do recurso, lembrando que os prazos, em matéria recursal, são peremptórios e indisponíveis, sendo vedado ao julgador proceder qualquer alteração no seu termo final, estando, conseqüentemente, impedido de outorgar novo lapso temporal para o recorrente efetuar o depósito, a título de preparo, porquanto o alongamento do período previsto à prática do ato não encontra respaldo na nossa legislação processual em vigor. Essa também é a posição do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DAS GUIAS DE PREPARO NO ATO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 511 DO CPC. DESERÇÃO. 1. A comprovação do preparo deve ser feita no ato de interposição do recurso, conforme determina o art. 511 do Código de Processo Civil - CPC, sob pena de preclusão, não se afigurando possível a comprovação posterior, ainda que o pagamento das custas tenha ocorrido dentro do prazo recursal. 2. Recurso especial improvido". (REsp 733.681/DF, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 18.08.2005, DJ 12.09.2005 p. 302) Ex posittis, nego seguimento ao recurso, por manifestamente inadmissível, tendo em vista a ocorrência da deserção. Custas recursais, pela apelante. Com as cautelas legais, devolvam-se os presentes autos à comarca de origem. Publique-se e Intime-se. Palmas-TO, 05 de MARÇO de 2011.". (A) Desembargador BERNARDINO LUZ– Relator.

1 In RTJ 173/948.

2 in Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante, 9ª ed., Ed. Revista dos Tribunais, 2006, pág. 734.

3 Art. 511. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11646/11
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS Nº 1.7846-7/09 – 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI – TO.
AGRAVANTE: FRANCISCO VERONESE FILHO
ADVOGADO: SYLMAR RIBEIRO BRITO
AGRAVADO: INDIANA SEGUROS S/A
ADVOGADO(S): JACÓ CARLOS SILVA COELHO
RELATOR: DESEMBARGADOR BERNARDINO LUZ

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Desembargador(a) BERNARDINO LUZ – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Cuida o presente feito de Agravo de Instrumento interposto por FRANCISCO VERONESE FILHO, em face de INDIANA SEGUROS S/A, visando suspender os efeitos do despacho de fls.186, proferido pelo MM. juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Gurupi/TO, que lhe indeferiu o benefício da gratuidade da justiça. Na origem, ingressou o agravante com a ação em epígrafe, visando o receber indenização por danos morais e materiais, oportunidade que requereu os benefícios da gratuidade da justiça, sendo o pedido deferido até a prolação da sentença. A irresignação do agravante funda-se no despacho do MM. Juiz singular prolatado nos seguintes termos: "...Já deferi ao autor o direito de recolher custas até sentença fls. 33. Intime-o a recolher as custas, taxa judiciária, inclusive, referente ao recursos de apelação, pena de deserção." (fls. 196). Nas suas razões, sustenta o agravante que é sólido o entendimento predominante, nos tribunais do país, de que o instituto da gratuidade da justiça foi concebido com o objetivo de facilitar ao máximo o acesso à justiça, para aqueles que não podem arcar com o ônus das despesas, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família. Assevera, ainda, que o pedido de concessão de gratuidade de justiça pode ser deferido em qualquer momento e fase do processo, mesmo em grau de recurso, não havendo que se falar em preclusão. Ao final, pugnou pela atribuição de efeito suspensivo ao presente instrumento, para que seja reformado o despacho fustigado, a fim de lhe ser deferido os benefícios da gratuidade da justiça. Acostou ao pedido os documentos de fls.10/196. É, em síntese, O RELATÓRIO. PASSO A DECISÃO. O recurso preenche os requisitos formais do artigo 525, do CPC, sendo adequado e tempestivo, razão pela qual dele conheço. Preliminarmente, registro que a reforma do nosso Código de Processo Civil (Lei nº8.950 de 13.12.94 e Lei nº9.756 de 17.12.98) concedeu ao Relator a faculdade de dar provimento de plano ao recurso manejado contra decisão que contrarie jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, ou de Tribunal Superior. No que se refere ao indeferimento da assistência judiciária, tem-se que a presunção de pobreza é juris tantum e, se não impugnada pela outra parte, deve ser deferida pelo juiz, sob pena de se restringir a garantia constitucional de acesso à justiça, conforme inteligência do art. 4º, caput, e § 1º, da Lei n°1.060/50, que, por oportuno, transcrevo: "Ar. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família. § 1º. Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos da lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais." Certo é que, a fim de coibir o uso indiscriminado de tal benesse, o próprio ordenamento jurídico prevê a forma de impugnação do benefício eventualmente concedido de forma injusta (Lei 1.060/50, art. 2º, § 2º), bem assim as sanções derivadas do comportamento temerário da parte, que consiste no pagamento até o décuplo das custas, conforme o caso. Por outro vértice, é questão pacífica na jurisprudência pártria que basta a simples afirmação de pobreza, na própria petição para, até prova em contrário, sejam concedidos à parte os benefícios da assistência judiciária, o que foi feito, in casu, como se pode constatar pela declaração de fls.10. Nesse compasso de idéias, com a devida venia, a tese desenvolvida no despacho agravado, apesar da relevância de seus argumentos, merece ser reformada, posto que se encontra totalmente divorciada dos objetivos contidos na Lei nº1.060/50, que regulamenta a assistência judiciária gratuita, bem como do entendimento jurisprudencial dominante do egrégio Supremo Tribunal Federal, na medida em que o direito de acesso ao judiciário está amparado constitucionalmente (art.5º, XXXV, da nossa Constituição Federal de 1988, conforme se vê da seguinte decisão do Supremo Tribunal Federal: "CONSTITUCIONAL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIO JUSTIÇA GRATUITA. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. PRECEDENTES. I - É pacífico o entendimento da Corte de que para a obtenção de assistência jurídica gratuita, basta a declaração, feita pelo próprio interessado, de que sua situação econômica não lhe permite ir a Juízo sem prejudicar sua manutenção ou de sua família. Precedentes. II - Agravo regimental improvido." (STF, AI-AgR 649283/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJe 02/09/08). E, ainda, do Superior Tribunal de Justiça: "PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DA DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO." 1 – (...) 2 - Assim sendo, esta Corte já firmou entendimento no sentido de que tem presunção legal de veracidade a declaração firmada pela parte, sob as penalidades da lei, de que o pagamento das custas e despesas processuais ensejará prejuízo do sustento próprio ou da família. 3 - Recurso provido, para reformando o v. acórdão recorrido, conceder aos recorrentes os benefícios da assistência judiciária gratuita." (REsp 710624/SP - 4ª Turma STJ - Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI - DJ 29/08/05, pág. 362)(g.n) ISTO POSTO, com fulcro no artigo 557, § 1ºA, do Estatuto Processual Civil Brasileiro, concedo a liminar pleiteada, para o fim de conceder ao agravante os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita. Publique-

se. Cumpra-se. Palmas, 11 de ABRIL de 2011.". (A) Desembargador BERNARDINO LUZ– Relator.

APELAÇÃO Nº 12498/2010
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS – TO
REFERENTE: AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL Nº 65984-0/08 - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
APELANTE: L. P. R. P.
ADVOGADO: DENISE MARTINS SUCENA PIRES
APELADO(S): C. H. D. DE L. E S.
ADVOGADO : ISAIAS GRASEL ROSMAN
PROCURADOR DE JUSTIÇA: LEILA COSTA VILELA MAGALHÃES
RELATOR: DESEMBARGADOR AMADO CILTON

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador AMADO CILTON – Relator, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de recurso aforado por L. P. R. P. contra sentença de lavra do MM. Juízo de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca desta Capital, exarada em sede de "Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável c.c. Partilha de Bens, Guarda de Filho e Alimentos" que lhe promove C. H. D. de L e S., por meio da qual o magistrado a quo homologou termo de transação entre as partes, pondo fim ao processo com resolução de mérito. É o relatório que interessa. DECIDO. Compulsando o arrazoado de apelo, denota-se que a apelante, não apresenta a imprescindível sucumbência que condiciona a interposição de recurso, ou mesmo dissonância entre o conteúdo do ajuste e a homologação levada a efeito pelo magistrado a quo, o que revela que pretende desconstituir a sentença sob foco tão somente em razão de arrependimento daquilo que pactuou. Cumpre ressaltar, ademais, que a substituição da via remetida por fax pela original, somente deve se dar no qüinqüídio apregoado, quando o ato praticado depender de prazo peremptório, o que não é a hipótese em comento, inexistindo preclusão nesse sentido. Tampouco há que se cogitar vício de representação processual, eis que a outorga de novo mandato pela recorrente se deu após a apresentação do pedido de homologação do acordo, não tendo o condão de desconstituí-lo. Desta forma, não há alternativa a esta relatoria, a não ser promover o imediato estancamento do recurso manejado, posto que configurada a hipótese de art. 557 do Código de Processo Civil, que assim reza: "O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior". Nesse aspecto, o festejado NELSON NERY JÚNIOR assim leciona: "Ao relator, na função de juiz preparador de todo e qualquer recurso do sistema processual civil brasileiro, compete o juízo de admissibilidade (cabimento, legitimidade recursal, interesse recursal, tempestividade, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer). Trata-se de matéria de ordem pública, cabendo ao relator examiná-la de ofício". (in Código de Processo Civil comentado, 4ª Edição, pág. 1.071, nota 02). Pelo que restou exposto, NEGO SEGUIMENTO ao recurso manejado, devendo o feito retornar, após o trânsito em julgado desta decisão, ao Juízo de origem para os fins de Direito. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 25 de março de 2011.". (A) Desembargador AMADO CILTON – Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 11605/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS Nº 12676-4/06 – 1ª VARA FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE PALMAS - TO
AGRAVANTE: L. C. F.
ADVOGADO: GLÁUCIO HENRIQUE LUSTOSA MACIEL E OUTROS
AGRAVADO(S): V.V.S.F.E.V.V.S.F.
ADVOGADO (A)S: HUGO BARBOSA MOURA E OUTRA
RELATOR: DESEMBARGADOR AMADO CILTON

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador AMADO CILTON – Relator, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Luiz Carlos Ferreira maneja o presente recurso de agravo de instrumento contra decisão exarada nos autos da Ação de Execução de Alimentos que lhe movem Vanessa Veloso Soares Ferreira e Viviane Veloso Soares Ferreira, onde o juiz monocrático, em sede de Exceção de Pré-executividade, afastou a alegação de que "a demora na efetivação da citação válida do Executado tenha dado a não interrupção da prescrição na forma prevista no artigo 219 do CPC, em razão de imputá-la ao próprio aparelho do Estado". Assevera que "no caso em tela, apesar da não localização do agravante, conforme carta precatória de fls. 15/22, as agravadas foram intimadas para se manifestarem no prazo de cinco dias, conforme despacho de fls. 23 e publicado no diário n. 1917, que circulou em 07/03/2008, sendo que as agravadas quedaram-se inertes, sendo que somente vieram a se manifestar 01 (um) ano após o despacho, mediante nova intimação". Neste esteio, entende que "a decisão recorrida deve ser reformada no sentido de reconhecer a prescrição da pretensão executiva de todo o período executado, determinando a extinção da execução". Requer a atribuição de efeito suspensivo ao apresente para que no mérito se reconheça a ocorrência da prescrição, extinguindo-se a execução. É o relatório, no que interessa.Passo a decidir.A própria natureza da decisão combatida torna descabida a conversão do presente recurso à forma retida.Ultrapassado esse ponto, hei de verificar se presentes os elementos autorizadores da medida liminar. Primeiramente esclareço que em que pesem as demais assertivas lançadas na vestibular do presente me aterei apenas àquela pertinente a apontada prescrição do direito de ação, eis que tais matérias além de não terem sido enfrentadas pelo juízo singular, não podem ser objeto da exceção de pré-executividade, onde se discute matéria de ordem pública ou aquelas que podem implicar na modificação ou extinção do direito do exeqüente, desde que comprovados de plano. Senão vejamos:"A exceção de pré-executividade só é cabível quando preenchidos simultaneamente os requisitos materiais e formais, quais sejam, que a matéria seja conhecida de ofício pelo magistrado e que não haja necessidade de dilação probatória. Precedente: REsp 1.110.925/SP, Rel. Min. Teori Zavascki, submetido ao rito do art. 543-C do CPC". (AgRg nos EDcl no Recurso Especial nº. 1172731/SP (2010/0000536-0), 2ª Turma do STJ, Rel. Humberto Martins. j. 15.04.2010, unânime, DJe 27.04.2010).Pois bem, em que pesem as ponderações do agravante não vislumbro assistir-lhe razão, eis que do compulsar dos autos nota-se que em razão da ausência de resposta por parte das credoras em relação a impossibilidade da citação do recorrente (não encontrado no do endereço indicado na vestibular), a Justiça quedou-se silente no processo por quase um ano para, após esse lapso de tempo, permitir nova oportunidade para as recorridas impulsionar o feito, quando, instadas pessoalmente, vieram aos autos informar o novo endereço para a citação do ora agravante, que, por sua vez, compareceu de forma espontânea em audiência de conciliação, dando-se assim por citado. (grifei). Neste esteio, tenho por razoável o entendimento lançado pelo magistrado no sentido de que se a demora da citação se deu, inclusive, devido à apontada morosidade do Judiciário, a interrupção da prescrição deve retroagir à data da propositura da demanda, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 219 do CPC. Quanto ao tema, a Corte Superior já se manifestou no seguinte sentido:"A propositura da ação no prazo previsto para o exercício da pretensão impede a declaração de prescrição, ainda que a citação tenha ocorrido após o decurso do lustro prescricional, ainda mais quando a culpa pela inércia não pode ser imputada ao autor. Inteligência da Súmula 106/STJ" (Recurso Especial nº. 1133521/DF (2009/0108076-6), 2ª Turma do STJ, Rel. Eliana Calmon. j. 27.10.2009, unânime, DJe 23.11.2009).Por todo o exposto, ante ao fato de não vislumbrar a fumaça do bom direito a ensejar a concessão do efeito suspensivo almejado, nego a concessão da medida liminar. No mais, tome a Secretaria as providências de praxe, inclusive, intimando as agravadas para apresentar suas razões. Intime-se.Cumpra-se.Palmas – TO, 30 de março de 2011.". (A) Desembargador AMADO CILTON – Relator.

APELAÇÃO Nº 13050/11
ORIGEM: COMARCA DE MIRANORTE – TO
REFERENTE: AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL Nº 1861/97 DA ÚNICA VARA
APELANTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
PROCURADOR: MARCOS GLEYSON ARAÚJO MONTEIRO
APELADO(S): SEBASTIÃO BARBOSA DE MELO
RELATOR: DESEMBARGADOR AMADO CILTON

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador AMADO CILTON – Relator, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "No termos do art. 108, II, da Constituição Federal, compete aos Tribunais Regionais Federais o conhecimento de recurso contra decisão de juiz estadual no exercício de jurisdição federal. Encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Intime-se.Cumpra-se.Palmas, 24 de março de 2011.". (A) Desembargador AMADO CILTON – Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11403/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE CONHECIMENTO CONDENATÓRIA Nº 7.513/99 DA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE GURUPI-TO
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE GURUPI-TO
PROC. GERAL DO MUNICÍPIO: ROGÉRIO BEZERRA LOPES E OUTROS
AGRAVADO(S): ARIANA COGO RODRIGUES
ADVOGADO (A)S: JOÃO GASPAR PINHEIRO DE SOUSA E OUTROS
RELATOR: DESEMBARGADOR AMADO CILTON

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador AMADO CILTON – Relator, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DESPACHO: "Do compulsar das fls. 83 verifica-se que a agravante peticionou nos autos solicitando a desistência do presente. Neste esteio, homologo a desistência solicitada. Intime-se.Cumpra-se.Palmas – TO, 28 de março de 2011.". (A) Desembargador AMADO CILTON – Relator.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº.11204/2010
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS-TO
REFERENTE: AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL Nº 10241-7/05 DA 4ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS
EMBARGANTE/APELANTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
PROC.(ª) DO ESTADO: MURILO FRANCISCO CENTENO
EMBARGADO/APELADO(S): D PNEUS COM. DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO(A): VANDERLEY ANICETO DE LIMA
RELATOR: DESEMBARGADOR AMADO CILTON

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador AMADO CILTON – Relator, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DESPACHO: "Promova-se a intimação da parte embargada para, desejando, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os embargos declaratórios manejados, em razão de haver pedido empreendido com efeitos infringentes.Intime-se.Cumpra-se.Palmas – TO, 24 de março de 2011.". (A) Desembargador AMADO CILTON – Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 11585/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRA FAZENDA PÚBLICA Nº 10.6740-9 DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE AURORA DO TOCANTINS – TO.
AGRAVANTE: ADENILTON DIAS DA CRUZ E OUTROS
ADVOGADO: GESIEL JANUÁRIO DE ALMEIDA
AGRAVADO(S): MUNICÍPIO DE NOVO ALEGRE-TO
ADVOGADO(A): SAULO DE ALM EIDA FREIRE
RELATOR: DESEMBARGADOR AMADO CILTON

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador AMADO CILTON – Relator, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "ADENILTON DIAS DA CRUZ e outros manejam o presente recurso de agravo de instrumento contra decisão exarada nos autos da AÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, onde o juiz monocrático determinou, ao receber a inicial, a citação do devedor, com base no artigo 730 do CPC, para opor embargos. Asseveram, em síntese, não ser "o caso da execução nos moldes do artigo 730 do CPC" eis que, "os exeqüentes se verão em uma lista sem fim de precatórios, tornando, seu direito de cunho alimentar inexpressivo". Requerem a antecipação dos efeitos da tutela com a revogação do despacho de

fls. 415, bem como "a expedição imediata das Requisições de Pequeno Valor para fins do limite previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, desde que individualmente não ultrapasse a 30 salários mínimos".É o relatório, no que interessa. Passo a decidir.Pois bem, a própria natureza da decisão combatida torna descabida a conversão do presente recurso à forma retida.Ultrapassado esse ponto, hei de verificar se presentes os elementos autorizadores da medida liminar. Primeiramente esclareço que ao contrário do que apregoam os agravantes, o valor executado no importe de R$ 128.353,76 (cento e vinte e oito mil trezentos e cinqüenta e três reais e setenta e seis centavos), conforme se observa da peça executiva, nada tem de "pequeno", não se admitindo, a meu sentir, para fins do limite previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, seu fracionamento. Outro não é o entendimento do Sodalício gaúcho: "Agravo de instrumento. Execução contra a Fazenda Pública. Precatório. Pequeno valor. Fracionamento por litigante, para fins do limite previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, que não pode ser admitido. O limite estabelecido no art. 87, I e II, do ADCT da CF, para pagamento direto, independentemente de precatório, há de ser considerado relativamente ao valor total em execução, e não ao valor que cada litigante, por força de eventual litisconsórcio ativo, no mesmo processo, tenha por receber. Inteligência da regra inserta no parágrafo único do mesmo art. 87, do ADCT. Agravo provido". (TJRS, 1ª Câm. Cív. do TJRS, AgIn 70005154703, rel. Des. Henrique Osvaldo Poeta Roenick, j. 18.12.2002).Neste esteio, em que pesem as ponderações dos agravantes não vislumbro lhes assistir a fumaça do bom direito, eis que nos casos como o em apreço agasalho o entendimento exarado pelo STJ no sentido de que "a despeito de a condenação referir-se à verba de natureza alimentar (proventos/pensões), a execução contra a Fazenda Pública deve seguir o rito do art. 730 do CPC, por tratar de execução de quantia certa. É que o art. 100 da Constituição Federal não excepcionou a verba alimentícia do regime dos precatórios, antes, apenas lhe atribuiu preferência sobre os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º do referido dispositivo legal (Redação dada pela Emenda Constitucional nº. 62, de 2009)". 1Por todo o exposto, hei de negar a medida liminar perseguida. No mais, tome a Secretaria as providências de praxe, inclusive, intimando a agravada para apresentar suas razões. Intime-se. Cumpra-se. Palma, 28 de março de 2011. ". (A) Desembargador AMADO CILTON – Relator.

1 (Recurso Especial nº. 1201255/RJ (2010/0129823-1), 2ª Turma do STJ, Rel. Mauro Campbell Marques. j. 02.09.2010, unânime, DJe 04.10.2010).

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 11662/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE EXECUÇÃO Nº 1.3188-7/08 – ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ALVORADA - TO
AGRAVANTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: RUTE SALES MEIRELLLES
AGRAVADO(S): FAUSTO BARBOSA DE RESENDE E OUTROS
ADVOGADO (A)S: JAIME SOARES DE OLIVEIRA
RELATOR: DESEMBARGADOR AMADO CILTON

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador AMADO CILTON – Relator, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "BANCO DO BRASIL S/A interpõe o presente recurso de agravo de instrumento contra decisão proferida nos autos da AÇÃO DE EXECUÇÃO promovida contra FAUSTO BARBOSA DE RESENDE e outros, onde o magistrado, entendendo imprestáveis os cálculos apresentados pelo exeqüente, remeteu os autos ao Contador Judicial para que fossem efetuados novos cálculos. Assevera ser incabível a manifestação do ilustre magistrado em relação aos encargos, por entender ser vedado ao juiz conhecer tais questões de ofício. Afirma que "não há que admitir-se que sejam os encargos acordados entre as partes alterados pelo Julgador, sem sequer ter sido provocado nesse sentido". Aduz que o periculum in mora resta consolidado no fato de ser "iminente a ameaça de diminuição de seu patrimônio em virtude de ato judicial que determinou a utilização de encargos diferentes dos avençados nas cédulas em Execução". Pleiteia o efeito suspensivo e, ao final, a cassação da decisão combatida. É o relatório, no que interessa. Passo a decidir. Primeiramente consigno que a própria natureza da decisão combatida impõe que o Tribunal receba o presente na forma de instrumento, na medida em que coaduno com o entendimento de que o agravo de instrumento manejado contra decisão exarada em sede de execução não pode ser convertido em agravo retido, ante a própria natureza do rito executivo. Passadas as considerações quanto ao processamento do presente, hei de verificar se presentes os elementos autorizadores da medida perseguida. Pois bem, de todo o compulsar do caderno recursal noto assistir a fumaça do bom direito a favor do agravante, eis que, a meu sentir, agiu o magistrado singular de forma equivocada ao considerar, de ofício, os cálculos apresentados na execução imprestáveis e, por conseguinte, determinar que a Contadoria Judicial confeccionasse novos cálculos, dessa vez, conforme o seu entendimento. Com efeito, friso que apresentados os cálculos no feito executivo, vedado é ao magistrado, ex officio, alterá-los ou, como no caso em foco, determinar que a Contadoria o faça, mesmo porque se trata de direito patrimonial disponível. Mutatis mutandis, outro não é o entendimento da Corte Superior: "Inviável, ainda, que o Tribunal decidisse a matéria de oficio. Ora, como é cristalino, não se trata de matéria de ordem pública, mas de direito patrimonial e disponível do particular. Assim, não estava aquele Corte a quo autorizada, nos termos da legislação processual de regência, a pronunciar-se sobre a matéria, em atenção, até mesmo, ao princípio do contraditório...". 1 Quanto ao perigo da demora, este se evidencia no fato de que, como bem asseverou o agravante, "é iminente a ameaça de diminuição de seu patrimônio em virtude de ato judicial que determinou a utilização de encargos diferentes dos avençados nas cédulas em Execução". Por todo o exposto, alternativa não me resta senão conceder o efeito suspensivo à decisão combatida. No mais, tome a Secretaria às providências de praxe, inclusive, intimando-se o agravado para apresentar suas razões. Intime-se. Cumpra-se. Palmas – TO, 12 de abril de 2011.". (A) Desembargador AMADO CILTON – Relator.

1 REsp. 968039 / PR - RECURSO ESPECIAL - 2007/0153148-3 - Ministra ELIANA CALMON (1114) - T2 - SEGUNDA TURMA - DJe 14/12/2009.

APELAÇÃO Nº 12765/2011
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS – TO
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE Nº101009-0/08 – 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: KLEDSON DE MOURA LIMA
APELADO(S): EDINELSON DE ARAÚJO TOMAZ
ADVOGADO : JOCÉLIO NOBRE DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR AMADO CILTON

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador AMADO CILTON – Relator, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de recurso de apelação manejado pelo ESTADO DO TOCANTINS contra sentença de lavra do MM. Juízo da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda e Registros Públicos da Comarca desta Capital, exarada em sede de *"Ação Declaratória de Nulidade"* que lhe é promovida por EDINELSON DE ARAÚJO TOMAZ, em que a magistrada monocrática, acolhendo a pretensão externada, declarou a nulidade de duas questões em certame interno para o curso de habilitação para cabos da Polícia Militar do Estado do Tocantins, do qual o autor foi um dos concorrentes, determinando sua reclassificação de acordo com a pontuação obtida em conseqüência da tutela jurisdicional concedida. É o relatório que interessa. DECIDO. O recurso merece acolhimento monocrático, eis que é posição consolidada no Superior Tribunal de Justiça não caber ao Poder Judiciário analisar ou revisar a correção de questões formuladas em concurso, diligência de âmbito administrativo e de exclusiva responsabilidade da Banca Examinadora nos termos fixados no Edital. Senão vejamos: "Nas demandas que discutem concurso público, a atuação do Poder Judiciário limita-se ao exame da legalidade do certame, vedada a apreciação dos critérios utilizados pela banca examinadora para a formulação das questões e atribuição de notas aos candidatos, sob pena de indevida incursão no mérito administrativo" (STJ – RMS/PR – Rel. Min. Jorge Mussi – D,J. 14/03/2011). "Firmou-se na Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça entendimento de que, em regra, não compete ao Poder Judiciário apreciar critérios na formulação e correção de provas. Com efeito, em respeito ao princípio da separação de poderes consagrado na Constituição Federal, é da banca examinadora desses certames a responsabilidade pela sua análise" (STJ – AgRg no RMS 22730/ES – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – D.J. 10/05/2010). "O reexame dos critérios usados pela Banca Examinadora na formulação das questões, correção e atribuição de notas em provas de concursos públicos é vedado, como regra, ao Poder Judiciário, que deve se limitar ao exame da legalidade e da observância das regras contidas no respectivo edital. Precedentes do STJ (STJ – AgRg no RMS 20158/RS – Rel. Min. Herman Benjamin – D.J. 21/08/2009). No caso concreto, a tutela requestada pelo demandante esbarra no impeditivo exposto nos julgados transcritos, vez que não se alega violação ao Edital, aos princípios norteadores da Administração Pública, ou mesmo se trata de erro material grosseiro do enunciado que impeça a compreensão da proposição, únicas hipóteses que viabilizam ao concorrente do certame socorrer-se do Poder Judiciário. O insurgimento do impetrante se funda fundamentalmente na incorreção das respostas às questões impugnadas. Diante do exposto, por recomendação do princípio processual constitucional da "razoável duração do processo", merece imediata reforma a decisão sob foco, aplicando-se, por analogia, a regra do §1º-A, do art. 557 do Código de Processo Civil, que autoriza o provimento monocrático do recurso quando a decisão confrontar súmula ou posição jurisprudencial dominante, ressalvando-se que, na hipótese em exame, se trata de impossibilidade jurídica do pedido, matéria de ordem pública, inclusive passível de reconhecimento de ofício. Em razão de dar causa à demanda, deverá o autor responder pelo pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 2.000,00 (dois mil reais) em razão da boa qualidade do laboro do procurador estatal, da média complexidade da causa e dos três anos de duração do processo. Contudo, permanece suspensa a exigibilidade das verbas em razão de ser o autor beneficiário de gratuidade. Pelo exposto, conheço do recurso manejado e, de ofício, reformo a sentença atacada no sentido de extinguir o processo sem resolução do mérito, com esteio no art. 267, VI, do CPC, invertida a condenação sucumbencial nos ternos adrede esposados. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 11 de abril de 2011.". (A) Desembargador AMADO CILTON – Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO 11082/2010
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE Nº 1.8649-1/05 DA ÚNICA VARA DA COMARCA DE FORMOSO DO ARAGUAIA/TO
AGRAVANTE: JOÃO DA CRUZ
ADVOGADO: ALBERY CESAR DE OLIVEIRA
AGRAVADO: PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADOS: MAURO JOSÉ RIBAS E MURILO SUDRÉ MIRANDA
RELATORA: JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juíza de Direito JUÍZA ADELINA GURAK – Relatora em Substituição ao Desembargador CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de tutela antecipada, interposto por JOÃO DA CRUZ contra a decisão proferida pelo juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Formoso do Araguaia que julgou improcedente a exceção de pré-executividade que opôs contra o agravado. Argumenta que a execução nº 2.053/2005, contra si proposta, não baseou-se em nenhum dos títulos executivos previstos no art. 585 do CPC e que a decisão ora combatida lhe acarretará indevida constrição de bens, pelo que pugna pela concessão de tutela antecipada para o efeito de suspender-se os efeitos da decisão questionada, impedindo o prosseguimento da execução, e, por ocasião do julgamento final, pela decretação de sua nulidade. Com a inicial trouxe os documentos de fls. 11/83. Solicitadas as informações, o juízo singular, conforme consta do documento de fl. 88, ressaltou a regularidade do andamento do feito, esclareceu que o agravante cumpriu tempestivamente o disposto no art. 526 do CPC e que, ao analisar o recurso, houve por bem manter a decisão ora combatida.Em síntese, é o relatório. DECIDO. Insta consignar, de início, a dupla numeração da fl. 83, a partir do recebimento da petição pela Divisão de Protocolo e Autuação.De acordo com o art. 525, do Código de Processo Civil, a petição de

agravo de instrumento deve ser instruída, obrigatoriamente, com as cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, das procurações outorgadas aos advogados do agravante e agravado e com o comprovante do preparo.Compulsando os presentes autos, observa-se a ausência do devido preparo, tendo em vista que o comprovante juntado a fl. 83, para essa finalidade, não prova a realização do pagamento das custas judiciais, conquanto refira-se a um "agendamento de pagamento de títulos" para data futura. Com efeito, o recurso foi interposto no dia 16/11/2010, tendo o agravante agendado o pagamento das respectivas custas para 14/12/2010, ou seja, quase um mês depois. Extrai-se do referido comprovante de agendamento a seguinte observação:"Pagamento agendado. A quitação efetiva desse débito dependerá da existência de saldo na sua conta corrente às 22hhs da data escolhida para pagamento. O comprovante definitivo somente será emitido após a quitação."Ausente a comprovação do pagamento das custas até a data da interposição do recurso, o agravante não se desincumbiu do ônus de instruir o recurso com todas as peças obrigatórias, tal qual preconizam os artigos 511 e 525, § 1º, do Código de Processo Civil. Nesse sentido :PROCESSUAL CIVIL. INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO CÍVEL. PREPARO. PAGAMENTO AGENDADO PARA DATA POSTERIOR. DESERÇÃO. EXEGESE DO ARTIGO 511 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. O agendamento bancário para o recolhimento do preparo recursal para data póstuma à interposição do apelo acarreta a sua deserção, tendo em vista que a comprovação do pagamento deve ocorrer até a protocolização do recurso. (TJ/SC, Rel. Des. Jairo Fernandes Gonçalves, Data: 18/03/2011).APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - PREPARO - AGENDAMENTO PARA PAGAMENTO EM DATA POSTERIOR À INTERPOSIÇÃO DO RECURSO - ARTIGO 511 DO CPC - INOBSERVÂNCIA - DESERÇÃO CONFIGURADA. O agendamento de pagamento da GRCTJ - Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Judiciárias - para data posterior ao protocolo das razões recursais não atende o comando do artigo 511 do CPC, colimando, por conseguinte, no decreto de deserção. (TJ/MG, Rel. Des. José Antônio Braga, DJ de 03/11/2009).APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DESCONTOS DE VALORES INDEVIDOS EM CONTA CORRENTE. VERBA INDENIZATÓRIA. MAJORAÇÃO DEVIDA. DESERÇÃO. JUROS MORATÓRIOS. SÚMULA 54 STJ. I- O COMPROVANTE DE AGENDAMENTO DE PAGAMENTO SUJEITO À DISPONIBILIDADE DE CRÉDITO EM CONTA, NÃO É APTO A INSTRUÇÃO DO PREPARO RECURSAL. (...). (TJ/GO, Rel. Des. Luiz Eduardo de Sousa, DJ 572 de 06/05/2010).Diante do exposto, ausente o pressuposto de admissibilidade do preparo, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, nos termos do art. 557, do Código de Processo Civil.Tendo em vista a dupla numeração da fl. 83, providencie-se a devida correção.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se .Palmas – TO, 30 de março de 2011. ". (A) Juíza de Direito JUÍZA ADELINA GURAK - em Substituição.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11417/2011
ORIGEM:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE:AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL Nº 5000264-80.2011.827.2729 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS
AGRAVANTE:MANOEL RICARDO ALVES COSTA
ADVOGADO:ARTHUR TERUO ARAKAKI
AGRAVADO:BANCO FINASA BMC S/A
RELATORA:JUÍZA ADELINA GURAK – EM SUBSTITUIÇÃO

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juíza de Direito ADELINA GURAK – Relatora em Substituição ao Desembargador CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de agravo de instrumento em que Manoel Ricardo Alves Costa postula a reforma da decisão proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível Comarca de Palmas que indeferiu a concessão liminar de tutela que lhe garantisse o direito de consignar em pagamento o valor que reputa incontroverso de um financiamento e que obstasse o agravado de inscrever seu nome em cadastros de órgãos de proteção ao crédito, sob o argumento de que seu direito está respaldado por um demonstrativo, elaborado por profissional da área contábil, atestando que o agravado vem lhe cobrando, indevidamente, valor superior ao acordado quando convencionado o contrato de financiamento. Com a inicial trouxe os documentos de fls. 10/42. Em síntese, é o relatório. DECIDO. De acordo com o art. 525, do Código de Processo Civil, a petição de agravo de instrumento deve ser instruída, obrigatoriamente, com as cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e agravado. Compulsando os presentes autos, observa-se que a sua formação é deficiente, na medida em que não contém documentos essenciais à apreciação da admissão recursal, quais sejam, a certidão da intimação da decisão agravada e a cópia do instrumento procuratório outorgado ao advogado do agravado, ou, na ausência deste, de certidão que ateste essa circunstância.Diante do exposto, considerando que o agravante não se desincumbiu do ônus de instruir o recurso com todas as peças obrigatórias, conforme preconiza o art. 525, inc. I, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, nos termos do art. 557 daquele diploma legal.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas – TO, 28 de março de 2011. ". (A) Juíza de Direito CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em Substituição ao (A) Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11456/2011
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE:(AÇÃO DE COBRANÇA Nº 1.7755-1/11, DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS/TO)
AGRAVANTE: HAEFFNER & HAEFFNER LTDA
ADVOGADO: MAURÍCIO HAEFFNER
AGRAVADO(A): SUPERMERCADO O CAÇULINHA LTDA, SUPERMERCADO O CAÇULINHA LTDA,RIBEIRO & COIMBRA LTDA E PORTO REAL ATACADISTA S/A
RELATORA: Juíza ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "HAEFFNER & HAEFFNER LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente representada, interpõe, nos termos do art. 522 e seguintes do CPC, Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo, em face de decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Palmas (fls. 11/12), que negou medida liminar de arresto, nos autos da ação ordinária de cobrança, interposta em desfavor do SUPERMERCADO O CAÇULINHA, RIBEIRO & COIMBRA LTDA e PORTO REAL ATACADISTA S/A. A decisão fustigada negou ao agravante medida acautelatória que objetivava o arresto de bens no estabelecimento comercial da empresa PORTO REAL ATACADISTA S/A, até o montante de R$ 12.430,35 (doze mil quatrocentos e trinta reais e trinta e cinco centavos), sob o argumento, dentre outros, de que a mesma não faria parte da relação mercantil de que trata a ação de cobrança, inobstante a identidade de seus sócios.Sustenta ainda não haver o decisum questionado, demonstração da dívida líquida e certa em face da empresa PORTO REAL ATACADISTA, capaz de receber o provimento jurisdicional e que o arresto atingiria diretamente seu patrimônio, sem ao menos tivesse sido ouvida.Nas razões do agravo, argumenta que a parte demandada não é uma empresa individual, mas um conglomerado de empresas, o que conduziria à solidariedade de responsabilidades, possibilitando o arresto postulado. Pondera que a manutenção da decisão agravada poderá ocasionar prejuízos, mormente pelo risco de a agravada desfazer-se do seu patrimônio, não conseguindo a satisfação de seu crédito. Requer tutela antecipada, para o efeito de determinar-se o arresto de tantas mercadorias quantas bastem para a garantia da satisfação do crédito, a ser efetuado no estabelecimento comercial da quarta agravada – PORTO REAL ATACADISTA S/A.Cópia da decisão agravada às fls. 11-12. Juntou documentos de fls. 10-146. É a síntese necessária. DECIDO.O recurso preenche os pressupostos de admissibilidade descritos nos artigos 524 e 525 do Código de Processo Civil, motivo pelo qual dele conheço.Como é cediço, o exame permitido neste momento processual se limita à verificação da presença dos requisitos para o deferimento liminar, quais sejam: o "fumus boni iuris", caracterizado pela relevância da fundamentação que demonstre aparência do bom direito para concessão do efeito suspensivo, e o "periculum in mora".No presente caso, não vejo verter em favor da agravante o primeiro requisito, uma vez que esta não demonstrou nos autos fundamentação relevante capaz de provocar a modificação do decisum fustigado. Tampouco emergem provas de suas alegações.O arresto consiste na apreensão judicial de bens do devedor, necessários à garantia da dívida líquida e certa, cuja cobrança judicial se promove ou se vai promover. Nos termos do art. 814, I e II, do Código de Processo Civil, para a concessão do arresto é essencial prova literal da dívida líquida e certa ou prova documental ou justificação de alguns dos casos do artigo 813 do CPC. A decisão recorrida afirmou que "não há título de dívida líquida e certa em face da requerida Porto Real Atacadista, capaz de receber provimento jurisdicional." A reforma desta decisão envolve matéria de prova, estando diretamente relacionada ao mérito da causa, pelo que incabível neste momento de cognição sumária a análise da mesma. Nesse sentido, colaciono jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:"PROCESSUAL CIVIL - CAUTELAR DE ARRESTO - REQUISITOS PARA SUA CONCESSÃO - MATÉRIA DE PROVA - VALOR DA CAUSA - AUTONOMIA JURÍDICA EM RELAÇÃO À AÇÃO PRINCIPAL - HONORÁRIOS - RECURSO NÃO CONHECIDO.I - Nesta instância especial não há como acolher recurso que pretende demonstrar a ocorrência dos requisitos para a concessão de arresto, quando de forma contrária entendeu o acórdão recorrido, pois isso envolveria análise de matéria de prova. Incidência da Súmula 7/STJ. II - .... III .... IV - Recurso não conhecido. (REsp 182500 / SP, 1998/0053492-0, T3 -, Min. Waldemar Zveiter, DJ: 02/05/2000, DJ 26/06/2000 p. 157)Desta forma, abstrai-se que o juízo monocrático, ao proferir a decisão agravada, agiu com a cautela e a prudência necessárias, indeferindo, naquele momento o arresto postulado. Desse modo, repiso, neste juízo de cognição sumária, não vislumbro a presença do fumus boni iuris, o que desautoriza a concessão da liminar.Isto posto, indefiro a antecipação dos efeitos da tutela recursal. Intime-se a parte Agravada para responder aos termos do recurso, no prazo de 10 dias, inteligência do artigo 527, inciso V, do Código de Processo Civil. Requisitem-se informações ao Juiz da causa, no prazo de 10 (dez) dias, conforme artigo 527, inciso IV, do CPC. Publique-se. Cumpra-se.Palmas – TO, 23 de março de 2011". (A) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11262/2010 - 11/0090620-4
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE EXECUÇÃO Nº 4118/98 DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO NACIONAL /TO
AGRAVANTE: MÁRIO KIYOCO KONDO E MITIYO KONDO
ADVOGADO: CARLOS CANROBERT PIRES
AGRAVADO: BANCO DO BRASIL
ADVOGADO: CIRO ESTRELA NETO
RELATORA: Juíza ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por MÁRIO KIYOCO KONDO E MITIYO KONDO contra a decisão proferida pelo juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Porto Nacional que indeferiu o pedido de extinção da execução proposta pelo agravado, ao argumento de que, tendo o juízo estabelecido prazo para que manifestasse interesse no prosseguimento do feito, sua inércia implica, necessariamente, no dever do juízo extinguir o feito. Alega que, ao contrário do que considerou o juízo singular, a execução não está suspensa, pois que determinada a suspensão tão somente da imissão do agravado na posse de um imóvel seu, como medida acautelatória, ante a existência de discussão acerca da validade da citação realizada naqueles autos e que o argumento de que a extinção do feito não impediria o agravado de propor outra execução não subsiste, porquanto a prescrição que sobreviria o impediria de demandar o crédito novamente. Assevera plausibilidade de sofrer danos irreparáveis com o ato questionado, mormente porque poderá o agravado, resolvida a questão acerca da validade da citação, ver restabelecido seu direito de imitir na posse do seu imóvel. Pugna por concessão de tutela liminar para o efeito de suspender-se a decisão combatida, e, no mérito, para que se declare a ação de execução extinta, sem resolução de mérito. Com a inicial juntou os documentos de fls. 12/97. Em síntese, é o relatório. DECIDO. De acordo com o art. 525, do Código de Processo Civil, a petição de agravo de instrumento deve ser instruída, obrigatoriamente, com as cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e agravado. Compulsando os presentes autos, observa-se que a formação do agravo de instrumento é deficiente, na medida em que não contém documentos essenciais à apreciação da admissão recursal, quais sejam, a cópia dos instrumentos procuratórios outorgados ao advogado da agravante Mitiyo Kondo e ao advogado do agravado, ou, neste último caso, de certidão que ateste sua ausência, não devendo, pois, ser o recurso conhecido. A tal propósito, confira-se orientação do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL.

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE TRASLADO DE PEÇA DE COLAÇÃO OBRIGATÓRIA. PROCURAÇÕES DE TODOS OS AGRAVANTES. DESATENÇÃO AO ART. 525, I DO CPC. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência do STJ, não se conhece de Agravo de Instrumento interposto sem as peças obrigatórias previstas no art. 525, I do CPC. 2. O princípio da instrumentalidade das formas não é aplicável em casos como a ausência de procuração de uma das partes recorrentes, tendo em vista não ser cabível por outro meio comprovar a regularização da representação processual da parte, a fim de lhe garantir a existência de defesa técnica e a concretização dos princípios do contraditório e da ampla defesa (AgRg no REsp. 838.013/DF, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 19.12.2008). 3. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no Ag 1278141/GO, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 23/11/2010, DJe 13/12/2010). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CÓPIA DO INSTRUMENTO PROCURATÓRIO OU CERTIDÃO DE INEXISTÊNCIA. PEÇA OBRIGATÓRIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. 1. Não viola o art. 525 do CPC o acórdão que não conhece do Agravo de Instrumento por falta de juntada de cópia da procuração outorgada ao advogado ou de certidão que ateste sua ausência. 2. É inadmissível Recurso Especial quanto a questão não apreciada pelo Tribunal de origem, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios. Incidência da Súmula 211/STJ. 3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1181324/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/04/2010, DJe 20/04/2010). Diante do exposto, considerando que o agravante não se desincumbiu do ônus de instruir o recurso com todas as peças obrigatórias, conforme preconiza o art. 525, inc. I, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, nos termos do art. 557 daquele diploma legal. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas – TO, 04 de abril de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11359/2011
ORIGEM:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE:AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 10.8903-8/10 - ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MIRACEMA DO TOCANTINS/TO
AGRAVANTE:GRENDENE S/A
ADVOGADOS:EDUARDO MASCARELLO E OUTROS
AGRAVADO:GOMES ARAÚJO LTDA
ADVOGADOS:JOSÉ PEREIRA DE BRITO E OUTROS
RELATORA:JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO AO Desembargador(a) CARLOS SOUZA – Relator(a), ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do(a) seguinte DECISÃO: "Trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo, interposto por GRENDENE S/A contra a decisão proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível Comarca de Palmas, que determinou a exclusão do nome do agravado dos cadastros de órgãos de proteção de crédito, ao argumento de que ausentes os requisitos para tal decisão, porquanto ausentes o fumus boni iuris, à vista da confissão da agravada reconhecendo parte do débito, e o periculum in mora, por existirem diversos registros de protestos de títulos em seu nome, além daqueles realizados pela agravante. Argumenta que o cumprimento da decisão combatida diminui a chance de lograr satisfazer o crédito que possui em face da agravada, e pugna, ao final, pela suspensão dos efeitos da decisão monocrática e que, por ocasião do julgamento final, seja confirmada a tutela liminar.Com a inicial juntou os documentos de fls. 10/68.Em síntese, é o relatório.DECIDO.Compulsando os presentes autos, observa-se que a sua formação é deficiente, na medida em que não contém documento essencial à apreciação da admissão recursal, qual seja, a certidão da intimação da decisão agravada, e embora cediço o entendimento de que tal requisito pode ser dispensado em sendo possível aferir dos autos a data da publicação da decisão combatida, no caso em tela tal verificação não se faz possível, conquanto os documentos destacados pelo agravante para tal fim, consubstanciados na cópia do Aviso de Recebimento e do termo de juntada, constantes de fls. 65/66, não indicam referirem-se à intimação da decisão fustigada. Com efeito, o AR que indica o agravante como destinatário, não descreve o conteúdo da correspondência enviada, e, ausente a numeração das páginas que se seguem à carta de citação expedida em cumprimento do teor da decisão combatida, não é possível sequer fazer uma inferência lógica para concluir que o documento é, de fato, relativo àquela carta de citação.Diante do exposto, considerando que o agravante não se desincumbiu do ônus de instruir o recurso com todas as peças obrigatórias, tal qual preconiza o art. 525, inc. I, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente agravo de instrumento, nos termos dos art. 557 daquele diploma legal.Publique-se. Intimem-se. Palmas – TO, 25 de março de 2011.". (A) JUÍZA ADELINA GURAK EM SUBSTITUIÇÃO.

2ª CÂMARA CÍVEL

SECRETÁRIA: ORFILA LEITE FERNANDES

Pauta

PAUTA Nº. 15/2011

Serão julgados pela 2ª Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas, em sua décima quinta (15ª) Sessão Ordinária de Julgamento, aos vinte e sete (27) dias do mês de abril de 2011, quarta-feira, a partir das 14:00 horas, ou nas sessões posteriores, os seguintes feitos:

FEITOS A SEREM JULGADOS

1. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11.320/11 (11/0091132-1)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO DE EXECUÇÃO Nº 10.6496-1/09,ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARAÍ-TO).
AGRAVANTE: TOMÉ CARLOS DE SOUZA E ANA MARIA DE SOUZA.
ADVOGADO: JOSÉ FERREIRA TELES.
AGRAVADO: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA.
ADVOGADO: MAURÍCIO CORDENONZI E OUTROS.
RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI.

4ª TURMA JULGADORA

Desembargador Luiz Gadotti	Relator
Desembargador Marco Villas Boas	Vogal
Desembargador Antônio Félix	Vogal

2. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11.133/10 (10/0089618-5)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO DE ALIMENTOS Nº 11.7015-0/09, DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE ARAGUAÍNA - TO)
AGRAVANTE: F.L.F.P
ADVOGADO: ALDO JOSÉ PEREIRA
AGRAVADO: L.H.DE C.B
ADVOGADO: ANDRÉ LUIZ BARBOSA MELO
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

1ª TURMA JULGADORA

Desembargador Antônio Félix	Relator
Desembargador Moura Filho	Vogal
Desembargador Daniel Negry	Vogal

3. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-10.959/10 (10/0088079-3)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO Nº 8.6227-9/09, DA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE GURUPI - TO)
AGRAVANTE: ANÉSIO GUERRA
ADVOGADO: ALBERY CÉSAR DE OLIVEIRA
AGRAVADA: GISELLE RODRIGUES DE PINA GUERRA
ADVOGADO: TARCÍSIO DE PINA BANDEIRA
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

2ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	Relator
Desembargador Daniel Negry	Vogal
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal

4. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11.131/10 (10/0089548-0)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO DE EXECUÇÃO Nº 3.2597-8/10, DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS-TO)
AGRAVANTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: OSMARINO JOSÉ DE MELO
AGRAVADA: ILSANIR BARRETO
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

2ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	Relator
Desembargador Daniel Negry	Vogal
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal

5. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11.202/10 (10/0090139-1)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 7.9652-0/10, DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE COLINAS DO TOCANTINS-TO)
AGRAVANTE: FELIPE FILHO VIEIRA
ADVOGADO: ROBERTO LUIZ LOPES DA SILVA
AGRAVADO: BANCO FINASA SA
ADVOGADO: MARCOS ANDRÉ CORDEIRO DOS SANTOS
RELATOR: DESEMBARGADOR DANIEL NEGRY

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Daniel Negry	Relator
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal
Desembargador Marco Villas Boas	Vogal

6. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-10.434/10 (10/0083818-5)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: (AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE Nº 1.9668-0/10, DA ÚNICA VARA DA COMARCA DE GOIATINS-TO)
AGRAVANTE: EURILÉIA ROCHA BORGES E OUTROS
ADVOGADO: JOÃO OLINTO GARCIA DE OLIVEIRA E OUTRO
AGRAVADO: JOSÉ DA SILVA SANTOS
ADVOGADO: FERNANDO HENRIQUE AVELAR OLIVEIRA
AGRAVANTE: G. R. B. E C. H. R. B
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR DANIEL NEGRY

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Daniel Negry	Relator
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal
Desembargador Marco Villas Boas	Vogal

7. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-9.499/09 (09/0074497-9)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS. .
REFERENTE: (AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER Nº 15506-8/09, DA ÚNICA VARA DA COMARCA DE ITAGUATINS-TO)
AGRAVANTE: BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO: FABRÍCIO SODRÉ GONÇALVES
AGRAVADO: MUNICÍPIO DE ITAGUATINS-TO
ADVOGADO: RANIERY ANTÔNIO RODRIGUES DE MIRANDA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR DANIEL NEGRY

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Daniel Negry	Relator
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal
Desembargador Marco Villas Boas	Vogal

8. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11.161/10 (10/0089780-7)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: (AÇÃO DE GUARDA PROVISÓRIA DE MENOR Nº 5.2958-1/10, DA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE COMARCA DE GURUPI - TO)
AGRAVANTE: E.A.DE C
ADVOGADO: REGINALDO FERREIRA CAMPOS
AGRAVADO: D.P DA C
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
RELATOR: DESEMBARGADOR DANIEL NEGRY

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Daniel Negry	Relator
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal
Desembargador Marco Villas Boas	Vogal

9. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-11.258/11 (11/0090590-9)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE Nº 123426-7/10, DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO NACIONAL-TO)
AGRAVANTE: JOÃO ALVES GUIMARÃES NETO
ADVOGADO: IHERING ROCHA LIMA
AGRAVADA: INVESTCO S/A
ADVOGADO: WALTER OHOFUGI JÚNIOR E OUTROS
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Vogal
Desembargador Moura Filho	Vogal

10. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-10.772/10 (10/0086515-8)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 1.7943-2/10, DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E DOS REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS-TO)
AGRAVANTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PROC. EST.: SULAMITA BARBOSA CARLOS POLIZEL
AGRAVADOA: FMM ENGENHARIA LTDA
ADVOGADOS: LEANDRO RÓGERES LORENZI E OUTRO
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Vogal
Desembargador Moura Filho	Vogal

11. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-10.652/10 (10/0085244-7)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: (AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 24256-8/10, DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI - TO)
AGRAVANTE: BANCO VOLKSWAGEN S/A
ADVOGADA: MARINÓLIA DIAS DOS REIS E OUTRO
AGRAVADO: ENALDO SIMÕES
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Vogal
Desembargador Moura Filho	Vogal

12. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AI-10.752/10 (10/0086305-8)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 6.6405-5/10, DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS-TO)
AGRAVANTE: DARCY MARIA RAMOS SOUZA
ADVOGADOS: LUIZ EDUARDO FRANCO COSTA E OUTROS
AGRAVADA: R. L. DE PAIVA
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Vogal
Desembargador Moura Filho	Vogal

13. REEXAME NECESSÁRIO - REENEC-1.749/10 (10/0090018-2)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4.179/03, DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS
IMPETRANTE: J. G. DE MELO OLIVEIRA E CIA LTDA
ADVOGADO: WILSON LIMA DOS SANTOS
IMPETRADO: GERENTE DA RECEITA E TRIBUTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO
PROC. GERAL MUN.:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS-TO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ALCIR RAINERI FILHO
RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI

4ª TURMA JULGADORA

Desembargador Luiz Gadotti	Relator
Desembargador Marco Villas Boas	Vogal
Desembargador Antônio Félix	Vogal

14. REEXAME NECESSÁRIO - REENEC-1.614/09 (09/0076998-0)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS.
REFERENTE: (AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA Nº 696811/06, DA 4ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS)
REMETENTE: JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE PALMAS
IMPETRANTE: ORLA PARTICIPAÇOES E INVESTIMENTOS S/A
ADVOGADO: ALBERTO RANIERE A. GUIMARÃES
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE PALMAS E PRESIDENTE DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE PALMAS
PROC. GERAL MUN.: ANTÔNIO LUIZ COELHO
PROC. JUSTIÇA: ELAINE NARCIANO PIRES
RELATOR: DESEMBARGADOR DANIEL NEGRY

3ª TURMA JULGADORA

Desembargador Daniel Negry	Relator
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal
Desembargador Marco Villas Boas	Vogal

15. REEXAME NECESSÁRIO - REENEC-1.753/10 (10/0090480-3)
ORIGEM: COMARCA DE FORMOSO DO ARAGUAIA
REFERENTE: (AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 69624-9/08, DA ÚNICA VARA)
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA DA COMARCA DE FORMOSO DO ARAGUAIA - TO
IMPETRANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRADO: MUNICÍPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA - TO
ADVOGADO: EDMILSON DOMINGOS DE S. JÚNIOR
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ALCIR RAINERI FILHO
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Vogal
Desembargador Moura Filho	Vogal

16. REEXAME NECESSÁRIO - REENEC-1.774/11 (11/0091701-0)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (AÇÃO ANULATÓRIA Nº 38955-7/09, DA 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APENSO: AI Nº 10347/10 – TJ/TO
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS - TO
IMPETRANTE: HERBALIFE INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA
ADVOGADO: WALTER OHOFUGI JÚNIOR
IMPETRADO: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Vogal
Desembargador Moura Filho	Vogal

17. CAUTELAR INOMINADA - CAUINOM-1.502/09 (09/0076751-0) APENSA À APELAÇÃO – AP - 9088/09
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: (AÇÃO DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA Nº 59073-2/09, DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO)
REQUERENTE: PAULINO EDUARDO FERNANDES PINTO COELHO
ADVOGADO: JADER FERREIRA DOS SANTOS
REQUERIDO: RICARDO LIRA DE REZENDE NEVES E REJANE REIS LIRA
ADVOGADO: JAQUELINE DE KÁSSIA RIBEIRO DE PAIVA E OUTROS
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

18. APELAÇÃO - AP-12.702/11 (11/0090979-3)
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI.
REFERENTE: (AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL Nº 12301/04, DA ÚNICA VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PROC. EST.: IRANA DE SOUSA COELHO AGUIAR
APELADA: FRANCO E ALMEIDA LTDA

RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

19. APELAÇÃO - AP-11.995/10 (10/0089090-0)
ORIGEM: COMARCA DE PEDRO AFONSO
REFERENTE: (AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO Nº 92311-3/08, DA ÚNICA VARA CÍVEL)
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
APELADO: R.F. R. S - MENOR IMPÚBERE, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEUS GENITORES JANARI ALVES SILVA E MÍRIAN RODRIGUES DOS SANTOS
DEF. PÚBL.: DANIEL CUNHA DOS SANTOS
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

20. APELAÇÃO - AP-11.864/10 (10/0088669-4)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA Nº 71989-1/09, DA 2ª VARA CÍVEL)
APELANTE: DEOSDETE RIBEIRO NETO E MARIA RAIMUNDA ALVES DA SILVA
ADVOGADO: GISELE RODRIGUES DE SOUSA
APELADO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: MILLER FERREIRA MENEZES E OUTRO
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

21. APELAÇÃO - AP-11.890/10 (10/0088781-0)
ORIGEM: COMARCA DE GUARAÍ.
REFERENTE: (AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 16096-0/10, DA ÚNICA VARA CÍVEL).
APELANTE: EDILSON LOSS E S/M APARECIDA ROSA GUIRADELLI LOSS
ADVOGADO: JOAQUIM GONZAGA NETO E OUTRO
APELADA: AGROFARM PRODUTOS AGROQUÍMICOS LTDA
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

22. APELAÇÃO - AP-11.714/10 (10/0087830-6)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS Nº 6325-2/09, DA 4ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTE: MARIA MARLÚCIA SILVA MONTEIRO
ADVOGADO: MARCELO SOARES OLIVEIRA
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS E INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - IGEPREV/TO
PROC. EST.: DRAENE PEREIRA DE ARAÚJO SANTOS
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

23. APELAÇÃO - AP-12.235/10 (10/0089685-1)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
REFERENTE: (AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 110677-1/08, DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APENSO: (EXECUÇÃO FISCAL Nº 22.406/02)
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS
PROC. EST.: DEOCLECIANO GOMES
APELADO: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA
DEF. PÚBL.: CLEITON MARTINS DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

24. APELAÇÃO - AP-10.816/10 (10/0082911-9)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA DECLARATÓRIA Nº13137-5/07, DA 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTES: JANALIA BARBOSA DE OLIVEIRA MONTELO, ALMERINDA FERREIRA DOS SANTOS E CREMILDA SILVA, DAMARES NEIVA SOARES, DIRCILEIA ALVES BORGES, DJACI REIS GOMES, ELZA MARIA NORONHA RODRIGUES SILVA, EDNA PIRES DE MORAIS SILVA MOREIRA, ELZINA ABREU BOTELHO, ELVIRA RESPLANDES PIMENTEL, FELICIDADE RODRIGUES SILVA, ISABEL MARIA BARROS CABRAL, IRANI SOARES NOLETO MENDES, JOELITA LOPES DE QUINTANILHA, JACQUELINE DUARTE DO NASCIMENTO, LUZAMAR LOPES LIMA, LUZIRENE NERES BARBOSA, LUCINETE DE SOUSA DA SILVA ARAUJO, MARIZETH RIBEIRO DIAS MONTEIRO, MARIA OCELIA GUIMARAES BARBOSA, MARIA DO CARMO RIBEIRO MOURA, MARIA ODINEIA BARBOSA DE SOUSA, MARIA ODILEIDE GUIMARAES BARBOSA LIMA, MARIA LUCIA BRITO DE OLIVEIRA, MARIA LUCIA BRITO DE OLIVEIRA, MARIA DO SOCORRO BARROS DE CARVALHO, MARIA DALVA BEZERRA DE CASTRO, MARIA APARECIDA JULIA DA SILVA, MARIA ALZENY DE SOUSA ALMEIDA, MARIA JACIRENE DA CRUZ NOLETO, MARIANA BATISTA DA SILVA, MARIA DO CARMO BARBOSA DA SILVA NASCIMENTO, MARIA CRISTINA LEAL BRECKENFELD FERNANDES, MARIA PEREIRA DE SOUSA, MARIA BONFIM DE ABREU MORAIS, MARIA DE JESUS BATISTA ROSA, SONIA NUNES DE OLIVEIRA POVOA, NIVALDO PEREIRA DOS SANTOS, NEUZIRENE PEREIRA REIS, NAZI ALVES DE BARROS FREITAS, RAIMUNDA FERREIRA DOS REIS, ROSANE SEVERO FERNANDES DA SILVA, SALMA BRITO BUCAR FERNANDES, SIRENE RODRIGUES FERNANDES E TEREZA SILVA PEREIRA
ADVOGADO: AFONSO JOSÉ LEAL BARBOSA E OUTRO
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS
PROC. EST.: KLEDSON DE MOURA LIMA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ EDUARDO SAMPAIO
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

25. APELAÇÃO - AP-12.110/10 (10/0089426-3)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE:(AÇÃO DE INDENIZAÇÃO Nº 81929-4/08, DA 5ª VARA CÍVEL)
APELANTE: OSVALDO GONZAGA SOARES
DEF.PÚBL.: FREDDY ALEJANDRO SOLÓRZANO ANTUNES
APELADO: INVESTCO S/A
ADVOGADO: CRISTIANE GABANA E OUTROS
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

26. APELAÇÃO - AP-12.392/10 (10/0090173-1)
ORIGEM: COMARCA DE COLINAS DO TOCANTINS
REFERENTE: (REPRESENTAÇÃO Nº 77785-2/10, DA VARA DE FAMILIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE)
APENSO: (BOLETIM CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA Nº 79598-2/10)
APELANTE: M. A. DOS S
DEF. PÚBL.: CAROLINA SILVA UNGARELLI
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROC. JUSTIÇA: JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

1ª TURMA JULGADORA

Desembargador Antônio Félix	Relator
Desembargador Moura Filho	Vogal
Desembargador Daniel Negry	Vogal

27. APELAÇÃO - AP-12.173/10 (10/0089566-9)
ORIGEM: COMARCA DE COLMÉIA
REFERENTE: (AÇÃO COBRANÇA Nº 389/05, DA 2ª VARA CÍVEL)
APELANTE: MUNICÍPIO DE COLMÉIA-TO
ADVOGADO: RONEI FRANCISCO DINIZ ARAÚJO
APELADA: VÂNIA SOARES GUEDES
ADVOGADO: JOCÉLIO NOBRE DA SILVA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ELAINE MARCIANO PIRES
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

2ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	Relator
Desembargador Daniel Negry	Revisor
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal

28. APELAÇÃO - AP-10.538/10 (10/0080936-3)
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI.
REFERENTE: (AÇÃO DE COBRANÇA Nº 59193-3/09, DA 1ª VARA CÍVEL)
APELANTE: RAFAELA PEREIRA REZENDE
ADVOGADO: LUIZ CARLOS DE HOLLEBEN LEITE MUNIZ
APELADO: ITAÚ SEGUROS S/A
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI

4ª TURMA JULGADORA

Desembargador Luiz Gadotti	Relator
Desembargador Marco Villas Boas	Revisor
Desembargador Antônio Félix	Vogal

29. APELAÇÃO CÍVEL - AC-8.699/09 (09/0073187-7)
ORIGEM: COMARCA DE FILADÉLFIA
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 16594-8/06, DA ÚNICA VARA)
APELANTE: MARIA IOLENE BEZERRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: DALVALAÍDES DA SILVA LEITE
APELADO: ESTADO DO TOCANTINS
PROC. EST.: MARÍLIA RAFAELA FREGONESI
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ELAINE MARCIANO PIRES
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

2ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	Relator
Desembargador Daniel Negry	Revisor
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal

30. APELAÇÃO - AP-12.017/10 (10/0089154-0)
ORIGEM: COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS
REFERENTE: (AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE Nº 3453/94, DA ÚNICA VARA)
APELANTE: N. F. C
ADVOGADO: JÚLIO SOLIMAR ROSA CAVALCANTI E OUTROS
APELADO: M. A. DOS S. R
ADVOGADO: JOCY BRITO FARIA E OUTRO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO VICENTE DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

31. APELAÇÃO - AP-12.190/10 (10/0089592-8)
ORIGEM: COMARCA DE COLMÉIA
REFERENTE: (AÇÃO DE COBRANÇA Nº 407/05, DA 2ª VARA CÍVEL)
APELANTE: MUNICÍPIO DE COLMÉIA-TO
ADVOGADO: RONEI FRANCISCO DINIZ ARAÚJO
APELADA: NEIDE DE SOUSA SILVA MIRANDA
ADVOGADO: JOCÉLIO NOBRE DA SILVA
PROCURADORA JUSTIÇA: ELAINE MARCIANO PIRES
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

2ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	Relator
Desembargador Daniel Negry	Revisor
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal

32. APELAÇÃO - AP-12.194/10 (10/0089597-9)
ORIGEM: COMARCA DE COLMÉIA
REFERENTE: (AÇÃO DE COBRANÇA Nº 411/05, DA 2ª VARA CÍVEL)
APELANTE: MUNICÍPIO DE COLMÉIA-TO
ADVOGADO: RONEI FRANCISCO DINIZ ARAÚJO
APELADA: GILSILÉIA MENDES DA SILVA LIMA
ADVOGADO: JOCÉLIO NOBRE DA SILVA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ELAINE MARCIANO PIRES
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

2ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	Relator
Desembargador Daniel Negry	Revisor
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal

33. APELAÇÃO - AP-13.182/11 (11/0092904-2)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 9802-3/08, DA 4ª VARA CÍVEL)
APELANTE: MARIA DO SOCORRO MARTINS BRINGEL FREITAS
ADVOGADO: ELISÂNGELA MESQUITA SOUSA E OUTRO
APELADA: HEBE PEREIRA FONSECA
ADVOGADO: ALONSO DE SOUZA PINHEIRO
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

34. APELAÇÃO - AP-11.868/10 (10/0088707-0)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE Nº 131697-9/09, DA 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS
PROC. EST.: MAURÍCIO F. D. MARGUETA
APELADO: GERALDO ALVES
ADVOGADO: CARLOS ANTÔNIO DO NASCIMENTO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO VICENTE DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

2ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	Relator
Desembargador Luiz Gadotti	Revisor
Desembargador Marco Villas Boas	Vogal

35. APELAÇÃO - AP-12.698/11 (11/0090975-0)
ORIGEM: COMARCA DE COLINAS DO TOCANTINS
REFERENTE: (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, Nº 55767-4/10, DA 2ª VARA CÍVEL)
APENSO: (AÇÃO CAUTELAR INONIMADA Nº 55766-6/10)
APELANTE: J. P. M. DE CASTRO
ADVOGADO: PAULO CÉSAR MONTEIRO MESDES JÚNIOR
APELADO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: PAULO ROBERTO VIEIRA NEGRÃO E OUTRO
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

2ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	Relator
Desembargador Daniel Negry	Revisor
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal

36. APELAÇÃO - AP-12.011/10 (10/0089134-5)
ORIGEM: COMARCA DE PORTO NACIONAL
REFERENTE: (AÇÃO DE CONHECIMENTO Nº 6.561/05, DA 2ª VARA CÍVEL)
APELANTE: JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
ADVOGADO: ARTHUR OSCAR THOMAZ DE CERQUEIRA
APELADO: JORNAL PARALELO 13 - II PROPAGANDA E JORNALISMO LTDA
ADVOGADO: HÉLIO MIRANDA
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

37. APELAÇÃO - AP-12.461/10 (10/0090356-4)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORIAS E/OU MATERIAIS Nº 103886-5/08, DA 2ª VARA CÍVEL)
APELANTE: IVÂNIA ANTUNES DIAS
ADVOGADO: JAIR DE ALCÂNTARA PANIAGO
APELADO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: ADRIANA MAURA DE TOLEDO LEME PALLAORO E OUTROS
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

38. APELAÇÃO - AP-11.977/10 (10/0089034-9)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (AÇÃO MONITÓRIA Nº 2817/02, DA 3ª VARA CÍVEL)
APELANTE: BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S/A - FINASA
ADVOGADO: OSMARINO JOSÉ DE MELO E OUTRO
APELADO: KAALED MUSTAFÁ BUCAR NETO E RUY GOMES BUCAR
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

39. APELAÇÃO - AP-11.734/10 (10/0087875-6)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 29014-5/08, DA 4ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTE: ESTADO DO TOCANTINS
PROC. EST.: AGRIPINA MOREIRA
APELADO: RICARDO ALVES PEREIRA
ADVOGADO: ANA FLÁVIA LIMA PIMPIM DE ARAÚJO
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

40. APELAÇÃO - AP-12.246/10 (10/0089736-0)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER Nº 81644-9/08, DA 3ª VARA CÍVEL)
APELANTE: MARIA APARECIDA DOS SANTOS LUSTOSA
ADVOGADO: SANDRO DE ALMEIDA CAMBRAIA E OUTRO
APELADO: BANCO PINE S.A
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

41. APELAÇÃO - AP-12.523/11 (11/0090666-2)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (AÇÃO DE ALIMENTOS Nº 65803-7/08, DA 1ª VARA DE FAMILIA E SUCESSÕES)
APELANTE: N. F. DE O., MENOR IMPÚBERE, REPRESENTADA POR SUA GENITORA: F. DO C. O. F
ADVOGADO: SOLANGE VAZ QUEIROZ ALVES E OUTRO
APELADO: C. G. DE O. J
DEF. PÚBL.: VANDA SUELI M. S. NUNES
PROCURADOR JUSTIÇA: CÉSAR AUGUSTO NARGARIDO ZARATIN
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

42. APELAÇÃO - AP-12.259/10 (10/0089806-4)
ORIGEM: COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS
REFERENTE: (AÇÃO DE EXECUÇÃO Nº 105260-6/07, DA 1ª VARA CÍVEL)
APELANTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
ADVOGADO: LOURÊNCIO MARTINS SILVA E OUTROS
APELADO: PAULO SÉRGIO REGO GOMES
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

43. APELAÇÃO - AP-13.238/11 (11/0093089-0)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 16239-2/08, DA 3ª VARA CIVEL)
APELANTE: MAURO BORGES DO REGO
ADVOGADO: MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA VILLANOVA VIDAL
APELADO: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: CRISTIANE DE SÁ MUNIZ COSTA
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

44. APELAÇÃO - AP-12.185/10 (10/0089587-1)
ORIGEM: COMARCA DE COLMÉIA
REFERENTE: (AÇÃO DE COBRANÇA Nº 411/05, DA 2ª VARA CÍVEL)
APELANTE: MUNICÍPIO DE COLMÉIA-TO
ADVOGADO: RONEI FRANCISCO DINIZ ARAÚJO
APELADO: RAIMUNDO LEVI SOARES RIBEIRO
ADVOGADO: JOCÉLIO NOBRE DA SILVA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ELAINE MARCIANO PIRES
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

2ª TURMA JULGADORA

Desembargador Moura Filho	Relator
Desembargador Daniel Negry	Revisor
Desembargador Luiz Gadotti	Vogal

45. APELAÇÃO - AP-11.930/10 (10/0088896-4)
ORIGEM: COMARCA DE CRISTALÂNDIA
REFERENTE: (AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO Nº 68369/09, DA ÚNICA VARA)
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
APELADO: ANTÔNIO ALVES FOLHA
DEF. PÚBL.: DANIEL FELÍCIO FERREIRA
PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

46. APELAÇÃO - AP-12.350/10 (10/0090022-0)
ORIGEM: COMARCA DE PEDRO AFONSO
REFERENTE: (AÇÃO DE DIVORCIO Nº 70851-6/07, DA ÚNICA VARA CÍVEL)
APELANTE: M. T. DA S
ADVOGADO: JOÃO CARLOS MACHADO DE SOUSA
APELADO: M. O. S. S
DEF. PÚBL.: DANIEL CUNHA DOS SANTOS
PROCURADOR JUSTIÇA: JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

47. APELAÇÃO - AP-13.123/11 (11/0092720-1)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL Nº 5322/02, DA 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PUBLICOS)
APELANTE: MUNICÍPIO DE PALMAS - TO
PROC GERAL MUN: ANTÔNIO CHRYSIPPO DE AGUIAR
APELADA: MARIA RIBEIRO TELES
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

48. APELAÇÃO - AP-11.695/10 (10/0087758-0)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIROS Nº 78701-5/08, DA 5ª VARA CÍVEL)
APELANTE: QUALITECH DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE INFORMATICA
ADVOGADO: ROGÉRIO BEIRIGO DE SOUZA
APELADO: LUCIANO AYRES DA SILVA
ADVOGADO: HUMBERTO SOARES DE PAULA
RELATOR: DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

5ª TURMA JULGADORA

Desembargador Marco Villas Boas	Relator
Desembargador Antônio Félix	Revisor
Desembargador Moura Filho	Vogal

Intimação às Partes

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº.9578 (09/0075251-3).
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL Nº. 3651-8/07 – 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS – TO.
AGRAVANTE: VITOR ANTÔNIO ALVES OLIVEIRA.
ADVOGADO: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO.
AGRAVADO: MUNICÍPIO DE PALMAS - TO
ADVOGADO: ANTÔNIO LUIZ COELHO.
RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI.

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador LUIZ GADOTTI– Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO:" VITOR ANTÔNIO ALVES OLIVEIRA interpõe agravo de instrumento contra decisão que, acostada às fls. 105/108, julgou parcialmente procedente a exceção de pré-executividade oposta nos autos da execução fiscal movida pelo Município de Palmas. Alega que os créditos tributários referentes ao ano 2002, perseguido na execução fiscal, estão prescritos, pois "a forma do cálculo prescricional é do 1º dia do ano de cobrança do tributo ou taxa, a saber, o tributo de 2001 tem como início a contagem do prazo prescricional o dia 1º janeiro de 2001 encerrando-se em 31/12/2005, de 2002, inicia-se em 1º de janeiro de 2002 e encerra em 31/12/2006." (fl. 14) Requer o provimento do recurso. É o breve relatório. O presente recurso comporta pronto exame de mérito em decisão monocrática, nos termos do art. 557, caput, do CPC, pois o recurso é manifestamente improcedente. Cuida a espécie de agravo de instrumento interposto contra decisão de fls. 105/108, proferida em exceção de pré-executividade oposta em execução fiscal municipal, que reconheceu a prescrição do IPTU do exercício de 2001 e afastou a prescrição do IPTU do exercício de 2002. Nos termos do art. 174 do Código Tributário Nacional, o prazo prescricional para a execução do crédito tributário é de cinco anos, a partir de sua constituição definitiva. A prescrição, causa extintiva do crédito tributário, resta assim regulada pelo referido artigo 174, verbis: "Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; (Redação dada pela LCP nº. 118, de 2005) II - pelo protesto judicial; III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor." Tratando-se de IPTU, tributo periódico, cujo fato gerador ocorre no dia 1º de janeiro do ano a que se refere, o prazo prescricional tem sua fluência a contar da data do lançamento definitivo, salvo impugnação ou qualquer causa suspensiva, impeditiva ou interruptiva. No caso, o débito executado se refere ao IPTU devido no exercício fiscal de 2002. O crédito tributário foi constituído em 15/04/2002, inscritos em 16/03/2006, com Certidão de Dívida Ativa nº. 21432.150 (fl. 36). A execução foi ajuizada em 31/01/2007 (fl. 28), e o despacho de citação, marco interruptivo da prescrição, em 09/03/2007 (fl. 42). Portanto, dentro do quinquênio legal, ainda que próximo do termo final. Ante o exposto, forte no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao agravo de instrumento. Comunique-se ao juízo de origem. Intimem-se. Palmas, 13 de abril de 2011. Desembargador Luiz Gadotti- Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 11688 (11/0095310-5)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DE CANCELAMENTO DE PROTESTO Nº 16135-7/06 – 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA - TO
AGRAVANTE: PROSEMENTES PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE SEMENTES LTDA.
ADVOGADO(S): ALINY COSTA SILVA E OUTRO.
AGRAVADO: ELIZABETH GUIMARÃES ARAÚJO.
ADVOGADOS: CRISTIANE DELFINO RODRIGUES LINS E OUTRA
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador ANTÔNIO FÉLIX – Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS do seguinte DESPACHO:" A míngua de pedido de liminar, e sendo o caso em que o agravo deve recebido na sua forma instrumentária, pois ataca decisão de recebimento de apelação, determino que se intime a

agravada, para, querendo contra-arrazoar o recurso, bem como seja notificado o MM. Juiz de 1º Grau acerca do cumprimento do disposto no Art. 526 do CPC. Decorrido o prazo legal, venham-me conclusos. P.R.I. Cumpra-se. Palmas, 13 de abril de 2011. Desembargador ANTÔNIO FÉLIX- Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº.10540 (10/0084495-9).
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: AÇÃO DE COBRANÇA Nº. 9857-2/07 – 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS - TO.
AGRAVANTE: CAPEMISA – SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A.
ADVOGADO: MARCIA AYRES DA SILVA E GRAZIELA TAVARES SOUZA REIS.
AGRAVADO: PETRÔNIO COELHO LEMES, PERSON COELHO LEMES E REJANE COELHO LEMES MOTA.
ADVOGADO: CARLOS ANTÔNIO DO NASCIMENTO.
RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI.

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador LUIZ GADOTTI – Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO: "CAPEMISA – SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, inconformada com a decisão exarada nos autos da ação de cobrança nº. 9857-2/07, que lhe movem Petrônio Coelho Lemes, Person Coelho Lemes e Rejane Coelho Lemes Mota, agravou de instrumento. Por haver questão prejudicial, limita-se o relatório ao delineado. É a síntese do necessário. Decido. A análise do caderno processual demonstra que, por duas vezes, esta Relatoria negou seguimento ao presente agravo de instrumento (fls. 62/63 e 72/75). Todavia, inconformado, o agravante apresentou o regimental de fls. 77/85. O exame dos autos evidencia a ausência de peça obrigatória elencada pelo inciso I do art. 525 do Código de Processo Civil. Isso porque, é dever do agravante apresentar todas as peças obrigatórias elencadas no art. 525, inciso I, do CPC no momento da interposição do recurso, sob pena de não conhecimento, sendo certo que, no caso de substabelecimento, é imperiosa a juntada da procuração outorgada ao advogado substabelecente, para que se possa aferir a regularidade da representação. No caso, a procuração original outorgada pelo agravante ao advogado Vitor Augusto de Souza Batista, o qual, em tese, encabeçaria a cadeia dos substabelecimentos dispostos às fls. 51, 52 e 53, não comportando conhecimento o recurso. A deficiência na formação do instrumento evidencia outro defeito, pois as advogadas signatárias da peça recursal não têm poderes para representar a agravante. E, no caso, não é possível a regularização processual nesta sede, pois o recurso deve apresentar todos os seus requisitos de admissibilidade extrínsecos e intrínsecos no momento da sua interposição. Na espécie, veja-se que à folha 51 a Dra. Beatriz Pereira Rosas substabelece às subscritoras, Dras. Márcia Ayres da Silva e Graziela Tavares Souza Reis. À fl. 52 o advogado Almir Meirelles Rosa substabelece à Dra. Beatriz Pereira Rosas e outros. À fl. 53 o advogado Vitor Augusto de Souza Batista substabelece ao Dr. Almir Meirelles Rosa. Até aqui, perfeita a cadeia de substabelecimentos. Entretanto, não consta o instrumento por meio do qual a CAPEMISA outorgaria poderes ao Dr. Vitor Augusto de Souza Batista. O que há nos autos, registre-se, é a procuração outorgada pela CONAPP - Companhia Nacional de Seguros ao advogado Thucydides Oliveira Queiroz, sem relação com a Agravante. Diante disto, constatada a ausência de pressuposto processual subjetivo, qual seja, o da capacidade postulatória, já que a parte recorrente não se encontra representado por advogado habilitado nos autos, descumprida está a regra do art. 37 do CPC. Isto posto, com fundamento no caput, do art. 557 do CPC, nego seguimento ao agravo de instrumento, porquanto ausente peça obrigatória, o que evidencia a incapacidade postulatória dos advogados subscritores. Por conseguinte, declaro prejudicado o agravo regimental. Cumpra-se. Comunique-se ao juízo do feito. Palmas, 11 de abril de 2011. Desembargador Luiz Gadotti – Relator.

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 1502 (10/0084824-5)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO RESCISÓRIA Nº 1550/02
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S.A.
ADVOGADA: ADRIANA MAURA DE TOLEDO LEME PALLAORO
REQUERIDO: JOÃO EVANGELISTA DE MARQUES SOARES
ADVOGADOS: GERMIRO MORETTI E OUTROS
RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MARCO VILLAS BOAS – Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS do seguinte DESPACHO :" Nos termos do art. 10, I, do Regimento Interno deste Tribunal, compete ao Presidente das Câmaras a execução de suas decisões. Destarte, baixem-se os autos à Diretoria Judiciária para redistribuição a este Relator, bem como para correção da denominação das partes na capa do processo e no sistema de acompanhamento desta Corte, em atenção ao que consta no cabeçalho deste despacho (requerente e requerido). Efetuadas as correções, intime-se o requerente para juntar aos autos cópia do acórdão para o qual busca cumprimento, acompanhado do comprovante do trânsito em julgado, para prosseguimento nos termos do art. 475-J do Código de Processo Civil. Cumpra-se. Palmas –TO, 29 de março de 2011. Desembargador MARCO VILLAS BOAS Presidente da 2ª Câmara Cível

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 10834 (10/0087119-0).
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA Nº. 125653-4/09 – 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARAÍ – TO.
AGRAVANTES: ALBERTO GRIS E ADRIANA MOACIR ALVES DA CRUZ GRIS.
ADVOGADO: LEANDRO ROGERES LORENZI.
AGRAVADO: BANCO DA AMAZÔNIA.
RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ GADOTTI.

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador LUIZ GADOTTI – Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte :" DECISÃO:" Trata-se de embargos de declaração opostos por Alberto Gris e Adriana Moacir Alves da Cruz Gris no feito em que contendem com o Banco da Amazônia em face da decisão que indeferiu parcialmente o pedido de efeito suspensivo do agravo de instrumento. Em razões, alegam à existência de omissão em dois pontos. Primeiro no que se refere à proibição de que o Banco Agravado se abstenha de inscrever o nome dos Agravantes nos órgãos restritivos de crédito; segundo no tangente à manutenção do maquinário na posse dos Agravantes, até deslinde final da demanda. É o relato do essencial. Merecem acolhimento os embargos de declaração opostos, uma vez que não constam da decisão embargada os pontos suscitados pelos embargantes. A jurisprudência admite a possibilidade de manutenção do bem na posse do devedor quando indispensável à sua atividade laboral, pois sendo privado deste dificultará ou até mesmo poderá impossibilitar o cumprimento das obrigações assumidas. Nesse sentido: "Direito civil e processual civil. Recurso especial. Busca e apreensão. Alienação fiduciária. Concessão de liminar. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição ou obscuridade. Caracterização da mora. Bens indispensáveis ao funcionamento da empresa. Devedor. Depositário judicial. (...) Admite-se a manutenção dos bens garantidores da alienação fiduciária na posse do devedor se demonstrada a indispensabilidade de tais bens para o exercício da empresa, desde que perfeitamente evidenciado que a postulação esteja envolta na verossimilhança do direito de que se considera detentor." (STJ, REsp. nº. 607.961/RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, 2ª Seção, Julg. 09/03/2005.) "ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. Consolidou-se a jurisprudência do STJ no sentido de admitir, excepcionalmente, que o bem permaneça na posse do devedor até o julgamento da demanda, para que não se paralise a atividade produtiva. Recurso especial não conhecido." (STJ - Resp 193098 / RS - 3ª. Turma - Rel. Min. Costa Leite - DJU 03.05.1999 - p. 149). No caso em tela, os agravantes sustentam que os bens alienados são imprescindíveis para o exercício do seu labor – uma vez que são agricultores –, a fim de que sejam mantidos na posse destes durante a tramitação da demanda, sob a condição de fiel depositário. No caso concreto, os bens penhorados em garantia se constituem em máquinas indispensáveis ao próprio desenvolvimento da atividade exercida pelos Agravantes. Deste modo, essencial, inclusive, para com elas produzir lucro para o fim de possibilitar o pagamento de seu débito e satisfação de eventual crédito devido à instituição financeira. Por outro lado, veja-se que a medida não é irreversível nem acarreta dano irreparável ao Banco Agravado, uma vez que as dívidas se encontram asseguradas por garantia hipotecária. Dessarte, na consideração de que os referidos bens são indispensáveis ao desenvolvimento das atividades agrícolas dos Agravantes, concedo, neste ponto, o efeito suspensivo almejado para determinar a manutenção do maquinário agrícola nas mãos dos Agravantes, até o final da demanda. No que atine à determinação para que o Banco Agravado se abstenha de inscrever o nome dos Agravantes nos órgãos de proteção ao crédito, conforme a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a concessão de liminar para vedar a inscrição do nome do devedor perante os órgãos de restrição ao crédito nas ações em que se busca a revisão do contrato originário somente é admissível quando preenchidos, simultaneamente, os seguintes requisitos: a) que exista ação judicial questionando o valor; b) que a contestação esteja fundada na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STJ ou do STF, e c) que seja efetuado o pagamento ou o depósito da parte incontroversa da dívida ou se preste caução. Na espécie, em cognição sumária não se vislumbra a presença de elementos de prova que conduzam ao convencimento da plausibilidade das alegações expostas nas razões recursais, tanto em relação à ilegalidade dos encargos, quanto em relação ao direito de alongamento da dívida. Embora exista uma ação discutindo os contratos e, também a intenção dos devedores em prestar caução, a contestação do valor contratado, ao contrário das afirmações dos agravantes, não se funda em jurisprudência consolidada do STF, tampouco do STJ. Aliás, apesar de os autores, ora agravantes, alegarem na inicial à existência de juros ilegais e não pactuados (item 6, fls. 95/96), o tópico sequer é ventilado nas razões do agravo de instrumento. Portanto, não restou demonstrada, em exame superficial, a aparência do bom direito, necessária à concessão da liminar pleiteada, razão pela qual não recebo, neste ponto, o recurso com efeito suspensivo e, por conseguinte, mantenho a decisão agravada. Oficie-se ao MM. Juízo de origem, comunicando-se dos termos desta decisão. Intimem-se as partes, a agravada para os fins do artigo 527, inc. V, do CPC. Palmas, 11 de abril de 2011. Desembargador Luiz Gadotti - Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11232/2010 (10/0090404-8)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 95520-3/10 DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS-TO
AGRAVANTE: COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS – CELTINS
ADVOGADOS: SÉRGIO FONTANA E OUTRO
AGRAVADOS: ADRIANA CAVENAGE e OUTROS
ADVOGADOS: MÁRCIO FERREIRA LINS E EVANDRO BORGES ARANTES
RELATOR: DESEMBARGADOR MOURA FILHO

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MOURA FILHO–Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte :" DECISÃO: " Cuida-se Agravo de Instrumento, com pedido de liminar, interposto por COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS - CELTINS, contra decisão proferida, nos autos da ação declaratória c/c repetição de indébito nº 2010.0009.5520-3/0, em trâmite na 5ª Vara Cível da Comarca de Palmas/TO, ajuizada por Adriana Cavenage e outros, ora agravados, em face da ora agravante. Na petição inicial da ação declaratória, os agravados sustentam não existir autorização legal para inclusão nas contas de energia elétrica dos valores referentes ao PIS e a COFINS. O Magistrado de primeiro grau concedeu a liminar determinando que a agravante abstenha-se de efetuar a cobrança de PIS e COFINS das faturas de energia elétrica dos agravados, a partir da citação, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), sem prejuízo das demais sanções civis e criminais cabíveis. Inconformada, a agravante interpôs o presente agravo aduzindo, em apertada síntese, que existe fundamento legal para o repasse dos valores referentes ao PIS/COFINS nas contas dos consumidores (art. 9º, §§ 2º e 3º da Lei 8987/97, art. 2º do Decreto nº 774/93, Resolução Homologatória da ANEEL nº 145/2005) sendo, portanto, legítima a cobrança. Defende que o repasse dos custos tributários relativos ao PIS e COFINS anteriormente era realizado de forma implícita e que passou a ser efetivado de forma explícita e direta na tarifa de energia até o limite de suas despesas tributárias efetivamente incorridas, por força da Resolução Homologatória nº145/2005, em conformidade com a Constituição Federal (art. 150, §5º), como destaque informativo aos consumidores da participação do PIS/COFINS no preço final da operação de fornecimento de energia elétrica. Contrapõe o argumento dos agravados, afirmando que os valores indicados sob a designação de PIS e COFINS nas constas de energia elétrica não tem natureza de tributo, mas sim de preço, pois correspondem ao repasse financeiro e à repercussão econômica do custo tributário

das referidas contribuições no valor da operação de fornecimento de energia elétrica. Colaciona julgados do Superior Tribunal de Justiça e doutrina. Em pedido alternativo, caso seja admitido que o PIS e COFINS, cobrados nas contas de energia elétrica, tenham natureza tributária, a agravante defende a sua ilegitimidade passiva, eis que os valores exigidos são repassados integralmente aos cofres da União, portanto, não integram o patrimônio da recorrente. Discorre sobre o perigo da demora inverso e pugna pela reforma da decisão proferida na instância singela. Liminar concedida às fls. 565/567. Conforme teor da certidão de fl. 571, não foram apresentadas contrarrazões. À fl. 573, o Magistrado singular informa ter proferido sentença julgando improcedentes os pedidos formulados na inicial. É o relatório. DECIDO. Conforme relatado, o Magistrado singular informa que proferiu sentença de mérito nos autos que deram origem ao presente recurso. Sendo assim, a análise do agravo de instrumento não produziria efeito algum, restando, conseqüentemente, prejudicado. Diante do exposto, com fundamento no artigo 557 caput do Código de Processo Civil, DECLARO PREJUDICADO o presente agravo de instrumento, ante a perda do objeto, determinando seu arquivamento. Palmas-TO, 13 de abril de 2011. Desembargador MOURA FILHO – Relator.

REENEC/Nº. 1786 (11/0092582-9)
ORIGEM: COMARCA DE GUARAÍ
REFERENTE: AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL Nº. 3074/04 – 1ª VARA CÍVEL
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARAÍ
EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE GUARAÍ
ADVOGADO: MÁRCIA OLIVEIRA RESENDE
EXECUTADO: JOSÉ ALVES DE SOUZA
DEFGENS. PÚBL.: ADIR PEREIRA SOBRINHO
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador ANTÔNIO FÉLIX – Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte :" DECISÃO:" RELATÓRIO Trata-se de reexame necessário remetido pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Guaraí, submetendo ao duplo grau de jurisdição a sentença proferida nos autos da Execução Fiscal em epígrafe, onde foi declarada a nulidade da CDA que instrui a inicial, julgando-se extinta a execução, com fulcro nos artigos 618 c/c 586 do CPC, c/c art. 1º da LEF, além do que reconheceu a prescrição do débito executado nos termos do art. 174 do CTN ,c/c Inciso III, "b", da CF/88. Inexiste recurso voluntário, sendo desnecessária a intervenção do Ministério Público, uma vez que a o Município está devidamente representado por advogado constituído. Eis o Relatório no que é essencial. Passo a decidir. A jurisprudência dos nossos Tribunais Superiores autoriza ao Relator negar seguimento, monocraticamente, a recurso em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF e STJ. Tal possibilidade alcança, também, a remessa necessária. Como é cediço em sede de execução fiscal a prescrição pode ser decretada de ofício, independentemente de provocação da parte, conforme dispõe o art. 219, § 5º, do CPC (Redação dada pela Lei nº. 11.280/06), pois trata-se de norma de ordem pública, aplicável aos processos em curso (art. 462 do CPC). No caso dos autos o magistrado a quo, observou a ocorrência da prescrição da Certidão de Dívida Ativa, consignando inclusive que sequer haveria finalidade prática na substituição da CDA, visto tratar-se de lançamentos referentes aos exercícios de 2000/2003. Ora, evidente que no caso o prazo prescricional de 05 (cinco) anos a tingiu a pretensão do município em receber o crédito fiscal. Correta a sentença, pelo que merece ser confirmada. Face ao exposto, decido no sentido de sentido de negar provimento ao presente recurso necessário, para manter in totum a sentença monocrática que concedeu a segurança nos autos do MS/Nº. 61686-7/10. P.R.I. Palmas -TO, 06 de abril de 2011. Desembargador – ANTÔNIO FÉLIX – Relator.

REENEC Nº. 1772 (11/0091698-6)
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
REFERENTE: AÇÃO DECLARATÓRIA Nº. 13253/06 – VARA DOS FEITOS DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DA FAZENDA E REGISTROS PÚBLICOS
REQUERENTE: VALDECI SOARES DE SOUZA
ADVOGADO: VERONICE CARDOSO DOS SANTOS
REQUERIDO: INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: JOSEO PARENTE AGUIAR
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO FÉLIX

Por ordem do Excelentíssimo Senhor' Desembargador ANTÔNIO FÉLIX – Relator ficam as partes interessadas nos autos epigrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO: " RELATÓRIO Trata-se de reexame necessário da sentença que proferida pelo MM. Juiz de Direito da Vara da Faz. Pública da Comarca de Gurupi, nos autos da ação declaratória em epígrafe, ajuizada por Valdeci Soares de Souza, em face do INSS, onde foi julgado procedente o pedido da inicial, reconhecendo-se o estado de invalidez do requerente, determinando, em conseqüência, o restabelecimento do benefício previdenciário que havia sido suspenso pelo requerido. Necessário esclarecer que a sentença foi remetida, nos termos do art. 475-I do CPC, ao Colendo TRF da 1ª Região, que declinou da competência, ao argumento de que o julgamento deste recurso está a feto ao 2º Grau da Justiça Estadual, nos termos do art. 109, I, da CF/88. A sentença foi proferida em 12/12/2007, sendo os autos remetidos ao TRF em 18/11/2009, e posteriormente retornou a este Sodalício em 13/12/2010. Inexiste recurso voluntário, sendo desnecessária a intervenção do Ministério Público, uma vez que a o INSS, devidamente representado na oportunidade processual que teve apenas postulou a remessa da sentença para o reexame necessário. Eis o relatório. A sentença reconheceu o direito do requerente tendo como base legal a legislação específica, Lei nº. 8.213/91, e art. 201 da CF/88. Neste contexto, considerou que o requerido nada demonstrou ou alegou de concreto, no sentido de contrapor-se as pretensões do requerente, e por este motivo, as provas coligidas nos autos pelo requerente, tornou possível o juízo adotado na sentença. Sem maiores ilações, visto que a matéria é simples e envolve apenas questão já definida em legislação específica, e que a sentença foi proferida dentro desses parâmetros legais, concluo que a mesma deve ser mantida na íntegra. Face ao exposto, decido no sentido de sentido de negar provimento ao presente recurso necessário, para manter in totum a sentença monocrática submetida a reexame. P.R.I. Palmas, 06 de abril de 2011. Desembargador – ANTÔNIO FÉLIX –Relator.

1ª CÂMARA CRIMINAL

SECRETÁRIO: WANDELBERTE RODRIGUES DE OLIVEIRA

Intimação às Partes

HABEAS CORPUS – HC 7439 (11/0095437-3
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: FABRÍCIO BARROS AKITAYA
PACIENTE: JOSÉ APARECIDO RIBEIRO DE QUEIROZ
DEFEN. PÚBL.: FABRÍCIO BARROS AKITAYA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS- TO
RELATOR: Desembargador DANIEL NEGRY

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador DANIEL NEGRY – Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: Fabrício Barros Akitaya impetra o presente *Habeas Corpus,* com pedido de liminar, com fulcro no artigo 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal, e artigos 647 e seguintes do Código de Processo Penal, em favor de JOSÉ APARECIDO RIBEIRO DE QUEIROZ, figurando como autoridade coatora o JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS.Informa o impetrante que o paciente teve mantido a sua prisão por suposta infração ao artigo 121 C/C 14, II, do Código Penal. Assevera a ilegalidade do decreto de prisional, já que antes da sentença condenatória, o que não é admitido em nosso ordenamento jurídico, pois não se evidencia a necessidade da medida constritiva à luz de pelo menos um dos fundamentos do artigo 312 do CPP.Em observância ao princípio constitucional da não culpabilidade, o julgador deve fundamentar a necessidade da medida excepcional em fatos concretos, sendo inadmissível mera referência a artigos legais ou conjecturas e ilações de que a liberdade do réu trará empecilhos ao tramite processual. Alega que à luz da jurisprudência de nossas Cortes Superiores, a circunstância exposta pelo magistrado singular mostra-se inidônea a justificar a segregação, pois a reincidência, por si só, não se presta a justificar a manutenção da prisão cautelar. Sustenta a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, para requerer a concessão da medida liminar.Acompanham a inicial os documentos de fls. 09/32.É o que importa relatar.Decido. A impetração é própria e preenche os requisitos de admissibilidade, razão pela qual dela conheço.Na análise de pedido de liminar, mesmo que em sede de *habeas corpus,* há que se constatar, para sua concessão, de plano e concomitantemente, os requisitos do *fumus boni juris*, bem como do *periculum in mora*. *In casu*, em que pesem às argumentações expendidas, após análise confortável ao estágio em que se encontra o feito, em confronto com os documentos que o instruem, não vislumbro a ocorrência dos requisitos indispensáveis à concessão da liminar pleiteada, máxime se considerarmos que em desfavor o paciente, além do delito relatado, pesam duas denúncias na Comarca de Novo Acordo, conforme afirmado pelo d. magistrado singular. Vejamos: "Com efeito, consta que além do delito ora em disceptação motivador de sua prisão, pesa contra o acusado duas denúncias na Comarca de Novo Acordo (2008.0008.3809-4/0 e 2009.0004.1527-2/0). Além disso, através de consulta processual realizada no sítio do TJTO, há registro de ter sido o autuado beneficiado com liberdade provisória (2009.0004.1532-9/0), contudo, diante de novo fato há indícios de não estar apto ao convívio social." Em face desses argumentos, não há que se falar, pois, em má fundamentação, vez que na r. decisão da dita autoridade coatora restou devidamente justificada a manutenção do paciente preso, devido à presença, a seu inteligir, dos motivos ensejadores do seu encarceramento cautelar, como meio de se garantir a ordem pública. Frise-se, nos termos da decisão objurgada, que as reiteradas condutas criminosas do paciente revelam a sua periculosidade e a necessidade de sua prisão para que se previna a prática de outros fatos delituosos garantindo, assim, a manutenção da ordem pública. Então, a pretensão do recurso em liberdade não tem sustentação nesse momento, mormente quando a decisão condenatória, declinando os maus antecedentes do réu, não deixa dúvida de que colocado em liberdade certamente voltará a delinquir, e que os motivos da segregação, capazes de, nesse momento, afastar a fumaça do bom direito. Posto isto, por não vislumbrar os requisitos ensejadores da medida pleiteada, INDEFIRO o pedido de liminar.Oficie-se à autoridade dita coatora, solicitando informações, no prazo de 10 (dez) dias, inclusive quanto ao estágio do processo, podendo ser prestadas inclusive via fax-símile, remetendo-lhe cópia da inicial.Após o prazo, com ou sem as informações, ouça-se o douto Órgão de Cúpula Ministerial.Autorizo o Senhor Secretário a subscrever o expediente.Publique-se. Cumpra-se.Palmas, 13 de abril de 2011. Desembargador DANIEL NEGRY-Relator."

HABEAS CORPUS N.º 7438/11 (11/0095346-6)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: FABRÍCIO DIAS BRAGA DE SOUSA
PACIENTE:ANTÔNIO CARLOS PEREIRA MOTA
DEFEN. PÚBL.: FABRÍCIO DIAS BRAGA DE SOUSA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE NOVO ACORDO-TO
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MOURA FILHO - Relator, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: "É consabido que em sede de *habeas corpus* a concessão liminar da ordem pode significar o exaurimento da prestação jurisdicional, pela própria natureza da decisão, de sorte que a denegação do mérito implicaria em novas providências para o ergastulamento do paciente indevidamente liberado, cujo sucesso dessa diligência seria uma incógnita. Daí porque antes de conceder tal medida o julgador deve ser especialmente cauteloso.Ademais, a concessão de liminar em sede de *habeas corpus* constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada, de forma manifesta, a necessidade e urgência da ordem, bem como o abuso de poder ou ilegalidade do ato impugnado.Na hipótese presente, tais circunstâncias não restaram evidenciadas de plano. À vista disso, deixo para deliberar sobre o pedido de soltura do réu por ocasião do julgamento final deste *writ*, quando então o Juiz indigitado coator já terá prestado suas informações, que somadas aos documentos carreados a estes autos, darão maior clareza e segurança a este Tribunal para decidir sobre os fatos alegados pelo impetrante.Diante do exposto e por cautela, DENEGO a liminar

requestada.NOTIFIQUE-SE o Juiz-impetrado para que preste as informações, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme disposto no art. 149 do RITJTO. Em seguida, OUÇA-SE a Douta Procuradoria Geral da Justiça.P.R.I.C.Palmas-TO, 13 de 04 de 2011. Desembargador MOURA FILHO-Relator."

2ª CÂMARA CRIMINAL

SECRETÁRIO: PELÁGIO NOBRE CAETANO COSTA

Intimação ás Partes

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS Nº 7311(11/0092771-6)

ORIGEM	:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
T. PENAL	:	ART. 155, § 4º,II C/C ART. 14, II DO CPB
AGRAVANTE	:	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE	:	UBIRATAN ARAÚJO DE SOUZA
DEF. PÚB.	:	VALDEON BATISTA PITALUGA
AGRAVADA	:	DECISÃO DE FLS.93/97
RELATORA	:	JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem da Excelentíssima Senhora Juíza Adelina Gurak – Relatora em Substituição, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados da decisão a seguir transcrita: "RELATÓRIO. Trata-se de Agravo Regimental interposto por UBIRATAN ARAÚJO DE SOUZA, com pedido de reconsideração, em face da decisão de fls. 51/54, que negou seguimento ao *habeas corpus* registrado sob nº 7311, impetrado contra o Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais da Comarca de Gurupi-To, pugnando pelo conhecimento do remédio constitucional e concessão do *habeas corpus*, em caráter liminar, para o efeito de conceder-se-lhe o direito à prisão domiciliar, vez que obteve progressão do regime fechado para o regime semiaberto, com data retroativa a 14/04/2010, via decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Criminal de Araguaína, em data de 27/04/2010, e que, por falta de vagas em estabelecimento adequado, estaria continuando a cumprir a pena no regime mais gravoso, sustentando que a alegada "supressão de instância", que teria motivado a negativa de seguimento do *habeas corpus*, não poderia constituir-se em óbice ao seguimento do recurso. 2. DECISÃO. Considerando os argumentos expendidos pelo agravante, bem como, precedentes desta Corte em dar seguimento a *habeas corpus* que tenham por objeto pedido de concessão de prisão domiciliar, reconsidero a decisão de fls. 51/54, para o efeito de conhecer do presente *habeas corpus*, e dar-lhe regular seguimento. Com efeito, o pedido de *habeas corpus* é cabível sempre que alguém se encontre sofrendo, ou na iminência de sofrer, constrangimento ilegal na sua liberdade de ir e vir. Trata-se, pois, de garantia individual destinada a fazer cessar o constrangimento ilegal ou a simples ameaça de constrição à liberdade do indivíduo. A liminar, em sede de *habeas corpus*, admitida pela doutrina e pela jurisprudência pátrias, reclama a demonstração inequívoca dos requisitos cumulativos das medidas cautelares. No caso em análise, dos documentos apresentados com a inicial, abstrai-se que o agravante/paciente, condenado à pena de 7 anos, 6 meses e cinco dias de reclusão, por prática do crime capitulado no art. 155, § 4º, II, c.c. 14, II, ambos do CP, obteve progressão para o regime semiaberto, com data retroativa a 14/04/2010, via decisão proferida pelo Juízo de Direito da Vara de Execuções Penais da Comarca de Araguaína-TO, tendo sido transferido do Presídio Barra da Grota de Araguaína para o Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã, em Gurupi-TO. Sob outro prisma, consta que além da condenação ora mencionada, o agravante/paciente tem condenações outras – fls. 39/40. Em sede de cognição sumária, a "priori". Não verifico manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida em caráter liminar, vez que o constrangimento não se revela de plano, impondo-se uma análise mais detalha, o que ocorrerá por ocasião do julgamento de mérito. Em questões similares a retratada nestes autos, conquanto haja orientações jurisprudenciais controversas, destaca-se a de que na ausência de vagas em estabelecimento penal específico para cumprimento de pena em regime semi-aberto há plausibilidade de ajustamento da execução. Confira-se: "HABEAS CORPUS' - RÉU EM CUMPRIMENTO DE PENA NO REGIME ABERTO - AUSÊNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PRÓPRIO - ADAPTAÇÕES - POSSIBILIDADE - ORDEM DENEGADA. 'Em se mostrando zeloso o magistrado na execução da sentença, ajustando o cumprimento da pena ao regime adequado, ainda que diante da ausência de vaga no estabelecimento próprio, não há que se falar em constrangimento a ser reparado pelo remédio heróico'. V.V. (TJ-MG - Número do processo: 1.0000.08.480371-7/000(1)/TJMG - Relator: Des.(a) MÁRCIA MILANEZ - Data do Julgamento 16/09/2008)". "AGRAVO EM EXECUÇÃO - REGIME ABERTO - PRISÃO DOMICILIAR - AUSÊNCIA DE VAGA EM CASA DE ALBERGADO - DECISÃO JURISDICIONAL FUNDADA - POSSIBILIDADE. Ao Juízo da execução é dado adaptar, ainda que parcialmente, o regime aberto estabelecido à estrutura carcerária disponível na Comarca, e, verificando impossibilidades, poderá ajustar a execução, seja ela inicial, seja ela decorrente de progressão, ao recolhimento domiciliar excepcional dos presos em regime aberto, desde que fundamente a impossibilidade, fundamento que, se declinado, sustenta-se por si só e deve ser aceito como legítimo, por estar aquele Juízo mais próximo da estrutura carcerária e ser acometido das atividades correcionais de verificação de tais estruturas, invertendo-se, portanto, o ônus da prova das virtuais possibilidades diversas. Recurso não provido. (TJ-MJ - Numeração Única: 0289150-25.2010.8.13.0000/TJMG - Relator:Des.(a) JUDIMAR BIBER - Data do Julgamento: 03/08/2010)". No mesmo sentido, recente julgado da 1ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça: EMENTA: "HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. CONDENAÇÃO EM REGIME SEMI-ABERTO. AUSÊNCIA DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL COMPATÍVEL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE LEGAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 117, DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. - O fato de não existirem vagas em estabelecimentos adequados não significa que o Estado deve deixar de executar a pena privativa de liberdade regular aplicada, colocando os condenados em regime semi-aberto em residências particulares, sem que haja qualquer controle ou fiscalização por parte da Administração, pois representaria uma verdadeira impunidade pelo crime praticado. - Ademais disso, existe vedação legal para concessão de prisão domiciliar, com base apenas na ausência de estabelecimento adequado para o cumprimento da pena, uma vez que tal concessão restringe-se às hipóteses do art. 117, da Lei de Execução Penal". ACÓRDÃO: "Acordam os componentes da 1ª Câmara Criminal deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob a presidência do Desembargador Daniel Negry, de conformidade com a ata de julgamento, por maioria de votos, desacolhendo o parecer da Douta Procuradoria-Geral de Justiça, em conhecer do presente writ, mas DENEGAR a ordem pleiteada. O Desembargador Marco Villas Boas – Vogal, em seu voto oral divergente, concedeu parcialmente a ordem para que o Juiz de 1º grau faça as adaptações necessárias para o cumprimento do regime semi-aberto. Votaram com o Relator os Desembargadores Antônio Félix – Vogal, Luiz Gadotti – Vogal e Daniel Negry - Presidente. A Douta Procuradoria-Geral de Justiça esteve representada pelo Promotor de Justiça Delveaux Vieira Prudente Júnior. Palmas-TO, 29 de março de 2011". – (JT-TO, 7321/11 – Relator Desembargador Moura Filho – Publ. DJ nº 2623, de 07/04/2011).Em tais termos, indefiro o pedido de liminar formulado na inicial. Oficie-se à autoridade coatora para que preste informações em dez dias. Após, juntadas as informações aos autos, colha-se o parecer da Procuradoria da Justiça. Publique-se. Palmas–TO, 11 de abril de 2011. Juíza ADELINA GURAK-RELATORA"

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS Nº 7325 (11/0092787-2)

ORIGEM	:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
T. PENAL	:	ART. 157, § 3º, PARTE FINAL, C/C ART. 29 CPB
AGRAVANTE	:	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE	:	FRANCISCO GOMES DE OLIVEIRA
DEF.PÚB.	:	VALDEON BATISTA PITALUNGA
AGRAVADA	:	DECISÃO DE FLS 57/60
RELATORA	:	JUÍZA ADELINA GURAK

Por ordem da Excelentíssima Senhora Juíza Adelina Gurak- Relatora em Substituição, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: DECISÃO: "RELATÓRIO. Trata-se de Agravo Regimental interposto por FRANCISCO GOMES DE OLIVEIRA, com pedido de reconsideração, em face da decisão de fls. 57/60, que negou seguimento ao *habeas corpus* registrado sob nº 7325, impetrado contra o Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais da Comarca de Gurupi-To, pugnando pelo conhecimento do remédio constitucional e concessão do *habeas corpus*, em caráter liminar, para o efeito de conceder-se-lhe o direito à prisão domiciliar, vez que obteve progressão do regime fechado para o regime semiaberto, com data retroativa a 06/03/2009, via decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Criminal de Araguaína, em data de 06/05/2010, e que, por falta de vagas em estabelecimento adequado, estaria continuando a cumprir a pena no regime mais gravoso, sustentando que a alegada "supressão de instância", que teria motivado a negativa de seguimento do *habeas corpus*, não poderia constituir-se em óbice ao seguimento do recurso. 2. DECISÃO. Considerando os argumentos expendidos pelo agravante, bem como, precedentes desta Corte em dar seguimento a *habeas corpus* que tenham por objeto pedido de concessão de prisão domiciliar, reconsidero a decisão de fls. 57/60, para o efeito de conhecer do presente *habeas corpus*, e dar-lhe regular seguimento. Com efeito, o pedido de *habeas corpus* é cabível sempre que alguém se encontre sofrendo, ou na iminência de sofrer, constrangimento ilegal na sua liberdade de ir e vir. Trata-se, pois, de garantia individual destinada a fazer cessar o constrangimento ilegal ou a simples ameaça de constrição à liberdade do indivíduo. liminar, em sede de *habeas corpus*, admitida pela doutrina e pela jurisprudência pátrias, reclama a demonstração inequívoca dos requisitos cumulativos das medidas cautelares. No caso em análise, dos documentos apresentados com a inicial, abstrai-se que o agravante/paciente, condenado à pena de 24 anos, 6 meses de reclusão, por prática do crime capitulado no art. 157, § 3º, parte final, c.c. 29, ambos do CP, obteve progressão para o regime semiaberto, com data retroativa a 06/03/2009, via decisão proferida pelo Juízo de Direito da Vara de Execuções Penais da Comarca de Araguaína-TO, tendo sido transferido do Presídio Barra da Grota de Araguaína para o Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã, em Gurupi-TO, sendo que, a teor da certidão que encontra-se às fls. 35, em data provável de 30/07/2012, em tese, pode vir a progredir para o regime aberto, estando seu livramento condicional previsto para 07/06/2021.m sede de cognição sumária, *a priori*. Não verifico manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida em caráter liminar, vez que o constrangimento não se revela de plano, impondo-se uma análise mais detalha, o que ocorrerá por ocasião do julgamento de mérito.m questões similares a retratada nestes autos, conquanto haja orientações jurisprudenciais controversas, destaca-se a de que na ausência de vagas em estabelecimento penal específico para cumprimento de pena em regime semi-aberto há plausibilidade de ajustamento da execução. Confira-se:"*HABEAS CORPUS'* - RÉU EM CUMPRIMENTO DE PENA NO REGIME ABERTO - AUSÊNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PRÓPRIO - ADAPTAÇÕES - POSSIBILIDADE - ORDEM DENEGADA. 'Em se mostrando zeloso o magistrado na execução da sentença, ajustando o cumprimento da pena ao regime adequado, ainda que diante da ausência de vaga no estabelecimento próprio, não há que se falar em constrangimento a ser reparado pelo remédio heróico'. V.V. (TJ-MG - Número do processo: 1.0000.08.480371-7/000(1)/TJMG - Relator: Des.(a) MÁRCIA MILANEZ - Data do Julgamento 16/09/2008)".AGRAVO EM EXECUÇÃO - REGIME ABERTO - PRISÃO DOMICILIAR - AUSÊNCIA DE VAGA EM CASA DE ALBERGADO - DECISÃO JURISDICIONAL FUNDADA - POSSIBILIDADE. Ao Juízo da execução é dado adaptar, ainda que parcialmente, o regime aberto estabelecido à estrutura carcerária disponível na Comarca, e, verificando impossibilidades, poderá ajustar a execução, seja ela inicial, seja ela decorrente de progressão, ao recolhimento domiciliar excepcional dos presos em regime aberto, desde que fundamente a impossibilidade, fundamento que, se declinado, sustenta-se por si só e deve ser aceito como legítimo, por estar aquele Juízo mais próximo da estrutura carcerária e ser acometido das atividades correcionais de verificação de tais estruturas, invertendo-se, portanto, o ônus da prova das virtuais possibilidades diversas. Recurso não provido. (TJ-MJ - Numeração Única: 0289150-25.2010.8.13.0000/TJMG - Relator: Des.(a) JUDIMAR BIBER - Data do Julgamento: 03/08/2010)".No mesmo sentido, recente julgado da 1ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça: EMENTA: "HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. CONDENAÇÃO EM REGIME SEMI-ABERTO. AUSÊNCIA DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL COMPATÍVEL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE LEGAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 117, DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. - O fato de não existirem vagas em estabelecimentos adequados não significa que o Estado deve deixar de executar a pena privativa de liberdade regular aplicada, colocando os condenados em regime semi-aberto em residências particulares, sem que haja qualquer controle ou fiscalização por parte da Administração, pois representaria uma verdadeira impunidade pelo crime praticado. - Ademais disso, existe vedação legal para concessão de prisão domiciliar, com base apenas na ausência de estabelecimento adequado para o cumprimento da pena, uma vez que tal concessão restringe-se às hipóteses do art. 117, da Lei de Execução Penal". ACÓRDÃO: "Acordam os componentes da 1ª Câmara Criminal

deste Egrégio Tribunal de Justiça, sob a presidência do Desembargador Daniel Negry, de conformidade com a ata de julgamento, por maioria de votos, desacolhendo o parecer da Douta Procuradoria-Geral de Justiça, em conhecer do presente writ, mas DENEGAR a ordem pleiteada. O Desembargador Marco Villas Boas – Vogal, em seu voto oral divergente, concedeu parcialmente a ordem para que o Juiz de 1º grau faça as adaptações necessárias para o cumprimento do regime semi-aberto. Votaram com o Relator os Desembargadores Antônio Félix – Vogal, Luiz Gadotti – Vogal e Daniel Negry - Presidente. A Douta Procuradoria-Geral de Justiça esteve representada pelo Promotor de Justiça Delveaux Vieira Prudente Júnior. Palmas-TO, 29 de março de 2011". – (JT-TO, 7321/11 – Relator Desembargador Moura Filho – Publ. DJ nº 2623, de 07/04/2011). Em tais termos, **indefiro o pedido de liminar formulado na inicial**. Oficie-se à autoridade coatora para que preste informações em dez dias.Após, juntadas as informações aos autos, colha-se o parecer da Procuradoria da Justiça. Publique-se. Palmas – TO, 11 de abril de 2011.Juíza ADELINA GURAK-RELATORA*".*

HABEAS CORPUS 7433(11/0095082-3)

ORIGEM	:	COMARCA DE ARAGUAÍNA – 2ª VARA CRIMINAL
T. PENAL	:	ART. 157, § 2º, II DO CPB
IMPETRANTE	:	RAINER ANDRADE MARQUES
ADVOGADO	:	RAINER ANDRADE MARQUES
PACIENTE	:	CARLOS GERMANO ALVES RODRIGUES
IMPETRADO	:	JUIZ DE DIREITO DA 2ªVARA CRIMINAL DE ARAGUAINA
RELATOR	:	JUIZ HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz Convocado HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO - Relator em Substituição ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: DECISÃO:Cuidam os autos de *HABEAS CORPUS*, com pedido de concessão de liminar, impetrado por Rainer Andrade Marques, em favor de CARLOS GERMANO ALVES RODRIGUES apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Araguaína, que indeferiu o pedido de liberdade provisória formulado pelo paciente. Segundo narrativa da inicial, o paciente encontra-se preso, em razão de Auto de Prisão em Flagrante, pela prática de crime tipificado no artigo 157, § 2º, II, do Código Penal. Alega o impetrante que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, posto que se encontra preso há mais de 5 meses, sem decisão definitiva. Aponta que o MM. Juízo baseou sua decisão tão somente na gravidade abstrata do crime, quando deveria atentar para a segurança jurídica do ato prolatado. Aduz que o paciente é réu primário e não possui qualquer condenação transitada em julgado, portanto, não é reincidente. Solicita, pra tanto, a concessão liminar da ordem de *habeas corpus* em favor do paciente. É o breve relatório. Passo a decidir. É fato que a liminar em *habeas corpus* não encontra previsão legal no ordenamento jurídico pátrio, sendo na realidade, criação doutrinária e jurisprudencial reservada aos casos em que o constrangimento ilegal no direito de ir e vir apareça evidenciada *prima facie* nos autos. Entretanto, apesar de extremamente célere e útil, a concessão da medida *in limine*, depende da coexistência de dois requisitos essenciais: o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Além disso, a possível nulidade ou irregularidade que cause o constrangimento ilegal deve aparecer com absoluta clareza nos autos, sob pena de indeferimento. Pois bem. Não há duvida que o excesso de prazo na instrução criminal provoca, em tese, constrangimento ilegal na prisão temporária ou preventiva. De igual forma, extrapolado o prazo da prisão temporária sem que se chegue a uma conclusão sobre a investigação que recai sobre a pessoa detida, também, é causa passível de concessão da ordem de *habeas corpus*. Porém, a apreciação do pleito liminar, em ambos os casos, esbarra na necessidade de analisar os motivos que ensejam a extrapolação do prazo, visto que, somente nos casos em que o excesso seja exclusivamente por culpa da máquina judiciária estatal é que se considera o constrangimento. Com efeito, no caso em exame, pela documentação acostada ao caderno processual não vislumbro de imediato e com a segurança necessária, a ocorrência de plausibilidade nas alegações do impetrante, visto que o excesso de prazo poderia, ao menos em hipótese, ser creditado ao próprio paciente e, ademais, as condições favoráveis ao paciente – que não é o caso – não são suficientes a evitar a decretação da prisão preventiva. *In casu*, os elementos até então presentes nos autos, demonstram que o paciente foi preso em flagrante delito pela prática do crime de roubo, em concurso de pessoas (art. 157, § 2º, II do Código Penal). Não vejo, por outro lado, como pretende fazer crer o impetrante, fundamentação do *decisum* monocrático apenas na gravidade abstrata do crime, já que a MM. Juíza argüiu em sua fundamentação estarem "presentes os autorizativos da prisão preventiva (art. 312 do CPP)", quais sejam, prova da materialidade do crime; indícios de autoria; crimes punidos com reclusão e "risco à ordem pública, em face da natureza do delito e as circunstâncias como ocorreu, visto que houve concurso de agentes e simulação do porte de arma de fogo, ocorrências que, só por si, revela a necessidade de prisão" (fl. 17). Nesse sentido, trago julgado do e. Superior Tribunal de Justiça: *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ARTIGO 121, PARÁGRAFO 2º, INCISOS I E IV, DO CÓDIGO PENAL). PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. DECISÃO FUNDAMENTADA. ORDEM DENEGADA. 1. A prisão do paciente - pronunciado pela prática de homicídio duplamente qualificado - foi mantida em decisão fundamentada, demonstrada a necessidade da medida, para garantia da ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal. 2. O paciente foi pronunciado em 1992 e, na sentença de pronúncia, determinou-se a expedição de mandado de prisão. A prisão ocorreu mais de dezesseis anos depois, em 2008, porque estava ele foragido do distrito da culpa. 3. A primariedade, bons antecedentes, exercício de ocupação lícita e outros predicados pessoais não impedem a decretação ou manutenção da prisão preventiva, se estiver demonstrada nos autos a necessidade do recolhimento provisório do agente. 4. Ordem denegada. (HC 152345 / SP; Rel. Min. CELSO LIMONGI (Desembargador Convocado do TJ/SP); SEXTA TURMA; DJe.: 06/12/2010). Os elementos de convicção coligidos aos autos, de fato, não amparam sua pretensão de obter o benefício da liberdade provisória. Desse modo, não se acha presente uma das condições para a concessão da medida liminar, qual seja, a fumaça do bom direito e, por essa razão, neste momento, INDEFIRO o pleito liminar. Solicitem-se informações à autoridade inquinada coatora, no prazo de 10(dez) dias. Após, com ou sem informações, sejam os autos enviados à Procuradoria Geral da Justiça para parecer. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas, 1 de abril de 2011. Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO-Relator".

HABEAS CORPUS Nº 7.003 (11/0090576-3)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
T. PENAL: ART. 129, §9º E 147 DO CP E ART. 7º, DA LEI 11.340/66 (FLS. 38)
IMPETRANTE: FABRÍCIO BARROS AKITAYA
DEFENS. PÚBLICO: FABRÍCIO BARROS AKITAYA
IMPETRADO: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DO PLANTÃO JUDICIÁRIO DA COMARCA DE PALMAS-TO
PACIENTE: ROSIRENE AMARAL CARVALHO
RELATORA: JUÍZA CÉLIA REGINA REGIS

Por ordem da Excelentíssima Senhora Juíza Convocada Dra CÉLIA REGINA REGIS – Relatora em Substituição, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: DECISÃO: Trata-se de HABEAS CORPUS, com pedido liminar, impetrado por FABRÍCIO BARROS AKITAYA, em favor de ROSIRENE AMARAL CARVALHO e contra decisão proferida pela Excelentíssima Senhora Juíza de Direito Substituta do Plantão Judiciário da Comarca de Palmas-TO. Sustenta o Impetrante que a Paciente foi presa em flagrante delito, sob a alegação de ter praticado crime capitulado no artigo 129, § 9º e art. 147, todos do Código Penal c/c artigo 7º da Lei 11.340/06, contra sua irmã Rosivane Amaral Cardoso. Argumenta que a decisão que mantém a Paciente presa não observou as disposições do art. 312 do CPP, de modo que as justificativas utilizadas pela Magistrada singular mostram-se inidôneas, especialmente por não ter fundamentado a decisão em fatos concretos. Assim, postula a concessão liminar da ordem com expedição de Alvará de Soltura em favor da Paciente, para que ela responda ao processo em liberdade e, no mérito, a sua confirmação. É o relatório. DECIDO. Busca o Impetrante, através do presente Writ a concessão da ordem para que seja expedido Alvará de Soltura, em favor da Paciente para que esta responda ao processo em liberdade. Nas informações prestadas pelo MM. Juiz de Direito Vara Especializada no Combate à Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas, juntada às fls. 50/51 dos autos, este menciona: "... em data de 25 de janeiro de 2011, foi realizada a audiência prevista no art. 16 da Lei nº 11.340/06, onde a vítima renunciou a representação criminal oferecida em desfavor de sua irmã Rosirene Amaral Carvalho, cuja retratação foi homologada naquele mesmo momento e, em ato contínuo, julgada extinta a punibilidade da indigitada acrimada, com a consequente rejeição da denúncia, e, bem assim, o relaxamento da prisão em flagrante daquela, a qual foi posta em liberdade no mesmo dia...". Destarte, sendo este o objeto do writ, não há qualquer constrangimento ilegal a ser sanado pela via ora manejada, evidencia-se, in casu, a superveniente perda do objeto do presente Habeas Corpus. Assim, JULGO PREJUDICADO o presente Habeas Corpus, ante a perda superveniente do objeto, a teor da regra estampada no artigo 659 do Código de Processo Penal. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquive-se com as cautelas de estilo. Palmas/TO, 06 de abril de 2011. Juíza CÉLIA REGINA REGIS - Relatora em substituição.

Intimação de Acórdão

HABEAS CORPUS Nº 7173 (11/009190-1/2)
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: LEANDRO FERNANDES CHAVES
PACIENTE: JOSÉ FRANCISCO FERREIRA ALENCAR
ADVOGADO: LEANDRO FERNANDES CHAVES
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL DE COLINAS/TO
PROC. JUSTIÇA: LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
RELATOR: Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

EMENTA: HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO PARA O OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. MERA IRREGULARIDADE. NECESSIDADE DE ANÁLISE DOS PRAZOS ENGLOBADAMENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO. 1. O prazo de cinco dias para oferecimento da denúncia, nas hipóteses de réu preso, busca evitar a restrição prolongada à liberdade sem acusação formada. Contudo, o lapso previsto para o oferecimento da denúncia não é capaz de, por si só, gerar a ilegalidade da prisão cautelar do paciente, na medida em que referida verificação deve se dar de forma global, como um todo diante do prazo previsto para a conclusão da instrução criminal e não isoladamente, em relação a cada ato procedimental. Outrossim, oferecida a denúncia, fica superado o suposto constrangimento ilegal por excesso de prazo para o seu oferecimento. 2. Assim, eventual atraso de 2 dias para o oferecimento da denúncia não gera a ilegalidade da prisão cautelar do recorrente. 3. Negativa de autoria que se mostra inviável de ser analisada nos estreitos limites do 'habeas corpus', que não comporta análise aprofundada e valorativa da prova. 4. Ordem denegada.
ACORDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus Preventivo nº 7173, figurando como impetrante Leandro Fernandes Chaves, paciente José Francisco Ferreira Alencar e como impetrado o Juiz de Direito da Única Vara Criminal da Comarca de Colinas/TO. Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador BERNARDINO LUZ, a 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, acolhendo o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, conheceu do habeas corpus para DENEGAR a ordem pleiteada, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Juiz Helvécio de Brito Maia Neto – Relator em substituição. Ausências momentâneas do Excelentíssimo Senhor Desembargador Amado Cilton e da Excelentíssima Senhora Juíza Adelina Gurak. Votaram acompanhado eminente Relator, os Excelentíssimos Senhores Juíza Célia Regina Régis e Desembargador Bernardino Luz. Representando o Ministério Público nesta instância compareceu o Exmo. Sr. Procurador ALCIR RAINERI FILHO. Palmas –TO, 05 de abril de 2011. Juiz Helvécio de Brito Maia Neto - Relator – em substituição .

APELAÇÃO Nº 11.854 (10/0088584-1)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL: 1595/02 – 1ª VARA CRIMINAL
T. PENAL: ARTIGO 316 DO CPB
APELANTE: ANTÔNIO NETO JÚNIOR FLORES
ADVOGADO: ÁLVARO SANTOS DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTATO DO TOCANTINS
RELATOR: JUIZ HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

EMENTA. PENAL – PROCESSUAL PENAL – CRIME PRATICADO POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO – ARTIGO 316 DO CÓDIGO PENAL – ADOÇÃO DE RITO ORDINÁRIO – AÇÃO PENAL INICIADA POR INQUÉRITO POLICIAL – SUMULA 330 STJ – PRESCRIÇÃO – AUTORIA E MATERIALIDADE – DOSAGEM DE PENA – PERDA DO CARGO PÚBLICO – APELO IMPROVIDO – SENTENÇA MANTIDA. 1. Nos termos da Súmula 330 do Superior Tribunal de Justiça "É desnecessária a resposta preliminar de que trata o artigo 514 do Código de Processo Penal, na ação penal instruída por inquérito policial", de modo que não há cerceamento de defesa caso o juiz não adote o referido rito. 2. O recebimento da denúncia interrompe a contagem do prazo prescricional, iniciando daí novo lapso temporal. 3. A prova dos autos é inconteste sobre a autoria e materialidade do delito, razão pela qual a condenação é medida que se impõe. 4. Verificando o magistrado que das oito circunstâncias judiciais, apenas duas beneficiam o réu, encontra-se correta a fixação da pena-base acima do mínimo legal. 5. A perda do cargo público, no caso de condenação a pena privativa de liberdade superior a quatro anos, é efeito natural da sentença, nos termos do artigo 92, II, 'b', do Código Penal. 6. Apelo a que se nega provimento.
ACÓRDÃO: Sob a Presidência do Sr. Des. BERNARDINO LUZ, a 4ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, votou pelo conhecimento do Apelo, para, no mérito negar-lhe provimento e manter a sentença recorrida. Com o relator votaram o Exmo. Ser. Des. BERNARDINO LIMA LUZ e a Exma. Sra. Juíza ADELINA GURAK. Representando o Ministério Público nesta instância compareceu o Exmo. Sr. Procurador ALCIR RAINERI FILHO. Palmas, 05 de abril de 2011. Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO - Relator em substituição.

APELAÇÃO Nº 11.854 (10/0088584-1)
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA/TO
REFERENTE: AÇÃO PENAL: 1595/02 – 1ª VARA CRIMINAL
T. PENAL: ARTIGO 316 DO CPB
APELANTE: ANTÔNIO NETO JÚNIOR FLORES
ADVOGADO: ÁLVARO SANTOS DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTATO DO TOCANTINS
RELATOR: JUIZ HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

EMENTA. PENAL – PROCESSUAL PENAL – CRIME PRATICADO POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO – ARTIGO 316 DO CÓDIGO PENAL – ADOÇÃO DE RITO ORDINÁRIO – AÇÃO PENAL INICIADA POR INQUÉRITO POLICIAL – SUMULA 330 STJ – PRESCRIÇÃO – AUTORIA E MATERIALIDADE – DOSAGEM DE PENA – PERDA DO CARGO PÚBLICO – APELO IMPROVIDO – SENTENÇA MANTIDA. 1. Nos termos da Súmula 330 do Superior Tribunal de Justiça "É desnecessária a resposta preliminar de que trata o artigo 514 do Código de Processo Penal, na ação penal instruída por inquérito policial", de modo que não há cerceamento de defesa caso o juiz não adote o referido rito. 2. O recebimento da denúncia interrompe a contagem do prazo prescricional, iniciando daí novo lapso temporal. 3. A prova dos autos é inconteste sobre a autoria e materialidade do delito, razão pela qual a condenação é medida que se impõe. 4. Verificando o magistrado que das oito circunstâncias judiciais, apenas duas beneficiam o réu, encontra-se correta a fixação da pena-base acima do mínimo legal. 5. A perda do cargo público, no caso de condenação a pena privativa de liberdade superior a quatro anos, é efeito natural da sentença, nos termos do artigo 92, II, 'b', do Código Penal. 6. Apelo a que se nega provimento.
ACÓRDÃO: Sob a Presidência do Sr. Des. BERNARDINO LUZ, a 4ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, votou pelo conhecimento do Apelo, para, no mérito negar-lhe provimento e manter a sentença recorrida. Com o relator votaram o Exmo. Ser. Des. BERNARDINO LIMA LUZ e a Exma. Sra. Juíza ADELINA GURAK. Representando o Ministério Público nesta instância compareceu o Exmo. Sr. Procurador ALCIR RAINERI FILHO. Palmas, 05 de abril de 2011. Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO - Relator em substituição.

PROCESSO: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO N.º 2566 (11/0093429-1)
ORIGEM: COMARCA DE CRISTALÂNDIA
REFERENTE: AÇÃO PENAL N.º 118459-6/10 – ÚNICA VARA CRIMINAL
TIPO PENAL: ARTIGO 121, CAPUT DO CPB
RECORRENTE: RAULINO TAVARES DA SILVA
DEF. PUBLICO: MACIEL ARAÚJO SILVA
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: JUIZ HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

EMENTA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – MATERIALIDADE COMPROVADA – RÉU QUE CONFESSA A AUTORIA DO DELITO – DÚVIDA QUANTO AO ANIMUS NECANDI – MATÉRIA QUE DEVE SER APRECIADA PELO CONSELHO DE SENTENÇA. A sentença de pronúncia não é decisão de mérito, mas de caráter meramente processual a ensejar a admissibilidade da acusação.
2. Havendo comprovação da materialidade e indícios suficientes da autoria, o réu deve ser pronunciado, salvo se existir flagrante excludente de ilicitude. 3. A questão sobre o animus do réu no momento da ação delituosa é matéria que deve ser apreciada pelo juiz natural dos crimes dolosos contra a vida que é o Tribunal do Júri. 4. Recurso em Sentido Estrito a que se nega provimento.
ACÓRDÃO: Sob a Presidência do Sr. Des. BERNARDINO LUZ, a 4ª Turma Julgadora da 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, votou pelo conhecimento do Apelo, para, no mérito negar-lhe provimento e manter a sentença de pronúncia. Com o relator votaram o Exmo. Ser. Des. BERNARDINO LIMA LUZ e a Exma. Sra. Juíza ADELINA GURAK. Representando o Ministério Público nesta instância compareceu o Exmo. Sr. Procurador ALCIR RAINERI FILHO. Palmas, 05 de abril de 2011. Juiz HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO - Relator em substituição.

DIVISÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS

Aviso de Licitação

Modalidade: Pregão Presencial nº 003/2011 - SRP

Tipo: Menor Preço Por Item

Legislação: Lei n. º 10.520/2002.

Objeto: Aquisição de suprimentos de informática.

Data: Dia 02 de maio de 2011, às 08:30 horas.

Local: Sala da Seção de Licitação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Nota: Outras informações na Seção de Licitação deste Tribunal, pelo telefone 0xx63-3218-4590, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas, ou pela Internet no site www.tjto.jus.br, Palmas/TO, 28 de março de 2011.

Manoel Lindomar Araújo Lucena
Pregoeiro

Extrato de Contrato

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 018/2011
PROCESSO: PA nº. 41962/2011
CONTRATO Nº. 018/2011
CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
CONTRATADO: Copiadora Exata Ltda.
OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de material impresso/expediente/permanente: 1000 (mil) crachá em papel reciclado 180 g marca exata; 2000 (dois mil) envelopes, em papel reciclado que acompanham o cartão de cumprimento/felicitações, marca exata; 2000 (dois mil) cartões, de cumprimentos/felicitações/convite em papel reciclado, marca exata; 500 (quinhentos) cartões para anotações/recado/despachos em papel reciclado; 400 (quatrocentos) capas protetoras para entrega de documentos e/ou certificados, marca exata; 2000 (dois mil) etiquetas circulares, auto adesivas, tamanho 20 mm, marca exata.
VALOR: 29.090,00 (vinte e nove mil e noventa reais)
RECURSO: Funjuris
PROGRAMA: Modernização do Poder Judiciário
ATIVIDADE: 2011.0601.02.0610.009.4042
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30
FONTE: 0240
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12/04/2011.

DIVISÃO DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS

Intimação às Partes

RECURSO ESPECIAL NO MS Nº 4470/10- RE-RATIFICAÇÃO

ORIGEM:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE:AÇÃO MANDADO DE SEGURANÇA
RECORRENTE:ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO:FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA
RECORRIDO(S):MANOEL MIGUEL PIO RAMOS
ADVOGADO:RODRIGO COELHO E OUTROS
RELATORA:Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO Com fundamento no artigo 542 do Código de Processo Civil, intime-se a parle recorrida para, querendo, apresentar contrarra/.ões ao presente recurso, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, volvam-me conclusos, para as providencias de mister. P.R.I. Palmas (TO), 11 de abril de 2011. Desembargadora JACQUELINE ADORNO – Presidente.

DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Intimação às Partes

INTIMAÇÃO ÀS PARTES DA 3690ª DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA AUTOMÁTICA

REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2011

PRESIDENTE A EXMA. SRA. DESA. JACQUELINE ADORNO

PRESENTE(S) A SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO: FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO

DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO: SHEILA SILVA DO NASCIMENTO

AS 17:05 HORAS, FORAM DISTRIBUÍDOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS, OS SEGUINTES FEITOS:

PROTOCOLO : 08/0065648-2 - 27/6/2008
APELAÇÃO CÍVEL 7960/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
RECURSO ORIGINÁRIO: 30553-7/06
REFERENTE : (AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO Nº 30553-7/06 - 3ª VARA CÍVEL)
APELANTE : BANCO DA AMAZÔNIA S/A

ADVOGADO : WANDERLEY MARRA
APELADO : ROLEMBERG EGÍDIO FERREIRA DE AGUIAR
ADVOGADO : JOAQUIM GONZAGA NETO
RELATOR: DANIEL NEGRY - TERCEIRA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011, PREVENÇÃO POR DESEMBARGADOR

PROTOCOLO : 09/0071094-2 - 12/2/2009
APELAÇÃO CÍVEL 8501/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
RECURSO ORIGINÁRIO: 19630-4/06 AC- 7960
REFERENTE : (AÇÃO DE EXECUÇÃO Nº 19630-4/06 DA 2ª VARA CÍVEL)
APELANTE : BANCO DA AMAZÔNIA S/A
ADVOGADO : SILAS ARAÚJO LIMA
APELADO : ROLEMBERG EGÍDIO FERREIRA DE AGUIAR
ADVOGADO : DANIELA A. GUIMARÃES
RELATOR: DANIEL NEGRY - TERCEIRA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011, PREVENÇÃO POR DESEMBARGADOR

PROTOCOLO : 10/0082479-6 - 23/3/2010
AÇÃO PENAL- PROCEDIMENTO ORDINÁRIO 1685/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: INQ 1700/06
REFERENTE : (INQUÉRITO POLICIAL DA DELEGACIA DE HOMICÍDIOS DE PALMAS/TO Nº 018/06)
T.PENAL : ART. 302, CAPUT DA LEI 9.503/97
AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RÉU : MILTON LAMENHA DE SIQUEIRA
ADVOGADO(S: CLEBER LOPES DE OLIVEIRA E OUTRO
RELATOR: BERNARDINO LUZ - TRIBUNAL PLENO
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011
IMPEDIMENTO DES: LIBERATO PÓVOA - JUSTIFICATIVA: CONFORME DESPACHO DE FLS. 310 - RELATORA EM SUBSTITUIÇÃO DECLAROU-SE SUSPEITA PARA ATUAR NESTE FEITO.

PROTOCOLO : 10/0084824-5 - 1/7/2010
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 1502/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: AR 1550/02
REFERENTE : (AÇÃO RESCISÓRIA Nº 1550/02 DO TJ-TO)
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO : ADRIANA MAURA DE TOLEDO LEME PALLAORO
REQUERIDO : JOÃO EVANGELISTA DE MARQUES SOARES
ADVOGADO(S: GERMIRO MORETTI E OUTROS
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - 2ª CÂMARA CÍVEL
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011, PREVENÇÃO POR DESEMBARGADOR

PROTOCOLO : 11/0092488-1 - 28/2/2011
APELAÇÃO 13075/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 65011-9/07
REFERENTE : (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 65011-9/07 - 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTE : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª) E: JAX JAMES GARCIA PONTES
APELADO : MERVAL PIMENTA AMORIN
ADVOGADO : ROBERVAL AIRES PEREIRA PIMENTA
RELATOR: WILLAMARA LEILA - QUARTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011
IMPEDIMENTO DES: DANIEL NEGRY - JUSTIFICATIVA: CONFORME DESPACHO DE FLS. 149, NOS TERMOS DO ART. 131, I, § ÚNICO DO CPC.

PROTOCOLO : 11/0094696-6 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13571/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 36528-5/08
REFERENTE : (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E/OU MATERIAIS Nº 36528-5/08 DA 1ª VARA CIVEL)
APELANTE : JOSÉ SÃO JOSÉ LTDA
ADVOGADO : JADER FERREIRA DOS SANTOS
APELADO : JOAO ALBERTO ALVES DA COSTA FILHO
ADVOGADO : RAFAEL CABRAL DA COSTA
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094698-2 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13572/TO
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
RECURSO ORIGINÁRIO: 52953-9/08
REFERENTE : (AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS Nº 52953-9/08 DA 2ª VARA CIVEL)
APELANTE : MARCOS PAULO RIBEIRO MORAIS
ADVOGADO : JAVIER ALVES JAPIASSÚ
APELANTE : RIO LONTRA RADIO E TELEVISÃO LTDA
ADVOGADO : GUILHERME TRINDADE M. COSTA
APELADO : JOAO BATISTA DE DEUS
ADVOGADO(S: GLEIVIA DE OLIVEIRA DANTAS E OUTRO
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - QUINTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094699-0 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13574/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 2544/02 2655/03 2658/03
REFERENTE : (AÇÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA Nº 2655/03 DA 2ª VARA DA FAMILIA E SUCESSOES)
APENSO(S) : (AÇÃO CAUTELAR DE SEPARAÇÃO DE CORPOS C/C ALIMENTOS Nº 2544/02) E (AÇÃO CAUTELAR INCIDENTAL DE BUSCA E APREENSÃO Nº 2658/03)
APELANTE : C.L.M. DO V.C.
ADVOGADO : BÁRBARA CRISTIANE C. C. MONTEIRO
APELADO : L.C.DO V.C.
ADVOGADO : LEONARDO DE ASSIS BOECHAT
RELATOR: BERNARDINO LUZ - QUINTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094701-6 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13575/TO
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
RECURSO ORIGINÁRIO: 71340-4/07
REFERENTE : (AÇÃO MONITÓRIA Nº 71340-4/07 - 2ª VARA CÍVEL)
APELANTE(S: JOSÉ FILGUEIRAS DE LIMA E RODRIGO AZEVEDO FILGUEIRAS DE LIMA
ADVOGADO(S: HAVANE MAIA PINHEIRO E OUTRO
APELADO : HSBC BANK BRASIL - S/A - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO : CRISTINA CIBELI DE SOUZA SERENZA
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - QUINTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094705-9 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13576/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
RECURSO ORIGINÁRIO: 123562-0/10
REFERENTE : (AÇÃO CIVIL PUBLICA Nº 123562-0/10 DA 1ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PUBLICOS)
APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
APELADO : MUNICIPIO DE CARMOLÂNDIA - TO
RELATOR: AMADO CILTON - TERCEIRA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094707-5 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13577/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
RECURSO ORIGINÁRIO: 78672-6/09
REFERENTE : (AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 78672-6/09 DA 2ª VARA CIVEL)
APELANTE : BANCO BMG - S/A
ADVOGADO : ALUÍZIO NEY DE MAGALHÃES AYRES
APELADO : MARIA DE NAZARE S.C.E SILVA
ADVOGADO : JOSÉ HOBALDO VIEIRA
RELATOR: WILLAMARA LEILA - QUARTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094708-3 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13578/TO
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
RECURSO ORIGINÁRIO: 46532-6/09
REFERENTE : (AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 46532-6/09 - 2ª VARA CÍVEL)
APELANTE : TIM CELULAR S/A
ADVOGADO(S: VALDIVINO PASSOS E OUTRO
APELADO : SINARA CRISTINA DA SILVA
ADVOGADO(S: GLEIVIA DE OLIVEIRA DANTAS E OUTRO
RELATOR: ANTÔNIO FÉLIX - PRIMEIRA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094709-1 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13579/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
RECURSO ORIGINÁRIO: 17078-0/06
REFERENTE : (AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO Nº 17078-0/06 DA 2ª VARA CIVEL)
APELANTE : ARAGUAIA COMERCIO ATACADISTA E ARTIGOS DE ARMARINHOS LTDA
ADVOGADO : IVAIR MARTINS DOS SANTOS DINIZ
APELADO : COPALT COMERCIAL DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
ADVOGADO : JOSÉ HILÁRIO RODRIGUES
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094710-5 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13581/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 6076-5/05
REFERENTE : (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Nº 6076-5/05 - 1ª
VARA CÍVEL)
APELANTE : BANCO ITAÚ - S/A
ADVOGADO : CÂNDIDA RICARDO DE PAULA
APELADO : GELMIRES LIMA FRANÇA
ADVOGADO : DOMINGOS CORREIA DE OLIVEIRA
RELATOR: BERNARDINO LUZ - QUINTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094711-3 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13580/TO
ORIGEM: COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: 87015-1/10
REFERENTE : (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E/OU MATERIAIS Nº 87015-1/10 DA UNICA VARA CIVEL)
APELANTE(S: NIVALDA ALEXANDRE ALENCAR E MAURO GOMES RIBEIRO
ADVOGADO : JOSÉ PEDRO DA SILVA
APELADO(S): ELIZEU DE SOUZA E ACIR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094712-1 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13582/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 101091-0/08 6391-0/09
REFERENTE : (AÇÃO DE EMBARGOS DO DEVEDOR Nº 6391-0/09 DA 2ª VARA CIVEL)
APENSO : (AÇÃO DE EXECUÇÃO Nº 101091-0/08)
APELANTE : PAULO LUIZ MARQUEZ
ADVOGADO : MARCOS FERREIRA DAVI
APELADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : OSMARINO JOSÉ DE MELO
RELATOR: WILLAMARA LEILA - QUARTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094715-6 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13583/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 46540-9/08
REFERENTE : (AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 46540-9/08 DA 2ª VARA CIVEL)
APELANTE : AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
ADVOGADO : ALEXANDRE IUNES MACHADO
APELADO : REINIRAM FREITAS DE DEUS
RELATOR: AMADO CILTON - TERCEIRA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094722-9 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13584/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 99428-4/07
REFERENTE : (AÇÃO DECLARATORIA Nº 99428-4/07 DA 2ª VARA CIVEL)
APELANTE : MEURER E MEURER LTDA
ADVOGADO(S: FABIO WAZILEWSKI E OUTROS
APELADO : CARTORIO DE REGISTROS CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS, TITULOS E DOCUMENTOS E TABELIONATO DE PROTESTOS DA COMARCA DE PALMAS - TO
ADVOGADO : MÔNICA TORRES COELHO
RELATOR: ANTÔNIO FÉLIX - PRIMEIRA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094723-7 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13586/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 83626-0/09
REFERENTE : (AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 83626-0/09 - 2ª VARA CÍVEL)
APELANTE : JOSE WILSON SILVA BORBA
ADVOGADO(S: ELTON TOMAZ DE MAGALHÃES E OUTRO
APELADO : SERASA - S/A
ADVOGADO : MARIANA MARIA BRITO DA SILVA
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - QUINTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094727-0 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13585/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 6048-1/04 6835-3/08
REFERENTE : (AÇÃO DE EMBARGOS DO DEVEDOR Nº 6835-3/08 DA 2ª VARA CIVEL)
APENSO : (AÇÃO DE EXECUÇÃO Nº 6048-1/04)
APELANTE : URBANA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO : LEANDRO RÓGERES LORENZI
APELADO(S): MARCOS DE SOUSA COSTA E MARLENE RODRIGUES DE SOUSA
ADVOGADO : MARCELO CLÁUDIO GOMES
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094729-6 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13587/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 6381-3/09
REFERENTE : (AÇÃO DECLARATORIA Nº 6381-3/09 DA 2ª VARA CIVEL)
APELANTE : LUIS CARLOS MATOS DE CARVALHO
ADVOGADO(S: WYLKYSON GOMES DE SOUSA E OUTRO
APELADO : BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A
ADVOGADO(S: ELISÂNGELA MESQUITA SOUSA E OUTRO
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - QUINTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094732-6 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13588/TO
ORIGEM: COMARCA DE PORTO NACIONAL
RECURSO ORIGINÁRIO: 63043-2/09
REFERENTE : (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO Nº 63043-2/09 - 2ª VARA CÍVEL)
APELANTE : WILSON NEVES DA SILVA
ADVOGADO : WILIANS ALENCAR COELHO
APELADO : TEXSA DO BRASIL LTDA
ADVOGADO(S: JUAREZ CASAGRANDE E OUTRO
RELATOR: AMADO CILTON - TERCEIRA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094735-0 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13589/TO
ORIGEM: COMARCA DE PORTO NACIONAL
RECURSO ORIGINÁRIO: 77738-9/08
REFERENTE : (AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 77738-9/08 - 2ª VARA CÍVEL)
APELANTE : BANCO HONDA S/A
ADVOGADO : SIMONY VIEIRA DE OLIVEIRA
APELADO : RICARDO TAVARES DOS SANTOS
RELATOR: BERNARDINO LUZ - QUINTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094737-7 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13590/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
RECURSO ORIGINÁRIO: 21899-3/10
REFERENTE : (AÇÃO TRABALHISTA Nº 21899-3/10 - 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTE : ANTONIO NEWTON LIMA
ADVOGADO : CÉLIO ALVES DE MOURA
APELADO : MUNICIPIO DE ARAGUAINA-TO
ADVOGADO : ALFREDO FARAH
RELATOR: ANTÔNIO FÉLIX - PRIMEIRA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094738-5 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13591/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
RECURSO ORIGINÁRIO: 45386-7/09
REFERENTE : (AÇÃO TRABALHISTA Nº 45386-7/09 - 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTE : ADOMIRO ALVES DA COSTA
ADVOGADO : CÉLIO ALVES DE MOURA
APELADO : MUNICIPIO DE ARAGUAINA-TO
ADVOGADO : ALFREDO FARAH
RELATOR: DANIEL NEGRY - TERCEIRA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094742-3 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13595/TO
ORIGEM: COMARCA DE PORTO NACIONAL
RECURSO ORIGINÁRIO: 85799-2/09
REFERENTE : (AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 85799-2/09 - 2ª VARA CÍVEL)
APELANTE : BANCO VOLKSWAGEN S/A
ADVOGADO : MARINÓLIA DIAS DOS REIS
APELANTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : AIMÉE LISBOA DE CARVALHO
APELADO : AMARANTO TEODORO MAIA
ADVOGADO : AMARANTO TEODORO MAIA
RELATOR: WILLAMARA LEILA - QUARTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094747-4 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13598/TO
ORIGEM: COMARCA DE FORMOSO DO ARAGUAIA
RECURSO ORIGINÁRIO: 61536-2/08
REFERENTE : (AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 61536-2/08 - ÚNICA VARA)
APENSO : (EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA Nº 1.920/00)
APELANTE : ANTONIO EDISON FELIX DE SOUSA
ADVOGADO : NADIN EL HAGE
APELADO : COOPERATIVA MISTA RURAL VALE DO JAVAES LTDA - COOPERJAVA
ADVOGADO(S: HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO
RELATOR: MOURA FILHO - SEGUNDA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 08/0066134-6

PROTOCOLO : 11/0094766-0 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13608/TO
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
RECURSO ORIGINÁRIO: 128127-0/09
REFERENTE : (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO Nº 128127-0/09 - VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTE : GLORIA MARIA PESSOA COIMBRA
ADVOGADO : HILTON CASSIANO DA SILVA FILHO
APELADO : FUNDAÇÃO UNIRG
ADVOGADO : GILMARA DA PENHA ARAÚJO
RELATOR: BERNARDINO LUZ - QUINTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094768-7 - 31/3/2011
APELAÇÃO 13610/TO
ORIGEM: COMARCA DE PARANÃ
RECURSO ORIGINÁRIO: 68076-0/10
REFERENTE : (AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE Nº 68076-0/10 - ÚNICA VARA)
APENSO(S) : (AÇÃO DE ARROLAMENTO SUMÁRIO Nº 405/00), (AGI - 6910 TJ-TO) E (AGI - 6911 TJ-TO)
APELANTE : MARIANA RIBEIRO FRANCISCO DE SOUZA
ADVOGADO(S: LOURIVAL VENANCIO DE MORAES E OUTRO

APELADO(S): EVA SILVA SANTOS SOUZA E ESTEVAM RODRIGUES DE SOUZA
ADVOGADO : VALDEON ROBERTO GLÓRIA
RELATOR: ANTÔNIO FÉLIX - PRIMEIRA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 04/0036200-7

PROTOCOLO : 11/0094781-4 - 1/4/2011
APELAÇÃO 13615/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 29540-1/05
REFERENTE : (AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 29540-1/05 DA 4ª VARA CIVEL)
APELANTE : WANDERSON BATISTA DE ARAUJO
ADVOGADO : MARCELO SOARES OLIVEIRA
APELADO : MARCIO CARLOS DE ALMEIDA
ADVOGADO : HUGO BARBOSA MOURA
RELATOR: DANIEL NEGRY - TERCEIRA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011
IMPEDIMENTO DES: MOURA FILHO - JUSTIFICATIVA: POSTULANDO, COMO ADVOGADO DA PARTE, PARENTE CONSANGÜÍNEO, EM LINHA RETA, CONFORME PRECEITUA ART. 134, INC.IV, CPC.

PROTOCOLO : 11/0094782-2 - 1/4/2011
APELAÇÃO 13616/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 17931-0/06
REFERENTE : (AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS Nº 17931-0/06 DA 4ª VARA CIVEL)
APELANTE : PEDRO VINICIUS MARTINS BELARMINO
ADVOGADO(S: JOSÉ PEREIRA DE BRITO E OUTRO
APELADO : SONIELY CARVALHO LAMOUNIER
ADVOGADO : FRANCISCO DE SOUSA BORGES
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094783-0 - 1/4/2011
APELAÇÃO 13617/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 77903-2/06
REFERENTE : (CUMPRIMENTO DE CLAUSULAS CONTRATUAIS Nº 77903-2/06 DA 4ª VARA CIVEL)
APELANTE : TAPAJOS DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA
ADVOGADO : ALONSO DE SOUZA PINHEIRO
APELADO : PALMAS ELETROMECANICA LTDA
ADVOGADO : CRÉSIO MIRANDA RIBEIRO
RELATOR: WILLAMARA LEILA - QUARTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094785-7 - 1/4/2011
APELAÇÃO 13618/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 7513-4/05
REFERENTE : (AÇÃO DE REVISIONAL DE CONTRATO BANCARIO Nº 7513-4/05 DA 4ª VARA CIVEL)
APELANTE : BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO : ANNETE RIVEROS
APELADO : ANTONIO ANGELO CATTANEO
DEFEN. PÚB: ANTONIO DE FREITAS
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - QUINTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094790-3 - 1/4/2011
APELAÇÃO 13619/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 6441-6/06
REFERENTE : (AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO Nº 6441-6/06 DA 4ª VARA CIVEL)
APELANTE : VLADIMIR MAGALHAES SEIXAS
ADVOGADO : RÔMULO ALAN RUIZ
APELADO(S): JORGE GABRIEL DIAS E RODOLFO COSTA MASCARENHAS
RELATOR: AMADO CILTON - TERCEIRA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011
IMPEDIMENTO DES: WILLAMARA LEILA - JUSTIFICATIVA: JUIZ TITULAR DE 1ª INSTÂNCIA QUE ATUA NOS AUTOS ENCONTRA-SE SUBSTITUINDO O DESEMBARGADOR, CONFORME DECRETO N.º 069/2011.

PROTOCOLO : 11/0094792-0 - 1/4/2011
APELAÇÃO 13620/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 49507-1/09
REFERENTE : (AÇÃO DE COBRANÇA Nº 49507-1/09 DA 4ª VARA CIVEL)
APELANTE : TELMA LUCIA BATISTA
ADVOGADO(S: RUBENS DARIO LIMA CÂMARA E OUTRO
APELADO : BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO : ANSELMO FRANCISCO DA SILVA
RELATOR: ANTÔNIO FÉLIX - PRIMEIRA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094793-8 - 1/4/2011
APELAÇÃO 13621/TO
ORIGEM: COMARCA DE GOIATINS
RECURSO ORIGINÁRIO: 2239/05
REFERENTE : (AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE C/ PEDIDO DE LIMINAR Nº 2239/05 DA UNICA VARA)
APELANTE : SEBASTIÃO ELIAS FERRAZ
ADVOGADO : ANTÔNIO DOS REIS CALÇADO JUNIOR
APELADO : HONISIFOR KUSNETSOV
ADVOGADO : ANDRÉ FRANCELINO DE MOURA
RELATOR: DANIEL NEGRY - TERCEIRA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094794-6 - 1/4/2011
APELAÇÃO 13622/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 108691-8/07
REFERENTE : (AÇÃO REINVINDICATORIA Nº 108691-8/07 DA 4ª VARA CIVEL)
APELANTE(S: WILMAR BATISTA DE ARAÚJO E ROSANGELA MARIA MARTINS DE ARAUJO
ADVOGADO(S: FABIO WAZILEWSKI E OUTROS
APELADO : GOES COHABITA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS
ADVOGADO : ANTÔNIO LUIZ COELHO
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - QUINTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011
IMPEDIMENTO DES: WILLAMARA LEILA - JUSTIFICATIVA: ATUOU COMO JUIZ EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO.
IMPEDIMENTO DES: BERNARDINO LUZ - JUSTIFICATIVA: ATUOU COMO JUIZ EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO.

PROTOCOLO : 11/0094820-9 - 1/4/2011
APELAÇÃO 13629/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 3963/04
REFERENTE : (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO Nº 3963/04 DA 3ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTE : UILSON MIRANDA MACIEL
ADVOGADO : LEANDRO ROGERES LORENZI
APELADO : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª) E: FREDERICO CÉZAR ABINADER DUTRA
RELATOR: LIBERATO PÓVOA - SEGUNDA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094821-7 - 1/4/2011
APELAÇÃO 13630/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 547/02
REFERENTE : (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO PARA RESSARCIMENTO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS Nº 547/02 DA 3ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICO)
APELANTE : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª) E: AGRIPINA MOREIRA
APELADO : MAURICIO PATRÍCIO DA SILVA
ADVOGADO : LUCÍOLO CUNHA GOMES
RELATOR: BERNARDINO LUZ - QUINTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094824-1 - 1/4/2011
APELAÇÃO 13631/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 7500-2/03
REFERENTE : (AÇÃO ANULATÓRIA Nº 7500-2/05 DA 3ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTE : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
PROC.(ª) E: MARCO PAIVA OLIVEIRA
APELADO : ARRANQUE CONSTRUTORA LTDA.
ADVOGADO : MICHELE DE SOUZA COSTA
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011
IMPEDIMENTO DES: WILLAMARA LEILA - JUSTIFICATIVA:
JUIZ TITULAR DE 1ª INSTÂNCIA QUE ATUA NOS AUTOS ENCONTRA-SE SUBSTITUINDO O DESEMBARGADOR, CONFORME DECRETO N.º 069/2011.

PROTOCOLO : 11/0094826-8 - 1/4/2011
APELAÇÃO 13632/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 186/02
REFERENTE : (AÇÃO DE COBRANÇA Nº 186/02, DA 3ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTE : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª) E: ELFAS ELVAS
APELADO : NORTEC - TÉCNICA E CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO : EDUARDO REZENDE GONÇALVES
RELATOR: DANIEL NEGRY - TERCEIRA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 11/0093002-4

PROTOCOLO : 11/0094828-4 - 1/4/2011
APELAÇÃO 13633/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 648/02
REFERENTE : (AÇÃO DE COBRANÇA Nº 648/02, DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTE : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª) E: ELFAS ELVAS
APELADO : NORTEC - TÉCNICA E CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO : OLAVO MARSURA ROSA
RELATOR: DANIEL NEGRY - TERCEIRA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 11/0093002-4

PROTOCOLO : 11/0094830-6 - 1/4/2011
APELAÇÃO 13634/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 720/02
REFERENTE : (AÇÃO DE COBRANÇA Nº 720/02, DA 3ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTE : DATER PROJETOS E MONTAGENS LTDA
ADVOGADO : MÁRCIA AYRES DA SILVA
APELADO : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª) E: JAX JAMES GARCIA PONTES
RELATOR: WILLAMARA LEILA - QUARTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011
IMPEDIMENTO DES: CARLOS SOUZA - JUSTIFICATIVA:
JUIZ TITULAR DE 1ª INSTÂNCIA QUE ATUA NOS AUTOS ENCONTRA-SE SUBSTITUINDO O DESEMBARGADOR, CONFORME DECRETO N.º 067/2011.

PROTOCOLO : 11/0094831-4 - 1/4/2011
APELAÇÃO 13635/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 109805-0/09
REFERENTE : (AÇÃO ANULATÓRIA Nº 109805-0/09DA 3ª VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APELANTE : ELETROMÓVEIS TOCANTINS LTDA
ADVOGADO : VANDERLEY ANICETO DE LIMA
APELADO : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª) E: PAULA SOUZA CABRAL
RELATOR: AMADO CILTON - TERCEIRA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011
IMPEDIMENTO DES: CARLOS SOUZA - JUSTIFICATIVA:
JUIZ TITULAR DE 1ª INSTÂNCIA QUE ATUA NOS AUTOS ENCONTRA-SE SUBSTITUINDO O DESEMBARGADOR, CONFORME DECRETO N.º 067/2011.

PROTOCOLO : 11/0094840-3 - 1/4/2011
APELAÇÃO 13636/TO
ORIGEM: COMARCA DE ITAGUATINS
RECURSO ORIGINÁRIO: 25096-3/05 74409-0/08
REFERENTE : (AÇÃO MONITÓRIA Nº 25096-3/05 DA ÚNICA VARA CÍVEL)
APENSO : (AÇÃO CAUTELAR INCIDENTAL Nº 74409-0/08)
APELANTE : ALESAT COMBUSTÍVEIS S/A - NOVA DENOMINAÇÃO SOCIAL DA ALE COMBUSTÍVEIS S/A, SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DA SATÉLITE DISTRIBUIDORA DE PETROLEO S/A
ADVOGADO(S: PRISCILA COLONA LARANJA E OUTROS
APELADO(S): ODILENE PEREIRA MARINHO E FRANCISCO FERNANDES SOBRINHO
ADVOGADO : RANIERY ANTÔNIO RODRIGUES DE MIRANDA
RELATOR: ANTÔNIO FÉLIX - PRIMEIRA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0094845-4 - 1/4/2011
APELAÇÃO 13637/TO
ORIGEM: COMARCA DE COLMÉIA
RECURSO ORIGINÁRIO: 83120-9/09
REFERENTE : (AÇÃO ORDINÁRIA DE REINTEGRAÇÃO FUNCIONAL C/C RECEBIMENTO DE PROVENTOS EM ATRASO, COM PEDIDO DE LIMINAR DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA Nº 83120-9/09 DA ÚNICA VARA)
APELANTE : MUNICIPIO DE ITAPORÃ DO TOCANTINS
ADVOGADO : DARLAN GOMES DE AGUIAR
APELADO : IRENILDA MARIA GOMES LEITE
ADVOGADO : JOÃO DOS SANTOS GONÇALVES DE BRITO
RELATOR: BERNARDINO LUZ - QUINTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 10/0083929-7

PROTOCOLO : 11/0094846-2 - 1/4/2011
APELAÇÃO 13638/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 13823-3/05
REFERENTE : (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO Nº 13823-3/05 DA 2º VARA DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTROS PÚBLICOS)
APENSO : (AGI - 6325 TJ-TO)
APELANTE : MUNICIPIO DE PALMAS - TO
PROC GERAL: ANTONIO LUIZ COELHO
APELADO : NERY REIS DE OLIVEIRA MARQUES
ADVOGADO : RODRIGO ALMEIDA MORAIS
RELATOR: AMADO CILTON - TERCEIRA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0095115-3 - 6/4/2011
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 2578/TO
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
RECURSO ORIGINÁRIO: 177/01
REFERENTE : (DENUNCIA Nº 177/01 - VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS E DO TRIBUNAL DO JÚRI)
T.PENAL : ARTIGO 121, § 2º, INCISO IV, C/C O ARTIGO 14, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL
RECORRENTE: SEBASTIÃO RODRIGUES CORREIA
DEFEN. PÚB: NEUTON JARDIM DOS SANTOS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: LIBERATO PÓVOA - SEGUNDA TURMA CRIMINAL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0095116-1 - 6/4/2011
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 2579/TO
ORIGEM: COMARCA DE TAGUATINGA
RECURSO ORIGINÁRIO: 50602-6/07
REFERENTE : (DENUNCIA Nº 50602-6/07 - ÚNICA VARA)
T.PENAL : ARTIGO 121, § 2º, INCISOS II E IV, C/C O ART.14, INCISO II, AMBOS DO DO CÓDIGO PENAL
RECORRENTE: JOSE NETO TORRES DE ALBUQUERQUE
DEFEN. PÚB: DANIEL SILVA GOZONI
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: BERNARDINO LUZ - QUINTA TURMA CRIMINAL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0095118-8 - 6/4/2011
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 2580/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAPOEMA
RECURSO ORIGINÁRIO: 009/01
REFERENTE : (DENUNCIA Nº 009/01 - VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ARTIGO 121, § 2º, INCISOS II E IV, C/C O ARTIGO 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO
RECORRENTE: ADILSON DE SOUSA COSTA
DEFEN. PÚB: IWACE ANTONIO SANTANA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0095119-6 - 6/4/2011
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 2581/TO
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
RECURSO ORIGINÁRIO: 408/06
REFERENTE : (DENUNCIA Nº 408/06 - VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS E TRIBUNAL DE JÚRI)
T.PENAL : ARTIGO 121, "CAPUT", C/C O ARTIGO 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO
RECORRENTE: JOSE PEREIRA DE SOUSA NETO
DEFEN. PÚB: NEUTON JARDIM DOS SANTOS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - QUINTA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0095149-8 - 7/4/2011
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 2582/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: 120885-1/10 34/2010
REFERENTE : (DENÚNCIA Nº 120885-1/10- DA 3ª VARA CRIMINAL)
APENSO : (INQUERITO POLICIAL Nº 34/2010)
T.PENAL : ARTIGO 306, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, COM AS MODIFICAÇÃO DA LEI DE Nº 11705/08,REGULAMENTADO PELO ARTIGO 2º, INCISO II, DO DECRETO FEDERAL 6488/08
RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RECORRIDO : MAURIVAN CASTRO PEREIRA
DEFEN. PÚB: DANIELA MARQUES DO AMARAL
RELATOR: DANIEL NEGRY - TERCEIRA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0095164-1 - 7/4/2011
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 2583/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
RECURSO ORIGINÁRIO: 26653-8/11
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 26653-8/11 - 1ª VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ARTIGO 121, § 2º, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL
RECORRENTE: GLEYSON FERNANDO MORAIS
ADVOGADO : JORGE PALMA DE ALMEIDA FERNANDES
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: MOURA FILHO - SEGUNDA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0095170-6 - 7/4/2011
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 2584/TO
ORIGEM: COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: 1340/02
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 1340/02 DA VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ART. 121, §2º, INCISO IV, DO CODIGO PENAL BRASILEIRO
RECORRENTE: EUDES NAY TAVARES DOS SANTOS E ADEMAR DE SOUZA PAIXÃO
DEFEN. PÚB: JULIO CESAR CAVALCANTE ELIHIMAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: CARLOS SOUZA - PRIMEIRA TURMA CRIMINAL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0095243-5 - 8/4/2011
APELAÇÃO 13790/TO
ORIGEM: COMARCA DE COLINAS DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: 91786-5/08
REFERENTE : (HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO Nº 91786-5/08 DA VARA DE FAMILIA, SUCESSÕES, INFANCIA E JUVENTUDE)
APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
APELADO(S): VALDIMIRO CASSIMIRO DA SILVA, SUA MULHER VALDENISE PEREIRA DA ROCHA SILVA E VALDIRAM CASSIMIRO DA ROCHA SILVA
ADVOGADO(S: ORLANDO MACHADO DE O. FILHO E OUTRO
RELATOR: DANIEL NEGRY - TERCEIRA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0095246-0 - 8/4/2011
APELAÇÃO 13793/TO
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
RECURSO ORIGINÁRIO: 97592-8/09
REFERENTE : (AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE DEBITOS CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS COM PEDIDO DE LIMINAR DE SUSTAÇÃO DE NEGATIVAÇÃO Nº 97592-8/09 DA 2ª VARA CIVEL)

APELANTE : TIM CELULARES S/A
ADVOGADO : VALDIVINO PASSOS
APELADO : JOSE SILVA
ADVOGADO : FERNANDA HAUSER MEDEIROS
RELATOR: LIBERATO PÓVOA - SEGUNDA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0095338-5 - 8/4/2011
APELAÇÃO 13847/TO
ORIGEM: COMARCA DE ARAGUAÍNA
RECURSO ORIGINÁRIO: 49926-7/10
REFERENTE : (AÇÃO SÓCIO EDUCATIVA Nº 49926-7/10 - JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE)
APELANTE : G. DO V. S.
DEFEN. PÚB: KARINE CRISTINA B. BALLAN
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: WILLAMARA LEILA - QUARTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0095408-0 - 11/4/2011
AGRAVO DE INSTRUMENTO 11704/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A 11.7293-8/10
REFERENTE : (AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO Nº 11.7293-8/10 DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MIRACEMA DO TOCANTINS - TO)
AGRAVANTE : ADELAR MORGENSTERN
ADVOGADO : RILDO CAETANO DE ALMEIDA
AGRAVADO(A: PAULO DE ARAÚJO CARVALHO
ADVOGADO(S: JOSÉ PEREIRA BRITO E JACKSON MACEDO DE BRITO
RELATOR: WILLAMARA LEILA - QUARTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0095409-8 - 11/4/2011
AGRAVO DE INSTRUMENTO 11705/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: a. 64571-7/08
REFERENTE : AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 64571-7/08 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI - TO
AGRAVANTE : JBS S/A
ADVOGADO(S: AQUILES TADEU GUATEMOZIM E OUTROS
AGRAVADO(A: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: AMADO CILTON - TERCEIRA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0095416-0 - 11/4/2011
AGRAVO DE INSTRUMENTO 11706/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A 3.9256-6/09
REFERENTE : (AÇÃO DE EXECUÇÃO Nº 3.9256-6/09 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA - TO)
AGRAVANTE : RAMEDS PAULO DA COSTA
ADVOGADO(S: JOAQUIM GONZAGA NETO E DANIELA A. GUIMARÃES
AGRAVADO(A: ESPÓLIO DE VALTERCIDES DA SILVA, MARIA IOLANDA RIBEIRO DA SILVA, WADNER TOLENTINO DA SILVA, WESLEY DA SILVA, MÁRCIO LUIZ DA SILVA E DENISE DA SILVA NOGUEIRA
ADVOGADO(S: ADWARDYS BARROS VINHAL E JOSIAS PEREIRA DA SILVA
RELATOR: BERNARDINO LUZ - QUINTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0095418-7 - 11/4/2011
AGRAVO DE INSTRUMENTO 11707/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: a. 18747-6/11
REFERENTE : EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA Nº 18747-6/11 DA ÚNICA VARA DA COMARCA DE CRISTALÂNDIA - TO
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S: RUTE SALES MEIRELLES E OUTROS
AGRAVADO(A: AGROPECUÁRIA CRISTALÂNDIA S/A
ADVOGADO : ZENO VIDAL SANTIN
RELATOR: DANIEL NEGRY - TERCEIRA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011 COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0095426-8 - 11/4/2011
AGRAVO DE INSTRUMENTO 11708/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A 8.8163-3/10
REFERENTE : (AÇÃO CÍVIL PÚBLICA Nº 8.8163-3/10 DA ÚNICA VARA DA COMARCA DE AURORA - TO)
AGRAVANTE : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª) E: DRAENE PEREIRA DE ARAÚJO SANTOS
AGRAVADO(A: CARLOS PINTO DA SILVA
ADVOGADO : EURIVALDO DE OLIVEIRA FRANCO
RELATOR: AMADO CILTON - TERCEIRA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011 COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0095428-4 - 11/4/2011
AGRAVO DE INSTRUMENTO 11709/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A 3.0880-0/11
REFERENTE : (AÇÃO ORDINÁRIA Nº 3.0880-0/11 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS - TO)
AGRAVANTE : CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS - CEULP/ULBRA
ADVOGADO(S: DENYSE DA CRUZ COSTA ALENCAR E JOSUÉ PEREIRA DE AMORIM
AGRAVADO(A: VOLNEY DE SOUZA AMARAL
DEFEN. PÚB: EDIVAN DE CARVALHO MIRANDA
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011 COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0095434-9 - 12/4/2011
AGRAVO DE INSTRUMENTO 11710/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: a. 51370-9/06
REFERENTE : AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE Nº 51370-9/06 DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS - TO
AGRAVANTE : CLEONES FERREIRA DA COSTA
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO DE LIMA
AGRAVADO(A: GLICE BARREIRA E LYRA
ADVOGADO(S: JOSÉ DA CUNHA NOGUEIRA E OUTRO
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - QUINTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011 COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0095441-1 - 12/4/2011
AGRAVO DE INSTRUMENTO 11711/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A 2.3680-9/11
REFERENTE : (MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2.3680-9/11 DA 2ª VARA DOS FEITOS DAS FAZ E REG PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS - TO)
AGRAVADO(A: DÍLSON AIRES DE ARAÚJO
ADVOGADO(S: JOSÉ DA CUNHA NOGUEIRA E OUTROS
AGRAVADO(A: MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS - TO
RELATOR: ANTÔNIO FÉLIX - PRIMEIRA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011 COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0095446-2 - 12/4/2011
MANDADO DE SEGURANÇA 4863/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: MAGNA MARIA CORDEIRO AZEVEDO, PEDRO CRUZ SIRQUEIRA DOS SANTOS, JOÃO BATISTA BORGES, EDINAR VIEIRA MORAIS, JOSÉ SANTANA PEREIRA VANDERLEIZ, ANTÔNIO MIROAN PEREIRA DE ARAÚJO, MARQUINHO ALVES DE SOUZA, ERLAN GOMES CARVALHO, RONNEY TEIXEIRA SILVA, ARINEU ROBERTO RODRIGUES, MAURO BORGES ARANTES, FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES BATISTA, VANDERLAN MACEDO MOREIRA, NOEMIA MARIA DA SILVA, JOÃO PAULO DE CARVALHO, JUNIA MARIA DE CARVALHO OLIVEIRA E JOANA DE SOUZA LIRA ARAÚJO
ADVOGADO : EDER BARBOSA DE SOUSA
IMPETRADO(: PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS - ITERTINS E OFICIAL REGISTRADOR DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE PALMAS - TO
RELATOR: AMADO CILTON - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011 COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0095463-2 - 12/4/2011
HABEAS CORPUS 7443/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: CÉSAR FLORIANO DE CAMARGO
PACIENTE : KLEBER RUAN DE OLIVEIRA RIBEIRO
ADVOGADO : CÉSAR FLORIANO DE CAMARGO
IMPETRADO :JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS - TO
RELATOR: MOURA FILHO - 1ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011

PROTOCOLO : 11/0095464-0 - 12/4/2011
MANDADO DE SEGURANÇA 4864/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: CEAGRO AGRONEGÓCIO S/A
ADVOGADO : ROGÉRIO LUÍS GIARETTON
IMPETRADO : DESEMBARGADOR RELATOR DO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 11635
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATOR: MOURA FILHO - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011
COM PEDIDO DE LIMINAR
IMPEDIMENTO DES: DANIEL NEGRY - JUSTIFICATIVA: POR SER A AUTORIDADE IMPETRADA - RELATOR DO AI-11635/2011.

PROTOCOLO : 11/0095465-9 - 12/4/2011
MANDADO DE SEGURANÇA 4865/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: ELIZETE MACHADO DOS SANTOS JUNIOR
ADVOGADO : KELLY NOGUEIRA DA SILVA
IMPETRADO : SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: CARLOS SOUZA - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011 COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0095474-8 - 13/4/2011
HABEAS CORPUS 7444/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: FABRÍCIO BARROS AKITAYA
PACIENTE : LAYLSON MARQUES SANTOS
DEFEN. PÚB: FABRÍCIO BARROS AKITAYA

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS/TO
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - 1ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0095475-6 - 13/4/2011
HABEAS CORPUS 7445/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: FABRÍCIO BARROS AKITAYA
PACIENTE : FILIPE GOMES DE SOUSA
DEFEN. PÚB: FABRÍCIO BARROS AKITAYA
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS - TO
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - 1ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011, PREVENÇÃO POR PROCESSO 11/0095474-8 COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 11/0095490-0 - 13/4/2011
MANDADO DE SEGURANÇA 4866/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: JOSÉ SOLIMAR MATOS DA SILVA
ADVOGADO : LUIZ CLÁUDIO MARQUES
IMPETRADO(: SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO TOCANTINS,
COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS E ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: ANTÔNIO FÉLIX - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 13/04/2011
COM PEDIDO DE LIMINAR
PALMAS 13 DE ABRIL DE 2011

FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO
DIRETOR JUDICIÁRIO

1ª TURMA RECURSAL

Intimação de Acórdão

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Recurso Inominado nº 032.2010.900.254-6
Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte – da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Indenização por Danos Materiais e Morais c/c pedido de tutela antecipada
Embargante: José Mendanha Borges
Advogado(s): Drª. Valéria de Souza Oliveira Borges e Outro
Embargado: Serraverde Comercial de Motos Ltda
Advogado(s): Dr. Sérgio Augusto Pereira Lorentino
Relator: Juiz José Maria Lima

SÚMULA DE JULGAMENTO-EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – EXTEMPORANEIDADE – IMPUGNAÇÃO ANTERIOR À PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO – EMGARGOS NÃO CONHECIDOS. 1. A interposição de embargos declaratórios antes de publicado o acórdão é intempestiva e impõe o não conhecimento dos declaratórios; 2. A leitura e publicação do acórdão no sistema processual se deu em 06/04/2011, portanto, a peça processual protocolizada em 04/04/2011 é prematura e, não deve ser conhecida, eis que ausente a ratificação, sendo esse inclusive o entendimento pacificado no Supremo Tribunal Federal (STF – AI 760139 AgR-ED/RS – PRIMEIRA TURMA – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – Julgado em 15/02/2011 – Dje 18/03/2011). 3. Embargos de Declaração não conhecidos.
ACÓRDÃO: Vistos, e relatados e discutidos os Embargos de Declaração nº 032.2010.900.254-6, em que figura como Embargante José Mendanha Borges e Embargado Serraverde Comercial de Motos Honda, por unanimidade de votos, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Tocantins, em não conhecer dos embargos declaratórios por serem intempestivos. Palmas-TO, 13 de abril de 2011

Ata

ATA DE REDISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS DA 1ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO ESTADO DO TOCANTINS.

329ª DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA MANUAL OCORRIDA EM 13 DE ABRIL DE 2011, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 16/2009, PUBLICADA NO DJ Nº 2268, DE 04 DE SETEMBRO DE 2009.

HABEAS CORPUS Nº 2473/11
Referência: 18.819/10
Impetrante: Jorge Palmas de almeida Fernandes
Paciente: Josean Pereira de Sousa
Advogado(s): Dr. Jorge de Palma Fernandes
Impetrado: Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal da Região Norte da Comarca de Araguaína
Relator: Juiz Gil de Araújo Corrêa

2ª TURMA RECURSAL

Pauta

PAUTA DE JULGAMENTO N.º 12/2011
SESSÃO ORDINÁRIA – 26 DE ABRIL DE 2011

Serão julgados pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Tocantins, em Palmas, em sua 12ª (décima segunda) Sessão Ordinária de Julgamento, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de abril de 2011, terça-feira, a partir das 9 horas, ou nas sessões posteriores, na Sala de Sessões das Turmas Recursais do Fórum da Comarca de Palmas, Estado do Tocantins, os feitos abaixo relacionados:

01 - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 032.2010.902.726-1
Origem: Juizado Especial Cível e Criminal – Região Norte - da Comarca de Palmas (Sistema Projudi)
Natureza: Desacato e Desobediência
Apelante: Gilmar Neidson Bueno Cabral
Advogado(s): Dr. Victor Dourado Santanna
Apelado: Justiça Pública
Relator: Juiz Fábio Costa Gonzaga

02 - RECURSO INOMINADO Nº 2328/11 (JECÍVEL-PORTO NACIONAL-TO)
Referência: 2010.0000.3411-.6 (9.486/10)*
Natureza: Ação Indenizatória de Seguro Obrigatório (DPVAT)
Recorrente: Bradesco Seguros S/A
Advogado(s): Dr. Júlio César de Medeiros
Recorrido: Dina Martins Costa
Advogado(s): Drª. Fabíola Aparecida de Assis Vangelatos Lima
Relator: Juiz Sandalo Bueno do Nascimento

03 - RECURSO INOMINADO Nº 2332/11(JECC-PARAÍSO DO TOCANTINS-TO)
Referência: 2009.0008.6869-2*
Natureza: Ação de Indenização por Danos Morais
Recorrente: Agenor Floresta
Advogado: Drª. Érika Patrícia Santana Nascimento
Recorrido: José Andrade de Pádua
Advogado: Dr. Ildo João Cótica Júnior
Relator: Juiz Sandalo Bueno do Nascimento

04 - RECURSO INOMINADO Nº 2347/11 (JECC-GUARAÍ-TO)
Referência: 2010.0005.5932-4/0*
Natureza: Ação de Indenização por Danos Morais
Recorrente: Celtins – Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
Advogado(s): Drª. Letícia Bittencourt
Recorrido: Antônio Alves de Miranda
Advogado: Dr. Ronney Carvalho dos Santos
Relator: Juiz Sandalo Bueno do Nascimento

05 - RECURSO INOMINADO Nº 2350/11(JECC-GUARAÍ-TO)
Referência: 2009.0002.6913-6/0*
Natureza: Ação de Cobrança
Recorrente: Valdir de Sousa Melo
Advogado: Dr. Adir Pereira Sobrinho (Defensor Público)
Recorrida: Ida Pereira da Silveira
Advogado: Drª. Márcia de Oliveira Rezende
Relator: Juiz Sandalo Bueno do Nascimento

06 - RECURSO INOMINADO Nº 032.2010.900.768-5
Origem: Juizado Especial Cível e Criminal - Região Norte – Palmas–TO (Sistema Projudi)
Natureza: Indenização Por Dano Moral e Material
Recorrentes: Leandro Rodrigues Marques // Autório Administradora e Construtora Ltda (Planeta Locadora de Veículos)
Advogado: Dr. Vinícius Coelho Cruz (1º recorrente) // Dr. Emmanuel Rodrigo Rosa Rocha (2º recorrente)
Recorridos: Autório Administradora e Construtora Ltda e Rilges Laranjeira da Silva // Leandro Rodrigues Marques
Advogado: Dr. Emmanuel Rodrigo Rosa Rocha (1º e 2º recorridos) // Dr. Vinícius Coelho Cruz (3º recorrido)
Relator: Juiz Fábio Costa Gonzaga

07 - RECURSO INOMINADO Nº 032.2010.903.394-7
Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Palmas–TO (Sistema Projudi)
Natureza: Indenização por Danos Morais
Recorrente: 14 Brasil Telecom Celular S/A
Advogado: Dr. Josué Pereira de Amorim e Outros
Recorrido: Pedro Pereira de Arruda
Advogado: Dra. Sueli S. Souza Aguiar
Relator: Juiz Fábio Costa Gonzaga

OBSERVAÇÕES: 1ª - FICAM OS INTERESSADOS ADVERTIDOS DE QUE AS EMENTAS E ACÓRDÃOS SERÃO PUBLICADOS EM SESSÃO, CONTANDO, A PARTIR DA REFERIDA PUBLICAÇÃO, O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS.
2ª - A PUBLICAÇÃO DAS EMENTAS E ACÓRDÃOS NO DIÁRIO DA JUSTIÇA SOMENTE SERÃO PARA CONHECIMENTO PÚBLICO DOS JULGADOS.
3ª - SERÁ PUBLICADA, EM SESSÃO, A ATA DA SESSÃO ANTERIOR.
(*) O número citado na referência corresponde ao do juizado de origem.

1º GRAU DE JURISDIÇÃO

ALVORADA

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2011.0001.6583-9 – Previdenciária de Pensão por Morte de Trabalhador Rural
Requerente: Diolina Bernardo da Silva
Advogado: Dr. Marcos Paulo Favaro – OAB/SP 229.901 e OAB/TO 4.128-A
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
INTIMAÇÃO: Fica o(a) requerente, através de seu procurador, intimado para, caso queira, no prazo legal, impugnar a contestação apresentada nos autos.

Autos nº 2011.0001.6578-2 – Aposentadoria Rural por Idade
Requerente: Maria Edimar da Silva Consisana
Advogado: Dr. Marcos Paulo Favaro – OAB/SP 229.901 e OAB/TO 4.128-A
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
INTIMAÇÃO: Fica o(a) requerente, através de seu procurador, intimado para, caso queira, no prazo legal, impugnar a contestação apresentada nos autos.

Autos n. 2008.0003.1576-8 – DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE NEGOCIO JURIDICO, CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOSA MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
Requerente: RAIMUNDO COELHO NETO
Advogado: Dr. Miguel Chaves Ramos – OAB/TO 514
Requerido: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: Dr. José Edgard da Cunha Bueno Filho – OAB/SP 126.504
Intimação das partes e seus procuradores, de que foi designado o dia 10 junho de 2011 às 15:00 horas para realização da audiência de instrução, oportunidade em que as partes deverão comparecer pessoalmente para prestarem depoimento pessoal, sob pena de serem aceitos os fatos contra si, reciprocamente, alegados. Rol de testemunhas, se não apresentado, no prazo de 30 (trinta) dias antes da audiência, sob pena de preclusão.

Autos n. 2008.0010.6552-8 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS / MATERIAIS CAUSADOS EM CRIME DE TRANSITO COM PEDIDO DE PENSÃO CONTINUADA
Requerente: JOANA DA COSTA BRITO, SONIA DA COSTA BORGES, OSIRES DA COSTA BORGES, VISCONDE COSTA BORGES, SIMONE COSTA BORGES DE ALMEIDA E RAIMUNDO NONATO COSTA BORGES
Advogado: Dr. Fernando Noleto Martins – OAB/GO 11.110
Requeridos: ROBERTO RIBEIRO DE LIMA e PAULO ANTONIO DE LIMA
Advogado: Dra. Lidimar Carneiro Pereira Campos – OAB/TO 1359
Intimação das partes e seus procuradores, de que foi redesignada para o dia 10 de junho de 2011 às 14:00 horas para realização da audiência de instrução e julgamento, devendo as partes comparecerem pessoalmente à audiência para prestarem depoimento pessoal, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos contra si, reciprocamente, alegados.

Autos n. 2009.0004.9064-9 – OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PERDA COMINATÓRIA
Requerente: SERTAVEL COMÉRCIO DE MOTOS E ACESSORIOS LTDA
Advogado: Dra. Dulce Elaine Coscia – OAB/TO 2.795
Requerido: MARIA FERREIRA DA SILVA
Advogado: Dra. Lidimar Carneiro Pereira Campos – OAB/TO 1359
Intimação das partes e seus advogados, de que foi designada nos autos supra, audiência conciliatória para o dia 27.05.11 às 13:40 horas, para a qual as partes deverão estar presentes diretamente e/ou se fazer representar por procuradores ou prepostos habilitados a transigir. Não sendo possível a conciliação, na mesma oportunidade serão especificadas as provas a serem produzidas, decididas as questões processuais pendentes, bem como fixados os pontos controvertidos. A ausência de quaisquer das partes será interpretada como desinteresse na conciliação, bem como implicará na preclusão temporal de qualquer requerimento sobre as matérias referidas acima. Observando-se que não comparecendo as partes e/ou não formulado requerimento de produção de prova, será proferida sentença de plano.

Autos n. 2010.0007.7836-0 – ANULATÓRIA DE TITULA C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS
Requerente: MUNICIPIO DE ALVORADA / TO
Advogado: Dr. Antonio Carlos Miranda Aranha – OAB/TO 1327-B
Requerido: ALVORADA MINAS CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
Advogado: Dr. Albery Cesar de Oliveira – OAB/TO 156-B
Intimação das partes e seus advogados, de que foi designada nos autos supra, audiência conciliatória para o dia 27.05.11 às 17:00 horas, para a qual as partes deverão estar presentes diretamente e/ou se fazer representar por procuradores ou prepostos habilitados a transigir. Não sendo possível a conciliação, na mesma oportunidade serão especificadas as provas a serem produzidas, decididas as questões processuais pendentes, bem como fixados os pontos controvertidos. A ausência de quaisquer das partes será interpretada como desinteresse na conciliação, bem como implicará na preclusão temporal de qualquer requerimento sobre as matérias referidas acima. Observando-se que não comparecendo as partes e/ou não formulado requerimento de produção de prova, será proferida sentença de plano.

Autos n. 2009.0004.5612-2 – INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL
Requerente: ALMIR FASSINA E CIA LTDA REPRES. POR SEU SOCIO ALMIR FASSINA E DEOLINDA DALPIAS FASSINA
Advogado: Dr. Antonio Carlos Miranda Aranha – OAB/TO 1327-B
Requerido: UNIMED GURUPI COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Advogado: Dra. Kárita Barros – OAB/TO 3725
Intimação das partes e seus advogados, de que foi designada nos autos supra, audiência conciliatória para o dia 27.05.11 às 15:50 horas, para a qual as partes deverão estar presentes diretamente e/ou se fazer representar por procuradores ou prepostos habilitados a transigir. Não sendo possível a conciliação, na mesma oportunidade serão especificadas as provas a serem produzidas, decididas as questões processuais pendentes, bem como fixados os pontos controvertidos. A ausência de quaisquer das partes será interpretada como desinteresse na conciliação, bem como implicará na preclusão temporal de qualquer requerimento sobre as matérias referidas acima. As partes são consideradas intimadas, através de seu respectivo procurador.

Autos n. 2009.0005.8385-0 – COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS
Requerente: SUELI MOTA DE OLIVEIRA
Advogado: Dra. Aldaíza Dias Barroso Borges – OAB/TO 4230
Requeridos: ODAIR MERECIANO MACIEL JUNIOR e MUNICIPIO DE TALISMA
Advogado: Dr. Miguel Chaves Ramos – OAB/TO 514
Intimação das partes e seus advogados, de que foi designada nos autos supra, audiência conciliatória para o dia 27.05.11 às 16:30 horas, para a qual as partes deverão estar presentes diretamente e/ou se fazer representar por procuradores ou prepostos habilitados a transigir. Não sendo possível a conciliação, na mesma oportunidade serão especificadas as provas a serem produzidas, decididas as questões processuais pendentes, bem como fixados os pontos controvertidos. A ausência de quaisquer das partes será interpretada como desinteresse na conciliação, bem como implicará na preclusão temporal de qualquer requerimento sobre as matérias referidas acima. As partes são consideradas intimadas, através de seu respectivo procurador.

Autos n. 2010.0010.8862-8 – OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS
Requerente: ANTONIO AMARO DIAS NETO
Advogado: Dra. Fernanda Hauser Medeiros – OAB/TO 4.231
Requerido: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado: Dra. Paula Rodrigues da Silva – OAB/MA 9590-A
Despacho: "(...). Tendo em vista que o juiz titular desta Comarca fora promovido e, diante da substituição automática a meu cargo, conforme Instrução Normativa 05/2008, e ainda considerando a coincidência de pautas com a Comarca de Figueirópolis, o qual sou titular, redesigno a presente audiência para o dia 27 de maio de 2.011, às 15:20 horas. Intimem-se. Alvorada,...".

ANANÁS

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos de nº 2007.0008.1209-7 -Ação ordinária de anulação de venda e registro de propriedade c/c perdas e danos
Requerente: espolio do Sr. Agostinho Ferreira Fernandes
Ad: Maria José Rodrigues Gonçalves
Requerido: LAFAETE JOSÉ VIERIA E OUTROS
INTIMAÇÃO da parte autora para juntar aos autos o comprovante original do comprovante de pagamento das custas.

ARAGUACEMA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Fica o advogado da parte autora intimado do despacho exarado nos presentes autos.

AUTOS Nº 2009.0006.3104-8 – Execução de Título Judicial
Autor : JOSÉ CONSTANTINO NETO
Advogado: DR. CESÁRIO BORGES DE SOUSA FILHO – OAB/ TO nº 1.921
Requerido: BONFIM PEREIRA SOUSA
INTIMAÇÃO/DESPACHO: Vistos etc. I- Esclareça o Sr. Procurador sobre a legitimidade da pessoa apontada em receber o crédito, bem como, sobre outorga de procuração, em 10(dez) dias. II- Cumpra-se. Araguacema-TO., 29 de março de 2011. CIBELLE MENDES BELTRAME - Juíza de Direito. Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2009.0008.3013-0 – Declaratória de Nulidade
Autor : ANTONIO JOSÉ DE JESUS SILVA
Advogado: DR. JOSÉ DA CUNHA NOGUEIRA – OAB/ TO nº 897-A e OAB/GO nº 4.128
Requerido: GINETO A. DOS SANTOS E OUTROS
INTIMAÇÃO/DESPACHO: Vistos etc. I- Intime-se a Requerente por seu Procurador no prazo assinalado, sob pena de extinção. II- Intime-se e Cumpra-se. Araguacema-TO, 29 de março de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito.Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2009.0007.0698-6– Embargos à Execução
Autor : R. DE ALMEIDA E CIA LTDA E OUTRO
Advogado: DR. VINICIUS RIBEIRO ALVES CAETANO – OAB/ TO nº 2040
Requerido: BANCO BRADESCO S/A
INTIMAÇÃO/DESPACHO: Vistos, etc. I-Face à petição retro, diga ao Embargante em 10(dez) dias. II- Intime-se e Cumpra-se. Araguacema(TO), 29 de março de 2011. CIBELLE MENDES BELTRAME.Juíza de Direito. Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2009.0007.0692-7– Embargos à Execução
Autor : R. DE ALMEIDA E CIA LTDA E OUTROS
Advogado: DR. VINICIUS RIBEIRO ALVES CAETANO – OAB/ TO nº 2040
Requerido: BANCO BRADESCO S/A
INTIMAÇÃO/DESPACHO: Vistos, etc. I-Face à petição retro, diga ao Embargante em 10(dez) dias. II- Intime-se e Cumpra-se. Araguacema(TO), 29 de março de 2011. CIBELLE MENDES BELTRAME.Juíza de Direito. Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2009.0007.0721-4– Embargos à Execução
Autor : RENTAO DE ALMEIDA –ME , RENATO DE ALMEIDA E RICARDO DE ALMEIDA
Advogado: DR. VINICIUS RIBEIRO ALVES CAETANO – OAB/ TO nº 2040
Requerido: BANCO BRADESCO S/A

INTIMAÇÃO/DESPACHO: Vistos, etc. I- Sobre a petição retro, diga ao Embargante em 10(dez) dias, após venham os autos conclusos. II- Intimem-se e Cumpra-se. Araguacema(TO), 28 de março de 2011. CIBELLE MENDES BELTRAME.Juíza de Direito. Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2009.0007.0690-0– Embargos à Execução
Autor : R. DE ALMEIDA E CIA LTDA E RICARDO DE ALMEIDA
Advogado: DR. VINICIUS RIBEIRO ALVES CAETANO – OAB/ TO nº 2040
Requerido: BANCO BRADESCO S/A
INTIMAÇÃO/DESPACHO: Vistos, etc. I- Face à petição retro, diga ao Embargante em 10(dez) dias. II- Intime-se e Cumpra-se. Araguacema(TO), 29 de março de 2011. CIBELLE MENDES BELTRAME.Juíza de Direito. Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2009.0009.1304-3 – Monitória
Autor : BRUNO CESAR DE SOUSA REIS
Advogado: DR. JOÃO DOS SANTOS GONÇAVLES DE BRITO – OAB/ TO nº 1498-B
Requerido: ECM- CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
INTIMAÇÃO/DESPACHO: Vistos etc. I- Intime-se o requerente sobre a devolução da carta precatória, bem como, para manifestar seus interesses no prazo de 10(dez) dias, sob pena de extinção. II- Cumpra-se. Araguacema (TO), 28 de março de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito. Diretora do foro.

AUTOS Nº 2010.0003.4237-6 – Declaratória de Nulidade de Ato Legislativo com Pedido de Tutela Antecipada
Autor : WILLIAN OLIVIERA SILVA
Advogada: DRA. PATRICIA PEREIRA DA SILVA – OAB/ TO nº 4663
Requerido: MUNICÍPIO DE ARAGUACEMA-TO
INTIMAÇÃO/DESPACHO: Vistos etc. I- Diga ao Autor em 10(dez) dias sobre a contestação. II- Intime-se e Cumpra-se. Araguacema (TO), 29 de março de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito. Diretora do foro.

AUTOS Nº 2011.0000.8709-9 – Busca e Apreensão
Autor : BANCO BMG S/A
Advogado: DR. ALUÍZIO NEY DE MAGALHÃES AYRES – OAB/ TO nº 1982-A
Requerido: JOSÉ WAGNER DE LIMA SILVA
INTIMAÇÃO/DESPACHO: Vistos etc. I- Sobre a certidão retro, diga ao Requerente em 10(dez) dias, sob pena de extinção. II- Intime-se e cumpra-se. Araguacema (TO), 29 de março de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito. Diretora do foro.

AUTOS Nº 2010.0012.1842-3 – Reintegração de Posse
Autor : HSBC BANK BRASIL S/A- BANCO MÚLTIPLO
Advogada: DRA. ELIANA RIBEIRO CORREIA – OAB/ TO nº 4187
Requerido: RENATO FERREIRA DE SOUZA
INTIMAÇÃO/DESPACHO: Vistos etc. I- Suspendo o processo pelo prazo de 30(trinta) dias, após o qual deverá a parte em 10(dez) dias manifestar interesse no prosseguimento do processo, independentemente de nova intimação,sob pena de extinção. II- Intimem-se e cumpra-se. Araguacema-TO., 28 de março de 2011. CIBELLE MENDES BELTRAME - Juíza de Direito. Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2009.0009.3294-3 – Busca e Apreensão
Autor : BANCO ITAU S/A
Advogada: DRA. HAIKA M.AMARAL BRITO – OAB/ TO nº 3.785
Requerido: GINETO ALVES DOS SANTOS
INTIMAÇÃO/DESPACHO: R.h. 1) Cumpra-se o mandado no endereço fornecido pelo autor à fl. 64, recolhendo-se nova diligência. 2) Após, manifeste-se o requerente, em 10(dez) dias.Agc, 25/3/2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito.

AUTOS Nº 2010.0007.6705-9 – Arrolamento de Bens
Autor : RAIMUNDO NONATO VASCONCELOS E OUTROS
Advogada: DRA. ROSANGELA PARREIRA DA CRUZ – OAB/ TO nº 1148
Requerido: ADELÁDIO ARAÚJO VASCONCELOS
INTIMAÇÃO/DESPACHO: Vistos etc. I- Indefiro o pedido retro, posto que, os valores devem ser apurados em sede de liquidação de sentença nos autos de desapropriação, bem como, deve ser executada a Fazenda Pública, conforme determina a lei, o que não impede o prosseguimento do presente arrolamento, desde que, após apurados os valores venham os herdeiros informar o quinhão de cada um. III- Intime-se e Cumpra-se. Araguacema (TO), 29 de março de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito. Diretora do foro.

AUTOS Nº 2010.0010.9346-9 – Busca e Apreensão
Autor :AYNORÉ, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
Advogado: DR. ALEXANDRE LUNES MACHADO – OAB/ TO nº 4.110-A
Requerido: ELIENE SILVA DE ALMEIDA
INTIMAÇÃO/DESPACHO: Vistos etc. I- Sobre a petição retro, diga ao Requerente em 10(dez) dias, sob pena de extinção. II- Intime-se e Cumpra-se. Araguacema (TO), 29 de março de 2011.CIBELLE MENDES BELTRAME. Juíza de Direito. Diretora do foro.

AUTOS Nº 2009.0009.5434-3 – Restabelecimento do Benefício Auxílio –Doença Acidentário com a Conversão em Aposentadoria por Invalidez
Autor : EDIVAN FERNANDES DA SILVA
Advogada: DRA. KARINE KURYLO CAMARA– OAB/ TO nº 3058
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO para apresentação de suas alegações finais em 05(cinco) dias.

AUTOS Nº 2009.0006.6500-7 – Previdenciária de Aposentadoria Rural por Idade
Autor : JOAQUIM DIOLINO DE JESUS
Advogado: DR. RONAM ANTONIO AZZI FILHO OAB/ TO nº 3.606
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO para em 05(cinco) di'as manifestar sobre a informação e requerer o que de direito.

AUTOS Nº 2009.0006.6502-3 – Previdenciária com Pedido de Pensão por Morte
Autor : JOANA LIMA SOARES
Advogado: DR. RONAM ANTONIO AZZI FILHO OAB/ TO nº 3.606
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DESPACHO: Vistos, etc. I- Intime-se a Requerente por seu Procurador, para que em 10(dez) dias, manifeste sobre a proposta de acordo apresentada, sob pena de seu silêncio ser interpretado como aceitação. II- Intimem-se e Cumpra-se.Araguacema-TO., 29 de março de 2011. CIBELLE MENDES BELTRAME-Juíza de Direito. Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2009.0009.1208-0 – Previdenciária de Aposentadoria Rural por Idade
Autor : JOANA PEREIRA DA COSTA
Advogado: DR. RONAM ANTONIO AZZI FILHO OAB/ TO nº 3.606
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DESPACHO: Vistos, etc. I- Intime-se o Procurador da Requerente para manifestar aobre a petição de fls. 88, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de extinção do processo. II- Intime-se e Cumpra-se. Após venham os autos conclusos. Araguacema-TO., 24 de março de 2011. CIBELLE MENDES BELTRAME-Juíza de Direito. Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2009.0010.4571-1 – Previdenciária de Aposentadoria Rural por Idade
Autor : SELY BARREIRA DE SÁ
Advogado: DR. RONAM ANTONIO AZZI FILHO OAB/ TO nº 3.606
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/SENTENÇA: Vistos.etc. SELY BARREIRA DE SÁ, através de Procurador habilitado, propôs perante este juízo, em 07.08.2008, Ação Previdenciária de Aposentadoria Rural por Idade, contra Instituto Nacional de Seguro Social-INSS, fundada no preenchimento dos requisitos legais. Todavia, já tramitava neste juízo a Ação Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário-Aposentadoria por idade Rural, nº 2009.0009.5440-8, proposta em 14.11.2006, pelo Autor em face da ré sendo inegável a existência de litispendência, porquanto se reproduziu uma ação em curso, anteriormente ajuizada, tendo as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido. Com efeito, com fulcro nos arts. 301, parágrafos 1º,2º e 3º., e 267, inciso V e parágrafo 3º, ambos do CPC, sem exame do mérito, JULGO EXTINTA a presente Ação Previdenciária de Aposentadoria Rural por Idade, proposta por SELY BARREIRA DE SÁ, em face de Instituto Nacional de Seguro Social-INSS. Sem custas, porquanto concedo ao Autor os benefícios da gratuidade da justiça. Transitada em julgado, certifique-se, e não havendo manifestação das partes no prazo de 30(trinta) dias, arquivem-se, anotando-se as devidas baixas.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Araguacema(TO), 26 de julho de 2010. CIBELLE MENDES BELTRAME-Juíza de Direito

AUTOS Nº 2009.0006.6466-3 – Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário- Aposentadoria por Idade Rural
Autor : JOANA PEREIRA DA COSTA
Advogado: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA- OAB/ TO nº 3.407
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO para no prazo de 10(dez) dias juntas aos autos, certidão de óbito, após a juntada da certidão de óbito, habilite-se os herdeiros da parte autora.

AUTOS Nº 2009.0008.9080-9 – Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário- Aposentadoria por Idade Rural
Autor : JOÃO PEREIRA DOS SANTOS
Advogado: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA- OAB/ TO nº 3.407
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO para em 05(cinco) dias manifestar sobre a informação e requerer o que de direito.

AUTOS Nº 2009.0009.1280-2 – Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário- Aposentadoria por Idade Rural
Autor : TEREZA GONÇALVES DE MORAIS
Advogado: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA- OAB/ TO nº 3.407
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO para em 10(dez) dias manifestar sobre a petição do Procurador do Requerido.

AUTOS Nº 2009.0006.6509-0 – Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário- Aposentadoria por Idade Rural
Autor : EDITE DE SOUSA COSTA
Advogado: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA- OAB/ TO nº 3.407
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DESPACHO: Vistos etc. I—Intime-se a requerente por seu Procurador, para que em 10(dez) dias, manifeste sobre a Proposta de acordo apresentada, sob pena de seu silêncio ser interpretado como aceitação. II- Intimem-se e Cumpra-se. Araguacema-TO, 29 de março de 2011. Juíza de Direito. Diretora do Foro.

AUTOS Nº 2009.0006.6497-3 – Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário- Aposentadoria por Idade Rural
Autor : MANOEL ALVES DA SILVA
Advogado: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA- OAB/ TO nº 3.407
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/SENTENÇA: Vistos. Homologo por sentença, para os fins do art. 158, parágrafo único, do Código de Processo Civil, o pedido de desistência formulado pelo Requerente(fls.107) e, em conseqüência, com fulcro no art. 267, VIII, do CPC, JULGO EXTINTA a presente Ação Previdenciária movida por MANOEL ALVES DA SILVA. Deixo de condenar o Requerente ao pagamento de honorários advocatícios, em virtude de que a relação processual sequer chegou a angularizar. Sem custas, porquanto concedo ao Autor os benefícios da gratuidade da justiça. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Arquivem-se, na forma da lei. Araguacema(TO), 10 de junho de 2010. CIBELLE MENDES BELTRAME-Juíza de Direito.

AUTOS Nº 2009.0009.1279-9 – Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário- Aposentadoria por Idade Rural
Autor : PEDRO GOMES DE MORAES
Advogado: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA- OAB/ TO nº 3.407

Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/SENTENÇA: Vistos. Homologo por sentença, para os fins do art. 158, parágrafo único, do Código de Processo Civil, o pedido de desistência formulado pelo Requerente(fls. 99) e, em conseqüência, com fulcro no art. 267, VIII, do CPC, JULGO EXTINTA a presente Ação Previdenciária movida por PEDRO GOMES DE MORAES. Deixo de condenar o Requerente ao pagamento de honorários advocatícios, em virtude de que a relação processual sequer chegou a angularizar. Sem custas, porquanto concedo ao Autor os benefícios da gratuidade da justiça. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Arquivem-se, na forma da lei. Araguacema(TO), 10 de junho de 2010. CIBELLE MENDES BELTRAME-Juíza de Direito.

AUTOS Nº 2009.0009.5387-8 – Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário- Aposentadoria por Invalidez
Autor : JOSÉ BONIFÁCIO DE CASTRO
Advogado: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA- OAB/ TO nº 3.407
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO para apresentar as alegações finais no prazo de 05(cinco) dias.

AUTOS Nº 2009.0008.9082-5 – Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário- Aposentadoria por Idade Rural
Autor : ABDERMAN FRANCISCO DE SANTANA
Advogado: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA- OAB/ TO nº 3.407
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO para apresentar as alegações finais no prazo de 05(cinco) dias.

AUTOS Nº 2009.0009.5444-0 – Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário- Aposentadoria por Idade Rural
Autor : MARIA JOANA DA SILVA
Advogado: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA- OAB/ TO nº 3.407
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO para apresentar as alegações finais no prazo de 05(cinco) dias.

AUTOS Nº 2009.0009.5440-8 – Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário- Aposentadoria por Idade Rural
Autor : SELY BARREIRO DE SÁ
Advogado: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA- OAB/ TO nº 3.407
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO para apresentar as alegações finais no prazo de 05(cinco) dias.

AUTOS Nº 2009.0006.6496-5 – Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário- Aposentadoria por Idade Rural
Autor : JOÃO ALVES AGUIAR
Advogado: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA- OAB/ TO nº 3.407
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO para apresentar as alegações finais no prazo de 05(cinco) dias.

AUTOS Nº 2009.0006.6504-0 – Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário- Aposentadoria por Idade Rural
Autor : LAUDILINA ALVES DOS SANTOS
Advogado: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA- OAB/ TO nº 3.407
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DESPACHO: Vistos, etc. I- Intime-se a Requerente para manifestar sobre a petição de fls. Retro, no prazo de 10(dez) dias, bem como, seus interesses sob pena de extinção. II- Intime-se e Cumpra-se. Araguacema-TO, 28 de março de 2011. Cibelle Mendes Beltrame-Juíza de Direito. Diretora do Foro."

AUTOS Nº 2009.0008.9084-1 – Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário- Aposentadoria por Idade Rural
Autor : MARIA ALDEIR DA SILVA
Advogado: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA- OAB/ TO nº 3.407
Requerido: INSS
INTIMAÇÃO/DESPACHO: Vistos, etc. I- Mantenho a Decisão agravada, por seus próprios fundamento jurídicos. II- Redesigno o ato anteriormente marcado para o dia 09/06/2011, às 09:30 horas. III- Intime-se e cumpra-se conforme já determinado. Araguacema-TO., 09 de novembro de 2010. CIBELLE MENDES BELTRAME-Juíza de Direito.

ARAGUAÇU

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N. 2010.0012.5591-4/0
Ação: Reivindicatória de Salário - Maternidade
Requerente: Tânia Ribeiro dos Santos
Advogado: DR. MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/TO 3685
Requerido: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado: Procurador Federal
FINALIDADE INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Intime-se a autora, para que no prazo de 60 (sessenta) dias, comprove o indeferimento administrativo do pedido, salientando que doravante, sem tal providencia, as ações previdenciárias serão extintas sem resolução do mérito. Arag. 04/março/2011. Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito."

AUTOS N. 2011.0001.9186-4/0
Ação: Aposentadoria
Requerente: Marilene Alves Fernandes
Advogado: DR. MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/TO 3685
Requerido: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado: Procurador Federal
FINALIDADE INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Intime-se a autora, para que no prazo de 60 (sessenta) dias, comprove o indeferimento administrativo do pedido, salientando que doravante, sem tal providencia, as ações previdenciárias serão extintas sem resolução do mérito. Arag. 04/março/2011. Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito."

AUTOS N. 2010.0006.8613-0/0
Ação: Aposentadoria
Requerente: Deodata Custodio Dias
Advogado: DR. MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/TO 3685
Requerido: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado: Procurador Federal
FINALIDADE INTIMAÇÃO/SENTENÇA de fls. 27: "Diante do exposto, indefiro a petição inicial e decreto a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo, 284, § único, e 267, inciso I, do CPC. Faculto a requerente o desentranhamento dos documentos constante dos autos, mediante cópias. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, procedendo- se as necessárias baixas. P.R.I.C. Arag. 14/março/2011. Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito."

AUTOS N. 2010.0006.8611-3/0
Ação: Aposentadoria
Requerente: Ana Cândida dos Santos
Advogado: DR. MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/TO 3685
Requerido: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado: Procurador Federal
FINALIDADE INTIMAÇÃO/SENTENÇA de fls. 27: "Diante do exposto, indefiro a petição inicial e decreto a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo, 284, § único, e 267, inciso I, do CPC. Faculto a requerente o desentranhamento dos documentos constante dos autos, mediante cópias. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, procedendo- se as necessárias baixas. P.R.I.C. Arag. 14/março/2011. Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito."

AUTOS N. 2011.0001.9185-6/0
Ação: Reinvidicatória de Aposentadoria
Requerente: Elvira Souza de Almeida
Advogado: DR. MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/TO 3685
Requerido: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado: Procurador Federal
FINALIDADE INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Intime-se a autora, para que no prazo de 60 (sessenta) dias, comprove o indeferimento administrativo do pedido, salientando que doravante, sem tal providencia, as ações previdenciárias serão extintas sem resolução do mérito. Arag. 04/março/2011. Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito."

AUTOS N. 2010.0012.5515-9/0
Ação: Aposentadoria
Requerente: Maria de Lourdes Araujo da Conceição
Advogado: DR. MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/TO 3685
Requerido: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado: Procurador Federal
FINALIDADE INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Intime-se a autora, para que no prazo de 10 (dez) dias, junte procuração nos termos legais, sob pena de indeferimento da inicial. Arag. 28/fevereiro/2011. Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito."

AUTOS N. 2010.0010.0805-4/0
Ação: Aposentadoria
Requerente: Josie Albino da Silva
Advogado: DR. MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/TO 3685
Requerido: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado: Procurador Federal
FINALIDADE INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Tendo em vista que o rito a ser imprimido nos presentes autos é o sumário, Intime-se o autor, para que no prazo de 10 (dez) dias, junte o rol de testemunhas, sob pena de indeferimento da inicial. Arag. 19/novembro/2010. Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito."

AUTOS N. 2010.0012.5516-7/0
Ação: Aposentadoria
Requerente: Maria Faria Gonçalves
Advogado: DR. MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/TO 3685
Requerido: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado: Procurador Federal
FINALIDADE INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Intime-se a autora, para que no prazo de 10 (dez) dias, junte procuração nos termos legais, sob pena de indeferimento da inicial. Arag. 28/fevereiro/2011. Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito."

AUTOS N. 2009.0011.9455-5/0
Ação: Reinvidicatória de Pensão por Morte
Requerente: Sebastiana Alves da Silva
Advogado: DR. MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/TO 3685
Requerido: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado: Procurador Federal
FINALIDADE INTIMAÇÃO/SENTENÇA de fls. 25/26: "Diante do exposto, indefiro a petição inicial e decreto a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do artgo 295, I, 284, § único, inciso I, do CPC.Transitada e julgado, arquivem-se os autos, procedendo-se as necessárias baixas. P.R.I.C. Arag. 25/março/2010. Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito."

AUTOS N. 2010.0012.5514-0/0
Ação: Aposentadoria
Requerente: Antônia Cardoso dos Santos
Advogado: DR. MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/TO 3685
Requerido: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado: Procurador Federal
FINALIDADE INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Intime-se a autora, para que no prazo de 10 (dez) dias, junte procuração nos termos legais, sob pena de indeferimento da inicial. Arag. 28/fevereiro/2011. Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito."

AUTOS N. 2010.0008.3470-8/0
Ação: Reinvidicatória de Amparo Social
Requerente: Maria do Carmo Alves Cardoso
Advogado: DR. MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/TO 3685
Requerido: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado: Procurador Federal
FINALIDADE INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Intime-se a autora, para que no prazo de 10 (dez) dias, junte o rol de testemunhas, sob pena de indeferimento da inicial. Arag. 08/outubro/2010. Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito."

AUTOS N. 2010.0012.5513-2/0
Ação: Aposentadoria
Requerente: Aurenice Santos Macedo
Advogado: DR. MARCIO AUGUSTO MALAGOLI- OAB/TO 3685
Requerido: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado: Procurador Federal
FINALIDADE INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Intime-se a autora, para que no prazo de 60 (sessenta) dias, comprove o indeferimento administrativo do pedido, salientando que doravante, sem tal providencia, as ações previdenciárias serão extintas sem resolução do mérito. Arag. 04/março/2011. Nelson Rodrigues da Silva – Juiz de Direito."

ARAGUAINA

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO ÀS PARTES

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO 2010.0007.9018-2
Requerente: Banco Panamericano S/A
Advogado: Roberta Sanches da Ponte OAB/SP 224325 e Érico Vinicius Rodrigues Barbosa OAB/TO 4220
Requerido: Celair Rodrigues da Silva
INTIMAÇÃO: da parte autora da decisão de fl. 66/67, bem como para comprovar a compensação do cheque de fl. 30 e para juntar cópia do documento do veículo atual e da Nota Fiscal, se ainda não o foi (item7).
DECISÃO DE FL. : "Presentes os requisitos legais exigíveis para deferimento da liminar, a saber, realização de contrato com garantia de alienação fiduciária, mora e notificação comprobatória desta, através do CRTD. Isto posto, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem cujas descrições encontram-se no contrato e inicial. O que faço amparada nos parágrafos 2 e 3 do artigo 2 e artigo 3 "caput", todos do Decreto Lei 911/69 com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.931/2004. Expeça-se mandado de busca e apreensão, deposite-se o bem em mãos de depositário público, mediante compromisso, sendo passível de responsabilidade o oficial de justiça que depositar o bem sem colher o compromisso e, executada a medida liminar, cite-se o devedor com advertências legais para todos os termos da inicial e para: 1º- em cinco dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus e, ainda, poderá oferecer contestação, em 15 dias, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição; ou 2º - em cinco dias improrrogáveis da citação, querendo, proceder à purgação da mora das parcelas vencidas (a Lei 10931/04 não revogou o disposto no §2º, do artigo 54, VI, CDC, mantendo-se o direito à purgação da mora, conforme, ainda os artigos 395, parágrafo único, 401, I e artigo 1368-A "final", todos do CCB/02), sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário ou contestar em 15(quinze) dias, sob pena de terem-se como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Purgada a mora, arbitro honorários advocatícios em R$100,00(cem) reais. 3. PROVIMENTOS: 1 - purgada a mora (incluídas as parcelas vencidas até a data da purgação, mais custas, honorários...), proceda-se ao depósito judicial do valor a ser purgado, ficando nomeada a agência do Bc.Brasil local como depositário e, após, intime-se credor para manifestar. 2 – se optar o réu pelo pagamento da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, proceda-se ao depósito judicial e aguarde-se por quinze dias; havendo contestação, conclusos; não havendo contestação, intime-se credor para manifestar sobre o depósito e conclusos. 3 – não havendo purgação da mora, nem pagamento integral da dívida nos cinco dias da execução da liminar, após citação, e nem contestação, conclusos; 4 - no caso do pagamento integral a parte deverá proceder ao depósito segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial; 5 – não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 6 – localizado o bem, mas não encontrado o réu para citação, intime-se autor para, em cinco dias, providenciar a citação. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 7 – Intime-se o autor para juntar aos autos, antes da sentença, cópia do documento do veículo e da Nota Fiscal, se ainda não o foi."

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO Nº 2006.0001.3492-9
Requerente: Multimarcas Administradora de Consórcio Ltda
Advogado: Fernando Marchesine – OAB/TO 2188
Requerido: Francidalva Andrade da silva
INTIMAÇÃO: do procurador do autor para comparecer em Cartório e receber o Alvará Judicial, par o devido cumprimento.

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO Nº 2006.0001.8431-4
Requerente: Araguaia Administradora de Consórcio S/C Ltda
Advogado: Júlio César Bonfim – OAB/TO 2358
Requerido: Ronaldo Borges de Souza
INTIMAÇÃO: do procurador do autor para comparecer em Cartório e receber o Alvará Judicial, par o devido cumprimento.

Autos n. 2007.0001.8132-1 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO(A): ALLYSSON CRISTIANO R DA SILVA – OAB/TO 3068 e HAIKA MICHELINE AMARAL BRITO – OAB/TO 3785
REQUERIDO: MARCO ANTONIO DE ALMEIDA TROVO
DESPACHO DE FLS. 37: "Intimem-se para andamento em 48 horas, sob pena de extinção." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO ACIMA TRANSCRITO, A FIM DE ADOTAR AS PROVIDÊNCIAS CABIVÉIS NO PRAZO ESTABELECIDO.

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO Nº 2009.0007.8745-5
Requerente: Consórcio Nacional Honda Ltda
Advogado: Maria Lucilia Gomes – OAB/TO 2489
Requerido: Marilene Vieira de Barros
INTIMAÇÃO: do procurador do autor para comparecer em Cartório e receber o Alvará Judicial, par o devido cumprimento.

Autos n. 2010.0012.1191-7 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: HSBC BANK BRASIL S/A
ADVOGADO(A): ELIANA RIBEIRO CORREIA – OAB/TO 4187 E ÉRICO VINICIUS RODRIGUES BARBOSA – OAB/TO 4220
REQUERIDO: MARIA ROSILDA DA SILVA
DESPACHO DE FLS. 31: "Fl. 28/29: Regularize-se a representação postulatória." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO ACIMA TRANSCRITO, A FIM DE ADOTAR AS PROVIDÊNCIAS CABIVÉIS. PRAZO: 05 DIAS (ART. 175, CPC).

Autos n. 2009.0003.0501-9 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: HSBC BANK BRASIL S/A
ADVOGADO(A): ELIANA RIBEIRO CORREIA – OAB/TO 4187 E ÉRICO VINICIUS RODRIGUES BARBOSA – OAB/TO 4220
REQUERIDO: MEDTEC COM DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
DESPACHO DE FLS. 76: "Fl. 74: Regularize-se a representação postulatória." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO ACIMA TRANSCRITO, A FIM DE ADOTAR AS PROVIDÊNCIAS CABIVÉIS. PRAZO: 05 DIAS (ART. 185, CPC).

Autos n. 2007.0002.0774-6 – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO (EXECUÇÃO DE SENTENÇA)
REQUERENTE: JÂNIO MOREIRA LUZ E OUTRO
ADVOGADO(A): MIGUEL VINICIUS SANTOS – OAB/TO 214-A
REQUERIDO: LÉCIA ABDEL JABBAR E OUTRO
ADVOGADO(A): ADRIANE TELES COSTA SOARES – OAB/TO 3761
DESPACHO DE FLS. 123: "Intime-se o exeqüente para apresentar a planilha discriminada do débito." – FICAM AS PARTES, ATRAVÉS DE SEUS PROCURADORES, INTIMADAS DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO ACIMA TRANSCRITO, FICANDO A REQUERENTE INTIMADO PARA APRESENTAR A PLANILHA DISCRIMINADA DO DÉBITO.

Autos n. 2008.0009.9541-6 – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO (EXECUÇÃO DE SENTENÇA)
REQUERENTE: MARIA JOSÉ ALVES SANTOS
ADVOGADO(A): CALIXTA MARIA SANTOS – OAB/TO 1674
REQUERIDO: JUSTINIANO COELHO
ADVOGADO(A): CABRAL SANTOS GONÇALVES – OAB/TO 448-B
DESPACHO DE FLS. 156: "Intime-se a exeqüente para apresentar a planilha discriminada do débito, acrescentando-se a multa de 10%." – FICAM AS PARTES, ATRAVÉS DE SEUS PROCURADORES, INTIMADAS DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO ACIMA TRANSCRITO, FICANDO A REQUERENTE INTIMADA PARA APRESENTAR A PLANILHA DISCRIMINADA DO DÉBITO, ACRESCENTANDO-SE A MULTA DE 10%.

Autos n. 2007.0003.2619-2 – AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIROS
EMBARGANTE: VALDELICE MARIA DOS SANTOS
ADVOGADO(A): JOÃO BOSCO HERCULANO – OAB/TO 404-A
EMBARGADO: BANCO DE CRÉDITO NACIONAL S/A
ADVOGADO(A): JORGE PALMA DE ALMEIDA FERNANDES – OAB/TO 1600-A
DESPACHO DE FLS. 47: "Ocorreu a desistência tácita. Assim, intime-se o réu, através de seu advogado, para manifestar em cinco dias se concorda com a desistência. O silêncio será interpretado como aceitação." – FICAM AS PARTES, ATRAVÉS DE SEUS PROCURADORES, INTIMADAS DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO ACIMA TRANSCRITO, FICANDO O EMBARGADO INTIMADO PARA MANIFESTAR EM CINCO DIAS SE CONCORDA COM A DESISTÊNCIA. O SILÊNCIO SERÁ INTERPRETADO COMO ACEITAÇÃO.

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO 2010.0008.5415-6
Requerente: Banco Volkswagen S/A
Advogado: Marinólia Dias dos Reis OAB/TO 1597
Requerido: Francisco de Assis Morais
INTIMAÇÃO: da parte autora da decisão de fl. 47/48, bem como para juntar aos autos cópia do documento do veículo atual e da Nota Fiscal, se ainda não o foi (item7). DECISÃO DE FL. : "Presentes os requisitos legais exigíveis para deferimento da liminar, a saber, realização de contrato com garantia de alienação fiduciária, mora e notificação comprobatória desta, através do CRTD. Isto posto, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem cujas descrições encontram-se no contrato e inicial. O que faço amparada nos parágrafos 2 e 3 do artigo 2 e artigo 3 "caput", todos do Decreto Lei 911/69 com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.931/2004. Expeça-se mandado de busca e apreensão, deposite-se o bem em mãos do autor, de represente com poderes para tal desde que devidamente constituído, a pessoa pelo mesmo indicada nos autos ou, na falta, em mãos do depositário público, qualquer deles mediante compromisso, sendo passível de responsabilidade o oficial de justiça que depositar o bem sem colher o compromisso e, executada a medida liminar, cite-se o devedor com advertências legais para todos os termos da inicial e para: 1º- em cinco dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus e, ainda, poderá oferecer contestação, em 15 dias, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição; ou 2º - em cinco dias improrrogáveis da citação, querendo, proceder à purgação da mora das parcelas vencidas (a Lei 10931/04 não revogou o disposto no §2º, do artigo 54, VI, CDC, mantendo-se o direito à purgação da mora, conforme, ainda os artigos 395, parágrafo único, 401, I e artigo 1368-A "final", todos do CCB/02), sob pena de

consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário ou contestar em 15(quinze) dias, sob pena de terem-se como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Purgada a mora, arbitro honorários advocatícios em R$100,00(cem) reais. 2. PROVIMENTOS: 1 - purgada a mora (incluídas as parcelas vencidas até a data da purgação, mais custas, honorários...), proceda-se ao depósito judicial do valor a ser purgado, ficando nomeada a agência do Bc.Brasil local como depositário e, após, intime-se credor para manifestar. 2 – se optar o réu pelo pagamento da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, proceda-se ao depósito judicial e aguarde-se por quinze dias; havendo contestação, conclusos; não havendo contestação, intime-se credor para manifestar sobre o depósito e conclusos. 3 – não havendo purgação da mora, nem pagamento integral da dívida nos cinco dias da execução da liminar, após citação, e nem contestação, conclusos; 4 - no caso do pagamento integral a parte deverá proceder ao depósito segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial; 5 – não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 6 – localizado o bem, mas não encontrado o réu para citação, intime-se autor para, em cinco dias, providenciar a citação. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 7 – Intime-se o autor para juntar aos autos, antes da sentença, cópia do documento do veículo e da Nota Fiscal, se ainda não o foi."

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO 2010.0007.4957-3
Requerente: Banco Finasa S/A
Advogado: Paulo Henrique Ferreira OAB/TO 4626
Requerido: Wagner Grangeiro de Souza
INTIMAÇÃO: da parte autora da decisão de fl. 44, bem como para comprovar a compensação do cheque de fl. 30 e para juntar cópia do documento do veículo atual e da Nota Fiscal, se ainda não o foi (item7).
DECISÃO DE FL. : "1 - Intime-se para comprovar a compensação do cheque de fl. 30. 2 - Comprovado o recolhimento da custa, uma vez que presentes os requisitos legais exigíveis para deferimento da liminar, a saber, realização de contrato com garantia de alienação fiduciária, mora e notificação comprobatória desta, através do CRTD. Isto posto, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem cujas descrições encontram-se no contrato e inicial. O que faço amparada nos parágrafos 2 e 3 do artigo 2 e artigo 3 "caput", todos do Decreto Lei 911/69 com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.931/2004. Expeça-se mandado de busca e apreensão, deposite-se o bem em mãos do autor, de represente com poderes para tal desde que devidamente constituído, a pessoa pelo mesmo indicada nos autos ou, na falta, em mãos do depositário público, qualquer deles mediante compromisso, sendo passível de responsabilidade o oficial de justiça que depositar o bem sem colher o compromisso e, executada a medida liminar, cite-se o devedor com advertências legais para todos os termos da inicial e para: 1º- em cinco dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus e, ainda, poderá oferecer contestação, em 15 dias, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição; ou 2º - em cinco dias improrrogáveis da citação, querendo, proceder à purgação da mora das parcelas vencidas (a Lei 10931/04 não revogou o disposto no §2º, do artigo 54, VI, CDC, mantendo-se o direito à purgação da mora, conforme, ainda os artigos 395, parágrafo único, 401, I e artigo 1368-A "final", todos do CCB/02), sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário ou contestar em 15(quinze) dias, sob pena de terem-se como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Purgada a mora, arbitro honorários advocatícios em R$100,00(cem) reais. 3. PROVIMENTOS: 1 - purgada a mora (incluídas as parcelas vencidas até a data da purgação, mais custas, honorários...), proceda-se ao depósito judicial do valor a ser purgado, ficando nomeada a agência do Bc.Brasil local como depositário e, após, intime-se credor para manifestar. 2 – se optar o réu pelo pagamento da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, proceda-se ao depósito judicial e aguarde-se por quinze dias; havendo contestação, conclusos; não havendo contestação, intime-se credor para manifestar sobre o depósito e conclusos. 3 – não havendo purgação da mora, nem pagamento integral da dívida nos cinco dias da execução da liminar, após citação, e nem contestação, conclusos; 4 - no caso do pagamento integral a parte deverá proceder ao depósito segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial; 5 – não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 6 – localizado o bem, mas não encontrado o réu para citação, intime-se autor para, em cinco dias, providenciar a citação. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 7 – Intime-se o autor para juntar aos autos, antes da sentença, cópia do documento do veículo e da Nota Fiscal, se ainda não o foi."

Autos n. 2006.0002.4208-0 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(A): PAULO ROBERTO VIEIRA NEGRÃO – OAB/TO 2132-B
REQUERIDO: M. C. VIEIRA LTDA E OUTRO
ADVOGADO(A): ALFREDO FARAH – OAB/TO 943-A
DESPACHO DE FLS. 341: "Regularize-se a representação processual do autor dentro de trinta dias" – FICAM AS PARTES, ATRAVÉS DE SEUS PROCURADORES, INTIMADAS DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO ACIMA TRANSCRITO, FICANDO O REQUERENTE INTIMADO A REGULARIZAR SUA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL DENTRO DE TRINTA DIAS.

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO Nº 2006.0008.2768-1
Requerente: HSBC Bank Brasil S/A – Banco Multiplo
Advogado: Patrícia Ayres de Melo – OAB/TO 2972 e Érico Vinicius Rodrigues Barbosa – OAB/TO 4.220
Requerido: Rosimeire Dias da Luz Costa
INTIMAÇÃO: do procurador do autor para comparecer em Cartório e receber o Alvará Judicial, par o devido cumprimento

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO Nº 2010.0001.7749-9
Requerente: Bradesco Administradora de Consórcio Ltda
Advogado: Deise Maria dos Reis Silverio – OAB/GO 24864 e Simony V. de Oliveira – OAB/TO 4093
Requerido: Pax social do Brasil Prestação de Serv. Póstumos Ltda
INTIMAÇÃO: do procurador do autor para comparecer em Cartório e receber o Alvará Judicial, par o devido cumprimento

AÇÃO: INDENIZAÇÃO Nº 2010.0008.6490-9
Requerente: Bartolomeu Ribeiro Coutinho
Advogado: Jorge Palma de almeida Fernandes – OAB/TO 1600
Requerido: Banco do Brasil S/A
INTIMAÇÃO: do procurador do autor para comparecer em Cartório e receber o Alvará Judicial, par o devido cumprimento

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO 2010.0009.1082-6
Requerente: Banco Bradesco S/A
Advogado: Maria Lucília Gomes OAB/SP 84206 e Fábio de Castro Souza OAB/TO 2868
Requerido: Moura e Cia Ltda
INTIMAÇÃO: da parte autora da decisão de fl. 117/118, bem como para comprovar a compensação do cheque de fl. 30 e para juntar cópia do documento do veículo atual e da Nota Fiscal, se ainda não o foi (item7).
DECISÃO DE FL. : "Presentes os requisitos legais exigíveis para deferimento da liminar, a saber, realização de contrato com garantia de alienação fiduciária, mora e notificação comprobatória desta, através do CRTD. Isto posto, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem cujas descrições encontram-se no contrato e inicial. O que faço amparada nos parágrafos 2 e 3 do artigo 2 e artigo 3 "caput", todos do Decreto Lei 911/69 com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.931/2004. Expeça-se mandado de busca e apreensão, deposite-se o bem em mãos de depositário público, mediante compromisso, sendo passível de responsabilidade o oficial de justiça que depositar o bem sem colher o compromisso e, executada a medida liminar, cite-se o devedor com advertências legais para todos os termos da inicial e para: 1º- em cinco dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus e, ainda, poderá oferecer contestação, em 15 dias, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição; ou 2º - em cinco dias improrrogáveis da citação, querendo, proceder à purgação da mora das parcelas vencidas (a Lei 10931/04 não revogou o disposto no §2º, do artigo 54, VI, CDC, mantendo-se o direito à purgação da mora, conforme, ainda os artigos 395, parágrafo único, 401, I e artigo 1368-A "final", todos do CCB/02), sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário ou contestar em 15(quinze) dias, sob pena de terem-se como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Purgada a mora, arbitro honorários advocatícios em R$100,00(cem) reais. 3. PROVIMENTOS: 1 - purgada a mora (incluídas as parcelas vencidas até a data da purgação, mais custas, honorários...), proceda-se ao depósito judicial do valor a ser purgado, ficando nomeada a agência do Bc.Brasil local como depositário e, após, intime-se credor para manifestar. 2 – se optar o réu pelo pagamento da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, proceda-se ao depósito judicial e aguarde-se por quinze dias; havendo contestação, conclusos; não havendo contestação, intime-se credor para manifestar sobre o depósito e conclusos. 3 – não havendo purgação da mora, nem pagamento integral da dívida nos cinco dias da execução da liminar, após citação, e nem contestação, conclusos; 4 - no caso do pagamento integral a parte deverá proceder ao depósito segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial; 5 – não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 6 – localizado o bem, mas não encontrado o réu para citação, intime-se autor para, em cinco dias, providenciar a citação. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 7 – Intime-se o autor para juntar aos autos, antes da sentença, cópia do documento do veículo e da Nota Fiscal, se ainda não o foi."

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO 2009.0012.4871-0
Requerente: BV Financeira S/A, Crédito, Financimento e Investimento
Advogado: Flávia de Albuquerque Lira OAB/PE 24521
Requerido: Wilno Cunha da Silva
INTIMAÇÃO: da parte autora da decisão de fl.38, bem como para juntar aos autos cópia do documento do veículo atual e da Nota Fiscal, se ainda não o foi (item7). DECISÃO DE FL. 38: "Comprovado o recolhimento das custas e presentes os requisitos legais exigíveis para deferimento da liminar, a saber, realização de contrato com garantia de alienação fiduciária, mora e notificação comprobatória desta, através do CRTD. Isto posto, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem cujas descrições encontram-se no contrato e inicial. O que faço amparada nos parágrafos 2 e 3 do artigo 2 e artigo 3 "caput", todos do Decreto Lei 911/69 com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.931/2004. Expeça-se mandado de busca e apreensão, deposite-se o bem em mãos do autor, de represente com poderes para tal desde que devidamente constituído, a pessoa pelo mesmo indicada nos autos ou, na falta, em mãos do depositário público, qualquer deles mediante compromisso, sendo passível de responsabilidade o oficial de justiça que depositar o bem sem colher o compromisso e, executada a medida liminar, cite-se o devedor com advertências legais para todos os termos da inicial e para: 1º- em cinco dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus e, ainda, poderá oferecer contestação, em 15 dias, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição; ou 2º - em cinco dias improrrogáveis da citação, querendo, proceder à purgação da mora das parcelas vencidas (a Lei 10931/04 não revogou o disposto no §2º, do artigo 54, VI, CDC, mantendo-se o direito à purgação da mora, conforme, ainda os artigos 395, parágrafo único, 401, I e artigo 1368-A "final", todos do CCB/02), sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário ou contestar em 15(quinze) dias, sob pena de terem-se como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Purgada a mora, arbitro honorários advocatícios em R$100,00(cem) reais. 2. PROVIMENTOS: 1 - purgada a mora (incluídas as parcelas vencidas até a data da purgação, mais custas, honorários...), proceda-se ao

depósito judicial do valor a ser purgado, ficando nomeada a agência do Bc.Brasil local como depositário e, após, intime-se credor para manifestar. 2 – se optar o réu pelo pagamento da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, proceda-se ao depósito judicial e aguarde-se por quinze dias; havendo contestação, conclusos; não havendo contestação, intime-se credor para manifestar sobre o depósito e conclusos. 3 – não havendo purgação da mora, nem pagamento integral da dívida nos cinco dias da execução da liminar, após citação, e nem contestação, conclusos; 4 - no caso do pagamento integral a parte deverá proceder ao depósito segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial; 5 – não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 6 – localizado o bem, mas não encontrado o réu para citação, intime-se autor para, em cinco dias, providenciar a citação. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 7 – Intime-se o autor para juntar aos autos cópia do documento do veículo ou/e da Nota Fiscal, se ainda não o foi."

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO 2009.0003.0495-0
Requerente: Consórcio Nacional Honda Ltda
Advogado: Patrícia Ayres de Melo OAB/To 2972, Maria Lucília Gomes OAB/SP 84206 e Fábio de Castro Souza OAB/TO 2868
Requerido: Elaine Gomes Ramalho
INTIMAÇÃO: da parte autora da decisão de fl.45, bem como para juntar aos autos cópia do documento do veículo atual e da Nota Fiscal, se ainda não o foi (item7). DECISÃO DE FL. 45: "Não há necessidade de o autor comprovar a mora, uma vez que já comprovada às fls. 14/17. Assim, presentes os requisitos legais exigíveis para deferimento da liminar, a saber, realização de contrato com garantia de alienação fiduciária, mora e notificação comprobatória desta, através do CRTD. Isto posto, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem cujas descrições encontram-se no contrato e inicial. O que faço amparada nos parágrafos 2 e 3 do artigo 2 e artigo 3 "caput", todos do Decreto Lei 911/69 com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.931/2004. Expeça-se mandado de busca e apreensão, deposite-se o bem em mãos do autor, de represente com poderes para tal desde que devidamente constituído, a pessoa pelo mesmo indicada nos autos ou, na falta, em mãos do depositário público, qualquer deles mediante compromisso, sendo passível de responsabilidade o oficial de justiça que depositar o bem sem colher o compromisso e, executada a medida liminar, cite-se o devedor com advertências legais para todos os termos da inicial e para: 1º- em cinco dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus e, ainda, poderá oferecer contestação, em 15 dias, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição; ou 2º - em cinco dias improrrogáveis da citação, querendo, proceder à purgação da mora das parcelas vencidas (a Lei 10931/04 não revogou o disposto no §2º, do artigo 54, VI, CDC, mantendo-se o direito à purgação da mora, conforme, ainda os artigos 395, parágrafo único, 401, I e artigo 1368-A "final", todos do CCB/02), sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário ou contestar em 15(quinze) dias, sob pena de terem-se como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Purgada a mora, arbitro honorários advocatícios em R$100,00(cem) reais. 2. PROVIMENTOS: 1 - purgada a mora (incluídas as parcelas vencidas até a data da purgação, mais custas, honorários...), proceda-se ao depósito judicial do valor a ser purgado, ficando nomeada a agência do Bc.Brasil local como depositário e, após, intime-se credor para manifestar. 2 – se optar o réu pelo pagamento da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, proceda-se ao depósito judicial e aguarde-se por quinze dias; havendo contestação, conclusos; não havendo contestação, intime-se credor para manifestar sobre o depósito e conclusos. 3 – não havendo purgação da mora, nem pagamento integral da dívida nos cinco dias da execução da liminar, após citação, e nem contestação, conclusos; 4 - no caso do pagamento integral a parte deverá proceder ao depósito segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial; 5 – não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 6 – localizado o bem, mas não encontrado o réu para citação, intime-se autor para, em cinco dias, providenciar a citação. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 7 – Intime-se o autor para juntar aos autos cópia do documento do veículo ou/e da Nota Fiscal, se ainda não o foi."

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO 201.0000.2685-5
Requerente: Banco Finasa BMC S/A
Advogado: Humberto Luiz Teixeira OAB/SP 157875
Requerido: José Wilton Lima Sampaio
INTIMAÇÃO: da parte autora da decisão de fl.37, bem como para juntar aos autos cópia do documento do veículo atual e da Nota Fiscal, se ainda não o foi (item7).
DECISÃO DE FL. 37: "Presentes os requisitos legais exigíveis para deferimento da liminar, a saber, realização de contrato com garantia de alienação fiduciária, mora e notificação comprobatória desta, através do CRTD. Isto posto, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem cujas descrições encontram-se no contrato e inicial. O que faço amparada nos parágrafos 2 e 3 do artigo 2 e artigo 3 "caput", todos do Decreto Lei 911/69 com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.931/2004. Expeça-se mandado de busca e apreensão, deposite-se o bem em mãos do autor, de represente com poderes para tal desde que devidamente constituído, a pessoa pelo mesmo indicada nos autos ou, na falta, em mãos do depositário público, qualquer deles mediante compromisso, sendo passível de responsabilidade o oficial de justiça que depositar o bem sem colher o compromisso e, executada a medida liminar, cite-se o devedor com advertências legais para todos os termos da inicial e para: 1º- em cinco dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus e, ainda, poderá oferecer contestação, em 15 dias, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição; ou 2º - em cinco dias improrrogáveis da citação, querendo, proceder à purgação da mora das parcelas vencidas (a Lei 10931/04 não revogou o disposto no §2º, do artigo 54, VI, CDC, mantendo-se o direito à purgação da mora, conforme, ainda os artigos 395, parágrafo único, 401, I e artigo 1368-A "final", todos do CCB/02), sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário ou contestar em 15(quinze) dias, sob pena de terem-se como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Purgada a mora, arbitro honorários advocatícios em R$100,00(cem) reais. 2. PROVIMENTOS: 1 - purgada a mora (incluídas as parcelas vencidas até a data da purgação, mais custas, honorários...), proceda-se ao depósito judicial do valor a ser purgado, ficando nomeada a agência do Bc.Brasil local como depositário e, após, intime-se credor para manifestar. 2 – se optar o réu pelo pagamento da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, proceda-se ao depósito judicial e aguarde-se por quinze dias; havendo contestação, conclusos; não havendo contestação, intime-se credor para manifestar sobre o depósito e conclusos. 3 – não havendo purgação da mora, nem pagamento integral da dívida nos cinco dias da execução da liminar, após citação, e nem contestação, conclusos; 4 - no caso do pagamento integral a parte deverá proceder ao depósito segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial; 5 – não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 6 – localizado o bem, mas não encontrado o réu para citação, intime-se autor para, em cinco dias, providenciar a citação. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 7 – Intime-se o autor para juntar aos autos cópia do documento do veículo ou/e da Nota Fiscal, se ainda não o foi."

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO 2010.0009.9169-2
Requerente: Banco Panamericano S/A
Advogado: Érico Vinicius Rodrigues Barbosa OAB/TO 4220
Requerido: Valcirley Babosa Aguiar
INTIMAÇÃO: da parte autora da decisão de fl.42, bem como para juntar aos autos cópia do documento do veículo atual e da Nota Fiscal, se ainda não o foi (item7).
DECISÃO DE FL. 42: "Presentes os requisitos legais exigíveis para deferimento da liminar, a saber, realização de contrato com garantia de alienação fiduciária, mora e notificação comprobatória desta, através do CRTD. Isto posto, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem cujas descrições encontram-se no contrato e inicial. O que faço amparada nos parágrafos 2 e 3 do artigo 2 e artigo 3 "caput", todos do Decreto Lei 911/69 com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.931/2004. Expeça-se mandado de busca e apreensão, deposite-se o bem em mãos do autor, de represente com poderes para tal desde que devidamente constituído, a pessoa pelo mesmo indicada nos autos ou, na falta, em mãos do depositário público, qualquer deles mediante compromisso, sendo passível de responsabilidade o oficial de justiça que depositar o bem sem colher o compromisso e, executada a medida liminar, cite-se o devedor com advertências legais para todos os termos da inicial e para: 1º- em cinco dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus e, ainda, poderá oferecer contestação, em 15 dias, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição; ou 2º - em cinco dias improrrogáveis da citação, querendo, proceder à purgação da mora das parcelas vencidas (a Lei 10931/04 não revogou o disposto no §2º, do artigo 54, VI, CDC, mantendo-se o direito à purgação da mora, conforme, ainda os artigos 395, parágrafo único, 401, I e artigo 1368-A "final", todos do CCB/02), sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário ou contestar em 15(quinze) dias, sob pena de terem-se como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Purgada a mora, arbitro honorários advocatícios em R$100,00(cem) reais. 2. PROVIMENTOS: 1 - purgada a mora (incluídas as parcelas vencidas até a data da purgação, mais custas, honorários...), proceda-se ao depósito judicial do valor a ser purgado, ficando nomeada a agência do Bc.Brasil local como depositário e, após, intime-se credor para manifestar. 2 – se optar o réu pelo pagamento da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, proceda-se ao depósito judicial e aguarde-se por quinze dias; havendo contestação, conclusos; não havendo contestação, intime-se credor para manifestar sobre o depósito e conclusos. 3 – não havendo purgação da mora, nem pagamento integral da dívida nos cinco dias da execução da liminar, após citação, e nem contestação, conclusos; 4 - no caso do pagamento integral a parte deverá proceder ao depósito segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial; 5 – não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 6 – localizado o bem, mas não encontrado o réu para citação, intime-se autor para, em cinco dias, providenciar a citação. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 7 – Intime-se o autor para juntar aos autos cópia do documento do veículo ou/e da Nota Fiscal, se ainda não o foi."

Autos n. 2006.0000.2540-2 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
REQUERENTE: DIVINA VIRGILATO DE AGUIAR
ADVOGADO(A): CRISTIANE DELFINO RODRIGUES LINS – OAB/TO 2119-B
REQUERENTE: CLEIDIANE ALVES AIRES
ADVOGADO(A): JOSÉ HOBALDO VIEIRA – OAB/TO 1722-A
REQUERIDO: CREDICARD BANCO S/A
ADVOGADO(A): ALICE ANDRADE BAPTISTA – OAB/SP 234.925
DESPACHO DE FLS. 81: "O presente feito é executivo, razão pela qual deve ser excluída a identificação relativa à Meta II do CNJ. Sem prejuízo, intimem-se as partes para se manifestarem sobre os documentos de fls. 78/80" – FICAM AS PARTES, ATRAVÉS DE SEUS PROCURADORES, INTIMADAS PARA SE MANIFESTAREM SOBRE OS DOCUMENTOS DE FLS. 78/80. PRAZO: 05 DIAS (ART. 185, CPC).

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO 2011.0000.2678-2
Requerente: Banco Finasa BMC S/A
Advogado: Fábio Gomes OAB/TO 3350 e José Martins OAB/SP 84314
Requerido: Ronaldo Lopes Pimentel
INTIMAÇÃO: da parte autora da decisão de fl.51, bem como para juntar aos autos cópia do documento do veículo atual e da Nota Fiscal, se ainda não o foi (item7).
DECISÃO DE FL. 51: "Presentes os requisitos legais exigíveis para deferimento da liminar, a saber, realização de contrato com garantia de alienação fiduciária, mora e notificação comprobatória desta, através do CRTD. Isto posto, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem cujas descrições encontram-se no contrato e inicial. O que faço amparada nos parágrafos 2 e 3 do artigo 2 e artigo 3 "caput", todos do Decreto Lei 911/69 com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.931/2004. Expeça-se mandado de

busca e apreensão, deposite-se o bem em mãos do autor, de represente com poderes para tal desde que devidamente constituído, a pessoa pelo mesmo indicada nos autos ou, na falta, em mãos do depositário público, qualquer deles mediante compromisso, sendo passível de responsabilidade o oficial de justiça que depositar o bem sem colher o compromisso e, executada a medida liminar, cite-se o devedor com advertências legais para todos os termos da inicial e para: 1º- em cinco dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus e, ainda, poderá oferecer contestação, em 15 dias, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição; ou 2º - em cinco dias improrrogáveis da citação, querendo, proceder à purgação da mora das parcelas vencidas (a Lei 10931/04 não revogou o disposto no §2º, do artigo 54, VI, CDC, mantendo-se o direito à purgação da mora, conforme, ainda os artigos 395, parágrafo único, 401, I e artigo 1368-A "final", todos do CCB/02), sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário ou contestar em 15(quinze) dias, sob pena de terem-se como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Purgada a mora, arbitro honorários advocatícios em R$100,00(cem) reais. 2. PROVIMENTOS: 1 - purgada a mora (incluídas as parcelas vencidas até a data da purgação, mais custas, honorários...), proceda-se ao depósito judicial do valor a ser purgado, ficando nomeada a agência do Bc.Brasil local como depositário e, após, intime-se credor para manifestar. 2 – se optar o réu pelo pagamento da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, proceda-se ao depósito judicial e aguarde-se por quinze dias; havendo contestação, conclusos; não havendo contestação, intime-se credor para manifestar sobre o depósito e conclusos. 3 – não havendo purgação da mora, nem pagamento integral da dívida nos cinco dias da execução da liminar, após citação, e nem contestação, conclusos; 4 - no caso do pagamento integral a parte deverá proceder ao depósito segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial; 5 – não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 6 – localizado o bem, mas não encontrado o réu para citação, intime-se autor para, em cinco dias, providenciar a citação. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 7 – Intime-se o autor para juntar aos autos cópia do documento do veículo ou/e da Nota Fiscal, se ainda não o foi."

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO 2011.0001.5634-1
Requerente: Banco Panamericano S/A
Advogado: Marco Antônio Rodrigues de Sousa OAB/SP 149.216 e Eliana Ribeiro Correia OAB/TO 4187
Requerido: Francisco Valdemir Ribeiro
INTIMAÇÃO: da parte autora da decisão de fl.63, bem como para juntar aos autos cópia do documento do veículo atual e da Nota Fiscal, se ainda não o foi (item7).
DECISÃO DE FL. 22: "Presentes os requisitos legais exigíveis para deferimento da liminar, a saber, realização de contrato com garantia de alienação fiduciária, mora e notificação comprobatória desta, através do CRTD. Isto posto, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem cujas descrições encontram-se no contrato e inicial. O que faço amparada nos parágrafos 2 e 3 do artigo 2 e artigo 3 "caput", todos do Decreto Lei 911/69 com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.931/2004. Expeça-se mandado de busca e apreensão, deposite-se o bem em mãos do autor, de represente com poderes para tal desde que devidamente constituído, a pessoa pelo mesmo indicada nos autos ou, na falta, em mãos do depositário público, qualquer deles mediante compromisso, sendo passível de responsabilidade o oficial de justiça que depositar o bem sem colher o compromisso e, executada a medida liminar, cite-se o devedor com advertências legais para todos os termos da inicial e para: 1º- em cinco dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus e, ainda, poderá oferecer contestação, em 15 dias, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição; ou 2º - em cinco dias improrrogáveis da citação, querendo, proceder à purgação da mora das parcelas vencidas (a Lei 10931/04 não revogou o disposto no §2º, do artigo 54, VI, CDC, mantendo-se o direito à purgação da mora, conforme, ainda os artigos 395, parágrafo único, 401, I e artigo 1368-A "final", todos do CCB/02), sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário ou contestar em 15(quinze) dias, sob pena de terem-se como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Purgada a mora, arbitro honorários advocatícios em R$100,00(cem) reais. 2. PROVIMENTOS: 1 - purgada a mora (incluídas as parcelas vencidas até a data da purgação, mais custas, honorários...), proceda-se ao depósito judicial do valor a ser purgado, ficando nomeada a agência do Bc.Brasil local como depositário e, após, intime-se credor para manifestar. 2 – se optar o réu pelo pagamento da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, proceda-se ao depósito judicial e aguarde-se por quinze dias; havendo contestação, conclusos; não havendo contestação, intime-se credor para manifestar sobre o depósito e conclusos. 3 – não havendo purgação da mora, nem pagamento integral da dívida nos cinco dias da execução da liminar, após citação, e nem contestação, conclusos; 4 - no caso do pagamento integral a parte deverá proceder ao depósito segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial; 5 – não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 6 – localizado o bem, mas não encontrado o réu para citação, intime-se autor para, em cinco dias, providenciar a citação. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 7 – Intime-se o autor para juntar aos autos cópia do documento do veículo ou/e da Nota Fiscal, se ainda não o foi."

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO 2010.0010.2534-0
Requerente: Banco GMAC S/A
Advogado: Marinólia Dias dos Reis OAB/TO 1597
Requerido: Maria Cleonice da Luz
INTIMAÇÃO: da parte autora da decisão de fl.43, bem como para juntar aos autos cópia do documento do veículo atual e da Nota Fiscal, se ainda não o foi (item7).
DECISÃO DE FL. 22: "Presentes os requisitos legais exigíveis para deferimento da liminar, a saber, realização de contrato com garantia de alienação fiduciária, mora e notificação comprobatória desta, através do CRTD. Isto posto, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem cujas descrições encontram-se no contrato e inicial. O que faço amparada nos parágrafos 2 e 3 do artigo 2 e artigo 3 "caput", todos do Decreto Lei 911/69 com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.931/2004. Expeça-se mandado de busca e apreensão, deposite-se o bem em mãos do autor, de represente com poderes para tal desde que devidamente constituído, a pessoa pelo mesmo indicada nos autos ou, na falta, em mãos do depositário público, qualquer deles mediante compromisso, sendo passível de responsabilidade o oficial de justiça que depositar o bem sem colher o compromisso e, executada a medida liminar, cite-se o devedor com advertências legais para todos os termos da inicial e para: 1º- em cinco dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus e, ainda, poderá oferecer contestação, em 15 dias, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição; ou 2º - em cinco dias improrrogáveis da citação, querendo, proceder à purgação da mora das parcelas vencidas (a Lei 10931/04 não revogou o disposto no §2º, do artigo 54, VI, CDC, mantendo-se o direito à purgação da mora, conforme, ainda os artigos 395, parágrafo único, 401, I e artigo 1368-A "final", todos do CCB/02), sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário ou contestar em 15(quinze) dias, sob pena de terem-se como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Purgada a mora, arbitro honorários advocatícios em R$100,00(cem) reais. 2. PROVIMENTOS: 1 - purgada a mora (incluídas as parcelas vencidas até a data da purgação, mais custas, honorários...), proceda-se ao depósito judicial do valor a ser purgado, ficando nomeada a agência do Bc.Brasil local como depositário e, após, intime-se credor para manifestar. 2 – se optar o réu pelo pagamento da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, proceda-se ao depósito judicial e aguarde-se por quinze dias; havendo contestação, conclusos; não havendo contestação, intime-se credor para manifestar sobre o depósito e conclusos. 3 – não havendo purgação da mora, nem pagamento integral da dívida nos cinco dias da execução da liminar, após citação, e nem contestação, conclusos; 4 - no caso do pagamento integral a parte deverá proceder ao depósito segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial; 5 – não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 6 – localizado o bem, mas não encontrado o réu para citação, intime-se autor para, em cinco dias, providenciar a citação. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 7 – Intime-se o autor para juntar aos autos cópia do documento do veículo ou/e da Nota Fiscal, se ainda não o foi."

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO 2010.0011.8130-9
Requerente: Banco GMAC S/A
Advogado: Marinólia Dias dos Reis OAB/TO 1597
Requerido: Tony Adolfo Gonçalves da Cruz
INTIMAÇÃO: da parte autora da decisão de fl. 53, bem como para juntar aos autos cópia do documento do veículo atual e da Nota Fiscal, se ainda não o foi (item7).
DECISÃO DE FL. 22: "Presentes os requisitos legais exigíveis para deferimento da liminar, a saber, realização de contrato com garantia de alienação fiduciária, mora e notificação comprobatória desta, através do CRTD. Isto posto, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem cujas descrições encontram-se no contrato e inicial. O que faço amparada nos parágrafos 2 e 3 do artigo 2 e artigo 3 "caput", todos do Decreto Lei 911/69 com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.931/2004. Expeça-se mandado de busca e apreensão, deposite-se o bem em mãos do autor, de represente com poderes para tal desde que devidamente constituído, a pessoa pelo mesmo indicada nos autos ou, na falta, em mãos do depositário público, qualquer deles mediante compromisso, sendo passível de responsabilidade o oficial de justiça que depositar o bem sem colher o compromisso e, executada a medida liminar, cite-se o devedor com advertências legais para todos os termos da inicial e para: 1º- em cinco dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus e, ainda, poderá oferecer contestação, em 15 dias, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição; ou 2º - em cinco dias improrrogáveis da citação, querendo, proceder à purgação da mora das parcelas vencidas (a Lei 10931/04 não revogou o disposto no §2º, do artigo 54, VI, CDC, mantendo-se o direito à purgação da mora, conforme, ainda os artigos 395, parágrafo único, 401, I e artigo 1368-A "final", todos do CCB/02), sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário ou contestar em 15(quinze) dias, sob pena de terem-se como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Purgada a mora, arbitro honorários advocatícios em R$100,00(cem) reais. 2. PROVIMENTOS: 1 - purgada a mora (incluídas as parcelas vencidas até a data da purgação, mais custas, honorários...), proceda-se ao depósito judicial do valor a ser purgado, ficando nomeada a agência do Bc.Brasil local como depositário e, após, intime-se credor para manifestar. 2 – se optar o réu pelo pagamento da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, proceda-se ao depósito judicial e aguarde-se por quinze dias; havendo contestação, conclusos; não havendo contestação, intime-se credor para manifestar sobre o depósito e conclusos. 3 – não havendo purgação da mora, nem pagamento integral da dívida nos cinco dias da execução da liminar, após citação, e nem contestação, conclusos; 4 - no caso do pagamento integral a parte deverá proceder ao depósito segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial; 5 – não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 6 – localizado o bem, mas não encontrado o réu para citação, intime-se autor para, em cinco dias, providenciar a citação. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 7 –

Intime-se o autor para juntar aos autos cópia do documento do veículo ou/e da Nota Fiscal, se ainda não o foi."

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO 2011.002.3057-6
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Fabrício Gomes OAB/TO 3350 e José Martins OAB/SP 84314
Requerido: Tony Adolfo Gonçalves da Cruz
INTIMAÇÃO: da parte autora da decisão de fl. 38, bem como para juntar aos autos cópia do documento do veículo atual e da Nota Fiscal, se ainda não o foi (item7).
DECISÃO DE FL. 22: "Presentes os requisitos legais exigíveis para deferimento da liminar, a saber, realização de contrato com garantia de alienação fiduciária, mora e notificação comprobatória desta, através do CRTD. Isto posto, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem cujas descrições encontram-se no contrato e inicial. O que faço amparada nos parágrafos 2 e 3 do artigo 2 e artigo 3 "caput", todos do Decreto Lei 911/69 com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.931/2004. Expeça-se mandado de busca e apreensão, deposite-se o bem em mãos do autor, de represente com poderes para tal desde que devidamente constituído, a pessoa pelo mesmo indicada nos autos ou, na falta, em mãos do depositário público, qualquer deles mediante compromisso, sendo passível de responsabilidade o oficial de justiça que depositar o bem sem colher o compromisso e, executada a medida liminar, cite-se o devedor com advertências legais para todos os termos da inicial e para: 1º- em cinco dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus e, ainda, poderá oferecer contestação, em 15 dias, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição; ou 2º - em cinco dias improrrogáveis da citação, querendo, proceder à purgação da mora das parcelas vencidas (a Lei 10931/04 não revogou o disposto no §2º, do artigo 54, VI, CDC, mantendo-se o direito à purgação da mora, conforme, ainda os artigos 395, parágrafo único, 401, I e artigo 1368-A "final", todos do CCB/02), sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário ou contestar em 15(quinze) dias, sob pena de terem-se como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Purgada a mora, arbitro honorários advocatícios em R$100,00(cem) reais. 2. PROVIMENTOS: 1 - purgada a mora (incluídas as parcelas vencidas até a data da purgação, mais custas, honorários...), proceda-se ao depósito judicial do valor a ser purgado, ficando nomeada a agência do Bc.Brasil local como depositário e, após, intime-se credor para manifestar. 2 – se optar o réu pelo pagamento da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, proceda-se ao depósito judicial e aguarde-se por quinze dias; havendo contestação, conclusos; não havendo contestação, intime-se credor para manifestar sobre o depósito e conclusos. 3 – não havendo purgação da mora, nem pagamento integral da dívida nos cinco dias da execução da liminar, após citação, e nem contestação, conclusos; 4 - no caso do pagamento integral a parte deverá proceder ao depósito segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial; 5 – não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 6 – localizado o bem, mas não encontrado o réu para citação, intime-se autor para, em cinco dias, providenciar a citação. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 7 – Intime-se o autor para juntar aos autos cópia do documento do veículo ou/e da Nota Fiscal, se ainda não o foi."

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO 2011.00015629-5
Requerente: Banco Finasa BMC S/A
Advogado: Fabrício Gomes OAB/TO 3350 e José Martins OAB/SP 84314
Requerido: Ronaldo Barbosa de Miranda
INTIMAÇÃO: da parte autora da decisão de fl. 39, bem como para juntar aos autos cópia do documento do veículo atual e da Nota Fiscal, se ainda não o foi (item7).
DECISÃO DE FL. 22: "Presentes os requisitos legais exigíveis para deferimento da liminar, a saber, realização de contrato com garantia de alienação fiduciária, mora e notificação comprobatória desta, através do CRTD. Isto posto, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem cujas descrições encontram-se no contrato e inicial. O que faço amparada nos parágrafos 2 e 3 do artigo 2 e artigo 3 "caput", todos do Decreto Lei 911/69 com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.931/2004. Expeça-se mandado de busca e apreensão, deposite-se o bem em mãos do autor, de represente com poderes para tal desde que devidamente constituído, a pessoa pelo mesmo indicada nos autos ou, na falta, em mãos do depositário público, qualquer deles mediante compromisso, sendo passível de responsabilidade o oficial de justiça que depositar o bem sem colher o compromisso e, executada a medida liminar, cite-se o devedor com advertências legais para todos os termos da inicial e para: 1º- em cinco dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus e, ainda, poderá oferecer contestação, em 15 dias, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição; ou 2º - em cinco dias improrrogáveis da citação, querendo, proceder à purgação da mora das parcelas vencidas (a Lei 10931/04 não revogou o disposto no §2º, do artigo 54, VI, CDC, mantendo-se o direito à purgação da mora, conforme, ainda os artigos 395, parágrafo único, 401, I e artigo 1368-A "final", todos do CCB/02), sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário ou contestar em 15(quinze) dias, sob pena de terem-se como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Purgada a mora, arbitro honorários advocatícios em R$100,00(cem) reais. 2. PROVIMENTOS: 1 - purgada a mora (incluídas as parcelas vencidas até a data da purgação, mais custas, honorários...), proceda-se ao depósito judicial do valor a ser purgado, ficando nomeada a agência do Bc.Brasil local como depositário e, após, intime-se credor para manifestar. 2 – se optar o réu pelo pagamento da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, proceda-se ao depósito judicial e aguarde-se por quinze dias; havendo contestação, conclusos; não havendo contestação, intime-se credor para manifestar sobre o depósito e conclusos. 3 – não havendo purgação da mora, nem pagamento integral da dívida nos cinco dias da execução da liminar, após citação, e nem contestação, conclusos; 4 - no caso do pagamento integral a parte deverá proceder ao depósito segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial; 5 – não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 6 – localizado o bem, mas não encontrado o réu para citação, intime-se autor para, em cinco dias, providenciar a citação. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 7 – Intime-se o autor para juntar aos autos cópia do documento do veículo ou/e da Nota Fiscal, se ainda não o foi."

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO 2011.0002.3058-4
Requerente: Banco Finasa BMC S/A
Advogado: Fabrício Gomes OAB/TO 3350 e José Martins OAB/SP 84314
Requerido: Dulci Parente Lira
INTIMAÇÃO: da parte autora da decisão de fl. 30, bem como para juntar aos autos cópia do documento do veículo atual e da Nota Fiscal, se ainda não o foi (item7).
DECISÃO DE FL. 22: "Presentes os requisitos legais exigíveis para deferimento da liminar, a saber, realização de contrato com garantia de alienação fiduciária, mora e notificação comprobatória desta, através do CRTD. Isto posto, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem cujas descrições encontram-se no contrato e inicial. O que faço amparada nos parágrafos 2 e 3 do artigo 2 e artigo 3 "caput", todos do Decreto Lei 911/69 com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.931/2004. Expeça-se mandado de busca e apreensão, deposite-se o bem em mãos do autor, de represente com poderes para tal desde que devidamente constituído, a pessoa pelo mesmo indicada nos autos ou, na falta, em mãos do depositário público, qualquer deles mediante compromisso, sendo passível de responsabilidade o oficial de justiça que depositar o bem sem colher o compromisso e, executada a medida liminar, cite-se o devedor com advertências legais para todos os termos da inicial e para: 1º- em cinco dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus e, ainda, poderá oferecer contestação, em 15 dias, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição; ou 2º - em cinco dias improrrogáveis da citação, querendo, proceder à purgação da mora das parcelas vencidas (a Lei 10931/04 não revogou o disposto no §2º, do artigo 54, VI, CDC, mantendo-se o direito à purgação da mora, conforme, ainda os artigos 395, parágrafo único, 401, I e artigo 1368-A "final", todos do CCB/02), sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário ou contestar em 15(quinze) dias, sob pena de terem-se como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Purgada a mora, arbitro honorários advocatícios em R$100,00(cem) reais. 2. PROVIMENTOS: 1 - purgada a mora (incluídas as parcelas vencidas até a data da purgação, mais custas, honorários...), proceda-se ao depósito judicial do valor a ser purgado, ficando nomeada a agência do Bc.Brasil local como depositário e, após, intime-se credor para manifestar. 2 – se optar o réu pelo pagamento da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, proceda-se ao depósito judicial e aguarde-se por quinze dias; havendo contestação, conclusos; não havendo contestação, intime-se credor para manifestar sobre o depósito e conclusos. 3 – não havendo purgação da mora, nem pagamento integral da dívida nos cinco dias da execução da liminar, após citação, e nem contestação, conclusos; 4 - no caso do pagamento integral a parte deverá proceder ao depósito segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial; 5 – não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 6 – localizado o bem, mas não encontrado o réu para citação, intime-se autor para, em cinco dias, providenciar a citação. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 7 – Intime-se o autor para juntar aos autos cópia do documento do veículo ou/e da Nota Fiscal, se ainda não o foi."

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO 2011.0001.7114-6
Requerente: Banco Itaucard S/A
Advogado: Ivan Wagner Melo Diniz OAB/TO 4618
Requerido: Zilda Maria da Silva
INTIMAÇÃO: da parte autora da decisão de fl. 22, bem como para juntar aos autos cópia do documento do veículo atual e da Nota Fiscal, se ainda não o foi (item7).
DECISÃO DE FL. 22: "Presentes os requisitos legais exigíveis para deferimento da liminar, a saber, realização de contrato com garantia de alienação fiduciária, mora e notificação comprobatória desta, através do CRTD. Isto posto, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem cujas descrições encontram-se no contrato e inicial. O que faço amparada nos parágrafos 2 e 3 do artigo 2 e artigo 3 "caput", todos do Decreto Lei 911/69 com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.931/2004. Expeça-se mandado de busca e apreensão, deposite-se o bem em mãos do autor, de represente com poderes para tal desde que devidamente constituído, a pessoa pelo mesmo indicada nos autos ou, na falta, em mãos do depositário público, qualquer deles mediante compromisso, sendo passível de responsabilidade o oficial de justiça que depositar o bem sem colher o compromisso e, executada a medida liminar, cite-se o devedor com advertências legais para todos os termos da inicial e para: 1º- em cinco dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus e, ainda, poderá oferecer contestação, em 15 dias, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição; ou 2º - em cinco dias improrrogáveis da citação, querendo, proceder à purgação da mora das parcelas vencidas (a Lei 10931/04 não revogou o disposto no §2º, do artigo 54, VI, CDC, mantendo-se o direito à purgação da mora, conforme, ainda os artigos 395, parágrafo único, 401, I e artigo 1368-A "final", todos do CCB/02), sob pena de consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário ou contestar em 15(quinze) dias, sob pena de terem-se como verdadeiros os fatos articulados na inicial. Purgada a mora, arbitro honorários advocatícios em R$100,00(cem) reais. 2. PROVIMENTOS: 1 - purgada a mora (incluídas as parcelas vencidas até a data da purgação, mais custas, honorários...), proceda-se ao depósito judicial do valor a ser purgado, ficando nomeada a agência do Bc.Brasil local como depositário e, após, intime-se credor para manifestar. 2 – se optar o réu pelo pagamento da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, proceda-se ao depósito judicial e aguarde-se por quinze dias; havendo contestação, conclusos; não havendo contestação, intime-se credor para manifestar sobre o depósito e conclusos. 3 – não havendo purgação da mora, nem

pagamento integral da dívida nos cinco dias da execução da liminar, após citação, e nem contestação, conclusos; 4 - no caso do pagamento integral a parte deverá proceder ao depósito segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial; 5 – não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 6 – localizado o bem, mas não encontrado o réu para citação, intime-se autor para, em cinco dias, providenciar a citação. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado; 7 – Intime-se o autor para juntar aos autos cópia do documento do veículo ou/e da Nota Fiscal, se ainda não o foi."

Autos n. 2009.0004.3113-8 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(A): MARIA LUCILIA GOMES – OAB/TO 2489-A
REQUERIDO: ANDRESSA FERNANDES DO CARMO
DESPACHO DE FLS. 50: "Comunique-se o DETRAN da decisão liminar. Intimem-se, autor e advogado, para andamento em 48 horas, sob pena de extinção." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO ACERCA DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO ACIMA TRANSCRITO, A FIM DE DAR ANDAMENTO AO FEITO EM 48 HORAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

Autos n. 2009.0011.3949-0 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(A): PAULO ROBERTO VIEIRA NEGRÃO – OAB/TO 2132-B
REQUERIDO: COLIBRI INDUSTRIA E COMERCIO DE DOCES E BALAS LTDA
DECISÃO DE FLS. 98/99: "...c) não localizado o devedor para citação e, arrestado ou não bens para garantir a execução, ouça-se o exeqüente; d) na hipótese do item "c", aguarde-se que exeqüente promova a citação no máximo em 90 (noventa) dias (artigo 219, § 3º, CPC), sob pena de não interrupção da prescrição, salvo demora imputável ao serviço judiciário..." – FICA O EXEQUENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA PROVIDENCIAR A CITAÇÃO DO REQUERIDO NO PRAZO MÁXIMO DE 90 DIAS. FICA ADVERTIDO DE QUE INFORMADO NOVO ENDEREÇO DEVE TAMBÉM RECOLHER AS CUSTAS DE LOCOMOÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA.

Autos n. 2008.0007.8950-6 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO VOLKSWAGEM S/A
ADVOGADO(A): MARINÓLIA DIAS DOS REIS – OAB/TO 1597
REQUERIDO: WANDERLEY PEREIRA DA CONCEIÇÃO
DECISÃO DE FLS. 32/33: "...5) não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado...7) intime-se o autor para juntar aos autos cópia do documento do veículo ou/e da nota fiscal, se ainda não o foi..." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA PROVIDENCIAR A LOCALIZAÇÃO DO BEM OU REQUERER O QUE ENTENDER NECESSÁRIO. FICA ADVERTIDO DE QUE INFORMADO NOVO ENDEREÇO DEVE TAMBÉM RECOLHER AS CUSTAS DE LOCOMOÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA. DE IGUAL MODO FICA INTIMADO PARA JUNTAR AOS AUTOS CÓPIA DO DOCUMENTO DO VEÍCULO OU/E DA NOTA FISCAL, SE AINDA NÃO O FOI.

Autos n. 2009.0012.3697-5 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO(A): JOSÉ MARTINS – OAB/SP 84.314
REQUERIDO: PEDRO PAULO SOUSA LEITE
DECISÃO DE FLS. 64: "...5) não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado...7) intime-se o autor para juntar aos autos cópia do documento do veículo ou/e da nota fiscal, se ainda não o foi..." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA PROVIDENCIAR A LOCALIZAÇÃO DO BEM OU REQUERER O QUE ENTENDER NECESSÁRIO. FICA ADVERTIDO DE QUE INFORMADO NOVO ENDEREÇO DEVE TAMBÉM RECOLHER AS CUSTAS DE LOCOMOÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA. DE IGUAL MODO FICA INTIMADO PARA JUNTAR AOS AUTOS CÓPIA DO DOCUMENTO DO VEÍCULO OU/E DA NOTA FISCAL, SE AINDA NÃO O FOI.

Autos n. 2009.0011.3940-6 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO(A): JOSÉ MARTINS – OAB/SP 84.314
REQUERIDO: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA
DECISÃO DE FLS. 50: "...5) não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado...7) intime-se o autor para juntar aos autos cópia do documento do veículo ou/e da nota fiscal, se ainda não o foi..." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA PROVIDENCIAR A LOCALIZAÇÃO DO BEM OU REQUERER O QUE ENTENDER NECESSÁRIO. FICA ADVERTIDO DE QUE INFORMADO NOVO ENDEREÇO DEVE TAMBÉM RECOLHER AS CUSTAS DE LOCOMOÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA. DE IGUAL MODO FICA INTIMADO PARA JUNTAR AOS AUTOS CÓPIA DO DOCUMENTO DO VEÍCULO OU/E DA NOTA FISCAL, SE AINDA NÃO O FOI.

Autos n. 2010.0007.9450-1 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO(A): ALEXANDRE NEIDERAUDER DE MENDONÇA LIMA – OAB/RS 55.249 E MARIANA GAMBA – OAB/SP 208140
REQUERIDO: FERNANDO PEREIRA DA SILVA
DECISÃO DE FLS. 34: "...5) não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado...7) intime-se o autor para juntar aos autos cópia do documento do veículo ou/e da nota fiscal, se ainda não o foi..." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA PROVIDENCIAR A LOCALIZAÇÃO DO BEM OU REQUERER O QUE ENTENDER NECESSÁRIO. FICA ADVERTIDO DE QUE INFORMADO NOVO ENDEREÇO DEVE TAMBÉM RECOLHER AS CUSTAS DE LOCOMOÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA. DE IGUAL MODO FICA INTIMADO PARA JUNTAR AOS AUTOS CÓPIA DO DOCUMENTO DO VEÍCULO OU/E DA NOTA FISCAL, SE AINDA NÃO O FOI.

Autos n. 2010.0008.3269-1 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO FINASA BMC S/A
ADVOGADO(A): JOSÉ MARTINS – OAB/SP 84.314
REQUERIDO: ANTONIO CARLOS TAVARES DOS SANTOS
DECISÃO DE FLS. 33: "...5) não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado...7) intime-se o autor para juntar aos autos cópia do documento do veículo ou/e da nota fiscal, se ainda não o foi..." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA PROVIDENCIAR A LOCALIZAÇÃO DO BEM OU REQUERER O QUE ENTENDER NECESSÁRIO. FICA ADVERTIDO DE QUE INFORMADO NOVO ENDEREÇO DEVE TAMBÉM RECOLHER AS CUSTAS DE LOCOMOÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA. DE IGUAL MODO FICA INTIMADO PARA JUNTAR AOS AUTOS CÓPIA DO DOCUMENTO DO VEÍCULO OU/E DA NOTA FISCAL, SE AINDA NÃO O FOI.

Autos n. 2010.0012.2667-1 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO FINASA BMC S/A
ADVOGADO(A): JOSÉ MARTINS – OAB/SP 84.314
REQUERIDO: ELEICON BRITO TAVEIRA
DECISÃO DE FLS. 45: "...5) não localizado o bem, dê ciência ao DETRAN e intime-se o credor para, em cinco dias, providenciar a localização do bem ou requerer o que entender necessário. Informado novo endereço, expeça-se novo mandado...7) intime-se o autor para juntar aos autos cópia do documento do veículo ou/e da nota fiscal, se ainda não o foi..." – FICA O REQUERENTE, ATRAVÉS DE SEU PROCURADOR, INTIMADO PARA PROVIDENCIAR A LOCALIZAÇÃO DO BEM OU REQUERER O QUE ENTENDER NECESSÁRIO. FICA ADVERTIDO DE QUE INFORMADO NOVO ENDEREÇO DEVE TAMBÉM RECOLHER AS CUSTAS DE LOCOMOÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA. DE IGUAL MODO FICA INTIMADO PARA JUNTAR AOS AUTOS CÓPIA DO DOCUMENTO DO VEÍCULO OU/E DA NOTA FISCAL, SE AINDA NÃO O FOI.

Autos n. 2007.0001.9026-6 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO (EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS)
REQUERENTE: BANCO DE CRÉDITO NACIONAL S/A
ADVOGADO(A): DEARLEY KUHN – OAB/TO 530
REQUERENTE: CARLOS EDUARDO QUEIROZ GAMA
FICA O ADVOGADO INTIMADO DE QUE A CARTA PRECATÓRIA DE CITAÇÃO, PÉNHORA E DEMAIS ATOS EXPEDIDA PARA A COMARCA DE BARBACENA, ESTADO DE MINAS GERAIS, FOI DEVOLVIDA POR FALTA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS. ASSIM, FICA INTIMADO PARA FAZER O PREPARO, DENTRO DE CINCO DIAS (ART. 185, CPC), SENDO QUE O BOLETO SE ENCONTRA JUNTO A ESTA ESCRIVANIA, COM INTUITO DE QUE A PRECATÓRIA SEJA NOVAMENTE REMETIDA.

Autos n. 2007.0010.8214-9 – AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO
REQUERENTE: SALOMÃO ALVES DE SOUSA E OUTRA
ADVOGADO(A): MICHELINE R. NOLASCO MARQUES – OAB/TO 2265
REQUERENTE: REIS MAGNO MARIANO DE SOUSA
ADVOGADO(A): DALVALAIDES MORAIS SILVA LEITE – OAB/TO 1756
DESPACHO DE FLS. 53: "Defiro o pedido de suspensão do processo, por seis meses, apresentado por ambas as partes (art. 265, II e § 3º do CPC)..." – FICAM AS PARTES, ATRAVÉS DE SEUS PROCURADORES, INTIMADAS DO INTEIRO TEOR DA DO DESPACHO ACIMA TRANSCRITO.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

A Excelentíssima Senhora Adalgiza Viana de Santana, Juíza de Direito da 1ª vara Cível desta Comarca de Araguaína, estado do Tocantins, na forma da lei, etc...
F A Z S A B E R aos que o presente edital de intimação, com o Prazo de 15 (quinze) dias, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania da Primeira Vara Cível, processam os autos n. 2007.0004.4607-4 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, proposta por BANCO BRADESCO S/A em desfavor LÁZARO ALVES BARBOSA, sendo o presente para INTIMAR o Requerido LÁZARO ALVES BARBOSA, brasileiro, casado, comerciante, titular do RG n. 98612256, incrito no CPF n. 700.313.048-34, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO para que constitua novo procurador no prazo de 10 (dez) dias. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado uma vez no Diário da Justiça e uma vez no placar do Fórum local.

2ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

BOLETIM N. 227/2011 – Estagiária – Jannaina Vaz Dias
Ficam os advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - 2009.0001.9180-3
Requerente: PATRICIA PEIXOTO
Advogados: Dr. CRISTIANE DELFINO RODRIGUES LINS OAB/TO 2119
1º Requerido: ANITA BEZERRA DA SILVA
2º Requerido: CLAUDIO ANTONIO DE OLIVEIRA GOMES
Advogados: Dr. WELLINGTON CALDAS DOS SANTOS OAB/TO 27083
INTIMAÇÃO: ao advogado do 2º requerido, de sentença em audiência de fls. 124: "Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais entre as partes em epígrafe, na qual houve acordo. Houve pedido de AJG pela 1ª requerida. É o breve relatório. Passo a fundamentação e decido. Defiro a assistência judiciária gratuita à parte requerida. O pedido não encontra óbice na legislação vigente, pelo contrário, tem respaldo no inciso III, do artigo 269 do Código de Processo Civil. Com efeito, o acordo constitui transação com o propósito de encerrar o feito, por isso, a teor do

referido dispositivo legal, impõe-se a homologação da avença, com a conseqüente extinção do processo, com exame do mérito, para que surta os efeitos jurídicos pretendidos. As partes são capazes e o objeto em litígio é passível de transação. Satisfeitos, pois, os requisitos para a homologação do acordo e extinção do processo quanto aos transacionantes. ANTE O EXPOSTO, com fulcro no art. 269, III, do CPC, HOMOLOGO por sentença o acordo celebrado, bem como a renuncia recursal, e DECLARO EXTINTO este processo, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Fica advertida a parte Ré que caso não haja o cumprimento do acordo, havendo solicitação do interessado, proceder-se-á a fase de cumprimento da sentença; em caso de condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não efetuado no prazo de 15 (quinze) dias, o montante da condenação será acrescida de multa no percentual de 10 (dez) por cento (CPC, art. 475-J); com expedição de mandado de penhora e avaliação, inclusive, via BACENJUD. Havendo necessidade, será remetido o processo à Contadoria para atualização do débito, dispensada nova citação (CPC, arts. 475-I e seguintes). EXPIRADO o prazo de 6 (seis), sem qualquer diligência, ARQUIVEM-SE os autos, observadas as formalidades legais. AUTORIZO o desentranhamento do(s) documento(s) que instruiu(íram) o pedido inicial, mediante termo e cópia nos autos, entregando-o(s) a quem de direito. Sem custas e despesas processuais, vez que as partes são beneficiárias da AJG. Honorários advocatícios, conforme termos do acordo supra. Publique-se a sentença. Registre-se. SAEM OS PRESENTES INTIMADOS. CUMPRA-SE."

INTIMAÇÃO AOS ADVOGADO (S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 222/2011

Fica a parte requerida por seu advogado, intimada dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO.
AUTOS 2011.0001.6947-8
AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: ELIANE CAETANO DOS ANJOS E OUTROS
ADVOGADO :DR. AGEU DE SOUSA OLIVEIRA OAB-TO 4237
REQUERIDO:SEGURADORA LIER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DEPEVAT S.A
INTIMAÇÃO do advogado autor, sobre o despacho de fls. 28, conforme transcrito: INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 30 (trinta) dias:
Regularizar sua representação processual, visto que a requerente não é menor impúbere, mas sim relativamente incapaz, devendo, portanto, antes de completar a maioridade, assinar o documento de procuração juntamente com sua genitora, sua assistente; efetuar o pagamento da taxa judiciária e das custas processuais, anexando comprovantes originais ou cópias autenticadas, ou juntar aos autos declaração de hipossuficiência, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, art. 257). A serem depositados nas contas 60240-X ag. 4348-6 no valor de R$ 75,90 e c/c 9339-4 ag.4348-6 R$.138,00 do Banco do Brasil S/A

BOLETIM DE EXPEDIENTE - Marcos Gomes de Souza
Ficam os advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: COMINATÓRIA — 2008.0003.2766-9
Requerente: JOSÉ FEREIRA LEITE
Advogados: Drª. ELISA HELENA SENE SANTOS OAB-TO 2.096
Requerido: BANCO DA AMAZONIA
Advogados: Dr. MAURICIO CORDENONZI OAB-TO 2.223-B
INTIMAÇÃO: da parte autora do despacho de fls. 377 "INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar acerca dos embargos de fls. 363/69, posto que possuem efeitos infringentes. Decorrido o prazo acima, à imediata conclusão, para, com ou sem manifestação da parte autora, apreciação dos embargos de declaração".

BOLETIM DE EXPEDIENTE – Estagiário - Marcos Gomes de Souza
Ficam os advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: RESCISÃO CONTRATUAL— 2009.0010.0508-6
Requerente: RADAR DERIVADOS DE PETROLEO LTDA
Advogados: Dr. CARLOS FRANCISCO XAVIER OAB-TO 1.622
Requerido: TEXACO DO BRASIL
Advogados: FABIANO CALDEIRA LIMA OAB-TO 2.493-B
INTIMAÇÃO: da parte requerida do despacho de fls. 435 "INTIME-SE a parte requerida para, no prazo de 05 (cinco), se manifestar sobre os embargos de declaração de fls. 432/433, vez que possuem efeitos infringentes".

BOLETIM DE EXPEDIENTE – Estagiário - Marcos Gomes de Souza
Ficam os advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL — 2009.0012.8900-9
Requerente: HUSE NORDESTE LTDA
Advogados: Dr. DEARLEY KUHN OAB-TO 530
Requerido: DAVID ARISTEU V. MARTINEZ
Advogados: Não constituído
INTIMAÇÃO: da parte autora do despacho de fls. 79 "O instrumento de procuração acostado à fl. 77 não confere poderes para representação do executado em juízo. Assim, INTIMEM-SE as partes para que regularizem o acordo de fls. 75, sob pena de não homologação judicial. Por cautela e buscando dar agilidade ao feito, INTIME-SE a parte EXECUTADA também pessoalmente".

BOLETIM DE EXPEDIENTE – Estagiário - Marcos Gomes de Souza
Ficam os advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: COBRANÇA — 2009.0000.7413-0
Requerente: ROSIMEIRY MARIA DA CONCEIÇÃO E OUTROS
Advogados: Dr. JOSÉ HILARIO RODRIGUES OAB-TO 652-B
Requerido: COMPANHIA EXCELSIOR SEGUROS
Advogados: Dr. JACÓ CARLOS SILVA COELHO OAB-GO 13.721
INTIMAÇÃO: da parte requerida do despacho de fls. 113 "Após a resposta do réu, sem o consentimento deste, não poderá o autor desistir da ação, conforme o art. 267, § 4º do CPC. Desta forma, INTIMEM-SE a requerida para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se cerca do pedido de desistência de fl. 112, sob pena de se interpretar o silêncio como consentimento".

BOLETIM DE EXPEDIENTE– Estagiário - Marcos Gomes de Souza
Ficam os advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: COBRANÇA — 2006.0001.6128-4
Requerente: EDILEUSA GOMES DE MORAIS
Advogados: Dr. ALEXANDRE GARCIA MARQUES OAB-TO 1.874
Requerido: SEGURADRA HSBC SEGUROS
Advogados:JOAQUIM FÁBIO MIELLI CAMARGO OAB-MT 2.680
INTIMAÇÃO: da parte requerida do despacho de fls. 232 "DEFIRO o requerimento de fls. 225/26, para tanto deixo para apreciar o recebimento do recurso de apelação (fls. 199/205) em momento oportuno, vez que opostos embargos de declaração (fls. 197/98) e estes interrompem o prazo recursal (CPC, art. 538). INTIME-SE a parte requerida para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar acerca dos embargos de fls. 197/98, posto que possuem efeitos infringentes. Decorrido o prazo acima, à imediata conclusão, para, com ou sem manifestação da parte , apreciação dos embargos de declaração.

BOLETIM DE EXPEDIENTE – Estagiário - Marcos Gomes de Souza
Ficam os advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA — 2010.0004.2213-2
Requerente: LUCIENE DIAS DOS REIS MENEZES
Advogados: Dr. CARLOS FRANCISCO XAVIER OAB-TO 1.622
Requerido: FIAT LEASING S/A
Advogados: Drª. MARINOLIA DIAS DOS REIS OAB-TO 1.597
INTIMAÇÃO: da parte autora do despacho de fls. 68 "INTIME-SE o causídico requerente para que acoste procuração aos autos no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento".

BOLETIM DE EXPEDIENTE– Estagiário - Marcos Gomes de Souza
Ficam os advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL — 2007.0003.9559-3
Requerente: VAZ E OLIVEIRA LTDA (AUTO POSTO MARAJO)
Advogados: Dr. LUCIANO DA SILVA BILIO OAB-GO 21.272
Requerido: ANTONIO TADEU DE SOUSA LIOCARDIO E OUTROS
Advogados: Não constituído
INTIMAÇÃO: da parte autora do despacho de fls. 93 "INDEFIRO o requerimento de fl. 92, haja vista o lapso temporal que se verifica entre o protocolo da mencionada petição e a presente data, de quase 01 (um) ano. Desta forma, ante o prolongado estacionamento do feito, INTIME-SE a parte Exeqüente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, oportunidade em que deverá requerer o que entender ser de direito".

BOLETIM DE EXPEDIENTE – Estagiário - Marcos Gomes de Souza
Ficam os advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: CAUTELAR — 2009.0003.2359-9
Requerente: GERALDO FRANCISCO DE MORAIS
Advogados: Dr. SILVIO BEZERRA DA SILVA OAB-GO 10.648
Requerido: BANCO BRADESCO S/A
Advogados: Dr. FLAVIO SOUSA DE ARAÚJO OAB-TO 2.494-A
INTIMAÇÃO: da parte autora do despacho de fls. Ante a não realização de atos que competem à parte, INTIME-SE o Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, oportunidade em que deverá requerer o que entender ser de direito. Por oportuno, a fim de evitar eventual nulidade, INTIME-SE a parte autora da decisão de fls. 31/32. E decisão de fls. 31/32 " ante o exposto, com fundamento no art. 844 e ss. Do CPC, concedo a medida cautelar para determinar que o requerido exiba os documentos descritos na inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem) reais a contar da intimação desta".

BOLETIM DE EXPEDIENTE – Estagiário - Marcos Gomes de Souza
Ficam os advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: DEPOSITO — 2006.0001.8990-1
Requerente: BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO
Advogados: Dr. DEARLEY KUHN OAB-TO 530
Requerido: VALDOMIRO LOPES DE ARAÚJO
Advogados: Dr. EDGAR ANTONIO GARCIA NEVES OAB-GO 12.219
INTIMAÇÃO: da parte autora da contestação de fls. 105/114.

BOLETIM DE EXPEDIENTE – Estagiário - Marcos Gomes de Souza
Ficam os advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: DECLARATÓRIA DE NULIDADE — 2006.0009.2083-5
Requerente: TALUDE COMERCIAL E CONSTRUTORA LTDA
Advogados: Drª. PRISCILA FRANCISCO DA SILVA OAB-TO 2.482-B
Requerido: HOJUARA CONSULTORIA E PROJETOS
Advogados: Dr. DEARLEY KUHN OAB-TO 530
INTIMAÇÃO: das partes do despacho de fls. 122 " INDEFIRO a conexão, posto que não há entre o feito executivo e a presente declaratória identidade de objeto ou de causa de pedir, mas sim uma relação de prejudicialidade que não interfere na competência do juízo. INTIMEM-SE as partes a indicaram, no prazo de 10 dias, motivadamente, quais provas pretendem produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. Na oportunidade, as partes deverão, sob pena de preclusão: arrolar as testemunhas (se for o caso), qualificando-as; indicar as pessoas que pretendem ouvir em depoimento pessoal (se for o caso), especificando, quando pessoa jurídica, o nome e o cargo; se pretendem prova pericial, especificar o tipo (art. 420, CPC). ADVIRTAM-SE as partes que o requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. Após, à conclusão, para prolação de sentença ou designação de eventual audiência".

BOLETIM DE EXPEDIENTE– Estagiário - Marcos Gomes de Souza
Ficam os advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA — 2009.0012.8895-9
Requerente: JOSÉ HENRIQUE DE SOUZA
Advogados: Dr. JOSÉ ADELMO DOS SANTOS OAB-TO 301

Requerido: MARTINS COMERCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇAO
Advogados: Dr. ALDO JOSÉ PEREIRA OAB-TO 331
INTIMAÇÃO: das partes do calculo de liquidação no montante de R$ 14.054,38 (quatorze mil e cinqüenta e quatro reais e trinta e oito centavos)

INTIMAÇÃO AOS ADVOGADO (S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 220/2011
Fica a parte requerida por seu advogado, intimada dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO.
AUTOS Nº2011.00007121-4
AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: OTACIANO DIAS CARNEIRO
ADVOGADO :DR MARCUS VINICIUS SCATENA COSTA OAB-TO4598
REQUERIDO:MISAEL FERREIRA DOS SANTOS
INTIMAÇÃO do advogado autor, sobre o despacho de fls. 46, conforme transcrito: " INTIME-SE a parte autora a se manifestar quanto à contestação no prazo de 10(dez) dias. INTIME-SEE CUMPRA-SE..."

INTIMAÇÃO AOS ADVOGADO (S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 219/2011

Fica a parte requerida por seu advogado, intimada dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO.
AUTOS Nº2009.0011.1007-6
AÇÃO MONITÓRIA
REQUERENTE: HSBC BANK BRASIL S/A
ADVOGADO :DR GLAUBER COSTA PONTES OAB-GO 18772
REQUERIDO:DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DEUS E GRANDE
INTIMAÇÃO do advogado autor, para recolher diligência do Senhor Oficial de Justiça equivalente a R$15,36 (quinze reais e trinta e seis centavos) a ser depositado na seguinte conta 60240-x ag.4348-6 do Banco do Brasil S/A.

INTIMAÇÃO AOS ADVOGADO (S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 218/2011

Fica a parte requerida por seu advogado, intimada dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO.
AUTOS Nº2009.0012.0531-0
AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE:BANCO FINASA BMC S/A
ADVOGADO:DRª FLAVIA DE ALBUQUERQUE LIRA OAB-TO-PE 24521 e .PAULO HENRIQUE FERREIRA OAB-PE 894
REQUERIDO:MARCIVANIA LUZ DA SILVA
INTIMAÇÃO do advogado autor, para recolher diligência do Senhor Oficial de Justiça equivalente a R$ 15,36 (quinze reais e trinta e seis centavos) a ser depositado na seguinte conta 60240-x ag.4348-6 do Banco do Brasil

AUTOS: 2008.0002.6141-2/0.
Ação: IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA.
Requerente(s): DARCY LUIZ ESTORARI, MARIA DE LURDES ANDREATTA ESTORARI, AUGUSTO ANDREATTA E LUZINETE ANDREATTA.
Advogado: DEOCLIDES DOS SANTOS COSTA DIAS – OAB/MA 5382.
Requerido: AIRTON GARCIA FERREIRA
Advogado(s): DANIELA AUGUSTO GUIMARAES – OAB/TO 3912.
OBJETO: INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES DA DECISÃO DE FL.20/21, A SEGUIR TRANSCRITO:
DESPACHO: Entretanto, observa-se que a pretensão da parte autora no processo principal não abrange todo o contrato em discussão, mas apenas parte dele. Isto é, o objetivo do autor não é a rescisão de todo o ajuste, mas apenas de parte dele, com a conseqüente restituição do equivalente a 1.709 arrobas de boi gordo. Por isso, tenho que o conteúdo econômico da demanda identifica-se com o equivalente a 1.709 arrobas de boi gordo, cuja restituição constitui o cerne do pedido. Posto isso, cumpre agora estabelecer o valor do pedido em moeda corrente na data de propositura da ação. Nesse rumo, e à míngua de outros elementos, observo que o valor de R$ 20,00 por arroba, mencionado pela parte Requerente, reflete satisfatoriamente a cotação do produto no mercado agropecuário no mês de agosto de 1994, quando a inicial foi protocolada, e também se coaduna com o valor encontrado em pesquisa na *internet* referente a um período próximo. Ante o exposto, ACOLHO A IMPUGNAÇÃO para fixar o valor da causa no processo n. 2006.0001.7782-2 em R$ 34.180,00 (trinta e quatro mil cento e oitenta reais) na data de sua propositura (16AGO1994). Traslade-se cópia desta para os autos principais, intimando-se a parte ali Requerente para recolher o valor das custas complementares, conforme cálculo do contador. As custas deste incidente serão suportadas pelo Requerido-impugnado. Transitada em julgado esta decisão e pagas as custas, arquive-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 20/05/08.

AUTOS: 2006.0007.4269-4/0.
Ação: DECLARATORIA.
Requerente(s): DIVINO ANDRADE PIMENTA.
Advogado: JULIO AIRES RODRIGUES – OAB/TO 361-A.
Requerido: AGROSALLES COMERCIO DE SEMENTES LTDA
Advogado(s): RICARDO LEAL SANDOVAL – OAB/SP 91.915.
OBJETO: INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES PARA EFETUAREM 50% DO VALOR DAS CUSTAS FINAIS CONFORME SENTENÇA, PENA DE SER ARQUIVADO SEM BAIXA NO DISTRIBUIDOR. SEGUE O VALOR DOS CALCULOS: AGENCIA-3615-3; CONTA CORRENTE-3055-4 IDENTIFICADOR 3:166105; VALOR-20,00 (50% - 10,00 PARACADA PARTE). AGENCIA-4348-6; CONTA CORRENTE-60240-X; VALOR-12,00 (50% - 6,00 PARA CADA PARTE). AGENCIA 4348-6; CONTA CORRENTE-9339-4; VALOR-261,00 (50% - 130,50 PARA CADA PARTE).

AUTOS: 2009.0005.2703-8/0.
Ação: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL.
Requerente(s): JOAO DE DEUS SOUSA.
Advogado: EDSON PAULO LINS JUNIOR – OAB/TO 2901.
Requerido: FRANCISCA ALVES DA SILVA
Advogado(s): NÃO CONSTITUIDO.
OBJETO: INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA AUTORA DO DESPACHO DE FL.29, A SEGUIR TRANSCRITO:
DESPACHO: Considerando que o causídico não possui poderes específicos para desistir, INTIME-SE a parte autora, através do seu advogado, para dar andamento ao feito ou suprir a falta mencionada, no prazo de 10 (dias), sob pena de extinção, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inciso III e § 1º, e ser condenada nas custas e despesas processuais (§ 2º). Cumpra-se. Araguaína-To, 28/06/2010.

AUTOS: 2007.0002.1238-3/0.
Ação: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.
Requerente(s): MARIA APARECIDA ROSA.
Advogado: MIGUEL VINICIUS SANTOS – OAB/TO 214.
Requerido: CITY LAR, SONY MOBILE COMUNICATIONS DO BRASIL E TIM CELULAR
Advogado(s): RICHERSON BARBOSA LIMA – OAB/TO 2727.
OBJETO: INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA AUTORA PARA SE MANIFESTAR NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOBRE O ACORDO APRESENTADO PELA 2ª REQUERIDA FEITO EM AUDIÊNCIA PRELIMINAR REALIZADA EM 22/02/11.

AUTOS: 2009.0011.1101-3/0.
Ação: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL.
Requerente(s): DISTRIBUIDORA DE CONFECÇÕES FAMA LTDA.
Advogado: EDSON PAULO LINS JUNIOR – OAB/TO 2901.
Requerido: OTACILIO DE PAIVA ANDRADE
Advogado(s): NÃO CONSTITUIDO.
OBJETO: INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA AUTORA DO DESPACHO DE FL.23, A SEGUIR TRANSCRITO:
DESPACHO: Intime-se a parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar aos autos comprovantes de protocolo de carta precatória. Araguaína-To, 28/04/2010.

AUTOS: 2009.0011.1103-0/0.
Ação: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL.
Requerente(s): DISTRIBUIDORA DE CONFECÇÕES FAMA LTDA.
Advogado: EDSON PAULO LINS JUNIOR – OAB/TO 2901.
Requerido: ELZA CABRAL DOS SANTOS
Advogado(s): NÃO CONSTITUIDO.
OBJETO: INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA AUTORA DO DESPACHO DE FL.23, A SEGUIR TRANSCRITO:
DESPACHO: Intime-se a parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar aos autos comprovantes de protocolo de carta precatória. Araguaína-To, 28/04/2010.

AUTOS: 2008.0009.5321-7/0.
Ação: EMBARGOS DE TERCEIROS.
Embargante(s): ROBSON FERNANDES DA SILVEIRA.
Advogado: EMERSON COTINI – OAB/TO 2098.
Embargado: MARIA CRISTINA LUCENA SILVA.
Advogado(s): CRISTIANE DELFINO RODRIGUES LINS – OAB/TO 2119-B.
OBJETO: INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO EMBARGANTE PARA SE MANIFESTAR SOBRE A CONTESTAÇÃO DE FLS.89/95.

AUTOS: 2009.0011.1109-9/0.
Ação: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL.
Requerente(s): DISTRIBUIDORA DE CONFECÇÕES FAMA LTDA.
Advogado: EDSON PAULO LINS JUNIOR – OAB/TO 2901.
Requerido: WAGNER GOMES XANDRE.
Advogado(s): NÃO CONSTITUIDO.
OBJETO: INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA AUTORA DO DESPACHO DE FL.24 A SEGUIR TRANSCRITO:
DESPACHO: Intime-se a parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar aos autos comprovantes de protocolo de carta precatória. Araguaína-To, 28/04/2010.

AUTOS: 2009.0011.1105-6/0
Ação: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL.
Requerente(s): DISTRIBUIDORA DE CONFECÇÕES FAMA LTDA.
Advogado: EDSON PAULO LINS JUNIOR – OAB/TO 2901
Requerida: MARIA DE NAZARE LIMA COELHO
Advogado(s): NÃO CONSTITUIDO.
OBJETO: INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA AUTORA DO DESPACHO DE FL.25, A SEGUIR TRANSCRITO:
DESPACHO: Intime-se a parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar aos autos comprovantes de protocolo de carta precatória. Araguaína-To, 28/04/2010.

AUTOS: 2009.0011.1100-5/0.
Ação: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL.
Requerente(s): DISTRIBUIDORA DE CONFECÇÕES FAMA LTDA
Advogado: EDSON PAULO JUNIOR – OAB/TO 2901
Requerido: DILSON DE JESUS SILVA RIBEIRO.
Requerido(s): NÃO CONSTITUIDO.
OBJETO: INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA AUTORA DO DESPACHO DE FL.24 A SEGUIR TRANSCRITO:

DESPACHO: Intime-se a parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar aos autos comprovantes de protocolo de carta precatória. Araguaína-To, 28/04/2010.

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S) – Ana Paula / Escrivã

Fica o autor por seus advogados, abaixo identificado, intimado dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimação conforme o Provimento 036/02 da CGJ-TO).

1 - AUTOS: 2008.0006.2126-5/0
Ação: EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA
Requerente(s): RODOBNES CAMINHOES CIRASA S/A
Advogado: RUDSON ATAYDES FREITAS – OAB/ES 8035
Requerido: RIBEIRO E PORTILHO LTDA
Advogado(s): NÃO CONSTITUIDO.
OBJETO: INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA AUTORA DO DESPACHO DE FL.80, A SEGUIR TRASNCRITO:
DESPACHO: O exequente fundamentou seu pedido de fl. 79 no inciso III do art. 791 do CPC, que estabelece a possibilidade de suspensão do processo quando o devedor não possuir bens penhoráveis. Contudo, no presente feito, sequer houve a citação do executado ou penhora de bens. Assim, INTIME-SE a parte autora a manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias, quanto à citação do requerido, observados os termos da certidão de fl. 70, requerendo o que entender cabível. INTIME-SE E CUMPRA-SE. Araguaína/TO, em 12 de janeiro de 2011.

AÇÃO BUSCA E APREENSÃO – 2008.0008.3937-6
Requerente:CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA
Advogado:DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO OAB/TO 31.618
Requerido:LUZINETE LOPES PEREIRA
Advogado:Não constituído
INTIMAÇÃO do procurador do autor para juntar aos autos comprovante de recolhimento da taxa judiciária.

AÇÃO BUSCA E APREENSÃO – 2008.0010.7727-5
Requerente:BANCO VOLKSWAGEN S/A
Advogado:MARINÓLIA DIAS DOS REIS OAB/TO 1597
Requerido:ANDRÉ LUIZ CANTÃO MARCHI
Advogado:Não constituído
INTIMAÇÃO do procurador do autor para juntar aos autos comprovante de publicação do Edital de Citação.

AÇÃO BUSCA E APREENSÃO – 2006.0004.6180-6
Requerente:MULTIMARCAS ADMINSTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
Advogado:FERNANDO MARCHESINI OAB/TO 2188; WANDERSON FERREIRA DIAS OAB/TO 4167
Requerido:EDMILSON ALVES DE OLIVEIRA
Advogado:Não constituído
INTIMAÇÃO DESPACHO de fls. 49: "Intime-se a parte autora a manifestar nos autos. Intime-se. Araguaína-TO, 30 de abril de 2010. (a) Vandré Marques e Silva." Para manifestar sobre certidão do Oficial de Justiça: "Certifico que, em cumprimento ao mandado em anexo dirigi-me ao endereço indicado por várias vezes não localizando o bem descrito no mandado, porém obtive informação com o advogado do requerente que o bem se encontrava apreendido no 2º BPM dirigi-me até lá, porém não o localizei, diante disto devolvo o mandado ao cartório. O referido é verdade e dou fé. Araguaína-TO, 28 de agosto de 2009. Hawill Moura Coelho – Oficial de Justiça."

BOLETIM N. 27/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E/OU MATERIAIS – 2007.0001.8096-1
Requerente:VALCIMAR SENA MORAIS
Advogado:WANDER NUNES RESENDE OAB/TO 657; MAIARA BRANDÃO DA SILVA OAB/TO 4670
Requerido:FRIGORÍFICO MARGEN
Advogado:ALEXANDRE GARCIA MARQUES OAB/TO 1874
INTIMAÇÃO DESPACHO: "1. Baixo os autos ao cartório para juntada de petição. 2. Por oportuno, INTIME-SE a parte Requerida, na pessoa do advogado que assina a peça de fls. 106/24, para, no prazo de 10 (dez) dias, promover a regularização de sua representação processual, sob pena de referido ato de resposta ser considerado inexistente, com conseqüente desentranhamento. 3. Após, à imediata conclusão. 4. Intimem-se. Cumpra-se. Araguaína/TO, em 30 de março de 2011.(a)Lilian Bessa Olinto – Juíza de Direito."

BOLETIM N. 225/2011 – Estagiária – Jannaina Vaz Dias
Ficam os advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: MONITÓRIA — 2006.0001.1604-7
Requerente: LOURIVAL PATROCINIO SILVEIRA
Advogados: Dr. CARLOS FRANCISCO XAVIER OAB/TO 1622
Requerido: SUPERTRAFO S/A IND. E COMÉRCIO DE TRANSFORMADORES
Advogados: Dr. WANDERSON FERREIRA DIAS OAB/TO 4167
INTIMAÇÃO: do advogado da parte requerida de despacho em audiência de fls. 102: "Houve requerimento da parte Ré de desistência do depoimento pessoal do Autor, conforme petição de f. 97, pelo que homologo a desistência. Não foi possível a colheita do depoimento do Representante Legal da Requerida, visto que não foi intimado pessoalmente, conforme se verifica pela certidão de fls. 101, onde atesta que o mesmo reside na cidade de Goiânia/TO, sem contudo especificar o endereço. A parte autora ratifica o pedido de depoimento pessoal, pelo que DETERMINO A EXPEDIÇÃO DE EDITAL, com prazo de 20 (vinte) dias, para intimação do Representante Legal da Ré, Sr. JOSÉ DUARTE FONSECA, para prestar depoimento pessoal em audiência, que REDESIGNO para o dia 07/06/2011, às 15h30, devendo constar a advertência de que não comparecendo ou se recusando a depor, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos contra ele alegados. SAEM OS PRESENTES INTIMADOS. CUMPRA-SE."

INTIMAÇÃO AOS ADVOGADO (S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 224/2011
Fica a parte requerida por seu advogado, intimada dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO.
AUTOS Nº2007.0003.9804-5
AÇÃO RESCISÓRIA
REQUERENTE:REGINALDO COSTA PAZ
ADVOGADO :DRª AURIDEIA PEREIRA LOIOLA 2266
REQUERIDO: BRASÍLIA MOTORS LTDA
INTIMAÇÃO do advogado autor, para efetuar o pagamento das custas processuais equivalente a R$ 246,24 a serem depositados nas contas 3055-4 ag 3615-3 no valor de R$ 20,00 e c/c 60240-X ag. 4348-6 no valor de R$. 15,36 e c/c 9339-4 agência 4348-6 no valor de R$ 210,88 ag. do BANCO DO BRASIL S/A

BOLETIM N.216/11
Ficam as partes, através de seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO -2010.0007.4975-1
Requerente: HSBC BANK BRASIL S/A – BANCO MULTIPLO
Advogado: ÉLIANA RIBEIRO CORREIA – OAB/TO 4187
Requerido: WILARDO LOPES BEZERRA
Advogado : não constituído
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FLS. 37: "INTIME-SE a parte autora, PESSOALMENTE, a promover o andamento do feito, suprindo a falta, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, juntando nova procuração com prazo de validade e comprovante de mora, com notificação no endereço do requerido, sob pena de extinção e arquivamento (CPC, art. 267, III e § 1º). CUMPRA-SE. Araguaína/TO, em06 de abril de 2011. (a) LILIAN BESSA OLINTO-Juíza de Direito"

BOLETIM N. 215/11
Ficam as partes, através de seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: REVISIONAL DE CLAUSULAS- 2011.0002.3136-0
Requerente: CLAUDIA RENATA GUIMARAES
Advogado: LEONARDO ROSSINI DA SILVA – OAB/TO 1929
Requerido: BRADESCO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogado: MARIA LUCILIA GOMES – OAB/TO 2489
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FLS. 48: " POSTERGO a apreciação do pedido liminar para após o prazo de defesa. CITE-SE a parte requerida para, querendo, contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, ciente que, não contestada, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (CPC, arts. 285 e 297). INVERTO o ônus da prova para DETERMINAR a intimação do demandado para que, no prazo de defesa, acoste aos autos a planilha de Custo Efetivo Total – CET, referente ao contrato em epígrafe. INTIME-SE E CUMPRA-SE. Araguaína/TO, em 06 de abril de 2011. (a) LILIAN BESSA OLINTO-Juíza de Direito".

BOLETIM N.214/11
Ficam as partes, através de seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE- 2010.0009.3467-2
Requerente: BRADESCO LEASING S/A-ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogado: MARIA LUCILIA GOMES – OAB/TO 2489
Requerido: CLAUDIA RENATA GUIMARAES BRITO
Advogado: LEONARDO ROSSINI DA SILVA
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FLS. 63: " INTIMEM-SE as partes a indicarem, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, motivadamente, quais provas pretendem produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. Faça a advertência de que o requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. Informe que devem arrolar as testemunhas (se for o caso), qualificando-as; indicar quais pessoas pretendem ouvir em depoimento pessoal (se for o caso), especificando, quando pessoa jurídica, o nome e o cargo; se pretendem prova pericial, especificar qual o tipo (CPC, art. 420). Após, à conclusão para designação de eventual audiência. INTIME-SE E CUMPRA-SE. Araguaína-TO, em 06 de abril de 2011. (a) LILIAN BESSA OLINTO-Juíza de Direito".

BOLETIM N.213/11
Ficam as partes, através de seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL - 2006.0006.8723-5
Requerente: AUTO POSTO DE COMBUSTÍVEIS RIO PRETO LTDA
Advogado: CELIA CILENE DE FREITAS PAZ – OAB/TO 1375-B
Requerido:RODOESTE IMPLEMENTOS DE TRANSPORTES LTDA
Advogado: Não constituído
INTIMAÇÃO DA ADVOGADA DO REQUERENTE para comparecer em Cartório afim de receber Carta Precatória para Comarca de Cuiabá/MT

BOLETIM N. 212/11
Ficam as partes, através de seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: CAUTELAR INCIDENTAL — 2006.0006.5464-7
Requerente:RUBENS GONÇALVES AGUIAR – VIAÇÃO LONTRA
Advogado: MÁRCIA REGINA FLORES – OAB/TO 604
Requerido: BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO
Advogado: MARIA LUCILIA GOMES – OAB/TO 2489
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FLS 219 e 220: " Chamo o processo à ordem, muito embora já sentenciado, conforme se verifica às fls. 183, para DETERMINAR o apensamento destes autos ao processo 2006.0005.5120-1/0 (ação de revisional de contrato bancário), também sentenciado, por sua natureza acessória e em face do

depósito judicial de fls. 124, não apreciado na sentença prolatada nestes autos. Após o apensamento, à IMEDIATA conclusão. CUMPRA-SE. Araguaína/TO, em 16 de junho de 2010. (a) LILIAN BESSA OLINTO-Juíza de Direito." - DESPACHO: Observo que à fl. 191 foi determinado o levantamento da importância, devidamente corrigida, depositada às fls. 124 dos presentes autos, o que foi efetivamente realizado (fls. 193-195). Assim, REVOGO o despacho de fl. 219 quanto a este aspecto. Em relação ao pedido de fl. 214/215, este foi formulado unilateralmente, não comportando homologação. Ante a longínqua data da ultima manifestação nos autos e já havendo sentença transitada em julgado, ARQUIVEM-SE ambos os autos (CPC, art. 475-J, § 5º). INTIME-SE. CUMPRA-SE. Araguaína/TO, em 10 de janeiro de 2011. (a) LILIAN BESSA OLINTO-Juíza de Direito".

BOLETIM N. 211/1
Ficam as partes, através de seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: DECLARATÓRIA-2006.0002.3548-2
Requerente: LAZARO BASILIO DE OLIVEIRA
Advogado : CARLOS ALEXANDRE DE PAIVA JACINTO – OAB/TO 2006-B; EMILIO PAIVA JACINTO – OAB/TO 2094
Requerido: EDUARDO XAVIER PEREIRA
Advogado : JORGE MENDES FERREIRA NETO – OAB/TO 4217
INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 44/46. Parte Dispositivo: "(...) *Ex positis*, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com base no art. 267, V, do CPC. DEFIRO o pedido da assistência judiciária gratuita. CONDENO o requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a base de 10% sobre o valor da causa, contudo, ISENTO-O de pagá-los, nos termos do art. 12 da Lei 1060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína, 17 de dezembro de 2010. (a) Vandré Marques e Silva-*Juiz Substituto".*

BOLETIM N. 210/1
Ficam as partes, através de seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS-2006.0003.4650-0
Requerente:CAMPELO PINHEIRO E CIA LTDA
Advogado:PAULO ROBERTO VIEIRA NEGRÃO-OAB/TO 2132
Requerido:TIM CELULAR
Advogado: JOSE PINTO QUEZADO – OAB/TO 2263
INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 132/133. Parte Dispositivo: "(...) POSTO ISSO, com fundamento o artigo 269, I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito da demanda. Julgo improcedente os pedidos do autos. Com amparo no princípio da causalidade, segundo o qual aquele que ensejou o ajuizamento da demanda, sucumbindo, arca com o ônus da sucumbência, condeno o autor no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais). O vencido deverá adimplir as obrigações pecuniárias decorrentes deste sentença no prazo de até 15 (quinze) dias, após o trânsito em julgado, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento), conforme previsão contida no artigo 475-J do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína, 26 de novembro de 2010. (a) Océlio Nobre da Silva-Juiz de Direito".

BOLETIM N. 209/11
Ficam as partes, através de seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: DEPÓSITO-2006.0006.1430-0
Requerente:ARAGUAIA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA
Advogado :FERNANDO MARCHESINI – OAB/TO 2188
Requerido:RENATO ROCHA CAMPOS
Advogado: Não constituído
INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 55/26. Parte Dispositivo: "(...)Diante do exposto, com fundamento no art. 267, III, §§ 1º e 2º, c/c o art. 20, § 3º, ambos do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, CONDENANDO a parte autora, ao pagamento das custas e despesas processuais. Sem condenação em honorários advocatícios ante a não citação da parte contrária. Após o trânsito em julgado, ARQUIVE-SE com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína, 17 de dezembro de 2010. (a) Vandré Marques e Silva - Juiz Substituto

BOLETIM N. 208/11
Ficam as partes, através de seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE-2006.0005.7867-
Requerente:VERONICA CARDOSO DIAS
Advogado:ZENIS DE AQUINO DIAS – OAB/SP 74060
Requerido:DINA TAVARES DE MORAES
Requerido: ISMAEL DE MORAES
Advogado: Não constituído
INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 36/37. Parte Dispositivo: "(...) Ex positis, nos termos do artigo 267, VIII, do vigente Código de Processo Civil, JULGO EXTNTO o processo, sem resolução de mérito. Custas e despesas pela parte autora. Sem honorários ante a aus^ncia de advogado constituído pela parte ré. Após o trânsito em julgado, ARQUIVE-SE com as cautelar legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína, 31 de outubro de 2010. (a) Vandré Marques e Silva – Juiz Substituto"

BOLETIM N.162 /11
Ficam as partes, através de seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: CAUTELAR INOMINADA - 2006.0007.1994-3
Requerente:ODONTOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS
Advogado :MARQUES ELEX SILVA CARVALHO – OAB/TO 1971; JOSE HOBALDO VIEIRA – OAB/TO 1722
Requerido:BRASIL TELECOM CELULAR S//A
Advogado:Não constituído
INTIMAÇÃO DA SENTENÇA DE FLS. 156/157. Parte Dispositiva: "(...) III - Diante do exposto, com fundamento no art. 267, III, §§ 1º e 2º, c/c o art. 20, § 3º, ambos do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, CONDENANDO a parte autora, ao pagamento das custas e despesas processuais. Sem condenação em honorários advocatícios ante a não citação da parte contrária. Após o trânsito em julgado, ARQUIVE-SE com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína, 17 de dezembrol de 2010 (a) Vandré Marques e Silva - Juiz Substituto."

BOLETIM N. 223/2011 – Estagiária – Jannaina Vaz Dias
Ficam os advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
AÇÃO: RESOLUÇÃO CONTRATUAL — 2010.0008.8488-8
Requerente: ANDRE LUIZ ROSA ESTORQUE
Advogados: Dr. SOLENILTON DA SILVA BRANDÃO OAB/TO 3889
Requerido: JOSEFRAN COSTA LEITE
Advogados: Dr. SANDRO CORREIA DE OLIVEIRA OAB/TO 1363
INTIMAÇÃO: do advogado da parte requerida para que realize o recolhimento das despesas processuais referentes a locomoção do oficial de justiça no importe de R$ 122,88 (cento e vinte e dois reais e oitenta e oito centavos). AG 4348-6 – C/C. 60240-X.

INTIMAÇÃO AOS ADVOGADO (S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 218/2011

Fica a parte requerida por seu advogado, intimada dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO.
AUTOS Nº2009.0012.0531-0
AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE:BANCO FINASA BMC S/A
ADVOGADO:DR.PAULO HENRIQUE FERREIRA OAB-PE 894
REQUERIDO:MARCIVANIA LUZ DA SILVA
INTIMAÇÃO do advogado autor, para recolher diligência do Senhor Oficial de Justiça equivalente a R$15,36 (quinze reais e trinta e seis centavos) a ser depositado na seguinte conta 60240-x ag.4348-6 do Banco do Brasil

INTIMAÇÃO AOS ADVOGADO (S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 220/2011

Fica a parte requerida por seu advogado, intimada dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO.
AUTOS Nº2011.00007121-4
AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: OTACIANO DIAS CARNEIRO
ADVOGADO :DR MARCUS VINICIUS SCATENA COSTA OAB-TO4598
REQUERIDO:MISAEL FERREIRA DOS SANTOS
INTIMAÇÃO do advogado autor, sobre o despacho de fls. 46, conforme transcrito: " INTIME-SE a parte autora a se manifestar quanto à contestação no prazo de 10(dez) dias. INTIME-SEE CUMPRA-SE..."

INTIMAÇÃO AOS ADVOGADO (S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 220/2011

Fica a parte requerida por seu advogado, intimada dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO.
AUTOS Nº2011.00007121-4
AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: OTACIANO DIAS CARNEIRO
ADVOGADO :DR MARCUS VINICIUS SCATENA COSTA OAB-TO4598
REQUERIDO:MISAEL FERREIRA DOS SANTOS
INTIMAÇÃO do advogado autor, sobre o despacho de fls. 46, conforme transcrito: " INTIME-SE a parte autora a se manifestar quanto à contestação no prazo de 10(dez) dias. INTIME-SEE CUMPRA-SE..."

INTIMAÇÃO AOS ADVOGADO (S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 221/2011

Fica a parte requerida por seu advogado, intimada dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO.
AUTOS Nº2011.0002.9915-0
AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO
REQUERENTE:LUCIANO RODRIGUES FEITOSA
ADVOGADO :DR. JOSE WILSON CARDOSO DINIZ OAB-MA 6055
REQUERIDO:BANCO BV FINANCEIRA S/A
INTIMAÇÃO do advogado autor, sobre o despacho de fls. 28, conforme transcrito: "...DEIXO para apreciar o pedido liminar após o prazo de defesa. CITE-SE a parte requerida para, querendo, contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, ciente que, não contestada,se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (CPC, arts. 285 e 297). INVERTO o ônus da prova para DETERMINAR a intimação do demandado para que, no prazo da defesa, apresente cópia do contrato descrito na inicial e sua respectiva planilha de Curto Efetivo Total..."

INTIMAÇÃO AOS ADVOGADO (S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 222/2011

Fica a parte requerida por seu advogado, intimada dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO.
AUTOS 2011.0001.6947-8
AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: ELIANE CAETANO DOS ANJOS E OUTROS
ADVOGADO : DR. AGEU DE SOUSA OLIVEIRA OAB-TO 4237
REQUERIDO: SEGURADORA LIER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DEPEVAT S.A
INTIMAÇÃO do advogado autor, sobre o despacho de fls.28, conforme transcrito: INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 30 (trinta) dias: Regularizar sua representação processual, visto que a requerente não é menor impúbere, mas sim relativamente incapaz, devendo, portanto, antes de completar a maioridade, assinar o documento de procuração juntamente com sua genitora, sua assistente; efetuar o pagamento da taxa judiciária e das custas processuais, anexando comprovantes

originais ou cópias autenticadas, ou juntar aos autos declaração de hipossuficiência, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, art. 257).

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

A Doutora LILIAN BESSA OLINTO, MM. Juíza de Direito da Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, respondendo pela 2ª Vara Cível da Comarca de Araguaína/TO, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quanto o presente Edital, com o prazo de 20 (vinte) dias virem, e dele conhecimento tiverem, que se processa por este Juízo da 2ª Vara Cível, os autos da AÇÃO MONITÓRIA, sob nº 2006.0001.6104-7 que o SR. LOURIVAL PATROCÍNIO SILVEIRA, move em face de SUPERTRAFO S/A IND. E COM. DE TRANSFORMADORES, pessoa jurídica de direito privado, por este meio INTIMA-SE a aludida requerida através de seu representante legal, o SR. JOSÉ DUARTE FONSECA, que atualmente se encontra em lugar incerto ou não sabido, para prestar depoimento pessoal na AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, REDESIGNADA PARA O DIA 07/06/2011, ÀS 15H30, sob pena de não comparecendo ou se recusando a depor presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos contra ele alegado. Tudo de conformidade com o respeitável despacho de fls. 102, a seguir parcialmente transcrito: "(...) Não foi possível a colheita do depoimento do Representante Legal da Requerida, visto que não foi intimado pessoalmente, conforme se verifica pela certidão de fls. 101, onde atesta que o mesmo reside na cidade de Goiânia/TO, sem contudo especificar o endereço. A parte autora ratifica o pedido de depoimento pessoal, pelo que DETERMINO A EXPEDIÇÃO DE EDITAL, com prazo de 20 (vinte) dias, para intimação do Representante Legal da Ré, Sr. JOSÉ DUARTE FONSECA, para prestar depoimento pessoal em audiência, que REDESIGNO para o dia 07/06/2011, às 15h30, devendo constar a advertência de que não comparecendo ou se recusando a depor, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos contra ele alegados. SAEM OS PRESENTES INTIMADOS. CUMPRA-SE." E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, o qual será publicado, uma vez, no Diário da Justiça e duas vezes em jornal de circulação local, além de ser afixado no placar do Fórum local. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, aos treze dias do mês de abril de dois mil e onze (13.04.2011).

LILIAN BESSA OLINTO
Juíza de Direito

3ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2008.0009.0487-9 – REPARAÇÃO DE DANOS - D
Requerente: ADÃO BARROS DE ALMEIDA
Advogado: DR. ROBERTO PEREIRA URBANO OAB/TO 1440-A
Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICO
Advogado: DRA. IARA SILVA DE SOUSA OAB/TO 2239
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES DA DECISÃO DE FLS.104/106: (...) Ao ensejo suscito conflito negativo de competência, nos termos do artigo 118, I, do Código de Processo Civil, à Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do estado do Tocantins, pelo que determino seja expedido ofício, que deverá ser acompanhado de cópia da inicial, da decisão declinatória de incompetência, da presente decisão. Suspendo o andamento do presente feito até que se tenha uma decisão sobre qual juízo competente para apreciar e julgar a presente ação. Intime-se e oficie-se.

AUTOS: 2009.0000.7454-8 – EXECUÇÃO FORÇADA - D
Requerente: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: DR. OSMARINO JOSÉ DE MELO OAB/TO 779-B
Requerido: FRANCISCO DE PAULA BARRETO NETO
Advogado: NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DAS PARTES DA SENTENÇA DE FL.37 CUJA PARTE DISPOSITIVA A SEGUIR TRANSCRITA: Ante o exposto DECLARO EXTINTO o processo, uma vez que satisfeita a obrigação (arts. 794, I e 795 do CPC). Custas, se houver, pelo Executado. Transitada em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, feitas as anotações e baixas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

AUTOS: 2011.0002.6672-4 – BUSCA E APREENSÃO - D
Requerente: BANCO SAFRA S/A
Advogado: DR. MARCOS ANDRÉ CORDEIRO DOS SANTOS OAB/TO 3627
Requerido: JOSÉ RIBEIRO BATISTA
Advogado: NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA DO DESPACHO DE FL.27: I – Intime-se a parte autora para regularizar sua representação processual, bem como juntar aos autos o comprovante original do pagamento das custas processuais de fls. 23/24 no prazo de 10(dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do parágrafo único do art.284 do Código de Processo Civil. II – Intimem-se. Cumpra-se.

AUTOS: 2010.0007.5035-0 – REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - D
Requerente: MOURA E CIA LTDA
Advogado: DRA JULIANA PEREIRA DE OLIVEIRA OAB/TO 2360
Requerido: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: DR. FÁBIO DE CASTRO SOUZA OAB/TO 2.868
INTIMAÇÃO DAS PARTES DO DESPACHO DE 81/82: (...) De mais a mais o Magistrado analisa objetivamente tal pedido, pois cumpri ao mesmo a fiscalização do recolhimento das despesas processuais, assim sendo, indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita, visto que a parte autora não se incumbiu de demonstrar a sua insolvência. Desta forma, remetam-se os autos a Contadoria Judiciária para cálculo das custas. Após, intime-se a parte autora para efetuar o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento na distribuição. Cumpra-se.

AUTOS: 2009.0008.0627- 1 – BUSCA E APREENSÃO - D
Requerente: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: DR. FÁBIO DE CASTRO SOUZA OAB/TO 2.868
Requerido: MOURA E CIA LTDA
Advogado: DRA. JULIANA PEREIRA DE OLIVEIRA OAB/TO 2360
INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES DA SENTENÇA DE FL.39: (...) Julgo em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no art.267, VIII, do Código de Processo Civil, condenada a parte que desistiu ao pagamento das custas e despesas processuais, deixando de fixar honorários advocatícios em razão da não citação da ré. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

AUTOS: 2010.0011.2273-6 – EMBARGOS DO DEVEDOR - D
Requerente: FRANCISCO LEOPOLDO FERREIRA PEREIRA
Advogado: DR. ALDO JOSÉ PEREIRA OAB/TO 331
Requerido: LARISSA HELENA DE CARVALHO
Advogado: DR. TARCIO FERNANDES DE LIMA OAB/TO Nº4142
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE EMBARGANTE DO DESPACHO DE FL.77: Manifeste a parte embargada sobre o pleito de fl. 73/75 em 05(cinco) dias. (...) Desse modo Excelência, o embargante requer o acolhimento desta preliminar, reconhecendo-se a conexão existente entre os Embargos do Devedor e a Ação de Nulidade de Partilha que tramita perante a 1ª Vara de Família desta Comarca, determinando-se a redistribuição do feito para o Juízo competente a fim de que este possa ordenar a reunião das ações mencionadas.

AUTOS: 2009.0012.3790-4 – EXECUÇÃO FORÇADA - D
Requerente: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: DR. MARCOS ANTONIO DE SOUSA OAB/TO 834
Requerido: AGMON ANTONIO DINIZ JUNIOR
Advogado: DRA. IVAIR MARTINS DOS SANTOS DINIZ OAB/TO 105
INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE DO DESPACHO DE FL.32: Manifeste a parte exeqüente sobre a certidão de fls. 28, no prazo de 05(cinco) dias. CERTIDÃO de fl.28. (...) procedi a citação do Sr. Agmon Antonio Diniz Junior, o qual após a leitura do mesmo exarou seu ciente e aceitou a contrafé que lhe ofereci. Certifico ainda que, transcorreu o prazo e a dívida não foi paga, bem como que, deixei de penhorar devido não lacalizar bens em seu nome, há vista que o CRI – Cartório de registro de Imóveis local, somente fornece certidões mediante pagamento de emolumentos. Por esta razão, devolvo para as providências de praxe.

AUTOS: 2011.0000.2657-0 – EMBARGOS DO DEVEDOR - D
Requerente: AGMON ANTONIO DINIZ JUNIOR
Advogado: DR. IVAIR MARTINS DOS SANTOS DINIZ OAB/TO 105-B
Requerido: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL.30: I – Indefiro o pedido de pagamento total da taxa judiciária ao final da lide, portanto, intime-se a parte autora para pagar a taxa judiciária, no importe mínimo de 50% do valor total, nos termos do art.105 do Código Tributário do Estado do Tocantins, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento na distribuição. II – Intime-se. Cumpra-se.

AUTOS: 2011.0000.7077-3 – INDENIZAÇÃO - D
Requerente: CARLOS GONTIJO DE LIMA
Advogado: DR. ELI GOMES DA SILVA FILHO OAB/TO 2796
Requerido: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado: NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA DO DESPACHO DE FL. 41: (...) III – De mais a mais o Magistrado analisa objetivamente tal pedido, pois cumpri ao mesmo a fiscalização do recolhimento das despesas processuais, assim sendo, indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita. IV – Desta forma, remetam-se os autos a Contadoria Judiciária para cálculo das custas. V – Após, intime-se o requerente para efetuar o pagamento no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de cancelamento na distribuição. VI – Cumpra-se.

AUTOS: 2011.0001.4471-8 – BUSCA E APREENSÃO - D
Requerente: BANCO PANAMERICANO S/A
Advogado: DR. FABRÍCIO GOMES OAB/TO 3.350
Requerido: CLEIDIAMAR MONTEIRO BARROS
Advogado: NÃO CONSTITUÍDO
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA DO DESPACHO DE FL.143 a seguir transcrito: I – Intime-se a parte autora para manifestar acerca da certidão de fl.140, bem como requerer o que entender de direito, no prazo de 10(dez) dias. CERIDÃO de fl. 140 (...) deixei de efetuar a citação de CLEIDIAMAR MONTEIRO BARROS, pois este não reside mais naquele local, e segundo informações de moradores das proximidades, o requerido reside atualmente em um povoado chamado Boa Vista, que fica no Município de São Geraldo do Araguaia-PA, e que não se encontra mais na posse do bem informado no mandado (...)

1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2011.0000.690-9/0– LIBERDADE PROVISÓRIA
Denunciado: Jose Nilson Costa Machado
Advogada: Dra Márcia Cristina A. T. N. de Figueiredo.
Intimação: Fica a advogada acima mencionada intimada da decisão que INDEFERIU o pedido a seguir transcrita: ."... A decisão proferida pelo juiz titular desta Vara Criminal (fls. 32/35) manteve a prisão e, flagrante do denunciado com fundamento na garantia da ordem. Pelo fato de o requerente não ter trazido aos autos nenhum fato novo apto a modificar o referido fundamento, indefiro o pedido. Intime-se. Após a expiração do prazo recursal, arquivem-se com as devidas baixas. Araguaína/TO, 12 de abril de 2011. Jose Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz Substituto."

AUTOS: 2010.0006.9490-6/0– AÇÃO PENAL
Denunciados: Anderson de Araujo Souza e Julio Francisco da Silva Alves
Advogado: Dr. Bruno Henrique Mastiguin Romanini, OAB/TO 4718 (advogado de Júlio Francisco), Dra. Amanda Mendes dos Santos, OAB/TO 4.392 (advogada de Anderson de Araújo).
Intimação: Ficam os advogados acima mencionados intimados a, no prazo legal, apresentarem as razões recursais, referente aos autos acima mencionados.

Autos: 1.847/2004 - Ação Penal
Autor: Ministério Público
Acusado: WENDER BENDEIRA SILVA E RAIMUNDO EVERTON MARTINS ANDRADE
Advogado Constituído: DR. Marques Elex Silva Carvalho – OAB/TO 1971.
Intimação: Fica o advogado Constituído intimado da sentença de extinção a punibilidade que segue transcrita: "Sentença... Ante o exposto, extingo a punibilidade de Wender Bandeira Silva e de Raimundo Everton Martins Andrade em razão da prescrição, conforme art. 107, inc. IV do CP....Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a devidas baixas...Intime-se os acusados do teor da sentença e desta decisão. Intimem-se...Araguaína, 23-11-2010. Francisco Vieira Filho-Juiz de direito titular. aapd.

Autos: 2008.0000.6287-8 – AÇÃO PENAL
Autor: Ministério Público
Acusado: LUZIMAR FERREIRA LIMA
Advogado: Rubens de Almeida Barros Junior - OAB/TO 1605-B
Intimação: Fica o advogado constituído intimado para apresentar os memoriais no prazo de 05 (cinco) dias, nos autos acima mencionados. Araguaína-TO, 14-04-2011. aapedra.

1ª Vara da Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2011.0003.0019-1/0 – CAUTELAR DE SEPARAÇÃO DE CORPOS
Requerente: D. C. de S. L.
Advogado: Dr. MARCOS AURÉLIO BARROS AYRES – OAB/TO. 3691
Requerido: I. P. L. N.
Decisão(fl.16): "...Assim, defiro a liminar de separação de corpos, para determinar o afastamento compulsório do requerido do lar conjugal, levando consigo seus pertences pessoais, expedindo-se em seu favor o competente alvará judicial. O requerido deverá ser advertido de que seu retorno a casa, sem consentimento da autora, ou sem autorização judicial, implicará em decreto de sua prisão e abertura de ação penal, pelo crime de desobediência à ordem judicial. Após efetivada a medida, cite-se o requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de cinco dias, sob pena de revelia e confissão. Defiro os benefícios da Assistência Judiciária. Intime-se. Cumpra-se. Araguaína/TO, 11 de abril de 2011. (ass) João Rigo Guimarães, Juiz de Direito".

2ª Vara da Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos: 3045/05 Natureza: Investigação de Paternidade
Requerente: C. A. A. da S
Requerido: M. B. D
Advogado: Dr. Leandro Fernandes Chaves OAB/TO 2569
OBJETO: (Fls. 114) O feito foi suspenso pelo prazo de 90 dias atendendo a cota Ministerial de fls. 113.

Autos: 2006.0005.2647-9/0 Natureza: Execução de Alimentos
Requerente: A. G. R. S
Advogado: Dr. Ronan Pinho Nunes Garcia OAB/TO 1956 e Dr. José Hilário Rodrigues OAB/TO 652
Requerido: W. C. R. S
OBJETO: (Fls. 27) Dar andamento ao feito no prazo de 48 horas sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito .".

Autos: 2681/05 Natureza: Alvará
Requerente: F. S. A
Advogado: Dr.ª Elisa Helena Sene Santos OAB/TO 2096 B
SENTENÇA PARTE DISPOSITIVA: (Fls. 42) "PELO POSTO, considerando a inércia da parte autora, decreto a EXTINÇÃO do feito com suporte no art. 267, inciso III do Código de Processo Civil. Defiro a assistência judiciária gratuita. Sem custas. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos. P. R. I. C.".

Autos: 2005.0003.5158-1/0 Natureza: Cautelar Incidental
Requerente: O. S. de S
Advogado: Dr.ª Bárbara Cristiane C. C. Monteiro OAB/TO 1068
Requerido: E. N. de S
Advogado: Dr. Nilson Antonio Araújo dos Santos OAB/TO 1938
SENTENÇA PARTE DISPOSITIVA: "Diante do exposto, e do parecer ministerial último que adoto in totum JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, para decretar o divórcio de O. S. de S. e E. N. de S, com fulcro no artigo 226, § 6º da CF/88, após a promulgação da Emenda Constitucional n.º 66/10, declarando EXTINTO o vínculo matrimonial então existente. Em consequência os menores ficarão sob a guarda materna, resguardando o direito de visitas do genitor, conforme já acordado entre as partes às fls. 54. Quanto à partilha, DETERMINO a partilha dos bens do casal, nos exatos termos descritos nesta sentença. Condeno o requerido ao pagamento de custas processuais e taxa judiciária e honorários advocatícios à proporção de 10 % do valor dado à causa. Traslade-se cópia da presente aos autos em apenso extinguindo-os e arquivando-os, nos termos presentes na sentença. Transitado em julgado, pagas as custas, providencie a Secretaria como necessário, expedindo o respectivo mandado de averbação e carta de sentença. P. R. I".

Autos: 2010.0010.1471-2/0 Natureza: Divórcio
Requerente: G. L. da S.
Advogado: Dr. Rainer Andrade Marques OAB/TO 4117
Requerido: G. M. A. de S
SENTENÇA PARTE DISPOSITIVA: "Pelo exposto, HOMOLOGO o pedido de desistência da parte autora e, em consequência, declaro a EXTINÇÃO do feito sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos. Defiro o benefício da gratuidade judiciária a ambas as partes. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se ".

Autos: 2009.0011.9839-9/0 Natureza: Separação Litigiosa
Requerente: M. B. da S
Advogado: Dr. Edimilson da Silva Melo OAB/TO 1734; Dr. Eli Gomes da Silva Filho OAB/TO 2796 – B; Dr. Rainner Andrade Marques OAB/TO 4117; Drª. Patrícia da Silva Negrão OAB/TO 4038 e Drª. Priscila Francisco Silva OAB/TO 2428-B
Requerido: M. F. G. da S
SENTENÇA PARTE DISPOSITIVA: "ISTO POSTO, converto o pedido inicial para divórcio consensual, e, em consequência, decreto o divórcio de M. B. da S e M. F. G. da S, com fulcro no artigo 226, § 6º da CF/88, após a promulgação da Emenda Constitucional nº 66/10, declarando EXTINTO o vínculo matrimonial então existente. Defiro a assistência judiciária gratuita. Sem custas. A requerente voltará a usar o nome de solteira. Após, expeça-se o mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente e, em consequência, decreto a extinção do feito nos termos do artigo 269, II, do Código de Processo Civil. Em seguida, arquivem-se com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se".

Autos: 2010.0008.8076-9/0 Natureza: Divórcio Litigioso
Requerente: N. C. dos S.
Advogado: Dr. Ricardo Ramalho do Nascimento OAB/TO 3692 – A. Dr. Leonardo Gonçalves da Paixão OAB/TO 4415, Dr. Raniere Carrijo Cardoso OAB/TO 2214-B; Nilson Antônio Araújo dos Santos OAB/TO 1938, Dr. Jorge Palma de Almeida Fernandes OAB/TO 1600 –B; Adriana Matos de Maria OAB/SP 190.134 e Drª. Maria José Rodrigues de Andrade Palácios OAB/TO 1139-B
Requerido: E. B. F. M
OBJETO (Fls. 21): Manifestar sobre a contestação no prazo de 10 dias.

Autos: 2011.0003.2208-0/0 Natureza: Interdição
Requerente: E. M. de S
Advogado: Dr. Marx Suel Luz Barbosa de Maceda OAB/TO 4439
Requerido: R. P. da S.
DECISÃO PARTE DISPOSITIVA: "Pelo exposto, INDEFIRO a liminar pleiteada para decretar a interdição provisória do interditando, entretanto, desde já, nomeio a Sra. ELISANGELA MORAIS DE SOUSA, como sua curadora provisória do interditando, até o deslinde final do feito, para gerir os atos de sua vida civil, bem como para representa-lo junto ao INSS. Intime-se para prestar o compromisso mediante termo provisório junto ao cartório desta. Considerando a informação de que o interditando encontra-se internado sem previsão de alta, deixo de designar audiência de interrogatório, por ora, devendo a parte autora informar o estado de saúde do requerido, no prazo de 30 dias. Intimem-se. Cite-se e Cumpra-se".

Autos: 2010.0004.2169-1/0 Natureza: Divórcio Litigioso
Requerente: I. M. C
Advogado: Dr. Ricardo Ramalho do Nascimento OAB/TO 3692 – A. Dr. Leonardo Gonçalves da Paixão OAB/TO 4415, Dr. Raniere Carrijo Cardoso OAB/TO 2214-B; Nilson Antônio Araújo dos Santos OAB/TO 1938, Dr. Jorge Palma de Almeida Fernandes OAB/TO 1600 –B; Adriana Matos de Maria OAB/SP 190.134 e Drª. Maria José Rodrigues de Andrade Palácios OAB/TO 1139-B
Requerido: E. B. F. M
OBJETO (Fls. 75): Manifestar sobre a contestação no prazo legal.

Autos: 2011.0003.2208-0/0 Natureza: Interdição
Requerente: E. M. de S
Advogado: Dr. Marx Suel Luz Barbosa de Maceda OAB/TO 4439
Requerido: R. P. da S.
DECISÃO PARTE DISPOSITIVA: "Pelo exposto, INDEFIRO a liminar pleiteada para decretar a interdição provisória do interditando, entretanto, desde já, nomeio a Sra. ELISANGELA MORAIS DE SOUSA, como sua curadora provisória do interditando, até o deslinde final do feito, para gerir os atos de sua vida civil, bem como para representa-lo junto ao INSS. Intime-se para prestar o compromisso mediante termo provisório junto ao cartório desta. Considerando a informação de que o interditando encontra-se internado sem previsão de alta, deixo de designar audiência de interrogatório, por ora, devendo a parte autora informar o estado de saúde do requerido, no prazo de 30 dias. Intimem-se. Cite-se e Cumpra-se".

1ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2006.0007.5788-8 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 74 – "Sobre a exceção oposta às fls. 58/72 , manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5808-6 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 74 – "Sobre a exceção oposta às fls. 59/72 , manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5807-8 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 68 – "Sobre a exceção oposta às fls. 52/66, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5806-0 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 90 – "Sobre a exceção oposta às fls. 74/88, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5805-1 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 68 – "Sobre a exceção oposta às fls. 52/68, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5804-3 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 85 – "Sobre a exceção oposta às fls. 69/83, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5803-5 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 55 – "Sobre a exceção oposta às fls. 39/53, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5802-7 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 61 – "Sobre a exceção oposta às fls. 45/59, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5801-9 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 73 – "Sobre a exceção oposta às fls. 57/71, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5791-8 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 63 – "Sobre a exceção oposta às fls. 47/61, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5791-8 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 63 – "Sobre a exceção oposta às fls. 47/61, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2009.0000.3293-4 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 34 – "Sobre a exceção oposta às fls. 18/32, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5794-2 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 73 – "Sobre a exceção oposta às fls. 57/71, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5799-3 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 73 – "Sobre a exceção oposta às fls. 57/71, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5798-5 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 73 – "Sobre a exceção oposta às fls. 57/71, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5789-6 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 73 – "Sobre a exceção oposta às fls. 57/71, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5809-4 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 73 – "Sobre a exceção oposta às fls. 57/71, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5787-0 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 84 – "Sobre a exceção oposta às fls. 58/72, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5792-6 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 73 – "Sobre a exceção oposta às fls. 57/71, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5796-9 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 73 – "Sobre a exceção oposta às fls. 57/71, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5795-0 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 73 – "Sobre a exceção oposta às fls. 57/71, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2006.0007.5790 - EXECUÇÃO FISCAL
Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Executado: SUPERMERCADO MUNDIAL LTDA
Advogado: FERNANDO MARCHESINI
DESPACHO: Fls. 73 – "Sobre a exceção oposta às fls. 57/71, manifeste-se a exeqüente, em 10 (dez) dias. Intime-se."

Autos nº 2008.0002.2809-1 - PREVIDENCIÁRIA
Requerente: VALDIRA NASCIMENTO ARAUJO
Advogado: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA
Requerido: INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DECISÃO: Fls. 173/174 – "...Ex positis e o mais que dos autos consta, declino da competência para prosseguir no conhecimento do presente feito e, por conseqüência, determino a remessa dos autos ao douto Juízo da Vara Federal da Subseção Judiciária de Araguaína, que reputo competente ao processamento dos termos ulteriores no presente feito, observadas as cautelas legais.Intime-se e cumpra-se."

2ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

INTIMAÇÃO ÀS PARTES

AUTOS: 2005.0003.6132-3 – AÇÃO EXECUÇÃO FISCAL
Requerente: FAZENDA DO ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
Requerido: COTRIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
SENTENÇA: "(...) POSTO ISTO, ante a satisfação da dívida, com fulcro no artigo 794, I do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente execução fiscal com resolução de mérito. Condeno o executado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios. Intime-se do inteiro teor da sentença prolatada, bem como para que promova o recolhimento das custas e dos honorários advocatícios em que foi condenado. Caso não seja efetuado o pagamento arquive-se conforme determina o provimento n° 05/2009 – CGJ. Certificado o trânsito em julgado, desconstituam-se eventuais gravames existentes sobre bens imóveis ou móveis do executado e arquivem-se os autos, com baixa na Distribuição. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Araguaína-TO, 07 de fevereiro de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".
FINALIDADE: Intimar o executado para efetuar o recolhimento das custas processuais finais em que foi condenado, conforme cálculo de fls. 37.

AUTOS: 2010.0002.4061-1 – AÇÃO RESTAURACAO DE REGISTRO PUBLICO
Requerente: COSMO PEREIRA DA SILVA
Advogado: Dr. Nilson Antonio Araújo dos Santos – OAB/TO 1938
FINALIDADE: Intimar o requerente para efetuar o recolhimento das custas processuais finais em que foi condenado, conforme cálculo de fls. 22.

AUTOS: 2009.0012.4849-3 – AÇÃO EXECUCAO
Requerente: ISABEL LIMA DE SOUSA
Advogado: Dra. Dalvalaides da Silva Leite – OAB/TO 1756
Requerido: MUNICIPIO DE ARAGOMINAS
Advogado: Dr. Alexandre Garcia Marques – OAB/TO 1874
DESPACHO: "Chamo o feito à ordem e revogo o despacho de fls. 11. Determino o desentranhamento da petição de fls. 17 e a sua juntada aos autos cabíveis. Dê-se vista à exeqüente para que complete a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, juntando aos autos o título executivo judicial. Em seguida, venham conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 1º de abril de 2011. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2011.0001.6932-0 – AÇÃO EMBARGOS DO DEVEDOR
Requerente: MUNICIPIO DE NOVA OLINDA
Advogado: Dr. Henry Smith – OAB/TO 3181
Requerido: RAIMUNDA ALVES DE SOUSA SILVA
DECISÃO: "(...) Pois bem. Nota-se que o Município embarga a execução de acordo judicial fundamentando em excesso da execução e admite parte do débito, tanto é que em alguns casos até depositou a parte incontroversa. Na hipótese de embargos à execução em que

foi impugnado o excesso da cobrança, o valor atribuído ao feito deve ter como parâmetro a diferença entre o que é exigido e o que já foi reconhecido pelo devedor, salientando que a toda causa deve ser atribuído o valor econômico pleiteado, conforme dispõe o artigo 258 do CPC, "a toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediato." Assim, o valor atribuído à causa deverá consistir no aproveitamento econômico decorrente da eventual procedência da demanda e no caso em questão trate=se de ação incidental e não pedido incidental, devendo ter todos os requisitos da inicial, inclusive com o recolhimento de custas em sentido estrito (locomoção do oficial de justiça). Deste modo, FACULTO mais uma vez que se emenda a inicial, a fim de atribuir valor à causa, sob pena de indeferimento da inicial. Cumpra-se. Araguaína-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0001.6920-6 – AÇÃO EMBARGOS DO DEVEDOR
Requerente: MUNICIPIO DE NOVA OLINDA
Advogado: Dr. Henry Smith – OAB/TO 3181
Requerido: LUCIA HELENA ISIDORA
DECISÃO: "(...) Pois bem. Nota-se que o Município embarga a execução de acordo judicial fundamentando em excesso da execução e admite parte do débito, tanto é que em alguns casos até depositou a parte incontroversa. Na hipótese de embargos à execução em que foi impugnado o excesso da cobrança, o valor atribuído ao feito deve ter como parâmetro a diferença entre o que é exigido e o que já foi reconhecido pelo devedor, salientando que a toda causa deve ser atribuído o valor econômico pleiteado, conforme dispõe o artigo 258 do CPC, "a toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediato." Assim, o valor atribuído à causa deverá consistir no aproveitamento econômico decorrente da eventual procedência da demanda e no caso em questão trate=se de ação incidental e não pedido incidental, devendo ter todos os requisitos da inicial, inclusive com o recolhimento de custas em sentido estrito (locomoção do oficial de justiça). Deste modo, FACULTO mais uma vez que se emenda a inicial, a fim de atribuir valor à causa, sob pena de indeferimento da inicial. Cumpra-se. Araguaína-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0001.6926-5 – AÇÃO EMBARGOS DO DEVEDOR
Requerente: MUNICIPIO DE NOVA OLINDA
Advogado: Dr. Henry Smith – OAB/TO 3181
Requerido: IRACI OLIMPIA DE SOUZA
DECISÃO: "(...) Pois bem. Nota-se que o Município embarga a execução de acordo judicial fundamentando em excesso da execução e admite parte do débito, tanto é que em alguns casos até depositou a parte incontroversa. Na hipótese de embargos à execução em que foi impugnado o excesso da cobrança, o valor atribuído ao feito deve ter como parâmetro a diferença entre o que é exigido e o que já foi reconhecido pelo devedor, salientando que a toda causa deve ser atribuído o valor econômico pleiteado, conforme dispõe o artigo 258 do CPC, "a toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediato." Assim, o valor atribuído à causa deverá consistir no aproveitamento econômico decorrente da eventual procedência da demanda e no caso em questão trate=se de ação incidental e não pedido incidental, devendo ter todos os requisitos da inicial, inclusive com o recolhimento de custas em sentido estrito (locomoção do oficial de justiça). Deste modo, FACULTO mais uma vez que se emenda a inicial, a fim de atribuir valor à causa, sob pena de indeferimento da inicial. Cumpra-se. Araguaína-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0001.6930 – AÇÃO EMBARGOS DO DEVEDOR
Requerente: MUNICIPIO DE NOVA OLINDA
Advogado: Dr. Henry Smith – OAB/TO 3181
Requerido: LAURA COSTA TENORIO BARBOSA
DECISÃO: "(...) Pois bem. Nota-se que o Município embarga a execução de acordo judicial fundamentando em excesso da execução e admite parte do débito, tanto é que em alguns casos até depositou a parte incontroversa. Na hipótese de embargos à execução em que foi impugnado o excesso da cobrança, o valor atribuído ao feito deve ter como parâmetro a diferença entre o que é exigido e o que já foi reconhecido pelo devedor, salientando que a toda causa deve ser atribuído o valor econômico pleiteado, conforme dispõe o artigo 258 do CPC, "a toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediato." Assim, o valor atribuído à causa deverá consistir no aproveitamento econômico decorrente da eventual procedência da demanda e no caso em questão trate=se de ação incidental e não pedido incidental, devendo ter todos os requisitos da inicial, inclusive com o recolhimento de custas em sentido estrito (locomoção do oficial de justiça). Deste modo, FACULTO mais uma vez que se emenda a inicial, a fim de atribuir valor à causa, sob pena de indeferimento da inicial. Cumpra-se. Araguaína-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0001.6222-2 – AÇÃO EMBARGOS DO DEVEDOR
Requerente: MUNICIPIO DE NOVA OLINDA
Advogado: Dr. Henry Smith – OAB/TO 3181
Requerido: ADERCINA DA CONCEIÇÃO SILVA PEREIRA
DECISÃO: "(...) Pois bem. Nota-se que o Município embarga a execução de acordo judicial fundamentando em excesso da execução e admite parte do débito, tanto é que em alguns casos até depositou a parte incontroversa. Na hipótese de embargos à execução em que foi impugnado o excesso da cobrança, o valor atribuído ao feito deve ter como parâmetro a diferença entre o que é exigido e o que já foi reconhecido pelo devedor, salientando que a toda causa deve ser atribuído o valor econômico pleiteado, conforme dispõe o artigo 258 do CPC, "a toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediato." Assim, o valor atribuído à causa deverá consistir no aproveitamento econômico decorrente da eventual procedência da demanda e no caso em questão trate=se de ação incidental e não pedido incidental, devendo ter todos os requisitos da inicial, inclusive com o recolhimento de custas em sentido estrito (locomoção do oficial de justiça). Deste modo, FACULTO mais uma vez que se emenda a inicial, a fim de atribuir valor à causa, sob pena de indeferimento da inicial. Cumpra-se. Araguaína-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0000.6961-9 – AÇÃO EMBARGOS DO DEVEDOR
Requerente: MUNICIPIO DE NOVA OLINDA
Advogado: Dr. Henry Smith – OAB/TO 3181
Requerido: PAULO SERGIO GOMES COSTA
DECISÃO: "(...) Pois bem. Nota-se que o Município embarga a execução de acordo judicial fundamentando em excesso da execução e admite parte do débito, tanto é que em alguns casos até depositou a parte incontroversa. Na hipótese de embargos à execução em que foi impugnado o excesso da cobrança, o valor atribuído ao feito deve ter como parâmetro a diferença entre o que é exigido e o que já foi reconhecido pelo devedor, salientando que a toda causa deve ser atribuído o valor econômico pleiteado, conforme dispõe o artigo 258 do CPC, "a toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediato." Assim, o valor atribuído à causa deverá consistir no aproveitamento econômico decorrente da eventual procedência da demanda e no caso em questão trate=se de ação incidental e não pedido incidental, devendo ter todos os requisitos da inicial, inclusive com o recolhimento de custas em sentido estrito (locomoção do oficial de justiça). Deste modo, FACULTO mais uma vez que se emenda a inicial, a fim de atribuir valor à causa, sob pena de indeferimento da inicial. Cumpra-se. Araguaína-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0001.6918-4 – AÇÃO EMBARGOS DO DEVEDOR
Requerente: MUNICIPIO DE NOVA OLINDA
Advogado: Dr. Henry Smith – OAB/TO 3181
Requerido: MARIA FERNANDES AMORIM
DECISÃO: "(...) Pois bem. Nota-se que o Município embarga a execução de acordo judicial fundamentando em excesso da execução e admite parte do débito, tanto é que em alguns casos até depositou a parte incontroversa. Na hipótese de embargos à execução em que foi impugnado o excesso da cobrança, o valor atribuído ao feito deve ter como parâmetro a diferença entre o que é exigido e o que já foi reconhecido pelo devedor, salientando que a toda causa deve ser atribuído o valor econômico pleiteado, conforme dispõe o artigo 258 do CPC, "a toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediato." Assim, o valor atribuído à causa deverá consistir no aproveitamento econômico decorrente da eventual procedência da demanda e no caso em questão trate=se de ação incidental e não pedido incidental, devendo ter todos os requisitos da inicial, inclusive com o recolhimento de custas em sentido estrito (locomoção do oficial de justiça). Deste modo, FACULTO mais uma vez que se emenda a inicial, a fim de atribuir valor à causa, sob pena de indeferimento da inicial. Cumpra-se. Araguaína-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0001.6928-1 – AÇÃO EMBARGOS DO DEVEDOR
Requerente: MUNICIPIO DE NOVA OLINDA
Advogado: Dr. Henry Smith – OAB/TO 3181
Requerido: PAULO ALBERTO AFONSO DA SILVA
DECISÃO: "(...) Pois bem. Nota-se que o Município embarga a execução de acordo judicial fundamentando em excesso da execução e admite parte do débito, tanto é que em alguns casos até depositou a parte incontroversa. Na hipótese de embargos à execução em que foi impugnado o excesso da cobrança, o valor atribuído ao feito deve ter como parâmetro a diferença entre o que é exigido e o que já foi reconhecido pelo devedor, salientando que a toda causa deve ser atribuído o valor econômico pleiteado, conforme dispõe o artigo 258 do CPC, "a toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediato." Assim, o valor atribuído à causa deverá consistir no aproveitamento econômico decorrente da eventual procedência da demanda e no caso em questão trate=se de ação incidental e não pedido incidental, devendo ter todos os requisitos da inicial, inclusive com o recolhimento de custas em sentido estrito (locomoção do oficial de justiça). Deste modo, FACULTO mais uma vez que se emenda a inicial, a fim de atribuir valor à causa, sob pena de indeferimento da inicial. Cumpra-se. Araguaína-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0001.6924-9 – AÇÃO EMBARGOS DO DEVEDOR
Requerente: MUNICIPIO DE NOVA OLINDA
Advogado: Dr. Henry Smith – OAB/TO 3181
Requerido: LUIZ CARLOS FERREIRA
DECISÃO: "(...) Pois bem. Nota-se que o Município embarga a execução de acordo judicial fundamentando em excesso da execução e admite parte do débito, tanto é que em alguns casos até depositou a parte incontroversa. Na hipótese de embargos à execução em que foi impugnado o excesso da cobrança, o valor atribuído ao feito deve ter como parâmetro a diferença entre o que é exigido e o que já foi reconhecido pelo devedor, salientando que a toda causa deve ser atribuído o valor econômico pleiteado, conforme dispõe o artigo 258 do CPC, "a toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediato." Assim, o valor atribuído à causa deverá consistir no aproveitamento econômico decorrente da eventual procedência da demanda e no caso em questão trate=se de ação incidental e não pedido incidental, devendo ter todos os requisitos da inicial, inclusive com o recolhimento de custas em sentido estrito (locomoção do oficial de justiça). Deste modo, FACULTO mais uma vez que se emenda a inicial, a fim de atribuir valor à causa, sob pena de indeferimento da inicial. Cumpra-se. Araguaína-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0002.6700-3 – AÇÃO DECLARATORIA
Requerente: MARIA DO CARMO DA SILVA BRANDAO
Advogado: Dr. Iury Mansini Precinotte Alves Marson – OAB/TO 4635
Requerido: GOVERNO DO TOCANTINS (FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS)
DESPACHO: "Sobre a determinação de emenda à petição inicial (fls. 40), vejo que a autora não cumpriu corretamente o despacho proferido, uma vez que a ação é contra o Estado do Tocantins, e ao lançar os pedidos requer que seja condenada a União, além de não delimitar qual período requer a repetição do indébito, e ainda não ter promovido o recolhimento das custas processuais iniciais. Destarte, pela ultima vez, intime-se a requerente, para que emenda a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, a fim de que formule corretamente os pedidos e delimite qual o período

requer a repetição do indébito, conforme já explicitado acima, bem como que promova o recolhimento das custas processuais iniciais. Decorrido os prazos fixados, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0002.3096-7 - AÇÃO DECLARATORIA
Requerente: MARIA HELENA DA SILVA CUNHA
Advogado: Dr. Iury Mansini Precinotte Alves Marson – OAB/TO 4635
Requerido: GOVERNO DO TOCANTINS (FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS)
DESPACHO: "Sobre a determinação de emenda à petição inicial (fls. 40), vejo que a autora não cumpriu corretamente o despacho proferido, uma vez que a ação é contra o Estado do Tocantins, e ao lançar os pedidos requer que seja condenada a União, além de não delimitar qual período requer a repetição do indébito, e ainda não ter promovido o recolhimento das custas processuais iniciais. Destarte, pela ultima vez, intime-se a requerente, para que emenda a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, a fim de que formule corretamente os pedidos e delimite qual o período requer a repetição do indébito, conforme já explicitado acima, bem como que promova o recolhimento das custas processuais iniciais. Decorrido os prazos fixados, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0002.6688-0 – AÇÃO DECLARATORIA
Requerente: CICERA MARIA ALVES SILVA BRITO
Advogado: Dr. Iury Mansini Precinotte Alves Marson – OAB/TO 4635
Requerido: GOVERNO DO TOCANTINS (FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS)
DESPACHO: "Sobre a determinação de emenda à petição inicial (fls. 40), vejo que a autora não cumpriu corretamente o despacho proferido, uma vez que a ação é contra o Estado do Tocantins, e ao lançar os pedidos requer que seja condenada a União, além de não delimitar qual período requer a repetição do indébito, e ainda não ter promovido o recolhimento das custas processuais iniciais. Destarte, pela ultima vez, intime-se a requerente, para que emenda a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, a fim de que formule corretamente os pedidos e delimite qual o período requer a repetição do indébito, conforme já explicitado acima, bem como que promova o recolhimento das custas processuais iniciais. Decorrido os prazos fixados, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0002.6701-1 - AÇÃO DECLARATÓRIA
Requerente: ROBERVAL DIAS DE OLIVEIRA
Advogado: Dr. Iury Mansini Precinotte Alves Marson – OAB/TO 4635
Requerido: GOVERNO DO TOCANTINS (FAZENDA PUBLICA ESTADUAL)
DESPACHO: "Sobre a determinação de emenda à petição inicial (fls. 40), vejo que a autora não cumpriu corretamente o despacho proferido, uma vez que a ação é contra o Estado do Tocantins, e ao lançar os pedidos requer que seja condenada a União, além de não delimitar qual período requer a repetição do indébito, e ainda não ter promovido o recolhimento das custas processuais iniciais. Destarte, pela ultima vez, intime-se a requerente, para que emenda a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, a fim de que formule corretamente os pedidos e delimite qual o período requer a repetição do indébito, conforme já explicitado acima, bem como que promova o recolhimento das custas processuais iniciais. Decorrido os prazos fixados, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2009.0004.3118-9 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: JOSE JUNIOR VELEDA FRANÇA
Defensor Público: Dr. Cleiton Martins da Silva
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Advogado: Procurador Geral do Estado
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 267, inciso VI, e art. 267, §3º, do CPC, julgo extinto o presente feito, sem resolução de mérito. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios (art. 20 do CPC), porém, suspendo o pagamento, eis que o mesmo é beneficiário da assistência judiciária gratuita, conforme disposto no art. 12 da lei n. 1.060/50. Certificado o trânsito em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Araguaína-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0002.3086-0 – AÇÃO DECLARATORIA
Requerente: MARLI PEREIRA DOS SANTOS
Advogado: Dr. Iury Mansini Precinotte Alves Marson – OAB/TO 4635
Requerido: GOVERNO DO TOCANTINS (FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS)
DESPACHO: "Sobre a determinação de emenda à petição inicial (fls. 40), vejo que a autora não cumpriu corretamente o despacho proferido, uma vez que a ação é contra o Estado do Tocantins, e ao lançar os pedidos requer que seja condenada a União, além de não delimitar qual período requer a repetição do indébito, e ainda não ter promovido o recolhimento das custas processuais iniciais. Destarte, pela ultima vez, intime-se a requerente, para que emenda a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, a fim de que formule corretamente os pedidos e delimite qual o período requer a repetição do indébito, conforme já explicitado acima, bem como que promova o recolhimento das custas processuais iniciais. Decorrido os prazos fixados, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2009.0004.3116-2 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: ADRIEL ROCHA GONÇALVES
Defensor Público: Dr. Cleiton Martins da Silva
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 267, inciso VI, e art. 267, §3º, do CPC, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios (art. 20 do CPC), porém, suspendo o pagamento, eis que o mesmo é beneficiário da assistência judiciária gratuita, conforme disposto no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Certificado o trânsito em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Araguaína-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0002.6696-1 – AÇÃO DECLARATORIA
Requerente: CILENE FERNANDES DE SOUSA
Advogado: Dr. Iury Mansini Precinotte Alves Marson – OAB/TO 4635
Requerido: GOVERNO DO TOCANTINS
DESPACHO: "Sobre a determinação de emenda à petição inicial (fls. 40), vejo que a autora não cumpriu corretamente o despacho proferido, uma vez que a ação é contra o Estado do Tocantins, e ao lançar os pedidos requer que seja condenada a União, além de não delimitar qual período requer a repetição do indébito, e ainda não ter promovido o recolhimento das custas processuais iniciais. Destarte, pela ultima vez, intime-se a requerente, para que emenda a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, a fim de que formule corretamente os pedidos e delimite qual o período requer a repetição do indébito, conforme já explicitado acima, bem como que promova o recolhimento das custas processuais iniciais. Decorrido os prazos fixados, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaína-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2011.0002.3104-1 – AÇÃO DECLARATORIA
Requerente: REGINA MARIA CHAVES
Advogado: Dr. Iury Mansini Precinotte Alves Marson – OAB/TO 4635
Requerido: GOVERNO DO TOCANTINS (FAZENDA PUBLICA ESTADUAL)
DESPACHO: "Sobre a determinação de emenda à petição inicial (fls. 38), vejo que a autora não cumpriu corretamente o despacho proferido, uma vez que a ação é contra o Estado do Tocantins, e ao lançar os pedidos requer que seja condenada a União, alem de não delimitar qual período requer a repetição do indébito, e ainda não ter promovido o recolhimento das custas processuais iniciais. Destarte, pela ultima vez, intime-se a requerente, para que emende a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, a fim de que formule corretamente os pedidos e delimite qual período requer a repetição do indébito, conforme já explicitado acima, bem como que promova o recolhimento das custas processuais iniciais. Decorrido os prazo fixados, venham os autos conclusos. Intimem-se. Araguaina-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2009.0007.1870-4 – AÇÃO EXECUCAO FISCAL
Requerente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
Advogado: Procurador Geral do Estado
Requerido: ALUCOM COMERCIO E INDUSTRIA DE ALUMINIOS LTDA
Advogado: Dr. Alexandre Garcia Marques – OAB/TO 1874
DECISÃO: "(...) Ante o exposto, INDEFIRO os pedidos formulados na exceção de pré-executividade oposta pela executada e determino o prosseguimento imediato da execução fiscal. Dê-se vista à exeqüente para que dê andamento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, indicando à penhora bens livres e desembaraçados da executada e juntando aos autos a planilha atualizada do débito. Intimem-se. Araguaína-TO, 26 de fevereiro de 2010. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

AUTOS: 2008.0010.7704-6 – AÇÃO EMBARGOS À EXECUÇÃO
Embargante: NORBRAM DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA
Defensor Público: Dr. Cleiton Martins da Silva
Embargado: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
Advogado: Procurador Geral do Estadual
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, homologo o pedido de desistência formulado pela embargante e julgo EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, com base no art. 267, inciso VIII do CPC. Condeno a embargante ao pagamento das custas processuais. Sem condenação em honorários advocatícios. Traslade-se cópia da presente sentença para os autos apensados. Transitada em julgado, pagas as custas processuais e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 21 de junho de 2010. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".
FINALIDADE: Intimar o embargante para recolher as custas processuais em que foi condenado, conforme o cálculo de fls. 62.

AUTOS: 2005.0003.6132-3 – AÇÃO EXECUÇÃO FISCAL
Requerente: FAZENDA DO ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
Requerido: COTRIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
SENTENÇA: "(...) POSTO ISTO, ante a satisfação da dívida, com fulcro no artigo 794, I do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente execução fiscal com resolução de mérito. Condeno o executado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios. Intime-se do inteiro teor da sentença prolatada, bem como para que promova o recolhimento das custas e dos honorários advocatícios em que foi condenado. Caso não seja efetuado o pagamento arquive-se conforme determina o provimento n° 05/2009 – CGJ. Certificado o trânsito em julgado, desconstituam-se eventuais gravames existentes sobre bens imóveis ou móveis do executado e arquivem-se os autos, com baixa na Distribuição. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Araguaína-TO, 07 de fevereiro de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2009.0004.3118-9 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: JOSE JUNIOR VELEDA FRANÇA
Defensor Público: Dr. Cleiton Martins da Silva
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Advogado: Procurador Geral do Estado
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 267, inciso VI, e art. 267, §3º, do CPC, julgo extinto o presente feito, sem resolução de mérito. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios (art. 20 do CPC), porém, suspendo o pagamento, eis que o mesmo é beneficiário da assistência judiciária gratuita, conforme disposto no art. 12 da lei n. 1.060/50. Certificado o trânsito em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Araguaína-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2009.0004.3116-2 – AÇÃO ORDINARIA
Requerente: ADRIEL ROCHA GONÇALVES
Defensor Público: Dr. Cleiton Martins da Silva
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: Procurador Geral do Estado
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com base no art. 267, inciso VI, e art. 267, §3º, do CPC, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios (art. 20 do CPC), porém, suspendo o pagamento, eis que o mesmo é beneficiário da assistência judiciária gratuita, conforme disposto no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Certificado o trânsito em julgado e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Araguaína-TO, 08 de abril de 2011. (ass.) Milene de Carvalho Henrique, Juíza de Direito".

AUTOS: 2008.0010.7704-6 – AÇÃO EMBARGOS À EXECUÇÃO
Embargante: NORBRAM DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA
Defensor Público: Dr. Cleiton Martins da Silva
Embargado: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
Advogado: Procurador Geral do Estadual
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, homologo o pedido de desistência formulado pela embargante e julgo EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, com base no art. 267, inciso VIII do CPC. Condeno a embargante ao pagamento das custas processuais. Sem condenação em honorários advocatícios. Traslade-se cópia da presente sentença para os autos apensados. Transitada em julgado, pagas as custas processuais e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Araguaína-TO, 21 de junho de 2010. (ass.) José Eustáquio de Melo Júnior, Juiz de Direito Substituto".

Juizado Especial Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Ação: Execução nº 16.243/2010
Reclamante- Elma Silvério de Oliveira Matos
Advogado- José Januário Alves Matos Júnior - OAB-TO 1725
Reclamado(a): Maria Conceição Moreira Lima
FINALIDADE- INTIMAR o reclamante e advogado da sentença. PARTE DISPOSITIVA: "ISTO POSTO, com arrimo nos argumentos acima expendidos e com fundamentos no art. 794, I, do Código de Processo Civil, DECLARO EXTINTA a execução, determinando o arquivamento dos autos com as devidas baixas no distribuidor. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. E arquivem os autos com as devidas baixas. Proceda-se o desbloqueio on-line, se houve.

Ação: Cobrança nº 18.496/2010
Reclamante- Gomes e Rabelo Ltda (Canela Imóveis)
Advogado- Jorge Mendes Ferreira Neto- OAB-TO 4217
Reclamado(a): Jandira Pinto Coelho
FINALIDADE- INTIMAR a reclamante e advogado da sentença. PARTE DISPOSITIVA: "ISTO POSTO, por tudo mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, declaro extinto o processo sem resolução do mérito face a falta de interesse da parte demandante, determinando o seu arquivamento com as devidas baixas. Desentranhem-se os documentos que instruem a exordial e devolva-os à autora, caso requeira. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arquivem-se.

Ação: Cobrança nº 18.259/2010
Reclamante- Espólio de Joaquim Rodrigues da Cunha
Advogado- Marcos Aurélio Barros Ayres- OAB-TO 3691-B
Reclamado(a): Banco Itaú S.A
FINALIDADE- INTIMAR o reclamante e advogado da sentença. PARTE DISPOSITIVA: "ISTO POSTO, por tudo mais que dos autos consta, fundamento no art.295, VI. do CPC. INDEFIRO a inicial, e fulcrado no art. 267, I, do mesmo Código, DECLARO extinto o processo sem resolução do mérito, determinando seu arquivamento com as devidas baixas no distribuidor. Desentranhem-se os documentos e devolva-os ao autor, caso requeira. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arquivem-se."

Ação: Indenização nº 16.020/2009
Reclamante- Carlos Almeida Borges
Advogado- Orlando Dias de Arruda- OAB-TO 3470
Reclamado(a): EMSA e Adelmo Ferreira da Conceição
Advogado- Marcelo Luiz de Souza- OAB-GO 29.786
FINALIDADE- INTIMAR o advogado do reclamante para contrarrazoar em 10 dias o recurso de apelação.

Ação: Cobrança nº 17.511/2009
Reclamante- Faculdade de ciências do Tocantins-FACIT
Advogado- José Hilário Rodrigues- OAB-TO 652
Reclamada: Carla Garcia Lopes
FINALIDADE- INTIMAR a reclamante e advogado da sentença. PARTE DISPOSITIVA: "ISTO POSTO, por tudo que dos autos consta, com fundamento no artigo 22, ambos da Lei 9.099/95, HOMOLOGO por sentença o presente acordo, para que surta seus legais e jurídicos efeitos, e DECLARO extinto o processo com resolução do mérito nos termos do dispõe o ait 269. III. do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o cumprimento da obrigação, arquivem-se".

Ação: Cobrança nº 17.605/2009
Reclamante- Faculdade de ciências do Tocantins-FACIT
Advogado- José Hilário Rodrigues- OAB-TO 652
Reclamada: Maguivonete Ribeiro Pires
FINALIDADE- INTIMAR a reclamante e advogado da sentença. PARTE DISPOSITIVA: "ISTO POSTO, por tudo que dos autos consta, com fundamento no artigo 22, ambos da Lei 9.099/95, HOMOLOGO por sentença o presente acordo, para que surta seus legais e jurídicos efeitos, e DECLARO extinto o processo com resolução do mérito nos termos do dispõe o ait 269. III. do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o cumprimento da obrigação, arquivem-se".

Ação: Obrigação nº 20.154/2011
Reclamante- Deltiane Santana de Sousa
Reclamada: ITPAC- Instituto Tocantinense Presidente Antonio Carlos
Advogada- Karine Alves Gonçalves Mota– OAB-TO 224
FINALIDADE- INTIMAR a reclamada e advogada da sentença. PARTE DISPOSITIVA: "Isto posto, diante da declaração das partes, declaro extinto o processo sem julgamento do mérito, com fulcro no artigo 267- VIII, do CPC, determinando o arquivamento dos autos com baixa nos registros após o trânsito em julgado".

Ação: Indenização nº 18.635/2010
Reclamante- Divino Fernandes Pedro
Advogada- Aparecida Suelene Pereira Duarte- OAB-TO 3861
Reclamado: OI Brasil Telecom S.A
Advogado- Tatiana Vieira Erbs– OAB-TO 3070
FINALIDADE – INTIMAR a parte devedora/reclamada e seu advogado nos termos do enunciado 142 do FONAJE, da constrição judicial (penhora on line) feita na conta da reclamada no valor de R$ 1.100,00 (mil e cem reais).

Ação: Declaratória de inexistência de relação jurídica - 18.792/2010
Reclamante: Wellington Daniel Gregório dos Santos
Advogado(a): Wellington Daniel Gregório dos Santos
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 03/06/2011 ás 16:00 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Obrigação de fazer – 19.693/2010
Reclamante: Gerre Antonio Martins Costa
Advogado(a): Rainer Andrade Marques
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 03/06/2011 ás 13:30 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Reparação de danos em acidente de trânsito – 19.846/2010
Reclamante: Damilia Maria Montina
Advogado(a): Juliana Carvalho Piva
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 02/06/2011 ás 17:00 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Indenização por danos morais – 19.612/2010
Reclamante: Jose Windel Noleto Bezerra e Karine Oliveira Silva Bezerra
Advogado(a): Miguel Vinicius Santos
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 03/06/2011 ás 15:00 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Rescisão de Contrato – 19.758/2010
Reclamante: Valdineyde Ribeiro de Morais Xavier Silva
Advogado(a): Nilson Antonio A. dos Santos
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 02/06/2011 ás 16:30 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação

Ação: Declaratória de inexistência de débito – 19.613/2010
Reclamante: Vilmar Morais de Lima Junior
Advogado(a): Clever Honório C. Santos
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 23/05/2011 ás 16:45 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Reintegração de Posse – 17.892/2009
Reclamante: Edson Pereira da Silva
Advogado(a): José Adelmo dos Santos
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 20/05/2011 ás 17:00 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Indenização por dano moral – 17.633/2009
Reclamante: Renato Alves Soares
Advogado(a): Joaquim Gonzaga Neto
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 16/05/2011 ás 14:40 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Danos morais – 19.945/2010
Reclamante: Jaides Pereira Martins
Advogado(a): Joací Vicente Alves da Silva
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 19/05/2011 ás 16:20 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Obrigação de fazer - 19.842/2010
Reclamante: Pedro Quirino Rodrigues Junior
Advogado(a): Álvaro Santos da Silva
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 19/05/2011 ás 17:00 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Reparação de danos morais c/ Obrigação de fazer – 19.649/2010
Reclamante: Delenita Maria de Sousa
Advogado(a): Solenilton da Silva Brandão
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 16/05/2011

ás 16:00 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Reparação de danos em acidente de trânsito – 19.920/2010
Reclamante: Cleberson Jose da Fonseca e Zenith de Fátima Pereira
Advogada(a): Juliana Carvalho Piva
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 19/05/2011 ás 16:00 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Exclusão de dados do SPC/SERASA c/ Indenização por danos morais e matérias – 19.706/2010
Reclamante: Jose Junior Gonçalves dos Santos
Advogado(a): Orivaldo Mendes Cunha
Reclamado: Banco do Brasil S/A
Advogado: Elisa Helena Sene Santos
FINALIDADE: Intimar as partes e advogados para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 19/05/2011 ás 13:30 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Reparação por danos morais c/ Obrigação de fazer - 19.703/2010
Reclamante: Paulino Cabral dos Santos
Advogado(a): Solenilton da Silva Brandão
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 19/05/2011 ás 16:40 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Condenação em Dinheiro – 20.304/2011
Reclamante: Maria Leonice Alves de Sousa
Advogado(a): Marcus Vinicius Scatena Costa
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 20/05/2011 ás 14:20 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Cobrança – 20.283/2011
Reclamante: Célio Alves de Moura
Advogado(a): Mayra Aristides Moura
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 20/05/2011 ás 13:30 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Cobrança – 19.935/2010
Reclamante: Pneus Car Comércio de Pneus e Acessórios Ltda.
Advogado(a): Mayra Aristides Moura e Célio Alves Moura
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 19/05/2011 ás 16:40 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Cobrança – 19.936/2010
Reclamante: Pneus Car Comércio de Pneus e Acessórios Ltda.
Advogado(a): Mayra Aristides Moura e Célio Alves Moura
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 16/05/2011 ás 13:30 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Cobrança – 19.709/2010
Reclamante: Isaque Paulo Eufrásio Barbosa
Advogado(a): Maniardo Filho P. da Silva
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 19/05/2011 ás 15:20 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Repetição de Indébito – 20.115/2011
Reclamante: Mainardo Paes da Silva
Advogado(a): Maniardo Filho P. da Silva
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 19/05/2011 ás 15:40 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Declaratória de Inexistência de débito – 18.375/2010
Reclamante: Jurema Trindade e Silva
Advogado(a): Marcus Vinicius S. Costa
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 16/05/2011 ás 16:40 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Declaratória de Negativa de Débito – 19.616/2010
Reclamante: Petrolina Pereira Barreto
Advogado(a): Miguel Vinicius Santos
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 30/05/2011 ás 16:00 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação

Ação: Ordinária de Restituição de Quotas de Consórcio – 20.290/2011
Reclamante: Alberto Pereira Mascarenhas
Advogado(a): Miguel Vinicius Santos
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 30/05/2011 ás 16:30 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Danos Morais e Matérias – 20.342/2011
Reclamante: Gilsilei Batista de Farias.
Advogado(a): Miguel Vinicius Santos
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 30/05/2011 ás 17:00 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Cobrança – 19.012/2010
Reclamante: Portal Comércio de Madeiras Ltda.
Advogado(a): Viviane Mendes Braga
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 31/05/2011 ás 13:30 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Cobrança – 20.027/2010
Reclamante: Portal Comercio de Madeiras Ltda..
Advogado(a): Viviane Mendes Braga
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 31/05/2011 ás 14:20 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação

Ação: Cobrança – 20.026/2010
Reclamante: Portal Comércio de Madeiras Ltda.
Advogado(a): Viviane Mendes Braga
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 31/05/2011 ás 14:40 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Cobrança - 18.595/2010
Reclamante: Portal Comércio de Madeiras Ltda.
Advogado(a): Viviane Mendes Braga
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 31/05/2011 ás 15:20 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Cobrança – 20.028/2010
Reclamante: Portal Comércio de Madeiras Ltda.
Advogado(a): Viviane Mendes Braga
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 31/05/2011 ás 14:00 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Indenização por danos morais - 19.930/2010
Reclamante: Jose Robson Pereira Souza
Advogado(a): Israel Bruxel de Vasconcelos
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 16/05/2011 ás 15:00 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Declaratória de Cobrança indevida com restituição de parcelas pagas – 19.515/2010
Reclamante: Juraci Pereira Cardoso
Reclamado: Banco BMG
Advogado(a): Aluyzio Ney de Magalhães Ayres
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 24/05/2011 ás 14:30 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Reintegração de Posse – 19.907/2010
Reclamante: Jose Pires Leal
Advogado(a): Jose Soares Neto Junior
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 19/05/2011 ás 17:20 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Comunitário – 19.766/2010
Reclamante: Elimar Pereira dos Santos
Advogada(a): Adriana Matos de Maria
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 19/05/2011 ás 17:20 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Comunitária – 20.337/2011
Reclamante: Genival da Silva Sousa
Advogado(a): Ronaldo de Sousa Silva
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 20/05/2011 ás 15:20 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Revisional de Arrependimento Mercantil – 20.085/2010
Reclamante: Antonio Alves Oliveira Neto
Advogado(a): Francisco Jose do Carmo
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 17/05/2011 ás 13:30 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Indenização por danos morais – 19.937/2010
Reclamante: Josué Tabira da Silva Neta
Advogado(a): Francisco Jose do Carmo
FINALIDADE: Intimar as partes e advogado para comparecerem na sala de audiência do Juizado Especial Cível da Comarca de Araguaína no dia 17/05/2011 ás 14:00 horas. Oportunidade em que será realizada audiência de tentativa de conciliação.

Ação: Reintegração de posse nº 15.467/2008
Reclamante- Francisco Gouveia Leite e Maria Mercê Filha
Advogado- Ana Paula de Carvalho- OAB-TO 2895
Reclamado: Edilene Lopes de Sousa
Advogado- André Luis Barbosa Melo
FINALIDADE – INTIMAR a parte reclamada e advogado da sentença. PARTE DISPOSITIVA: "ISTO POSTO, com amparo nos argumentos acima expedidos e fundamentos no art.267, inciso VI, do CPC, DECLARO EXTINTO a presente ação, determinando seu arquivamento com as devidas baixas no distribuidor. Desentranhem-se os documentos que instruem a exordial e devolva-os à autora, caso requeira. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arquivem-se".

Ação: Execução nº 13.671/2008
Reclamante- Aloísio Luiz de Carvalho
Advogado- Ana Paula de Carvalho- OAB-TO 2895
Reclamado: José Odilon Melo
FINALIDADE – INTIMAR a parte reclamada e advogado da sentença. PARTE DISPOSITIVA: " ISTO POSTO, com arrimo nos argumentos acima expendidos e fundamentos no art. 53 § 4º, art. 51, I da Lei 9099/95, DECLARO EXTINTA a execução, determinando seu arquivamento com as devidas baixas no distribuidor. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arquivem-se. Caso haja penhora de valores irrisórios, desconstitua-se."

Ação: Busca e apreensão nº 19.505/2010
Reclamante- Osvaldina Costa de Sousa
Advogado(a): Joaci Vicente Alves da Silva - OAB-TO 13.243
Reclamado: Pedrina Oliveira Ribeiro
FINALIDADE – INTIMAR a parte reclamante e advogado da sentença. PARTE DISPOSITIVA: "ISTO POSTO, com arrimo nos argumentos acima expendidos, vislumbrando a falta de interesse necessidade e adequação da ação, lastreado nas disposições do art. 267, VI, do Código de Processo Civil, DECLARO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, determino o seu arquivamento com as devidas baixas no distribuidor. Devolvam-se ao requerente, os documentos que instruem a inicial. Transitada em julgado, arquivem-se os autos".

Ação: Execução nº 17.068/2009
Reclamante- Alfredo Alves Feitosa
Advogado(a): Hercílio Edson Feitosa Cruz Figueiredo- OAB-TO 3102
Reclamado: Aristeu Soares de Moura Guedes
FINALIDADE – INTIMAR a parte reclamante e advogado da sentença. PARTE DISPOSITIVA: "ISTO POSTO, por tudo mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 267, III, do Código de Processo Civil, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, determinando o seu arquivamento com as devidas baixas Expeça-se alvará do valor bloqueado RS143J3 (cento e quarenta e três reais e setenta e três centavos) em favor do exequente. Proceda-se o desbloqueio on-line. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arquivem-se.

Ação: Cobrança nº 17.650/2009
Reclamante- Grani Pisos Industria e Comércio de Pisos Ltda-ME
Advogado(a): Thania Aparecida B. Cardoso – OAB-TO 2891
Reclamado: Leomir dos Santos Mendes
FINALIDADE – INTIMAR a parte reclamante e advogado da sentença. PARTE DISPOSITIVA: "ISTO POSTO, com amparo nos argumentos acima expedidos e fundamentos no art.267, inciso VI, do CPC, DECLARO EXTINTO a presente ação. determinando seu arquivamento com as devidas baixas no distribuidor. Desentranhem-se os documentos que instruem a exordial e devolva-os à autora, caso requeira Publique-se Registre-se Intimem-se Arquivem-se."

Ação: Execução nº 11.776/2007
Reclamante- Fábia Morais Costa
Advogado(a): Fabrício Fernandes de Oliveira – OAB-TO 1976
Reclamado: Refimar, Perin e Perin Ltda, celulares e acessórios
FINALIDADE – INTIMAR a parte reclamante e advogado da sentença. PARTE DISPOSITIVA: "*ISTO POSTO,* com arrimo nos argumentos acima expendidos e fundamentos no art.53, §4°, art. 51, I, da lei 9.099/95, DECLARO EXTINTA a execução, determinando seu arquivamento com as devidas baixas no distribuidor. Proceda-se o desbloqueio on-line, se houver. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arquivem-se."

Ação: Execução nº 19.320/2010
Reclamante- Leila Maria de Sousa
Advogado(a): Ronaldo de Sousa Silva – OAB-TO 1495
Reclamado: Gercino Pereira Ramos
FINALIDADE – INTIMAR as partes e advogado da sentença. PARTE DISPOSITIVA: "ISTO POSTO, por tudo que dos autos consta, com fundamento no artigo 22, ambos da Lei 9.099/95, HOMOLOGO por sentença o presente acordo, para que surta seus legais e jurídicos efeitos, e DECLARO extinto o processo com resolução do mérito nos termos do dispõe o art. 269, III, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o cumprimento da obrigação, arquivem-se."

Ação: Indenização nº 18.089/2010
Reclamante- LC Comércio de Calçados e confecções LTDA-ME
Advogada: Aparecida Suelene P. Duarte
Reclamado: Dal Ponte & Cia Ltda
Advogada- Priscila Francisco Silva- OAB-TO 2482-B
FINALIDADE – INTIMAR as partes e advogados da sentença. PARTE DISPOSITIVA: "ISTO POSTO, por tudo mais que dos autos consta, com arrimo nos argumentos acima expendidos e, com fundamento no artigo 269, I, c/c art. 333, I, ambos do Código de Processo Civil, julgo improcedentes os pedidos da requerente, em face da inexistência de provas de ilegalidade por parte da demandada. Revogo a decisão de antecipação de tutela. Oficie-se ao cartório de protesto para restabelecer o protesto dos títulos mencionados às ff. 46. Sem custas e honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado arquivem-se."

Juizado Especial da Infância e Juventude

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n. 2007.0007.4684-1 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE CARMOLÂNDIA
ADVOGADO:DR. CABRAL SANTOS GONÇALVES-OAB/TO-448-B
Para cumprir a obrigação de fazer ou comprovar seu cumprimento no prazo de trinta dias. Intimem-se. Cumpra-se. Araguaína, 14 de abril de 2011. (a) Julianne Freire Marques- Juíza de Direito.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 2010.0009.3320-0
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO.
Requerido: V.DA S.S.. E OUTROS
ADVOGADO: Dr. MAURICIO F. D. MORGUETA- Procurador do Estado
Para que apresente a este juízo documentos comprobatórios do tratamento médico dispensado a Y.C.M.S. pelo Hospital da Criança, em Goiânia/GO.

AÇÃO SÓCIOEDUCATIVA Nº 2010.0002.1558-7
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO.
Requerido: M.B.A. E OUTROS
ADVOGADO: Drª. CÉLIA CILENE FREITAS PAZ- advogada
DESPACHO" Designo audiência de oitiva da testemunha Patrícia Rodrigues de Sousa para o dia 07/06/2011 às 14h00min, observando-se o endereço de fl. 124.Intimem-se.Arn. 12/04/2011.

AÇÃO SÓCIOEDUCATIVA Nº 2010.0002.1558-7
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO.
Requerido: M.B.A. E OUTROS
ADVOGADO: Dr. FABRÍCIO FERNANDES DE OLIVEIRA-advogado
DESPACHO" Designo audiência de oitiva da testemunha Patrícia Rodrigues de Sousa para o dia 07/06/2011 às 14h00min, observando-se o endereço de fl. 124.Intimem-se.Arn. 12/04/2011.

ARAGUATINS

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO ÀS PARTES

Autos nº 2010.0002.6284-4
Ação: Execução Fiscal
Exeqüente: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO DE REFORMA AGRÁRIA - INCRA
Executado: BENEDITO PACHECO VAZ
FICA O EXECUTADO INTIMADO para no prazo de 30 (trinta) dias pagar as custas iniciais no valor de R$ 71,00 (setenta e um reais), as custas finais no valor de R$ 16,00 (dezesseis reais), bem como os honorários advocatícios no valor de R$ 24,73 (vinte e quatro reais e setenta e três centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa Estadual e nova Execução Fiscal. Tudo nos termos da respeitável Sentença de fls. 62/63, prolatada nos autos.

Autos nº 2010.0012.2373-7
Ação: Retificação de Registro de Nascimento
Requerente: E. dos S. R. e outros, representados por sua genitora MARIA DE JESUS DOS SANTOS RODRIGUES.
Adv. Dr. Renato Santana Gomes OAB – TO 243
INTIMAÇÃO: Fica o advogado constituído intimado para comparecer a Audiência de Justificação designada para o dia 23/06/2010, às 14:00 horas.

1ª Escrivania Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

A Doutora Nely Alves da Cruz, Juíza de Direito da única Vara Criminal desta Comarca de Araguatins, Estado do Tocantins, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre seus tramite legal, um TCO nº 2009.0009.2553-0, que a justiça pública move contra o autor do fato: JOAQUIM JOSÉ DA SILVA, brasileiro, casado, lavrador, filho de Raimunda Maria do Nascimento, atualmente em lugar incerto e não sabido. É presente para CITÁ-LO para, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestar interesse no prosseguimento da representação, sob pena de renúncia tácita ao direito de representação. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Araguatins, Estado do Tocantins, aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e onze (12/4/2011). (a) Nely Alves da Cruz – Juíza de Direito da Única Vara Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO

A Doutora Nely Alves da Cruz, Juíza de Direito da única Vara Criminal desta Comarca de Araguatins, Estado do Tocantins, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre seus tramite legal, um TCO nº 2009.0009.2553-0, que a justiça pública move contra o autor do fato: JOAQUIM JOSÉ DA SILVA, brasileiro, casado, lavrador, filho de Raimunda Maria do Nascimento, atualmente em lugar incerto e não sabido. É presente para CITÁ-LO para, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestar interesse no prosseguimento da representação, sob

pena de renúncia tácita ao direito de representação. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Araguatins, Estado do Tocantins, aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e onze (12/4/2011). (a) Nely Alves da Cruz – Juíza de Direito da Única Vara Criminal

Vara de Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes, abaixo identificadas, através de seus respectivos procuradores, intimados para audiência, abaixo relacionados.

AUTOS Nº 2010.0012.2394-0/0– AÇÃO: Interdição.
Requerente: Maria Divina Gomes da Silva Bezerra
Requerido: Pedro Gomes da Silva
Advogado: Dr. Pedro Lustosa do Amaral Hidasi OAB/TO 29479 e Dr. Ricardo Carlos Andrade Mendonça OAB/TO 29480
INTIMAÇÃO: Ficam os Advogados constituído intimados para comparecerem na audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, designada para o dia 26 de abril de 2011, às 10:50 horas.
DESPACHO: Designo audiência de Instrução e Julgamento. Inclua-se em pauta, Diligencias necessárias. Araguatins, 14 de abril de 2011, às 10:00 horas. (a) Jefferson David Asevedo Ramos – Juiz de Direito.

AUTOS Nº 2009.0013.0350-8/0 – Guarda
Requerente: CÍCERO VIEIRA DOS SANTOS
Advogado: Dr. Rodrigo Dourado Martins Belarmino OAB –TO 4264-A
Requerido: Fernanda Fernandes da Silva
Advogado: Dr. João de Deus Miranda Rodrigues Filho OAB-TO 1354
INTIMAÇÃO: Fica o advogado Dr. RODRIGO DOURADO MARTINS BELARMINO OAB/TO 4264-A INTIMADO da DECISÃO INTERLOCUTÓRIA a seguir Transcrita:
Inicialmente, esclareço que, o presente ato foi designado e realizado, exclusivamente com o objetivo de justificar que a criança objeto desta ação, não se encontra em poder ou sob a guarda de nenhuma das partes (pai/requerente e mãe/requerida), e sim com a tia Lindalva Fernandes da Silva, conforme comprovado nesta oportunidade, através de depoimentos colhidos, assim a criança em foco encontra-se em situação irregular, considerando de abandono, pois, não se encontra tutelada por representante legal, necessitando, portanto, de providências, urgentes, deste Poder Judiciário. Assim, objetivando regularizar a situação fática da infante Nany Cristiny Fernandes Vieira, concedo liminarmente, a guarda provisória de Nany Cristiny Fernandes Vieira a Lindalva Fernandes da Silva Guimarães, sob o compromisso do encargo, a ser encargo, a ser prestado em cinco dias (art. 32, ECA), com os deveres e prerrogativas contidas no artigo 33, "caput" §§ 2º, 3º, 4º, do ECA. Advirta à guardiã que, essa medida liminar, poderá, a qualquer momento ser revogada, durante a instrução processual, desde que, sobrevenha motivos ou fato novo. Intime-se o requerente, pessoalmente e na pessoa de seu advogado dos termos da presente Decisão. Lavre-se o respectivo termo. Dou a presente por publicada e as partes por intimadas em audiência. Registre-se. Nada mais havendo havendo a MM. Juíza mandou encerrar o presente termo. Araguatins, 07 de abril de 2011. (a) Nely Alves da Cruz – Juíza de Direito em Substituição automática.

ARAPOEMA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº. 2010.0011.4471-3 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente:
Advogado: DRA. SUELEN GONÇALVES BIRINO – OAB/MA 8544
Requerido: WALKER WILVERSON HERCULANO
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, com base no art. 284, parágrafo único, c/c Art. 267, inciso I c/c Art. 295, inciso VI, todos do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios. Desde já defiro ao requerente o desentranhamento que instruíram a petição inicial, mediante traslado por sua conta. Transitada em julgado, arquivem-se com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arapoema-TO, 17 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2010.0012.4282-0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO FINASA BMC S/A
Advogado: DR. FABRICIO GOMES – OAB/TO 3350
Requerido: VANESSA CRISTINA DO PRADO
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, com base no art. 284, parágrafo único, c/c Art. 267, inciso I c/c Art. 295, inciso VI, todos do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios. Desde já defiro ao requerente o desentranhamento dos documentos que instruíram a petição inicial, mediante traslado por sua conta. Transitada em julgado, arquivem-se com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arapoema-TO, 17 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2011.0001.5807-7 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado: DRA. SUELEN GONÇALVES BIRINO – OAB/MA 8544
Requerido: WALKER WILVERSON HERCULANO
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, com base no art. 284, parágrafo único, c/c Art. 267, inciso I c/c Art. 295, inciso VI, todos do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios. Desde já defiro ao requerente o desentranhamento que instruíram a petição inicial, mediante traslado por sua conta. Transitada em julgado, arquivem-se com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arapoema-TO, 17 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2010.0012.4291-0 – ANULATÓRIA
Requerente: ADVALDO PEREIRA DE SOUSA, FERNANDO CÉLIO PORTO CARNEIRO, SAULO GONÇALVES BORGES e LUCIANO GOMES PEREIRA
Advogado: DRA. DALVALAIDES DA SILVA LEITE – OAB/TO 1.756
Requerido: SORAIA MARIA ROCHA DE SOUSA e FREDERICO FERREIRA BARROS, RAINELTON AIRES PIRES, ADALTO NOGUEIRA NEVES e WESLEY RODRIGUES TAVARES
SENTENÇA: "(...) Considerando que os requerentes apresentaram desistência da ação, outra solução não há senão a decretação da extinção do processo, independentemente da anuência dos requeridos, uma vez que estes não foram citados. Isto posto, julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, inciso VIII, do CPC. Após o transito em julgado, arquive-se com as baixas de estilo. P.R.I. Arapoema-TO, 17 de janeiro de 2011. Rosemilto Alves de Oliveira. Juiz de Direito."

AUTOS Nº. 2009.0009.8642-3 – ORDINÁRIA
Requerente: FRANCISCA PEREIRA FERREIRA
Advogado: DR. ANDERSON MANFRENATO – OAB/TO 4.476
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, julgo improcedente o pedido formulado e resolvo o mérito da lide com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno a autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais) com base no art. 20, § 4º, do CPC, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado, arquivem-se com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arapoema-TO, 28 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2008.0010.6245-6 – ORDINÁRIA
Requerente: VITALINA PEREIRA DOS SANTOS
Advogado: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FOCINITTI VALERA – OAB/TO 3407
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, julgo improcedente o pedido formulado e resolvo o mérito da lide com base no art. 269, inciso I, do CPC. Condeno a autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais) com base no art. 20, § 4º, do CPC, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei n. 1.060/50. Transitada em julgado, arquivem-se com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arapoema-TO, 28 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2009.0010.9427-5 – REIVINDICATPORIA
Requerente: MARIA BATISTA DA SILVA
Advogado: DR. ANDERSON MANFRENATO – OAB/TO 4.476-A
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, julgo improcedente o pedido formulado e resolvo o mérito da lide com base no art. 269, I, do CPC. Condeno a autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo moderadamente em R$ 500,00 (quinhentos reais) com base no art. 20, § 4º, do CPC, suspenso o pagamento com base no art. 12 da Lei N. 1060/50. Transitada em julgado, arquivem-se com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arapoema-TO, 28 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2011.0001.0092-3 – EMBARGOS À EXECUÇÃO
Requerente: CARLOS BELIZÁRIO PINTO DE MORAES
Advogado: DRA. PAULA ANDRADE GÓES SODRÉ – OAB/PA 15.745
Requerido: UNIÃO
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com fulcro no art. 20 da LEF c/c art. 747 do CPC e art. 1º da LEF, declaro a incompetência deste Juízo para processar e julgar os presentes embargos do devedor e determino a sua remessa ao Juízo deprecante. Transitada em julgado, remetam-se os presentes autos ao juízo deprecante com as baixas e cautela de estilo. Intimem-se. Cumpra-se. Arapoema-TO, 22 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2008.0007.0033-5 – EXECUÇÃO FISCAL
Requerente: CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA DA 12º REGIÃO
Advogado: DR. JULPIANO CHAVES CORTEZ – OAB/GO 3.023
Advogado: DR. ROGÉRIO GONDIM DE CASTRO – OAB/GO 19.302
Advogado: DR. TADEU PEREIRA DE ABREU – OAB/GO 11.271
Advogado: DR. IDELSON FERREIRA – OAB/GO 2.862
Requerido: LATICINIOS BOM LEITE
Advogado: DR. SERGIO MENEZES DANTAS MEDEIROS – OAB/TO 1.659
DESPACHO: "Dê–se vista ao exeqüente para que junte aos autos a planilha atualizada do débito, no prazo de 05 (cinco) dias. Em seguida, venham conclusos. Arapoema-TO, 15 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2008.0010.1251-3 – EXECUÇÃO FISCAL
Requerente: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
Advogado: DR. MURILO SUDRÉ MIRANDA – OAB/TO 1.536
Requerido: RUSULINA PEREIRA DE PAULA
DESPACHO: "A prerrogativa descrita no art. 25 da LEF é privativa das Fazendas Públicas, não se estendendo aos Conselhos de Classe. Dê–se vista ao exeqüente para que junte aos autos a planilha atualizada do débito e requeira o andamento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias. Em seguida, venham conclusos. Arapoema-TO, 15 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2008.0010.1250-5 – EXECUÇÃO FISCAL
Requerente: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA – CRF/TO
Advogado: DR. MURILO SUDRÉ MIRANDA – OAB/TO 1.536
Requerido: RUSULINA PEREIRA DE PAULA
DESPACHO: "A prerrogativa descrita no art. 25 da LEF é privativa das Fazendas Pública, não se estendendo aos Conselhos de Classe. Dê–se vista ao exeqüente para que junte aos autos a planilha atualizada do débito e requeira o andamento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias. Em seguida, venham conclusos. Arapoema-TO, 15 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2008.0010.1300-5 – EXECUÇÃO FISCAL
Requerente: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Advogado: DR. LUIS FERNANDO CAMARGO PADILHA – OAB/GO 17.077

Requerido: CONFECÇÕES BATISTA LTDA
DESPACHO: "Primeiramente, dê-se vistas ao exeqüente para que junte aos autos a planilha atualizada do debito e se manifeste sobre a consumação a prescrição do credito tributário, no prazo de 05 (cinco) dias. Em seguida, venham conclusos. Arapoema-TO, 15 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2011.0001.5821-2 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO FINASA BMC S/A
Advogado: DR. PAULO HENRIQUE FERREIRA – OAB/PE 894-B
Advogado: DRA. FLAVIA DE ALBUQYER QUE LIRA – OAB/PE 24.521
Requerido: FERNANDO CÉLIO PORTO CARNEIRO
DESPACHO: "Atento ao disposto 284, do CPC, providencie, o requerente, a comprovação da constituição em mora do requerido, obedecendo o principio da territorialidade quanto a atuação do oficial de Títulos e Documentos, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial e extinção do processo, sem resolução do mérito (CNJ-PP-00001261-78.2010.2.00.0000). Intime-se. Cumpra-se. Arapoema-TO, 17 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2010.0008.4754-0 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: ANTONIO FAGNER MACHADO DA PENHA
Requerente: ELIONAI MATOS DANTAS
Advogado: DR. ANTONIO ROGEIRO BARROS DE MELO – OAB/TO 4.159
Requerido: CARLA FERNANDA CLEMENTE DA SILVA
DESPACHO: "Emende-se a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, afim de que o autor indique corretamente o valor da causa. Em seguida, venham os autos conclusos. Arapoema-TO, 21 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2008.0010.2270-5 – EXECUÇÃO
Requerente: AGROBANCO BANCO COMERCIAL S/A
Advogado: DR. VALDIR DE ARAÚJO CÉSAR – OAB/GO 2.177
Requerido: JOSÉ VIEIRA DE ALMEIDA
Advogado: DR. JEAN CARLOS PAZ DE ARAÚJO – OAB/TO 2.703
DESPACHO: "Intime-se o executado pra que pague as custas finais do processo, no prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo arquivem-se. Arapoema-TO, 17 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2008.0011.1747-1 – MONITÓRIA
Requerente: LIMAIR PERGHER INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
Advogado: DR. MÁRLEN PEREIRA DE OLIVEIRA – OAB/MG 53.261
Advogado: DRA. MILENA CHAVIER LINHARES DE ANDRADE – OAB/MG 72.738
Advogado: DR. FÁBIO IZAAC DE OLIVEIRA – OAB/MG 96.643
Advogado: DRA. SHEILA SILVA – OAB/MG 95.745
Requerido: INDUSTRIA E COMERCIO LATICINIOS ARAPOEMA LTDA
DESPACHO: "Face à certidão de fls. 30, verso, intime-se o requerente, para no prazo legal, requerer o que for do seu interesse, sob as penas da lei. Cumpra-se. Arapoema-TO, 23 de fevereiro de 2011. Rosemilto Alves de Oliveira. Juiz de Direito."

AUTOS Nº. 2010.0012.1772-9 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO FINASA BMC S/A
Advogado: DR. FABRICIO GOMES – OAB/TO 3.350
Requerido: ODILON LUCIO DE OLIVEIRA
DESPACHO: "Defiro o pleito formulado à fls. 37. Prazo de 30 (trinta) dias. Decorridos, venham conclusos. Arapoema-TO, 17 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2008.0010.6247-2 – ORDINÁRIA
Requerente: HILDA DA GAMA BRINQUEDO
Advogado: DR. ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA– OAB/TO 3.407-A
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
DESPACHO: "Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificadamente, no prazo comum de cinco dias. Decorrido o prazo, venham-me conclusos. Arapoema-TO, 17 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2009.0012.7028-6 – MONITÓRIA
Requerente: SÉRGIO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Advogado: DR. JOSÉ JASSÔNIO VAZ COSTA – OAB/TO 720
Requerido: FRANCISCO GONÇALVES DA SILVA FILHO
DESPACHO: "Face à certidão retro, intime-se o autor, para requerer o que for do seu interesse, no prazo legal, sob as penas da lei. Cumpra-se. Arapoema-TO, 28 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2010.0010.4151-5 – REIVINDICATÓRIA
Requerente: LUCILA ANA SCHAEFER
Advogado: DR. ANDERSON MANFRENATO – OAB/TO 4.476-A
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
DESPACHO: "Intime-se a requerente, para no prazo legal, manifestar-se sobre a contestação, e documentos juntados, sob as penas da lei. Cumpra-se. Arapoema-TO, 28 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2010.0010.4147-7 – REIVINDICATÓRIA
Requerente: TEREZA FERREIRA DE SOUSA
Advogado: DR. ANDERSON MANFRENATO – OAB/TO 4.476-A
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
DESPACHO: "Intime-se a requerente, para no prazo legal, manifestar-se sobre a contestação, e documentos juntados, sob as penas da lei. Cumpra-se. Arapoema-TO, 28 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2010.0008.0120-6 – REIVINDICATÓRIA
Requerente: MARCILIO RODRIGUES DE LIMA
Advogado: DR. ANDERSON MANFRENATO – OAB/TO 4.476-A
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
DESPACHO: "Intime-se a requerente, para no prazo legal, manifestar-se sobre a contestação, e documentos juntados, sob as penas da lei. Cumpra-se. Arapoema-TO, 28 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº. 2010.0002.5258-0 – REIVINDICATÓRIA
Requerente: MARIA DE JESUS COSTA MENDONÇA
Advogado: DR. ANDERSON MANFRENATO – OAB/TO 4.476-A
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
DESPACHO: "Intime-se a requerente, para no prazo legal, manifestar-se sobre a contestação, e documentos juntados, sob as penas da lei. Cumpra-se. Arapoema-TO, 28 de março de 2011. José Eustáquio de Melo Júnior. Juiz de Direito Substituto."

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AÇÃO PENAL Nº 2011.0000.5691-6
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Requeridos: JUNIOR DA SILVA NUNES E IRACIEL RODRIGUES BARBOSA
Advogado: DR. BERNARDINO COSOBECK DA COSTA, OAB/TO Nº 4138
Vitima: A COLETIVIDADE.
SENTENÇA: "(...) Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente Ação Penal, para os fins de condenar os réus, Iraciel Rodrigues Barbosa, brasileiro, solteiro, estudante e servente de pedreiro, natural de Colinas do Tocantins/TO, nascido aos 24/05/1992, filho de Wanderval Adriano Barbosa e de Iracilgila Rodrigues Pereira, residente na Manoel do Espírito Santo, nº 1142, centro, Colinas do Tocantins/TO, e Junio da Silva Nunes, brasileiro, solteiro, lavador de veículos, natural de Colinas do Tocantins/TO, nascido aos 03/05/1991, filho de Antonio Lourenço Nunes e de Célia Alves da Silva, residente na Rua Morrinhos, n° 1498, Setor Santa Rosa, Colinas do Tocantins/TO, como incurso nas penas do art. 33, caput, da Lei 11.343/06. Façamos então a aplicação das circunstâncias judiciais.Primeiro, abordo a individualização da pena em relação ao réu Iraciel Rodrigues Barbosa. A culpabilidade do acusado é intensa, já que agiu livre, voluntária e conscientemente, mantendo na sua posse a substância entorpecente. Seus antecedentes não apresentam registros negativos.Sua conduta social (circunstância preponderante – art. 42, LD) não é recomendável, segundo relatório fls. 93 e 108, sendo que o mesmo reside em meio a atividades ilícitas, tendo estreita ligação com as famílias de Junio e Willyansmar, envolvidos em tráfico de drogas na Comarca de Colinas do Tocantins/TO.Quanto a personalidade do agente (art. 42, LD) os autos não trazem elementos que apontem traços negativos.Os motivos, as circunstâncias e consequências do crime são altamente reprováveis, porquanto visavam apenas o lucro fácil, em detrimento da saúde alheia e da paz social. Tratando-se de crime de mera conduta ou de perigo abstrato, não há que se falar em comportamento da vítima.A quantidade de substância (art. 42, LD) encontrada em poder do acusado é considerada pequena, não podendo ser, ao menos por isso, elevado o grau de reprovabilidade de sua conduta. A natureza da substância (art. 42, LD) milita em seu desfavor, já que se trata da droga conhecida como "crack", a qual é considerada uma das mais maléficas ao ser humano, induzindo-o ao vício logo no primeiro uso.Ante o exposto, fixo a pena-base acima do mínimo legal, mais precisamente em 07 (sete) anos de reclusão, que julgo o suficiente para reprovação e prevenção do crime. Presente a atenuante da confissão (art. 65, III, "d", do CP), quanto a aquisição e depósito da droga, reduzo a pena em 01 (um) de reclusão, passando–a para 06 (seis) anos de reclusão, a qual torno definitiva, à míngua de circunstancias agravantes, bem como de causas gerais ou especiais de aumento ou redução de pena, que deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado, observados os critérios previstos no art. 59 do Código Penal Brasileiro. Adotado os mesmos critérios empregados para a fixação da pena privativa de liberdade, aplico ao condenado a pena de multa, no montante de 600 (seiscentos) dias-multa, que a reduzo para 500 (quinhentos) dias-multa, fixando de acordo com a sua situação econômica, o valor do dia multa em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo do fato, que deverá ser paga dentro de 10 (dez) dias depois de transitada em julgado esta sentença, sob pena de inscrição na dívida ativa da Fazenda Pública. Constando do tipo legal essa pena, não é possível ao juiz deixar de aplicá-la sob o argumento de pobreza do réu.Agora, passo a tratar da individualização da pena em relação ao acusado Junio da Silva Nunes.A culpabilidade do acusado é intensa, já que agiu livre, voluntária e conscientemente, tendo total domínio da sua conduta, inclusive quanto a posse da substância entorpecente.Seus antecedentes não apresentam registros negativos.Sua conduta social (circunstância preponderante – art. 42, LD) é idêntica a do corréu, ou seja, desfavorável, porquanto desfruta do mesmo ambiente, sendo certo que mantém estreita ligação com a família de Iraciel e Wylliansmar, constando ainda a agravante que sua mãe se encontra presa, cujas pessoas são envolvidas com tráfico de entorpecentes na Comarca de Colinas do Tocantins/TO, conforme relatórios de fls. 93 e 108.Quanto a personalidade do agente (art. 42, LD) os autos não trazem elementos que apontem traços negativos. Os motivos, as circunstâncias e consequências do crime são altamente reprováveis, porquanto visavam apenas o lucro fácil, em detrimento da saúde alheia e da paz social. Tratando-se de crime de mera conduta ou de perigo abstrato, não há que se falar em comportamento da vítima.A quantidade de substância (art. 42, LD) encontrada em poder do acusado é considerada pequena, não podendo ser, ao menos por isso, elevado o grau de reprovabilidade de sua conduta. A natureza da substância (art. 42, LD) milita em seu desfavor, já que se trata da droga conhecida como "crack", a qual é considerada uma das mais maléficas ao ser humano, induzindo-o ao vício logo no primeiro uso.Ante o exposto, fixo a pena-base acima do mínimo legal, mais precisamente em 07 (sete) anos de reclusão, que julgo o suficiente para reprovação e prevenção do crime. Presente a atenuante da confissão (art. 65, III, "d", do CP), quanto a aquisição e depósito da droga, reduzo a pena em 01 (um) ano de reclusão, passando–a para 06 (seis) anos de reclusão, a qual torno definitiva, à míngua de circunstancias agravantes, bem como de causas gerais ou especiais de aumento ou redução de pena, que deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado, observados

os critérios previstos no art. 59 do Código Penal Brasileiro. Adotado os mesmos critérios empregados para a fixação da pena privativa de liberdade, aplico ao condenado a pena de multa, no montante de 600 (seiscentos) dias-multa, que a reduzo para 500 (quinhentos) dias-multa, fixando de acordo com a sua situação econômica, o valor do dia multa em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo do fato, que deverá ser paga dentro de 10 (dez) dias depois de transitada em julgado esta sentença, sob pena de inscrição na dívida ativa da Fazenda Pública. Constando do tipo legal essa pena, não é possível ao juiz deixar de aplicá-la sob o argumento de pobreza do réu.Não consta nos autos qualquer elemento que possa sinalizar que os bens e valores relacionados no auto de exibição e apreensão de fls. 25 (motocicleta, aparelhos celulares, pen driver, relógio de pulso, cordão de bijuteria, bolsa e dinheiro) tenham sido adquiridos com o produto do crime, ou que constituam proveito auferido com a sua prática. Assim, determino sejam restituídos ao possuidor (art. 63, LD).Quanto à substância entorpecente apreendida, presente nos autos os laudos necessários, determino que seja a mesma incinerada, na presença de representante do Ministério Público, mediante auto circunstanciado, nos termos do art. 32, c/c art. 72, ambos da LD.A teor do disposto no art. 59 da LD, e presentes os motivos da segregação cautelar, nego aos acusados o direito de recorrer em liberdade, reiterando aqui os fundamentos de decisão anterior, segundo a qual, os agentes foram flagrados na posse de 143 (cento e quarenta e três) pedras e 04 (quatro) papelotes das substâncias entorpecentes conhecidas vulgarmente como crack e maconha, respectivamente, fora de seus domicílios, e acondicionadas de forma a viabilizar a imediata circulação. Se os agentes não tivessem sido alcançados pela prisão cautelar decorrente do flagrante, reinando tal situação, estaria mais do que justificada a utilização da prisão preventiva, visando tutelar a ordem pública e a impedir o derramamento da droga na comunidade alvo.Custas pelos acusados, nos termos do art. 804 do CPP, sem prejuízo do disposto no art. 12, da Lei 1.060/50.Após o trânsito em julgado, lance-se o nome dos condenados no rol dos culpados (art. 393, II, CPP, art. 5º, LVII, CF). Proceda-se às comunicações ao Sistema Nacional de Informações (SNI), à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins. Oficie-se ao TRE/TO para os fins previstos no art. 15, III, CF. Notifique-se o Órgão de Execução do Ministério Público.Arapoema, 07 de abril de 2011.Rosemilto Alves de Oliveira Juiz de Direito".

ARRAIAS

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Protocolo Único nº. 2007.0004.6505-2 – Ação Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário – Amparo Assistencial.
Autor: Antonio Carlos Ribeiro dos Santos.
Advogado: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera – OAB/TO nº. 3.407-A
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.
Procurador: Sem Advogado constituído nos autos.
Despacho: "Considerando as informações prestadas pela autora perante o escrivão/escrevente judicial, conforme certidão de folhas 34, e uma vez que o objeto da presente ação requer a celeridade processual, já que se pretende adquirir benefício previdenciário, designo a data de 14 de junho de 2011, às 13 horas e 30 minutos, para a realização da audiência de Conciliação, instrução e julgamento. Ressalte-se que nesta audiência, antes de passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intime-se pessoalmente a parte autora, bem como seu advogado, via Diário da Justiça, para comparecerem à audiência ora designada, advertindo-os que as testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação. Intime-se a Autarquia requerida, por meio da Procuradoria Federal, com a remessa dos autos, via postal, a teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO."

Protocolo Único nº. 2008.0001.7538-9 – Ação Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário - Aposentadoria por idade rural.
Autora: Abelina Vaz Chaves.
Advogado: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera – OAB/TO nº. 3.407-A
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.
Procurador: Bráulio Gomes Mendes Diniz.
Despacho: "Considerando as informações prestadas pela autora perante o escrivão/escrevente judicial, conforme certidão de folhas 78, e uma vez que o objeto da presente ação requer a celeridade processual, já que se pretende adquirir benefício previdenciário, designo a data de 14 de junho de 2011, às 13 horas e 30 minutos, para a realização da audiência de Conciliação, instrução e julgamento. Ressalte-se que nesta audiência, antes de passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intime-se pessoalmente a parte autora, bem como seu advogado, via Diário da Justiça, para comparecerem à audiência ora designada, advertindo-os que as testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação. Intime-se a Autarquia requerida, por meio da Procuradoria Federal, com a remessa dos autos, via postal, a teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO."

Protocolo Único nº. 2007.0010.7865-6 – Ação Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário - Aposentadoria por idade rural.
Autora: Ana Pereira dos Santos.
Advogado: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera – OAB/TO nº. 3.407-A
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.
Procurador: Sem advogado constituído.
Despacho: "Considerando as informações prestadas pela autora perante o escrivão/escrevente judicial, conforme certidão de folhas 35, e uma vez que o objeto da presente ação requer a celeridade processual, já que se pretende adquirir benefício previdenciário, designo a data de 14 de junho de 2011, às 13 horas e 30 minutos, para a realização da audiência de Conciliação, instrução e julgamento. Ressalte-se que nesta audiência, antes de passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intime-se pessoalmente a parte autora, bem como seu advogado, via Diário da Justiça, para comparecerem à audiência ora designada, advertindo-os que as testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação. Intime-se a Autarquia requerida, por meio da Procuradoria Federal, com a remessa dos autos, via postal, a teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO."

Protocolo Único nº. 2007.0002.7715-9 – Ação Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário - Aposentadoria por idade rural.
Autora: Tereza Alves Cardoso.
Advogado: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera – OAB/TO nº. 3.407-A
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.
Procurador: Mardônio Alexandre Japiassú Filho.
Despacho: "Considerando as informações prestadas pela autora perante o escrivão/escrevente judicial, conforme certidão de folhas 81, e uma vez que o objeto da presente ação requer a celeridade processual, já que se pretende adquirir benefício previdenciário, designo a data de 14 de junho de 2011, às 13 horas e 30 minutos, para a realização da audiência de Conciliação, instrução e julgamento. Ressalte-se que nesta audiência, antes de passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intime-se pessoalmente a parte autora, bem como seu advogado, via Diário da Justiça, para comparecerem à audiência ora designada, advertindo-os que as testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação. Intime-se a Autarquia requerida, por meio da Procuradoria Federal, com a remessa dos autos, via postal, a teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO."

Protocolo Único nº. 2007.0004.6499-4 – Ação Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário - Aposentadoria por idade rural.
Autora: Venecy Ferreira de Souza.
Advogado: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera – OAB/TO nº. 3.407-A
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.
Procurador: Sem advogado constituído.
Despacho: "Considerando as informações prestadas pela autora perante o escrivão/escrevente judicial, conforme certidão de folhas 41, e uma vez que o objeto da presente ação requer a celeridade processual, já que se pretende adquirir benefício previdenciário, designo a data de 14 de junho de 2011, às 13 horas e 30 minutos, para a realização da audiência de Conciliação, instrução e julgamento. Ressalte-se que nesta audiência, antes de passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intime-se pessoalmente a parte autora, bem como seu advogado, via Diário da Justiça, para comparecerem à audiência ora designada, advertindo-os que as testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação. Intime-se a Autarquia requerida, por meio da Procuradoria Federal, com a remessa dos autos, via postal, a teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO."

Protocolo Único nº. 2007.0002.7707-8 – Ação Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário - Aposentadoria rural.
Autor: Manoel Antonio de Lima.
Advogado: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera – OAB/TO nº. 3.407-A
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.
Procurador: Sem advogado constituído.
Despacho: "Considerando as informações prestadas pela autora perante o escrivão/escrevente judicial, conforme certidão de folhas 40, e uma vez que o objeto da presente ação requer a celeridade processual, já que se pretende adquirir benefício previdenciário, designo a data de 14 de junho de 2011, às 13 horas e 30 minutos, para a realização da audiência de Conciliação, instrução e julgamento. Ressalte-se que nesta audiência, antes de passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intime-se pessoalmente a parte autora, bem como seu advogado, via Diário da Justiça, para comparecerem à audiência ora designada, advertindo-os que as testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação. Intime-se a Autarquia requerida, por meio da Procuradoria Federal, com a remessa dos autos, via postal, a teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO."

Protocolo Único nº. 2008.0005.5271-9 – Ação Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário - Aposentadoria por idade Segurado Especial.
Autora: Adelina Vieira dos Santos.
Advogado: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera – OAB/TO nº. 3.407-A
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.
Procurador: Lívio Coelho Cavalcanti.
Despacho: "Considerando as informações prestadas pela autora perante o escrivão/escrevente judicial, conforme certidão de folhas 55, e uma vez que o objeto da presente ação requer a celeridade processual, já que se pretende adquirir benefício previdenciário, designo a data de 14 de junho de 2011, às 13 horas e 30 minutos, para a realização da audiência de Conciliação, instrução e julgamento. Ressalte-se que nesta audiência, antes de passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intime-se pessoalmente a parte autora, bem como seu advogado, via Diário da Justiça, para comparecerem à audiência ora designada, advertindo-os que as testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação. Intime-se a Autarquia requerida, por meio da Procuradoria Federal, com a remessa dos autos, via postal, a teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO."

Protocolo Único nº. 2007.0004.6501-0 – Ação Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário - Aposentadoria por idade rural.
Autora: Cândida Cezar de Souza.
Advogado: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera – OAB/TO nº. 3.407-A
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.
Procurador: Sem advogado constituído nos autos.
Despacho: "Considerando as informações prestadas pela autora perante o escrivão/escrevente judicial, conforme certidão de folhas 44, e uma vez que o objeto da presente ação requer a celeridade processual, já que se pretende adquirir benefício previdenciário, designo a data de 14 de junho de 2011, às 13 horas e 30 minutos, para a realização da audiência de Conciliação, instrução e julgamento. Ressalte-se que nesta audiência, antes de passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação,

o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intime-se pessoalmente a parte autora, bem como seu advogado, via Diário da Justiça, para comparecerem à audiência ora designada, advertindo-os que as testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação. Intime-se a Autarquia requerida, por meio da Procuradoria Federal, com a remessa dos autos, via postal, a teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO."

Protocolo Único nº. 2007.0004.6498-6 – Ação Ordinária de Concessão e Cobrança de Benefício Previdenciário - Aposentadoria por idade rural.
Autor: Pedro Rabelo dos Santos.
Advogado: Dr. Alexandre Augusto Forcinitti Valera – OAB/TO nº. 3.407-A
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.
Procurador: Sem advogado constituído nos autos.
Despacho: "Considerando as informações prestadas pela autora perante o escrivão/escrevente judicial, conforme certidão de folhas 43, e uma vez que o objeto da presente ação requer a celeridade processual, já que se pretende adquirir benefício previdenciário, designo a data de 14 de junho de 2011, às 13 horas e 30 minutos, para a realização da audiência de Conciliação, instrução e julgamento. Ressalte-se que nesta audiência, antes de passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intime-se pessoalmente a parte autora, bem como seu advogado, via Diário da Justiça, para comparecerem à audiência ora designada, advertindo-os que as testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação. Intime-se a Autarquia requerida, por meio da Procuradoria Federal, com a remessa dos autos, via postal, a teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO."

Protocolo Único nº. 2007.0008.8564-7 – Ação de Aposentadoria rural por idade.
Autora: Maria Eunice Pereira de Souza.
Advogado: Dr. Marcos Paulo Favaro – OAB/SP nº. 229.901.
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.
Procurador: Rodrigo Vale Marinho.
Despacho: "Considerando as informações prestadas pela autora perante o escrivão/escrevente judicial, conforme certidão de folhas 56, e uma vez que o objeto da presente ação requer a celeridade processual, já que se pretende adquirir benefício previdenciário, designo a data de 14 de junho de 2011, às 08 horas e 30 minutos, para a realização da audiência de Conciliação, instrução e julgamento. Ressalte-se que nesta audiência, antes de passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intime-se pessoalmente a parte autora, bem como seu advogado, via Diário da Justiça, para comparecerem à audiência ora designada, advertindo-os que as testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação. Intime-se a Autarquia requerida, por meio da Procuradoria Federal, com a remessa dos autos, via postal, a teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO."

Protocolo Único nº. 2007.0008.8563-9 – Ação de Aposentadoria rural por idade.
Autora: Joaquina de Aquino Piedade.
Advogado: Dr. Marcos Paulo Favaro – OAB/SP nº. 229.901.
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.
Procurador: Bráulio Gomes Mendes Diniz.
Despacho: "Considerando as informações prestadas pela autora perante o escrivão/escrevente judicial, conforme certidão de folhas 50, e uma vez que o objeto da presente ação requer a celeridade processual, já que se pretende adquirir benefício previdenciário, designo a data de 14 de junho de 2011, às 08 horas e 30 minutos, para a realização da audiência de Conciliação, instrução e julgamento. Ressalte-se que nesta audiência, antes de passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intime-se pessoalmente a parte autora, bem como seu advogado, via Diário da Justiça, para comparecerem à audiência ora designada, advertindo-os que as testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação. Intime-se a Autarquia requerida, por meio da Procuradoria Federal, com a remessa dos autos, via postal, a teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO."

Protocolo Único nº. 2007.0008.8558-2 – Ação Previdenciária de pensão por morte de trabalhador rural.
Autora: Clemildes Dias Soares.
Advogado: Dr. Marcos Paulo Favaro – OAB/SP nº. 229.901.
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.
Procurador: Bráulio Gomes Mendes Diniz.
Despacho: "Considerando as informações prestadas pela autora perante o escrivão/escrevente judicial, conforme certidão de folhas 52, e uma vez que o objeto da presente ação requer a celeridade processual, já que se pretende adquirir benefício previdenciário, designo a data de 14 de junho de 2011, às 08 horas e 30 minutos, para a realização da audiência de Conciliação, instrução e julgamento. Ressalte-se que nesta audiência, antes de passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intime-se pessoalmente a parte autora, bem como seu advogado, via Diário da Justiça, para comparecerem à audiência ora designada, advertindo-os que as testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação. Intime-se a Autarquia requerida, por meio da Procuradoria Federal, com a remessa dos autos, via postal, a teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO."

Protocolo Único nº. 2007.0008.8561-2 – Ação Previdenciária de pensão por morte de trabalhador rural.
Autora: Clemildes Dias Soares.
Advogado: Dr. Marcos Paulo Favaro – OAB/SP nº. 229.901
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.
Procurador: Lívio Coêlho Cavalcanti.
Despacho: "Considerando as informações prestadas pela autora perante o escrivão/escrevente judicial, conforme certidão de folhas 73, e uma vez que o objeto da presente ação requer a celeridade processual, já que se pretende adquirir benefício previdenciário, designo a data de 14 de junho de 2011, às 08 horas e 30 minutos, para a realização da audiência de Conciliação, instrução e julgamento. Ressalte-se que nesta audiência, antes de passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intime-se pessoalmente a parte autora, bem como seu advogado, via Diário da Justiça, para comparecerem à audiência ora designada, advertindo-os que as testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação. Intime-se a Autarquia requerida, por meio da Procuradoria Federal, com a remessa dos autos, via postal, a teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO."

Protocolo Único nº. 2007.0008.8554-0 – Ação de aposentadoria rural por idade.
Autora: Ana Maria Serafim dos Reis Rodrigues.
Advogado: Dr. Marcos Paulo Favaro – OAB/SP nº. 229.901
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.
Procurador: Rodrigo do Vale Marinho.
Despacho: "Considerando as informações prestadas pela autora perante o escrivão/escrevente judicial, conforme certidão de folhas 46, e uma vez que o objeto da presente ação requer a celeridade processual, já que se pretende adquirir benefício previdenciário, designo a data de 14 de junho de 2011, às 08 horas e 30 minutos, para a realização da audiência de Conciliação, instrução e julgamento. Ressalte-se que nesta audiência, antes de passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intime-se pessoalmente a parte autora, bem como seu advogado, via Diário da Justiça, para comparecerem à audiência ora designada, advertindo-os que as testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação. Intime-se a Autarquia requerida, por meio da Procuradoria Federal, com a remessa dos autos, via postal, a teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO."

Protocolo Único nº. 2007.0008.8559-0 – Ação de Aposentadoria rural por idade.
Autora: Aurora de Castro Oliveira.
Advogado: Dr. Marcos Paulo Favaro – OAB/SP nº. 229.901
Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.
Procurador: Rodrigo do Vale Marinho.
Despacho: "Considerando que o objeto da presente ação requer a celeridade processual, já que se pretende adquirir benefício previdenciário, designo a data de 14 de junho de 2011, às 08 horas e 30 minutos, para a realização da audiência de Conciliação, instrução e julgamento. Ressalte-se que nesta audiência, antes de passar a instrução propriamente dita, será oportunizada a conciliação, o que demonstra a ausência de prejuízo às partes. Intime-se pessoalmente a parte autora, bem como seu advogado, via Diário da Justiça, para comparecerem à audiência ora designada, advertindo-os que as testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação. Intime-se a Autarquia requerida, por meio da Procuradoria Federal, com a remessa dos autos, via postal, a teor do que dispõe o provimento nº. 10/2008 da CGJUS-TO.

Autos: 2009.0006.4682-7 - Ação de Atentado.
Requeridos: Joviliana Pereira dos Santos, Maurícia Pereira dos Santos, Ana Pereira dos Santos e José Pereira dos Santos.
Advogado: Fernando José Batista de Morais – OAB-DF – 11.255.
Autores: Laudelino Dias Pinheiro e s/m Maria Célia Gayer Dias Pinheiro, José dos Santos Freire Junior e s/m Jaqueline Pires Almeida Freire Junior
Advogado: Antonio Marcos Ferreira – OAB/TO – 202-A
Sentença. "JOVILIANA PEREIRA DOS SANTOS, MAURÍCIA PEREIRA DOS SANTOS, ANA PEREIRA DOS SANTOS e JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS, todos qualificados na inicial, através de procurador legalmente habilitado, ingressaram em juízo com a presente AÇÃO DE ATENTADO em desfavor de LAUDELINO DIAS PINHEIRO, MARIA CÉLIA GAYER DIAS PINHEIRO, JOSÉ DOS SANTOS FREIRE JÚNIOR e JAQUELINE PIRES ALMEIDA FREIRE JÚNIOR. Sustentam os autores que em julho de 2009 os requeridos promoveram alteração na situação de fato do imóvel denominado PIRANHAS, objeto da lide principal (divisória), através de homens e máquinas, a qual estaria em fase de execução embargada. Juntou fotografias e documentos de fls. 11/56. Pediram a concessão da liminar com a finalidade de paralisar imediatamente a obra e, ao final, a procedência do pedido com a restituição do STATUS QUO ANTE da área. Recebida a inicial foi concedida medida liminar para determinar a SUSPENSÃO das atividades ali despendidas até que fosse feita a vistoria na área do imóvel em litígio (fls. 38/39). Os requeridos JOSÉ DOS SANTOS FREIRE JÚNIOR E JACQUELINE PERES DE ALMEIDA FREIRE contestaram a pretensão dos autores aduzindo: I - inépcia da inicial; II - Ilegitimidade ativa; III -Carência do direito de ação e, no mérito, afirmam que estão simplesmente efetuando trabalhos destinados a edificação das cercas divisórias, em estrita obediência ao que ficou definitivamente estabelecido na ação principal de divisão, preservando as benfeitorias e construções dos autores, efetuando desvios que acarretaram em acréscimo da área daqueles. Por fim, pedem a revogação da medida liminar; inépcia da inicial; acolhimento das preliminares e, em caso de julgamento de mérito, a improcedência do pedido e condenação dos autores na litigância de má-fé (fls. 58/67). Juntou os documentos de fls. 68/122. Foi determinada a perícia no imóvel com objetivo de determinar se a cerca está dentro dos limites estabelecidos no auto de divisão dos autos principais e, caso contrário, sua localização atual (fls.125), nomeando-se perito (fls. 132), o qual apresentou seu laudo às fls. 137/138, com a documentação de fls. 139. O agravo de instrumento interposto pelos requeridos não foi conhecido pelo Egrégio Tribunal de Justiça, mantendo a liminar até a presente data. Determinada a intimação das partes para se manifestarem sobre o laudo do Sr. Perito (fls. 155), os requeridos não o contestaram a se limitaram a relatar a continuidade do desmatamento da área pelos autores (fls. 160/161), inclusive em desrespeito às normas de direito ambiental, renovando o pedido de medidas judiciais impeditivas e a intervenção do Ministério Público para averiguação de crime desta natureza. Os autores também não se opuseram ao laudo pericial e solicitaram o julgamento de improcedencia de forma imediata, em face do prejuízo que vêm experimentando em virtude da demora (fls. 169/170). Em decisão de fls. 172/175 o então juiz de direito presidente do feito entendeu que havia irregularidade na formação da relação processual com a ausência de citação dos dois primeiros requeridos; estabeleceu multa diária de R$ 500,00 pelo descumprimento da liminar, mantendo-a; chamou o feito à ordem para determinar a reunião do feito aos autos divisórios e a citação editalícia daqueles réus; manifestação dos autores sobre a certidão de fls. 43 e aos requerentes a oportunidade da impugnação. Os autores reafirmaram sua posição inicial, rejeição das preliminares e o chamamento ao processo de MARCILIO FELIPE DE HOLLANDA

CAVALCANTI, que teria se apresentado como novo proprietário do imóvel, renovando o pedido de intervenção judicial para impedir o desmatamento que continua no local (fls. 177/178). Sem qualquer determinação judicial, ou previsão nas leis processuais, os requeridos ingressaram com a petição de fls. 180/183, renovando todos os pedidos feitos anteriormente. Relatados, decido. Em primeiro lugar é de se lamentar que uma ação de natureza cautelar, cujo procedimento deveria ser marcado pela celeridade, tenha se tornado um emaranhado jurídico, sem obediência à forma prescrita em lei. Tenho para mim que isto se deve, principalmente, ao Poder Judiciário. Deveria ter sido célere, e não o foi. Além disso permitiu e até determinou a aplicação do procedimento comum ordinário, quando o correto seria a estrita observância ao rito comum das cautelares. Por estes lapsos, minhas escusas às partes. Retornando à análise do feito propriamente dito, entendo que as medidas determinadas pelo ilustre colega que me antecedeu na condução do feito (fls. 172/175), são desnecessárias. Isto porque: I - A contestação de dois dos requeridos aproveitou a todos, tem em vista a natureza desta ação e a situação de fato descrita na inicial. O atentado apontado pelos autores aponta ação pessoal dos réus que contestaram o pedido. Portanto, a citação dos demais requeridos é supérflua. Além do quê o provimento judicial afeta apenas as partes integralizadas na relação processual e como a situação de fato diz respeito ao imóvel lindeiro, sobre o qual será suportada as conseqüências do DECISUM independente de seus proprietários ou possuidores, entendo desnecessária a determinação, ficando desde já revogada;II - Também descabida a determinação para que os requeridos apresentem impugnação, pelas razões acima despendidas. Repisando, trata-se de procedimento cautelar e não ordinário. Portanto não há se falar em impugnação à contestação, mesmo havendo alegação das matérias elencadas no artigo 301 do CPC. Apresentada contestação e determinada a prova pericial, aliás a única adequada neste caso, após a manifestação das partes sobre o laudo deveria o magistrado sentenciar o feito ou, se entendesse necessário, designar audiência de instrução e julgamento. Como os fatos apresentados demandaram apenas e tão somente o trabalho técnico-pericial tal audiência é desnecessária, devendo o feito ter sido julgado naquele momento o quê, infelizmente, não ocorreu. Diante disto tudo sou obrigado a indeferir o pedido formulado na petição de fls. 177/178 dos requeridos, de chamamento ao processo de eventual terceiro adquirente pois esta venda é indiferente para o julgamento desta ação, suportando tal pessoa seus efeitos e, se prejudicado, deverá buscar sua reparação junto ao alienante. Não conheço da petição de fls. 180/183 pois o momento processual de manifestação das partes já se encontra superado e, ainda, porque simplesmente revolve questões já deduzidas nos autos, devendo ser a mesma desentranhada, com certidão nos autos, entregando-a ao seu subscritor. Após estas considerações passo ao julgamento da questão posta em juízo, avaliando inicialmente as preliminares suscitadas na contestação. I - Inépcia da inicial; ilegitimidade ativa e carência do direito de ação. Todas estas preliminares têm um único fundamento em comum, qual seja, o trânsito em julgado da sentença proferida na ação divisória. É de se dar razão aos requeridos. Há muito tempo houve o trânsito em julgado naquela ação mas, infelizmente, a perpetuação indevida da lide gerou não só esta situação como outras nos autos principais. Tanto é assim que fui obrigado a emitir outro pronunciamento judiciai ali, reafirmando aquilo que deveria estar claro como sol de meio-dia; A IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA DIVISÃO EM VIRTUDE DA COISA JULGADA. A ação cautelar de atentado é admitida quando a parte, no curso do processo viola penhora, arresto, seqüestro ou imissão na posse; prossegue em obra embargada ou pratica qualquer outra inovação ilegal no estado de fato (CPC, art. 879). Pois bem, ausente o primeiro dos requeridos; pendência de julgamento definitivo na ação principal, como é o caso dos autos (conforme se vê de todas as decisões emitidas nos autos principais, n. 212/200, inclusive a derradeira da lavra deste julgador), é de se extinguir o feito sem julgamento do mérito, nos termos da jurisprudência abaixo colacionada: *(TJDFT-107094) AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DIVISÓRIA. COISA JULGADA. MANDADO DE IMISSÃO NA POSSE. RECURSO DE TERCEIRO PREJUDICADO. DESCABIMENTO. I- É descabido o recurso de terceiro prejudicado para a dedução de direito próprio não submetido previamente ao Juízo a quo e que não foi abrangido pelos limites dos pedidos das partes originárias. II - Transitada em julgado a sentença na ação divisória, não épossível a reabertura da discussão das questões que estão sob omanto da coisa julgada em sede de agravo de instrumento, resguardando-se ao terceiro, que não integrou aquela relação processual, o ajuizamento de ação própria para ser reintegrado na posse do imóvel. III - Agravo regimental desprovido. (Processo n° 2010.00.2.016076-8 (454811), Iª Turma Cível do TJDFT, Rei. Nívio Geraldo Gonçalves, unânime, DJe 19.10.2010). (TJMG-252581) AÇÃO DE ATENTADO. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE NAS OBRAS. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. SENTENÇA MANTIDA. Para que se configure o atentado, primeiramente deve haver a pendência de um processo principal, além da inovação do estado de fato e a ilegalidade da conduta. A ação de atentado tem como objetivo a restauração do estado de fato inicial, modificado no curso do processo, e que lhe venha a comprometer o resultado. Não há que se falar em condutas ilegais adotadas pelos réus, sendo que não há qualquer alteração fática, capaz de comprometer a instrução do processo principal ajuizado pelos ora apelantes. (Apelação Cível n° 5089041-66.2009.8.13.0024, 13ª Câmara Cível do TJMG, Rei. Nico/au Masselli. j. 16.09.2010, unânime, Publ. 01.10.2010).* No caso em comento, como já houve o trânsito em julgado da ação divisória, descabida a ação de atentado. Deveriam os autores, se de fato a linha divisória tivesse adentrado em seus terrenos, pleitear a restituição desta parte do imóvel através de ação reivindicatória ou dos interditos possessórios, conforme seja sua relação de posse ou domínio em relação à porção questionada. Em face disto, estando a matéria sob o manto da coisa julgado, extingue-se o processo sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 267, inciso V, última parte, do Código de Processo Civil. Todavia, para esgotar toda discussão nestes autos, analiso também a questão de mérito. Melhor sorte não assiste aos requerentes também nesta seara. A prova pericial alhures epigrafada não só informa que os trabalhos para levantamento das cercas divisórias não invadiram o imóvel dos autores como, ainda, deixou uma porção de terras adicional de 4,9104 hectares no quinhão daqueles, beneficiando-os (fls. 137/139).É de se destacar que em momento algum os autores questionaram a conclusão do referido laudo e, inexistindo prova em contrário, o recebo como idôneo e verdadeiro para exprimir a situação de fato ali existente. Portanto, não houve demonstração do prejuízo alegado na inicial pelos autores, estando sobejamente provado que os trabalhos de desmatamento operados pelos requeridos ocorreram dentro dos limites de seu quinhão. Assim, também por isto, o pedido contido na inicial deve ser rejeitado, nos termos do artigo 269, inciso I do CPC. Como não é dado ao julgador optar pela resolução da lide da forma como melhor lhe aprouver, tratando-se de matéria pública, sou obrigado a extinguir o processo sem julgamento do mérito em virtude da coisa julgada. Do exposto, com base nos argumentos acima despendidos, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO EM FACE DA EXISTÊNCIA DE COISA JULGADA, NOS TERMOS DO ARTIGO 267, INCISO V, ÚLTIMA FIGURA. Como não foi possível operar o julgamento do mérito desta ação, conforme se viu acima, entendo ser vedado estipular aqui a litigância de má-fé, vez que esta exigiria a constatação insofismável de que os AUTORES tinham plena ciência da legalidade das ações praticadas pelos requeridos e mesmo assim acionaram indevidamente o Judiciário. Seu reconhecimento demandaria análise do pedido material, o quê não aconteceu, tendo sido registrado apenas e tão somente que, se isto ocorresse, o indeferimento da pretensão daqueles seria o caminho trilhado. Condeno os AUTORES ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como nos honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, em virtude da sucumbência.Tendo em vista o teor desta sentença REVOGO A LIMINAR anteriormente concedida, autorizando os requeridos a ultimarem o levantamento das cercas limítrofes entre o seu imóvel e o dos autores, consoante estipulação na ação divisória, obedecendo rigorosamente os limites e confrontações ali determinadas, sob pena de multa e perdas e danos. Dê-se ciência do desmatamento ao Ministério Público a fim de ser verificado a existência de eventual crime ambiental, extraindo-se cópias dos documentos relacionados a este fato. Arraias-(TO), 09 de abril de 2011. Eduardo Barbosa Fernandes. Juiz de Direito.

Autos: 212/2000 - Ação de Divisão do Imóvel "Piranhas".
Autores: Laudelino Dias Pinheiro e s/m Maria Célia Gayer Dias Pinheiro, José dos Santos Freire Junior e s/m Jaqueline Pires Almeida Freire Junior
Advogado: Antonio Marcos Ferreira – OAB/TO – 202-A
Requeridos: Espólio de José Pereira dos Santos, Febrona Bispo da Costa, Joviliana Pereira dos Santos, Maurícia Pereira dos Santos, Ana Pereira dos Santos e José Pereira dos Santos.
Advogado: Dr. Névio Campos Salgado – OAB-DF – 3270.
Decisão: Nos autos em comento, figurando como requerentes LAUDELINO DIAS PINHEIRO e S/M MARIA CÉLIA GAYER DIAS PINHEIRO e requerido o ESPÓLIO DE JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS, têm-se a seguinte situação: I- Já houve, há muito tempo, SENTENÇA HOMOLOGATÓRIADA DIVISÃO, cujo trânsito em julgado ocorreu em 14.10.1994 (fls. 363 e 367 verso); II- Todas as reclamações sobre o feito divisório foram rejeitadas, inclusive os embargos declaratórios, conforme decisão de fls. 375, datada de 17.05.2001; III- Apesar disto as partes insistem em provocar o juízo, ensejando nova decisão às fls. 418/421, repetindo a anterior, no sentido de reafirmar que tais questão já se encontram preclusas e/ou são estranhas a este relação processual; IV- Até o momento não houve o cumprimento da parte final da sentença homologatória da divisão, com a expedição da carta de transcrição para regularização do registro imobiliário, que fica a cargo dos interessados para confirmar seu domínio, embora já determinada há muitos anos. Destarte, em primeiro lugar, deverá a escrivania, imediatamente, cumprir o item IV acima mencionado. De uma vez por todas me dirijo às partes para deixar claro que nenhum outro questionamento será mais aceito nestes autos, pois todos os recursos e reclamações já foram analisados, inclusive em segundo grau de jurisdição. Neste sentido a jurisprudência:*TJDFT-107094) AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO, AÇÃO DIVISÓRIA, COISA JULGADA, MANDADO DE IMISSÃO NA POSSE, RECURSO DE TERCEIRO PREJUDICADO, DESCABIMENTO, I - E descabido o recurso de terceiro prejudicado para a dedução de direito próprio não submetido previamente ao Juízo a quo e que não foi abrangido pelos limites dos pedidos das partes originárias, II - Transitada em julgado a sentença na ação divisória, não é possível a reabertura dadiscussão das questões que estão sob o manto da coisa julgada em sede de agravo de instrumento, resguardando-se ao terceiro, que não integrou aquela relação processual, o ajuizamento de ação própria para ser reintegrado na posse do imóvel; III- Agravo regimental desprovido, (Processo n° 2010.00.2.016076-8 (454811), Iª Turma Cível do TJDFT, Rei Nívio Geraldo Gonçalves, unânime, DJe 19.10.2010).* Esta ação tem caráter meramente declaratório e por isso mesmo prescindível de qualquer outra providência, além daquelas previstas na legislação e já definitivamente julgadas. Em decorrência da conclusão acima deverão ser arquivados, ainda, os autos n. 105/2002, embargos declaratórios, pois se tratam de mera renovação de questão já decidida e rejeitada em primeiro grau de jurisdição, restando à parte, se já não o fez, promover seu inconformismo perante o Egrégio Tribunal de Justiça. Não há se falar em cumprimento de sentença, nos termos expressos no CPC, pois se trata de sentença declaratória, inexistindo qualquer provimento jurisdicional a ser tomado no sentido de viabilizar aos titulares de seus quinhões a fazerem o levantamento das cercas divisórias, devendo obedecer aos marcos já definidos e aprovados em juízo, em conformidade com os trabalhos de agrimensura há muito realizados. Tratando-se de sentença autossuficiente, aquela cuja prolação realiza desde logo a tutela do direito pretendido pelo demandante, pois visa a declarar a existência ou inexistência de determinada relação jurídica ou de seus efeitos, não há necessidade de qualquer providência deste juízo para sua concreção no mundo real. Os pedidos reiterados de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, nos termos do artigo 461-A do CPC, a meu ver, não se aplicam neste caso. O subscritor da peça de fls. 408/409 postula tal medida para que os requeridos JOVILIANA PEREIRA DOS SANTOS, MAURICIA PEREIRA DOS SANTOS e ANA PEREIRA DOS SANTOS "desocupem a parte do "quinhão n. 02", dos Peticionários, que porventura esteja sendo ocupada por eles, no prazo de dez dias;". Pede, ainda, nomeação de um agrimensor para aviventar o perímetro da linha divisória do "quinhão n. 02". A primeira providência deve ser atestada, COM CERTEZA, pelo requerente. Se os requeridos estão, de fato, dentro da área destinada ao "quinhão n. 02" o pedido se justifica, caso contrário não. Assim, o mandado de imissão na posse, após intimação para desocupação com dez dias de antecedência de uma área pretensamente ocupada, é descabido no momento. A segunda providência compete exclusivamente à parte requerente, qual seja, fazer as cercas divisórias de seu quinhão, obedecendo criteriosamente aos limites e confrontações estipuladas nestes autos, sob pena de ser obrigado ao pagamento de multas e indenização por perdas e danos aos prejudicados em eventual invasão de propriedade alheia. Sendo assim, as partes acima referidas devem tomar as providências materiais para realizar o direito declarado definitivamente na sentença que julgou a divisão. Somente em caso comprovado de oposição real dos requeridos, ou de terceiros, deve-se acionar o Judiciário para as providências do artigo 461-A do CPC. Fica ciente, desde já, que eventual desrespeito aos limites estabelecidos naquela sentença será punido com multa, além da fixação de perdas e danos, que serão fixados nos próprios autos, sem necessidade de ação autônoma. Aliás, este tipo de conduta já é objeto na ação em apenso, ATENTADO, e também por isto descabida a discussão aqui. P.R.I.C. Após, arquive-se com as baixas de praxe. Arraias, 08 de abril de 2011. Eduardo Barbosa Fernandes, Juiz de Direito.

Protocolo único nº 2008.0006.1097-2/0 – Ação Reivindicatória
Requerente: Kênia Cristina Fernandes Costa
Advogado: Roger de Mello Ottaño – OAB-TO nº 2.583 e Maurício Cordenonzi – OAB-TO nº 2.223-B
Requerido: Antônio Aires Costa
Advogado: Gesiel Januário de Almeida – OAB-GO nº 9.549 – OAB-TO nº 4.528
Decisão: "KÊNIA CRISTINA FERNANDES COSTA, através de seu procurador legalmente habilitado, já qualificada na inicial, requereu a aplicação da multa de 100% (cem por cento) do valor entabulado no acordo de fls. 225/226, pois o requerido teria deixado de cumprir pontualmente a avença (fls.252/253). ANTÔNIO AIRES COSTA, também qualificado, através de seu procurador, relata que o cumprimento se; deu no prazo e que o incidente que impediu o pronto recebimento de uma pequena parte do pagamento, R$ 50,00 (cinqüenta reais), ocorreu sem qualquer parcela de culpa ou dolo de sua parte. Relatados, decido. Segundo acordado entre as partes o requerido teria a obrigação de pagar duas parcelas iguais de R$ 16.500,00, uma no prazo de quarenta e cinco dias e a última em noventa dias, com termo inicial em 13 de outubro de 2009 (fls. 225/226). A primeira parcela foi paga normalmente e sobre a mesma não houve qualquer reclamação. No pagamento da segunda parcela, ao se efetuar o depósito judicial da referida quantia, R$ 16.500,00, foi constatado pelo funcionário da agência local do Banco do Brasil que uma das cédulas de R$ 50,00 não apresentava os itens de segurança próprios do papel moeda,sendo recolhida para envio ao Banco Central (fls. 248/251), isto no dia 08 de janeiro de 2010, portanto três dias antes do prazo fatal. Intimado o requerido pela serventuária da justiça responsável pelo depósito (fls. 251 e verso) no dia 12.01.2010, o requerido efetuou a entrega de outra cédula do mesmo valor, naquela mesma data, a qual se encontra acostada aos autos até o presente momento. Estes são os fatos, deles a parte autora extraindo a existência de uma inadimplência capaz de autorizar o reconhecimento da mora no cumprimento da obrigação por parte do requerido e, consequentemente, autorizando a aplicação da multa no importe de 100% (cem) por cento do valor avençado, qual seja, R$ 33.000,00. Não vejo desta forma. Conforme se vê dos fatos acima expostos, de todas as cédulas apresentadas para pagamento, nas duas parcelas, uma delas apresentou sinais de falsificação, sendo recolhida pela instituição financeira. Não há qualquer indício da concorrência do requerido para este tipo e até mesmo pelo valor total do pagamento não lhe aproveitaria qualquer proveito econômico significativo neste tipo de conduta. De mais a mais, como já registrado anteriormente, tão logo intimado do fato compareceu em cartório, no mesmo dia, para efetuar o pagamento equivalente ao valor da nota apreendida com suspeita de falsificação. De bom alvitre registrar, por oportuno, que esta medida ocorreu ainda dentro do prazo avençado para o pagamento e, portanto, totalmente descabida a alegação de inadimplemento. Desta forma, inexistindo mora no pagamento das parcelas e não havendo qualquer indício de prova no sentido de ser o falsário ou mesmo de haver utilizado daquela cédula intencionalmente, INDEFIRO o pedido de fls. 252/253 e dou por satisfeita a obrigação do requerido no tempo e modo ajustado. Intime-se a parte autora para cumprir sua parte na avença, no prazo ali estipulado. Deposite-se, ainda, o valor anexado aos autos, R$ 50,00, na conta corrente indicada pela autora nos autos. Arraias, 07 de abril de 2011. Eduardo Barbosa Fernandes. Juiz de Direito."

AURORA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2009.0006.5950-3
Ação: Declaratória Incidente
Requerentes: Jocílio Soares da Silva e outros
Advogado dos requerentes: Dr. Antonio Marcos Ferreira
Requerida: Izabel Gomes de Almeida
Advogado da requerida: Dr. Osvair Cândido Sartori Filho
Herdeiros: Ana Gomes de Almeida Ribeiro e João José Ribeiro, representados por Edson Barbosa de Lima
Advogado: Dr. Eládio Barbosa Carneiro
FINALIDADE: Intimar os advogados das partes para tomarem conhecimento de que este Juízo redesignou a audiência de Conciliação para o dia 16 de maio de 2011, às 13h30min. Desta forma, ficam os referidos advogados INTIMADOS para comparecerem perante este Juízo na referida data.

Autos nº 2009.0005.7638-1
Ação: Declaratória Incidente
Requerentes: Adenilton Domingos da Cruz e sua esposa Mariluce Alves Fernandes
Advogado dos requerentes: Dr. Antonio Marcos Ferreira
Requerida: Izabel Gomes de Almeida
Advogado da requerida: Dr. Osvair Cândido Sartori Filho
Herdeiros: Ana Gomes de Almeida Ribeiro e João José Ribeiro, representados por Edson Barbosa de Lima
Advogado: Dr. Eládio Barbosa Carneiro
FINALIDADE: Intimar os advogados das partes para tomarem conhecimento de que este Juízo redesignou a audiência de Conciliação para o dia 16 de maio de 2011, às 13h30min. Desta forma, ficam os referidos advogados INTIMADOS para comparecerem perante este Juízo na referida data.

Autos nº 2009.0005.7632-2
Ação: Declaratória Incidente
Requerentes: Viturino Gomes de Almeida e sua esposa Lucília Pereira da Silva
Advogado dos requerentes: Dr. Antonio Marcos Ferreira
Requerida: Izabel Gomes de Almeida
Advogado da requerida: Dr. Osvair Cândido Sartori Filho
Herdeiros: Ana Gomes de Almeida Ribeiro e João José Ribeiro, representados por Edson Barbosa de Lima
Advogado: Dr. Eládio Barbosa Carneiro
FINALIDADE: Intimar os advogados das partes para tomarem conhecimento de que este Juízo redesignou a audiência de Conciliação para o dia 16 de maio de 2011, às 13h30min. Desta forma, ficam os referidos advogados INTIMADOS para comparecerem perante este Juízo na referida data.

Autos nº 2009.0013.1269-8
Ação: Execução Fiscal
Exeqüente: Caixa Econômica Federal
Advogados: Dr. Alberto Geofre Wanderley Neto, Dr. Miguel Tadeu Lopes Luz e Dra. Bibiane Borges da Silva
Executada: Patrícia Rosa Pereira
Advogado: Dr. Antonio Marcos Ferreira
FINALIDADE: Intimar os advogados da parte exeqüente, acima especificados, para que entrem em contato com este Juízo para fins de recebimento do respectivo Alvará

Autos n.°2010.0000.2079-4
Ação: Usucapião
Requerente: Paulo Prates e s/m Maria do Carmo Moura Prates.
Advogado: Dr. Antônio Marcos Ferreira.
Requerido: CIBRACEN – Companhia Mineradora de Cimento Brasil Central.
Advogada: Dr.ª Ivair Martins dos Santos Diniz.
FINALIDADE: Fica o advogado da parte autora INTIMADO para no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer ao Cartório Cível de Aurora/TO, onde a carta precatória de citação dos confrontantes Virtolino Severo e sua esposa, lhe será entregue para encaminhá-la à Comarca de Goiânia/GO, conforme determina o provimento 002/2011 da Corregedoria Geral de Justiça/TO.

AXIXÁ

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

PROCESSO Nº 2010.0008.7871-3/0 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAIS E MATERIAIS C/C REQUERIMENTO DE TUTELA ANTECIPADA DE AFASTAMENTO DE CARGO PÚBLICO E INDISPONIBILIDADE DE BENS.
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
REQUERIDOS: MUNICÍPIO DE SÍTIO NOVO DO TOCANTINS e outros.
ADVOGADOS:FÁBIO GIL MOREIRA SANTIAGO – OAB/BA Nº 15.664, THIAGO SOBREIRA – OAB/MA Nº 7.840, JOSÉ DA CUNHA NOGUEIRA – OAB/TO Nº 897-A, HERBERT BRITO BARROS – OAB/TO Nº 14 e FRANCISCO GILSON DE MIRANDA – OAB/TO Nº 888-A.
TERMO DE AUDIÊNCIA. Aos treze dias do mês de abril de dois mil e onze (13//04/2011), nesta cidade e Comarca de Axixá do Tocantins, Estado do Tocantins, na Sala de Audiências do Fórum local, à hora designada, onde presente se achava o EXMO. SR. DR. OCÉLIO NOBRE DA SILVA, Juiz de Direito desta Comarca, comigo, Escrivã de seu cargo adiante nomeada e sendo aí, à hora designada, determinou o Meritíssimo Juiz que abrisse os trabalhos da audiência para hoje designada nos autos da AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAIS E MATERIAIS C/C REQUERIMENTO DE TUTELA ANTECIPADA DE AFASTAMENTO DE CARGO PÚBLICO E INDISPONIBILIDADE DE BENS. Feito o pregão, constatou-se a presença do requerente MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS-, na pessoa do PROMOTOR DE JUSTIÇA ELIZON DE SOUSA MEDRADO, bem como do Município de Sítio Novo/TO, através do advogado Dr. José da Cunha Nogueira – OAB/TO Nº 897-A, a presença dos requeridos Antonio Araújo, Almerinda Pereira da Silva, Clímax Araújo Pereira, Silismar Pereira Araújo, Suely Teixeira de Araújo e Araújo, acompanhados da advogada Dra. Raquel Gonçalves de Andrade Paz OAB/MA Nº 9044, Banco Matone, representado pelo preposto Mário Alexandre Dutra de Sousa e Guilherme Lessa, acompanhados do advogado Dr. Fábio Gil Santiago – OAB/BA Nº 15.664. Aberta a audiência: O MM. Juiz passou a decidir sobre os pedido de fls. 1698/1700 e fl. 1718. Referidos pedido dizem respeito a produção de provas testemunhal e pericial formulados pelos requeridos Banco Matone, Guilherme Gonçalves Lessa e Mário Alexandre Dutra de Sousa e pelos requeridos Antonio Araújo, Almerinda Pereira da Silva, Clímax Araújo Pereira, Silismar Pereira Araújo, Suely Teixeira de Araújo e Araújo, respectivamente. Indefiro a prova requerida pelo Banco Matone por ser a mesma desnecessária. Isto porque os itens elencadas na petição de fls. 1698/1699 já estão provados documentalmente ou constituem matéria de direito, de modo que a produção da prova além de desnecessária assume feição protelatória e prejudicial ao deslinde do processo. Indefiro o pedido de fls. 1718. Em primeiro lugar por ser o mesmo extemporâneo, pois a intimação para as partes especificarem as provas circulou no dia 24/03/2011, quinta feira e a petição foi protocolizada no dia 06/04/2011 também numa sexta feira. Em segundo lugar: a prova pericial requerida tem por objeto balancetes contábeis, visando demonstra a ausência de malversação de recursos públicos. A prova pericial no contexto dos autos é totalmente desnecessária porque todos os fatos sobre os quais controvertem as partes estão provados por documento públicos, que não foram atacados ou taxados de falsos ou nulos. Assim, prevalece a presunção de que os documentos emitidos pelo ente Municipal são legítimos, cabendo investigar se esta legitimidade alcança o conteúdo material dos mesmos. Tendo em vista que a ação versa sobre direito indisponíveis, que não admitem transação, é licito ao Magistrado determinar a produção de provas complementares para esclarecer pontos obscuros da lide. Considerando que as partes estão presentes, determino a colheita do depoimento pessoal dos requeridos. Em seguida, foi dada a palavra ao advogado do Banco Matone S/A, Mário Alexandre Dutra de Sousa e Guilherme Lessa, que assim se manifestou: "Em face da decisão acima proferida que indeferiu o requerimento de produção de provas juntada aos autos às folhas 1698/1699, na forma do artigo 523, parágrafo III do CPC, os requeridos Banco Matone, Guilherme Gonçalves Lessa e Mario Alexandre D. de Sousa, interpõe neste ato a grave retido, sob fundamento de que o indeferimentos das provas implica em flagrante cerceamento de defesa, por isso que as provas requeridas estão em consonância com os fundamento abduzidos da defesa e visa esclarecer os ponto controvertidos definidos pelo próprio juízo quando da decisão de recebimento da ação, assim, o risco de que tais pontos possam vir a ser interpretados desfavoravelmente aos agravantes, legitima e justifica o recurso ora interposto, o qual de logo, seja provido. A

advogada dos requeridos Antonio Araújo, Almerinda Pereira da Silva, Clímax Araújo Pereira, Silismar Pereira Araújo, Suely Teixeira de Araújo e Araújo, nada requereu. Em seguida, foi dada a palavra ao representante do Ministério Público para responde o recurso de agravo retido ora interposto que assim se manifestou: "o Ministério Publico requer o improvimento do recurso em face de a decisão interlocutória prolatada não merecer reparos, dados os fundamentos que a compõem. DECISÃO: Mantenho as decisões pelos próprios fundamentos. Apenas para explicitar os dispositivos legais que amparam a decisão, para fins de eventual e futuro prequestionamento, esclareço que a decisão é tomada com base nos artigos 130 a 131 do CPC, que autoriza o Juiz de delimitar o universo probatório segundo as necessidades do processo, devendo inferir as diligencias inúteis ou meramente protelatórias. Em seguida, passou-se a colheita do depoimento pessoal dos requeridos: Antonio Araújo, Almerinda Pereira da Silva, Clímax Araújo Pereira, Silismar Pereira Araújo, Suely Teixeira de Araújo e Araújo, Mário Alexandre Dutra de Sousa. Em seguida, a advogada do requerido Antonio Araújo requereu desentranhamento dos documentos juntados pelo Município, após o ajuizamento da ação, por serem alheios ao caso. DELIBERAÇÃO: Declaro encerrada a fase instrutória. Pela advogada Dra. Raquel Paz foi requerido apresentação de alegações em forma de memoriais. O MP apresentou alegações orais remissivas. Os advogados dos requeridos Banco Matone S/A, Mário Alexandre D. de Sousa e Guilherme Lessa, Antonio Araújo, Almerinda Pereira da Silva, Clímax Araújo Pereira, Silismar Pereira Araújo, Suely Teixeira de Araújo e Araújo também apresentaram alegações finais orais remissivas. Em seguida, o MM. Juiz proferiu a seguinte SENTENÇA: O Ministério Público do Estado do Tocantins propôs esta ação civil pública por ato de improbidade, cumulada com pedido de indenização e requerimento de tutela antecipada contra o Prefeito Municipal de Sítio Novo, Sr. Antônio Araújo, Almerinda Pereira da Silva, Secretária de Ação Social, Clímax Araújo Pereira, Secretária de Administração, Silismar Pereira Araújo, Secretária de Habitação, Suely Teixeira de Araújo e Araújo, Secretária de Educação, Banco Matone S/A, Mário Alexandre D. de Sousa, Procurador do Banco Matone e Guilherme Lessa, Diretor administrativo e de TI, do Banco Matone S/A. Aduz a inicial que o Município, através do primeiro requerido, Prefeito Municipal, celebrou contrato com o requerido Banco Matone, objetivando a contratação de empréstimos consignáveis em folha de pagamento a servidores ativos, inativos, pensionistas e contratados, inclusive ocupantes de cargos eletivos e em comissão. Segundo o autor, foram contraídos empréstimos no valor de R$ 105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais) em favor das requeridas Almerinda Pereira da Silva, Secretária de Ação Social, Clímax Araújo Pereira, Secretária de Administração, Silismar Pereira Araújo, Secretária de Habitação, Suely Teixeira de Araújo e Araújo, Secretária de Educação. Porém, a intenção era carrear, através de um ardil, a dívida para a prefeitura, pois o percentual consignado jamais foi descontado da folha de pagamento dos requeridos e o Município, através do primeiro requerido, assumiu a titularidade da dívida. O autor formulou os pedidos de fl. 24/28. Requereu medida liminar para indisponibilizar os bens dos requeridos, no montante declinado à fl. 23/24. Requereu, ainda, o afastamento dos requeridos Antônio Araújo, Prefeito Municipal, Almerinda Pereira da Silva, Secretária de Ação Social, Clímax Araújo Pereira, Secretária de Administração, Silismar Pereira Araújo, Secretária de Habitação, Suely Teixeira de Araújo e Araújo, Secretária de Educação dos cargos que ocupam. O pedido foi instruído com documentos de fl. 29/118. Foi deferida medida liminar de afastamento dos requeridos dos cargos que ocupam. Em razão da inobservância do disposto no artigo 17, § 7º da lei 8.429/92, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator, invocando os precedentes da Corte de Justiça local, cassou a decisão. Coerente com decisões anteriores, inclusive de sua relatoria, o Desembargador cassou a decisão apenas por este "vício", sem vedar a posterior apreciação. A liminar foi novamente concedida e está em vigência até a presente data. Os primeiros requeridos apresentaram defesa preliminar às fls. 269/272. Alegaram, em síntese que não há provas que corroborem as alegações do Ministério Público, afirmando que o Município apenas intermediou um acordo como o banco matone, mas jamais assumiu ou pagou a dívida dos requeridos, que efetuavam o pagamento todos os meses, com esforço. Disse, ainda, que não há, na contabilidade, registro de pagamento feito pelo Município ao Banco Matone. Nesta esteira, alegou existir danos ao erário. O requerido Banco Matone também apresentou defesa preliminar. Nesta alegou inexistir simulação, fraude ou outra conduta ilícita. Com efeito, afirmou que os empréstimos somente foram disponibilizados depois que o gestor comprovou que os beneficiários faziam, inclusive dentro da margem consignável. Diz, ainda, que o Banco terceirizou o serviço de contratação dos empréstimos à CPM e esta, contratou a NAVE CORRETORA DE SEGUROS LTDA, de responsabilidade de José Maurício Bispo dos Santos. Segundo o requerido Banco Matone, não era de seu conhecimento que os empréstimos estivessem sendo pagos com recursos oriundos do erário municipal, razão porque ajuizou a ação n. 2008.0000.5324-0, na qual o MM. Juiz Dr. Erivelton Cabral Filho determinou ao Prefeito Municipal o pagamento pontual das prestações. Afirmou não existir dolo dos réus. Nesta data foi realizada audiência de instrução e julgamento, sendo colhido o depoimento pessoal de todos os requeridos. As alegações finais das partes foram apresentadas de forma orais e remissivas. É o breve relatório que interessa. Decido. O Poder Judiciário, devidamente provocado por uma das mais importantes instituições democráticas deste País, o Ministério Público, não pode quedar-se indiferente à realidade, especialmente por ter consciência de que suas decisões podem provocar mudanças de comportamento na política, na economia, na sociedade como um todo. O caso dos autos, numa análise preliminar, traduz uma amostra do que sucede com a administração pública no Brasil. O primado da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, valores positivados na Constituição Federal, foi relegado às discussões acadêmicas, mas despido de vocação pragmática, no âmbito de muitas unidades administrativas. A Constituição parece uma promessa romântica, que pouco desejo de concretude desperta na população cansada e desiludida, que começa a crer que o ilícito é o jeito certo de governo e que a legalidade é uma conduta dos tolos. É a inversão dos papéis, a subversão da consciência e o começo da ruína do Estado democrático de Direito. A ação civil pública proposta pelo Município de Sítio Novo do Tocantins é procedente, em parte. É procedente em relação aos requeridos Antonio Araújo, Almerinda Pereira da Silva, Clímax Araújo Pereira, Silismar Pereira Araújo, Suely Teixeira de Araújo e Araújo, em função dos quais faço a análise da ação em primeiro lugar. Observo que a matéria fática que interessa para o deslinde da ação circunscreve à existência de empréstimos consignados pagos pelo Município de Sítio Novo do Tocantins, quando deveriam ser pagos pelos servidores. A existência dos empréstimos consignados foi confirmada por todos os requeridos, inclusive nas alegações defensivas. A única controvérsia que interessa para este julgamento é saber quem fez o pagamento, os servidores devedores ou o Município. A falsificação de documentos, que parece claro nos autos, não interessa para efeito de julgamento deste feito, embora apresente relevância para fins de investigação criminal. Em sede de depoimento pessoal, todos os requeridos confirmaram a contratação do empréstimo e a ausência do desconto das parcelas na respectiva folha de pagamento. Contudo, afirmaram os servidores que o pagamento era feito através de recursos próprios, recolhidos dos devedores e entregues à requerida Clímax Araújo Pereira, que por sua vez efetuava o depósito em favor do Banco Matone, através do Banco do Brasil, agência de Tocantinópolis. Com efeito, conferimos as declarações prestadas em audiência pelos requeridos Antonio Araújo, Almerinda Pereira da Silva, Clímax Araújo Pereira, Silismar Pereira Araújo, Suely Teixeira de Araújo e Araújo e todas são no sentido de que efetivamente não houve o desconto em folha de pagamento. Referidas pessoas confirmaram, ainda, que as assinaturas apostas nos documentos utilizados para obtenção dos empréstimos são suas e os contracheques constantes dos documentos de fls.479/511 são os que apresentaram para obtenção dos empréstimos. Destaco que há uma absal divergência entre os valores constantes dos contracheques como rendimento mensal dos requeridos e o valor que efetivamente recebiam. Esta alteração, é o que percebo, está documentada nos referidos contracheques, que foram assinados, todos, pelo requerido Antonio Araújo, que confirmou em audiência serem suas as assinaturas ali apostas. Mas não soube explicar a razão porque os valores efetivamente pagos pelo Município aos referidos servidores divergiam dos valores declarados para efeito de obtenção dos empréstimos. Portanto, a prova produzida nos autos não deixa dúvida quanto à existência de empréstimo, em valores acima da margem de crédito que teriam disponíveis os requeridos, caso apresentassem os comprovantes de rendimentos sem falsearem os dados. Nenhuma prova foi produzida nos autos, no sentido de que foram os requeridos, devedores, quem efetivamente pagaram o valor dos empréstimos. Aliás, os documentos de fls. 104 a 108 não deixam dúvidas de que o pagamento do empréstimo, no valor integral, foi feito pelo Município de Sítio Novo, não pelos verdadeiros devedores. Desta forma, fica evidente que a operação teve por fim a obtenção de vantagens financeiras pelos requeridos Antonio Araújo, Almerinda Pereira da Silva, Clímax Araújo Pereira, Silismar Pereira Araújo, Suely Teixeira de Araújo e Araújo, sem o mínimo de sacrifício econômico. Para tanto, apresentaram ao Banco Matone documentos falsificados, fazendo constar remuneração em valores acima dos efetivamente percebidos e deixando a conta para a fazenda pública municipal salda-la. A realização dos empréstimos em benefício dos requeridos Sr. Antônio Araújo, Almerinda Pereira da Silva, Secretária de Ação Social, Clímax Araújo Pereira, Secretária de Administração, Silismar Pereira Araújo, Secretária de Habitação, Suely Teixeira de Araújo e Araújo, Secretária de Educação estão documentados através do documento de fl. 29 a 114. Importante notar, neste contexto, que o primeiro beneficiário pelo empréstimo é o próprio prefeito, Antonio Araújo. A segundo beneficiário é Almerinda Pereira da Silva, que tem o mesmo endereço do primeiro, conforme documento de fl. 69 e 72. A terceira beneficiária é Clímax Araújo Pereira, filha dos dois primeiros, conforme documento de fl. 80. A quarta beneficiária é Silismar Pereira Araújo, filha dos dois primeiros e irmã da terceira, conforme documento de fl. 86. A quinta beneficiária é Suely Teixeira de Araújo e Araújo. Curioso, neste caso, é que uma única família compõe o alto escalão da administração municipal de Sítio Novo e, reunidos, conforme apontam os autos neste momento processual, arquitetaram engenhoso plano para enriquecerem ilicitamente em detrimento do erário. A quitação da dívida particular da família Araújo – Prefeito e Secretários – com dinheiro do Município está provado através do documento de fl. 108 e da petição dirigida a este juízo (fl. 104-106) e através da petição de fl. 111 a 114, em que o requerido Banco Matone S/A afirmou que a dívida foi integralmente quitada pelo Município de Sítio Novo. As alegações orais, feita em audiência pelas partes requeridas, de que foram os próprios esforços que quitaram a dívida, não foi, nem de perto nem de longe, comprovada. Nenhum boleto bancário, depósito bancário ou qualquer outra coisa foi juntada aos autos, apesar das diversas oportunidades em que tiveram para se manifestar nos autos. A defesa dos requeridos constam dos autos às fls. 269/339 e não faz qualquer alusão a pagamento feito pelos próprios devedores. E não o fez exatamente porque não foram os devedores quem pagaram. Como acreditar terem feito os pagamentos, pela simples exibição de relatórios consolidados, quando nos autos constam declaração firmada de que foi o Município quem assumiu a dívida e efetuou o pagamento? Como acreditar que foram os devedores se nenhuma prova neste sentido foi produzida, especialmente considerando que são operações bancárias, que são documentadas, sempre. Assim, não tenho dúvidas de que houve a prática de ilícitos por referidas pessoas, que devem, por imperativo constitucional, por imposição dos princípios da legalidade e da moralidade, receber as sanções legais previstas. A conduta dos requeridos caracteriza ato de improbidade administrativa e está tipificada no artigo 9º da Lei 8.429/92 – "Art. 9° Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1° desta lei, e notadamente" – Os requeridos experimentaram enriquecimento ilícito, pois indevido e favorecido por uma série de fraudes documentais, gerando para o ente público o pagamento de despesa de forma indevida. A um só tempo, a conduta dos requeridos caracteriza enriquecimento ilícito, dano ao erário e violação a princípios. Porém, a imposição das penalidades é orientada pelas condutas mais graves, que, no caso dos autos, é a que traduz enriquecimento ilícito por parte dos requeridos, sujeitando-se às penas previstas no artigo 12, I da referida Lei 8.429/92 – "Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: I - na hipótese do art. 9°, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos". Observo que a conduta dos requeridos não violou apenas os dispositivos da Lei 8.429/92, mas os princípios insertos no artigo 37 da Constituição Federal, nomeadamente os da moralidade, impessoalidade, legalidade, eficiência. Trataram a coisa pública como se particular fosse, pessoalizando-a a ponto de circunscrever os benefícios ilícitos ao grupo familiar, como ônus exclusivo para o erário público. Esta conduta, que se tornou comum no Brasil, infelizmente, é censurada pelo primado da soberania popular e pela mais elementar noção de ética e probidade. A população, sujeita às regras do Estado de Direito, tem o direito de ver afastado das funções públicas aqueles agentes eleitos que, ao revés de promover o bem comum, acaba por inviabilizar o desenvolvimento social, aprofundando a crise de miséria social e moral que já integra a cultura desta nação, levando as pessoas a crer que

ser honesto, na gestão da coisa pública traduz caráter de besteira e a desonestidade é um mérito a ser copiado. QUANTO AOS REQUERIDOS BANCO MATONE, GUILHERME GONÇALVES LESSA E MÁRIO ALEXANDRE DUTRA DE SOUSA O PEDIDO INICIAL É IMPROCEDENTE. É que os autos revelam que o Banco Matone contratou a empresa CPM, como correspondente, ficando a seu cargo a celebração de contratos e análise de documentos. O papel dos requeridos limitou-se a efetuar a disponibilização do valor contratado e cobrar o pagamento do valor devido. Não há, nos autos, qualquer elemento de prova que indique ter os requeridos tomado participação nas operações, de modo que não é possível presumir culpa ou dolo pela conduta ímproba dos requeridos devedores. Diante da fragilidade das provas produzidas contra o Banco e seus representantes, a sentença não pode ser de procedência. POSTO ISTO, com fundamento no artigo 269, I do Código de Processo Civil resolvo o mérito dos pedidos. Julgo, em parte, procedente os pedidos iniciais e, em conseqüência: I - Condeno o requerido ANTONIO ARAÚJO como incurso nos artigos 9º, caput e artigo 12, I da Lei 8.429/92. CONDENO-o a ressarcir, em regime de solidariedade com os requeridos Almerinda Pereira da Silva, Clímax Araújo Pereira, Silismar Pereira Araújo, Suely Teixeira de Araújo e Araújo, a importância de R$ 105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais), devidamente corrigida monetariamente e acrescidos de juros de mora e remuneratórios de 1% (um por cento) ao mês, desde a data do desembolso pela municipalidade (fl. 111). II - Decreto a perda da função pública de Prefeito Municipal de Sítio Novo. III - Decreto a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos. IV – Condeno-o no pagamento de multa civil no valor correspondente ao dano causado, isto é, no valor de R$ 105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais). V – Fixo o prazo de 10 (dez) anos de proibição para contratação entre o querido e o poder público; CONDENO a requerida ALMERINDA PEREIRA DA SILVA como incurso nos artigos 9º, caput e artigo 12, I da Lei 8.429/92. CONDENO a requerida ALMERINDA PEREIRA DA SILVA a ressarcir, em regime de solidariedade, com os requeridos ANTONIO ARAÚJO, Clímax Araújo Pereira, Silismar Pereira Araújo, Suely Teixeira de Araújo e Araújo, a importância de R$ 105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais), devidamente corrigida monetariamente e acrescidos de juros de mora e remuneratórios de 1% (um por cento) ao mês, desde a data do desembolso pela municipalidade (fl. 111). II - Decreto a perda da função pública que estiver exercendo atualmente. III - Decreto a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos. IV – Condeno-o no pagamento de multa civil no valor correspondente ao dano causado, isto é, no valor de R$ 105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais). V – Fixo o prazo de 10 (dez) anos de proibição para contratação entre o querido e o poder público; CONDENO a requerida CLÍMAX ARAÚJO PEREIRA como incursa nos artigos 9º, caput e artigo 12, I da Lei 8.429/92. CONDENO a requerida CLÍMAX ARAÚJO PEREIRA a ressarcir, em regime de solidariedade, com os requeridos Antonio Araújo, Almerinda Pereira da Silva, Silismar Pereira Araújo, Suely Teixeira de Araújo e Araújo, a importância de R$ 105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais), devidamente corrigida monetariamente e acrescidos de juros de mora e remuneratórios de 1% (um por cento) ao mês, desde a data do desembolso pela municipalidade (fl. 111). II - Decreto a perda da função pública que estiver exercendo atualmente. III - Decreto a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos. IV – Condeno-o no pagamento de multa civil no valor correspondente ao dano causado, isto é, no valor de R$ 105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais). V – Fixo o prazo de 10 (dez) anos de proibição para contratação entre o querido e o poder público; CONDENO a requerida SILISMAR PEREIRA ARAÚJO como incursa nos artigos 9º, caput e artigo 12, I da Lei 8.429/92. CONDENO a requerida SILISMAR PEREIRA ARAÚJO a ressarcir, em regime de solidariedade, com os requeridos Antonio Araújo, Almerinda Pereira da Silva, Clímax Araújo Pereira, Suely Teixeira de Araújo e Araújo, a importância de R$ 105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais), devidamente corrigida monetariamente e acrescidos de juros de mora e remuneratórios de 1% (um por cento) ao mês, desde a data do desembolso pela municipalidade (fl. 111). II - Decreto a perda da função pública que exercer, atualmente III - Decreto a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos. IV – Condeno-o no pagamento de multa civil no valor correspondente ao dano causado, isto é, no valor de R$ 105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais). V – Fixo o prazo de 10 (dez) anos de proibição para contratação entre o querido e o poder público; CONDENO a requerida SUELY TEIXEIRA DE ARAÚJO E ARAÚJO como incursa nos artigos 9º, caput e artigo 12, I da Lei 8.429/92. CONDENO a requerida SUELY TEIXEIRA DE ARAÚJO E ARAÚJO a ressarcir, em regime de solidariedade, com os requeridos Antonio Araújo, Almerinda Pereira da Silva, Clímax Araújo Pereira, Silismar Pereira Araújo, a importância de R$ 105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais), devidamente corrigida monetariamente e acrescidos de juros de mora e remuneratórios de 1% (um por cento) ao mês, desde a data do desembolso pela municipalidade (fl. 111). II - Decreto a perda da função pública que exercer, atualmente III - Decreto a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos. IV – Condeno-o no pagamento de multa civil no valor correspondente ao dano causado, isto é, no valor de R$ 105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais). V – Fixo o prazo de 10 (dez) anos de proibição para contratação entre o querido e o poder público; condeno os requeridos Antonio Araújo, Almerinda Pereira da Silva, Clímax Araújo Pereira, Silismar Pereira Araújo, Suely Teixeira de Araújo e Araújo no pagamento das custas processuais; RATIFICO A LIMINAR DEFERIDA À FL. 522 A 536, pois a situação fática que motivou a edição daquela decisão permanece. Mantenho o requerido Antonio Araújo afastado das funções de Prefeito Municipal. Destaco que, se antes da sentença de procedência foi deferido o afastamento, com mais razão agora, que foi reconhecido, em definitivo, que a permanência do requerido Antonio Araújo no cargo de Prefeito foi o instrumento para a prática de ilícitos contra o erário e o patrimônio moral do Município de Sítio Novo. Ratifico, ainda, a decisão, quanto à indisponibilidade dos bens dos requeridos, salvo quanto ao Banco Matone e seus representantes. JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais em relação aos requeridos Banco Matone S/A, Mário Alexandre Dutra de Sousa e Guilherme Lessa. Promovam-se o levantamento dos bloqueios realizado no CNPJ e CPF dos requeridos que tiveram a sentença de improcedência em seu favor. O Ministério Público não pode ser condenado em verbas de sucumbência, conforme precedentes jurisprudenciais e por absoluta ausência de previsão legal. Encaminhem cópia desta sentença ao Banco do Brasil de Tocantinópolis, Câmara Municipal de Sítio Novo, ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins. Tendo em vista que os autos informam a prática de possíveis e variados crimes, extraiam cópias dos autos e encaminhem-se ao Ministério Público. Eventual manifestação das partes, pela interposição de recurso, devem observar que o prazo é comum e corre em cartório. Após o trânsito em julgado, oficie-se ao Cartório Eleitoral, para fins de anotação. Publicada em audiência, cientes os presentes. Registre-se. Nada mais, encerra-se o presente que vai devidamente assinado pelos presentes e por mim, ____ (Terezinha Rodrigues Barrozo), Escrivã Judicial o digitei. OCÉLIO NOBRE DA SILVA, Juiz de Direito."

PROCESSO Nº 2010.0000.8918-0/0 – AÇÃO DE REPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE DANO – SEGURO DPVAT.
REQUERENTE: MANOEL DE FREITAS GALVÃO.
ADVOGADO: ELISEU RIBEIRO DE SOUSA – OAB/MA Nº 2546.
REQUERIDO: UNIBANCO AIG SEGURO.
ADVOGADO: NADA CONSTA.
SENTENÇA: "HOMOLOGO a desistência. Com fundamento no artigo 267, inciso VIII, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Sem custas. Publicada em audiência. Registre-se. Arquive-se. Axixá do Tocantins, 23 de fevereiro de 2011. OCÉLIO NOBRE DA SILVA. Juiz de Direito."

PROCESSO Nº 2009.0008.1335-9/0 – AÇÃO DECCOBRANÇA.
REQUERENTE: EDVALDO BATISTA ALVES DA SILVA.
ADVOGADO: AMARO DA COSTA DANDA NETO – OAB/MA Nº 7374.
REQUERIDO: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS.
ADVOGADO: NADA CONSTA.
DESPACHO: "Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento. Inclua em pauta. Intimem-se as partes advertindo a parte autora que sua ausência implicará em extinção, e a requerida de que sua ausência importará em revelia e confissão. Cumpra-se. Axixá do Tocantins, 09 de março de 2010. OCÉLIO NOBRE DA SILVA. Juiz de Direito." CERTIDÃO: Certifico que os presentes autos se encontram em pauta de audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 03 de maio de 2011, às 10:20 horas. Dou fé. Axixá do Tocantins, 14 de abril de 2011. TEREZINHA RODRIGUES BARROZO, Escrivão Judicial.

PROCESSO Nº 2010.0003.3401-2/0 – AÇÃO DEDECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAIS E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.
REQUERENTE: ADAILTON ALVES DE CARVALHO.
ADVOGADO: MIGUEL ARCANJO DOS SANTOS – OAB/TO Nº 1671.
REQUERIDO: LOSANGO PROMOÇOES DE VENDA LTDA.
ADVOGADO: NADA CONSTA.
DESPACHO: "Cite-se a requerida para comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento, advertindo-a de que, não comparecendo ou, se comparecendo não contestar, presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados na inicial. Intime-se a parte autora para comparecer à audiência, advertindo-a de que não comparecendo o processo será arquivado. Inclua o feito em pauta e promovam as diligências necessárias. Cumpra-se. Axixá do Tocantins, 18 de agosto de 2010. OCÉLIO NOBRE DA SILVA, Juiz de Direito". CERTIDÃO: Certifico que os presentes autos se encontram em pauta de audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 03 de maio de 2011, às 17:00 horas. Dou fé. Axixá do Tocantins, 14 de abril de 2011. TEREZINHA RODRIGUES BARROZO, Escrivão Judicial.

PROCESSO Nº 2010.0003.1190-0/0 – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAIS.
REQUERENTE: ELIANE R.M. LEITE COMÉRCIO.
ADVOGADO: MIGUEL ARCANJO DOS SANTOS – OAB/TO Nº 1671.
REQUERIDO: BANCO DA AMAZÔNIA S/A.
ADVOGADO: NADA CONSTA.
DESPACHO: "Cite-se a requerida para comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento, advertindo-a de que, não comparecendo ou, se comparecendo não contestar, presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados na inicial. Intime-se a parte autora para comparecer à audiência, advertindo-a de que não comparecendo o processo será arquivado. Inclua o feito em pauta e promovam as diligências necessárias. Cumpra-se. Axixá do Tocantins, 18 de agosto de 2010. OCÉLIO NOBRE DA SILVA, Juiz de Direito". CERTIDÃO: Certifico que os presentes autos se encontram em pauta de audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 03 de maio de 2011, às 16:45 horas. Dou fé. Axixá do Tocantins, 14 de abril de 2011. TEREZINHA RODRIGUES BARROZO, Escrivão Judicial.

PROCESSO Nº 2010.0007.4539-0/0 – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.
REQUERENTE: ANTONIA DOS SANTOS SILVA CARNEIRO.
ADVOGADO: GUSTAVA CARVALHO LEITE – OAB/MA Nº 9071.
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT.
ADVOGADO: NADA CONSTA.
DESPACHO: "Cite-se a requerida para comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento, advertindo-a de que, não comparecendo ou, se comparecendo não contestar, presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados na inicial. Intime-se a parte autora para comparecer à audiência, advertindo-a de que não comparecendo o processo será arquivado. Inclua o feito em pauta e promovam as diligências necessárias. Cumpra-se. Axixá do Tocantins, 25 de agosto de 2010. OCÉLIO NOBRE DA SILVA, Juiz de Direito". CERTIDÃO: Certifico que os presentes autos se encontram em pauta de audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 03 de maio de 2011, às 17:45 horas. Dou fé. Axixá do Tocantins, 14 de abril de 2011. TEREZINHA RODRIGUES BARROZO, Escrivão Judicial.

PROCESSO Nº 2010.0011.2686-3 – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.
REQUERENTE: RAIMUNDO FERREIRA LIMA.
ADVOGADO: GUSTAVA CARVALHO LEITE – OAB/MA Nº 9071.
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT.
ADVOGADO: NADA CONSTA.
DECISÃO: "Defiro os benefícios da gratuidade judiciária, ante as disposições do art. 5º, inciso LXXIV da CF/88 e Lei nº 1.060/50. Cite-se o requerido, para tomar conhecimento da presente ação, e, querendo, oferecer resposta, com as advertências de praxe, contidas nos artigos 285, caput, 2ª parte, do Código de Processo Civil e 20 da Lei nº 9.099/95. Designo audiência una de conciliação, instrução e julgamento. Inclua em pauta. As partes devem comparecer a audiência acima designada acompanhada de seus advogados e testemunhas, até no máximo de 3 (três) para

cada. Cite-se. Intimem-se as partes. Diligencie-se. Cumpra-se. Axixá do Tocantins, 17 de dezembro de 2010. OCÉLIO NOBRE DA SILVA, Juiz de Direito." CERTIDÃO: Certifico que os presentes autos se encontram em pauta de audiência una de conciliação, instrução e julgamento para o dia 03 de maio de 2011, às 17:30 horas. Dou fé. Axixá do Tocantins, 14 de abril de 2011. TEREZINHA RODRIGUES BARROZO, Escrivão Judicial.

PROCESSO Nº 2010.0005.3676-6/0 – AÇÃO DE COBRANÇA.
REQUERENTE: RAIMUNDO MARQUES BARBOZA.
ADVOGADO: WLISSES LEÃO FERNANDES – OAB/MA Nº 7609.
REQUERIDO: COMPANHIA EXCELCIOR DE SEGUROS.
ADVOGADO: NADA CONSTA.
DECISÃO: "Cite-se o réu, via postal, para tomar conhecimento da presente ação e, querendo, oferecer resposta, com as advertências de praxe, contidas nos artigos 285, caput, 2ª parte, do Código de Processo Civil e 20 da Lei nº 9.099/95. Designo audiência una de conciliação, instrução e julgamento, a realizar-se no dia 05 de maio de 2011, às 10:00 horas, no Fórum local, devendo as partes comparecerem acompanhadas de seus advogados e testemunhas, até o máximo de 3 (três) para cada. Cite-se. Intimem-se as partes deste despacho. Diligencie-se. Cumpra-se. Axixá do Tocantins, 03 de novembro de 2010. OCÉLIO NOBRE DA SILVA, Juiz de Direito."

PROCESSO Nº 2010.0011.2685-5/0 – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURA DPVAT.
REQUERENTE: JOSÉ DA SILVA CAMPOS.
ADVOGADO: WLISSES LEÃO FERNANDES – OAB/MA Nº 7609.
REQUERIDO: COMPANHIA EXCELCIOR DE SEGUROS.
ADVOGADO: NADA CONSTA.
DECISÃO: "Defiro os benefícios da gratuidade judiciária, ante as disposições do art. 5º, inciso LXXIV da CF/88 e Lei 1.060/50. Cite-se o requerido, para tomar conhecimento da presente ação e, querendo, oferecer resposta, com as advertências de praxe, contidas nos artigos 285, caput, 2ª parte, do Código de Processo Civil e 20 da Lei nº 9.099/95. Designo audiência una de conciliação, instrução e julgamento. Inclua em pauta. As partes devem comparecer a audiência acima designada acompanhada de seus advogados e testemunhas, até no máximo de 3 (três) para cada. Cite-se. Intimem-se as partes. Diligencie-se. Cumpra-se. Axixá do Tocantins, 17 de dezembro de 2010. OCÉLIO NOBRE DA SILVA, Juiz de Direito." CERTIDÃO: Certifico que os presentes autos se encontram em pauta de audiência una de conciliação, instrução e julgamento para o dia 03 de maio de 2011, às 10:30 horas. Dou fé. Axixá do Tocantins, 14 de abril de 2011. TEREZINHA RODRIGUES BARROZO, Escrivão Judicial.

PROCESSO Nº 2009.0009.6947-4/0 – AÇÃO DE COBRANÇA.
REQUERENTE: ANTONIO RIBAMAR DE LIMA.
ADVOGADO: CARLOS RANGEL BANDEIRA BARROS – OAB/MA Nº 7080.
REQUERIDO: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.
ADVOGADO: NADA CONSTA.
DESPACHO: "Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento. Inclua em pauta. Intimem-se as partes advertindo a parte autora que sua ausência implicará em extinção, e à requerente de que sua ausência importará em revelia e confissão. Cumpra-se. Axixá do Tocantins, 09 de março de 2010. OCÉLIO NOBRE DA SILVA, Juiz de Direito." CERTIDÃO: Certifico que os presentes autos se encontram em pauta de audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 03 de maio de 2011, às 13:30 horas. Dou fé. Axixá do Tocantins, 14 de abril de 2011. TEREZINHA RODRIGUES BARROZO, Escrivão Judicial.

PROCESSO Nº 2009.0009.6946-4/0 – AÇÃO DE COBRANÇA.
REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO CARVALHO.
ADVOGADO: CARLOS RANGEL BANDEIRA BARROS – OAB/MA Nº 7080.
REQUERIDO: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.
ADVOGADO: NADA CONSTA.
DESPACHO: "Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento. Inclua em pauta. Intimem-se as partes advertindo a parte autora que sua ausência implicará em extinção, e à requerente de que sua ausência importará em revelia e confissão. Cumpra-se. Axixá do Tocantins, 09 de março de 2010. OCÉLIO NOBRE DA SILVA, Juiz de Direito." CERTIDÃO: Certifico que os presentes autos se encontram em pauta de audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 03 de maio de 2011, às 14:30 horas. Dou fé. Axixá do Tocantins, 14 de abril de 2011. TEREZINHA RODRIGUES BARROZO, Escrivão Judicial.

PROCESSO Nº 2009.0009.6945-6/0 – AÇÃO DE COBRANÇA.
REQUERENTE: ANTONIO ALVES DE SOUSA.
ADVOGADO: CARLOS RANGEL BANDEIRA BARROS – OAB/MA Nº 7080.
REQUERIDO: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.
ADVOGADO: NADA CONSTA.
DESPACHO: "Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento. Inclua em pauta. Intimem-se as partes advertindo a parte autora que sua ausência implicará em extinção, e à requerente de que sua ausência importará em revelia e confissão. Cumpra-se. Axixá do Tocantins, 09 de março de 2010. OCÉLIO NOBRE DA SILVA, Juiz de Direito." CERTIDÃO: Certifico que os presentes autos se encontram em pauta de audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 03 de maio de 2011, às 14:00 horas. Dou fé. Axixá do Tocantins, 14 de abril de 2011. TEREZINHA RODRIGUES BARROZO, Escrivão Judicial.

PROCESSO Nº 2008.0001.9311-5/0 – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.
REQUERENTE: MIGUEL FERNANDES DE SOUSA.
ADVOGADO: WELINGTON ZAFREDE – OAB/MA Nº 6278.
REQUERIDO: BANCO DAYCOVAL S/A.
ADVOGADO: MARIA FERNANDA BARREIRA DE FARIAS FORNOS – OAB/SP Nº 198.088.
DESPACHO: "Manifeste a parte requerida sobre o pedido de fl. 83/85. Intimem-se. Axixá do Tocantins, 06 de abril de 2011. OCÉLIO NOBRE DA SILVA, Juiz de Direito."

COLINAS

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº.: 2009.0005.3247- SMS
AÇÃO: CAUTELAR DE ARRESTO
REQUERENTE: BIOAGRO ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA
ADVOGADA: Dr. TALYANNA Barreira Leobas de França Antunes OAB-TO 2144
REQUERIDO: CONSTRUTORA PADRE LUSO LTDA e CR ALMEIDA S/A ENGENHARI A E CONSTRUÇÃO
ADVOGADO: Sem advogado constituído
ATO ORDINATÓRIO PROVIMENTO 02/2011,CAPÍTULO 2, SEÇÃO 6, ITEM 2.6.22, INCISO VI – FINALIDADE: Fica o Requerente, na pessoa de seu representante legal intimado, para efetuar o pagamento das custas processuais.
FUNJURIS: R$ 30,24
TAXA JUDICIÁRIA: R$ 20,00

2ª Vara Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 386/11 –Val

Ficam as partes por seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO).
AUTOS nº 2009.0009.1929-7/0
AÇÃO: COBRANÇA
REQUERENTE: VIVIANE FERNANDES DE ALBUQUERQUE TEIXEIRA
ADVOGADO: Dr. Ronei Francisco Diniz Araujo, OAB/TO 4158
REQUERIDO: FECOLINAS
ADVOGADO: Jose Marcelino Sobrinho OAB-TO 524-A
INTIMAÇÃO/despacho."..Considerando que a audiência prevista no art. 331 foi designada para o dia 20 de abril de 2011, quarta-feira santa, portanto feriado nacional (art. 110 da Lei 10/96), remarco a audiência para o dia 15/06/2011 às 16:00 horas. Colinas do Tocantins, 14 de abril de 2011 (ass) Etelvina Maria Sampaio Felipe- Juíza de Direito, 2ª Vara Cível".

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 385/11 –Val
Ficam as partes por seus advogados, intimados dos atos processuais abaixo relacionados: (Intimações conforme o Provimento 02/11 da CGJ-TO).
AUTOS nº 2009.0010.2336-0-5/0
AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS
REQUERENTE: Célio Marcio Alves Nogueira
ADVOGADO: Dr. Sergio Constantino Waschelesk, OAB/TO 1643
REQUERIDO:O ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO/despacho."..Considerando que a audiência prevista no art. 331 foi designada para o dia 20 de abril de 2011, quarta-feira santa, portanto feriado nacional (art. 110 da Lei 10/96), remarco a audiência para o dia 15/06/2011 às 14:30 horas. Recolha-se o mandado de fls. 85 aditando-o com a nova data e providencie as demais intimações. No mais, observo que o requerente foi declarado inimputável pelo Juiz da Vara Criminal, conforme decisão de fls. 23, o que demonstra não ser portador de capacidade civil, a fim de acautelar seus direitos, entendo bem em nomear-lhe curador especial, nos termos do art. 9º, I, do CPC para os atos do processo, o que o faço na pessoa de seu genitor Vicente Nogueira da Silva, o qual também deverá ser intimado para comparecer ao ato processual, de modo a sanar eventual irregularidade de sua representação processual. Não posso deixar de mencionar que a nomeação do genitor do autor como seu curador especial é somente para os fins processuais, de modo que em eventual procedência do pedido e constatada sua incapacidade para gerir sua pessoa e seus bens, imprescindível seja colocado sob curatela, em devido processo de interdição. Havendo interesse de incapaz, providencie a intimação do representante do Ministério Público (...). Colinas do Tocantins, 14 de abril de 2011 (ass) Etelvina Maria Sampaio Felipe- Juíza de Direito, 2ª Vara Cível".

1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

CARTA PRECATÓRIA Nº 2010.0006.11094-0 (CP 953/10) – ALEXS
Natureza: Carta Precatória
Deprecante: Juiz Federal da Subseção Judiciária de Marabá/PA
Deprecado: Juízo de Direito da Comarca de Colinas do Tocantins/TO - Vara Criminal
Réu: Luzmar Camilo da Silva, José Ângelo de Morua e Félix
Advogado do réu: Dr. Adwardys Barros Vinhal (OAB/TO nº 2541)
Despacho: "Tendo em vista a certidão de fls. 36, redesigno audiência para realização do ato deprecado para o dia 23/03/2011, às 09:00. Comunique-se o Juízo Deprecante. Intimese. Cumpra-se. Colinas do Tocantins, 23 de fevereiro de 2011. Baldur Rocha Giovannini. Juiz Substituto".

Autos n. 1212/02 - KA
Fica o procurador da parte abaixo identificado, intimado do teor do r. decisão proferido por este Juízo, nos autos abaixo mencionado: (Conforme o Provimento 002/11).
Ação Penal Pública Incondicionada
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Acusados: DONIZETE FELIX DA SILVA
Dr. Paulo César Monteiro Mendes Júnior, OAB/TO n. 1800.
Decisão proferida nos autos, cuja parte dispositiva segue transcrita: "Ante o exposto, e de tudo mais que se contém nos autos, com arrimo no art. 413 do CPP, por estar robustamente comprovada a materialidade do crime e indícios suficientes de autoria JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE, a pretensão acusatória de fls. 02 usque 05, para efeito de PRUNUNCIAR, como pronunciado tenho, DONIZETH FPELIX DA SILVA, como suposto autor da conduta tida por criminosa descriminada no artigo 121, caput, c/c art. 14, inciso II, todos do Código Penal contra a vítima LUCIANO FERNANDES

SOBRINHO, a fim de submetê-lo, oportunamente, a julgamento pelo Tribunal Popular do Júri desta Comarca. Tendo em vista o disposto no artigo 5º, inciso LVII, da Carta Magna, deixo de determinar o lançamento do nome do pronunciado no rol dos culpados. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Colinas do Tocantins, 01 de outubro de 2009. (ass) Tiago Luiz de Deus Costa Bentes, Juiz Substituto".

Autos n. 2010.0011.4839-5/0 (2565/10)
Fica o procurador da parte abaixo identificado, intimado do teor do r. decisão proferido por este Juízo, nos autos abaixo mencionado: (Conforme o Provimento 002/11).
Ação Penal Pública Incondicionada
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Acusados: JOÃO MÁRIO PEREIRA DA SILVA E GIOVANA DE JESUS ARAÚJO
Dr. Paulo Roberto da Silva, OAB/TO n. 284-A.
Decisão proferida nos autos, onde foi designado o dia 28/04/2011, às 16:40 horas, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento e debates orais, a realizar-se na Sala de Audiência da Vara Criminal da Comarca de Colinas do Tocantins-TO.

Autos n. 2011.0003.2031-1/0 (2323/11) - KA
Fica o procurador da parte abaixo identificado, intimado do teor do r. decisão proferido por este Juízo, nos autos abaixo mencionado: (Conforme o Provimento 002/11).
Ação Pedido de Revogação de Prisão Preventiva
Requerente: JOSÉ FRANCISCO FERREIRA ALENCAR
Dr. Joaquim Gonzaga Neto, OAB/TO .
Decisão proferida nos autos, às fl. 56, a seguir transcrita: "Verifico que encontram presentes os pressupostos objetivos e subjetivos inerentes ao recurso interposto, quais sejam: legitimidade, interesse processual e tempestividade. Dessa forma, recebo o presente RESE no seu efeito devolutivo. Destarte, intime-se o recorrente para apresentar suas razões, no prazo de 02 (dois) dias (art. 588, caput, do CPP). Decorrido o prazo, dê-se vista ao recorrido, por igual prazo, para, querendo, oferecer contra razões ao recurso (art. 588, parte final do CPP). Após, volvam-em os autos para fins do art. 589 do CPP. Cumpra-se. Colinas do Tocantins-TO, 11 de abril de 2011. Baldur Rocha Giovannini – Juiz Substituto.

1ª Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)
BOLETIM EXPEDIENTE 297/11 – E
Autos n. 2010.0005.4132-8 (7390/10)
Ação: Guarda
Requerente: CELSO LUIZ STULP
Advogado: DR. PAULO CESAR MONTIERO MENDES JUNIOR – OAB/TO 1800
Requerido: ANTONIA LIMA DE MELO
Fica o procurador do requerente acima identificado, intimado a providenciar o pagamento das custas processuais, relativamente à Carta Precatória para citação, relativamente aos autos em epígrafe, no prazo legal.

Juizado Especial Cível e Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE N320/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2008.0004.0855-3-AÇÃO ORDINÁRIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO CUMULADA COM PEDIDO DE DANOS MORAIS
RECLAMANTE: DAMIÃO JOSE DA SILVA
ADVOGADO: RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS – OAB/TO3138
RECLAMADO: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO: MILENA SAPIENZA – OAB/SP 211.637 e/ ou PAULO CESAR MONTEIRO MENDES JUNIOR – OAB/TO 1800
RECLAMADO: BRAVO COMERCIO DE MOTOS LTDA
ADVOGADO: ALESSANDRO DE PAULA CANEDO – OAB/TO 1334-A
INTIMAÇÃO: "(...) Como é cediço o prazo para interposição de recurso inominado previsto na Lei 9.099/95 é dez dias, a contar da ciência da sentença. No caso em tela o recorrente tomou ciência da sentença no dia 02/03/2011, conforme fl. 98, protocolando recurso via fac-símile, dia 16/03/2011, todavia juntou aos autos originais da aludida peça, somente, no dia 22/03/2011, o que entoa com a intempestividade da mesma, ocorrendo assim, a preclusão temporal. Deste modo, INDEFIRO o processamento do recurso de fls. 143/162 em razão de sua intempestividade. Colinas do Tocantins, 30 de março de 2011.Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº319/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2008.0004.0853-7-AÇÃO ORDINÁRIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO CUMULADA COM PEDIDO DE CANCELAMENTO DE RESTRIÇÃO E EXCLUSÃO DO SPC / SERASA C/C PEDIDO DE LIMINAR E DANOS MORAIS
RECLAMANTE: DAMIÃO JOSE DA SILVA
ADVOGADO: RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS – OAB/TO3138
RECLAMADO: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO: CRISTIANE DE SÁ MUNIZ COSTA – OAB/TO 4.361
RECLAMADO: BRAVO COMERCIO DE MOTOS LTDA
ADVOGADO: ALESSANDRO DE PAULA CANEDO – OAB/TO 1334-A
INTIMAÇÃO: "Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões do recurso, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se. Colinas do Tocantins, 30 de março de 2011.Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 318/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2008.0007.8094-0 – AÇÃO INDENIZATORIA POR DANOS MORAIS C/C DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA PARA EXCLUSÃO DE DADOS JUNTO AO SERASA E SPC
RECLAMANTE: LUISMAR WANDERLEI DOS SANTOS
ADVOGADO: JOSIAS PEREIRA DA SILVA – OAB/TO 1677
RECLAMADO: FINANCEIRA ITAU CBD S/A
ADVOGADO: ANDRÉ RICARDO TANGANELI – OAB/TO 2315
INTIMAÇÃO: "(...)Isto posto, HOMOLOGO o acordo entabulado pelas partes e , JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, com fundamento no artigo 269, inciso III do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, arquivem-se com as anotações de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Colinas do Tocantins, 06 de abril de 2011.Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 317/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2010.0009.8163-8 - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS
RECLAMANTE: RENATA FALEIRO PEREIRA
ADVOGADO: RONEI FRANCISCO DINIZ ARAÚJO – OAB/TO 4158
RECLAMADO: ETTAL – ESCOLA TÉCNICA PROFISSIONALIZANTE LTDA
ADVOGADO: ANA PAULA DE CARVALHO – OAB/TO 2895
INTIMAÇÃO: "(...) Ante o exposto, ACOLHO O PEDIDO da autora, para CONDENAR a Requerida na obrigação de pagar à Requerente à quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) pelos danos morais, corrigidos pelo INPC/IBGE desde a propositura da ação e com juros de 1% ao mês (CC, art. 406, c/c art. 161, § 1º, do CTN) a partir da citação (CC, art. 405), bem como pagar o valor de R$ 360,00 (trezentos e setenta reais) a título de danos materiais, com juros de 1% ao mês e correção, índice INPC/IBGE, desde a data do respectivo desembolso. Em conseqüência, resolvo o mérito da lide (CPC, art. 269, I). Esclareço, ainda, que decorrido o prazo de 15 dias do trânsito e julgado desta sentença, sem o cumprimento espontâneo da obrigação, incidirá de pleno direito e independentemente de nova intimação a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC. Isento de custas, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Colinas do Tocantins, 30 de março de 2011. Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 316/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2010.0009.8161-1 - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS
RECLAMANTE: FRANCISCA RENATA LIMA DA SILVA
ADVOGADO: RONEI FRANCISCO DINIZ ARAÚJO – OAB/TO 4158
RECLAMADO: ETTAL – ESCOLA TÉCNICA PROFISSIONALIZANTE LTDA
ADVOGADO: ANA PAULA DE CARVALHO – OAB/TO 2895
INTIMAÇÃO: "(...) Ante o exposto, ACOLHO O PEDIDO da autora, para CONDENAR a Requerida na obrigação de pagar à Requerente à quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) pelos danos morais, corrigidos pelo INPC/IBGE desde a propositura da ação e com juros de 1% ao mês (CC, art. 406, c/c art. 161, § 1º, do CTN) a partir da citação (CC, art. 405), bem como pagar o valor de R$ 3.010,00 (três mil e dez reais) a título de danos materiais, com juros de 1% ao mês e correção, índice INPC/IBGE, desde a data do respectivo desembolso. Em conseqüência, resolvo o mérito da lide (CPC, art. 269, I). Esclareço, ainda, que decorrido o prazo de 15 dias do trânsito e julgado desta sentença, sem o cumprimento espontâneo da obrigação, incidirá de pleno direito e independentemente de nova intimação a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC. Isento de custas, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Colinas do Tocantins, 30 de março de 2011. Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 315/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2008.0007.8083-5 – AÇÃO CAUTELAR INOMINADA DE SUSTAÇÃO E/OU CANCELAMENTO DE PROTESTO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
RECLAMANTE: KEILANY ALMEIDA MORAIS
RECLAMADO: TEREZA CORDEIRO AZEVEDO GATTO
ADVOGADO: STEPHANE MAXWELL DA SILVA FERNANDES – OAB/TO 1791
INTIMAÇÃO: "(...)À luz dessas considerações, vislumbra-se que o autor legalmente intimado não promoveu as diligencias que lhe competia para o andamento do processo, desta feita, deu ensejo à extinção do mesmo sem julgamento do mérito, Certidão de fl. 96v. Pelo exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 267, III e § 1º do Código de Processo Civil. Autorizo o desentranhamento dos documentos mediante recibos nos autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, arquivem-se com anotações de estilo. Colinas do Tocantins, 30 de março de 2011.Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 304/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2010.0009.8166-2 - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS
RECLAMANTE: FERNANDO NEVES DE SOUZA
ADVOGADO: RONEI FRANCISCO DINIZ ARAÚJO – OAB/TO 4158
RECLAMADO: ETTAL – ESCOLA TÉCNICA PROFISSIONALIZANTE LTDA
ADVOGADO: ANA PAULA DE CARVALHO – OAB/TO 2895
INTIMAÇÃO: "(...) Ante o exposto, ACOLHO O PEDIDO do autor, para CONDENAR a Requerida na obrigação de pagar ao Requerente à quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) pelos danos morais, corrigidos pelo INPC/IBGE desde a propositura da ação e com juros de 1% ao mês (CC, art. 406, c/c art. 161, § 1º, do CTN) a partir da citação (CC, art. 405), bem como pagar o valor de R$ 2.380,00 (dois mil trezentos e oitenta reais) a título de danos materiais, com juros de 1% ao mês e correção, índice INPC/IBGE, desde a data do respectivo desembolso. Em conseqüência, resolvo o mérito da lide (CPC, art. 269, I). Esclareço, ainda, que decorrido o prazo de 15 dias do trânsito e julgado desta sentença, sem o cumprimento espontâneo da obrigação, incidirá de pleno direito e independentemente de nova intimação a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC.

Isento de custas, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Colinas do Tocantins, 31 de março de 2011. Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº314/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2008.0001.3368-6- AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATORIO - DPVAT
RECLAMANTE: JOSE OSAIR DA SILVA
ADVOGADO: JEFTHER GOMES DE MORAIS OLIVEIRA – OAB/TO 2908
RECLAMADO: SEGURADORA BRADESCO S.A
ADVOGADO: JULIO CESAR DE MEDEIROS COSTA – OAB/TO 3595 e/ ou SARAH GABRIELLE ALBUQUERQUE ALVES – OAB/TO 4247-B
INTIMAÇÃO: "Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões do recurso, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.Colinas do Tocantins, 13 de abril de 2011.Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 303/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2010.0009.8167-0 - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS
RECLAMANTE: CLEIDIANE RODRIGUES CASTRO
ADVOGADO: RONEI FRANCISCO DINIZ ARAÚJO – OAB/TO 4158
RECLAMADO: ETTAL – ESCOLA TÉCNICA PROFISSIONALIZANTE LTDA
ADVOGADO: ANA PAULA DE CARVALHO – OAB/TO 2895
INTIMAÇÃO: "(...) Ante o exposto, ACOLHO O PEDIDO da autora, para CONDENAR a Requerida na obrigação de pagar à Requerente à quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) pelos danos morais, corrigidos pelo INPC/IBGE desde a propositura da ação e com juros de 1% ao mês (CC, art. 406, c/c art. 161, § 1º, do CTN) a partir da citação (CC, art. 405), bem como pagar o valor de R$ 2.975,00 (dois mil novecentos e setenta e cinco reais) a título de danos materiais, com juros de 1% ao mês e correção, índice INPC/IBGE, desde a data do respectivo desembolso. Em conseqüência, resolvo o mérito da lide (CPC, art. 269, I). Esclareço, ainda, que decorrido o prazo de 15 dias do trânsito e julgado desta sentença, sem o cumprimento espontâneo da obrigação, incidirá de pleno direito e independentemente de nova intimação a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC. Isento de custas, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Colinas do Tocantins, 31 de março de 2011. Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 313/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2010.0009.8214-6 – OBRIGAÇÃO DE FAZER
REQUERENTE: CLEUZA DE SOUZA SILVA
ADVOGADO: SÉRGIO ARTUR SILVA OAB/TO 3469
REQUERIDO: BRASIL TELECOM
ADVOGADA: TATIANA VIEIRA ERBS OAB/TO 3070
INTIMAÇÃO: "... Redesigno audiência de Instrução e Julgamento para o dia 27/04/2011, às 14:30 horas. Renovem-se a s diligências necessárias. Intimem-se. Cumpra-se. Colinas do Tocantins, 22 de março de 2011. Umbelina Lopes Pereira – Juíza de Direito

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 312/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2010.0009.8217-0 - RECLAMAÇÃO
REQUERENTE: GILDEVAN DAS NEVES SALES E MARIA ALVES AGUIAR
ADVOGADO: ANTÔNIO ROGÉRIO BARROS DE MELLO OAB/TO 4159
REQUERIDO: FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: JADER FERREIRA DOS SANTOS OAB/TO 3696
REQUERIDO: PLANO DE SAÚDE UNIMED
ADVOGADO: ADONIS KOOP OAB/TO 2176 E EMERSON COTINI OAB/TO 2098
INTIMAÇÃO: "... Redesigno audiência de Instrução e Julgamento para o dia 27/04/2011, às 14:00 horas. Renovem-se a s diligências necessárias. Intimem-se. Cumpra-se. Colinas do Tocantins, 22 de março de 2011. Umbelina Lopes Pereira – Juíza de Direito

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 311/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2010.0000.3111-7 - DECLARATÓRIA
REQUERENTE: DANIEL DE MOURA COELHO
ADVOGADO: ANTÔNIO ROGÉRIO BARROS DE MELLO OAB/TO 4159
REQUERIDA: TIM CELULAR S/A E ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO
ADVOGADO: BRUNO AMBROGI CIAMBRONI OAB/SP 291.013
INTIMAÇÃO: "... Redesigno audiência de Instrução e Julgamento para o dia 27/04/2011, às 15:00 horas. Renovem-se a s diligências necessárias. Intimem-se. Cumpra-se. Colinas do Tocantins, 22 de março de 2011. Umbelina Lopes Pereira – Juíza de Direito

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 310/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2007.0001.8540-8 - RECLAMAÇÃO
REQUERENTE: RENATA DE SIQUEIRA
ADVOGADO: FÁBIO ALVES FERNANDES OAB/TO 2635
REQUERIDA: RETÍFICA DE MOTORES CAPITAL LTDA
ADVOGADOS: RONALDO EURÍPEDES DE SOUZA OAB/TO 1598 E ADRIANA DURANTE OAB/TO 3084
INTIMAÇÃO: "... Como não foi possível acordo entre as partes, designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia 01 de junho de 2011, às 15:00 horas, ressaltando que as preliminares argüidas pela requerida serão oportunamente enfrentadas quando da sentença, observando-se a ritualística dos Juizados Especiais. Intimem-se. Cumpra-se. Colinas do Tocantins, 25 de março de 2011. Umbelina Lopes Pereira – Juíza de Direito

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº309/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2007.0008.9411-5- AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS
RECLAMANTE: ELIENE PAULO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: PAULO CESAR MONTEIRO MENDES JUNIOR – OAB/TO 1800
RECLAMADO: JOAQUIM OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO: BERNARDINO COSOBECK DA COSTA – OAB/TO 4138 e/ ou SERGIO C. WACHELESKI – OAB/TO 1643
INTIMAÇÃO: "Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos dos artigos 2º, parágrafo único e 4º, parágrafo único da Lei 1060/50 e art. 5º inciso LXXIV da CRFB/88, consoante afirmação e comprovação do requerente de não ter condições econômicas e financeiras de suportar as custas e demais despesas processuais sem prejuízo próprio ou de sua família. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões do recurso, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.Colinas do Tocantins, 13 de abril de 2011.Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 302/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2010.0009.8154-9 - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS
RECLAMANTE: ALDO DE SOUZA OLIVEIRA
ADVOGADO: RONEI FRANCISCO DINIZ ARAÚJO – OAB/TO 4158
RECLAMADO: ETTAL – ESCOLA TÉCNICA PROFISSIONALIZANTE LTDA
ADVOGADO: ANA PAULA DE CARVALHO – OAB/TO 2895
INTIMAÇÃO: "(...) Ante o exposto, ACOLHO O PEDIDO do autor, para CONDENAR a Requerida na obrigação de pagar ao Requerente à quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) pelos danos morais, corrigidos pelo INPC/IBGE desde a propositura da ação e com juros de 1% ao mês (CC, art. 406, c/c art. 161, § 1º, do CTN) a partir da citação (CC, art. 405), bem como pagar o valor de R$ 3.395,00 (três mil, trezentos e noventa e cinco reais) a título de danos materiais, com juros de 1% ao mês e correção, índice INPC/IBGE, desde a data do respectivo desembolso. Em conseqüência, resolvo o mérito da lide (CPC, art. 269, I). Esclareço, ainda, que decorrido o prazo de 15 dias do trânsito e julgado desta sentença, sem o cumprimento espontâneo da obrigação, incidirá de pleno direito e independentemente de nova intimação a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC. Isento de custas, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Colinas do Tocantins, 31 de março de 2011. Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº308/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2010.0005.6826-9- AÇÃO DECLARATORIA DE ENEXISTENCIA DE DEBITO DANOS MORAIS C/C PEDIDO DE CAUTELAR INOMINADA
RECLAMANTE: MANOEL PEREIRA DE SOUSA
ADVOGADO: THIELL MASCARENHAS AIRES – OAB/TO 4683
RECLAMADO: ATLANTICO FUNDO DE INVESTIMENTOS
ADVOGADO: SARAH GABRIELLE ALBUQUERQUE ALVES – OAB/TO 4247
INTIMAÇÃO: "Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões do recurso, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.Colinas do Tocantins, 13 de abril de 2011.Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº307/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2010.0000.9397-0- AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA
RECLAMANTE: CONSTANCIO ANTONIO DIAS FRANCO
ADVOGADO: JEFTHER GOMES DE MORAIS OLIVEIRA – OAB/TO 2908
RECLAMADO: NAVESA NACIONAL DE VEICULOS LTDA
ADVOGADO: TAYRONE DE MELO – OAB/GO 2.189
INTIMAÇÃO: "Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões do recurso, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.Colinas do Tocantins, 13 de abril de 2011.Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 301/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2009.0009.8160-3 - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS
RECLAMANTE: ALCIELE APARECIDO ALVES DE SOUZA
ADVOGADO: RONEI FRANCISCO DINIZ ARAÚJO – OAB/TO 4158
RECLAMADO: ETTAL – ESCOLA TÉCNICA PROFISSIONALIZANTE LTDA
ADVOGADO: ANA PAULA DE CARVALHO – OAB/TO 2895
INTIMAÇÃO: "(...) Ante o exposto, ACOLHO O PEDIDO do autor, para CONDENAR a Requerida na obrigação de pagar ao Requerente à quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) pelos danos morais, corrigidos pelo INPC/IBGE desde a propositura da ação e com juros de 1% ao mês (CC, art. 406, c/c art. 161, § 1º, do CTN) a partir da citação (CC, art. 405), bem como pagar o valor de R$ 2.520,00 (dois mil e quinhentos e vinte reais) a título de danos materiais, com juros de 1% ao mês e correção, índice INPC/IBGE, desde a data do respectivo desembolso. Em conseqüência, resolvo o mérito da lide (CPC, art. 269, I). Esclareço, ainda, que decorrido o prazo de 15 dias do trânsito e julgado desta sentença, sem o cumprimento espontâneo da obrigação, incidirá de pleno direito e independentemente de nova intimação a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC. Isento de custas, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Colinas do Tocantins, 31 de março de 2011. Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº306/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO:2009.0002.1686-5 – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
RECLAMANTE:ROGERIO COELHO DO CARMO
ADVOGADO: RONEI FRANCISCO DINIZ ARAUJO – OAB/TO 4158
RECLAMADO: CR BANDEIRA LABRE E CIA LTDA EPP- LOJAS BANDEIRA
ADVOGADO: ANTONIO IANOWICH FILHO – OAB/TO 2643
RECLAMADO: ATLANTICO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NÃO PADRONIZADOS
ADVOGADO: JOSE EDGAR DA CUNHA BUENO FILHO – OAB/TO 4574
INTIMAÇÃO: "Ao teor da certidão de fl. 190, verifica-se que ao contrario do que consta na decisão de fls. 181/182, a Atlântico Fundo de Investimento apresentou comprovante de preparo recursal dentro do prazo legal, este apenas não havia sido juntado aos autos pelas razões expostas na certidão. Desta feita, reconsidero o referido decisum na parte que considerou o recurso deserto. Assim, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões do recurso de fls. 126/152, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se. Colinas do Tocantins, 17 de fevereiro de 2011. Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº305/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO:2009.0011.2677-0 – ALVARÁ JUDICIAL
RECLAMANTE:CLELIA DUARTE RIBEIRO DE PAULA
RECLAMANTE: RONAN RIBEIRO DE PAULA
RECLAMANTE: ROGERIO RIBEIRO DE PAULA
RECLAMANTE: GRAZIELLE RIBEIRO DE PAULA
ADVOGADO:LORENA BASTOS PIRES DE SOUSA - OAB/TO 1627
RECLAMADO: JUIZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE COLINAS DO TOCANTINS-TO
INTIMAÇÃO: "(...) Ante o exposto, DEFIRO o pedido autorizando os requerentes a receberem integralmente (100%), sendo 33,3333% para cada um, a importância referente ao PIS n.º 10551298674 em decorrência do falecimento do Sr. Almito de Paula e Silva, junto à Caixa Econômica Federal, na qualidade de herdeiros deste. Isento de custas, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei n.º 9.099/95. Transitado em julgado, arquive-se com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se intimem-se. Colinas do Tocantins, 18 de agosto de 2010. Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº300/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2009.0000.2803-1- AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS
RECLAMANTE: DELMI NOLETO DA SILVA
ADVOGADO: ADWARDYS BARROS VINHAL – OAB/TO 2541 e/ ou JOCELIO NOBRE DA SILVA – OAB/TO 3766
RECLAMADO: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS
ADVOGADO: MARIA DAS DORES COSTA REIS – OAB/TO 784
INTIMAÇÃO: "Diante da afirmação do requerente de que se encontra desempregado e os documentos apresentados que coadunam com a alegação de que não tem condições econômicas ou financeiras de suportar as custas e demais despesas processuais sem prejuízo próprio ou de sua família, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos dos artigos 2º, parágrafo único e 4º, parágrafo único da Lei 1060/50 e art. 5º inciso LXXIV da CRFB/88. Assim, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões do recurso, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.Colinas do Tocantins, 17 de fevereiro de 2011.Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº299/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2010.0008.2258-0- AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO CAUTELAR INOMINADO
RECLAMANTE: ANTONIA DE SOUSA LIMA SILVA
ADVOGADO: SERGIO MENEZES DANTAS MEDEIROS– OAB/TO 1659
RECLAMADO: BANCO BMG
ADVOGADO: ALUIZIO NEY MAGALHÃES AYRES – OAB/TO 1982-A e / ou FABIO DE CASTRO SOUZA – OAB/TO 2868
INTIMAÇÃO: "Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões do recurso, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.Colinas do Tocantins, 30 de março de 2011.Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº298/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2008.0003.2677-8- AÇÃO DE COBRANÇA
RECLAMANTE: REGINALDO PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: PAULO CÉSAR MONTEIRO MENDES JUNIOR – OAB/TO 1.800
RECLAMADO: HILDEGLAN DOURADO ARAUJO
ADVOGADO: SERGIO MENEZES DANTAS MEDEIROS– OAB/TO 1659
INTIMAÇÃO: "Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões do recurso, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.Colinas do Tocantins, 03 de março de 2011.Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº297/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO:2010.0009.8212-0 - AÇÃO DECLARATORIA DE INEXIBILIDADE DE DEBITO COM MEDIDA CAUTELAR INOMINADA DE CANCELAMENTO DE PROTESTO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
RECLAMANTE: DARCI MARTINS MARQUES
ADVOGADO:DARCI MARTINS MARQUES – OAB/TO 1.649
RECLAMADO: LIVRARIA JURIDICA PAULISTA LTDA
INTIMAÇÃO: "A autora ingressou neste juízo ao fundamento de que teve seu nome negativado pela requerida, requerendo a concessão de tutela antecipada para sustação do protesto de fl. 07. contudo, não juntou documento que comprove que quitou todo débito e que o protesto seja indevido. Intime-se a autora para emendar a inicial a fim de elucidar os fatos narrados, em especial para juntar aos autos documento que comprove o pagamento integral da dívida R$890,00 (oitocentos e noventa reais), no prazo de 10 (dez) dias, a fim de viabilizar a análise o pedido. Cumpra-se.Colinas do Tocantins, 15 de outubro de 2010. Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº296/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO:2011.0003.3538-6 - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, RESTITUIÇÃO DO INDEBITO, EXCLUSÃO NOME NEGATIVADO DO SPC E SERASA
RECLAMANTE:BORBA & BUENO LTDA
ADVOGADO:TENNER AIRES RODRIGUES- OAB/TO 4282
RECLAMADO: BRASIL TELECOM CELULAR S/A
INTIMAÇÃO: "A requerente ingressou com ação indenizatória perante este juízo, contudo não trouxe à colação nenhum documento que comprove sua condição de microempresa. Como é cediço, o art. 8º, § 1º da lei 9.099/95, estabelece que "somente as pessoas físicas capazes serão admitidas a propor ação perante o Juizado especial". Por força do dispositivo legal previsto no art. 38 da lei n.º 9.841/99, ficou determinado que "aplica-se às microempresas o disposto no § 1º do art. 8º da lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, passando essas empresas, assim como as pessoas físicas capazes, a serem admitidas a proporem ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas". Desta forma, por força da Lei 9.841/99, permitiu-se às microempresas serem autoras perante os juizados Especiais Cíveis. Assim, intime-se a requerente, via advogado, para, em 10 (dez) dias, a fim de juntar documento que comprove ser a mesma microempresa para que possa ser averiguada a competência deste juízo para processar e julgar a presente demanda, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, art. 267, I, do CPC. Cumpra-se.Colinas do Tocantins, 21 de fevereiro de 2011. Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº295/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO:2010.0001.7272-1 - AÇÃO DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE NEGOCIO JURIDICO C/C REPETIÇÃO DE INDEBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA COM CARATER DE MEDIDA CAUTELAR
RECLAMANTE:NARCIZA BEZERRA NEVES
ADVOGADO:SUELENE GARCIA MARTINS- OAB/TO 4605
RECLAMADO: FIDC NP MULTISEGMENTOS CREDITSTORE
ADVOGADO: ATILA EMERSON JOVELLI – OAB/SP 294222
INTIMAÇÃO: "Diante do exposto JULGO IMPROCEDENTE o pedido da autora NARCIZA BEZERRA NEVES, por entender que não fora comprovada a conduta ilícita da requerida, pelo que afasto a responsabilidade civil e a indenização pelo dano moral, devendo assim, a mesma pagar à requerida o débito, objeto da negativação ora atacada, acrescidos dos juros e correções monetárias legais.Em decorrência, revogo a liminar concedida quando da decisão de fls. 15/18.Isento de custas e despesas processuais, conforme o preceituado nos arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95.Publique-se.Registre-se.Intimem-se.Colinas do Tocantins, 21 de fevereiro de 2011. Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº294/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO: 2009.0005.8056-7- AÇÃO DE EXCLUSÃO DOS SACASDROS DE RESTRIÇÃO DO SERASA E SPC C.C. PEDIDO DE TUTELA ANTECIPATORIA C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
RECLAMANTE: ANTONIO AUGUSTO MILANI
ADVOGADO: LORENA BASTOS PIRES DE SOUSA – OAB/TO 1627
RECLAMADO: BANCO GMAC S.A
ADVOGADO: MARINOLIA DIAS DOS REIS– OAB/TO 1597
INTIMAÇÃO: "Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões do recurso, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.Colinas do Tocantins, 31 de março de 2011.Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº293/11
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.
Nº AÇÃO:2010.0001.7250-0 - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA
RECLAMANTE: V.A.M. DA SILVA -ME
ADVOGADO:REDSON JOSE FRAZÃO DA COSTA - OAB/TO 4332
RECLAMADO: BANCO DO BRASIL
ADVOGADO: SANDRO PISSINI ESPINDOLA – OAB-MS 6.817 e/ ou GUSTAVO AMATO PISSINI – OAB/TO 4694-A
INTIMAÇÃO: "Ante o exposto, ACOLHO O PEDIDO para CONDENAR o banco requerido na obrigação de pagar à Requerente à quantia de R$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) pelos danos morais, corrigido pelo INPC/IBGE desde a propositura da ação e com juros de 1% ao mês (CC, art. 406, c/c art. 161, § 1º, do CTN) a partir da citação (CC, art. 405) e PROMOVER a exclusão definitiva do nome da autora dos órgãos de proteção ao crédito no que se refere ao presente feito.De conseqüência resolvo o mérito da lide (CPC, art. 269, I).Esclareço, ainda, que decorrido o prazo de 15 dias do trânsito e julgado desta sentença, sem o cumprimento espontâneo da obrigação, incidirá de pleno direito e independentemente de nova intimação a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC.Isento de custas, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Colinas do Tocantins, 20 de outubro de 2010. Umbelina Lopes Pereira- Juíza de Direito."

CRISTALÂNDIA

Cartório de Família, infânica e Juventude e 2ª cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2011.0003.5309-9/0
PEDIDO: OBRIGAÇÃO DE FAZER
REQUERENTE: ITANIR ROBERTO ZANFRA
ADVOGADO: Dr. Júlio César Baptista de Freitas - 1361.
REQUERIDO: ELDER PAULO ZANFRA
ADVOGADO: Dr. Wilton Batista – OAB/TO 3809.
INTIMAÇÃO: Intimar os advogados das partes acima mencionados do despacho exarado nos referidos autos a seguir transcrito: 1.*Ad cautelam,* considerando-se que a conciliação é escopo precípuo da Justiça moderna, designo audiência de conciliação comum para o dia 11 / 05 / 2011, às 13:00 hs, oportunidade em que será apreciado o pedido liminar se as partes não transigirem.2.Considerando-se que o requerido espontaneamente compareceu aos autos e manifestou estar ciente do presente feito, está suprida a citação. Assim, INTIME-SE o requerido para a audiência designada, cientificando-o que se intimado não comparecer ou comparecendo não houver acordo, terá o prazo de 15 (quinze) dias para oferecer respostas indicando as provas que pretende produzir, sob pena dos efeitos processuais da revelia e confesso.

AUTOS Nº 2009.0004.5902-4/-0
PEDIDO: RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL
REQUERENTE: JOSÉ GONÇALO DE AZEVEDO
ADVOGADO: Dr. Wilton Batista - 3809.
REQUERIDO: ADÃO PEREIRA DOS SANTOS E OUTROS.
INTIMAÇÃO: Intimar o advogado da parte requerente acima mencionado da sentença de fls. 49/55 cuja parte conclusiva segue transcrita:" ... POSTO ISTO, acolho em parte o r. Parecer Ministerial de fl. 48vº e, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial e, de consequência, DECLARO o RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL entre JOSÉ GONÇALO AZEVEDO e MARIA PEREIRA GOMES, inscritos no CPF sob os nºs. 777.843.401-68 e 827.150.921-72, respectivamente, bem como DECLARO a requerida EVA PEREIRA DOS SANTOS, registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais desta Comarca de Cristalândia-TO, no Livro 11 – fls. 105 – nº. 5824, FILHA do requerente JOSÉ GONÇALO AZEVEDO, brasileiro, filho de Francisco Gonçalo de Azevedo e Maria Tereza da Silva, para que possa surtir seu jurídicos e legais efeitos.Indefiro o pedido de retificação da certidão de óbito de MARIA PEREIRA GOMES, ante a ausência comprovada de irregularidades naquele documento, ao contrário, verifica-se que ali consta a anotação de que o requerente era companheiro da falecida. Ademais, para fins previdenciários este decisum é suficiente a comprovar o reconhecimento da união estável.Deixo de apreciar o pedido de paternidade em face de ADÃO PEREIRA DOS SANTOS, uma vez que em audiência ambas as partes, requerente e requerida, pugnaram pela desistência no que tange a esta parte do pedido (fl. 27).JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, fulcrado no artigo 269, inciso I, 2ª figura, do Caderno Instrumental Civil.

DIANÓPOLIS

1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ação Penal n. 2006.0000.8118-3
Réu: JOELCI RUFINO DE AGUIAR
Advogado: JOSÉ ROBERTO AMENDOLA – OAB/TO 319-B
Despacho: "Intimem-se as partes para apresentarem, em cinco dias, as alegações finais. Cumpra-se. Dianópolis – TO, 03 de março de 2011 – Ciro Rosa de Oliveira – Juiz de Direito Titular da Vara Criminal."

1ª Vara Cível e Família

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n. 209.0003.1958-3 – RESSARCIMENTO
Requerente: Haroldo Sanchotene Goulart
Adv: Dra. Aline Rodrigues Martins – OAB/RS nº 73.833 e
Dr. Haroldo Sanchotene Goulart – OAB/RS nº 59.354
Requerido: Hagahús Araújo e Silva
DESPACHO:
Vistos etc. Compulsando os autos verifico que o requerente atualmente exerce a profissão de advogado e que anteriormente exercia a medicina (fls.25). Assim, tenho que tais fatos aliados ao valor da transação noticiada na inicial, demonstram que o requerente possui condições financeiras de arcar com o pagamento das custas processuais. Isto posto, indefiro o requerimento de assistência judiciária gratuita. Por falta de previsão legal, indefiro o requerimento de pagamento das custas ao final do processo. Intime-se o requerente para no prazo de 30(trinta) dias, recolher o valor das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição.Cumpra-se. Dianópolis-TO, 21/03/11. Fabiano Ribeiro, Juiz Substituto.

Autos n. 2009.0000.8573-0 - RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FATO
Requerente: J.R.L.
Adv: : Dr. Jales José Costa Valente – OAB/TO nº 450-B
Requerida: N.de S. B.
Adv. : Defensora Pública
DESPACHO:
Designo audiência de instrução e julgamento para realizar-se no dia 28/06/2011, às 17:00 horas.Intimem-se as partes. Notifique-se o representante do Ministério Público. Dianópolis-TO, 15 de fevereiro de 2011. Fabiano Ribeiro, Juiz de Direito Substituto.

FIGUEIRÓPOLIS

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2009.0004.30760
AÇÃO: APOSENTADORIA
REQUERENTE: MARIA LIMA MACEDO
ADVOGADO: Cleber Robson da Silva – OAB/TO 4.289-A
REQUERIDO: INSS
INTIMAÇÃO: Fica os advogados e as partes intimados do r. DESPACHO: "Tendo em vista que o juiz titular da Comarca de Alvorada fora promovido e, diante da substituição automática a meu cargo, conforme Instrução Normativa 05/2008, e ainda considerando a coincidência de pautas com esta Comarca, o qual sou titular, redesigno a presente audiência para o dia 07 de junho de 2011, às 17:00 horas. Intimem-se. Figueirópolis, 12 de abril de 2011. Fabiano Gonçalves Marques, Juiz de Direito.

AUTOS Nº 2011.0001.5897-2
AÇÃO: COBRANÇA
REQUERENTE: FRANCISCO ASSISENE SARAIVA DE SOUSA
ADVOGADO: Fábio Araújo Silva OAB/TO 380
REQUERIDO: Ubiraci de Sousa Milhomem, Candido Vieira Torres e Dirceu Carvalho do Nascimento
INTIMAÇÃO: Fica o advogado do requerente intimada redesignação de audiência de Conciliação dia 08 de junho de 2011 às 15:30 horas.

Autos: 2007.0003.6690-9 – Ação Monitória
Requerente: Sérgio Luiz Rocha
Advogado: Jaime Soares de Oliveira OAB/TO 800
Requerido: Antônio Bernardes da Costa
Advogado: Leomar Pereira da Conceição OAB/TO 174-A
Ficam as partes e seus advogados acima mencionados, INTIMADOS da SENTENÇA prolatada nos autos em epígrafe, a seguir transcrita. DISPOSITIVO DA SENTENÇA: (...) Posto isso, com fundamento no art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil JULGO, EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, tudo nos termos da fundamentação supra articulada. Translade-se cópia da presente sentença aos autos de ação monitoria n° 2007.0003.6690-9, em apenso os quais, desde já também JULGO EXTINTOS SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do mesmo art. 267, inciso VI, do CPC, pelos fatos e fundamentos aqui expostos. Considerando que cada litigante foi em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas. Por consectario, condeno as partes ao pagamento das custas processuais, sendo que os honorários advocatícios serão compensados entre os mesmos, (inteligência do artigo 21, do CPC). Publique-se, registre-se, intimem-se. Após o trânsito em julgado, e em não sendo promovida a execução no prazo de seis meses, arquivem-se os autos, na forma do art. 475-J, § 5º, do CPC. Cumpram-se. Figueirópolis/TO, 13 de abril de 2011. Fabiano Gonçalves Marques.

Autos: 2007.0001.9299-4 – Ação de Adjudicação Compulsória
Requerente: Antônio Bernardes da Costa
Advogado: Leomar Pereira da Conceição OAB/TO 174-A
Requerido: Sérgio Luiz Rocha
Ficam as partes e seus advogados acima mencionados, INTIMADOS da SENTENÇA prolatada nos autos em epígrafe, a seguir transcrita. DISPOSITIVO DA SENTENÇA: (...) Posto isso, com fundamento no art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil JULGO, EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, tudo nos termos da fundamentação supra articulada. Translade-se cópia da presente sentença aos autos de ação monitoria n° 2007.0003.6690-9, em apenso os quais, desde já também JULGO EXTINTOS SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do mesmo art. 267, inciso VI, do CPC, pelos fatos e fundamentos aqui expostos. Considerando que cada litigante foi em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas. Por consectario, condeno as partes ao pagamento das custas processuais, sendo que os honorários advocatícios serão compensados entre os mesmos, (inteligência do artigo 21, do CPC). Publique-se, registre-se, intimem-se. Após o trânsito em julgado, e em não sendo promovida a execução no prazo de seis meses, arquivem-se os autos, na forma do art. 475-J, § 5º, do CPC. Cumpram-se. Figueirópolis/TO, 13 de abril de 2011. Fabiano Gonçalves Marques.

AUTOS Nº 2010.0011.0465-7
AÇÃO: INDENIZAÇÃO
REQUERENTE: AIRTON GROSS
ADVOGADO: João Alberto Moreira Carvalho– OAB/GO 21375
REQUERIDO: SERV SAL DO NORDESTE COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO: Ronaldo Martins de Almeida – OAB/TO 4278
INTIMAÇÃO: Fica os advogados e as partes intimados do r. DESPACHO: "Tendo em vista que o juiz titular da Comarca de Alvorada fora promovido e, diante da substituição automática a meu cargo, conforme Instrução Normativa o5/2008, e ainda considerando a coincidência de pautas com esta Comarca, o qual sou titular, redesigno a presente audiência para o dia 09 de maio de 2011, às 09:30 horas. Intimem-se. Figueirópolis, 12 de abril de 2011. Fabiano Gonçalves Marques, Juiz de Direito.

AUTOS Nº 2010.0011.0464-9
AÇÃO: INDENIZAÇÃO
REQUERENTE: AIRTON GROSS
ADVOGADO: João Alberto Moreira Carvalho– OAB/GO 21375
REQUERIDO: Francisco Tomé de Souza
ADVOGADO: Ronaldo Martins de Almeida – OAB/TO 4278
INTIMAÇÃO: Fica os advogados e as partes intimados do r. DESPACHO: "Tendo em vista que o juiz titular da Comarca de Alvorada fora promovido e, diante da substituição automática a meu cargo, conforme Instrução Normativa o5/2008, e ainda considerando a coincidência de pautas com esta Comarca, o qual sou titular, redesigno a presente

audiência para o dia 09 de maio de 2011, às 10:00 horas. Intimem-se. Figueirópolis, 12 de abril de 2011. Fabiano Gonçalves Marques, Juiz de Direito.

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO ÀS PARTES

AUTOS: 2011.0000.5735-1 – CARTA PRECATÓRIA (AP. 2007.0001.2110-8)
Autora: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Acusado: SALOMÃO DE SOUZA MACIEL
Advogado: Dr. JAIRO JOAQUIM DA SILVACHAVES-OAB/TO 1.839-A
DESPACHO: "Designo audiência de inquirição de testemunhas para o dia 18 de maio de 2011, às 14:00 horas. Notifique-se o representante do parquet. Intimem-se. Cumpra-se. Comunique-se via fax ao Juízo deprecante". Figueirópolis, 13 de abril de 2011– Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito.

AUTOS N. 2010.0011.0481-9 – CARTA PRECATÓRIA (TCO N. 2010.0008.4542-6)
Autora: Ministério Público Estadual
Acusado: ANTONIO JACOB DA SILVA NETO – Advogado:
DESPACHO: "Designo audiência de suspensão do processo para o dia 18 de maio de 2011, às 14:30 horas. Notifique-se o representante do Ministério Público. Intimem-se. Cumpra-se. Comunique-se via malote digital, o Juízo deprecante". Figueirópolis, 13 de abril de 2011– Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito.

AUTOS: 2011.0001.5842-5 – AÇÃO PENAL
Autora: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Acusado: ZENY MEIRE DA SILVA
Advogado: Dr. EULER NUNES – Defensor Público
DECISÃO: "(...) A Denúncia foi recebida e a acusada foi, regularmente, notificada/citada e respondeu a acusação, por escrito, contudo, analisando detidamente o feito, inferi não ser caso de absolvição sumária, ao menos na presente fase em que encontram os autos, eis que, não vislumbrei a inexistência manifesta de causa de excludente da ilicitude do fato, da culpabilidade dos agentes, bem como, de que o fato narrado, evidentemente, não constitui crime de modo que mantenho a decisão de recebimento da denuncia e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 11 de maio de 2011, às 15:00 horas. Intimem-se. Requisitem-se". Figueirópolis, 25 de março de 2011– Fabiano Gonçalves Marques - Juiz de Direito.

FILADÉLFIA

1ª Escrivania Cível

EDITAL DE CITAÇÃO (Com o prazo de 20 dias)

O Dr. HELDER CARVALHO LISBOA, Juiz de Direito Substituto desta Comarca de Filadélfia -TO., na forma da lei, etc FAZ SABER a todos quanto virem este Edital de citação com prazo de 20(vinte)dias ou dele conhecimento tiverem, que por este meio, CITA-SE, LUCIANA BATISTA DOS SANTOS, representada por sua tia BERENICE BATISTA DOS SANTOS, brasileira, solteira, lavradora, atualmente em lugar incerto e não sabido, para os termos da Ação de Adoção Cumulada com Pedido de Guarda Provisória, nº 2009.0004.8850-4, tendo como parte requerente José Felix Silva e Maria de Lourdes de Sousa Parente e Requerida Luciana Batista dos Santos, representada por sua tia Berenice Batista dos Santos, para querendo contestar a presente ação no prazo de 10(dez) dias (art. 158 da Lei 8.069/90 – ECA), advertindo-a que não sendo contestada a ação presumir-se-ão aceitos pela mesma, como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no placar do Fórum. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Filadélfia, Estado do Tocantins, treze dias do mês de março do ano de dois mil e onze (13/04/2011). Eu. Lena E.S.S. Marinho, Escrivã o digitei e conferi. Helder Carvalho Lisboa. *Juiz de Direito Substituto*

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:
Autos n.º 2009.0005.8393-0 - Ação de Averbação de Nome.
Requerente:Luana Carlos de Sousa
Advogado:Dr.José Bonifácio Santos Trindade-OAB/TO nº 456
Requerido:Joselito Silva da Costa
Advogado:Não constituído
DESPACHO:"Defiro a manifestação ministerial, e em razão disso fixo o prazo de dez dias para o autor providenciar a emendar à inicial, sob pena de indeferimento. Cumpra-se. Filadélfia, 05/04/2011.(as) Dr.Helder Carvalho Lisboa – Juiz de Direito Substituto."

Autos n.º 2006.0003.6013-9 - Ação de Manutenção de Posse.
Requerente: César Franklin de Carvalho Aires Júnior
Advogado: Dr.Raniere Carrijo Cardoso-OAB/TO nº 2.214-B
Advogada: Dra.Mary Ellen Oliveti-OAB/TO nº 2387-B
Requerido:Rosivaldo de Tal e Outros
Advogado: Não constituído
DESPACHO: "Intime-se o autor para dar andamento no feito, no prazo de trinta dias, sob pena de extinção.Cumpra-se.Filadélfia, 24/03/2011.(as) Dr.Helder Carvalho Lisboa – Juiz de Direito Substituto."

Autos n.º 2009.0005.8396-5 - Ação de Constituição de Servidão Administrativa com Pedido de Imissão Provisória na Posse .
Requerente: IENNE – Interligação Elétrica Norte e Nordeste S/A
Advogado: Dr.Joventino Vieira - OAB/SC nº 7860
Requerido:Dorvalino Moreira Batista.
Advogado: Dr.Tenner Aires Rodrigues - OAB/PA nº 15.150-A
DESPACHO:"Intime-se o autor para manifestar-se sobre a contestação e documentos juntado em dez dias.A seguir conclusos, prioritariamente.Cumpra-se.Filadélfia, 24/03/2011.(as) Dr.Helder Carvalho Lisboa – Juiz de Direito Substituto."

AUTOS:2009.0004.5719-6
Ação: Busca e Apreensão
Requerente: Banco Finasa
Advogado: Dr. Abel Cardoso de Sousa OAB-TO.4156
Requerido: José Marinho da Costa
Advogado: não constituído
INTIMAÇÃO DE DESPACHO: Fica o advogado do requerente intimado do despacho do teor seguinte: "Intime-se a parte autora, através de seu procurador mencionado às fls. 30, via diário da justiça eletrônico, para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento da diligência do Sr. Oficial de Justiça, sob pena de extinção e o conseqüente arquivamento do presente processo. Filadélfia/TO, 24 de março de 2011. (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa, Juiz Substituto."

AUTOS:2009.0010.5358-7
Ação: Busca e Apreensão
Requerente: Ernesto de Carvalho Correa
Advogado: Dr. Edson Paulo Lins Júnior OAB-TO.2901
Requerido: José Irineu
Advogado: Dr. George Zarour Cézar OAB-MT. 12.174
INTIMAÇÃO DE DESPACHO: Fica o advogado do requerente intimado do despacho do teor seguinte: "Sobre a contestação juntada, às fls. 32/38, diga a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se a parte autora, através de seus defensores, via diário da justiça eletrônico. Filadélfia/TO, 29 de março de 2011. (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa, Juiz Substituto."

Autos n.º 2007.0001.9603-5- Ação de Indenização por Danos Morais .
Requerente: Nivalda Bezerra Teixeira
Advogado: Dr.Marques Elex Silva Carvalho - OAB/TO nº 1.971
Advogado:Dr.José Habaldo Vieira- OAB/TO nº 1.722-A
Requerido:Lojas Fama Comercio de Confecções LTDA
Advogado:Dr.Nilson Antônio Araújo dos Santos - OAB/TO nº 1.938
Advogada:Dra.Eliania Alves Faria Teodoro-OAB-TO nº 1464
Denuciado:Banco Bradesco S/A
Advogada:Dra.Luciana Soares Santana OAB/DF n° 29.532
DESPACHO: "Sobre a contestação apresentada pelo denunciado, determino a manifestação das partes em cinco dias. Após, conclusos. Cumpra-se.Filadélfia, 31/03/23011.(as) Dr.Helder Carvalho Lisboa – Juiz de Direito Substituto."

AUTOS:2009.0008.7383-1
Ação: Retificação de Registro Público
Requerente: Antonia Margarete de Oliveira Espírito Santo
Advogado: Dr. Álvaro Santos da Silva OAB-TO.2022
Requerido; Bernardino Cavalcante E. Santo
INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: Fica o advogado da requerente intimado da sentença do teor seguinte: "...Ante o exposto, acolho o parecer ministerial e julgo procedente o pedido, nos termos do art. 269, I, do CPC, para deferir o pedido para que seja retificado o registro imobiliário do imóvel supramencionado, expedindo-se o competente mandado de retificação, para que passe a constar o regime de casamento como sendo COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS. Oficie-se ao CRI de Filadélfia/TO para que proceda a respectiva averbação, nos termos do Art. 212 da Lei 6.015/73, sendo que deverá arcar financeiramente o erro a que deu causa, suportando todas e quaisquer custas ou emolumentos devidos. P.R.I. C. e com o trânsito em julgado, e após as formalidades legais, arquive-se os presentes autos com as baixas e anotações de praxe. Filadélfia/TO, 31 de março de 2011. (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa, Juiz Substituto."

Autos n.º 2009.0012.4054-9- Ação de Cobrança .
Requerente: Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Tocantins-SINTET
Advogado: Dr.Benedito dos Santos Gonçalves - OAB/TO nº 618
Advogado:Dr.Carlos Antônio do Nascimento- OAB/TO nº 1.555
Requerido:Município de Babaçulândia-TO
Advogada:Dra.Maria Nadja de Alcântara Luz - OAB/AL nº 4956
Advogado:Dr.José Bonifácio Santos Trindade - OAB/TO nº 456
DESPACHO:"Intime-se o autor para manifestar-se em dez dias sobre a contestação.Após,conclusos.Cumpra-se.Filadélfia, 24/03/2011.(as) Dr.Helder Carvalho Lisboa – Juiz de Direito Substituto."

Autos n.º 2006.0009.9598-3 Ação de Cobrança .
Requerente: Antonio Ferreira de Jesus Filho
Advogado: Dr.Orlando Rodrigues Pinto-OAB/TO nº 1.092-A
Requerido:Município de Filadélfia - Estado do Tocantins
Advogado:Dr.Giavane Fonseca de Miranda - OAB/TO nº 2529
DESPACHO: "A fim de não cercear o direito de defesa, nem tampouco se imputar a pecha de nulidade, intimem-se as partes para, em cinco dias, especificarem as provas que desejam produzir, ao tempo que o autor, através de seu novo patrono da causa fls. 80, deve manifestar-se sobre a contestação e documentos juntados. Após, conclusos. Cumpra-se.Filadélfia, 28/02/2011.(as) Dr.Helder Carvalho Lisboa – Juiz de Direito Substituto."

Autos n.º 2006.0009.9597-5 Ação de Cobrança .
Requerente:João Alberto Coelho da Silva
Advogado: Dr.Orlando Rodrigues Pinto-OAB/TO nº 1.092-A
Requerido:Município de Filadélfia - Estado do Tocantins
Advogado:Dr.Giavane Fonseca de Miranda - OAB/TO nº 2529
Intimação:Fica o advogado da parte autora intimada do despacho transcrito abaixo:
DESPACHO:"A fim de não cercear o direito de defesa, nem tampouco se imputar a pecha de nulidade, intime-se o autor para, em dez dias, manifestar-se sobre a contestação e documentos juntados. Intime-se.Filadélfia, 28/02/2011.(as) Dr.Helder Carvalho Lisboa – Juiz de Direito Substituto."

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.

Ação Penal n.º 2008.0006.4593-8.
Autor:Ministério Público Estadual.
Réu: Maria de Jesus Nascimento Cabral
Advogada: Dra. Maria de Fátima Fernandes Corrêa OAB-TO 1.673
Réu: Sandro Dias
Advogado: Dr. Paulo Roberto da Silva OAB-TO 284-A
INTIMAÇÃO: Ficam os advogados dos acusados, Dra. Maria de Fátima Fernandes Corrêa OAB-TO 1.673 e Dr. Paulo Roberto da Silva OAB-TO 284-A, intimados da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 29/06/2011 às 13:00 horas. Ficam também intimados da expedição de Carta Precatória à Comarca de Araguaína-TO para oitiva da vitima, testemunhas de acusação e testemunhas de defesa residentes em Araguaína-TO. DECISÃO. O Representante do MINISTÉRIO PUBLICO ofereceu denúncia contra MARIA DE JESUS NASCIMENTO CABRAL e SANDRO DIAS, dando a primeira denunciada com incursa nas penas do artigo 312, caput com causa geral de aumento de pena prevista no artigo 71, caput do CP, por inúmeras vezes, e o segundo denunciado no artigo 312, caput, do diploma repressivo. RELATÓRIO. Narra a inicial acusatória que: "Maria de Jesus Nascimento Cabral, vulgo "Mariinha", por diversas vezes, no decorrer do tempo em que respondeu pelo expediente da Delegacia de Babaçulândia (em especial durante o decorrer do ano de 2007), apropriou-se de valores (dinheiro) de que teve a posse em razão do cargo público, e, ainda, desviando-o em proveito próprio ou alheio, Segundo se logrou apurar, a primeira denunciada durante o tempo em que respondeu pelo expediente da Delegacia de Babaçulândia, por inúmeras vezes, ao receber os pedidos de autorização para a realização de eventos e festas dançantes, apropriava-se dos valores recebidos para a expedição do respectivo alvará. Assim, de posse dos valores em razão do cargo que ocupava na referida Delegacia, desviava o dinheiro para aquisição de produtos de limpeza, aquisição de bancos, aparelho de telefone, e, uma impressora, para a repartição policial. O segundo denunciado por sua vez, quando esteve à frente da Delegacia de Babaçulândia, no mês de maio de 2007, apropriou-se, uma vez, do valor de R$30,00 (trinta reais) referente à emissão de uma autorização (alvará) para a realização de festa dançante na cidade de Babaçulândia. Assim agindo, a primeira denunciada MARIA DE JESUS NASCIMENTO CABRAL, vulga 'Mariinha1, está incursa no art. 312, caput, por inúmeras vezes, na forma do art. 71, caput, do Código Penal, e, o denunciado SANDRO DIAS, está incurso no art. 312, caput, por uma vez, do Código Penal." Juntaram-se à exordial acusatória os documentos de fls. 05/123, consistente na sindicância que tramitou na Corregedoria Geral da Polícia Civil, cujo procedimento concluiu pelo indiciamento dos denunciados. Recebida a denúncia às fls.128, os acusados foram citados para apresentação de defesas prévias. O acusado Sandro Dias manifestou-se às fls.144/152, instruindo sua irresignação com documentos, oportunidade em que alegou, em síntese, negativa de autoria, ausência de justa causa, e falta de amparo legal, requerendo, ao final, a improcedência da acusação. Por sua vez a acusada Maria de Jesus Nascimento Cabral, apresentou resposta preliminar às fls. 176, reservando-se no direito de discutir o mérito da acusação durante a instrução processual. É a síntese dos autos. Passo a decidir. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA. Primeiramente, há de se consignar não haver qualquer mácula processual a ensejar nulidade, tendo em vista a observância do devido processo legal. Impende asseverar que não incumbe ao magistrado, nesta etapa, a análise do mérito da acusação, mas apenas a verificação da existência da materialidade e indícios suficientes da autoria do delito, de modo a possibilitar o julgamento da causa, a teor do que dispõem os arts. 41 e 395 ambos do CPP. Enfrento as circunstâncias legais acima referidas. Por imperiosa disposição normativa, a denúncia pode ser rejeitada quando for manifestamente inepta, e nesse sentido denoto que pela descrição fática das condutas, observo que não se pode assim considerá-la, pois a inicial acusatória ensejou aos acusados dados suficientes a sua admissibilidade, ao permitir adequação típica dos fatos, não havendo que se falar também em ausência de justa causa se os fatos articulados constituem, em tese, tipo penal. Ressalto, ademais, que o Ministério Público ao oferecer a denúncia amparou-se em elementos de prova colhidos durante a sindicância, contra a qual se defenderam os acusados, restando ambos indiciados. Não se pode perder de vista que a acusada Maria de Jesus Nascimento Cabral asseverou que pretende provar sua inocência durante o curso da instrução processual, circunstância que lhe favorece, uma vez que não está obrigada a antecipar sua matéria defensiva por ocasião da resposta preliminar. De uma perquirição minuciosa e detalhada dos autos é difícil concluir pela rejeição sumária da denúncia nesta etapa processual, pois houve a descrição de fatos típicos, os quais se encontram pelo menos em tese, relacionados a cada denunciado, de modo a permitir-lhes defenderem-se das respectivas imputações. Da análise dos elementos colhidos no bojo da sindicância levada à efeito pela Corregedoria Geral da Polícia Civil, a qual embasou a denúncia em parte reproduzida, reputo viabilidade para ter início a instauração da ação penal. Em relação ao acusado Sandro Dias, o mesmo afirmou que reconhece como sua, a assinatura aposta no alvará de fls.49, não sabendo indicar o destino do numerário recebido devido ao transcurso de tempo. Denoto a esse respeito que as indagações da defesa não merecem prosperar, sem haver sequer a instrução processual, momento em que podem ser acolhidas suas alegações pois nesta etapa sumária, cuja cognição não é exauriente, mas limitada, o recebimento da denúncia exige requisito mais tênue do que aquele apto a rejeitá-la. Verifica-se no caso em apreço, que o trancamento antecipado da ação penal reclama ausência de base para seu oferecimento, ou defeito formal, o que, à toda evidência, não se pode afirmar neste instante sem que tenha início sequer a instrução processual, pois o acervo indiciário coligido pelo Ministério Público contém um lastro probatório mínimo, e apresenta suporte fático-jurídico para que seja instaurada à respectiva ação penal contra os acusados. DISPOSITIVO. Diante do exposto, rejeito as defesas apresentadas pêlos acusados, e dou prosseguimento à ação penal por não vislumbrar presença de elemento robusto que afaste a justa causa para a persecução penal em juízo, razão pela qual deixo de absolver sumariamente ambos os acusados. Designo audiência, a ser realizada no dia 29/06/2011, às 13hOOmin, momento em que se procederá à tomada de declarações das vítimas, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e de defesa, interrogando-se, em seguida, ambos os acusados. Intimem-se os acusados via carta precatória e pelo diário da justiça seus respectivos defensores. Determino a expedição de carta precatória para inquirição das testemunhas de defesa, esclarecendo no expediente a data da realização desta audiência. Notifique-se o Ministério Público. Intimem-se as vítimas. Cumpra-se.Filadélfia/TO, 28 de março de 2011. (as) Dr. Helder Carvalho Lisboa - Juiz Substituto.

FORMOSO DO ARAGUAIA

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2009.0002.2048-0 – Usucapião
Requerente: Sebastião Simom Camelo Junior
Advogado: Dr. Janilson Ribeiro da Costa OAB/TO nº 734
Requerido: Cooperativa Mista Rural Lagoa Grande Ltda-Copergran
Advogado : Dr. Welton Charles Brito Macedo OAB/TO nº 1.351-B
OBJETO: INTIMAÇÃO ao procurador da parte requerida nos termos do inteiro teor da sentença de fls. 303/305 dos autos em epígrafe.

GOIATINS

1ª Escrivania Cível

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

A Exmª Sra. Dra. LILIAN BESSA OLINTO – Juíza de Direito respondendo por Comarca de Goiatins – Estado do Tocantins, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania Cível, se processam aos termos da Ação de Reconhecimento e Dissolução de União estável c/c Alimentos, reg. sob o nº 2011.0001.7324-6/0 (4.432/11), na qual figura como requerente Ozilene Matos da Silva em desfavor de João Santos de Lacerda, e, por meio deste CITAR o Sr. JOÃO SANTOS DE LACERDA, atualmente em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento da ação que ora tramita neste Juízo e respectivo cartório Cível, e, caso queira, poderá oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias (art. 297, CPC), advertindo-o de que a ausência de contestação acarretará na presunção de veracidade quanto aos fatos alegados pela parte autora (art. 285, segunda parte e art. 319, CPC, bem como INTIMÁ-LO da Decisão Judicial que fixou os alimentos provisórios no importe de 30% (trinta por cento) do salário do requerido. Goiatins/TO, aos 14 (quatorze) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e onze (2011). Eu,___, esc. que a dat. e subsc. LÍLIAN BESSA OLINTO – Juíza de Direito respondendo. CERTIDÃO: Certifico e dou fé que, afixei uma das vias do presente Edital no placar do Fórum local, às 14h00, na data de 14/04/2011. Eu,_____, Porteira dos Auditórios.

GUARAÍ

Diretoria do Foro

EDITAL N°. 01/2011

A Excelentíssima Juíza de Direito/Diretora do Foro da Comarca de Guaraí, Estado do Tocantins, Doutora Mirian Alves Dourado, no uso de suas atribuições legais; FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, quem nos termos disciplinados no Ofício Circular nº. 09/2011-CGJUS/TO e disposto no item 1.3.1 – Seção 3, da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça (Provimento nº. 02/2011-CGJUS), será realizada CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA, na Comarca de Guaraí/TO, nos dias 9 a 20 do mês de maio do corrente ano, nas dependências do Fórum local, bem como nas Serventias Extrajudiciais pertencentes à circunscrição da Comarca, com início às 09h00min do dia 9/5/2011 e encerramento previsto para o dia 20/5/2011 às 18:00min. Assim, CONVOCA para fazerem-se presentes aos trabalhos correicionais, os Juizes de Direito da aludida Comarca, todos os Serventuários da Justiça e, ainda os Oficiais das Serventias Extrajudiciais pertencentes à circunscrição da Comarca. Na oportunidade CONVIDA, para participar dos trabalhos, Representantes do Ministério Público da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados, bem como, os jurisdicionados em geral.Guaraí-TO, aos 6 dias do mês de abril do ano de dois mil e onze (2011). Mirian Alves Dourado Juíza de Direito/Diretora do Foro.

PORTARIA N°. 008/2011

Dispõe sobre Correição Geral Ordinária a ser realizada na Comarca de Guarai-TO.

A Excelentíssima Juíza de Direito, Mirian Alves Dourado, Diretora do Foro da Comarca de Guaraí, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o disposto no Ofício Circular 09 /2011-CGJUS/TO.
CONSIDERANDO o disposto no item 1.3.1 – Seção 3, da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça (Provimento nº. 02/2011-CGJUS).

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a realização de CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA na Comarca de 3ª entrância de Guaraí/TO, a se realizar nos dias 9, às 09:00min, com término provável para o dia 20 às 18:00min, do mês de maio do ano de 2011, nas dependências do Fórum local, bem como, nas Serventias Extrajudiciais pertencentes à circunscrição da aludida comarca;
Art. 2°. Determinar que os trabalhos correicionais serão executados pela Juíza Diretora do Foro, a Doutora Mirian Alves Dourado, com auxilio dos demais Juízes da Comarca: Dr. Jorge Amâncio de Oliveira, Dra. Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi e Dr. Alan Ide Ribeiro da Silva e serventuários da Justiça;
Art. 3º. Conforme o edital de correição, expeçam-se convites às partes, advogados, membros do Ministério Público, autoridades, serventuários, servidores, funcionalismo e a população em geral, para comparecem à solenidade de instalação da correição, que ocorrerá no dia 09/05/2011, às 9:00 horas bem como para que durantes os trabalhos, apresentem suas queixas, reclamações e sugestões, para o aprimoramento da prestação jurisdicional;

Art. 4°. Designar a serventuária: Lucélia Alves da Silva, matrícula: 148544, para exercer o cargo de Secretária da Correição, bem como a Escrevente: Bethania Tavares de Andrade, matrícula: 352627, como sua respectiva substituta;
Art. 5°. Determinar aos Escrivães, que procedam a imediata cobrança dos processos com carga, a fim de que todos os autos estejam em cartório no início da correição;
Art. 6°. Determinar ao Secretário da Diretoria do Foro que proceda à autuação dessa Portaria, dando início ao procedimento correicional, em cujo feito serão praticados todos os atos referentes à correição, em especial irregularidades encontradas ou reclamações apresentadas, bem como as determinações saneadoras, para, ao final dos trabalhos, proporcionar a elaboração do Relatório Final da Correição, que deverá ser enviado à Corregedoria-Geral até o décimo (10º) dia, após o encerramento dos trabalhos, permanecendo cópia nos autos.

Art. 7°. Designar os Excelentíssimos Juízes Substitutos, o Dr. Jorge Amâncio de Oliveira e o Dr. Alan Ide Ribeiro da Silva, para auxiliarem na correição dos Cartórios nas Serventias Extrajudiciais;
Art 8º. Suspender o expediente forense, exceto para a realização de audiências já designadas, bem como o decurso dos prazos, de modo a evitar prejuízo às partes, durante o período em que se realizará a Correição.
Art. 9º. Determinar a imediata expedição de todos os atos necessários, efétivando-se as publicações, convocações, comunicações e convites, nos termos do regramento afeto às Correições Gerais Ordinárias.
Art. 10º - Ordenar a remessa da cópia desta Portaria ao Egrégio Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, para os devidos fins.

Publique-se. Cumpra-se.

Guaraí-TO, aos 6 (seis) dias do mês de abril do ano de dois mil e onze (2011).

Mirian Alves Dourado
Juíza de Direito/Diretora do Foro

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)
BOLETIM DE EXPEDIENTE N.323/2011 - LF
Fica o advogado da parte Requerida abaixo identificada, intimado dos atos processuais abaixo relacionados:
Autos n°: 2009.0006.0206-4 – Ação de Indenização Por Danos Morais
Requerente: Diudete Carneiro da Silva Cunha
Advogado: Dr. Pedro Nilo G. Vanderlei – OAB/TO n.3141-A
Requerido: Prefeitura Municipal de Fortaleza do Tabocão/TO
Advogado: Dr. Wandeilson da Cunha Medeiros – OAB/TO n.2899
DESPACHO de fls. 187 verso: (...) "Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, especificarem a(s) prova(s) que pretendam produzir em audiências, justificando-a(s).Guaraí, 29/10/2010. (ass) Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi. Juíza de Direito".

BOLETIM DE EXPEDIENTE N.322/2011 - LF
Fica o advogado da parte Requerente abaixo identificada, intimada dos atos processuais abaixo relacionados:
Autos n°: 2010.0011.0666-8 – Ação de Retificação de Nome em Documento Público
Requerente: Ronniery Portilho Pereira
Advogado: Drª Karlla Barbosa Lima Ribeiro – OAB/TO n.3395
Requerido: Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Guaraí/TO
DESPACHO de fls. 22: (...) "Defiro o pleito retro. Cumpra-se, após vista ao IRMP. Guaraí, 17/02/2011. (ass) Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi. Juíza de Direito".

BOLETIM DE EXPEDIENTE N.321/2011 - LF
Fica o advogado da parte Requerente abaixo identificada, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
Autos n°: 2010.0004.3798-9 – Ação Reivindicatória
Requerentes: Marcio Henrique Nunes de Sousa e Raimunda Barros Nunes de Souza
Advogado: Dr. Sérgio Constantino Wacheleski – OAB/TO n.1643
Requerido: Município de Guaraí/TO
DECISÃO de fls. 70/71 – parágrafos: 2º e último: (...) "Dessarte, intime-se para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a exordial nos termos supra, comprovando a outorga uxória, que é obrigatória no caso em tela e procedendo a citação do cônjuge do requerido; sob pena de indeferimento da mesma (artigo 284, caput, parágrafo único, do CPC) e extinção do feito por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido do processo. (...) Finalmente, determino a intimação da parte autora para, no mesmo prazo, complementar o preparo do feito; sob pena de cancelamento da distribuição (artigo 257, do CPC). Guaraí, 20/09/2010. (ass) Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi. Juíza de Direito".

BOLETIM DE EXPEDIENTE N.320/2011 - LF
Fica o advogado da parte Requerente abaixo identificada, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
Autos n°: 2008.0004.1238-0 – Ação Ordinária de Cobrança c/c Perdas e Danos
Requerente: Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Tocantins – SINTRAS - TO
Advogado: Drª Elisandra Juçara Carmelin – OAB/TO n.3412
Requerido: Município de Guaraí/TO
DECISÃO de fls. 54/56 – parte final: (...) "Dessarte, intime-se para, no prazo de 05 (cinco) dias, demonstrar por quaisquer meios em direito admitidos, concreta e cabalmente, que sua situação econômica o impossibilita o acesso à Justiça; sob pena de indeferimento dos auspícios da assistência judiciária. Cumpra-se. Guaraí, 30/05/2008. (ass) Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi. Juíza de Direito".

BOLETIM DE EXPEDIENTE N.319/2011 - LF
Fica o advogado da parte Requerida abaixo identificada, intimados dos atos processuais abaixo relacionados:
Autos n°: 2008.0010.1926-7 – Ação Declaratória
Requerente: Íris Moréia Lopes
Advogado: Dr. Ildefonso Domingos Ribeiro Neto – OAB/TO n.372
Requerido: Banco Bradesco S.A
Advogado: Dr. Jose Edgard da Cunha Bueno Filho – OAB/SP n.126.504
DECISÃO de fls. 63/65 – parte final: (...) "Logo, a fim de se comprovar a legítima outorga de poderes ao(s) causídico(s) atuante no presente feito, impõe-se a aplicação do artigo 13, caput e inciso II, do CPC, determinando-se sua intimação – observando pedido de fls. 45 no tocante às comunicações processuais, o qual, desde já, defiro – para reguralização da representação postulatória, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de declarar a revelia da parte requerida; ressaltando-se que com fulcro no artigo 301, § 4º, do CPC, o juiz conhecerá de ofício acerca do defeito de representação. Concomitantemente, suspendo o feito. Guaraí, 19/01/2011. (ass) Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi. Juíza de Direito".

1ª Vara Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO (ART. 361 DO CPP).

AÇÃO PENAL n°.: 1.376/2000.
Infração: Art. 157, § 2º, Inc. II, c/c art. 29, ambos do Código Penal.
Vítima: Raimundo dos Santos Sousa.
Autor da denúncia: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
Acusados: EDMILSON GONÇALVES ROMÃO e LÚCIA DOS SANTOS ROCHA.
O doutor Alan Ide Ribeiro da Silva, Juiz de Direito substituto, ora respondendo por esta única Vara Criminal da Comarca de Guaraí - Estado do Tocantins, na forma da lei, etc...FAZ SABER a todos os que o presente Edital com prazo de 15 (quinze) dias, virem ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre seus trâmites legais, um processo crime que a Justiça Pública desta Comarca, como Autora, move contra LÚCIA DOS SANTOS ROCHA, brasileira, solteira, do lar, nascida no mês de agosto de 1976, natural de Itaporã/TO, filha de Maria Devania Santos Rocha, antes residente na Rua Ceará, em Pequizeiro/TO.; estando atualmente em lugar incerto e não sabido. Denunciados como incursos nas sanções dos Arts. 157, § 2º, Inc. II, c/c art. 29, ambos do Código Penal. E, como esta, se encontra em lugar incerto e não sabido, conforme certificou às fls. 74vº, o Oficial de Justiça incumbido da diligência de fl. 74, fica esta CITADA PELO PRESENTE, dos termos da denúncia de fls. 02/04, para que, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça, por escrito, resposta à acusação materializada na denúncia, conforme disposto no art. 396, parágrafo único, do Código de Processo Penal, com a nova redação lhe dada pela Lei nº. 11.719/08, de 20/06/2008, que passou a vigorar a partir de 22/08/08. Na resposta, o(a) acusado(a) poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guaraí, Estado do Tocantins, aos doze (12) dias do mês de abril do ano de dois mil e onze (2011). Eu,,(Jair Silva Evangelista), Escrevente, digitei a presente, e Eu,,(Aurenívea Souza Oliveira), Escrivã criminal em substituição, a conferi, certificando reconhecer a assinatura da magistrada abaixo identificada que mandou expedir o presente. (Ass.). Dr. Alan Ide Ribeiro da Silva-Juiz de Direito substituto respondendo pela Vara Criminal – CERTIDÃO. Certifico e dou fé, haver afixado no "Placar" do Fórum local, a cópia do presente Edital. Guaraí, 12 / 04 / 2011. (Ass.). Porteiro dos Auditórios.

Juizado Especial Cível e Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N. 2010.0009.5309-0
AÇÃO: DECLARATÓRIA
REQUERENTE: MARIA LUCIA GOMES
ADVOGADO: DR. DR ANDRES CATON KOPPER DELGADO
REQUERIDA: 14 BRASIL TELECOM CELULAR S.A
ADVOGADA: DRA BETHÂNIA RODRIGUES PARANHOS INFANTE
Eu, Eliezer R. de Andrade, Escrevente deste Juizado Especial Cível e Criminal na forma da lei.....
CERTIDÃO N. 05/04: Fica INTIMADO o Sr Advogado para requerer o levantamento da importância depositada bem como pedido de arquivamento caso não tenha mais nada a requerer. O referido é verdade e dou fé. Guaraí-TO, 14.04.2011.

Autos nº. 2010.0011.8255-0
Ação restituição c/c indenização
Requerente: IOLANDA BASTOS DA COSTA NOLETO
Advogado: Sem assistência
Requerido: BANCO PANAMERICANO S.A.
(6.0) SENTENÇA nº 34/04 Dispensado o Relatório nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. O processo teve seu trâmite normal, sendo designada audiência de conciliação, instrução e julgamento. Aberta a sessão da audiência (fls.67), constatou-se a presença da autora e ausência do banco requerido, apesar de devidamente citado e intimado (fls.66/v). A ausência do Requerido conduz à revelia, nos termos do artigo 20, da Lei 9.099/95, com o consequente reconhecimento da veracidade dos fatos alegados na inicial pela Requerente. No caso presente, ante a ausência de provas contrárias e considerando as provas juntadas pela Requerente (fls.05/62), há que se ter como verdadeiros os fatos alegados pela autora. Esclareça-se que a revelia incide sobre os fatos e não sobre o direito.A autora buscou o PROCON para resolver sua pendência com o Requerido, sem êxito. Diante disso, veio ao Judiciário e juntou aos autos ampla documentação que comprova suas alegações (fls. 05/62). Ante as provas apresentadas pela Requerente, citado e intimado, o Banco permaneceu inerte. Não se desincumbiu do ônus da prova que lhe cabia. Logo, outro caminho não há senão reconhecer como verdadeiros os fatos alegados pela Autora.Portanto, em razão disso, deve o Requerido ser responsabilizado de forma objetiva nos termos do artigo 18, do Código de Defesa do Consumidor deferindo-se o pedido de restituição em dobro nos termos do artigo 42, parágrafo único, da Lei 8.078/90.Quanto ao pedido de indenização por danos morais, verifica-se que as circunstâncias da lide demonstraram a violação a direito da personalidade da autora, pois as ocorrências transcendem o mero aborrecimento e simples transtorno do dia a dia. Porquanto demonstrada que em razão da cobrança indevida das parcelas, cuja origem e licitude não restaram provadas nos autos, a autora recorreu ao Procon e ao Poder Judiciário e o Banco não atendeu, não solucionou o problema. Diante disso e da evidente infringência às regras do CDC, pois não prestou um atendimento eficaz à Requerida mesmo sendo o Procon e o Judiciário acionados. Tal

descaso, desleixo com o consumidor viola sua dignidade e configurado lesão passível de compensação. Neste sentido há jurisprudência:RECURSO INOMINADO N° 032.2009.900.213-4 Origem: Juizado Especial Cível da Comarca de Palmas (Sistema Projudi) Natureza: Indenização por Danos Materiais e Morais Recorrente: Miriam Viana Rosa Advogado(s): Dr. Francisco José Sousa Borges Recorrido: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo Advogado(s): Dr. Mauro José Ribas e Outros EMENTA: CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO COM DESCONTO EM FOLHA. LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DA OBRIGAÇÃO. COBRANÇA INDEVIDA DE PARCELA PAGA. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. 1. Demonstrada a ocorrência de desconto indevido no contracheque da recorrente, tem a instituição financeira o dever de restituí-la e indenizá-la pelos danos morais sofridos. 2. Recurso provido parcialmente. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam os Juízes de Direito integrantes da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, em DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, para reformar a sentença monocrática e condenar o recorrido ao pagamento de R$ 238,55 (duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), pelos danos materiais, corrigidos monetariamente e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a data do desconto e ao valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) a título de indenização por danos morais. Sem custas e honorários, pelo parcial provimento. Participaram do julgamento, os Senhores Juízes Sandalo Bueno do Nascimento - Presidente e Relator, Fábio Costa Gonzaga e Ana Paula Brandão Brasil - Membros. Palmas-TO, 02 de janeiro de 2010.Diante disso, deve ser concedida a compensação a título de dano moral, observando-se na fixação do valor os critérios de razoabilidade para evitar o enriquecimento indevido. Observo que neste caso, a autora logrou êxito em ser ressarcida pelo requerido em relação ao valor de uma parcela que havia sido paga indevidamente. Portanto, considero este fato na análise da extensão do dano.Ante o exposto, com fundamento nas razões de fato e de direito alinhavadas e no disposto pelo artigo 20, da Lei 9.099/95, decreto a revelia do BANCO PANAMERICANO S.A.Com base nas mesmas razões, julgo procedentes os pedidos da autora IOLANDA BASTOS DA COSTA NOLETO em face de BANCO PANAMERICANO S.A., condenando este no ressarcimento em dobro do valor equivalente às duas parcelas cobradas e pagas indevidamente, no valor de R$1.707,57 (mil setecentos e sete reais e cinquenta e sete centavos) atualizados desde o desembolso (fls.49), ou seja, desde 14.04.2010, acrescidas de juros de mora de 1% ao mês a contar a partir da citação (fls.66/v), resultando um total de R$1.821,92 (mil, oitocentos e vinte e um reais e noventa e dois centavos).Julgo procedente também o pedido de indenização por danos morais com espeque nas mesmas fundamentações, e condeno o requerido no pagamento do valor de R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a serem corrigidos a partir desta sentença e juros moratórios de 1% ao mês, também com termo *a quo* da data desta sentença.Registre-se que, se houver recurso, caso a Turma Recursal mantenha sentença, considerando que o valor do dano moral é sempre contemporâneo, conforme súmula 362 do STJ, a correção monetária do valor arbitrado será computada a partir da data desta sentença independente da data de julgamento do recurso.Nos termos do que dispõe o artigo 475-J, do Código de Processo Civil determino o pagamento do valor total da condenação de R$4.321,92 (quatro mil, trezentos e vinte e um reais e noventa e dois centavos) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado desta sentença, sob pena do pagamento de multa equivalente a dez por cento (10%) sobre o valor total da condenação, independente de nova intimação, nos termos do Enunciado 105 – FONAJE e do artigo 52, inciso IV da Lei 9.099/95. Com fundamento no que dispõe o artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, declaro extinto o processo, com resolução de mérito.Registre-se que a intimação da sentença será realizada com sua publicação pelo Diário da Justiça deste Estado. Todavia, considerando que as partes estão desassistidas de advogado, os prazos para eventuais recursos e contagem para trânsito em julgado, correrão da data de intimação desta sentença, que ocorrerá por carta.Sem custas e honorários, nesta fase, conforme artigo 55, da Lei 9.099/95.Depois de transcorrido o prazo fixado para o cumprimento espontâneo da sentença, manifeste-se a Autora a necessidade de execução.Com o trânsito em julgado e não havendo outras manifestações, providencie-se a baixa e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.Publique-se (DJE/SPROC). Registre-se. Intimem-se as partes por carta. Guaraí - TO, 14 de abril de 2011. Jorge Amancio de Oliveira Juiz Substituto Auxiliar.

AUTOS Nº. 2011.0000.4238-9
AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO
REQUERENTE: ELIANE MARIA CARDOSO VALENÇA
ADVOGADO: DR. JOSÉ FERREIRA TELES
REQUERIDO: BANCO BMG S.A.
(6.0) SENTENÇA nº 33/04 Dispensado o Relatório nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido.Indeferido o pedido liminar (fls.51), foi designada audiência de conciliação, instrução e julgamento. Aberta a sessão da audiência (fls.53), constatou-se a presença da autora e ausência do banco requerido, apesar de devidamente citado e intimado (fls.51/v). A ausência do Requerido conduz à revelia, nos termos do artigo 20, da Lei 9.099/95, com o consequente reconhecimento da veracidade dos fatos alegados na inicial pela Requerente. No caso presente, ante a ausência de provas contrárias e considerando as provas juntadas pela Requerente (fls.11/49), há que se ter como verdadeiros os fatos alegados pela autora. Em razão do disposto na parte final do artigo 20, acima mencionado, é necessário analisar se as provas dos autos autorizam o julgamento de mérito em favor da autora.Registre-se que a inicial faz referência a dois contratos, um de número 178904918 e outro de número 173699589, sendo o primeiro de 36 (trinta e seis) parcelas e o segundo de 34 (trinta e quatro) parcelas. Todavia, infere-se dos demonstrativos de pagamento (fls.11/40) que há dois contratos firmados com o banco requerido, sendo, ambos, de 36 (trinta e seis) parcelas e não de 34. Igualmente se verifica que o boleto de fls. 48, embora faça referência a um plano de empréstimo de 34 parcelas, traz como contrato de origem o número 173699569, divergente do apresentado na inicial (173699589). Nada obstante essa divergência numérica constata-se que a alegação da autora de que efetuou o pagamento dos boletos em razão do acordo firmado com o banco restou provada às fls. 47/48. Todavia, analisando todo o conjunto probatório formado nos autos, constata-se que não restou provada nos autos a alegação de quitação integral do débito. Verifica-se que a autora entabulou acordo com o banco requerido para quitação das parcelas vencidas e vincendas, dos contratos consignados em sua folha de pagamento, no período de março de 2010 e julho de 2010, período este que alega ter havido rescisão contratual, recebendo os boletos n° 02931336-1, referente às parcelas 33, 34 35 e 36 de um plano de 36 e o boleto de n° 02931331-0 referente às parcelas 33 e 34 de um plano de 34, cujo pagamento restou provado nos autos às fls. 47/48. No entanto, o pagamento da parcela n° 31/36 no valor de R$193,55, referente ao mês de março, não restou provado nos autos, porquanto os boletos de pagamento de fls. 47/48 a ele não fez referência. Desta forma, não há que se falar em quitação integral do débito, porquanto não restou provado que a parcela 31/36, no valor de R$193,55 foi adimplida pela autora. Assim, a anotação restritiva desta parcela perante o órgão empregador foi devida (fls.45). Diante disso, o pedido de declaração da inexistência de débito deve ser indeferido, porquanto, pelo conjunto probatório apresentado pela Autora, conclui-se que ainda há uma parcela que não foi provada a sua quitação. As demais parcelas em aberto junto ao órgão empregador (fls.45) restaram provadas sua quitação.Em relação à alegação das parcelas pagas com duplicidade, há que salientar que restou provado nos autos o pagamento em duplicidade das parcelas 33/36, no valor de R$200,00; 34/36, no valor de R$193,65 e 36/36, no valor de R$193,65, conforme se infere dos documentos de fls. 36, 39, 40 e 47. A parcela 33/33, no valor de R$200,00 não restou provada a duplicidade, porquanto divergente o número de parcela e valores, conforme se verifica pelo demonstrativo de pagamento do mês de maio/2010 (fls.38) com o boleto de fls. 48. Como se verifica não há nos autos indicação de que exista plano de trinta e três parcelas, o qual conduziria à parcela 33/33.Neste sentido, se verifica que o banco deve ser responsabilizado a ressarcir a autora os valores equivalentes às parcelas pagas em duplicidade que restaram comprovadas, porquanto foi entabulado acordo com o requerido e este não foi diligente o suficiente para verificar quais parcelas estavam vencidas, quais já haviam sido pagas e quais ainda venceriam. Mais ainda, deveria o banco requerido ter comunicado o órgão empregador da autora para informar sobre o acordo entabulado e quais as parcelas estavam sendo abrangidas pelo acordo, porquanto se verifica que nem todas as parcelas foram incluídas. Assim, o pedido de restituição das parcelas pagas em duplicidade e comprovadas deve ser deferido, sem se falar em restituição em dobro, porquanto o débito era devido, não se aplicando o disposto no artigo 42, parágrafo único da Lei 8.078/90.O pedido de indenização por danos morais não deve ser deferido, porquanto restou provado que a anotação restritiva junto ao órgão empregador da autora (fls.45) relativa à parcela 31/36, no valor de R$193,55 foi devida, porquanto não se comprovou sua quitação.Ante o exposto, com fundamento nas razões de fato e de direito delineadas e no disposto pelo artigo 20, da Lei 9.099/95, decreto a revelia de BANCO BMG S.A.Com base nas mesmas razões, julgo parcialmente procedentes os pedidos da autora ELIANE MARIA CARDOSO VALENÇA em face de BANCO BMG S.A., condenando este no ressarcimento do valor R$587,30 (quinhentos e oitenta e sete reais e trinta centavos), equivalente ao valor das parcelas pagas em duplicidade, que atualizado desde o dia 04.09.2010 (fls.47) e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar a partir da citação (fls.51/v), resulta no valor total de R$628,08 (seiscentos e vinte e oito reais e oito centavos).Considerando que não restou comprovado que o registro da restrição foi indevido, mantenho a decisão liminar exarada em 25.01.2011.Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais com espeque nas mesmas fundamentações. Nos termos do que dispõe o artigo 475-J, do Código de Processo Civil determino o pagamento do valor total da condenação de R$628,08 (seiscentos e vinte e oito reais e oito centavos) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado desta sentença, sob pena do pagamento de multa equivalente a dez por cento (10%) sobre o valor total da condenação, independente de nova intimação, nos termos do Enunciado 105 – FONAJE e do artigo 52, inciso IV da Lei 9.099/95. Com fundamento no que dispõe o artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, declaro extinto o processo, com resolução de mérito.Registre-se que a intimação da sentença será realizada com sua publicação pelo Diário da Justiça deste Estado. Assim, os prazos para eventuais recursos e contagem para trânsito em julgado, correrão desta data. Sem custas e honorários, nesta fase, conforme artigo 55, da Lei 9.099/95.Depois de transcorrido o prazo fixado para o cumprimento espontâneo da sentença, manifeste-se a Autora a necessidade de execução.Com o trânsito em julgado e não havendo outras manifestações, providencie-se a baixa e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Publique-se (DJE/SPROC). Registre-se. Intime-se o autor via DJE e o banco requerido por carta enviando, também, para o endereço de sua Sede.Guaraí - TO, 14 de abril de 2011. Jorge Amancio de Oliveira Juiz Substituto Auxiliar.

AUTOS N° 2010.0008.0277-6
AÇÃO DE COBRANÇA – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
REQUERENTE: CICERO VERISSIMO DOS SANTOS
ADVOGADO: SEM ASSISTÊNCIA
REQUERIDO: CONSTRUCT – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA COMERCIO REPRESENTAÇÕES E PREMOLDADOS LTDA.
ADVOGADOS: DRA. ERLI BRAGA E DR. ISRAEL BARBOSA
(6.4.c) DECISÃO Nº 52/04 Iniciada a fase de cumprimento de sentença, foi realizada tentativa de penhora on-line, a qual foi parcialmente cumprida, conforme se infere do recibo de protocolamento de ordens judiciais de fls. 23/25. Diante disso, o requerido foi instado a apresentar embargos no prazo legal de 15 dias. Como se constata pela certidão de fls. 27/v, o requerido, regularmente intimado, deixou transcorrer o prazo e não se manifestou. Igualmente se verifica que o autor foi instado a manifestar concordância com o valor penhorado como quitação integral do débito ou indicar bens da empresa requerida passíveis de penhora para possibilitar o prosseguimento do feito. No entanto, verifica-se pela certidão de fls. 27/v que o autor requereu o levantamento do valor bloqueado e o prosseguimento do feito, sem indicar bens do requerido passíveis de penhora. Logo, o autor não cumpriu integralmente o despacho de fls. 22.Cabe salientar que a execução e cumprimento de sentença dependem de o devedor possuir bens e valores para responder à obrigação e de atos do credor no sentido de fornecer ao Juízo informações que permitam atos executivos no sentido de penhorar e alienar bens do devedor para satisfação da dívida. Como se comprova o requerente não indicou bens do requerido passíveis de penhora. Diante disso, é necessário cumprir o determinado no artigo 53, §4º, da Lei 9.099/95. Portanto, em razão da ausência de bens do requerido para penhora a fim de possibilitar o prosseguimento do feito, o processo deve ser extinto. Ante o exposto, com fundamento no artigo 51, *caput*, e §1º e artigo 53, §4º, ambos da Lei 9.099/95, EXTINGO o processo. Após o trânsito em julgado, expeça-se alvará para levantamento dos valores bloqueados (fls.23/24), R$4.197,27 (quatro mil, cento e noventa e sete reais e vinte e sete centavos) e seus eventuais acréscimos, observando-se as regras do Ofício Circular nº 057/2009 – CGJ-TO. Transitado em julgado, não havendo outras manifestações, providencie-se a baixa e arquivamento dos autos. Publique-se. Intime-se o autor, servindo cópia desta como carta. Intime-se o requerido via DJE. Guaraí, 14 de abril de 2011. Jorge Amancio de Oliveira Juiz Substituto Auxiliar.

AUTOS N° 2011.0000.4272-9
AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
REQUERENTE: JOELMA SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA
REQUERIDO: ATLANTICO FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITORIOS NÃO PADRONIZADOS
PREPOSTO: ALDAIR BARROS DA SILVA
ADVOGADA: DRA. KARLLA BARBOSA LIMA RIBEIRO
Data audiência publicação de sentença: 14.04.2011, às 16h30min.
(6.0) SENTENÇA CIVEL N° 32/04 Dispensado o relatório nos termos do artigo 38, da Lei 9.099/95. Decido. Por se tratar de relação de consumo e ante a hipossuficiência técnica e econômica da autora em relação à empresa requerida para a produção de provas, nos termos do artigo 6º, inciso VIII da Lei 8.078/90, o ônus da prova foi invertido. Verifica-se que a empresa Requerida, apesar de ciente do ônus que lhe competia desde a citação (fls.29/v°), não conseguiu comprovar os fatos impeditivos do direito que a Requerente alega possuir, limitando-se a apresentar contestação escrita, sem estar acompanhada das provas de suas alegações. Acrescente-se, ainda, que o preposto apresentado em audiência (fls.68), além de não apresentar proposta de conciliação, declarou ser contratado e não conhecedor dos fatos em julgamento. Tal conduta da Requerida infringe o disposto no artigo 9º, § 4º da Lei 9.099/95, além de contrariar os princípios dos Juizados que se baseiam na conciliação e solução de conflitos de forma imediata para atender à celeridade dos processos. Assim, frustrou-se a conciliação e também a instrução, pois o preposto não trouxe informações sobre os fatos. Tal atitude conduz à aplicação dos efeitos da confissão ficta, conforme tem sido o entendimento jurisprudencial da Turma Recursal de nosso Estado:"RECURSO INOMINADO Nº 2025/10 (JECC GUARAÍ – TO) - Referência: 2009.0006.7182-1/0; Natureza: Declaratória c/c Pedido de Danos Morais c/c Pedido de Liminar; Recorrente: Brasil Telecom S/A // Atlântico Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados; Advogado(s): Dr. André Guedes e outros // Dr. José Edgard da Cunha Bueno Filho; Recorrido: Anastácio Bento Alves de Sousa; Advogado(s): Dr. José Ferreira Teles; Relator: Juiz Fábio Costa Gonzaga.- SÚMULA DE JULGAMENTO – EMENTA: RECURSO INOMINADO - CONSUMIDOR - CESSÃO DE CREDITO - ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA - CONFISSÃO FICTA - PREPOSTO SEM PODERES - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Em relação de consumo, não há que se falar em ilegitimidade passiva quando há cessão de crédito, pois a empresa cessionária também responde, tendo em vista que passa a ocupar a cadeia de fornecedores. 2. Deve ser decretada a confissão ficta da empresa que nomeia preposto sem poderes para transigir, como aduz o art. 9o, §4° da Lei n.° 9.099/95. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, com súmula de julgamento servindo de acórdão, na forma do art. 46 da LJE. ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de Recurso Inominado n° 2025/10 em que figuram como recorrente BRASIL TELECOM S/A e ATLÂNTICO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS e como recorrido ANASTÁCIO BENTO ALVES DE SOUSA acordam os integrantes da 2a Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Tocantins, por unanimidade, negar provimento ao recurso, tudo nos termos da ata de julgamento, mantendo a sentença por seus próprios fundamento. Condeno os recorrentes no pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 20 % (vinte por cento) sobre o valor da causa. Votaram acompanhando o Relator, os Juízes Sandalo Bueno do Nascimento e Ana Paula Brandão Brasil. Palmas-TO, 08 de junho de 2010." – destaquei Saliente-se que, em razão da aplicação dos efeitos da confissão ficta e considerando a ausência de provas capazes de refutar o direito da Autora, há que se reputarem como verdadeiros os fatos alegados pela Requerente. Pois, a confissão ficta do preposto revela-se em presunção de verdade dos fatos alegados pela parte contrária. Ou seja, a falta de conhecimento dos fatos pelo preposto, somado às provas trazidas pela Requerente (docs de fls. 17/18), conduzem à presunção de veracidade das alegações feitas pela Autora. Ressalte-se que da análise do conjunto probatório dos autos, verifica-se que restou provada que a requerida inseriu, em 18.10.2008, o nome da autora junto aos cadastros restritivos de crédito, em especial SERASA (fls.17), imputando-lhe um débito no valor de R$103,02 e junto ao SPC (fls.18) um débito no valor de R$149,31, referentes, em ambos os cadastros, ao mesmo contrato de n° 11533799, vencido em 27.01.2006. Igualmente se verifica que a requerida comprovou que é cessionária dos direitos creditórios oriundos da empresa Brasil Telecom S.A e que a autora foi notificada sobre o pedido de inclusão no Serasa (fls. 82/86). Constata-se que a empresa requerida, conquanto tenha comprovado sua condição de cessionária dos direitos de crédito supostamente originado junto à empresa Brasil Telecom S.A., não comprovou nos autos a origem da dívida que está cobrando da autora. Porquanto não restou provada a contratação da linha telefônica n° (63) 34644948 que alega (fls.70) ter sido solicitada pela autora junto à Brasil Telecom S.A e, tampouco, comprovou o débito gerado em razão da suposta inadimplência da autora. Cumpre registrar que o documento de fls. 84 não comprova referida contratação. Assim, não havendo provas do débito deve se considerar como inexistente e a inserção do nome da autora junto aos cadastros restritivos, indevida. Logo, configurada a cobrança indevida.Desta forma, em razão da ausência de provas das alegações realizada pela requerida e de provas contrárias ao direito invocado pela autora, a requerida deve ser responsabilizada nos termos do artigo 14 da Lei 8.078/90 e artigo 927 do Código Civil pelo ato ilícito praticado, porquanto inseriu apontamento negativo em nome da requerente sem comprovar a origem do débito. Portanto, o pleito da autora merece acolhimento.Em relação ao pedido de indenização por danos morais, saliento que as circunstâncias fáticas apresentadas nos autos rendem ensejo à compensação a título de dano moral, porquanto nestes casos de inscrição indevida nos órgãos de restrição ao crédito, o dano independe de prova do prejuízo. Comprovado o evento danoso, ou seja, a inscrição nos cadastros de proteção ao crédito, SPC e SERASA (fls.17/18), a indenização deste decorre, sendo o dano dele presumido pela potencialidade ofensiva que seus reflexos causam à vida privada e social da consumidora.Neste sentido é a jurisprudência do STJ, a saber:*"DIREITO DO CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SPC. FURTO DO CARTÃO DE CRÉDITO. DANO MORAL. PROVA. DESNECESSIDADE. COMUNICAÇÃO AO CONSUMIDOR DE SUA INSCRIÇÃO. OBRIGATORIEDADE. LEI 8.078/90, ART. 43, § 2º. DOUTRINA. INDENIZAÇÃO DEVIDA. FIXAÇÃO. PRECEDENTES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I - Nos termos da jurisprudência da Turma, em se tratando de indenização decorrente da inscrição irregular no cadastro de inadimplentes, 'a exigência de prova de dano moral (extrapatrimonial) se satisfaz com a demonstração da existência da inscrição irregular' nesse cadastro. II - omissis III - omissis. IV - Não se caracteriza o dissídio quando os arestos em cotejo não se ajustam em diversidade de teses. (RESP 165727/DF; DJ:21/09/1998, Rel. Min. SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA)".* Diante disso, a compensação pelo dano moral pleiteado deve ser concedido considerando-se o direito material ofendido (regras sobre relações de consumo do CDC) e observando-se na fixação do valor os critérios de razoabilidade para evitar o enriquecimento indevido. É de salientar que o valor da indenização se mede pela extensão do dano, nos termos do artigo 944 do Código Civil. Neste sentido, constata-se que as circunstâncias fáticas do caso presente, conquanto se trate de inscrição indevida junto aos cadastros de restrição ao crédito e configure dano moral *in re ipsa,* não enseja uma indenização em patamar elevado, porquanto o nome da autora encontrava-se inserido desde 18.10.2008, sendo que a autora dele teve conhecimento apenas neste ano de 2011, não provando que durante o período da inscrição negativa tenha ocorrido alguma ofensa aos seus direitos da personalidade. Cumpre registrar ainda que em nome da autora consta outra anotação. Embora esteja discutindo em juízo tal anotação, ela também impediria que a autora efetuasse compras no crediário. Portanto, na fixação do valor da indenização será considerada tais circunstâncias fáticas deste caso em atendimento ao artigo 944 do CC.Com fundamento no que dos autos constam e acima explanado, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da autora JOELMA SILVA DOS SANTOS em face de ATLANTICO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NÃO PADRONIZADOS, declarando inexistente a relação jurídica havida entre as partes e, por consequente, inexistente o débito e indevida a inserção do nome da autora nos cadastros de restrição ao crédito. Diante disso, torno definitiva a decisão que deferiu o pedido liminar (fls.20/24).Com base nas mesmas razões julgo procedente o pedido de indenização por danos morais e condeno a requerida no pagamento do valor de R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a serem corrigidos a partir desta sentença e juros moratórios de 1% ao mês, também com termo *a quo* da data desta sentença.Registre-se que, se houver recurso, caso a Turma Recursal mantenha sentença, considerando que o valor do dano moral é sempre contemporâneo, conforme súmula 362 do STJ, a correção monetária do valor arbitrado será computada a partir da data desta sentença independente da data de julgamento do recurso.Nos termos do que dispõe o artigo 475-J do Código de Processo Civil determino o pagamento do valor total da condenação, qual seja, R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado desta sentença, sob pena do pagamento de multa equivalente a dez por cento (10%) sobre o valor total da condenação, independente de nova intimação, nos termos do Enunciado 105 – FONAJE e do artigo 52, inciso IV da Lei 9.099/95. Registre-se que a intimação da sentença será realizada com sua publicação em audiência conforme designado por ocasião da audiência de instrução do processo. Assim, os prazos para eventuais recursos e contagem para trânsito em julgado, correrão desta data. Com fundamento no que dispõe o artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, declaro extinto o processo, com resolução de mérito. Sem custas e honorários, nesta fase, conforme artigo 55, da Lei 9.099/95.Depois de transcorrido o prazo fixado para o cumprimento espontâneo da sentença, manifeste-se a Autora a necessidade de execução. Com o trânsito em julgado e não havendo outras manifestações, providencie-se a baixa e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.Publicada e intimadas as partes em audiência. Registre-se. Publique-se (DJE-SPROC). Intime-se pessoalmente a Defensoria Pública.Guaraí - TO, 14 de abril de 2011, às 16h30min. Jorge Amancio de Oliveira Juiz Substituto Auxiliar

PROCESSO Nº. 2010.0012.2703-1
ESPÉCIE COBRANÇA
MAGISTRADO SUBST. AUXILIAR: DR. JORGE AMÂNCIO DE OLIVEIRA
REQUERENTE: JOÃO DOS SANTOS GONÇALVES DE BRITO
ADVOGADO: EM CAUSA PRÓPRIA
REQUERIDO: DYEGO HENRIQUE FARIAS WANDERLEY
(6.2) Sentença Cível nº 23/04: Considerando que na esfera do procedimento da Lei nº 9.099/95 não se admite a ausência da parte Autora, nos termos do disposto pelo artigo 51 da norma citada, julgo extinto o processo. Deixo de condenar o autor a pagar as custas judiciais em razão do requerimento de fls. 28. Faculto ao requerente o desentranhamento da documentação original, desde que substituída por cópia e devidamente autenticada pelo escrivão. Registre-se. Intime-se (SPROC/DJE). Após, arquive-se

PROCESSO Nº. 2010.0012.3576-0
ESPÉCIE COBRANÇA
MAGISTRADO SUBST. AUXILIAR: DR. JORGE AMÂNCIO DE OLIVEIRA
CONCILIADORA: DRª MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA CUNHA
REQUERENTE: JOÃO DOS SANTOS GONÇALVES DE BRITO
ADVOGADO: EM CAUSA PRÓPRIA
(6.2) Sentença Cível nº 22/04: Considerando que na esfera do procedimento da Lei nº 9.099/95 não se admite a ausência da parte Autora, nos termos do disposto pelo artigo 51 da norma citada, julgo extinto o processo. Deixo de condenar o autor a pagar as custas judiciais em razão do requerimento de fls. 29. Faculto ao requerente o desentranhamento da documentação original, desde que substituída por cópia e devidamente autenticada pelo escrivão. Registre-se. Intime-se (SPROC/DJE). Após, arquive-se.

PROCESSO Nº. 2010.0012.3577-8
ESPÉCIE COBRANÇA
MAGISTRADO SUBST. AUXILIAR: DR. JORGE AMÂNCIO DE OLIVEIRA
CONCILIADORA: DRª MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA CUNHA
REQUERENTE: JOÃO DOS SANTOS GONÇALVES DE BRITO
ADVOGADO: EM CAUSA PRÓPRIA
REQUERIDO: MAGNO PEREIRA DA SILVA
(6.2) Sentença Cível nº 21/04: Considerando que na esfera do procedimento da Lei nº 9.099/95 não se admite a ausência da parte Autora, nos termos do disposto pelo artigo 51 da norma citada, julgo extinto o processo. Deixo de condenar o autor a pagar as custas judiciais em razão do requerimento de fls. 31. Faculto ao requerente o desentranhamento da documentação original, desde que substituída por cópia e devidamente autenticada pelo escrivão. Registre-se. Intime-se (SPROC/DJE). Após, arquive-se.

AUTOS N° 2011.0003.6744-0
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO COM PEDIDO LIMINAR
REQUERENTE: JULIO CESAR DA ROSA
ADVOGADA: DRA. KARLLA BARBOSA LIMA RIBEIRO
REQUERIDO: CARLOS ANTONIO DA MOTA

(6.5) DESPACHO Nº 16/04 Antes de analisar o pedido liminar solicite à 1ª Vara Cível informações a respeito da existência de processos em nomes das partes. Porquanto compulsando os autos verifico que o documento de fls. 21 trata-se de cópia extraída de algum processo em trâmite, ou que tenha tramitado, perante aquela vara. Após voltem conclusos. Publique-se (SPROC/DJE). Intime-se o autor via DJE. Guaraí, 13 de abril de 2011. Jorge Amancio de Oliveira Juiz Substituto Auxiliar.

AUTOS Nº. 2011.0000.4274-5
AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: MARIA SOLANGE RODRIGUES DE SOUSA
ADVOGADO: SEM ASSISTÊNCIA
REQUERIDO: RAMIRO ANGELO DA SILVA
(6.0) SENTENÇA nº 29/04 Dispensado o Relatório nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. Designada audiência de conciliação, instrução e julgamento e aberta a sessão (fls.14), constatou-se a presença da autora e ausência do requerido, apesar de devidamente citado e intimado (fls.13). A ausência do Requerido conduz à revelia, nos termos do artigo 20, da Lei 9.099/95, com o consequente reconhecimento da veracidade dos fatos alegados na inicial pela Requerente. No caso presente, ante a ausência de provas contrárias e considerando as provas juntadas pela Requerente (fls.05/07), há que se ter como verdadeiros os fatos alegados pela autora. Em razão do disposto na parte final do artigo 20, acima mencionado, é necessário analisar se as provas dos autos autorizam o julgamento de mérito em favor da autora.A análise dos documentos apresentados pela autora às fls. 05/07, leva ao convencimento de que razão não assiste à requerente em seu pleito, porquanto não restou provado nos autos o vínculo jurídico existente entre a autora e o requerido. Como se constata a documentação acostada aos autos não compra que a autora é credora do requerido na quantia de R$5.600,11. Referida documentação apenas comprova que a autora efetivou juntou ao banco Panamericano empréstimo consignado em sua folha de pagamento (fls.07) e que a requerente realizou uma transferência on-line (fls.05) e um depósito em conta corrente em nome de outra pessoa (fls.06), que também não restou provado se tratar da esposa do requerido, conforme alega a Requerente. Assim, verifica-se que a autora não provou o que alegou.Portanto, como a requerente não logrou êxito em comprovar os fatos constitutivos do direito que invoca não cumpriu o disposto pelo artigo 333, inciso I do Código de Processo Civil. Desta forma, ante a ausência total de provas o pleito da autora deve ser indeferido.Ante o exposto, com fundamento nas razões de fato e de direito alinhavadas e no disposto pelo artigo 20, da Lei 9.099/95, decreto a revelia de RAMIRO ANGELO DA SILVA. Com base nas mesmas razões, julgo improcedente o pedido da autora MARIA SOLANGE RODRIGUES DE SOUSA em face de RAMIRO ANGELO DA SILVA.Com fundamento no que dispõe o artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, declaro extinto o processo, com resolução de mérito.Registre-se que a sentença será publicada no Diário da Justiça deste Estado. Todavia, considerando que as partes não possuem assistência, os prazos para eventuais recursos e contagem para trânsito em julgado, correrão a partir da data de intimação desta sentença, que será realizada por carta, ou pessoalmente com a presença das partes na escrivania.Sem custas e honorários, nesta fase, conforme artigo 55, da Lei 9.099/95.Com o trânsito em julgado e não havendo outras manifestações, providencie-se a baixa e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.Publique-se (DJE/SPROC). Registre-se. Intimem-se as partes por carta.Guaraí - TO, 13 de abril de 2011. Jorge Amancio de Oliveira Juiz Substituto Auxiliar.

AUTOS Nº. 2011.0000.4244-3
AÇÃO RESTITUIÇÃO C/C INDENIZAÇÃO
REQUERENTE: CREUSA DE OLIVEIRA MOURA
ADVOGADO: DR. LUCAS MARTINS PEREIRA
REQUERIDO: BANCO BMG S.A.
(6.0) SENTENÇA nº 28/04 Dispensado o Relatório nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. O processo teve seu trâmite normal, sendo designada audiência de conciliação, instrução e julgamento. Aberta a sessão da audiência (fls.24), constatou-se a presença da autora e ausência do banco requerido, apesar de devidamente citado e intimado (fls.23/v). A ausência do Requerido conduz à revelia, nos termos do artigo 20, da Lei 9.099/95, com o consequente reconhecimento da veracidade dos fatos alegados na inicial pela Requerente. No caso presente, ante a ausência de provas contrárias e considerando as provas juntadas pela Requerente (fls.14/19), há que se ter como verdadeiros os fatos alegados pela autora. Em razão do disposto na parte final do artigo 20, acima mencionado é necessário analisar se as provas dos autos autorizam o julgamento de mérito em favor da autora.Comprova-se pela documentação apresentada pela autora que esta é beneficiária da Previdência Social, benefício n° 051.851.664-4, e que ocorreu um desconto mensal efetivado diretamente de seu benefício previdenciário, no valor de R$152,90, o qual está sendo descontado pelo INSS em favor do banco requerido, referente ao contrato n° 207668241, de um valor total de R$4.817,27 (quatro mil, oitocentos e dezessete reais e vinte e sete centavos), iniciado no dia 07.01.2011 e com término para o dia 07.12.2015. A autora alega não ter contraído mencionado empréstimo.Ante tais alegações e provas o requerido permaneceu inerte. Como se verifica, ônus da prova foi invertido quando da citação (fls.23), ficando o banco requerido com o ônus de provar a origem e licitude dos descontos efetivados do benefício previdenciário da autora. No entanto, o banco requerido não contestou a presente ação, não comprovou que o empréstimo foi realizado pela autora e não compareceu à audiência designada. Assim, verifica-se que o requerido não se desincumbiu do ônus que lhe competia. Assim, não restou provado que a autora tenha contraído empréstimo junto ao banco requerido. Logo, inexistente o contrato de empréstimo consignado e indevido o desconto efetuado no benefício previdenciário da requerente. Desta forma, a falha na prestação de serviço pelo Requerido resultou em descontos no benefício da autora referente a um contrato por ela não realizado. Em razão disso, deve o Requerido ser responsabilizado de forma objetiva, sem averiguação de culpa, nos termos do artigo 18, do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que este diploma legal é aplicado às instituições financeiras nos termos da Súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça. Destarte, o pleito da autora merece deferimento.Extrai-se da inicial (fls.06 – item 12) que a autora requer a restituição em dobro do valor descontado indevidamente de seu benefício previdenciário. Igualmente, informa que, em contato com o Procon desta cidade, recebeu do banco requerido apenas a devolução do valor da parcela de R$152,90. Diante disso, requereu (fls.08 – item b) a devolução do valor restante de R$152,90. Ou seja, nesta demanda, deve-se ressarcir apenas o valor simples de R$152,90, para que se cumpra a devolução em dobro, haja vista que o valor já foi devolvido uma vez.Desta forma, o pedido de restituição do valor de R$152,90, comprovado nos autos (fls.17) deve ser deferido para atender ao disposto no artigo 42, parágrafo único, da Lei 8.078/90, porquanto foi efetuado desconto do benefício previdenciário da autora referente a um suposto contrato n° 207668241, cuja contratação não restou comprovada nos autos. Há que se ressaltar que a autora comprovou que foi efetivado um desconto referente ao mês de dezembro de 2010, conforme documentos de fls. 15. Em relação ao pedido de indenização por danos morais, verifica-se que as circunstâncias da lide demonstraram a violação a direito da personalidade da autora que transcende o mero aborrecimento e simples transtorno do dia a dia. Porquanto desconto mensal foi efetuado no benefício previdenciário da autora sem que esta tivesse contraído referido empréstimo junto ao requerido, subtraindo da autora parte de seus rendimentos utilizados em seu sustento e fazendo com que ela recorresse ao Procon e ao Poder Judiciário para a resolução deste problema. Diante desses fatores que violam a dignidade do consumidor, configurado está o dano moral, passível de compensação. Neste sentido há jurisprudência:"JUIZADOS ESPECIAIS. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. FRAUDE. TRANSAÇÃO NÃO CONTRATADA PELO AUTOR. FALHA NO SERVIÇO PRESTADO. DESCONTOS INDEVIDOS DE SUBSTANCIAL QUANTIA. DANO MORAL CONFIGURADO. ADEQUAÇÃO DO VALOR DE R$ 5.000,00 EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PORPORCIONALIDADE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. Ainda que a instituição financeira, no momento da contratação, cerque-se de todas as cautelas necessárias, a fim de certificar-se sobre quem está contratando e a documentação pessoal respectiva, assume os riscos da atividade e responde objetivamente por prejuízos decorrentes de eventual fraude. 2. Viola o direito de personalidade do consumidor a falha do serviço, da qual resulta desconto mensal indevido de parte de seu módico benefício previdenciário, em decorrência de empréstimo consignado não contratado. O comprometimento de parte dos proventos auferidos pelo aposentado, desequilibrando sua frágil equação financeira, coloca em xeque o cumprimento de suas diuturnas obrigações pecuniárias, além de causar-lhe intenso desgaste emocional. Dano moral caracterizado. 3. Quantum indenizatório de R$5.000,00 (cinco mil reais), fixado na sentença a título de danos morais, mantido, pois cumpre as funções reparatória, punitiva e pedagógica esperadas da condenação, sem causar enriquecimento indevido ao demandante. De mais a mais, à luz da proporcionalidade e da razoabilidade, bem atende às peculiaridades do caso trazido a desate. 4. Obrigação de repetir em dobro os valores indevidamente descontados do benefício previdenciário da autora que se impõe, à míngua de prova de erro justificável. Aplicação da regra preconizada pelo parágrafo único do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor. 5. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, com a súmula de julgamento servindo de acórdão, na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/95. Condenado o recorrente ao pagamento das custas processuais. Não há condenação em honorários advocatícios, visto que a parte contrária não ofertou contrarrazões. (20090710380779ACJ, Relator FLÁVIO FERNANDO ALMEIDA DA FONSECA, PRIMEIRA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO DF, julgado em 14/12/2010, DJ 17/12/2010 p. 239)"Diante disso, a compensação pelo dano moral pleiteado deve ser concedida, considerando-se o direito material ofendido (regras sobre relações de consumo do CDC e ofensa à dignidade), observando-se na fixação do valor os critérios de razoabilidade para evitar o enriquecimento indevido. Observo que neste caso, segundo informação da Autora houve reclamação administrativa perante o Procon (fls.06), logrando êxito em fazer com que o banco requerido efetuasse a devolução do valor da parcela descontada e, como não comprovado nos autos outros descontos, têm-se que se cessaram os descontos logo em seguida. Há que considerar estes fatos para a análise da extensão do dano e fixação do *quantum*.Ante o exposto, com fundamento nas razões de fato e de direito alinhavadas e no disposto pelo artigo 20, da Lei 9.099/95, decreto a revelia de BANCO BMG S.A.Com base nas mesmas razões, julgo parcialmente procedentes os pedidos da autora CREUSA DE OLIVEIRA MOURA em face de BANCO BMG S.A., condenando este no ressarcimento do valor restante ao desconto indevido, referente à parcela do mês 12/2010, no valor de R$152,90 (cento e cinquenta e dois reais e noventa centavos), que atualizado desde o mês de dezembro de 2010 e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar a partir da citação (fls.23/v), resulta no valor total de R$160,09 cento e sessenta reais e nove centavos).Julgo procedente também o pedido de indenização por danos morais com espeque nas mesmas fundamentações, e condeno o requerido no pagamento do valor de R$3.000,00 (três mil reais), a serem corrigidos a partir desta sentença e juros moratórios de 1% ao mês, também com termo *a quo* da data desta sentença.Registre-se que, se houver recurso, caso a Turma Recursal mantenha sentença, considerando que o valor do dano moral é sempre contemporâneo, conforme súmula 362 do STJ, a correção monetária do valor arbitrado será computada a partir da data desta sentença independente da data de julgamento do recurso.Nos termos do que dispõe o artigo 475-J, do Código de Processo Civil determino o pagamento do valor total da condenação de R$3.160,09 (três mil, cento e sessenta reais e nove centavos) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado desta sentença, sob pena do pagamento de multa equivalente a dez por cento (10%) sobre o valor total da condenação, independente de nova intimação, nos termos do Enunciado 105 – FONAJE e do artigo 52, inciso IV da Lei 9.099/95. Com fundamento no que dispõe o artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, declaro extinto o processo, com resolução de mérito.Registre-se que a intimação da sentença será realizada com sua publicação pelo Diário da Justiça deste Estado. Assim, os prazos para eventuais recursos e contagem para trânsito em julgado, correrão desta data.Sem custas e honorários, nesta fase, conforme artigo 55, da Lei 9.099/95.Depois de transcorrido o prazo fixado para o cumprimento espontâneo da sentença, manifeste-se a Autora a necessidade de execução.Com o trânsito em julgado e não havendo outras manifestações, providencie-se a baixa e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Publique-se (DJE/SPROC). Registre-se. Intime-se o autor via DJE e o banco requerido por carta.Guaraí - TO, 13 de abril de 2011. Jorge Amancio de Oliveira Juiz Substituto Auxiliar.

AUTOS N° 2010.0010.5928-7
AÇÃO DE RESTITUIÇÃO C/C INDENIZAÇÃO
REQUERENTE: ANTONIO VICENTE DA SILVA JÚNIOR
ADVOGADO: DR. JUAREZ FERREIRA
REQUERIDO: TRADIÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
PREPOSTO: ALDAIR BARROS DA SILVA
ADVOGADA: DRA. KARLLA BARBOSA LIMA RIBEIRO
Data audiência publicação de sentença: 14.04.2011, às 10h. (6.0) SENTENÇA CIVEL N° 30/04 Dispensado o relatório nos termos do artigo 38, da Lei 9.099/95. Decido. Analisando o conjunto probatório formado nos autos, verifica-se que a empresa requerida não conseguiu desincumbir-se do ônus que lhe competia. Porquanto apresentou contestação escrita sem estar acompanhada de provas de suas alegações e de provas contrárias ao direito invocado pelo autor. Acrescente-se ainda que a requerida se fez representar em audiência por preposto que, além de não apresentar proposta de conciliação, declarou ser contratado e não conhecedor dos fatos em julgamento. Diante disso, aplico os efeitos da confissão ficta. Todavia, considerando que a confissão ficta incide apenas sobre os fatos e não sobre o direito, necessário analisar se as provas dos autos autorizam o julgamento de mérito em favor do autor em todos os seus pedidos.Restou provado que o autor firmou com o requerido contrato de adesão a grupo de consórcio n° 30162, cota n° 025, grupo n° 0226, em 36 (trinta e seis) meses, tendo como objeto o bem WEB EVO 100 CC (fls. 13), no valor de R$5.125,00, o que foi confirmado em contestação (fls.39). O autor alega que pagou 28 mensalidades do grupo de consórcio, trouxe documentação relativa a 23. Todavia, restou incontroverso, pois reconhecido pela requerida, o pagamento de 25 (vinte e cinco) parcelas (fls. 39). Também se constata que o autor desistiu do grupo de consórcio e acionou o Procon para receber da requerida a restituição das parcelas pagas, sendo informado pela atendente desta que somente receberia a restituição das parcelas após o encerramento do grupo em outubro (fls.08). Infere-se das argumentações expostas na contestação (fls.39) que a empresa requerida tenta justificar a não restituição das parcelas alegando que o encerramento do grupo ocorreu em dezembro de 2010 e que foi enviada uma correspondência de restituição para o endereço do autor e que este não se manifestou. Todavia, estas alegações são improcedentes, porquanto, além de não provadas nos autos, não servem de justificativa para a não restituição dos valores pagos, uma vez que a requerida poderia utilizar-se da consignação em pagamento (art. 335, CC) para a restituição a ser devolvida ao autor. Ademais, a requerida não comprovou que buscou contato com o consumidor objetivando devolver os valores. Portanto, não conseguiu comprovar fatos impeditivos do direito invocado pelo autor.Ressalte-se que o prazo para devolução das parcelas pagas, em caso de desistência de consórcio, é em até 30 (trinta) dias a contar da data de encerramento do grupo para os contratos firmados antes da vigência da Lei 11.795/08, conforme entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento da reclamação nº 3752 – GO (2009/0208182-3). Portanto, considerando que o contrato foi firmado em 28.09.2007, referido entendimento é aplicável ao grupo do qual participou o requerente. Assim, tendo presente o contrato firmado entre as partes, em seu item 19.1 e, ante a ausência de outras provas, há que se considerar como data de contemplação de todos os Consorciados do grupo a data final dos trinta e seis meses previsto para finalizar o grupo, isto é, 28.09.2010. Logo, em 28.11.2010, deu-se o encerramento do grupo. E, a partir daquela data, iniciou-se o prazo de até 30 (trinta) dias para a devolução dos valores objeto da lide. Conclui-se, portanto, que a Requerida encontra-se inadimplente com o Requerente desde 28.12.2010. Nestes termos verifica-se que o grupo de consórcio encerrou a mais de 30 dias sem que a requerida efetuasse a devolução das parcelas pagas. Logo, a requerida deve ser responsabilizada a restituí-las, para evitar o enriquecimento ilícito.Em relação à restituição do valor das parcelas pagas pelo autor, há que ressaltar que são admissíveis as retenções desde que previstas em cláusulas claras e não abusivas, da taxa de adesão, desde que comprovada a efetiva intermediação do corretor; da taxa de administração; do seguro, desde que comprovada a contratação da seguradora e da multa, condicionada à comprovação da existência de real prejuízo (STJ – AGRG 2008/0134975-4 no REsp 1066855-RS). No caso presente, será devida somente a retenção da taxa de administração, somente sobre os valores correspondentes aos meses em que o autor esteve vinculado ao grupo. Ressalte-se que, em relação às demais retenções, a requerida não comprovou a existência de real prejuízo para fazer jus à retenção da multa, não comprovou a intermediação do corretor e tampouco a contratação de seguradora. Assim, não se podem reter valores correspondentes à multa e nem ao valor de seguro. Este tem sido o entendimento da jurisprudência:DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE RESCISÃO. CONSÓRCIO. RESTITUIÇÃO DE QUANTIA PAGA. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO VALOR DA CAUSA EM VISTA DO PROVEITO ECONÔMICO. CONTRATOS ANTERIORES À VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.795/08. DESISTÊNCIA DO CONSORCIADO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RESTITUIÇÃO DEVIDA EM ATÉ 30 DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DO GRUPO CONSORCIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO PAGAMENTO DE CADA PARCELA. JUROS DE MORA CONTADOS APÓS O PRAZO DE TRINTA DIAS PREVISTO PARA O ENCERRAMENTO DO CONSÓRCIO. RETENÇÃO DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO. LEGALIDADE DE COBRANÇA DE SEGURO SE EXPRESSAMENTE PACTUADO. CLÁUSULA PENAL INDEVIDA ART. 53, § 2º, CDC. RECURSOS CONHECIDOS. RECURSO DA RÉ PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DO AUTOR IMPROVIDO. 1. Para verificação da competência dos Juizados Especiais em razão do valor da causa deve ser considerado o proveito econômico perseguido pela parte autora e não a importância total do contrato a ser rescindido. Preliminar rejeitada. 2. Em contratos firmados antes da vigência da Lei 11.795/08, a devolução dos valores pagos deve ocorrer em até 30 (trinta) dias contados do encerramento do grupo, devendo o valor ser corrigido monetariamente a partir do pagamento de cada parcela e com incidência de juros de mora após o trigésimo dia do fim do grupo ante a ausência de pagamento por parte da administradora. Pacificação de jurisprudência STJ. É abusiva cláusula contratual que extrapole esse lapso temporal. 3. Quando da devolução das parcelas pagas, são admissíveis as retenções desde que previstas em cláusulas claras e não abusivas, da taxa de adesão (condicionada à comprovação da efetiva intermediação do corretor), da taxa de administração (mormente fixada entre 10% e 19%), do seguro (condicionado à comprovação da contratação da seguradora) e da multa (condicionada à comprovação da existência de real prejuízo) (STJ - AGRG 2008/0134975-4 no REsp 1066855-RS, Relator Min. Sidnei Beneti, 3ª Turma, DJE 05.11.2009). 4. A taxa de administração pode ser livremente pactuada pelas partes, legitimando-se a revisão judicial apenas se verificada abusividade considerada em relação às taxas praticadas no mercado. 5. Estabelece a cláusula 36 do Contrato de Adesão (fls. 50/57) que o consorciado desistente sujeitar-se-á ao pagamento de 10% do valor do crédito a que fizer jus, a título de cláusula penal, por ter deixado de contribuir para o atingimento integral dos objetivos do grupo. Entretanto, a composição dos eventuais danos causados pelo consorciado desistente ao grupo de consórcio demanda a comprovação da existência do prejuízo, conforme o art. 53, § 2º, da Lei 8.078/90. 6. Não há comprovação de contratação de seguradora, não sendo, assim, devido o valor do seguro cobrado. Indevida a retenção. 7. No presente caso, as parcelas devem ser devolvidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o encerramento do grupo, sendo devida somente a retenção da taxa de administração, fixada em 17% (dezessete por cento), porém, somente sobre os valores correspondentes aos meses em que o consorciado esteve vinculado ao grupo. Correção monetária a partir de cada desembolso e juros de mora de 1% a partir do trigésimo dia após o fim do grupo. 8. Recursos conhecidos. Recurso do autor improvido e recurso da ré parcialmente provido. 9. Vencido o Primeiro Vogal, que dá provimento ao recurso da consorciada para reduzir a taxa de administração a 10% do valor do bem. 10. Custas e honorários pelo autor, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95, suspensa sua exigibilidade diante da gratuidade de justiça.(20090110422398ACJ, Relator ASIEL HENRIQUE, Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, julgado em 08/02/2011, DJ 24/03/2011 p. 318) – Destaquei. CIVIL. CONTRATO DE ADESÃO A CONSÓRCIO PARA AQUISIÇÃO DE BEM IMÓVEL. DESISTÊNCIA DO CONSORCIADO. RESTITUIÇÃO. PRAZO. RETENÇÃO APENAS DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO. A restituição de valores vertidos por consorciado é medida que se impõe, sob pena de enriquecimento ilícito dos demais participantes e da instituição administradora. Segundo decisão do STJ, firmada no julgamento do REsp 1.119.300/RS, o reembolso deverá ser realizado apenas após o encerramento do grupo, em até 30 (trinta) dias. É descabida a pretensão da administradora de consórcio de reter, da importância a ser restituída ao consorciado, valores a título de taxa de adesão, quando não comprovada a intermediação para a venda, de cláusula penal, se não demonstrado o prejuízo e da contratação de seguro, eis que não foi comprovada a contratação de empresa para esse fim específico. Apelação parcialmente provida. (20080110180499APC, Relator ESDRAS NEVES, 1ª Turma Cível, julgado em 30/03/2011, DJ 05/04/2011 p. 83) – Destaquei Em relação ao pedido de indenização por danos morais, verifica-se que as circunstâncias fáticas da lide não demonstraram a violação a direito da personalidade do autor. Cumpre salientar que o autor desistiu de prosseguir com o grupo de consórcio deixando de efetuar o pagamento das parcelas restantes, ficando inadimplente. Registre-se que não restou provado nos autos que tal fato tenha provocado ofensa à sua dignidade ou abalo em sua moral. Desta forma, não comprovada a ofensa a direito da personalidade, não há que se falar em indenização por danos morais. Destarte, não há como acolher o pedido.Este tem sido o entendimento da jurisprudência: "DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE RESCISÃO. CONSÓRCIO. RESTITUIÇÃO DE QUANTIA PAGA. CONTRATOS ANTERIORES À VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.795/08. DESISTÊNCIA DO CONSORCIADO. RETENÇÃO DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A inadimplência no pagamento das parcelas de consórcio autoriza a administradora a rescindir o contrato e, tratando-se de grupo adesão anterior à vigência da Lei nº 11.795/2008, é facultada a devolução do valor vertido ao grupo em até 30 (trinta) dias após o encerramento do grupo. 2. A taxa de administração pode ser livremente pactuada pelas partes, legitimando-se a revisão judicial apenas se verificada abusividade considerada em relação às taxas praticadas no mercado. Não é abusiva a taxa de administração fixada em 14,5% (fl. 28). Retenção devida nos moldes pactuados. 3. Não enseja indenização por danos morais a rescisão de contrato por inadimplência do autor, uma vez que tal fato não provocou situação vexatória ou mácula à dignidade do autor. 4. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 5. Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95.(20080310208869ACJ, Relator ASIEL HENRIQUE, Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, julgado em 22/02/2011, DJ 18/03/2011 p. 237)". – Destaquei. EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSÓRCIO DE IMÓVEL. DESISTÊNCIA DO GRUPO. REEMBOLSO AO TEMPO DO ENCERRAMENTO. INEXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS. SENTENÇA MANTIDA. 1. As partes controvertem sobre a possibilidade de restituição imediata de parcelas ao desistente em contrato de adesão a grupo consorcial. 2. a Lei 11795/08 estabeleceu a primazia do grupo em relação ao desistente. Dessa maneira para preservar o interesse consorcial a Lei garante restituição ao encerramento do grupo sendo que este ocorrerá trinta dias após a comunicação do fato ao excluído do consórcio, conforme recente entendimento do STJ. 3. Não se sustenta dano moral quando não há violação a direitos da personalidade. 4. Sentença mantida. ACÓRDÃO: Discutidos os autos nº 032.2009.904.631-3, acordam os integrantes da 1ª Turma Recursal do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Inominado e negar-lhe provimento, para manter incólume a sentença proferida no juízo inicial. Condenado o recorrente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa nos termos do artigo 55 da Lei 9099/95, que ficam suspensos em razão do disposto no artigo 12 da Lei 1060/50. Palmas-TO, 17 de março de 2011. – Destaquei. Ante o exposto, com fundamento no que dos autos constam e acima explanado, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido do autor ANTONIO VICENTE DA SILVA JÚNIOR em face de TRADIÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA., condenando esta na devolução do valor das 25 (vinte e cinco) parcelas pagas pelo autor (fls.14/18), permitindo-se o abatimento do valor da taxa de administração considerando o valor pago a cada mês, correção monetária a partir de cada desembolso. Não há nos autos comprovação da data em que a Requerida foi citada. Diante disso, considera-se suprida a citação pela presença da parte em audiência, inclusive apresentando contestação. Ante esta consideração há que se ter por data de citação da Empresa a data da audiência (05.04.2011). Assim, tendo em vista que os juros de mora incidem desde a citação, não haverá juro de mora a calcular neste caso. Ademais, em razão da ausência de documentos relativos às parcelas 24 e 25, considerar-se-á para efeito de cálculos o valor correspondente à última parcela, de número 23. O que resulta no valor total de R$4.325,61 (Quatro mil trezentos e vinte e cinco reais e sessenta e um centavos).Com base nas mesmas razões expostas, julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais.Nos termos do que dispõe o artigo 475-J do Código de Processo Civil determino o pagamento do valor total da condenação, qual seja, R$4.325,61 (Quatro mil trezentos e vinte e cinco reais e sessenta e um centavos), no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado desta sentença, sob pena do pagamento de multa equivalente a dez por cento (10%) sobre o valor total da condenação, independente de nova intimação, nos termos do Enunciado 105 – FONAJE e do artigo 52, inciso IV da Lei 9.099/95. Com fundamento no que dispõe o artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, declaro extinto o processo, com resolução de mérito. Registre-se que a intimação da sentença será realizada com sua publicação em audiência conforme

designado por ocasião da audiência de instrução do processo. Assim, os prazos para eventuais recursos e contagem para trânsito em julgado, correrão desta data. Sem custas e honorários, nesta fase, conforme artigo 55, da Lei 9.099/95.Depois de transcorrido o prazo fixado para o cumprimento espontâneo da sentença, manifeste-se o Autor a necessidade de execução.Com o trânsito em julgado e não havendo outras manifestações, providencie-se a baixa e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.Publicada e intimadas as partes em audiência. Registre-se. Publique-se (DJE-SPROC). Guaraí - TO, 14 de abril de 2011, às 10h. Jorge Amancio de Oliveira Juiz Substituto Auxiliar

AUTOS Nº. 2011.0001.0470-8
AÇÃO RESTITUIÇÃO C/C INDENIZAÇÃO COM PEDIDO LIMINAR
REQUERENTE: LUIZINHA PEREIRA BARBOSA
ADVOGADO: DR. LUCAS MARTINS PEREIRA
REQUERIDO: BANCO BMG S.A.
DATA AUDIÊNCIA PUBLICAÇÃO SENTENÇA: 14.04.2011, às 10h30min. (6.0) SENTENÇA nº 31/04 Dispensado o Relatório nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. Deferido o pedido liminar (fls.22/23), foi designada audiência de conciliação, instrução e julgamento. Aberta a sessão da audiência (fls.27), constatou-se a presença da autora e ausência do banco requerido, apesar de devidamente citado e intimado (fls.24/v). A ausência do Requerido conduz à revelia, nos termos do artigo 20, da Lei 9.099/95, com o consequente reconhecimento da veracidade dos fatos alegados na inicial pela Requerente. No caso presente, ante a ausência de provas contrárias e considerando as provas juntadas pela Requerente (fls.14/20), há que se ter como verdadeiros os fatos alegados pela autora. Em razão do disposto na parte final do artigo 20, acima mencionado é necessário analisar se as provas dos autos autorizam o julgamento de mérito em favor da autora.Comprova-se pela documentação apresentada pela autora que é beneficiária da Previdência Social, benefício n° 051.851.663-6, e que ocorreu um desconto mensal efetivado diretamente de seu benefício previdenciário, no valor de R$152,90, o qual está sendo descontado pelo INSS em favor do banco requerido, referente ao contrato n° 208463173, de um valor total de R$4.817,27 (quatro mil, oitocentos e dezessete reais e vinte e sete centavos), iniciado no dia 07.01.2011 e com término para o dia 07.12.2015. A autora alega não ter contraído mencionado empréstimo.Ante tais alegações e provas o requerido permaneceu inerte. Como se verifica, o ônus da prova foi invertido quando do deferimento do pedido liminar (fls.22/23) ficando o banco requerido com o ônus de provar a origem e licitude dos descontos efetivados do benefício previdenciário da autora. No entanto, o banco requerido não contestou a presente ação, não comprovou que o empréstimo foi realizado pela autora e não compareceu à audiência designada. Assim, verifica-se que o requerido não se desincumbiu do ônus que lhe competia. Assim, não restou provado que a autora tenha contraído empréstimo junto ao banco requerido Logo, inexistente o contrato de empréstimo consignado e indevidos os descontos efetuados do benefício previdenciário da requerente. Desta forma, a falha na prestação de serviço pelo Requerido resultou em descontos no benefício da autora referente a um contrato por ela não realizado. Em razão disso, deve o Requerido ser responsabilizado de forma objetiva, sem averiguação de culpa, nos termos do artigo 18, do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que este diploma legal é aplicado às instituições financeiras nos termos da Súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça. Destarte, o pleito da autora merece deferimento.O pedido de restituição em dobro deve ser deferido nos termos do artigo 42, parágrafo único da Lei 8.078/90, porquanto foi efetuado desconto do benefício previdenciário da autora referente a um suposto contrato n° 208463173, cuja contratação não restou comprovada nos autos. Há que se ressaltar que a autora comprovou que foi efetivado apenas um desconto referente ao mês de dezembro de 2010, conforme documento de fls. 16. Tal prova foi corroborada pelo ofício do INSS, às fls. 26, informando que os descontos cessaram a partir de janeiro de 2011, com base em requerimento formulado pela autora em 28.12.2010 e com fundamento na Ação Civil Pública 2008.39.00.003206-2 do Ministério Público Federal do Pará. Assim, restou comprovado nos autos que foi efetivado um único desconto e não 04 (quatro) como alegado na inicial. Cumpre ressaltar que a petição foi protocolada em fevereiro e a audiência de instrução e julgamento realizada em 06.04.2011. Assim, poderia a autora pessoalmente, ou por intermédio de seu advogado, juntar aos autos os comprovantes dos descontos alegados, até a data de audiência. O que não se realizou.Em relação ao pedido de indenização por danos morais, verifica-se que as circunstâncias da lide demonstraram a violação a direito da personalidade da autora que transcende o mero aborrecimento e simples transtorno do dia a dia. Porquanto desconto mensal foi efetuado no benefício previdenciário da autora sem que esta tivesse contraído referido empréstimo junto ao requerido, subtraindo da autora parte de seus rendimentos utilizados em seu sustente e fazendo com que ela recorresse ao Poder Judiciário para a resolução deste problema. Diante desses fatores que violam a dignidade do consumidor, configurado está o dano moral, passível de compensação. Neste sentido há jurisprudência:"JUIZADOS ESPECIAIS. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. FRAUDE. TRANSAÇÃO NÃO CONTRATADA PELO AUTOR. FALHA NO SERVIÇO PRESTADO. DESCONTOS INDEVIDOS DE SUBSTANCIAL QUANTIA. DANO MORAL CONFIGURADO. ADEQUAÇÃO DO VALOR DE R$ 5.000,00 EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PORPORCIONALIDADE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. Ainda que a instituição financeira, no momento da contratação, cerque-se de todas as cautelas necessárias, a fim de certificar-se sobre quem está contratando e a documentação pessoal respectiva, assume os riscos da atividade e responde objetivamente por prejuízos decorrentes de eventual fraude. 2. Viola o direito de personalidade do consumidor a falha do serviço, da qual resulta desconto mensal indevido de parte de seu módico benefício previdenciário, em decorrência de empréstimo consignado não contratado. O comprometimento de parte dos proventos auferidos pelo aposentado, desequilibrando sua frágil equação financeira, coloca em xeque o cumprimento de suas diuturnas obrigações pecuniárias, além de causar-lhe intenso desgaste emocional. Dano moral caracterizado. 3. Quantum indenizatório de R$5.000,00 (cinco mil reais), fixado na sentença a título de danos morais, mantido, pois cumpre as funções reparatória, punitiva e pedagógica esperadas da condenação, sem causar enriquecimento indevido ao demandante. De mais a mais, à luz da proporcionalidade e da razoabilidade, bem atende às peculiaridades do caso trazido a desate. 4. Obrigação de repetir em dobro os valores indevidamente descontados do benefício previdenciário da autora que se impõe, à míngua de prova de erro justificável. Aplicação da regra preconizada pelo parágrafo único do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor. 5. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, com a súmula de julgamento servindo de acórdão, na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/95. Condenado o recorrente ao pagamento das custas processuais. Não há condenação em honorários advocatícios, visto que a parte contrária não ofertou contrarrazões. (20090710380779ACJ, Relator FLÁVIO FERNANDO ALMEIDA DA FONSECA, PRIMEIRA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO DF, julgado em 14/12/2010, DJ 17/12/2010 p. 239)"Diante disso, a compensação pelo dano moral pleiteado deve ser concedida, considerando-se o direito material ofendido (regras sobre relações de consumo do CDC e ofensa à dignidade), observando-se na fixação do valor os critérios de razoabilidade para evitar o enriquecimento indevido. Observo que neste caso, a reclamação administrativa foi realizada junto ao INSS em dezembro/2010 e, conforme comprovado nos autos por meio de ofício da Instituição, os descontos foram suspensos em janeiro/2011. Logo, cessou a lesão no mês seguinte. Portanto, há que considerar este fato para a análise da extensão do dano. Ante o exposto, com fundamento nas razões de fato e de direito alinhavadas e no disposto pelo artigo 20, da Lei 9.099/95, decreto a revelia de BANCO BMG S.A. Com base nas mesmas razões, julgo parcialmente procedentes os pedidos da autora LUIZINHA PEREIRA BARBOSA em face de BANCO BMG S.A., confirmo a decisão de fls. 22/23 e condeno o BANCO BMG S.A. no ressarcimento em dobro do valor equivalente ao desconto indevido de uma parcela, ou seja, R$152,90 (cento e cinquenta e dois reais e noventa centavos), que atualizado desde o mês de dezembro de 2010 e acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar a partir da citação (fls.24/v), resulta no valor total de R$317,06 (trezentos e dezessete reais e seis centavos).Julgo procedente também o pedido de indenização por danos morais com espeque nas mesmas fundamentações, e condeno o requerido no pagamento do valor de R$3.000,00 (três mil reais), a serem corrigidos a partir desta sentença e juros moratórios de 1% ao mês, também com termo *a quo* da data desta sentença.Registre-se que, se houver recurso, caso a Turma Recursal mantenha sentença, considerando que o valor do dano moral é sempre contemporâneo, conforme súmula 362 do STJ, a correção monetária do valor arbitrado será computada a partir da data desta sentença independente da data de julgamento do recurso.Nos termos do que dispõe o artigo 475-J, do Código de Processo Civil determino o pagamento do valor total da condenação de R$3.317,06 (três mil, trezentos e dezessete reais e seis centavos) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado desta sentença, sob pena do pagamento de multa equivalente a dez por cento (10%) sobre o valor total da condenação, independente de nova intimação, nos termos do Enunciado 105 – FONAJE e do artigo 52, inciso IV da Lei 9.099/95. Com fundamento no que dispõe o artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, declaro extinto o processo, com resolução de mérito.Registre-se que a intimação da sentença será realizada com sua publicação em audiência conforme designado por ocasião da audiência de instrução do processo. Assim, os prazos para eventuais recursos e contagem para trânsito em julgado, correrão desta data.Sem custas e honorários, nesta fase, conforme artigo 55, da Lei 9.099/95.Depois de transcorrido o prazo fixado para o cumprimento espontâneo da sentença, manifeste-se a Autora a necessidade de execução.Com o trânsito em julgado e não havendo outras manifestações, providencie-se a baixa e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.Publicada e intimadas as partes em audiência. Registre-se. Publique-se (DJE-SPROC). Intime-se o banco requerido por carta.Guaraí - TO, 14 de abril de 2011, às 10h30min. Jorge Amancio de Oliveira Juiz Substituto Auxiliar.

GURUPI

2ª Vara Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos n.º: 2008.0002.1273-0/0
Ação: Declaratória Negativa de Indébito
Requerente: Otacílio Domingos
Advogado(a): Dr. Durval Miranda Júnior
Requerido(a): Banco do Brasil S.A.
Advogado(a): Dr. Antônio Pereira da Silva
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: (...) Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para DECLARAR a inexistência de débito do autor para com o requerido e CONDENAR o requerido ao pagamento de danos morais, no importe de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), valor este sobre o qual incidirão, desde a data da citação, juros legais à taxa de 12% (doze por cento) ao ano e correção monetária segundo a tabela oficial do Poder Judiciário deste Estado, além de excluir de forma definitiva o nome da autora dos órgãos de proteção ao crédito. Os juros moratórios devem incidir a partir do evento danoso e a correção monetária a partir do arbitramento. Condeno o requerido em custas e honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) do valor da condenação. Gurupi, 12/04/2011. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 6629/01
Ação: Revisão de Conta Corrente
Requerente: Jevaci Costa Solano
Advogado(a): Dr. Nadin El Hage
Requerido(a): Banco Brasileiro de Descontos S.A.
Advogado(a): Dr. Osmarino José de Melo
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas acerca do retorno dos autos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Autos n.º: 7635/06
Ação: Consignatória c/c Revisional de Cláusulas Contratuais
Requerente: Luiz Augusto F. D´Império
Advogado(a): Dr. Liberato N. Taguatinga Filho
Requerido(a): Banco da Amazônia S.A.
Advogado(a): Dra. Fernanda Ramos Ruiz
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: (...) Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS deduzidos na ação revisional (autos n.º 7635/2006), nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, e EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Condeno LUIZ AUGUSTO FIGUEIREDO D´IMPÉRIO ao pagamento das custas e honorários de advogado que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do artigo 20, § 3º, do Código de Processo Civil. Gurupi, 13/04/2011. (ass) Márcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2007.0010.6467-1/0
Ação: Monitória
Requerente: Banco da Amazônia S.A.
Advogado(a): Dra. Fernanda Ramos Ruiz
Requerido(a): Luiz Augusto F. D´Império
Advogado(a): Dr. Liberato N. Taguatinga Filho
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: (...) JULGO PROCEDENTE OS PEDIDOS deduzidos na ação monitória (autos n.º 200700106467-1/0), nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, e EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no artigo 1.102-C, § 3º, do Código de Processo Civil, ficando constituído, de pleno direito, titulo executivo judicial com base no valor pleiteado nos autos da ação monitória (autos n.º 200700106467-1/0), devendo prosseguir a execução na forma prevista no Livro I, Título VIII, Capitulo X, do diploma supracitado. Condeno LUIZ AUGUSTO FIGUEIREDO D´IMPÉRIO ao pagamento das custas e honorários de advogado que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do artigo 20, § 3º, do Código de Processo Civil. Gurupi, 13/04/2011. (ass) Márcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2011.0000.3654-0/0
Ação: Cautelar de Seqüestro
Requerente: Zaine El Kadre
Advogado(a): em causa própria
Requerido(a): Jorge Barros Filho
Advogado(a): em causa própria
INTIMAÇÃO: SENTENÇA: (...) Ante ao exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, ausente o interesse processual, com fulcro no artigo 295, inciso III, do Código de Processo Civil, e EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 267, inciso, VI, do Código de Processo Civil, determinando que a autora busque a satisfação de sua pretensão pela via processual adequada. Defiro os benefícios da assistência judiciária. Gurupi, 11/04/2011. (ass) Márcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2009.0012.8036-2/0
Ação: Indenização
Requerente: Raylan Facundes Ramos
Advogado(a): Dr. Wellington Paulo Torres de Oliveira
Requerido(a): Silverio Maciel Filho
Advogado(a): não constituído
INTIMAÇÃO: DECISÃO: (...) Ante ao exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela pleiteados pelo autor. Cite-se os requerido com as advertências legais. Gurupi, 11/04/2011. (ass) Márcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0004.7596-1/0
Ação: Obrigação de Fazer
Requerente: Valdomiro Trindade Mota
Advogado(a): Dr. Ricardo Bueno Paré
Requerido(a): Excelsior Seguros
Requerido(a): Companhia Excelsior de Seguros
Advogado(a): Dr. Júlio César de Medeiros Costa
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem acerca da proposta de honorários do perito nomeado nos autos, a qual importa em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Autos n.º: 2010.0003.5492-2/0
Ação: Cobrança
Requerente: Eloarde Pinto Gomes
Advogado(a): Dr. Luiz Carlos de Holleben Leite Muniz
Requerido(a): Itaú Seguros S.A.
Advogado(a): Dr. Jacó Carlos Silva Coelho
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem acerca da proposta de honorários do perito nomeado nos autos, a qual importa em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Autos n.º: 7079/03
Ação: Indenização por Danos Morais e Materiais
Requerente: Eva Ramos dos Reis
Advogado(a): Dr. Jorge Barros Filho
Requerido(a): Hospital e Maternidade Santa Catarina Ltda.
Advogado(a): Dr. Valdir Haas
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas acerca do retorno dos autos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Autos n.º: 1813/88
Ação: Ressarcimento de Danos
Requerente: Construtora Mota Fonseca S.A.
Advogado(a): Dr. João Gaspar Pinheiro de Sousa
Requerido(a): Aristeu Gomes de Medeiros
Advogado(a): Dr. Joaquim Pereira da Costa Júnior
INTIMAÇÃO: DECISÃO: Defiro a prova testemunhal requerida. No que tange a prova pericial, ao especificar as provas, a parte de indicar que tipo de perícia pretende, o que não fez no presente feito, motivo pelo qual a indefiro. Eventual documentação, deverá ser juntada no prazo de 5 (cinco) dias. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02 de junho de 2011, às 14:00 horas. O rol deverá ser juntado no prazo de 15 (quinze) dias. Gurupi, 28/10/2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 7589/06
Ação: Cobrança de Honorários
Requerente: Arlindo Peres Filho
Advogado(a): Dr. Eder Mendonça de Abreu
Requerido(a): José Alvaro Lorenço Gasques
Advogado(a): Dr. Fernando Palma Pimenta Furlan
Requerido (a): João Carlos Lorenço Gasques
Requerido (a): Rosa Maria Alves Carmona Lourenço
Advogado(a): Dr. Milton José da Silveira
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Defiro as provas especificadas. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 26 de maio de 2011, às 14:30 horas, devendo as partes juntar rol nos autos no prazo de 15 (quinze) dias. Gurupi, 31/03/2011. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0003.1672-3/0
Ação: Indenização
Requerente: Joel Lino Vida
Advogado(a): Dr. Alexandre Humberto Rocha
Requerido(a): Leolar Móveis e Eletrodomésticos Ltda.
Advogado(a): Dr. Cláudio Ribeiro Correia Neto
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar (artigo 331, do CPC) para o dia 27 de abril de 2011, às 13:30 horas, onde serão decididas as questões processuais pendentes, especificadas as provas e fixados os pontos controvertidos. Gurupi, 30/11/2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0008.0522-8/0
Ação: Obrigação de Fazer
Requerente: Alcino Rodrigues Lima
Advogado(a): Dr. Milton Roberto de Toledo
Requerido(a): Edgar Passos dos Reis
Requerido(a): Gilberto Soares de Carvalho
Advogado(a): Dr. Raimundo Nonato Fraga Sousa
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar (artigo 331, do CPC) para o dia 26 de abril de 2011, às 17:00 horas, onde serão decididas as questões preliminares e especificadas as provas. Gurupi, 22/02/2011. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2009.0012.6856-7/0
Ação: Reparação de Danos
Requerente: Cimentec Comércio de Cimento Ltda.
Advogado(a): Dr. Hilton Cassiano da Silva Filho
Requerido(a): Omnilink Tecnologia S.A.
Advogado(a): Dra. Arlinda Moraes Barros
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar (artigo 331, do CPC) para o dia 26 de abril de 2011, às 16:30 horas, onde serão decididas as questões processuais pendentes, especificadas as provas e fixados os pontos controvertidos. Gurupi, 22/08/2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0008.9054-3/0
Ação: Cobrança
Requerente: Caetano e Penha
Advogado(a): Dr. Leonardo Navarro Aquilino
Requerido(a): Dirlene Terezinha Machado
Advogado(a): Dr. Nadin El Hage
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar (artigo 331, do CPC) para o dia 26 de abril de 2011, às 16:00 horas, onde serão decididas as questões preliminares e especificadas as provas. Gurupi, 24/02/2011. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2009.0010.2595-8/0
Ação: Indenização
Requerente: Cleideonice Borges Viana
Advogado(a): Dr. Romeu Eli Vieira Cavalcante
Requerido(a): Patrícia Vasconcelos dos Santos Verlangieri
Advogado(a): Dr. Wellington Paulo Torres de Oliveira
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar (artigo 331, do CPC) para o dia 26 de abril de 2011, às 15:30 horas, onde serão decididas as questões processuais pendentes, especificadas as provas e fixados os pontos controvertidos. Gurupi, 15/10/2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2009.0008.8815-4/0
Ação: Indenização
Requerente: Junismar Alves da Silva
Advogado(a): Dra. Maydê Borges Beani Cardoso
Requerido(a): Losango Promoções de Vendas Ltda.
Advogado(a): Dr. Murilo Sudré Miranda
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência de conciliação para o dia 26 de abril de 2011, às 15:00 horas. Gurupi, 14 de outubro de 2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2009.0003.4908-3/0
Ação: Reintegração de Posse
Requerente: Joanita Mauricio do Nascimento
Advogado(a): Dra. Maydê Borges Beani Cardoso
Requerido(a): Altino Rodrigues dos Santos
Advogado(a): Dr. Nadin El Hage
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar (artigo 331, do CPC) para o dia 26 de abril de 2011, às 14:30 horas, onde serão decididas as questões processuais pendentes, especificadas as provas e fixados os pontos controvertidos. Gurupi, 15/10/2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0007.1030-8
Ação: Reparação de Danos
Requerente: Itamar Martins Rodrigues
Advogado(a): Dra. Ana Alaíde Castro Amaral Brito
Requerido(a): Sociedade Beneficente São Camilo
Advogado(a): Dra. Sarah Gabrielle Albuquerque Alves
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar (artigo 331, do CPC) para o dia 27 de abril de 2011, às 17:00 horas, onde serão decididas as questões processuais

pendentes, especificadas as provas e fixados os pontos controvertidos. Gurupi, 15/10/2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0000.3137-0/0
Ação: Monitória
Requerente: Décio Auto Posto Gurupi Ltda.
Advogado(a): Dr. Roger de Mello Ottaño
Requerido(a): Lauro Sorita – Estância Sorita
Advogado(a): Dr. Mateus de Almeida Garrido
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência de conciliação para o dia 27 de abril de 2011, às 16:30 horas, onde serão decididas as questões processuais pendentes, especificadas as provas. Gurupi, 29/10/2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2009.0009.9621-6/0
Ação: Indenização
Requerente: Domingas Cardoso de Castro
Advogado(a): Dra. Arlinda Moraes Barros
Requerido(a): João Roberto Guimarães Aires
Advogado(a): Defensoria Pública
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência de conciliação para o dia 27 de abril de 2011, às 16:00 horas, onde serão decididas as questões processuais pendentes, especificadas as provas. Gurupi, 29/10/2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2009.0012.6992-0/0
Ação: Indenização
Requerente: Antônio Eduardo Muniz Ferreira
Advogado(a): Dra. Ana Alaíde Castro Amaral Brito
Requerido(a): Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda.
Advogado(a): Dr. Eduardo Luiz Brock
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar (artigo 331, do CPC) para o dia 27 de abril de 2011, às 15:30 horas, onde serão decididas as questões processuais pendentes, especificadas as provas e fixados os pontos controvertidos. Gurupi, 15/10/2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2009.0011.8340-5/0
Ação: Obrigação de Fazer
Requerente: Arnaldo Valério da Silva
Advogado(a): Dr. Javier Alves Japiassú
Requerido(a): Raimundo Nonato Roseno
Advogado(a): Dr. Procópio Araújo Silva Neto
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar (artigo 331, do CPC) para o dia 27 de abril de 2011, às 15:00 horas, onde serão decididas as questões processuais pendentes, especificadas as provas e fixados os pontos controvertidos. Gurupi, 18/10/2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0004.3991-4/0
Ação: Indenização
Requerente: Lojas Araçá Ltda.
Advogado(a): Dr. Thiago Lopes Benfica
Requerido(a): Manara Veículos
Advogado(a): Dr. Alonso de Souza Pinheiro
Requerido(a): Nissan do Brasil Automóveis Ltda.
Advogado(a): Dr. Alexandre Humberto Rocha
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar (artigo 331, do CPC) para o dia 27 de abril de 2011, às 14:30 horas, onde serão decididas as questões processuais pendentes, especificadas as provas e fixados os pontos controvertidos. Gurupi, 18/10/2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0007.0679-3/0
Ação: Declaratória de Inexistência de Débito
Requerente: Keroita Distribuidora Presentes & Conveniência Ltda.
Advogado(a): Dra. Hellen Cristina Peres da Silva
Requerido(a): Regina Indústria e Comércio S.A.
Advogado(a): Dr. Ediberto de Mendonça Naufal
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar (artigo 331, do CPC) para o dia 27 de abril de 2011, às 14:00 horas, onde serão decididas as questões processuais pendentes, especificadas as provas e fixados os pontos controvertidos. Gurupi, 28/10/2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0004.4105-6/0
Ação: Declaratória de Nulidade de Notas Fiscais
Requerente: Cemar Transportadora e Distribuidora de Bebidas Ltda.
Advogado(a): Dr. Aldecimar Esperandio
Requerido(a): Brasil Telecom S.A.
Advogado(a): Dra. Patrícia Mota Marinho
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar (artigo 331, do CPC) para o dia 28 de abril de 2011, às 15:00 horas, onde serão decididas as questões processuais pendentes, especificadas as provas e fixados os pontos controvertidos. Gurupi, 15/10/2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2009.0012.1385-1/0
Ação: Declaratória Negativa de Débitos
Requerente: Eleni Magalhães Xavier Carvalho
Advogado(a): Dra. Fernanda Roriz G. Wimmer
Requerido(a): Americel S.A.
Advogado(a): Dra. Leise Thaís da Silva Dias
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar (artigo 331, do CPC) para o dia 28 de abril de 2011, às 14:30 horas, onde serão decididas as questões processuais pendentes, especificadas as provas e fixados os pontos controvertidos. Gurupi, 15/10/2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2009.0005.9092-9/0
Ação: Indenização por Danos Morais
Requerente: Cedy Moura Brito
Advogado(a): Dra. Janielma dos Santos Luz
Requerido(a): Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – Celtins
Advogado(a): Dra. Cristiana Lopes Vieira
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar (artigo 331, do CPC) para o dia 28 de abril de 2011, às 14:00 horas, onde serão decididas as questões processuais pendentes, especificadas as provas e fixados os pontos controvertidos. Gurupi, 19/08/2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0005.7053-0/0
Ação: Busca e Apreensão
Requerente: Zayne Noleto Marinho
Advogado(a): Dr. Hagton Honorato Dias
Requerido: Daniel Andrade Martins
Advogado(a): Dr. Helber de Oliveira Lopes
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar (artigo 331, do CPC) para o dia 28 de abril de 2011, às 13:30 horas, onde serão decididas as questões processuais pendentes, especificadas as provas e fixados os pontos controvertidos. Gurupi, 30/11/2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0004.7637-2/0
Ação: Cobrança
Requerente: Leandro Vinício Gonçalves Lataliza
Advogado(a): Dr. Luiz Carlos de Holleben Leite Muniz
Requerido: Itaú Seguros S.A.
Advogado(a): Dr. Jacó Carlos Silva Coelho
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em 10 (dez) dias. Gurupi, 14/04/2011. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2009.0012.6859-1/0
Ação: Cobrança
Requerente: Antônio Marques
Advogado(a): Dr. Luiz Carlos de Holleben Leite Muniz
Requerido: Itaú Seguros S.A.
Advogado(a): Dr. Jacó Carlos Silva Coelho
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, em 10 (dez) dias. Gurupi, 14/04/2011. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0004.7281-4/0
Ação: Obrigação de Fazer
Requerente: José Joaquim de Carvalho
Requerente: Marli Aparecida Bueno de Carvalho
Advogado(a): Dr. Raimundo Rosal Filho
Requerido(a): Maria da Conceição Martino Barbosa e outros
Advogado(a): Dr. Ricardo dos Santos Garcia
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar (artigo 331, do CPC) para o dia 05 de maio de 2011, às 15:30 horas, onde serão decididas as questões preliminares e especificadas as provas. Gurupi, 17/03/2011. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0004.7708-5/0
Ação: Indenização
Requerente: Franknei Santos de Souza
Advogado(a): Dr. Ciran Fagundes Barbosa
Requerido(a): Unimed Gurupi – Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.
Advogado(a): Dra. Kárita Barros Lustosa
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar para o dia 03 de maio de 2011, às 16:30 horas, onde serão decididas as preliminares, fixados os pontos controvertidos e especificadas as provas. Gurupi, 22/03/2011. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0008.0624-0/0
Ação: Nulidade de Negócio
Requerente: Rafael Rosa Costa Teixeira
Advogado(a): Dra. Fernanda Roriz G. Wimmer
Requerido(a): Adélia Miranda Teixeira Matos
Advogado(a): Dra. Maria Tereza Miranda
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar (artigo 331, do CPC) para o dia 03 de maio de 2011, às 16:00 horas, onde serão decididas as questões preliminares e especificadas as provas. Gurupi, 17/02/2011. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2010.0005.7584-2/0
Ação: Declaratória de Inexigibilidade de Titulo
Requerente: Sindicato Rural de Gurupi
Advogado(a): Dra. Geisiane Soares Dourado
Requerido(a): Celtins – Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
Advogado(a): Dra. Patrícia Mota Marinho Vichmeyer
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar (artigo 331, do CPC) para o dia 03 de maio de 2011, às 15:30 horas, onde serão decididas as questões processuais pendentes, especificadas as provas e fixados os pontos controvertidos. Gurupi, 28/10/2010. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

Autos n.º: 2009.0011.8263-8/0
Ação: Indenização por Danos Morais
Requerente: Sidnei Rogério Pellizari
Advogado(a): Dr. Magdal Barboza de Araújo
Requerido(a): Banco do Brasil S.A.
Advogado(a): Dra. Paula Rodrigues da Silva
INTIMAÇÃO: DESPACHO: Designo audiência preliminar para o dia 03 de maio de 2011, às 15:00 horas, onde serão decididas as questões processuais, fixados os pontos controvertidos e especificadas as provas. Gurupi, 22/03/2011. (ass) Marcio Soares da Cunha. Juiz Substituto.

3ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:
AUTOS Nº: 2009.0002.5482-1-Monitória
REQUERENTE: DECIO AUTO POSTO GURUPI LTDA
ADVOGADO: Dr. Mauricio Cordenonzi, OAB/TO 2223
REQUERIDO: SOUSA E ZANELLATO LTDA-ME
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada a recolher as custas da Carta Precatória na Comarca de Novo Repartimento-PA, que importam em R$ 156,40 (cento e cinqüenta e seis reais e quarenta centavos), no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de devolução da Carta Precatória.

AUTOS Nº: 2010.0008.8941-3-Monitória
REQUERENTE: CHRISTIAN MARCELO DE SÁ
ADVOGADO: Dr. Valdir Haas, OAB/TO 2244
REQUERIDO: FRANCISCO MARGARINO QUINQUES NUNES
ADVOGADO: Dra. Jaqueline de Kássia Ribeiro de Paiva, OAB/TO 1775;
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas do despacho proferido às fls. 69 pelo MM. Juiz de Direito, cujo teor segue transcrito: "Designo audiência preliminar para o dia 19/05/11 às 14 horas. Intime. Gurupi, 24/03/11. Edimar de Paula, Juiz de Direito."

AUTOS Nº: 2009.0000.7902-7-Usucapião Extraordinário
REQUERENTE: HOMILDA FERREIRA MARQUES e Outro
ADVOGADO: Defensoria Pública
REQUERIDO: CICERO BORGES CABRAL
ADVOGADO: Dr. Marcos Moreira da Silva, OAB/TO 4545;
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas do despacho proferido às fls. 74 pelo MM. Juiz de Direito, cujo teor segue transcrito: "Designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia 05/05/11 às 14 horas. O rol de testemunha deverá ser juntado aos autos em 10 (dez) dias. Intime. Gurupi, 24/02/11. Edimar de Paula, Juiz de Direito."

AUTOS Nº: 2009.0012.0049-0-Usucapião com pedido de Liminar
REQUERENTE: IRES PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO:Dra. Denise Rosa Santana Fonseca, OAB/TO 1489
REQUERIDO: CARLOS FERNANDES DA FONSECA E OUTRO
ADVOGADO: Dr. Lucywaldo do Carmo Rabelo, OAB/TO 2331;
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas do despacho proferido às fls. 91 pelo MM. Juiz de Direito, cujo teor segue transcrito: "Designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia 03/05/11, às 14 horas. Intime. Gurupi, 24/02/11. Edimar de Paula, Juiz de Direito."

AUTOS Nº: 2010.0005.7419-6-Declaratória de Rescisão Contratual c/c Restituição de Valores e Multa
REQUERENTE: ECO-X DIAGNÓSTICOS MÉDICOS LTDA
ADVOGADO:Dr. Karita Barros Lustosa, OAB/TO 3725
REQUERIDO: VIANA E CIA LTDA-ME
ADVOGADO: Dr. Hedgard Silva Castro, OAB/TO 3926;
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas do despacho proferido às fls. 91 pelo MM. Juiz de Direito, cujo teor segue transcrito: "Designo audiência preliminar para o dia 04/05/11 às 14 horas. Intime. Gurupi, 24/02/11. Edimar de Paula, Juiz de Direito."

AUTOS Nº: 2009.0009.4647-2-Reparação de Danos
REQUERENTE: MARCOS PAULO RIBEIRO MORAIS
ADVOGADO:Dr. Javier Alves Japiassu, OAB/TO 905
REQUERIDO: RIO LONTRA RADIO E TELEVISÃO LTDA (TV GURUPI) E OUTRO
ADVOGADO: Dr. Guilherme Trindade Meira Costa, OAB/TO 3680-A;
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas do despacho proferido às fls. 68 pelo MM. Juiz de Direito, cujo teor segue transcrito: "Intime a ré a arrolar suas testemunhas em 10 (dez) dias. Desde já designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia 18/05/11, às 14 horas. Intime. Gurupi, 22/03/11. Edimar de Paula, Juiz de Direito."

AUTOS Nº: 2010.0007.0875-3-Monitória
REQUERENTE: MARIA DA PAZ TELES DE OLIVEIRA
ADVOGADO:Dr. Rodrigo Lorençoni, OAB/TO 4255
REQUERIDO: CONCEIÇÃO DE MARIA TEIXEIRA AG
ADVOGADO: Dra. Leise Thaís Silva Dias, OAB/TO 2288;
INTIMAÇÃO: Ficam as partes intimadas do despacho proferido às fls. 30 pelo MM. Juiz de Direito, cujo teor segue transcrito: "Designo audiência preliminar para o dia 12/05/11 às fls. 15 horas. Intime. Gurupi, 22/03/11. Edimar de Paula, Juiz de Direito."

AUTOS – 2011.0001.2815-1/0 – DANOS MORAIS
Requerente: SUZANA DIAS MARTINS
Advogado(a): LUÍS CLAUDIO BARBOSA OAB-TO N.º 3.337
Requerido: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
DECISÃO: "A ação é movida em desfavor da Caixa Econômica Federal, Empresa Pública Federal, nos moldes preconizados no artigo 109, inciso I da Constituição Federal, o juiz competente para processar e julgar causas que envolvam interesse de Empresa Pública Federal é o Juiz Federal. Desta forma, remeta os autos a Seção Judiciária da Justiça Federal na Capital Palmas, para que seja distribuído para uma das Varas Correspondentes. Intime. Gurupi, 29 de março de 2011".

AUTOS – 2009.0005.3467-0/0 - REIVINDICATÓRIA
Requerente: JACY DE SALES
Advogado(a): CLEUSDEIR RIBEIRO DA COSTA
Requerido: ELYSMAR PEREIRA DE OLIVEIRA E OUTRO
DESPACHO: "Já foi tentada a citação no endereço fornecido pela autora sem sucesso, isso ainda em julho de 2009, fls. 60. Reitere intimação a autora, pessoalmente e via advogado a apresentar novo endereço em 05 (cinco) dias, pena de extinção e arquivamento. Gurupi, 20/01/11".

AUTOS – 2009.0000.7656-7/0 - INDENIZATÓRIA
Requerente: MARCIEL JOSÉ DE FREITAS E OUTRO
Advogado(a): CIRAN FAGUNDES BARBOSA OAB-TO N.º 919
Requerido: BANCO BRADESCO S/A E OUTRA
DESPACHO: "Intime o autor, pessoalmente e via advogado a providenciar a publicação do edital da citação em 15 (quinze) dias, pena de extinção e arquivamento. Gurupi, 14/12/10".

AUTOS – 2008.0002.9341-1/0 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Requerente: ACIG
Advogado(a): DENISE ROSA SANTANA FONSECA OAB-TO N.º 1964
Requerido: C. G. RODRIGUES LTDA
Fica a parte autora intimada para no prazo de 10 (dez) dias efetuar o pagamento da locomoção do oficial de justiça para cumprimento do mandado de penhora, avaliação e outros atos, o valor importa em R$ 13,44 (treze reais e quarenta e quatro centavos) a ser depositado na conta corrente n.º 9306-8, agência n.º 0794-3, Banco do Brasil S/A.

AUTOS – 2009.0010.3966-5/0 – OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
Advogado(a): Pompilio Lustosa Messias Sobrinho, OAB/TO 1.807-B
Requerido: COLORIN INDUSTRIAL S/A
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para no prazo de 10 (dez) dias comparecer no cartório para providenciar o cumprimento da Carta Precatória de Citação.

AUTOS – 2010.0009.7304-0/0 - EXECUÇÃO
Requerente: MILLENIUM FACTORING LTDA
Advogado(a): THIAGO LOPES BENFICA OAB-TO N.º 2.329
Requerido: EZEMI NUNES MOREIRA
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para no prazo de 10 (dez) dias efetuar o pagamento da locomoção do oficial de justiça para cumprimento do mandado de penhora e avaliação, o valor importa em R$ 17,01 (dezessete reais) a ser depositado na conta corrente n.º 9306-8, agência n.º 0794-3, Banco do Brasil S/A.

AUTOS – 2010.0008.0603-8/0 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BV FINANCEIRA S/A
Advogado(a): PAULO HENRIQUE FERREIRA OAB-TO N.º 4.626
Requerido: ILDECI PIMENTEL DA SILVA
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para no prazo de 10 (dez) dias efetuar o pagamento da locomoção do oficial de justiça para cumprimento do mandado de citação, o valor importa em R$ 11,40 (onze reais e quarenta centavos) a ser depositado na conta corrente n.º 9306-8, agência n.º 0794-3, Banco do Brasil S/A.

AUTOS – 2.829/06 - EXECUÇÃO
Requerente: FORMAQ – MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA
Advogado(a): LEONARDO NAVARRO AQUILINO OAB-TO N.º 2.428-A
Requerido: ASSIS FRANCISCO CHEFER
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para manifestar a respeito no prazo de 10 (dez) dias manifestar sobre a devolução da Carta Precatória juntada às fls. 74/97.

AUTOS – 2.232/04 – BUSCA E APREENSAO
Requerente: ARAGUAIA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
Advogado(a): FERNANDO SÉRGIO DA CRUZ E VASCONCELOS OAB-GO N.º 12.548
Requerido: DOMINGAS DOS SANTOS NOGUEIRA
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para manifestar a respeito no prazo de 10 (dez) dias manifestar sobre a certidão do oficial de justiça fls. 145.

AUTOS – 2009.0006.7132-5/0 - EXECUÇÃO
Requerente: HSBC BANK BRASIL – BANCO MULTIPLO
Advogado(a): LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR OAB-TO N.º 4.562-A
Requerido: EDSON DE SOUZA
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para manifestar a respeito no prazo de 10 (dez) dias manifestar sobre a certidão do oficial de justiça fls. 174.

AUTOS – 2009.0005.4400-5/0 – CONVERSÃO EM DEPÓSITO
Requerente: BANCO FINASA S/A
Advogado(a): LUCIANA CHRISTINA RIBEIRO BARBOSA OAB-MA N.º 8681
Requerido: MARIA DEUZINO CORREIA DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para manifestar a respeito no prazo de 10 (dez) dias manifestar sobre a certidão do oficial de justiça fls. 54.

AUTOS - 2007.0010.6618-6/0 - COBRANÇA
Requerente: CHARLES ALVES DE ALENCAR
Advogado(a): DONATILA RODRIGUES REGO OAB-TO N.º 789
Requerido: CASA VIP
Advogado(a): THIAGO LOPES BENFICA OAB-TO N.º 2.329
INTIMAÇÃO: Fica a parte autora intimada para manifestar a respeito no prazo de 10 (dez) dias sobre a resposta do perito, juntada às fls. 110/111.

2ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N.º 2010.0005.2495-4
REQUERENTE/ACUSADO(S): RÔMULO BARROS MOREIRA
VITIMA: COLETIVIDADE
TIPIFICAÇÃO: Art. 306, "caput" e art. 309, "caput", ambos da Lei n.º 9.503/97, c/c art. 70, do CP
ADVOGADO(A)(S): DIOMAR LOPES
Atendendo determinação judicial, INTIMO o advogado acima mencionado para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação nos autos em epigrafe. Eu, Janivaldo Ribeiro Nunes, Escrivão Judicial, o digitei e fiz inserir.

AUTOS N.º 2011.0001.2721-0
REQUERENTE/ACUSADO(S): ELCIMAR DE BARROS DEODATO JÚNIOR
ADVOGADO(A)(S): FLÁSIO VIEIRA ARAÚJO – OAB/TO 3813
Atendendo determinação judicial, INTIMO o advogado acima identificado do inteiro teor do despacho proferido nos autos em epigrafe, eis a letra: "No tocante ao pedido de fl. 185, intime-se o Dr. Flásio Vieira Araújo para juntar aos autos a procuração que lhe foi outorgada pelo acusado. Recebo a apelação retro, nos seus legais e jurídicos efeitos. Ao Apelante para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões do recurso. Em seguida, e em igual prazo, ao Apelado para contra-arrozoar o recurso. Gpi, 14/04/11." a) Joana Augusta Elias da Silva. Eu, Janivaldo Ribeiro Nunes, Escrivão Judicial, o digitei e fiz inserir.

AUTOS N.º 1.932/07
ACUSADO: MANOEL VIANA DE SOUZA
TIPIFICAÇÃO: ART. 155, "CAPUT", DO CÓDIGO PENAL.
ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA com prazo de 90(noventa) dias. Dra. Joana Augusta Elias da Silva, MM Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal, Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, na forma da lei etc. FAZ SABER a todos os que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, e, em especial o réu, que por este juízo e Escrivania da 2ª Vara Criminal tramitam os autos de ação Penal n.º 1.932/07, que a Justiça Pública como autora move contra MANOEL VIANA DE SOUZA, brasileiro, convivente, lavrador, nascido aos 24/09/1966 em Peixe-TO, filho de Maria Viana de Souza atualmente em lugar(es) incerto(s) e não sabido(s). Sendo o(a) referido(a) ré(u) condenado(a) pela prática do delito tipificado no Art. 155, *caput*, do Código Penal, sendo as vítima Wagner Barros Franco e Clayton Vieira da Silva . E, para que chegue ao conhecimento do acusado, expediu-se o presente Edital, ficando, assim, intimado do dispositivo da sentença condenatória, eis o dispositivo: "Posto isso, ***julgo procedente*** o pedido contido na denúncia de fls. 02/03 e, via de conseqüência, ***condeno*** o acusado MANOEL VIANA DE SOUZA, como incurso nas penas do art. 155, *caput,* do Código Penal. Passo à dosimetria da pena a ser imposta ao acusado:A culpabilidade do acusado encontra-se evidenciada nos autos e caracterizada pela vontade livre e consciente de se apoderar de bem alheio tendo plena consciência da ilicitude de sua conduta. O acusado não é portador de bons antecedentes, conforme demonstrado nas certidões de fls. 58/59 e 128, além de registrar condenação anterior transitada em julgado (fl. 128), mas, tendo em vista que está última situação, qual seja, sentença anterior transitada em julgado, incide ao mesmo tempo em reincidência, deixo de valorá-la nesta fase de dosimetria da pena, preservando a inocorrência de *bis in idem.* Conduta social sem registro nos autos. Personalidade fortemente voltada à criminalidade. Os motivos são os próprios dos crimes de furto, ou seja, desejo de lucro fácil, sem trabalho. As circunstâncias são normais ao tipo. Quanto às conseqüências, estas não o prejudicam, tendo a vítima recuperado a *res furtiva.* A vítima não contribuiu para a eclosão do crime.Assim, estabeleço a pena-base em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 30 (trinta) dias-multa, arbitrados estes em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos, corrigidos monetariamente a partir da data do evento (24/09/2004). O acusado confessou a prática delitiva. Porém, constata-se ser ele reincidente, conforme certidão de fl. 128. Neste tocante vale salientar recente entendimento adotado pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a atenuante da confissão espontânea pode ser compensada com a agravante da reincidência. Assim, ficam a atenuante e agravante em comento compensadas entre si, não havendo, portanto, nenhuma alteração da pena-base, ficando o acusado ***definitivamente condenado a pena de 02 (dois) anos*** e ***06 (seis) meses de reclusão e 30 (trinta) dias-multa,*** diante da inexistência de outras causas modificadoras da reprimenda.Concernente ao regime de cumprimento da pena privativa de liberdade imposta ao acusado, fixo o ***regime fechado,*** em face de sua reincidência. Considerando que o acusado respondeu ao processo em liberdade, não havendo nos autos notícia da modificação fática da situação dele neste sentido, permito a ele apelar em liberdade. Considerando a ausência de prejuízos sofridos pela vítima, deixo de fixar o valor mínimo para a reparação de danos. Isento o sentenciado do pagamento das custas processuais por estar ele sendo defendido pela Defensoria Pública, o que faz presumir ser pessoa com parcos recursos econômicos. Após o trânsito em julgado, lance-lhe o nome no rol dos culpados. Comunicações e anotações necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, inclusive, a vítima.Gurupi 04 /11/2009.." a) *Joana Augusta Elias da Silva Juíza de Direito.* Eu, Janivaldo Ribeiro Nunes, Escrivão Judicial, lavrei o presente, e o fiz inserir.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

AUTOS Nº: 2011.0000.9306-4/0
Acusado: FRANCISCO DE ASSIS ALVES
EDITAL DE CITAÇÃO. Prazo de 15 (quinze) dias. A Drª. Joana Augusta Elias da Silva, Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, e em especial ao réu, que por este juízo e Escrivania da 2ª Vara Criminal tramitam os autos de Ação Penal nº 2011.0000.9306-4 que a Justiça Pública como autora move contra FRANCISCO DE ASSIS ALVES, brasileiro, solteiro, comerciante, nascido aos 12.05.1981 em Porangatul-GO, RG nº 344.254 SSP-TO, filho de Ricardo Firmino Alves e Lucilia Pereira Alves, atualmente em lugar incerto e não sabido, como incurso nas penas previstas nos Art. 306, 'caput', da Lei 9.503/97. E, para que chegue ao conhecimento do(a) acusado(a), expediu-se o presente edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico, ficando assim, citado e intimado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, não sendo apresentada, ser-lhe-á nomeado um Defensor Público, ao qual será dada vista dos autos pelo mesmo prazo assinalado acima, a fim de que ele possa oferecer resposta à acusação, por escrito, e promover-lhe a defesa na ação em epígrafe. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, 15 de abril de 2011. Eu, Fernando Maia Fonseca, Técnico Judiciário, lavrei o presente e o inseri. a) Joana Augusta Elias da Silva - Juíza de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

AUTOS Nº: 2008.0010.7865-4
Acusado: ANTÔNIO FILHO PEREIRA DAS NEVES
EDITAL DE CITAÇÃO. Prazo de 15 (quinze) dias. A Drª. Joana Augusta Elias da Silva, Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, e em especial ao réu, que por este juízo e Escrivania da 2ª Vara Criminal tramitam os autos de Ação Penal nº 2008.0010.7865-4 que a Justiça Pública como autora move contra ANTÔNIO FILHO PEREIRA DAS NEVES, brasileiro, solteiro, lavrador, nascido aos 31/05/1979 em Porto Nacional-TO, RG nº 361.098 SSP-TO, atualmente em lugar incerto e não sabido, como incurso nas penas previstas nos Art. 15, 'caput', da Lei 10.826/03. E, para que chegue ao conhecimento do(a) acusado(a), expediu-se o presente edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico, ficando assim, citado e intimado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, não sendo apresentada, ser-lhe-á nomeado um Defensor Público, ao qual será dada vista dos autos pelo mesmo prazo assinalado acima, a fim de que ele possa oferecer resposta à acusação, por escrito, e promover-lhe a defesa na ação em epígrafe. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, 15 de abril de 2011. Eu, Fernando Maia Fonseca, Técnico Judiciário, lavrei o presente e o inseri. a) Joana Augusta Elias da Silva - Juíza de Direito.

1ª Vara da Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Processo: 2011.0002.4406-2/0
Autos: ORDINÁRIA DE DIVÓRCIO DIRETO C/C PARTILHA DE BENS MOVEIS, REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA, VISITAS E ALIMENTOS
Requerente: J. A. R.
Advogado: Dr. RONALDO MARTINS DE ALMEIDA – OAB/TO 4278
Requerido: A. F. R.
Advogado: não constituído
Objeto: Intimação do advogado da parte autora para comparecer na audiência de tentativa de conciliação, ou se for o caso, mudança do rito designada nos autos em epígrafe para o dia 11/05/2011, às 16:30 horas, devendo comparecer acompanhado da parte.

AUTOS Nº: 9.686/06
Ação: ARROLAMENTO SUMÁRIO
Requerentes: MARIA MARGARIDA AMANCIO SILVA E OUTROS
ESPÓLIO DE HÉLIO OLIVEIRA SILVA
CREDOR DO ESPÓLIO: JOÃO PEDRO AQUINO BRITO
FINALIDADE: Proceda-se a INTIMAÇÃO do Sr. JOÃO PEDRO AQUINO BRITO, brasileiro, residente e domiciliado atualmente em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar nos autos em epígrafe acerca do plano de partilha apresentado nos autos.

EDITAL DE CITAÇÃO

AUTOS Nº: 2008.0003.0921-0/0 - ASSISTENCIA JUDICIÁRIA
Ação: DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL C/C PEDIDO DE ALVARÁ JUDICIAL
Requerente: TATIANE CARVALHO DA SILVA
Requerido: RAIMUNDA RODRIGUES DE LIMA
FINALIDADE: Proceda-se a CITAÇÃO da Sra. RAIMUNDA RODRIGUES DE LIMA, brasileira, solteira, do lar, portadora do CPF nº 463.402.621-04 e do RG nº 643.490-2ª via SSP/TO, residente e domiciliada atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, querendo, CONTESTE a presente ação no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de serem presumidos, como verdadeiros, os fatos alegados na inicial, de acordo com os Arts. 285 e 319 do CPC. Tudo conforme despacho exarado nos autos em epígrafe.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE INTERDIÇÃO

AUTOS Nº: 2009.0012.0046-6/0 – ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
Ação: INTERDIÇÃO
Requerente: ELSON DORNELES DE MELO
Requerido: JEFFERSON SOUZA MELO
FINALIDADE: Publicação da sentença.
SENTENÇA: "Vistos, etc.(...) DECIDO. (...) Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de JEFFERSON SOUZA MELO, com espeque do artigo 1.767, III, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1.775, § 1º, do mesmo "códex", nomeando-lhe Curador, em caráter definitivo seu pai ELSON DORNELES DE MELO, devendo o curador prestar compromisso na forma da Lei. Dispenso a especialização de hipoteca legal, pelo Curador, vez que não há notícias de bens pertencentes ao curatelado. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil desta Comarca, no livro "E", nos termos da Lei de Registro Público e publique-se no Diário da Justiça na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi – TO, 11 de março de 2011. Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário, Juíza de Direito."

AUTOS Nº: 8.194/04
Ação: INVENTÁRIO
Requerente: DELITE DA SILVA VIANA
ESPÓLIO DE MANOEL JUSTINO DA SILVA
Advogado: Dr. ISAÚ LUIZ RODRIGUES SALGADO – OAB/TO 1065-A
FINALIDADE: Proceda-se a INTIMAÇÃO do advogado das partes do despacho proferido às fls. 77, bem como dos herdeiros: LIVIA SILVA VIANA, brasileira, casada, CPF nº 322.502.903-34, residente e domiciliada na cidade de Corrente, Estado do Piauí; DAMIRES SILVA VIANA, brasileira, casada, CPF nº 514.496.173-87, residente e domiciliada na cidade de Corrente, Estado do Piauí; LICIA MADEIRA DA SILVA CARVALHO, brasileira, aposentada, casada, CPF nº 902.165.801-10, residente e domiciliada em Brejinho de Nazaré/TO; HELITON MADEIRA DA SILVA, brasileiro, aposentado, casado, CPF nº 027.046.081-05, residente e domiciliado em Itapaci/GO, MIRIAM MADEIRA GUIMARAES, brasileira, do lar, casada, CPF nº 311.129.781-00, residente e domiciliada em Brejinho de Nazaré/TO; LUIZ MADEIRA DA SILVA, brasileiro, casado, lavrador, CPF nº 612.751.231-04, residente e domiciliado em Crixás do Tocantins, estado do Tocantins; OLIVIO MADEIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, lavrador, portador do CPF nº 330.565.361-20, residente e domiciliado na cidade Crixás do Tocantins, estado do Tocantins, para manifestarem nos autos em epígrafe sobre as últimas declarações apresentadas. DESPACHO: "Intimem-se os demais herdeiros, para manifestarem das últimas declarações apresentadas. Após, ao contador. Gpi., 21.02.2011. (A) Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário - Juíza de Direito."

1ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2008.0002.1366-3/0 – Ação Monitória
Requerente: FUNDAÇÃO UNIRG
Requerido: LINETE CORREIA FERREIRA SAVAL
Advogado: JEANE JAQUES LOPES DE C. TOLEDO OAB/TO 1.882
INTIMAÇÃO: Intimo a parte requerida da decisão de fls. 75/76 cuja parte final segue transcrita: "... Assim, como não houve despesas processuais pagas pelo requerido e diante do contido no art. 39 da Lei 6830/80, declaro, pois, a sentença com a seguinte correção: "...Custas e despesas processuais pelo requerente que por ser fazenda pública é isento da mesma diante do contido em lei federal. Verba honorária em 15% sobre o valor dado à causa, em consonância com o art. 20, §4º do CPC." No mais, persiste a sentença tal como está lançada. P. Retifique-se o registro da sentença, anotando-se. Em Gurupi, 06 de dezembro de 2010. Nassib Cleto Mamud – Juiz de Direito.

AUTOS: 2011.0000.9472-9/0 – Reparação de Danos Morais e/ou Materiais
Requerente: FLAVIA CRISTIANE SILVA MOURÃO
Advogado: FERNANDO CORRÊA DE GUAMÁ OAB/TO 3993B
Requeridos:1º PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GURUPI, 2º VIAÇÃO JAVAÉ, 3º UNIMED GURUPI COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
INTIMAÇÃO: Intimo a parte requerente do despacho de fls. 217-verso segue transcrito: "Cls... 1 – Seja emendada a inicial juntando-se aos autos cópia legível da mesma; 2 – Uma vez que não vislumbrei pedido liminar, após a emenda apenas cite-se; 3 – Defiro a gratuidade provisória; 4 – Após a integração da lide dê-se vista ao "Custus Legis". Int. Cumpra-se. Data Supra. Nassib Cleto Mamud – Juiz de Direito".

AUTOS: 5341/99- Ação de Execução Fiscal
Exequente: UNIÃO
Executado: TELEVISÃO RIO FORMOSO
Advogado: Tayrone de Melo - OAB GO 2189
INTIMAÇÃO: Intimo as partes da sentença proferida nos autos supra às fls.51 para conhecimento e providências necessárias. Segue dispositivo: "Sendo assim, diante da informação de liquidação total do débito executado, entendo por bem deferir o pedido de extinção e, por conta do principio da causalidade, condeno o executado ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios na ordem de R$ 100,00 (cem reais), a teor do que dispõe no art. 20, §4º do CPC. Ocorrido o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Exeqüente para no prazo de dez dias promover a execução dos honorários. P.R.I. Gurupi – TO, 18 de agosto de 2010. Wellington Magalhães – Juiz Substituto."

AUTOS: 2010.0004.7369-1/0 – Mandado de Segurança com Pedido de Liminar
Requerente: CARLEIDE COUTINHO DA SILVA
Advogado: ANTONIO JOSE ROVERONI OAB/TO 505
Requerido: SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI-TO
INTIMAÇÃO: Intimo a parte requerente da sentença de fls. 43/47 cuja parte final segue transcrita: "Ex Positis, com escopo na argumentação supra e amparado no bom parecer ministerial, JULGO IMPROCEDENTE WRIT, confirmando a decisão que negou o pedido liminar, donde determino seu arquivamento após os trâmites legais. Sem custas e honorária pelo pedido de gratuidade processual. Dê-se ciência ao MP. P.R.Int. Cumpra-se. Nassib Cleto Mamud – Juiz de Direito".

AUTOS: 2011.0000.3692-3 - Ação de Obrigação de Fazer
Requerente: ALESSANDRA BERTONI
Advogado: RODRIGO LORENÇONI OAB/TO 4255
Requerido: CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG
INTIMAÇÃO: Intimo a parte requerente para impugnar contestação de fls. 76/83 no prazo legal.

AUTOS: 2010.0011.1116-5 - Ação de Execução
Requerente: LUCIMEIRE MENDES DOURADO
Requerente: CARLOS MAGNO BATISTA DOS SANTOS
Advogado: RONALDO MARTINS DE ALMEIDA OAB/TO 4278
Requerido: MUNICIPIO DE GURUPI
INTIMAÇÃO: Intimo as partes da sentença proferida nos autos supra a fls. 63/64, para conhecimento e providências necessárias. Segue dispositivo: "1- Defiro a gratuidade requerida; 2 – Cite-se o executado para, caso queira, apresentar embargos no prazo de trinta dias (art. 730 do CPC). Cumpra-se. Gurupi-To, 21de março de 2011. Nassib Cleto Mamud – Juiz de Direito".

AUTOS: 13.053/06 - Ação de Execução de Honorários
Requerente: JUSCELIR M. OLIARI
Advogado: OAB 1103 CAUSA PROPRIA
Requerido: MUNICIPIO DE ALIANÇA-TO
INTIMAÇÃO: Intimo as partes da sentença proferida nos autos supra a fl. 31, para conhecimento e providências necessárias. Segue dispositivo: "Ex positis, diante da definição do quantum debeatur, defiro o pedido formulado na inicial com os cálculos apresentados pela contadoria e devidamente homologados por este juízo às fls. 30, expedindo-se a requisição de precatório. Expeça-se o necessário que autoriza a escrivã assinar. Intime-se. Cumpra-se. Gurupi-To, 24 de março de 2011".

AUTOS: 10.271/02- AÇÃO REINTEGRAÇAO DE POSSE
Requerente: MUNICIPIO DE GURUPI
Requerido: BENEDITO LOURENÇO DAS NEVES E OUTROS
INTIMAÇÃO: Intimo as partes da sentença proferida nos autos supra às fls.308/310 para conhecimento e providências necessárias. Segue dispositivo: "*Ex positis*, confirmo a reintegração liminar quanto aos esbulhadores remanescentes não excluídos expressamente da pendenga pela relação de fls.267/268,tornando-a definitiva,e com fundamento nos arts.499 do C.Civil,926 a 928 do CPC e agora,por fim,no art.269,I,do CPC.Sirva cópia como mandado.Condeno os esbulhadores revéis nas custas e honorária ora arbitrada em 15%. P.R.Cumpra-se. Gurupi-TO, 15 de fevereiro de 2011. Nassib Cleto Mamud – Juiz de Direito."

Vara de Execuções Penais

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:
AUTOS: 2009.0002.3461-8
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Acusado: Leandro Saraiva de Souza e Marcus Vinicius Ribeiro dos Santos
Advogados(s):DR. Walter Vitorino Junior – OAB-TO 3.655
INTIMAÇÃO: Intimo a V. Sª. à comparecer na sessão do júri designada para o dia 06 de junho 2011 às 8:30 horas, nos autos acima mencionado".

Juizado Especial Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Autos: 2011.0001.9285-2– EXECUÇÃO
Requerente: BALADA FASSHION COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA-ME
Advogados: DRA. ÂNGELA MÁRCIA DE SOUSA GOMES OAB TO 4376
Requerido: GIRASSOL MALHAS LTDA.
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no arts. 267, VI, do CPC, julgo extinto o presente processo. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I... Gurupi-TO, 07 de fevereiro de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0006.4190-0– COBRANÇA
Requerente: CREUSOLITA SANTOS DA SILVA
Advogados: DRA. FERNANDA RORIZ G. WIMMER OAB TO 2765
Requerido: BENTO FIGUEIREDO BARROS
Advogados: DRA. VENÂNCIA GOMES NETA FIGUEREDO OAB TO 83-B
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 269, I, art. 333, I, e art. 401, ambos do CPC, julgo improcedente o pedido. Sem custas e honorários face ao art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I... Gurupi-TO, 07 de fevereiro de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0006.4419-4– REPETIÇÃO
Requerente: CLEIDES FATIMA CORDEIRO
Advogados: DR. JANAY GARCIA OAB TO 3959
Requerido: OI BRASIL TELECOM S/A
Advogados: DRA. PATRÍCIA MOTA MARINHO VICHMEYER OAB TO 2245
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 51, inc. I da Lei dos Juizados Especiais Cíveis, julgo extinto o Processo sem julgamento de mérito ... Gurupi-TO, 10 de fevereiro de 2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0006.4254-0– INDENIZAÇÃO
Requerente: JOSE GENILDO DE CARVALHO
Advogados: DRA. FLÁSIO VIEIRIA ARAÚJO OAB TO 3813
Requerido: LVP-EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 51, inc. I da Lei dos Juizados Especiais Cíveis, julgo extinto o Processo sem julgamento de mérito ... Gurupi-TO,05 /04/2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0006.4432-1– COBRANÇA
Requerente: LOJAS MARANATA LTDA.
Advogados: DRA. ÂNGELA MÁRCIA DE SOUSA GOMES OAB TO 4376
Requerido: VILMA DINIZ PEREIRA DOS SANTOS
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 51, inc. I da Lei dos Juizados Especiais Cíveis, julgo extinto o Processo sem julgamento de mérito ... Gurupi-TO, 22 /03/2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0006.4305-8– COBRANÇA
Requerente: MARIA DE FATIMA CALEGARIO NASSIF – PONTO A PONTO BORDADOS
Advogados: DRA. MARLENE DE FREITAS JALES OAB TO 3082
Requerido: VICENTE M E M CONFECÇÕES
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Vistos etc. trata-se de ação de cobrança, na qual as partes transigiriam, consoante acima disposto. Destarte, como base no artigo 22, parágrafo único, da lei n. 9.099/95, HOMOLOGO, por sentença, o presente acordo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. De conseqüência, julgo extinto o processo com resolução de mérito, com fundamento no artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Não há custas nem honorários (art. 55 da lei 9.099/95). P.R.I... Gurupi-TO, 07/02/2011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0006.4430-5– COBRANÇA
Requerente: LOJAS MARANATA LTDA.
Advogados: DRA. ÂNGELA MÁRCIA DE SOUSA GOMES OAB TO 4376
Requerido: REGIA BORGES DE LIMA HELEBRANT
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, julgo extinto o Processo . Sem custas e honorários face ao art. 55, da lei 9.099/95.... P.R.I... Gurupi-TO, 08 de fevereiro de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0006.4363-5– COBRANÇA
Requerente: MASTERFIL COMÉRCIO DE FILTROS LTDA
Advogados: DRA. ÂNGELA MÁRCIA DE SOUSA GOMES OAB TO 4376
Requerido: URCIRLEY AZEVEDO FONSECA

Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, homologo por sentença a desistência e julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55, da lei 9.099/95.... P.R.I... Gurupi-TO, 01 de fevereiro de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0006.4350-3– COBRANÇA
Requerente: MASTERFIL COMÉRCIO DE FILTROS LTDA
Advogados: DRA. ÂNGELA MÁRCIA DE SOUSA GOMES OAB TO 4376
Requerido: ANTONIO CARLOS DE CASTRO
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo. Sem custas e honorários face ao art. 55, da lei 9.099/95.... P.R.I. Gurupi-TO, 28 de janeiro de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0006.4385-6– COBRANÇA
Requerente: AUTOS TINTAS SANTA ISABEL PEREIRA E MARQUES LTDA
Advogados: DRA. ÂNGELA MÁRCIA DE SOUSA GOMES OAB TO 4376
Requerido: HUMBERTO DE OLIVEIRA CAPORALLI
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 20, da lei 9.099/95, julgo procedente o pedido e condeno o Reclamado Humberto de Oliveira Caporalli a pagar a Auto Tintas Santa Isabel Pereira e Marques Ltda a quantia de R$ 1.097,92 (mil e noventa e sete reais e noventa dois centavos), acrescidos de juros de mora de 1% a.m. a partir da citação, isto é, 22/12/2010, e correção monetária a partir da propositura da ação. O Reclamado deverá cumprir a sentença sob pena de penhora e alienação de bens, e, no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de multa de 10% nos termos do art. 475-J, do CPC. Sem custas e honorários face ao art. 55, da lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 01 de fevereiro de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Autos: 2010.0006.4213-2– COBRANÇA
Requerente: JONAS LUIZ MARINHO E CIA LTDA
Advogados: DR. VALDIVINO PASSOS SANTOS OAB TO 4372
Requerido: JOSÉ DONIZETH LEMES JUNIOR.
Advogados: NÃO HÁ ADVOGADO CONSTITUÍDO
SENTENÇA: "(...) Isto posto, com fulcro no art. 20, da lei 9.099/95, julgo procedente o pedido e condeno Edijanini Bernardes Ferreira a pagar a Jonas Luiz Marinho e Cia Ltda a quantia de R$ 560,59 (quinhentos e sessenta reais e cinqüenta e nove centavos), acrescidos de juros de mora de 1% a.m. a partir da citação, isto é, 24/11/2010, e correção monetária a partir da propositura da ação. A Reclamada deverá cumprir a sentença sob pena de penhora e alienação de bens, e, no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de multa de 10% nos termos do art. 475-J, do CPC. Sem custas e honorários face ao art. 55, da lei 9.099/95. P.R.I. Gurupi-TO, 14 de fevereiro de 2.011. Maria Celma Louzeiro Tiago – JUÍZA DE DIREITO".

Juizado Especial Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2008.0002.1501-1 – TCO
Autor: ROBERTO GOMES DA SILVA
Advogado: GADDE PEREIRA GLÓRIA - OAB/TO 4314
Vítima: FRANCINALDO JORGE COSTA
INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA: Comparecer a audiência Instrução e Julgamento designada para o dia 25/05/2011, às 15:30 hs.

AUTOS: 2007.0008.6931-5 – TCO
Autor: WAGNER MARQUES NUNES BORGES
Advogado: JONAS TAVARES – OAB/TO – 483
Vítima: O ESTADO
INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA: Comparecer a audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 26/05/2011, às 14:00 hs.

Juizado Especial da Infância e Juventude

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Fica o Autuado intimado, por intermédio de seu Procurador, do inteiro teor do r. despacho de fl. 38, abaixo transcrito:
AUTOS Nº : 2009.0005.2077-7
Natureza : Infração Administrativa
Autuante: Agentes de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente
Autuado: Pedro Roberto dos Santos
ADVOGADO DO AUTUADO: DR. IRON MARTINS LISBOA – OAB-TO 535
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "Em face do exposto, MATENHO A SENTENÇA em seus fundamentos e comandos. Remetam-se os autos à instância superior para reapreciação, rendendo sinceras considerações deste magistrado. Intimem-se as partes sobre o seguimento do recurso interposto. Gurupi-TO, 08 de abril de 2011. SILAS BONIFÁCIO PEREIRA. JUIZ DE DIREITO".

Vara de Cartas Precatórias, Falências e Concordatas

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

CARTA PRECATÓRIA Nº : 2011.0001.2733-3
Ação : MONITÓRIA
Comarca Origem : PALMEIRÓPOLIS - TO
Processo Origem : 2007.0009.1268-7
Finalidade: OITIVA DA REQUERENTE
Requerente : JULIANNA RODRIGUES CARLOS
Advogado: IVANILSON DA SILVA MARINHO (OAB/TO 3298)
Requerido/Réu : MEIRIELE COSTA DA SILVA BORGES
INTIMAÇÃO: "DESPACHO: 1- Para cumprimento da diligência deprecada, designo o dia 03-05-2011, às 15h10min. 2- Diligencie-se. 3- Procedam-se às comunicações de estilo, inclusive ao deprecante. Gurupi – TO., 13-04-2011. RONICLAY ALVES DE MORAIS – Juiz de Direito."

CARTA PRECATÓRIA Nº : 2010.0000.8213-7
Ação: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Comarca Origem: PALMAS - TO
Processo Origem: 2009.0012.3025-0
Requerente: NORTEFARMA DISTRIBUIDORA FARMACEUTICA LTDA
Advogado: MURILO SUDRÉ MIRANDA (OAB/TO 1536)
Requerido/Réu: MARIA LUIZA LINO PEIXOTO (DROGARIA SÃO LUCAS) E OUTROS
INTIMAÇÃO: "DESPACHO: 1- Intime-se a executada para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos cópia do contrato de locação referente ao imóvel alugado ao SESC de Gurupi, sob pena de deferimento do pedido de fl. 36. 2- Às providências. Gurupi – TO., 29-03-2011. RONICLAY ALVES DE MORAIS – Juiz de Direito."

CARTA PRECATÓRIA Nº : 2011.0000.9501-6
Ação: EXECUÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA
Comarca Origem: ITUMBIARA - GO
Processo Origem: 200901212312
Requerente: P. E. P. M. REP. P/ VIVIANE REGINA PEREIRA
Advogado: SUELENE THEODORO BUENO (OAB/GO 18699)
Requerido/Réu: JAZON MENDES DA CRUZ
INTIMAÇÃO: "DESPACHO: 1- Intime-se o exeqüente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar quanto à certidão de fl. 17, sob pena de devolução. Gurupi – TO., 29-03-2011. RONICLAY ALVES DE MORAIS – Juiz de Direito."

CARTA PRECATÓRIA Nº : 2010.0011.7984-3
Ação: EXECUÇÃO FORÇADA
Comarca Origem: PEIXE - TO
Processo Origem: 2010.0011.3332-0
Requerente: GILVANIA RODRIGUES CAMPOS
Advogado: HAGTON HONORATO DIAS (OAB/TO 1838)
Requerido/Réu: ROSENO DO OH DO ESPIRITO SANTO e JOSIMAR FERREIRA DE BRITO
INTIMAÇÃO: "DESPACHO: 1- Intime-se a requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar quanto à certidão de fls. 26. 2- Não havendo resposta, certifique-se nos autos e, após, devolva-se. Gurupi – TO., 28-03-2011. RONICLAY ALVES DE MORAIS – Juiz de Direito."

CARTA PRECATÓRIA Nº : 2010.0005.2862-3
Ação: EXECUÇÃO FISCAL
Comarca Origem: HORIZONTINA - RS
Processo Origem: 104/1.07.0001602-0
Requerente: MUNICÍPIO DE HORIZONTINA
Advogado: ANDRÉ DIEGO MARQUES DA ROSA (OAB/RS 71079) e ANA LÚCIA DOS SANTOS (OAB/RS 75769)
Requerido/Réu : JORGE MARCOS PITHAN BORGES ME E OUTROS
INTIMAÇÃO: "DESPACHO: 1- À contadoria para cálculo da locomoção. 2- Após. intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, promover o preparo da presente carta. 3. Pautando-se pelo princípio da celeridade, junto com a intimação forneça-se o valor da diligência e número da conta do FGL Oficiais de Justiça. 4- Transcorrido o prazo acima mencionado sem resposta, certifique-se nos autos e, após devolva-se à origem. Gurupi – TO., 15-09-2010. RONICLAY ALVES DE MORAIS – Juiz de Direito."
Dados para o depósito bancário: Conta Corrente: 9.306-8, Agência: 0794-3, Valor: R$ 40,32, Bando do Brasil S/A.

ITACAJÁ

1ª Escrivania Cível

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO N. 2008.0010.5913-7

MILTON LEMENHA DE SIQUEIRA, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO POR ESTA COMARCA DE ITACAJÁ, Estado do Tocantins, NA FORMA DA LEI FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório de Família e Sucessões, Infância e Juventude Cível e Juizado Especial Cível, se processam os autos de AÇÃO DE INTERDIÇÃO nº 2008.0010.5911-0, proposta pelo MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL em face de DIVINO SOARES PINTO, nascido no dia 14/05/1978 em Itacajá-TO, filho de Alfeu Soares Pinto e Lindaura Soares Pinto domiciliado na fazenda ATV município de Itacajá-TO, sendo o mesmo para INTIMAR o interdito e terceiros interessados para tomar ciência do inteiro teor da sentença proferia ás fls 41/42 dos autos em epígrafe, a seguir transcrito: "Ante o exposto, confirmo a decisão que antecipou os efeitos da tutela e julgo antecipadamente a lide para decretar a interdição DIVINO SOARES PINTO, para todos os atos da vida civil, nomeando como curador, ALFEU SOARES PINTO. Tome-se por termo o compromisso definitivo. Em conseqüência, extingo o processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários, em face da natureza da lide. E, em face da ausência de elementos que afastem sua idoneidade, dispenso o curador do oferecimento de garantia, com fulcro no art. 1.190 do Código de Processo Civil. Expeça-se mandado de averbação para inscrição no Registro Civil de Pessoas Naturais, observando-se o disposto nos arts. 92, da Lei n.º 6.015/73 e 1.184 do Código de Processo Civil. Comunique-se à Justiça Eleitoral para as providências pertinentes.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. P.R.I Ariostenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado 3 (três) (01) vezes no Diário Oficial da Justiça e afixado no átrio do Fórum no local de costume. Eu Valdeci Tavares de Souza, digitei e subscrevi.

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS n. 2007.0004.0483-5
Requerente: Quirino Carrijo Leal
Advogado: Dr. Raniere Carrijo Cardoso OABTO 2214B
Requerido: Eneildo Schulz Guterrez
Advogado: Não constituído
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 91. Intime-se o credor, pessoalmente, para promover o andamento do feito, cumprindo as determinações precedentes, sob pena de arquivamento. Prazo: 48 (quarenta e oito) horas. Ariostenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

AUTOS n. 2007.0004.0477-0
Requerente: Quirino Carrijo Leal
Advogado: Dr. Raniere Carrijo Cardoso OABTO 2214
Requerido: João Antonio Soares
Advogado: Não constituído
INTIMAÇÃO DO DESPACHO DE FL. 62. Intime-se o credor, pessoalmente, para promover o andamento do feito, cumprindo as determinações precedentes, sob pena de arquivamento. Prazo: 48 (quarenta e oito) horas. Ariostenis Guimarães Vieira, Juiz de Direito.

ITAGUATINS

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS : 2011.0003.4403-2 (tombo 279/2002) – AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Denunciado: CLAUDECY GUIMARÁES SANTOS, vulgo 'NEGUINHO'
Advogado: Dr. WILSON LOPES FILHO – OAB/MA nº 4.431
INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Recebo recurso, pois próprio e tempestivo. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões ao recurso, no prazo legal. Após conclusos. Itaguatins, 23 de março de 2011. Océlio Nobre da Silva, Juiz de Direito (substituição automática)".

AUTOS : 2011.0000.9561-0 (tombo 270/2001) – AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Denunciado: FABIO HERIK DA SILVA REIS
Advogado: Dr. MIGUEL ARCANJO DOS SANTOS – OAB/TO Nº 1.671-A
INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Recebo recurso, pois próprio e tempestivo. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões ao recurso, no prazo legal. Após conclusos. Itaguatins, 23 de março de 2011. Océlio Nobre da Silva, Juiz de Direito (substituição automática)".

AUTOS : 2011.0000.9549-0 (tombo 304/2004) – AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Denunciado: LENILTON LOPES FERNANDES E OUTROS
Advogado: Dr. SEBASTIÃO ALVES MENDONÇA FILHO – OAB/TO Nº 409-A
INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Recebo recurso, pois próprio e tempestivo. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões ao recurso, no prazo legal. Após conclusos. Itaguatins, 23 de março de 2011. Océlio Nobre da Silva, Juiz de Direito (substituição automática)".

AUTOS : 2011.0000.9548-2 (tombo 273/2002) – AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Denunciado: MANOEL MESSIAS MORAES SOUSA E MANOEL NETO DE JESUS
Advogado: Dr. MIGUEL ARCANJO DOS SANTOS – OAB/TO Nº 1.671-A
INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Recebo recurso, pois próprio e tempestivo. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões ao recurso, no prazo legal. Após conclusos. Itaguatins, 23 de março de 2011. Océlio Nobre da Silva, Juiz de Direito (substituição automática)".

AUTOS : 2011.0000.9610-1 (tombo 221/1999) – AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Denunciado: MIGUEL RODRIGUES DE ABREU
Advogado: Dr. MIGUEL ARCANJO DOS SANTOS – OAB/TO Nº 1.671-A
INTIMAÇÃO/DESPACHO: "Recebo recurso, pois próprio e tempestivo. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões ao recurso, no prazo legal. Após conclusos. Itaguatins, 23 de março de 2011. Océlio Nobre da Silva, Juiz de Direito (substituição automática)".

MIRACEMA

1ª Vara Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 4691/10
AÇÃO: MANDADO DE SEGURANÇA
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES AMARAL DOURADO
ADVOGADO: DRA. GISELE DE PAULA PROENÇA
REQUERIDO: PREFEITO MUNICIPAL DE MIRACEMA DO TOCANTIS
INTIMAÇÃO: Despacho: Quanto a execução da milta, desentranhe-se a mesma e autue-se em apenso. Quanto aos embargos declaratórios, face o caráter infringente dos embargos, dê-se vistas dos autos ao impetrado para que se manifeste sobre os mesmos no prazo de 05 dias. Intimem-se. Miracema do Tocantins, 5 de abril de 2011. (As) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto-Juiz de Direito".

1ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

EXPEN N. 087/09 2009.0010.5454-0
Reeducando: IRAÍ PINTO MIRANDA
Advogado: RILDO CAETANO DE ALMEIDA OAB TO 310.
Intimação parte final da Decisão transcrita: ..."Neste propósito, atento ao fato do condenado, ciente das conseqüências, haver praticado tais condutas descumprindo o que lhe foi incisivamente explicado em regular audiência admonitória, hei por bem proceder quanto ao mesmo ex-vi do disposto no artigo 118, inciso I, in fine, c/c artigo 50, inciso V, e 39, inciso I todos da Lei nº 7.210/84, a competente REGRESSÃO de seu regime de pena, o qual passará a cumpri-la, doravante em regime FECHADO, na forma estatuída no artigo 34 e parágrafo do Código Penal, inicialmente na sede da Cadeia Pública em que se encontra, até que seja efetivada a sua transferência, existência de vaga, para um dos Centros penitenciários do Estado do Tocantins, cujos Juízos deverão ser *incontinentimente* oficiados para tal fim. Cientifique-se o ilustre representante do Ministério Públcio e o Chefe da Cadeia Pública a respeito do inteiro teor e conteúdo da presente decisão. Por oportuno, determino a Escrivania que proceda a elaboração de novo cálculo de liquidação da pena imposta ao condenado para fins de futura progressão, detraindo-se o tempo em que permaneceu cautelarmente detido no recinto da Cadeia Pública local, por força da decisão de fls. 106/107. Intimem-se, diligencie e cumpra-se. MiracemaTO, 13.4.2011. Dr. Marcello Rodrigues de Ataídes, Juiz de Direito da Vara Criminal.

EXPEN N. 137/11 (2011.0003.0390-5
Reeducando: JUSTINO GOMES TRANQUEIRA
Advogado: RILDO CAETANO DE ALMEIDA OAB TO 310.
Intimação: Fica Vossa Senhoria devidamente intimado para audiência admonitória designada para o dia 5.5.11 às 16:30 horas.

EDITAL DE CITAÇÃO

AUTOS: 2010.0010.3593-0/0 (4383/10) – AÇÃO PENAL.
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Denunciado: CARLOS BARROS DA SILVA
EDITAL DE CITAÇÃO DE CARLOS BARROS DA SILVA - (Prazo de 10 dias)
O Doutor MARCELLO, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Miracema do Tocantins, CITA o Sr. CARLOS BARROS DA SILVA vulgo "Carlos Bié", brasileiro, nascido aos 16.05.1986, filho de Valdir Pinheiro da Silva e de Marileide Barros da Silva, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, para todos os termos da denúncia, devendo o réu "responder" a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. E para que chegue ao conhecimento de todos, e que ninguém possa alegar ignorância, nos termos do artigo 361 do CPP, mandou o MM. Juiz que fosse expedido o presente Edital e publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Miracema do Tocantins-TO., Cartório Criminal, aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e onze (15/4/2011) Eu ..... (Wilsa Maria Santos Rocha Xavier), Técnica Judiciária, subscrevi. Dr. Marcello Rodrigues de Ataídes - Juiz de Direito.

MIRANORTE

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº. 2008.0005.7743-6/0 – 6015/08 - AÇÃO: APOSENTADORIA RURAL POR IDADE
Requerente: MARIA SOARES FERREIRA
Advogado: Dr. RAFAEL THIAGO DIAS DA SILVA OAB/TO 4024 A
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS
Advogado: Drª. ISABELA RODRIGUES CARVELO XAVIER – PROC. FEDERAL
INTIMAÇÃO: Intimo as partes para comparecerem na audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento designada para o dia 17 de maio de 2011 às 09h00min, no Fórum local.

AUTOS Nº. 2010.0008.1836-2/0 – 6808/10 - AÇÃO: REGISTRO DE ÓBITO FORA DO PRAZO LEGAL
Requerente: ROSA MARIA SOUTO
Advogado: Dr. NAZARENO PEREIRA SALGADO OAB/TO 45
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, com fulcro no artigo 78 da Lei 11.790, JULGO PROCEDENTE o pedido de autorização de registro de óbito fora do prazo. Oficie-se o Cartório de Ofício competente da Sentença. Sirva essa decisão como mandado. P. R. I. Arquivem-se os autos com as devidas cautelas. Cumpra-se. Miranorte, 07 de abril de 2011. RICARDO GAGLIARDI – Juiz de Direito.

AUTOS Nº. 2008.0001.4709-1/0 – 5683/08 – AÇÃO: INTERDIÇÃO E CURATELA
Requerente: JUSTINO LOPES DE ANDRADE
Advogado: Dr. SALVADOR FERREIRA DA SILVA JÚNIOR OAB/TO 3.643
Requerido: JOSÉ DO ESPÍRITO SANTO LOPES
Advogado:
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, II, do Código de Processo Civil. P. R. I. C. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as devidas cautelas. Miranorte, 07 de abril de 2011. RICARDO GAGLIARDI – Juiz de Direito.

AUTOS Nº. 2010.0001.9236-6/0 – 6455/10 - AÇÃO: EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: ALDENIRE FRANCISCA DE SOUSA
Advogado: Dr. NAZARENO PEREIRA SALGADO OAB/TO 45
Requerido: ESPÓLIO DE JOSÉ PEREIRA RODRIGUES, REP. POR ISRAEL SOARES RODRIGUES E OUTROS
Advogado: Dr. JOSÉ PEREIRA DE BRITO OAB/TO 151-B

INTIMAÇÃO: Intimo o autor para se manifestar nos autos no prazo de 10 dias sob pena de extinção.

AUTOS Nº. 2007.0005.4087-9/0 – 5.216/07 - AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS
Requerente: M. A. S, REPRESENTADO POR SUA GENITORA J.A. S.
Advogado: DEFENSORIA PÚBLICA
Requerido: J. R BUZZI
Advogado: Dr. ALEXSANDER OGAWA DA SILVA RIBEIRO OAB/TO 2549
INTIMAÇÃO: Intimo as partes para apresentar as alegações finais no prazo de 05 dias

AUTOS Nº. 2009.0006.1255-8/0 – 6491/09 - AÇÃO: DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Requerente: ALVES E ALVES LTDA (NOSSO POSTO)
Advogado: Dr. WILLIAM PEREIRA DA SILVA OAB/TO 3.251
Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANORTE – TO
Advogado: Dr. DIVINO JOSÉ RIBEIRO OAB/TO 121-B
INTIMAÇÃO: Intimo as partes para informar se tem interesse na produção de prova oral, indicando-as, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção, caso o autor permaneça inerte.

AUTOS Nº. 2010.0000.9680-4/0 6.401/10 - AÇÃO: ALVARÁ JUDICIAL
Requerente: ALDENORA MIRANDA NUNES
Advogado: Dr. CARLOS EDUARDO GADOTTI FERNANDES OAB/TO 4.242-A
Requerido:
Curador Nomeado: Advogado: Dr. NAZARENO PEREIRA SALGADO OAB/TO 45
INTIMAÇÃO: Intimo o Dr. NAZARENO PEREIRA SALGADO da nomeação de curador especial da senhorita A. G. N, para apresentar alegações finais no prazo de 05 dias.

AUTOS Nº. 2010.0009.5896-2/0 – 6846/10 - AÇÃO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Requerente: COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS LTDA – SICOOB/CREDIPAR
Advogado: Dr. LUIZ CARLOS LACERDA CABRAL OAB/TO 812
Requerido: PAULO ALVES SILVA
Advogado:
INTIMAÇÃO: Intimo a autora para manifestar se tem interesse na adjudicação dos bens penhorados e avaliados ou na venda particular destes, nos termos do artigo 685-A e 685-C, no prazo de 10 dias, pena de extinção.

AUTOS Nº. 2008.0010.0793-5/0 – 6196/08 - AÇÃO: DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA COM BASE EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Requerente: GRENDENE S/A
Advogado: Drª. VIVIANE VARISCO MANTOVANI OAB/RS 51.071 E OUTROS
Requerido: THAMYS SALES PINHEIRO ARAÚJO ME
Advogado: Dr. AFONSO JOSÉ LEAL BARBOSA OAB/TO 2177
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, JULGO EXINTO o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 267, II, do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as devidas cautelas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Miranorte, 06 de abril de 2011. RICARDO GAGLIARDI – Juiz de Direito.

AUTOS Nº. 2070/98 AÇÃO: EXECUÇÃO FISCAL
Requerente: A UNIÃO – FAZENDA NACIONAL
Advogado: Drª. DÉBORA NOVAIS VILLA DO MIU – PROC. DA FAZ. NACIONAL
Requerido: FRANCISCO ALBERTO MARQUES
Advogado: Dr. SAMUEL NUNES DE FRANÇA OAB/TO 1.453-B
SENTENÇA "(...) Ante o exposto, considerando que o débito é inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) e está vencido há mais de 05 anos, julgo EXTINTO o processo, com resolução do mérito, com fulcro no artigo 269, V, do Código de Processo Civil c/c o artigo 14, da Lei 11.941/09. Após o trânsito em julgado arquivem-se os autos com as devidas cautelas. P. R. I. Cumpra-se. Miranorte, 07 de abril de 2011. RICARDO GAGLIARDI – Juiz de Direito.

AUTOS Nº. 2010.0006.3075-4/0 – 6670/10 - AÇÃO: DE EXECUÇÃO DE TERMO EXTRA JUDICIAL
Requerente: D. L. P, REP. POR SUA GENITORA MARILENE LOPES BATISTA
Advogado: DEFENSORIA PÚBLICA
Requerido: DAMIÃO PEREIRA DOS SANTOS
Advogado: Dr. JOSÉ PEREIRA DE BRITO OAB/TO 151-B
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo firmado pelas partes, para que produza os efeitos legais e de conseqüência, julgo EXTINTO o processo, com resolução do mérito, com fulcro no artigo 269, III, do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, Arquivem-se os autos com as devidas cautelas. P. R. I. C. Miranorte, 06 de abril de 2011. RICARDO GAGLIARDI – Juiz de Direito.

AUTOS Nº. 2010.0009.5894-6/0 – 6844/10 - AÇÃO: DE COBRANÇA C/C DEVOLUÇÃO DE EQUIPAMENTO
Requerente: CPN – CONSTRUTORA PORTO NACIOAL LTDA
Advogado: Dr. LUIS GUSTAVO DE CÉSARO OAB/TO 2213
Requerido: CONSTRUTORA COLINAS LTDA
Advogado:
INTIMAÇÃO: Intimo o autor, para no prazo de 05 dias informar se tem interesse na produção de prova oral, indicando o rol.

AUTOS Nº. 2009.0010.5275-0/0 – 6608/09 - AÇÃO: ALVARÁ JUDICIAL
Requerente: LUCIENE BRAGA ABREU
Advogado: Dr. NAZARENO PEREIRA SALGADO OAB/TO 45
INTIMAÇÃO: Intimo a requerente para juntar o comprovante de parentesco certidão de nascimento ou casamento no prazo de 10 dias sob pena de extinção.
AUTOS Nº. 2006.0008.6475-7/0 – 4876/06 - AÇÃO: COBRANÇA
Requerente: CICERA MUNIZ TELES
Advogado: Dr. JOSÉ PEREIRA DE BRITO OAB/TO 151-B
Requerido: UNIBANCO AIG – SEGUROS S/A
Advogado: Drª. IRENICE DE LOURDES DA SILVA SÁ VALADARES OAB/TO 2.495-B E OUTROS
INTIMAÇÃO: Intimo o recorrido para se manifestar e requerer o que entender de direito no prazo de 10 dias, sob pena de extinção.

AUTOS Nº. 2011.0001.0500-3/0 – 627/11 - AÇÃO: ORDINÁRIA DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT
Requerente: LENITA RODRIGUES DA SILVA
Advogado: Dr. PATYS GARRETY DA COSTA FRANCO OAB/TO 4.375
Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A
Advogado: Dr. JACÓ CARLOS SILVA COELHO OAB/TO 3678-A
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, julgo extinto o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 269, IV, do CPC. Não há custas processuais e honorários. Arquivem-se após as cautelas legais. Publique-se em DJ. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Miranorte, 30 de março de 2011. RICARDO GAGLIARDI – Juiz de Direito.

AUTOS Nº. 2011.0001.0503-8/0 – 625/11 - AÇÃO: ORDINÁRIA DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT
Requerente: MANOEL FRANCALINO FEITOSA
Advogado: Dr. PATYS GARRETY DA COSTA FRANCO OAB/TO 4.375
Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A
Advogado: Dr. JACÓ CARLOS SILVA COELHO OAB/TO 3678-A
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos constantes da inicial para condenar o requerido a pagar a título de indenização de seguro obrigatório o valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), corrigidos monetariamente a partir da data do sinistro (23/05/2009) e incidindo juros de mora contados da data da citação (28.03.2011). Não há custas processuais. Condeno a parte requerida, diante da presença de advogados na causa, a pagar honorários advocatícios, no valor de 20% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, parágrafo 3° do CPC, visto o bom desempenho e zelo do advogado. Transitada em julgado, determino a intimação da parte requerida para que pague o valor da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de incidência de multa de 10% do valor da condenação, na forma do art. 475-J, do CPC. Arquivem-se após as cautelas legais. Publique-se em DJ. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Miranorte, 31 de março de 2011. RICARDO GAGLIARDI – Juiz de Direito.

AUTOS Nº. 2011.0001.0509-7/0 – 617/11 - AÇÃO: ORDINÁRIA DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT
Requerente: FRANCISCO DA CHAGA FERREIRA
Advogado: Dr. PATYS GARRETY DA COSTA FRANCO OAB/TO 4.375
Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT
Advogado: Dr. JÚLIO CESAR DE MEDEIROS COSTA OAB/TO 3995 E OUTROS
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos constantes da inicial para condenar o requerido a pagar a título de indenização de seguro obrigatório o valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), corrigidos monetariamente a partir da data do sinistro (04/09/2010) e incidindo juros de mora contados da data da citação, juntada do A.R. (16.02.2011). Não há custas processuais. Condeno a parte requerida, diante da presença de advogados na causa, a pagar honorários advocatícios, no valor de 20% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, parágrafo 3° do CPC, visto o bom desempenho e zelo do advogado. Transitada em julgado, determino a intimação da parte requerida para que pague o valor da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de incidência de multa de 10% do valor da condenação, na forma do art. 475-J, do CPC. Arquivem-se após as cautelas legais. Publique-se me DJ. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Miranorte, 31 de março de 2011. RICARDO GAGLIARDI – Juiz de Direito.

AUTOS Nº. 2011.0001.0506-2/0 – 620/11 - AÇÃO: ORDINÁRIA DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT
Requerente: SEBASTIÃO SILVA COSTA
Advogado: Dr. PATYS GARRETY DA COSTA FRANCO OAB/TO 4.375
Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A
Advogado: Dr. JÚLIO CÉSAR DE MEDEIROS COSTA OAB/TO 3595-B E OUTROS
SENTENÇA: "(...) Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos constantes da inicial para condenar a título de indenização de seguro obrigatório o valor de R$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinqüenta centavos), corrigidos monetariamente a partir da data do sinistro (15/08/2010) e incidindo juros de mora contados da data da citação, juntada do A.R. (24.02.2011). Não há custas processuais. Condeno a parte requerida, diante da presença de advogados na causa, a pagar honorários advocatícios, no valor de 20% do valor da condenação, com fulcro no art. 20, parágrafo 3° do CPC, visto o bom desempenho e zelo do advogado. Transitada em julgado, determino a intimação da parte requerida para que pague o valor da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de incidência de multa de 10% do valor da condenação, na forma do art. 475-J, do CPC. Arquivem-se após as cautelas legais. Publique-se em DJ. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Miranorte, 31 de março de 2011. RICARDO GAGLIARDI – Juiz de Direito.

AUTOS Nº. 4.070/2005 - AÇÃO: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
Requerente: H. T. C. O e H. L. C. O REP. POR SUA GENITORA IVONE CORRÊA DA SILVA
Advogado: Dr. JOSÉ PEREIRA DE BRITO OAB/TO 151-B
Requerido: JOSÉ ORLANDO PEREIRA DE OLIVEIRA
Advogado: Dr. JOSÉ ORLANDO PEREIRA OLIVEIRA OAB/TO 1063
INTIMAÇÃO: Intimo a autora para se manifestar se o executado está cumprindo com o dever alimentar e se ainda tem interesse no processo no prazo de 10 dias, sob pena de extinção.

AUTOS N°. 2011.0001.5745-3/0 – 7083/11 - AÇÃO: ALVARÁ JUDICIAL PARA VENDA DE BENS DE INTERDITO
Requerente: ANDRELINA MOREIRA DE JESUS REP. PELA SUA IRMÃ E CURADORA ROSALINA MOREIRA COUTINHO
Advogado: Dr. NAZARENO PEREIRA SALGADO OAB/TO 45
INTIMAÇÃO: Intimo o Requerente para juntar aos autos o termo de curatela e o comprovante de residência da interditanda, bem como informar em que finalidade irá empregar o dinheiro da venda.

NATIVIDADE

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2010.0007.5803-3/0 – MANUTENÇÃO DE POSSE
Requerente: SANTUÁRIO DIOCESANO DO SENHOR DO BONFIM
Advogado: DR. FELÍCIO CORDEIRO DA SILVA – OAB/TO 4.547
Requerido: ROMEIROS-POSSEIROS DO SANTUÁRIO DIOCESANO DO SENHOR DO BONFIM
SENTENÇA: "(...) Desta forma, HOMOLOGO a desistência do autor e, via de conseqüência, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, inciso VIII, c/c artigo 158, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas finais, se houver (artigo 26 do Código de Processo Civil). Transitada em julgado, remeta-se ao contador para cálculo das custas processuais, as quais, se houver, deverão ser anotadas na Distribuição para cobrança caso a parte autora venha propor qualquer outra ação. Após, arquivem-se com anotações de praxe. Sem condenação em honorários advocatícios em razão da não angularização da demanda. P.R.I.C. Natividade, 14 de fevereiro de 2011. (ass.) MARCELO LAURITO PARO. Juiz Substituto".

AUTOS: 2011.0000.6184-7/0 – NOTIFICAÇÃO JUDICIAL
Requerente: MUNICÍPIO DE NATIVIDADE
Advogado: DR. MERY AB-JAUDI FERREIRA LOPES – OAB/TO 572-A
Requerido: REALINO PEREIRA CAIXETA NETO
INTIMAÇÃO: Fica intimada a parte requerente de que já fora efetuada a notificação judicial e decorrido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas desta, estando o feito aguardando em cartório para ser entregue a parte.

PALMAS

2ª Vara Cível

INTIMAÇÕES ÀS PARTES
Boletim nº 042/2011

Ação: Execução de Título Extrajudicial – 2005.0000.6273-3/0 – (Nº de Ordem 01)
Exeqüente: Banco do Brasil S/A
Advogado: Lindinalvo Lima Luz OAB/TO – 1250 - B
Executados: Maria Celene Silva Medeiros Bento – ME, Maria Celene Silva Medeiros Bento e Antônio Bento Neto
Advogada: Alexandra Zangerolame – OAB/AM – 3098
Executados: C H B Curso Tec. E Com. De Equipamentos de Informática Ltda
Advogado: Não constituído
INTIMAÇÃO: DECISÃO: "Na petição de fl. 313 o exequente requer a suspensão do feito por 60 (sessenta) dias, para finalização de composição entre as partes, requerendo ao final que seja oficiado pelo meio mais rápido possível o Juízo deprecado de Cotia-SP, a fim de que este suspensa a praça do imóvel. O artigo 569 do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL garante ao exequente o direito de desistir de toda a execução, ou de algumas medidas, *litteris*: *"Art. 569. O credor tem a faculdade de desistir de toda a execução ou de apenas algumas medidas executivas."* Grifei. LUIZ GUILHERME MARINONI e DANIEL MITIDIERO asseveram: *"1. Desistência. A desistência da execução ou de algumas medidas executivas não importa em renúncia ao direito de executar. Vale dizer: não implica renúncia aos "valores contemplados no título" (STJ, 2ª Turma, REsp 715.692/SC, rel. Min. Castro Meira, j. em 16.06.2005, DJ 15.08.2005, p. 285).* (*In* Código de Processo Civil comentado artigo por artigo, 2. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 599). Comungando deste entendimento, eis a jurisprudência: *"Agravo de instrumento. Objeto. Decisão que retoma o curso da execução, ante a notícia de descumprimento de acordo, e designa datas para hasta pública. Exequente que, antes das datas aprazadas, pede o cancelamento das praças e a suspensão da execução até cumprimento integral de novo acordo proposto pelos executados e por ele aceito. Cancelamento das praças. Necessidade. Inteligência do art. 569, caput, parte final, do CPC. Agravo Provido."* (TJSP, 34ª Câmara de Direito privado, Ag 990101329298/SP, rel. Des. Nestor Duarte, j. em 18/10/2010, p. em 26/10/2010). Grifei. Ante o exposto, determino a suspensão do processo pelo prazo de 60 (sessenta) dias, e ainda, que a Escrivania oficie via *fac-símile*, ante a urgência que o caso exige, a comarca de Cotia-SP, para suspensão da praça do imóvel assim descrito: lote 11, Qd. "o" do loteamento Parque Santo Afonso, Bairro das Lages ou Tijuco Preto, Distrito Raposo Tavares, Município de Vargem Grande Paulista, com área de 801,29 m², registrado no Cartório da Comarca de Cotia-SP sob o nº. 08, matrícula 14.293 (fl. 112). Após o período de suspensão, intime-se o exequente para dar andamento no feito, sob pena de extinção. Palmas-TO, 14 de abril de 2011. *Luiz Astolfo de Deus Amorim*. *Juiz de Direito em Substituição Automática*."

Ação: Reparação Civil – 2008.0000.2939-0/0
Requerente: Edmond Aziz Baruque
Advogado(a): Renan de Arimatéa Pereira – OAB/TO 4176-B
Requerido(a): Americel S.A
Advogado(a): Rodrigo Badaró Almeida de Castro – OAB//MG 80.062 e OAB/DF 2.221-A e outros
Litisdenunciada: Conbrás Engenharia Ltda
Advogado: Vinícius Ribeiro Alves Caetano – OAB/TO 2040/ Gedeon Batista Pitaluga Júnior – OAB/TO 2116 Litisdenunciada: Solução Empresa de Serviços Gerais
Advogado: Ruimar Rincon da Silva – OAB/TO 1397-B
INTIMAÇÃO: Para que a parte requerida, CONBRÁS ENGENHARIA LTDA compareça em cartório a fim de pegar a carta precatória de inquirição de testemunha, para cumprimento na comarca de Gurupi-TO. Palmas-TO, 15 de abril de 2011.

INTIMAÇÕES ÀS PARTES
Boletim nº 040/2011

Ação: Cancelamento de Protesto c/c Indenização - 2004.0000.3261-5/0 – 01 - (nº de ordem 01)
Requerente: Benvindo Vieira da Costa
Advogado: Clóvis Teixeira Lopes - OAB/TO 875
Requerido: Aliança Produção e Distribuição Ltda
Advogado: Leandro Picolo – OAB/SP 187.608
Denunciado à lide: Oziel Cunha da Costa e Ondina Cunha da Costa
Advogado: Dydimo Maya Leite – Defensor Público – Curador
INTIMAÇÃO: Comprovada a conta salário bloqueada, a baixa da penhora *on line*, por ser o salário impenhorável. Intime-se. Indique o autor bens passíveis de penhora. Em 24/3/11. (Ass) Luís Otávio de Queiroz Fraz – Juiz de Direito".

Ação: Cancelamento de Protesto c/c Indenização - 2004.0000.3261-5/0 – 01 - (nº de ordem 01)
Requerente: Benvindo Vieira da Costa
Advogado: Clóvis Teixeira Lopes - OAB/TO 875
Requerido: Aliança Produção e Distribuição Ltda
Advogado: Leandro Picolo – OAB/SP 187.608
Denunciado à lide: Oziel Cunha da Costa e Ondina Cunha da Costa
Advogado: Dydimo Maya Leite – Defensor Público – Curador
INTIMAÇÃO: Comprovada a conta salário bloqueada, a baixa da penhora *on line*, por ser o salário impenhorável. Intime-se. Indique o autor bens passíveis de penhora. Em 24/3/11. (Ass) Luís Otávio de Queiroz Fraz – Juiz de Direito".

Ação: Busca e Apreensão – 2005.0000.3702-0/0 – (Nº de Ordem 02)
Requerente: Banco Bradesco S/A
Advogado: Osmarino José de Melo – OAB/TO – 779-A
Requerido: Antonio Jadson Freire Lima
Advogado: Não constituido
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "Como o presente está suspenso "sine die", a pedido da autora, deve ser retirado da META 2, com a baixa, porque no formato como está, jamais será decidido.Intime-se. Em, 25 de fevereiro de 2011. (Ass) Luís Otávio de Queiroz Fraz – Juiz de Direito".

Ação: Execução de Título Extrajudicial – 2005.0000.4143-4/0 – (Nº de Ordem 03)
Requerente: Banco do Brasil S/A
Advogado: Ciro Estrela Neto – OAB/TO – 1.086-B
Requerido: Valdenir Borges
Advogado: Marcelo Walace de Lima – OAB/TO - 1954
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "Expeça-se intimação ao Credor para pagamento das custas finais. Após, ao arquivo. Palmas/TO, 07 de fevereiro de 2011. (Ass) Luís Otávio de Queiroz Fraz – Juiz de Direito".

Ação: Execução Contra Devedor Solvente – 2004.0000.5434-1/0 – (Nº de Ordem 04)
Requerente: Sherwin Williams do Brasil Indústria e Comércio Ltda
Advogado: Edson José Caabor Alves – OAB/SP 86.705 / Rosilena Freitas – OAB/SP 121.731/ Heribelton Alves – OAB/SP 109.308
Requerido: Bezerra e Costa Ltda
Advogado: Mauro José Ribas – OAB/TO 753-B / Murilo Sudré Miranda – OAB/TO 1536
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "Diligencie o próprio autor. Se inerte, ao arquivo provisório, sine die. Palmas-TO, 07 de fevereiro de 2011. (Ass) Luís Otávio de Queiroz Fraz – Juiz de Direito".

Ação: Reparação Civil – 2008.0000.2939-0/0
Requerente: Edmond Aziz Baruque
Advogado(a): Renan de Arimatéa Pereira – OAB/TO 4176-B
Requerido(a): Americel S.A
Advogado(a): Rodrigo Badaró Almeida de Castro – OAB//MG 80.062 e OAB/DF 2.221-A e outros
Litisdenunciada: Conbrás Engenharia Ltda
Advogado: Vinícius Ribeiro Alves Caetano – OAB/TO 2040/ Gedeon Batista Pitaluga Júnior – OAB/TO 2116 Litisdenunciada: Solução Empresa de Serviços Gerais
Advogado: Ruimar Rincon da Silva – OAB/TO 1397-B
INTIMAÇÃO: Para que a parte requerida, CONBRÁS ENGENHARIA LTDA compareça em cartório a fim de pegar a carta precatória de inquirição de testemunha, para cumprimento na comarca de Gurupi-TO, bem como para pagar locomoção do oficial de justiça. Palmas-TO, 15 de abril de 2011.

INTIMAÇÕES ÀS PARTES
Boletim nº 41/2011

Ação: Indenização por Danos Morais – 2009.0009.0110-0/0–(nº de ordem 01)
Requerente: Logística Centro Norte Ltda
Advogado (a): Maurício Vieira de C. Filho – OAB/GO 28.426; Patrícia Wiensko – OAB/TO 1733; Bernardino de A. Neto – OAB/TO 4232
Requerido(a): Americel S/A
Advogado(a): Maria Tereza Borges de Oliveira Melo-OAB/TO 4.032.
INTIMAÇÃO: DESPACHO: "Tendo em vista o teor do Ofício nº 009/2011, CECON/PMW, designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 29/04/2011, às 9 horas. Intimem-se as partes, via Diário da Justiça. Palmas, 12 de abril de 2011. (ass) Luiz Astolfo de Deus Amorim – Juiz de Direito – em substituição automática."

4ª Vara Cível

INTIMAÇÃO ÀS PARTES

AUTOS Nº: 2011.0003.3147-0 – AÇÃO DECLARATÓRIA
REQUERENTE: MARCIO DA ROCHA RAMOS
ADVOGADO(A): ELTON ROMAZ DE MAGALHAES
REQUERIDO: SPC – SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CREDITO
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO

INTIMAÇÃO: DECISÃO DE FLS. 15/16: " Face ao exposto, denego a antecipação pretendida determinando por ora a citação da requerida sob as advertências dos artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil, para que querendo, no prazo de 15 (quinze) dias ofereça contestação, sob pena de revelia e confissão. Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita. A presente decisão impressa em 03 (Três vias) serve como mandado. Palmas, 08 de abril de 2011. Zacarias Leonardo Juiz de Direito".

AUTOS Nº: 2011.0003.3030-9 – AÇÃO OBRIGAÇÃO DE FAZER
REQUERENTE: FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO ESTADO DO TOCANTIS - FAET
ADVOGADO(A): ARISTÓTELES MELO BRAGA
REQUERIDO: OI BRASIL TELECOM (TELEFONIA CELULAR)
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO: DESPACHO DE FLS. 259: "Providencie o requerente no prazo de 10 (dez) dias, promover o recolhimento da taxa judiciaria e custas processuais".

AUTOS Nº: 2008.0010.3877-6 – AÇÃO BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO(A): SIMONY VIEIRA DE OLIVEIRA
REQUERIDO: ARLEAN DA CONCEIÇAÕ PAIVA
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO: SENTENÇA DE FLS. 65: " Homologo, por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos, a desistência manifestada à fls. 63. Em consequência, nos termos do artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo originário da ação de busca e apreensão movida por BANCO FINASA S/A contra ARLEAN DA CONCEIÇÃO PAIVA. Oportunamente, recolhidas eventuais custas e despesas remanescentes observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. P.R.I Palmas, 11 de fevereiro de 2011. Zacarias Leonardo Juiz de Direito".

AUTOS Nº: 2008.0008.2003-9 – AÇÃO REINTEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO(A): HAIKA M AMARAL BRITO
REQUERIDO: APARECIDA SILVEIRA MACHADO FEL
ADVOGADO(A): CARLOS CANROBERT PIRES
INTIMAÇÃO: Providencie o requerente o levantamento do valor depositado".

AUTOS Nº: 2008.0009.9374-0 – AÇÃO BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO(A): FABRICIO GOMES
REQUERIDO: GILDOMAR DA CONEIÇÃO DE JESUS
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO: SENTENÇA DE FLS. 37/38: " Arcara o requerido com os honorários advocatícios do patrono do requerente, ora arbitrados em 10% (dez por cento) do valor do débito, observando o disposto no artigo 20, § 3º, alínea "a" a "c" do Código de Processo Civil, além das custas e despesas processuais a título de reembolso. P.R.I Palmas, 10 de fevereiro de 2011. Zacarias Leonardo Juiz de Direito".

AUTOS Nº: 2008.0009.7713-2 – AÇÃO BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: MARES –MAPFRE RISCOS ESPECIAIS SEGURADORA S/A
ADVOGADO(A): MARIA BERNADETE DE OLIVEIRA BASTOS MARQUEZ
REQUERIDO: ZILA PARRA BEZERRA
ADVOGADO(A):
INTIMAÇÃO: SENTENÇA DE FLS. 47/48: " Arcara a requerida com os honorários advocatícios do patrono do requerente, ora arbitrados em 10% (dez por cento) do valor do débito, observando o disposto no artigo 20, § 3º, alínea "a" a "c" do Código de Processo Civil, além das custas e despesas processuais a título de reembolso. P.R.I Palmas, 02 de fevereiro de 2011. (...) Oportunamente observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. P.R.I. Palmas, 02 de fevereiro de 2011. Zacarias Leonardo Juiz de Direito".

AUTOS Nº: 2008.0007.3196-6 – AÇÃO BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
ADVOGADO(A): FABIO DE CASTRO SOUZA
REQUERIDO: JOÃO WELDES GUIMARAES
ADVOGADO(A):
INTIMAÇÃO: SENTENÇA DE FLS. 35: " Homologo, por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos, a desistência manifestada à fls. 34, em consequencia, nos termos do artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo originário da ação de busca e apreensão movida por Consorcio Nacional Honda Ltda contra João Weldes Guimaraes. (...) Oportunamente observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. P.R.I. Palmas, 02 de fevereiro de 2011. Zacarias Leonardo Juiz de Direito".

AUTOS Nº: 2008.0004.7269-3 – AÇÃO DECLARATÓRIA
REQUERENTE: EUDES PARREIRA AZEVEDO
ADVOGADO(A): SEBASTIÃO FERREIRA ARANTES
REQUERIDO: DARCI FRANCISCO CAPELLESSO
ADVOGADO(A): DEFENSOR PUBLICO
INTIMAÇÃO: SENTENÇA DE FLS. 58/62: " (...)Ex positis, JULGO PROCEDENTE A DEMANDA, EXTINGUINDO-A COM JULGAMENTO DE MÉRITO, nos termos do art. 269, I do CPC, para declarar rescindido o compromisso particular de compra e venda celebrando entre as partes. De consequencia, condeno o Requerido ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em R$ 3.000,00 (três mil reais) P.R.I. OBS: Observe-se a prioridade na tramitação, tendo em vista as metas do CNJ. Cumpra-se Palmas/TO, 24 de novembro de 2010 Esmar Custódio Vêncio Filho. Juiz de Direito"

AUTOS Nº: 2008.0004.6529-8 – AÇÃO MONITORIA
REQUERENTE: VALDIVINO VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO(A): FABIO BARBOSA CHAVES
REQUERIDO: WEBER MATIAS PEREIRA
ADVOGADO(A): NILTON VALIM LODI
INTIMAÇÃO: SENTENÇA DE FLS. 35/36: " (...)Ante o exposto, homologo, por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 32/33 e resolvo o mérito com fulcro no artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil, julgando extinta a presente ação. Transitada em julgado a sentença, calculadas e recolhidas eventuais custas processuais remanescentes (que ficarão a cargo do Requerente), oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I. Palmas, 15 de fevereiro de 2011. Zacarias Leonardo Juiz de Direito"

AUTOS Nº: 2008.0002.8516-8 – AÇÃO BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: ARAGUAIA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
ADVOGADO(A): SAMARA CAVALCANTE LIMA, JULIO CESAR BONFIM E FERNANDO SERGIO DA CRUZ E VASCONCELOS
REQUERIDO: MASSARRIRO SHINKAWA OLIVEIRA
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO: Providencie o requerente o encaminhamento da Carta Precatória"

AUTOS Nº: 2008.0000.9873-2 – AÇÃO EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA
REQUERENTE: BANCO ABN AMRO REAL
ADVOGADO(A): LEANDRO ROGERES LORENZI
REQUERIDO: ATUAL TRANSPORTES DE CARGAS LTDA, FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA E MICHELLE LEVY RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO(A): NÃO CONSTITUIDO
INTIMAÇÃO: SENTENÇA DE FLS. 77: "Homologo por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos do acordo (...) Eventuais custas, despesas remanescentes serão suportadas pelo exequente executado. Oportunamente, observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. P.R.I. Palmas, 28 de fevereiro de 2011. Zacarias Leonardo Juiz de Direito".

AUTOS Nº 2007.0010.8701-9– AÇÃO INDENIZAÇÃO
REQUERENTE: JOANA ROCHA DE OLIVEIRA
ADVOGADO(A): WALKER DE MONTEMOR QUAGLIARELLO
REQUERIDO: ERILENY EDUARDA MOURA ROCHA
ADVOGADO(A): RUIMAR RINCON DA SILVA
INTIMAÇÃO: "Sentença de fls. 80/86: (...) Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDNETE OS PEDIDOS para condenar a requerida a pagar à autora: a) pensão alimentícia no valor equivalente a 2/3 do salário mínimo (conforme os reajustes do mesmo) desde 17/01/1997 até a data em que o de cujus completaria 65 anos, ou seja, até 09/07/2011, ou até a data que contrair a autora casamento antes desse termo final. As parcelas vencidas e não pagas referentes a pensão alimentícia serão acrescidas de juros de 1% ao mês a partir do evento danoso e correção monetária desde o respectivo vencimento; c) R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a título de reparação por danos morais, corrigidos monetariamente a partir da publicação desta decisão, e juros moratórios de 1% ao mês a partir do evento danoso; d) constituição de capital para assegurar o pagamento da pensão mensal, mediante comprovação nos autos, nos termos da Súmula 313 do STJ. Á requerida, custas processuais e honorários advocatícios, estes que desde já fixo em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 20, § 3º do CPC. P.R.I. Palmas, 03 de fevereiro de 2010 Fabio Costa Gonzaga Juiz de Direito".

AUTOS Nº: 2007.0008.4210-7 – AÇÃO MONITORIA
REQUERENTE: REGINA COSTA DA SILVA
ADVOGADO(A): GISELE DE PAULA PROENÇA OAB-TO 2664
REQUERIDO: ANTONIO FEITOSA FAUSTINO
ADVOGADO(A):
INTIMAÇÃO: Manifeste-se a parte requerente no prazo legal sobre a certidão de fls. 46.

AUTOS Nº: 2009.0009.8366-5 – AÇÃO CAUTELAR
REQUERENTE: LOIVA IRENE HOCH e OUTRO
ADVOGADO(A): LEONARDO FREGONESI JUNIOR OAB-TO 473
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(A): LINDINALVO LIMA LUZ OAB-TO 1250
INTIMAÇÃO: "...Diante do exposto, julgo extinto o presente processo sem resolução do mérito, com base no art. 267, VI, última parte, do CPC. Condeno os autores ao pagamento das custas processuais finais e honorários advocatícios, fixando estes no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), com fulcro nas prescrições insertas no § 4º do art. 20 do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e o cumprimento das formalidades legais, arquivem-se os presentes autos. Palmas/TO, 15 de janeiro de 2010. Keyla Suely Silva da Silva Juíza de Direito Substituta."

AUTOS Nº: 2007.0009.8639-7 – AÇÃO REPARAÇÃO DE DANOS
REQUERENTE: RAIMUNDO ARAUJO PAE
ADVOGADO(A): MARCELO SOARES DE OLIVEIRA OAB-TO 1694
REQUERIDO: TELEMAR
ADVOGADO(A): LUIZ CLAUDIO FRANÇA BASTOS OAB-RJ 113398
INTIMAÇÃO: "Recebo a apelação de fls. 81/85, em seus efeitos devolutivo e suspensivo. À apelada, para as contra-razões em 15 (quinze) dias. Int. Palmas, 01 de março de 2011. Zacarias Leonardo juiz de Direito."

AUTOS Nº: 2007.0009.8465-3 – AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO
REQUERENTE: IOLANDA ARAGÃO DE OLIVEIRA – CENTRAL CARNES E FRIOS
ADVOGADO(A): LEONARDO FREGONESI JUNIOR OAB-TO 473
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(A): ANDRE LUIS WAIDEMAN OAB-TO 1926ª
INTIMAÇÃO: "...Diante do exposto, extingo o presente feito, sem resolução do mérito, por perda superveniente de interesse processual necessidade, tudo na forma do art. 267, VI do CPC. Dispenso a autora do pagamento dos honorários advocatícios do patrono da única promovida citada, em razão da especificidade da solução da demanda. Custas já satisfeitas. Após intimações necessárias, arquive-se, com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas – TO, em 07 de janeiro 2010. Luatom Bezerra Adelino de Lima Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº: 2006.0006.0501-8 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO(A): SIMONY VIEIRA DE OLIVEIRA OAB-TO 4093, NUBIA CONCEIÇÃO MOREIRA OAB-TO 4311
REQUERIDO: GLAUCIA PEREIRA NUNES
ADVOGADO(A): ADELMO AIRES JUNIOR OAB-TO 1164B

INTIMAÇÃO: "...Diante do exposto, julgo por sentença parcialmente procedente o pedido de busca e apreensão, consolidando o domínio e a posse plena e exclusiva do aludido bem em mãos do promovente, facultando ao autor a venda do mesmo, o que faço com fulcro no art. 3º do Decreto-Lei nº. 911/69, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 10.931/04, procedendo-se, todavia, ao recálculo da dívida, com o expurgo dos encargos moratórios que se acresceram à comissão de permanência (isto é, juros de mora + multa + taxa de serviço + valor da notificação não comprovado) –, limitada esta à taxa dos juros remuneratórios ali pré-fixados –, bem como à repetição, na forma simples, do valor indevidamente pago, compensando-se com o restante do débito, se for o caso. Expeça-se mandado ao DETRAN/TO, comunicando estar o promovente autorizado a proceder à transferência do veículo descrito na exordial (FORD FIESTA 2001/2002, PRATA, PLACA MWD8600, CHASSI 3FABP04A12M100623) a terceiros que indicar. Havendo saldo em favor da devedora, depois de efetivada a alienação do bem em referência, e observado o recálculo acima determinado, deve ser a ela imediatamente restituído. Honorários e despesas reciprocamente distribuídos e compensados, em partes iguais, entre os litigantes (CPC 21 *caput*). P. R. I. C. Palmas, 23 de abril de 2010. JOÃO ALBERTO MENDES BEZERRA JR. Juiz Substituto, auxiliando junto à 4ª Vara Cível de Palmas Portaria nº. 99/2010 (DJ 2384, de 22/03/2010)."

AUTOS Nº: 2006.0007.2508-0 – AÇÃO CAUTELAR INOMINADA
REQUERENTE: RUIDELVAN PEREIRA DA ROCHA
ADVOGADO(A): DEFENSOR PUBLICO
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(A): ANSELMO FRANCISCO DA SILVA OAB-TO 2498A
INTIMAÇÃO: "...À vista do exposto, julgo improcedente o pedido cautelar.
Despesas e honorários a serem arcados pelo demandante, fixada, para logo, a verba honorária em R$300,00(trezentos reais), na forma do art. 20, § 4º do CPC.
Suspendo, no entanto, a cobrança das despesas e dos honorários, o que faço com esteio e na forma do art. 12 da Lei nº. 1.060/1950, tendo em vista o deferimento, em favor do promovente, dos benefícios da assistência judiciária gratuita. P. R. I. Palmas, 23 de abril de 2010. JOÃO ALBERTO MENDES BEZERRA JR. Juiz Substituto, auxiliando junto à 4ª Vara Cível de Palmas Portaria nº. 99/2010 (DJ 2384, de 22/03/2010)."

AUTOS Nº: 2007.0010.8700-0 – AÇÃO MONITORIA
REQUERENTE: BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A
ADVOGADO(A): LUANA GOMES COELHO CAMARA OAB-TO 3770
REQUERIDO: MARIA DE LURDES VIEIRA e FRANCISCO MELQUIADES NETO
ADVOGADO(A): FRANCISCO VALDECIO C. PEREIRA OAB-TO 1273A
INTIMAÇÃO: "...Ante o exposto, com fulcro no art. 269, inciso I c/c art. 330, inciso I, e § 3º do art. 1.102-C, do Código de Processo Civil, rejeito os embargos dos requeridos e ACOLHO o pedido inicial para condenar os promovidos na obrigação de pagar quantia de R$ 226.493,30 (duzentos e vinte e seis mil quatrocentos e noventa e três reais e trinta centavos), acrescida de correção monetária pelo INPC-IBGE e juros de mora à taxa de 6% ao ano a partir da citação, até 10JAN2003 (CC1916, 1.062); a partir de 11JAN2003 (data de entrada em vigor do novo Código Civil), a taxa será de 1% ao mês (CC, art. 406, c/c art. 161, § 1º, do CTN). Condeno ainda os requeridos ao pagamento das custas processuais, em reembolso, bem como dos honorários advocatícios que fixo em 15% do valor da condenação (CPC, 20, § 3º). Esclareço, outrossim, que decorrido o prazo de 15 dias do trânsito e julgado desta sentença, sem o cumprimento espontâneo da obrigação, incidirá de pleno direito e independentemente de nova intimação a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC. P.R.I. Palmas/TO, 19 de janeiro 2010. Frederico Paiva Bandeira de Souza Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº: 2007.0010.7322-0 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: BB FINANCEIRA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A
ADVOGADO(A): HELIO BRASILEIRO FILHO OAB-TO 1283
REQUERIDO: LAUDINEIA ROCHA MONTEIRO DA SILVA
ADVOGADO(A): HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO OAB-TO 797
INTIMAÇÃO: "...ANTE O EXPOSTO, e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO OBJETO DA PRESENTE AÇÃO, para condenar a requerida ao pagamento da importância de 6.598,39 (seis mil, quinhentos e noventa e oito reais e trinta e nove centavos), proveniente de saldo devedor, até a data de 15.07.01, de um Contrato de Abertura de Crédito Rotativo – CDC Automático, vinculado a conta-corrente n.º 3.230-1, valor que deverá ser corrigido com base no contrato firmado, extinguindo o processo com julgamento do mérito nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil. Condeno, ainda, a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação devidamente atualizado. P.R.I. Transitada em julgado, recolhidas as custas, arquivem-se os autos. Palmas, 25 de janeiro de 2010. *VALDEMIR BRAGA DE AQUINO MENDONÇA Juiz de Direito Substituto."*

AUTOS Nº: 2007.0010.7344-1 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO ABN AMRO S/A
ADVOGADO(A): OSMARINO JOSE DE MELO OAB-TO 779A
REQUERIDO: ATACADÃO DAS VARIEDADES LTDA.
ADVOGADO(A):
INTIMAÇÃO: "...Tendo em vista que, apesar de intimado pessoalmente (fl. 76), o autor não se dignou a manifestar no presente feito (fl.77), JULGO EXTINTO o processo com fundamento no disposto no inciso III do artigo 267 do Código de Processo Civil. Condeno o requerente ao pagamento das custas processuais, se houverem. Pagas as custas processuais porventura remanescentes e verificado o trânsito em julgado do presente decreto, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 14 de janeiro de 2010. Wanessa Lorena Martins de Sousa Motta Juíza de Direito Substituta."

AUTOS Nº: 2007.0010.7328-0 – AÇÃO ORDINARIA
REQUERENTE: VERA HELENA GUASTALLA DO NASCIMENTO
ADVOGADO(A): IRINEU DERLI LANGARO OAB-TO 1252
REQUERIDO: SILVIO RENATO RODRIGUES
ADVOGADO(A): CARLOS VIECZOREK OAB-TO 567
INTIMAÇÃO: "...Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pleito elaborado na presente cizânia. Condeno a autora ao pagamento das custas processuais, bem como dos honorários advocatícios, estes fixados em R$ 800,00 (oitocentos reais), "ex vi" do disposto no § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil. Tendo em vista que a autora é beneficiários da justiça gratuita fica suspensa a execução nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Verificada a irrecorribilidade do presente decreto e não havendo qualquer provocação executiva, arquivem-se os autos em vislumbre. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 21 de janeiro de 2010. Wanessa Lorena Martins de Sousa Motta Juíza de Direito Substituta."

AUTOS Nº: 2007.0010.7328-0 – AÇÃO ORDINARIA
REQUERENTE: VERA HELENA GUASTALLA DO NASCIMENTO
ADVOGADO(A): IRINEU DERLI LANGARO OAB-TO 1252
REQUERIDO: SILVIO RENATO RODRIGUES
ADVOGADO(A): CARLOS VIECZOREK OAB-TO 567
INTIMAÇÃO: "...Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pleito elaborado na presente cizânia. Condeno a autora ao pagamento das custas processuais, bem como dos honorários advocatícios, estes fixados em R$ 800,00 (oitocentos reais), "ex vi" do disposto no § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil. Tendo em vista que a autora é beneficiários da justiça gratuita fica suspensa a execução nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50. Verificada a irrecorribilidade do presente decreto e não havendo qualquer provocação executiva, arquivem-se os autos em vislumbre. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 21 de janeiro de 2010. Wanessa Lorena Martins de Sousa Motta Juíza de Direito Substituta."

AUTOS Nº: 2007.0010.7357-3 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: LEOCI LOPES PAIVA
ADVOGADO(A): CARLOS VIECZOREK OAB-TO 567
REQUERIDO: INVESTICO S/A
ADVOGADO(A): CRISTIANE GABANA OAB-TO 2073, WALTER OHOFUJI JUNIOR OAB-TO 932A
INTIMAÇÃO: "...Ante o exposto, e pelo livre convencimento que formo, julgo improcedentes os pedidos constantes da inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, I, do CPC. Condenado o autor ao pagamento das custas processuais finais e honorários advocatícios, arbitrando estes em R$ 800,00 (oitocentos reais), nos termos do art. 20, § 4º, do CPC. No entanto, diante da gratuidade judiciária concedida ao autor, dispenso-o do pagamento da verba sucumbencial, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Palmas/TO, 29 de janeiro de 2010. Keyla Suely Silva da Silva Juíza de Direito Substituta."

AUTOS Nº: 2007.0010.8697-7 – AÇÃO DE REVSIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO
REQUERENTE: ARIANE FABRE QUAGLIARELLO e OUTRO
ADVOGADO(A): WALKER DE MONTEMOR QUAGLIARELLO OAB-TO 1401
REQUERIDO: BANCO ITAU S/A
ADVOGADO(A):
INTIMAÇÃO: "...Isto posto, JULGO PROCEDENTE em parte o pedido vazado na exordial para, manter incólume a taxa de juros mensal dantes pactuada entre os contendores, e ainda, para declarar a nulidade das cláusulas abusivas do contrato guerreado e que lhe sejam excessivamente onerosas, limitando os juros moratórios e a multa por mora, respectivamente, às taxas de 1% a.m. (um por cento ao mês) e 2% (dois por cento), vedando a capitalização mensal dos juros, proibindo a cumulação da comissão de permanência com a correção monetária, com os juros de mora e com a multa contratual e determinando a utilização do INPC como fator de correção monetária. Em atenção a sucumbência recíproca, condeno os autores e o réu ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em R$ 1.000,00 (um mil reais), devendo os requerentes arcar com 20% e o réu com 80%, consoante as disposições contidas no § 4º do artigo 20 do Diploma Processual Civil. Observadas as formalidades legais e verificado o trânsito em julgado da presente sentença, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 12 de janeiro de 2010. Wanessa Lorena Martins de Sousa Motta Juíza de Direito Substituta."

AUTOS Nº: 2007.0010.8683-7 – AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: LINDOMAR FEITOSA DE MACEDO e VERA LUCIA LOPES DE MACEDO
ADVOGADO(A): ADRIANA ABI-JAUDI B. DE ASSIS OAB-TO 1998
REQUERIDO: CELIO NUNES MOURA
ADVOGADO(A): SONIA MARIA FRANÇA OAB-TO 07A
INTIMAÇÃO: "...Na confluência do exposto, JULGO PROCEDENTE em parte a súplica proemial, a fim de reintegrar os autores na posse do imóvel descrito na exordial. Tendo em vista a sucumbência recíproca, condeno ambos os litigantes ao pagamento *pro rata* das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em R$ 1.000,00 (um mil reais), consoante as disposições contidas no § 4º do artigo 20 do Código Processual Civil. Observadas as formalidades legais e verificado o trânsito em julgado da presente sentença, expeçam-se os competentes mandados e cumpram-se. Após arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 20 de janeiro de 2010. Wanessa Lorena Martins de Sousa Motta Juíza de Direito Substituta."

AUTOS Nº: 2007.0010.8695-0 – AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO
REQUERENTE: VLADIMIR MAGALHÃES SEIXAS
ADVOGADO(A): ROMULO ALAN RUIZ OAB-TO 3438
REQUERIDO: CCB COMERCIO INTERMEDIAÇÃO DE VEICULOS, ELETRODOMESTICOS E ELETRONICOS LTDA. e JOSUE BORDIGNON
ADVOGADO(A): CICERO TENORIO CAVALCANTE OAB-TO 811
INTIMAÇÃO: "Recebo a apelação de fls. 74/98, em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Ao apelado, para as contra-razões em 15 (quinze) dias. Int. Palmas, 07 de janeiro de 2010. Zacarias Leonardo juiz de Direito."

AUTOS Nº: 2007.0010.8688-8 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(A): ANTONIO DOS REIS CALÇADO JUNIOR OAB-TO 2001
REQUERIDO: SILVIA SILVA VARGAS
ADVOGADO(A): WALKER DE MONTEMOR QUAGLIARELLO OAB-TO 1401
INTIMAÇÃO: "...Isso posto, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, resolvendo o mérito da lide (CPC, art. 269, I) e, em conseqüência, condeno a Requerida

ao pagamento da importância de R$ 2.979,19 (dois mil, novecentos e setenta e nove reais e dezenove centavos), devidamente corrigida na forma contratada, bem como ao pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios, que ora fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor atribuído e atualizado da causa (CPC, artigo 20, § 3º). Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. R.P.I. Palmas/TO, 07 de janeiro de 2010. Odete Batista Dias Almeida Juíza de Direito Substituta."

AUTOS Nº: 2007.0010.8687-0 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(A): HELIO BRASILEIRO FILHO OAB-TOP 1283
REQUERIDO: FRANCISCO DE SOUZA MILHOMEM
ADVOGADO(A): FRANCISCO DE SOUSA BORGES OAB-TO 413
INTIMAÇÃO: "Recebo a apelação de fls. 184/191, em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Ao apelado, para as contra-razões em 15 (quinze) dias. Int. Palmas, 20 de outubro de 2010. Zacarias Leonardo juiz de Direito."

AUTOS Nº: 2007.0010.8671-3 – AÇÃO DE COBRANÇA
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(A): CIRO ESTRELA NETO
REQUERIDO: ANTONIO CARNEIRO JUNIOR
ADVOGADO(A): TELMO HEGELE OAB-TO 340
INTIMAÇÃO: "...À vista do exposto, resolvendo, simultaneamente, a ação de cobrança (Proc. nº. 2007.0010.8671-3/0), bem assim as lides cautelar (Proc. 2007.0010.8673-0/0) e indenizatória (Proc. nº 2007.0010.8675-6/0): I – julgo parcialmente procedente o pleito principal de cobrança, apurando-se o valor devido em sede de liquidação de sentença, para dele afastar, tão-somente, o acréscimo decorrente da comissão de permanência cumulada com juros e multa, compensando-se o pagamento indevido com o restante da dívida; II – julgo improcedente o pedido cautelar, podendo o Banco, caso lhe aprouver, inscrever o nome do autor nos referidos cadastros de inadimplentes, enquanto perdurar a dívida, mas desde que o faça depois de encontrado o real valor do débito, consoante o disposto no item precedente; III – julgo improcedente o pedido de indenização. Condeno, ainda, o Sr. Antônio Carneiro Júnior ao pagamento das despesas processuais e honorários que fixo em 10%(dez por cento) sobre o somatório dos valores atribuídos às causas em apreço, por ter a instituição financeira decaído de parte mínima (CPC, art. 21, parágrafo único). P. R. I. Palmas-TO, 22 de janeiro de 2010. JOÃO ALBERTO MENDES BEZERRA JR. Juiz Substituto."

AUTOS Nº: 2007.0010.8675-6 – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO
REQUERENTE: ANTONIO CARNEIRO JUNIOR
ADVOGADO(A): TELMO HEGELE OAB-TO 340
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(A): HELIO BRASILEIRO FILHO OAB-TO 1283
INTIMAÇÃO: "...À vista do exposto, resolvendo, simultaneamente, a ação de cobrança (Proc. nº. 2007.0010.8671-3/0), bem assim as lides cautelar (Proc. 2007.0010.8673-0/0) e indenizatória (Proc. nº 2007.0010.8675-6/0): I – julgo parcialmente procedente o pleito principal de cobrança, apurando-se o valor devido em sede de liquidação de sentença, para dele afastar, tão-somente, o acréscimo decorrente da comissão de permanência cumulada com juros e multa, compensando-se o pagamento indevido com o restante da dívida; II – julgo improcedente o pedido cautelar, podendo o Banco, caso lhe aprouver, inscrever o nome do autor nos referidos cadastros de inadimplentes, enquanto perdurar a dívida, mas desde que o faça depois de encontrado o real valor do débito, consoante o disposto no item precedente; III – julgo improcedente o pedido de indenização. Condeno, ainda, o Sr. Antônio Carneiro Júnior ao pagamento das despesas processuais e honorários que fixo em 10%(dez por cento) sobre o somatório dos valores atribuídos às causas em apreço, por ter a instituição financeira decaído de parte mínima (CPC, art. 21, parágrafo único). P. R. I. Palmas-TO, 22 de janeiro de 2010. JOÃO ALBERTO MENDES BEZERRA JR. Juiz Substituto."

AUTOS Nº: 2007.0010.8673-0 – AÇÃO CAUTELAR INOMINADA
REQUERENTE: ANTONIO CARNEIRO JUNIOR
ADVOGADO(A): TELMO HEGELE OAB-TO 340
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(A): RANIELE MARIA OLIVEIRA DA SILVA E DUTRA OAB-TO 915
INTIMAÇÃO: "...À vista do exposto, resolvendo, simultaneamente, a ação de cobrança (Proc. nº. 2007.0010.8671-3/0), bem assim as lides cautelar (Proc. 2007.0010.8673-0/0) e indenizatória (Proc. nº 2007.0010.8675-6/0): I – julgo parcialmente procedente o pleito principal de cobrança, apurando-se o valor devido em sede de liquidação de sentença, para dele afastar, tão-somente, o acréscimo decorrente da comissão de permanência cumulada com juros e multa, compensando-se o pagamento indevido com o restante da dívida; II – julgo improcedente o pedido cautelar, podendo o Banco, caso lhe aprouver, inscrever o nome do autor nos referidos cadastros de inadimplentes, enquanto perdurar a dívida, mas desde que o faça depois de encontrado o real valor do débito, consoante o disposto no item precedente; III – julgo improcedente o pedido de indenização. Condeno, ainda, o Sr. Antônio Carneiro Júnior ao pagamento das despesas processuais e honorários que fixo em 10%(dez por cento) sobre o somatório dos valores atribuídos às causas em apreço, por ter a instituição financeira decaído de parte mínima (CPC, art. 21, parágrafo único). P. R. I. Palmas-TO, 22 de janeiro de 2010. JOÃO ALBERTO MENDES BEZERRA JR. Juiz Substituto."

AUTOS Nº: 2007.0010.8672-1 – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER
REQUERENTE: INVESTICO S/A
ADVOGADO(A): WALTER OHOFUJI JUNIOR OAB-TO 932A
REQUERIDO: RONY DE CASTRO PAULINO e MARIA SALETTE BATISTA PAULINO
ADVOGADO(A): FRANCSICO JOSE SOUSA BORGES OAB-TO 413
INTIMAÇÃO: "...Diante do exposto, e pelo livre convencimento que formo, julgo procedente em parte o pleito inicial, e, confirmando a decisão liminar de fls. 26/28, determino em definitivo a imissão da parte autora na posse do imóvel descrito na inicial, e, por conseguinte, julgo improcedente o pedido de indenização por perdas e danos. Por ônus de sucumbência, condeno os requeridos ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixando estes no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), com fundamento no art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil, quantia a ser atualizada pelo INPC e somar juros de 1% (um por cento) ao mês, a conta desta sentença. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, expeça-se o mandado de imissão definitiva da autora na posse do imóvel objeto do presente feito, arquivando-se os autos em seguida. Palmas/TO, 14 de janeiro de 2010. KEYLA SUELY SILVA DA SILVA Juíza de Direito Substituta."

AUTOS Nº: 2007.0010.7367-0 – AÇÃO DE DEPOSITO
REQUERENTE: CIA BANDEIRANTE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
ADVOGADO(A): CELIO HENRIQUE MAGALHÃES ROCHA OAB-TO 3115A, LEILA QUEIROZ FROSSARD OAB-SP 206180B
REQUERIDO: ANTONIO JOCEMI AIRES DE TOLEDO
ADVOGADO(A):
INTIMAÇÃO: "...Tendo em vista que, apesar de intimado pessoalmente (fl. 81), o autor não se dignou a manifestar no presente feito (fl.82), JULGO EXTINTO o processo com fundamento no disposto no inciso III do artigo 267 do Código de Processo Civil. Condeno o requerente ao pagamento das custas processuais, se houverem. Pagas as custas processuais porventura remanescentes e verificado o trânsito em julgado do presente decreto, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 14 de janeiro de 2010. Wanessa Lorena Martins de Sousa Motta Juíza de Direito Substituta."

AUTOS Nº: 2007.0010.7367-0 – AÇÃO DE DEPOSITO
REQUERENTE: CIA BANDEIRANTE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
ADVOGADO(A): CELIO HENRIQUE MAGALHÃES ROCHA OAB-TO 3115A, LEILA QUEIROZ FROSSARD OAB-SP 206180B
REQUERIDO: ANTONIO JOCEMI AIRES DE TOLEDO
ADVOGADO(A):
INTIMAÇÃO: "...Tendo em vista que, apesar de intimado pessoalmente (fl. 81), o autor não se dignou a manifestar no presente feito (fl.82), JULGO EXTINTO o processo com fundamento no disposto no inciso III do artigo 267 do Código de Processo Civil. Condeno o requerente ao pagamento das custas processuais, se houverem. Pagas as custas processuais porventura remanescentes e verificado o trânsito em julgado do presente decreto, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 14 de janeiro de 2010. Wanessa Lorena Martins de Sousa Motta Juíza de Direito Substituta."

2ª Vara Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N.º 2007.0005.0070-2 Ação Penal
Denunciado: Alcidino Viana Pereira
Advogado: José Laerte de Almeida OAB/GO 96-A
Intimação: Fica o advogado do denunciado intimado da audiência de instrução e julgamento, designada para o dia 1º.06.2011, às 14 horas, na sala das Audiências deste Juízo.

2ª Vara da Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N.º 2010.0004.5604-5/0 – SEPARAÇÃO CONSENSUAL
Requerente: A.T.M e A.F.da C.M
Advogado: Dr. Amaranto Teodoro Maia, OAB/TO n.º 2242.
Dra. Arlene Ferreira da Cunha Maia,OAB/TO n.º 2316.
Requerido: C.A.A
INTIMAÇÃO: "(...) intimem-se os interessados, através de seu patrono, para dizer se persiste interesse no prosseguimento do feito, devendo, em caso afirmativo, regularizarem os termos da inicial para pedido de divórcio litigioso (...)".

AUTOS N.º 2010.0001.8673-0/0 – EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - REPUBLICAÇÃO
Requerente: V.M.A.O representada por J.M. de O
Advogado: Dr. Clóvis Teixeira Lopes, OAB/TO n.º 875.
Dra. Rita de Cássia Vattimo Rocha,OAB/TO n.º 2808.
Requerido: C.A.A
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada a se manifestar sobre a petição de fls. 30/37.

3ª Vara da Fazenda e Registros Públicos

BOLETIM DE EXPEDIENTE

Autos nº.: 2007.0006.7014-4/0
Ação: ORDINÁRIA
Requerente: TENDMED – COMÉRCIO ATACADISTA E REPRESENTAÇÃO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA
Advogado: JOSÉ PEDRO DA SILVA
Requerido: ESTADO DO TOCANTINS
Advogado: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA: "(...).III. DISPOSITIVO - Posto isso, em razão do acima exposto, JULGO PROCEDENTE os embargos à execução de título judicial movidos pelo embargante, fixando o valor total da presente execução na forma acima mencionada; sendo que tal valor, restou consubstanciado em R$ 211.874,04(duzentos e onze reais e oitocentos e setenta e quatro reais e quatro centavos). Ainda, determino que a parte Exequente-Embargada apresente novo demonstrativo de crédito devidamente atualizado, devendo observar o comando da presente decisão, bem assim o da sentença que serve como título executivo (fls. 77/79 dos autos principais), notadamente atentando-se para o cálculo dos honorários advocatícios (10% sobre o valor da condenação), ressalvada a possibilidade de que o valor de tais honorários seja corrigido a partir da propositura da ação cognitiva, consoante o enunciado da súmula 14 do STJ. Condeno a Embargada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes últimos ora fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor do excesso de execução, nos termos do art. 20, § 3.º, c/c o art. 26, caput, ambos do CPC. Traslade-se cópia desta sentença para os autos principais,

certificando-se nos autos. Sentença NÃO sujeita a reexame necessário Publique-se, registre-se e intimem-se. Palmas, 31 de março de 2011. Ana Paula Araújo Toríbio – Juíza de Direito Substituta da 3ª Vara dos Feitos das Fazendas Públicas e Registros Públicos – Portaria PRES/TJTO nº 29/2011)".

Vara Especializada no Combate à Violência Contra a Mulher

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Ficam as partes abaixo identificadas, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados:

Autos: 2009.0011.0658-3 – MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA
Requerido: Valdemar Batista da Cunha
Advogado (Requerido): JOSE OSORIO SALES VEIGA, inscrito na OAB/TO n.º 2709-A.
INTIMAÇÃO/ADVOGADO: ""(...) Ante o exposto, com fundamento no artigo 808, I, e 267, VI, ambos do Código de Processo Civil, c/c o artigo 13, da Lei n.º 11.340/06, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, sem resolução de mérito, ficando, pois, cessada a validade das medidas protetivas de urgência deferidas nestes autos. Sem custas e sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cientifique-se o Ministério Público. Decorrido o prazo recursal, após as cautelas de praxe, arquivem-se. Palmas(TO), 06 de agosto de 2010. Edssandra Barbosa da Silva. Juíza de Direito Substituta (Portaria nº 232/2010-DJe 2455).".

Autos: 2010.0001.5394-8 – DENUNCIA
Denunciado: D. P. L.
Advogado (denunciado): MARCELA JULIANA FREGONESI, inscrita na OAB/TO n.º 2.102-A.
INTIMAÇÃO/ADVOGADO: "01. Os delitos imputados ao réu processam-se pelo rito sumario, nos termos do artigo 394, §1º, II do CPP. Assim sendo, intime-se a defesa para, no prazo de 03 (três) dias, adequar o numero de testemunhas arroladas ao limite máximo permitido pelo artigo 532, do mesmo diploma legal, sob pena de exclusão aleatória das testemunhas excedentes. (...). Palmas(TO), 06 de abril de 2011. Edssandra Barbosa da Silva. Juíza Substituta Auxiliar (Portaria nº 48/2011-DJe 2588).".

Autos: 2007.0003.3360-1 – AÇÃO PENAL
Denunciado: O. V. M.
Advogado (denunciado): IVÂNIO DA SILVA, inscrito na OAB/TO n.º 2391.
INTIMAÇÃO/ADVOGADO: "I. Homologo o pedido de desistência formulado pelo Ministério Publico; II. No que tange a ausência do advogado, comunique-se o fato à OAB/TO e intime-se-o para, no prazo de cinco dias, manifesta-se acerca do seu interesse na inquirição da testemunha faltosa, sob pena de, não o fazendo, ser considerada desistência tácita da prova, bem como ser lhe aplicada a multa prevista no art. 265 do CPP. Intimem-se. Palmas(TO), 06 de abril de 2011. Edssandra Barbosa da Silva. Juíza Substituta Auxiliar (Portaria nº 48/2011-DJe 2588).".

Autos: 2009.0011.8888-1 – AÇÃO PENAL
Denunciado: J. R. Q. de S.
Advogado (denunciado): VALTERLINS FERREIRA MIRANDA, inscrito na OAB/TO n.º 1031.
INTIMAÇÃO/ADVOGADO: "Em face do contido na r. certidão de fl. 141, dê-se vistas ao Ministério Publico e ao defensor do acusado, para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifestem o interesse nas oitivas das testemunhas JUVENAL LEMES DOS SANTOS e MARIA DOS REIS BATISTA RODRIGUES, respectivamente. Caso persistam, deverão apresentar em cartório os endereços daquelas atempadamente, para as expedições e cumprimentos dos mandados de intimações, com vistas à realização da audiência de instrução e julgamento já redesignada (fls. 127/128). Cumpra-se. Palmas(TO), 29 de março de 2011. Eurípedes do Carmo Lamounier. Juiz de Direito.".

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

A Doutora Edssandra Barbosa da Silva, Meritíssimo Juiz Substituta Auxiliar da Vara Especializada no combate a violência domestica e familiar contra a mulher, da Comarca de Palmas/TO, no uso das suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital com prazo de 15 (quinze) dias virem, ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo corre seus trâmites legais o auto de Medida Protetiva de Urgência n.º 2008.0000.7027-7 que a Justiça Pública desta Comarca move contra o Requerido Ercivan Alves Lima, e tendo como Requerente A. R., e *como o Requerido encontra-se atualmente em local incerto e não sabido*, fica intimado da decisão proferida nos autos acima conforme trecho a seguir transcrito: *"(...)Isso posto, reconheço a perda superveniente do interesse processual, condição para a ação, inclusive para este procedimento instituído pela Lei Maria da Penha e, em conseqüência, revogo a decisão de fls. 14/15 e determino o arquivamento dos autos. Intimem-se, inclusive o Ministério Público. Palmas, 27 de março de 2009. Ariostenis Guimarães Vieira. Juiz Substituto.".* E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume. Palmas-TO, aos 14 de abril de 2011. Eu, *Luciana Nascimento Alves*, Escrevente Judicial, digitei e subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 60 DIAS

A Doutora Edssandra Barbosa da Silva, Meritíssimo Juiz Substituta Auxiliar da Vara Especializada no combate a violência domestica e familiar contra a mulher, da Comarca de Palmas/TO, no uso das suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital com prazo de 60 (sessenta) dias virem, ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo corre seus trâmites legais o auto de Ação Penal n.º 2009.0009.6000-9 que a Justiça Pública desta Comarca move contra o autor Gilmar Tomé Figueiredo, e tendo como Vítima M. S. de M., e *como o denunciado encontra-se atualmente em local incerto e não sabido*, fica intimado da sentença proferida nos autos acima conforme trecho a seguir transcrito: *"(...) Ante o exposto: a) com fundamento no artigo 395, II, do Código de Processo Penal, REJEITO A DENÚNCIA ofertada pelo Ministério Público, por faltar condição de procedibilidade para o exercício da ação penal; e b) com fundamento no artigo 808, I, e 267, VI, ambos do Código de Processo Civil, c/c o artigo 13, da Lei nº 11.340/06, JULGO EXTINTOS, sem resolução de mérito, os autos da MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA Nº 2009.0010.1697-5, revogando, por conseguinte, a decisão nele proferida. Junte-se uma via do presente termo nos autos da Medida Protetiva em apenso. Sem honorários advocatícios. Arquive-se também os autos da Prisão em Flagrante nº 2009.8606-2. Sentença lida e publicada em audiência. Registre-se. Intime-se o indiciado. Após a preclusão do prazo recursal, arquivem-se todos os feitos acima mencionados, mediante as baixas, anotações e comunicações de estilo.".* Palmas(TO), 30 de junho de 2010. Eu, *Luciana Nascimento Alves*, Escrevente Judicial, digitei e subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS

A Doutora Edssandra Barbosa da Silva, Meritíssimo Juiz Substituta Auxiliar da Vara Especializada no combate a violência domestica e familiar contra a mulher, da Comarca de Palmas/TO, no uso das suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital com prazo de 60 (sessenta) dias virem, ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo corre seus trâmites legais o auto de Medida Protetiva n.º 2009.0011.0658-3 que a requerente L. B. de S. move contra o requerido Valdemar Batista da Cunha, e *como o requerido encontra-se atualmente em local incerto e não sabido*, fica intimado da sentença proferida nos autos acima conforme trecho a seguir transcrito: *"(...) Ante o exposto, com fundamento no artigo 808, I, e 267, VI, ambos do Código de Processo Civil, c/c o artigo 13, da Lei n.º 11.340/06, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO, sem resolução de mérito, ficando, pois, cessada a validade das medidas protetivas de urgência deferidas nestes autos. Sem custas e sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cientifique-se o Ministério Público. Decorrido o prazo recursal, após as cautelas de praxe, arquivem-se.* Palmas(TO), 06 de agosto de 2010.". E, para que não se alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume. Palmas-TO, aos 14 de abril de 2011. Eu, ____ *Luciana Nascimento Alves*, Escrevente Judicial, digitei e subscrevo.

Vara de Cartas Precatórias, Falências e Concordatas

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Carta Precatória nº 2010.0008.5000-2
Deprecante: 1ª Vara Judicial da Com. de José Bonifácio - SP.
Ação de origem: Declaratória
Nº origem: 358.01.2007.002452-4
Requerente: Valdenir Scuciato
Adv. do Reqte.:José Luiz Magro - OAB/SP. 144.100
Requerido: Deocrides Bravalheri
Adv. do Reqdo.: José Luiz Vicentim – OAB//SP 11.604
OBJETO: Ficam intimados os advogados para a audiência de inquirição da testemunha arrolada pelo requerente, designada para o dia 01/06/2011 às 15:30hs, junto à Vara de Cartas Precatórias, Falências e Concordatas da Comarca de Palmas, sito à Av. Teotônio segurado, Paço Municipal, Palácio Marquês São João da Palma, 2º andar.

Carta Precatória nº 2010.0011.3827-6
Deprecante: Vara Cível da Com. de Tocantínia - TO.
Ação de origem: Embargos de Terceiros
Nº origem: 2008.0008.1210-9
Embargante: Deusiano Glória Oliveira
Adv. do Embte.:Nelson Roberto Moreira - OAB/SP. 107.213
Embargado: Vicente de Paulo Osmarine e Lurdes Osmarine
Adv. do Embdo.: Adriana A. Bevilaqua – OAB//TO 510-A
Adv. do Embdo.: Ana Caroline Fiod da Silveira – OAB/TO. 2.969-B
OBJETO: Ficam intimados os advogados para a audiência de inquirição da testemunha arrolada pelo requerido, redesignada para o dia 01/06/2011 às 14:30hs, junto à Vara de Cartas Precatórias, Falências e Concordatas da Comarca de Palmas, sito à Av. Teotônio segurado, Paço Municipal, Palácio Marquês São João da Palma, 2º andar.

Carta Precatória nº 2011.0001.2307-9
Deprecante: Vara de Família e 2º Cível da Com. de Paraíso do Tocantins - TO.
Ação de origem: Guarda
Nº origem: 2011.0000.7989-4
Requerente: I. S. C.
Adv. do Reqte.:Rogério Magno de Macedo Mendonça - OAB/TO. 4.087-B
Requerido: G. P. de A. J.
Adv. do Reqdo.:
OBJETO: Ficam intimados os advogados para a audiência de inquirição da testemunha arrolada nos autos, designada para o dia 31/05/2011 às 15:30hs, junto à Vara de Cartas Precatórias, Falências e Concordatas da Comarca de Palmas, sito à Av. Teotônio segurado, Paço Municipal, Palácio Marquês São João da Palma, 2º andar.

Carta Precatória nº 2011.0000.1154-8
Deprecante: 1ª Vara Cível de Brasília - DF
Ação de origem: Ressarcimento
Nº origem: 2009.0111292756
Requerente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Adv. do Reqte.:Maria Alessia C. Valadares Bomtempo - OAB/DF. 3558
Requerido: Transporte São Expedito Ltda
Adv. do Reqdo.: Henriques Marques da Silva - OAB/GO. 13241
OBJETO: Ficam intimados os advogados para a audiência de inquirição da testemunha arrolada pela denunciada, designada para o dia 27/05/2011 às 15:30hs, junto à Vara de Cartas Precatórias, Falências e Concordatas da Comarca de Palmas, sito à Av. Teotônio segurado, Paço Municipal, Palácio Marquês São João da Palma, 2º andar.

Carta Precatória nº 2011.0003.0756-0
Deprecante: 1ª Vara da Fazenda Estadual da Com. de Goiânia - GO.
Ação de origem: Indenização
Nº origem: 200900841170
Requerente: Álvaro de Souza Filho
Adv. do Reqte.:Álvaro de Souza Filho - OAB/GO. 27.742
Requerido: Estado de Goiás
Adv. do Reqdo.: Aliny Nunes Terra - OAB/GO. 18.233

OBJETO: Ficam intimados os advogados para a audiência de inquirição da testemunha arrolada pelo requerente, designada para o dia 27/05/2011 às 15:00hs, junto à Vara de Cartas Precatórias, Falências e Concordatas da Comarca de Palmas, sito à Av. Teotônio segurado, Paço Municipal, Palácio Marquês São João da Palma, 2º andar.

Carta Precatória nº 2011.0001.5431-4
Deprecante: Vara Cível da Com. de Natividade - TO.
Ação de origem: Dissolução de Sociedade de Fato
Nº origem: 2010.0007.5838-6
Requerente: Bonfim Pereira dos Santos
Adv. do Reqte.: Felício Cordeiro da Silva - OAB/TO. 4.547
Requerido: José Ferreira de Alvarenga
Adv. do Reqdo.: Venância Gomes Neta – OAB/TO. 83-B
OBJETO: Ficam intimados os advogados para a audiência de inquirição da testemunha arrolada pelo autor, designada para o dia 27/05/2011 às 14:30hs, junto à Vara de Cartas Precatórias, Falências e Concordatas da Comarca de Palmas, sito à Av. Teotônio segurado, Paço Municipal, Palácio Marquês São João da Palma, 2º andar.

Carta Precatória nº 2011.0001.7445-5
Deprecante: 1ª Vara de Família da Com. de Guarujá - SP.
Ação de origem: Separação
Nº origem: 223.012009.017314-9/000000-000
Requerente: Karla Rodriguo de Sousa Metsu
Adv. do Reqte.: Maria Stella Verta Carvalho - OAB/SP. 45.150
Requerido: Edmond Gerard Metsu Junior
Adv. do Reqdo.: Clayton Tenóro Arruda – OAB/SP. 230.322
OBJETO: Ficam intimados os advogados para a audiência de inquirição da testemunha arrolada pela autora, designada para o dia 26/05/2011 às 15:00hs, junto à Vara de Cartas Precatórias, Falências e Concordatas da Comarca de Palmas, sito à Av. Teotônio segurado, Paço Municipal, Palácio Marquês São João da Palma, 2º andar.

Carta Precatória nº 2011.0001.5219-2
Deprecante: 1ª Vara da Fazenda da Capital da Comarca de Belém - PA.
Ação de origem: Indenização
Nº origem: 2004.1.034571-1
Requerente: Ana Cristina Reis Guimarães e Eustórgio Luis Alves Guimarães
Adv. do Reqte.: Alberto Raniere Alves Guimarães-OAB/GO 21.929
Requerido: Prefeitura de Belém - PA
Adv. do Reqdo.: Silvestre Fonseca Filho – Procurador do Municipal PMB-SEMAJ
OBJETO: Ficam intimados os advogados das partes, da realização da audiência de inquirição da testemunha Joaquim Maia Leite Neto, arrolada pelo requerente, designada para o dia 25/05/2011 às 14:30hs, junto à Vara de Cartas Precatórias, Falências e Concordatas da Comarca de Palmas, sito à Av. Teotônio segurado, Paço Municipal, Palácio Marquês São João da Palma, 2º andar.

Carta Precatória nº 2011.0001.9910-5
Deprecante: Vara Única da Com. de Cabreúva - SP.
Ação de origem: Declaratória
Nº origem: 100.01.2008.000689-7/000000-000
Requerente: Corr Plastik Industria Ltda
Adv. do Reqte.: Lauro Sotto – OAB/SP. 18.452
Requerido: Tuboplas – Industria e Comércio de Tubos Ltda
Adv. do Reqdo.: Fernando Jorge Damha Filho – OAB/SP. 109.618
OBJETO: Ficam intimados os advogados para a audiência de inquirição da testemunha arrolada pela requerida, designada para o dia 24/05/2011 às 15:30hs, junto à Vara de Cartas Precatórias, Falências e Concordatas da Comarca de Palmas, sito à Av. Teotônio segurado, Paço Municipal, Palácio Marquês São João da Palma, 2º andar.

PALMEIRÓPOLIS

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº. 2010.0008.9721-1
Ação devolução de prestação pagas
Requerente: Manoel Messias da Silva Portilho
Advogado: Francieliton Ribeiro dos Santos de Albernaz –Oab-To 2607
Requerido: Bradesco Administradora de consórcios Ltda
Advogado: Francisco O. Thompson Flores- Oab-To 4601-A
INTIMAÇÃO/DECISÃO: "Indefiro o pedido de assistência judiciária, haja vista a não existência de declaração de falta de condições financeiras para arcar com as custas e despesas do processo, sem prejuízo próprio ou de sua família. Intime-se o recorrente para efetuar o preparo no prazo de 48 horas, sob pena de deserção. Cumpra-se".

Autos nº. 2008.0003.4921-2
Ação Cobrança
Requerente: MF Materiais de construção
Advogado: Francieliton Ribeiro dos Santos de Albernaz –Oab-To 2607
Requerido: Jose Ferreira de Souza
INTIMAÇÃO/SENTENÇA: "Em razão da desistência do requerente, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, III do CPC. Sem custas. P.R.I".

Autos nº. 2011.0001.8226-1
Ação Obrigação de Fazer
Requerente: Emmanuel Miranda Diniz
Advogado: Débora Regina Macedo –Oab-To 3811
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini- Oab-Go 31075-A
INTIMAÇÃO/AUDIENCIA: "Audiencia de conciliação redesignada para o dia 12 de maio de 2011, às 10:15 horas ".

PARAÍSO

1ª Vara Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS nº: 5.167/2005
Ação de EXECUÇÃO de Título Executivo Judicial
EXEQÜENTE: BANCO BRADESCO S/A
Adv. Exeqüente: Dr. Osmarino José de Melo - OAB/TO nº 779-B
EXECUTADOS: Empresa – PEREIRA E FONTES LTDA, e seus sócios: Maria Aparecida Fontes Moreira e Eneuzes Afonso Pereira
Adv. Executados: Dr. Jefferson José Arbo Pavlak – OAB/TO nº 1.266 – CURADOR ESPECIAL
INTIMAÇÃO: Intimar o Advogado da parte EXEQÜENTE, do inteiro teor do DESPACHO de fls. 141 dos autos, que segue parcialmente transcrito: DESPACHO: 1.- ...; 2.- ...; 3.- Se NÃO PENHORADOS VALORES, intimem-se ao exeqüente pessoalmente/correios (AR) e seu advogado (OS DOIS), para se manifestarem em CINCO (5) DIAS, sobre o processo requerendo o que entenderem, sob pena de extinção e arquivo, com cópia deste despacho; 4. – Intime(m)-se e cumpra-se; Paraíso do Tocantins – TO, aos 16 de dezembro de 2.010. Juiz ADOLFO AMARO MENDES – Titular da 1ª. Vara Cível.

AUTOS nº: 2006.0002.5150-0/0 – AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQÜENTE: C P A – COMPANHIA PARAÍSO DE ALIMENTOS
Adv. Exeqüente: Dr. Luiz Carlos Freitas Barbosa – OAB/SP nº 75.106 e/ou Dr. Roberval Aires Pereira Pimenta – OAB/TO nº 497
EXECUTADO: CÉLIO CECILIANO
Adv. Executado: Dr. Leonardo da Costa Guimarães - OAB/TO nº 2.481-B
INTIMAÇÃO: Intimar o ADVOGADO – DR. LEONARDO DA COSTA GUIMARÃES – OAB/TO nº 2.481-B, do EXECUTADO/DEVEDOR, para pagamento da dívida de fls. 158/261, no valor de R$ 1.852,20 (um mil e oitocentos e cinqüenta e dois reais e vinte centavos), no prazo de QUINZE (15) DIAS, sob pena de inclusão no valor total da dívida, da MULTA de dez por cento sobre o montante da condenação, na forma do art. 475-J, do CPC. BEM COMO, fica intimado também, do inteiro teor do DESPACHO de fls. 259 dos autos, que segue transcrito na íntegra: DESPACHO: Reautue-se como AÇÃO DE EXECUÇÃO TÍTULO JUDICIAL ou CUMPRIMENTO DE SENTENÇA; 1. Intime-se (DJTO) ao ADVOGADO do executado/devedor (f. 207), para pagamento do valor da dívida (inserir o valor da dívida de f. 158/261), no prazo de QUINZE (15) DIAS, sob pena de inclusão no valor total da dívida, da MULTA de dez por cento sobre o montante da condenação, na forma do art. 475-J, do CPC. 2. – É que cabe ao credor o exercício de atos para regular cumprimento da decisão condenatória, especialmente requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada. Concedida a oportunidade para o adimplemento voluntário do crédito exeqüendo, o não pagamento no prazo de quinze dias importará na incidência sobre o montante da condenação de multa no percentual de dez por cento (art. 475-J do CPC), compreendendo-se o termo inicial do referido prazo o primeiro dia útil posterior à data da publicação de intimação do devedor na pessoa de seu advogado; 3 – Vencido o prazo de QUINZE (15) DIAS, sem pagamento voluntário da dívida, certificado nos autos, à CONCLUSÃO IMEDIATA. 4.– Intimem-se e Cumpra-se urgentemente. Paraíso do Tocantins – TO, aos 18 de outubro de 2.010. Juiz ADOLFO AMARO MENDES – Titular da 1ª. Vara Cível.

AUTOS nº: 2007.0010.5259-2/0
Ação de EXECUÇÃO de Título Executivo Judicial
EXEQÜENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA
Adv. Exeqüente: Dr. Pompílio Lustosa Messias Sobrinho - OAB/TO nº 1.807-B
EXECUTADOS: Empresa - RONAN G. DA SILVA FILHO – ME, e seus sócios - Ronan Guedes da Silva e Josélia Alves Paranaíba Guedes
Adv. Executados: N i h i l
INTIMAÇÃO: Intimar o Advogado da parte EXEQÜENTE, do inteiro teor do DESPACHO de fls. 113 dos autos, que segue transcrito na íntegra: DESPACHO: Suspendo o processo por sessenta (60) dias, e advirto a autora e sua advogada (OS DOIS), de que se após CINCO (05) DIAS dessa data, nada manifestarem de útil ao efetivo andamento do processo, será o mesmo extinto e arquivado, sem resolução de mérito, face ao flagrante desinteresse no andamento do processo; Intimem-se AUTORA(A) PESSOALMENTE e SEU ADVOGADO (OS DOIS),, deste despacho; Se não houver manifestação do credor, a conclusão dos autos em 06/ABRIL/2011. Cumpra-se e intimem-se; Paraíso do Tocantins – TO, aos 26 de janeiro de 2.011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES – Titular da 1ª. Vara Cível.

AUTOS nº: 2010.0001.9143-2/0
Ação Ordinária de Cobrança
REQUERENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
Adv. Requerente: Dr. Laurêncio Martins Silva - OAB/TO nº 173-B
REQUERIDO: Empresa – MARTINS E SANTIAGO LTDA – ME, e seu sócio Edgar Martins Santiago
Adv. Requerido: N i h i l
INTIMAÇÃO: Intimar o Advogado da parte REQUERENTE, do inteiro teor do DESPACHO de fls. 90 dos autos, que segue transcrito na íntegra: DESPACHO: 1. – Digam exeqüente credor e seu advogado, no prazo de DEZ (10) dias, sobre seu interesse no processo, requerendo o que entender(em) de útil ao seu andamento normal, especialmente para manifestar-se quanto a ausência de citação e de bens penhoráveis, ônus que é do exeqüente, sob pena de extinção e arquivo, advertindo ao exeqüente que mero pedido de suspensão do processo, sem providências úteis do(a) exeqüente de procura de bens penhoráveis, constituiu ato atentatório à dignidade da justiça e aos princípios constitucionais da efetividade a razoável duração do processo; 2. – Intimem-se EXEQÜENTE pessoalmente e SEU ADVOGADO (os dois), deste despacho; 3. – Vencido o prazo, sem manifestação, certificado nos autos, à conclusão imediata. Paraíso do Tocantins – TO, aos 20 de janeiro de 2.011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES – Titular da 1ª. Vara Cível.

AUTOS nº: 2009.0001.7082-2/0
Ação de DEPÓSITO Convertida de Busca E Apreensão
REQUERENTE: BANCO FINASA S/A
Adv. Requerente: Dr. Fabrício Gomes - OAB/TO nº 3.350
REQUERIDO: JOSÉ ALEXANDRE JORDÃO
Adv. Requerido: Dr. Antônio Ianowich Filho – OAB/TO nº 2.643
INTIMAÇÃO: Intimar os Advogados das partes REQUERENTE e REQUERIDO, do inteiro teor do DESPACHO de fls. 60 dos autos, que segue transcrito na íntegra: DESPACHO: 1. – Digam autora, pessoalmente e seu advogado, em CINCO (05) DIAS, sobre seu interesse no processo, sob pena de extinção e arquivo, requerendo (I) o que entenderem de útil ao efetivo e regular andamento e especialmente (II) para se manifestarem sobre a não CITAÇÃO PESSOAL/REAL do réu e (III) sendo os pedidos de oficiamento a Órgãos Públicos e Instituições Públicas e Privadas, para busca do endereço do réu e/ou de bens, é impertinente e ilegal, porque (IV) se não ocorreu a citação pessoal, pode haver citação por edital, (V) impossível a cessão de débito e contrato, que não pode ser procedida sem a anuência, expressa, do credor fiduciário e, por outro lado, (VI) finalmente, porque não há prova de que o autor, ao menos, tentou, de alguma, forma, buscar o que pede, sem sucesso, não sendo o Judiciário órgão auxiliar da parte autora; 2. – Intimem-se (a) AUTOR(A) PESSOALMENTE por mandado ou correios (AR) e (b) SEU ADVOGADO pelo DJTO, deste despacho; 3. – Vencido o prazo sem manifestação, à conclusão imediata; 4. – Cumpra-se; Paraíso do Tocantins – TO, aos 14 de janeiro de 2.011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES – Titular da 1ª. Vara Cível.

AUTOS nº: 2010.0007.1469-9/0 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO FINASA BMC S/A
Adv. Requerente: Dr. Paulo Henrique Ferreira - OAB/PE nº 894-B
REQUERIDO: PEDRO PAULO VALLIM
Adv. Requerido: N i h i l
INTIMAÇÃO: Intimar o Advogado da parte REQUERENTE, do inteiro teor do DESPACHO de fls. 34 dos autos, que segue transcrito na íntegra: DESPACHO: 1. – Digam autora, pessoalmente e seu advogado, em CINCO (05) DIAS, sobre seu interesse no processo, sob pena de extinção e arquivo, com cassação da liminar, com devolução do(s) bem(ns) apreendido(s) e depositado(s) requerendo o que entenderem de útil ao efetivo e regular andamento em face de não apreensão do bem e citação; ADVIRTO que pedidos de oficiamento a Órgãos Públicos e Instituições Públicas e Privadas, para busca do endereço do réu e/ou de bens, é impertinente e ilegal, porque (a) a alienação financeira registrada, por si só já impede a transferência de propriedade do bem, (b) se não ocorreu a citação pessoal, pode haver citação por edital, (c) impossível a cessão de débito e contrato, que não pode ser procedida sem a anuência, expressa, do credor fiduciário e, por outro lado, (d) se não encontrado o bem, pode e deve o credor, pleitear a conversão da ação em ação de depósito e/ou promover a execução de seu crédito e, (e) finalmente, porque não há prova de que o autor, ao menos, tentou, de alguma, forma, buscar o que pede, sem sucesso, não sendo o Judiciário órgão auxiliar da parte autora; 2. – Intimem-se (a) AUTOR(A) PESSOALMENTE por mandado ou correios (AR) e (b) SEU ADVOGADO pelo DJTO, deste despacho; 3. – Vencido o prazo sem manifestação, à conclusão imediata; 4. – Cumpra-se; Paraíso do Tocantins – TO, aos 31 de janeiro de 2.011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES – Titular da 1ª. Vara Cível.

AUTOS nº: 2009.0000.5293-5/0 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO PANAMERICANO S/A
Adv. Requerente: Dr. Paulo Henrique Ferreira - OAB/PE nº 894-B
REQUERIDO: PEDRO SOARES FEITOSA
Adv. Requerido: N i h i l
INTIMAÇÃO: Intimar o Advogado da parte REQUERENTE, do inteiro teor do DESPACHO de fls. 35 dos autos, que segue transcrito na íntegra: DESPACHO: 1. – Digam autora, pessoalmente e seu advogado, em CINCO (05) DIAS, sobre seu interesse no processo, TENDO EM VISTA A AUSÊNCIA DE CITAÇÃO, sob pena de extinção e arquivo, com cassação da liminar, com devolução do(s) bem(ns) apreendido(s) e depositado(s) requerendo o que entenderem de útil ao efetivo e regular andamento; pedidos de oficiamento a Órgãos Públicos e Instituições Públicas e Privadas, para busca do endereço do réu e/ou de bens, é impertinente e ilegal, porque (a) a alienação financeira registrada, por si só já impede a transferência de propriedade do bem, (b) se não ocorreu a citação pessoal, pode haver citação por edital, (c) impossível a cessão de débito e contrato, que não pode ser procedida sem a anuência, expressa, do credor fiduciário e, por outro lado, (d) se não encontrado o bem, pode e deve o credor, pleitear a conversão da ação em ação de depósito e/ou promover a execução de seu crédito e, (e) finalmente, porque não há prova de que o autor, ao menos, tentou, de alguma, forma, buscar o que pede, sem sucesso, não sendo o Judiciário órgão auxiliar da parte autora; 2. – Intime-se (a) AUTOR(A) PESSOALMENTE por mandado ou correios (AR) e (b) SEU ADVOGADO pelo DJTO, deste despacho; 3. – Vencido o prazo sem manifestação, à conclusão imediata; 4. – Cumpra-se; Paraíso do Tocantins – TO, aos 18 de janeiro de 2.011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES – Titular da 1ª. Vara Cível.

AUTOS nº: 2010.0006.8219-3/0 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO FINASA BMC S/A
Adv. Requerente: Dr. Fabrício Gomes - OAB/TO nº 3.350
REQUERIDA: ROSEANE SILVA E SILVA
Adv. Requerida: N i h i l
INTIMAÇÃO: Intimar o Advogado da parte REQUERENTE, do inteiro teor do DESPACHO de fls. 45 dos autos, que segue transcrito na íntegra: DESPACHO: 1. - Indefiro o pedido de f. 42 dos autos, de oficiamento ao DETRAN e demais Órgãos e Instituições Públicas e Privadas, para busca do endereço do réu e/ou de bens, por impertinente e ilegal, porque (a) a alienação financeira registrada, por si só já impede a transferência de propriedade do bem, (b) se não ocorreu a citação pessoal, pode haver citação por edital, (c) impossível a cessão de débito e contrato, que não pode ser procedida sem a anuência, expressa, do credor fiduciário e, por outro lado, (d) se não encontrado o bem, pode e deve o credor, pleitear a conversão da ação em ação de depósito e/ou promover a execução de seu crédito e, (e) finalmente, porque não há prova de que o autor, ao menos, tentou, de alguma, forma, buscar o que pede, sem sucesso, não sendo o Judiciário órgão auxiliar da parte autora; 2. – Intime-se autor, pessoalmente e seu advogado (OS DOIS), deste DESPACHO, a requererem o que entenderem de útil ao andamento do processo, em CINCO (5) DIAS, sob pena de extinção e arquivo, sem resolução de mérito e, inclusive, com revogação da liminar concedida; 3.- Intime(m)-se e cumpra-se. Paraíso do Tocantins – TO, aos 19 de janeiro de 2.011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES – Titular da 1ª. Vara Cível.

AUTOS nº: 2010.0002.4962-7/0 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO PANAMERICANO S/A
Adv. Requerente: Dr. Fábio de Castro Souza - OAB/TO nº 2.868
REQUERIDA: ARIANA OLIVEIRA DE MORAES
Adv. Requerido: N i h i l
INTIMAÇÃO: Intimar o Advogado da parte REQUERENTE, do inteiro teor do DESPACHO de fls. 24 dos autos, que segue transcrito na íntegra: DESPACHO: 1. – Digam autora, pessoalmente e seu advogado, em CINCO (05) DIAS, sobre seu interesse no processo, sob pena de extinção e arquivo, com cassação da liminar, com devolução do(s) bem(ns) apreendido(s) e depositado(s) requerendo o que entenderem de útil ao efetivo e regular andamento em face de não apreensão do bem e citação; ADVIRTO que pedidos de oficiamento a Órgãos Públicos e Instituições Públicas e Privadas, para busca do endereço do réu e/ou de bens, é impertinente e ilegal, porque (a) a alienação financeira registrada, por si só já impede a transferência de propriedade do bem, (b) se não ocorreu a citação pessoal, pode haver citação por edital, (c) impossível a cessão de débito e contrato, que não pode ser procedida sem a anuência, expressa, do credor fiduciário e, por outro lado, (d) se não encontrado o bem, pode e deve o credor, pleitear a conversão da ação em ação de depósito e/ou promover a execução de seu crédito e, (e) finalmente, porque não há prova de que o autor, ao menos, tentou, de alguma, forma, buscar o que pede, sem sucesso, não sendo o Judiciário órgão auxiliar da parte autora; 2. – Intime-se (a) AUTOR(A) PESSOALMENTE por mandado ou correios (AR) e (b) SEU ADVOGADO pelo DJTO, deste despacho; 3. – Vencido o prazo sem manifestação, à conclusão imediata; 4. – Cumpra-se; Paraíso do Tocantins – TO, aos 31 de janeiro de 2.011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES – Titular da 1ª. Vara Cível.

AUTOS nº: 2010.0006.1627-1/0 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: AYMORÉ, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
Adv. Requerente: Dr. Alexandre Iunes Machado - OAB/TO nº 4.110-A
REQUERIDO: OSCAR OSMAR SALGADO LUDOVICO
Adv. Requerido: N i h i l
INTIMAÇÃO: Intimar o Advogado da parte REQUERENTE, do inteiro teor do DESPACHO de fls. 49 dos autos, que segue transcrito na íntegra: DESPACHO: 1. - Indefiro o pedido de f. 45/46 dos autos, de oficiamento ao DETRAN e demais Órgãos e Instituições Públicas e Privadas, para busca do endereço do réu e/ou de bens, por impertinente e ilegal, porque (a) a alienação financeira registrada, por si só já impede a transferência de propriedade do bem, (b) se não ocorreu a citação pessoal, pode haver citação por edital, (c) impossível a cessão de débito e contrato, que não pode ser procedida sem a anuência, expressa, do credor fiduciário e, por outro lado, (d) se não encontrado o bem, pode e deve o credor, pleitear a conversão da ação em ação de depósito e/ou promover a execução de seu crédito e, (e) finalmente, porque não há prova de que o autor, ao menos, tentou, de alguma, forma, buscar o que pede, sem sucesso, não sendo o Judiciário órgão auxiliar da parte autora; Intimem-se 2. – Intime-se autor, pessoalmente e seu advogado (OS DOIS), deste DESPACHO, a requererem o que entenderem de útil ao andamento do processo, em CINCO (5) DIAS, sob pena de extinção e arquivo, sem resolução de mérito e, inclusive, com revogação da liminar concedida; 3.- Intime(m)-se e cumpra-se. Paraíso do Tocantins – TO, aos 25 de janeiro de 2.011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES – Titular da 1ª. Vara Cível.

AUTOS nº: 2006.0002.5150-0/0 – AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQÜENTE: C P A – COMPANHIA PARAÍSO DE ALIMENTOS
Adv. Exeqüente: Dr. Luiz Carlos Freitas Barbosa – OAB/SP nº 75.106 e/ou Dr. Roberval Aires Pereira Pimenta – OAB/TO nº 497
EXECUTADO: CÉLIO CECILIANO
Adv. Executado: Dr. Leonardo da Costa Guimarães - OAB/TO nº 2.481-B
INTIMAÇÃO: Intimar os advogados da empresa exeqüente - Dr. Luiz Carlos Freitas Barbosa – OAB/SP nº 75.106 e/ou Dr. Roberval Aires Pereira Pimenta – OAB/TO nº 497, do inteiro teor do DESPACHO de fls. 259 dos autos, que segue transcrito na íntegra: DESPACHO: Reautue-se como AÇÃO DE EXECUÇÃO TÍTULO JUDICIAL ou CUMPRIMENTO DE SENTENÇA; 1. Intime-se (DJTO) ao ADVOGADO do executado/devedor (f. 207), para pagamento do valor da dívida (inserir o valor da dívida de f. 158/261), no prazo de QUINZE (15) DIAS, sob pena de inclusão no valor total da dívida, da MULTA de dez por cento sobre o montante da condenação, na forma do art. 475-J, do CPC. 2. – É que cabe ao credor o exercício de atos para regular cumprimento da decisão condenatória, especialmente requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada. Concedida a oportunidade para o adimplemento voluntário do crédito exeqüendo, o não pagamento no prazo de quinze dias importará na incidência sobre o montante da condenação de multa no percentual de dez por cento (art. 475-J do CPC), compreendendo-se o termo inicial do referido prazo o primeiro dia útil posterior à data da publicação de intimação do devedor na pessoa de seu advogado; 3 – Vencido o prazo de QUINZE (15) DIAS, sem pagamento voluntário da dívida, certificado nos autos, à CONCLUSÃO IMEDIATA. 4.– Intimem-se e Cumpra-se urgentemente. Paraíso do Tocantins – TO, aos 18 de outubro de 2.010. Juiz ADOLFO AMARO MENDES – Titular da 1ª. Vara Cível.

AUTOS nº: 2007.0003.0959-0/0 – AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQÜENTE: AILTON SANTANA GALVÃO VIANA
Adv. Exeqüente: Dr. João Francisco Ferreira – OAB/TO nº 48-B
EXECUTADO: Empresa – MACHADO & LIMA LTDA - ME
Adv. Executado: Dr. Antônio Ianowich Filho - OAB/TO nº 2.643
Requerido: Empresa – CELITA DE FREITAS SILVA –ME (PNEUS SÃO PAULO)
Adv. Requerido: Dr. Célio Pereira Barbosa – OAB/GO nº 26.314 e/ou Dr. Márcio Louzada de Oliveira – OAB/GO nº 26.256
INTIMAÇÃO: Intimar os ADVOGADOS: Dr. João Francisco Ferreira – OAB/TO nº 48-B, Dr. Célio Pereira Barbosa – OAB/GO nº 26.314 e/ou Dr. Márcio Louzada de Oliveira – OAB/GO nº 26.256, do inteiro teor do DESPACHO de fls. 276 dos autos, que segue transcrito na íntegra: DESPACHO: Reautue-se como AÇÃO DE EXECUÇÃO TÍTULO JUDICIAL ou CUMPRIMENTO DE SENTENÇA; 1. Intime-se (DJTO) ao ADVOGADO do executado/devedor, para pagamento do valor da dívida (inserir o valor da dívida de f. 263/265), no prazo de QUINZE (15) DIAS, sob pena de inclusão no valor total da dívida, da MULTA de dez por cento sobre o montante da condenação, na forma do art. 475-J, do CPC. 2. – É que cabe ao credor o exercício de atos para regular cumprimento da decisão condenatória, especialmente requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada. Concedida a oportunidade para o adimplemento voluntário do crédito exeqüendo, o não pagamento no prazo de quinze dias importará na incidência sobre o montante da condenação de multa no percentual de dez por cento (art. 475-J do CPC), compreendendo-se o termo inicial do referido prazo o primeiro dia útil posterior à data da publicação de intimação do devedor na pessoa de seu advogado; 3 – Vencido o prazo de QUINZE (15) DIAS, sem pagamento voluntário da dívida, certificado nos autos, à CONCLUSÃO IMEDIATA. 4.– Intimem-se e Cumpra-se urgentemente. Paraíso do Tocantins – TO, aos 14 de outubro de 2.010. Juiz ADOLFO AMARO MENDES – Titular da 1ª. Vara Cível.

AUTOS nº: 2007.0003.0959-0/0 – AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQÜENTE: AILTON SANTANA GALVÃO VIANA
Adv. Exeqüente: Dr. João Francisco Ferreira – OAB/TO nº 48-B
EXECUTADO: Empresa – MACHADO & LIMA LTDA - ME
Adv. Executado: Dr. Antônio Ianowich Filho - OAB/TO nº 2.643
INTIMAÇÃO: Intimar o ADVOGADO – DR. ANTÔNIO IANOWICH FILHO – OAB/TO nº 2.643, do EXECUTADO/DEVEDOR, para pagamento da dívida de fls. 263/265, no valor de R$ 1.650,00 (um mil e seiscentos e cinqüenta reais), no prazo de QUINZE (15) DIAS, sob pena de inclusão no valor total da dívida, da MULTA de dez por cento sobre o montante da condenação, na forma do art. 475-J, do CPC. BEM COMO, fica intimado também, do inteiro teor do DESPACHO de fls. 276 dos autos, que segue transcrito na íntegra: DESPACHO: Reautue-se como AÇÃO DE EXECUÇÃO TÍTULO JUDICIAL ou CUMPRIMENTO DE SENTENÇA; 1. Intime-se (DJTO) ao ADVOGADO do executado/devedor, para pagamento do valor da dívida (inserir o valor da dívida de f. 263/265), no prazo de QUINZE (15) DIAS, sob pena de inclusão no valor total da dívida, da MULTA de dez por cento sobre o montante da condenação, na forma do art. 475-J, do CPC. 2. – É que cabe ao credor o exercício de atos para regular cumprimento da decisão condenatória, especialmente requerer ao juízo que dê ciência ao devedor sobre o montante apurado, consoante memória de cálculo discriminada e atualizada. Concedida a oportunidade para o adimplemento voluntário do crédito exeqüendo, o não pagamento no prazo de quinze dias importará na incidência sobre o montante da condenação de multa no percentual de dez por cento (art. 475-J do CPC), compreendendo-se o termo inicial do referido prazo o primeiro dia útil posterior à data da publicação de intimação do devedor na pessoa de seu advogado; 3 – Vencido o prazo de QUINZE (15) DIAS, sem pagamento voluntário da dívida, certificado nos autos, à CONCLUSÃO IMEDIATA. 4.– Intimem-se e Cumpra-se urgentemente. Paraíso do Tocantins – TO, aos 14 de outubro de 2.010. Juiz ADOLFO AMARO MENDES – Titular da 1ª. Vara Cível.

AUTOS: 2.011.0000.7935-5/0
Ação: Indenização por Danos Morais com Pedido de Antecipação de Tutela Inibitória
Requerente:ACFCPSO – ASSOCIAÇÃO DOS CENTROS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE PARAÍSO, representada por seu Presidente;
Agamenon da Silva Cunha Filho.
Advogado..: Dr. Vézio Azevedo Cunha – OAB/TO nº 3.734.
Requerido: Neivon Bezerra de Souza.
Advogado: Dr. Raphael Brandão Pires – OAB/TO nº 4.094.
Intimação: Intimar os advogados, da parte requerente, Dr. Vézio Azevedo Cunha – OAB/TO nº 3.734 e o advogado da parte requerida, Dr. Raphael Brandão Pires – OAB/TO nº 4.094, para comparecerem perante este juízo à audiência de Preliminar/Conciliação, designada para o dia 29 de abril de 2011, às 09:45 horas, na sala de audiência da 1ª Vara Cível, no Fórum de Paraíso do Tocantins TO. (Rua 13 de maio nº 265- 1º Andar, Centro. Ed. do Fórum – Paraíso do Tocantins TO), e caso não haja interesse na conciliação, deverão as partes informar previamente ao juízo, para evitar atos processuais desnecessários e deslocamentos e despesas inúteis. Não havendo acordo ou conciliação na audiência preliminar/conciliação, ou não comparecendo, as partes e seus advogados, por medida de economia, celeridade e efetividade processuais, designo logo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, para o dia 12 de maio de 2.011, ás 09:00 horas, devendo intimar-se as partes e seus advogados, e as testemunhas tempestivamente arroladas, conforme despacho de fls. 197 dos autos, que segue transcrito na íntegra. Despacho. 1 – Designo audiência PRELIMINAR/CONCILIAÇÃO para o dia 29 de abril de 2011, às 09:45 horas, devendo intimar-se somente as partes e seus advogados e caso não haja interesse na conciliação, deverão as partes informar previamente ao juízo, para evitar atos processuais desnecessários e deslocamentos e despesas inúteis. 2 - Não havendo acordo ou conciliação na audiência preliminar/conciliação, ou não comparecendo, as partes e seus advogados, por medida de economia, celeridade e efetividade processuais, designo logo AUIDÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, para o dia 12 de maio de 2.011, ás 09:00 horas, devendo intimar-se as partes e seus advogados, e as testemunhas tempestivamente arroladas. 2.1 - Advirta-se aos advogados das partes a trazer suas testemunhas a juízo independentemente de intimação e/ou requeiram, expressamente, suas intimações pessoais, apresentando o respectivo ROL TESTEMUNHAL em cartório, em até DEZ(10) DIAS antes da audiência, sob pena de presumir-se terem delas desistido (artigos 407 e 412 § 1º, CPC); 2.2 – Intimem-se as partes (pessoalmente), inclusive para prestarem depoimento pessoal de que o não comparecimento ou recusa ao depoimento pessoal, importará em confissão (CPC, art. 342 e 343 e §§); 3 - Cumpra-se e intimem-se com urgência. Paraíso do Tocantins TO, 12 de abril de 2.011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES. Titular da 1ª Vara Cível.

AUTOS nº: 2009.0008.7089-1/0 – AÇÃO DE EXECUÇÃO
Exeqüente: BANCO BRADESCO S/A
Adv. Exeqüente: Dr. Osmarino José de Melo - OAB/TO nº 779-B
Executados: Empresa – REDE SUPER CENTRO DE LUBRIFICANTES E LOJA DE CONVENIÊNCIA LTDA, e seus avalista: Fábio Yamada e Mariana Molin Heberle
Adv. Executados: N i h i l
INTIMAÇÃO: Intimar o Advogado da parte EXEQÜENTE, do inteiro teor do DESPACHO de fls. 35 dos autos, que segue transcrito na íntegra: DESPACHO: Diga exeqüente. Após conclusão. Int. Paraíso do Tocantins – TO, aos 01 de julho de 2010. Juiz ADOLFO AMARO MENDES – Titular da 1ª. Vara Cível.

AUTOS nº: 2011.0000.8008-6/0
Ação de Indenização Por Danos Morais E Materiais
Requerente: SELMA APARECIDA ZACARIAS MIRANDA
Adv. Requerente: Dr. Ricardo Carlos Andrade Mendonça - OAB/GO nº 29.479
Requerida: THERMAS DIROMA HOTEL CLUBE (Roma Empreendimentos e Turismo Ltda)
Adv. Requerida: N i h i l
INTIMAÇÃO: Intimar o Advogado da parte REQUERENTE, do inteiro teor do DESPACHO de fls. 31 dos autos, que segue transcrito na íntegra: DESPACHO: 1.- Nego a concessão de benefícios da assistência judiciária, eis que oo(a) autor(a)es, não é pobre nos termos da Constituição Federal, pois não comprova insuficiência de recursos (Inciso, LXXIV, art. 5º, CF), não podendo ser considerada pobre; 2.- Assim, nego-lhe(s) os benefícios da assistência judiciária e determino; a) – Intime(m)-se a(o) autor(a)es, por seu ADVOGADO, ao recolhimento das custas, taxa judiciária e despesas, no prazo de CINCO (5) DIAS, sob pena de indeferimento e extinção; 3.- Vencido o prazo sem recolhimento, à conclusão imediata. Paraíso do Tocantins – TO, aos 31 de janeiro de 2011. Juiz ADOLFO AMARO MENDES – Titular da 1ª. Vara Cível.

AUTOS nº: 2009.0010.7412-6/0
Ação de Busca E Apreensão com Pedido de Liminar
Requerente: BANCO BMC S/A
Adv. Requerente: Drª. Núbia Conceição Moreira - OAB/TO nº 4.311
Requerida: ANA LÚCIA GUIMARÃES SOUSA
Adv. Requerida: N i h i l
INTIMAÇÃO: Intimar a Advogada da parte REQUERENTE, do inteiro teor do DESPACHO de fls. 45 dos autos, que segue transcrito na íntegra: DESPACHO: Diga exeqüente. Int. Paraíso do Tocantins – TO, aos 22 de novembro de 2010. Juiz ADOLFO AMARO MENDES – Titular da 1ª. Vara Cível.

AUTOS nº: 2009.0003.7619-6/0
AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO pelo Decreto-lei 911/69
Requerente: BANCO PANAMERICANO S/A
Adv. Requerente: Dr. Paulo Henrique Ferreira - OAB/PE nº 894-B
Requerido: LEILIANE GOMES NUNES
Adv. Requerido: N i h i l
INTIMAÇÃO: Intimar o Advogado da parte REQUERENTE, do inteiro teor da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA de fls. 31 dos autos, que DEIXOU de proceder a Busca e Apreensão do bem, e de CITAR a requerida, em virtude de não ter localizados os mesmos. ASSIM, fica intimado, para manifestar-se nos autos no prazo de CINCO (05) DIAS, sobre a não apreensão do bem, e da não citação da ré, requerendo o que entender de útil, para o andamento do feito, sob pena de extinção e arquivo.

AUTOS nº: 2010.0004.3725-3/0
AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO pelo Decreto-lei 911/69
Requerente: BV FINANCEIRA S/A, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Adv. Requerente: Drª. Flávia de Albuquerque Lira - OAB/PE nº 24.521
Requerido: ROGÉRIO NARE ALVES
Adv. Requerido: N i h i l
INTIMAÇÃO: Intimar a Advogada da parte REQUERENTE, do inteiro teor da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA de fls. 30 dos autos, que DEIXOU de proceder a Busca e Apreensão do bem, e de CITAR o requerido, em virtude de não ter localizados os mesmos. E que, segundo o atual morador do endereço, desconhece o réu e seu paradeiro. ASSIM, fica intimada, para manifestar-se nos autos no prazo de CINCO (05) DIAS, sobre a não apreensão do bem, e da não citação do mesmo, requerendo o que entender de útil, para o andamento do feito, sob pena de extinção e arquivo.

AUTOS nº: 2010.0009.3989-5/0
AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO pelo Decreto-lei 911/69
Requerente: BANCO FINASA BMC S/A
Adv. Requerente: Drª. Flávia de Albuquerque Lira - OAB/PE nº 24.521
Requerido: MARCOS ROBERTO LOPES PAES
Adv. Requerido: N i h i l
INTIMAÇÃO: Intimar a Advogada da parte REQUERENTE, do inteiro teor da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA de fls. 32 dos autos, que CITOU o requerido, mas não procedeu a Busca e Apreensão do bem, em virtude de não ter localizado o mesmo nesta cidade. ASSIM, fica intimada, para manifestar-se nos autos no prazo de CINCO (05) DIAS, sobre a não citação da ré, requerendo o que entender de útil, para o andamento do feito, sob pena de extinção e arquivo.

2ª Vara Cível, Família e Sucessões

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Carta Precatória n.2010.0009.4036-2
Requerente: PAF Comércio de Tintas Ltda. e outros
Advogado: Dr. Leonardo Rodrigues Furtado de Mendonça, OAB/MG 79.251 e Dr. Marcelo Rodrigues Furtado de Mendonça, OAB/MG 56.993
Requerido: Fernando Luiz Nunes Apolinário
Advogado: Dr. Alexsnader Ogawa da silva, OAB/TO-2.549 e Dr. Rogério Magno de Macedo Mendonça, OAB/TO-4.087
Ficam os advogados das partes intimados para a audiência de inquirição de testemunha Eduardo Rodrigues, dia 17 de agosto de 2011, às 16:30 horas.

Juizado Especial Cível e Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº 2010.0000.2741-1 – AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: SOLENY LOPES DE FARIAS
Advogado(a): Dr. Flávio Peixoto Cardoso– OAB-TO 3919
Executado(a): TÂNIA VARGAS MILHOMEM
SENTENÇA: Posto isto, homologo a desistência da ação e julgo extinto o processo sem resolução de mérito, com fulcro no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, c/c art. 51, § 1º, da Lei nº 9.099/95. Defiro o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, substituindo por cópia autenticada. Sem custas e honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após, ao arquivo. Paraíso do Tocantins/TO, 16 de março de 2011. (ass.) RICARDO FERREIRA LEITE. Juiz de Direito.

Autos nº 2009.0008.6967-2 – AÇÃO DECLARATÓRIA
Requerente: ALDO AMANCIO FERNANDES
Advogado(a): Dr. Luiz Carlos Lacerda Cabral– OAB-TO 812
Executado(a): BRASIL TELECOM S/A
Advogado(a): Dra. Bethânia Rodrigues Paranhos Infante – OAB-TO 4126 B
DESPACHO: Junte-se. Intime-se o(a) executado(a) da penhora realizada por meio eletrônico em conta bancária, bem como para apresentar impugnação no prazo de quinze (15) dias. Pso/TO, 10/03/2011. Ricardo Ferreira Leite – Juiz de Direito.

Autos nº 2007.0007.9595-8 / AÇÃO EXECUÇÃO
Requerente: OSVALDO MARTINS FILHO
Advogado: Dr(a). João Inácio Neiva – OAB-TO 854
Requerido: NISIA FERREIRA CAVALCANTE
DESPACHO: "...Diga o exequente. Paraíso do Tocantins-TO, 27 de fevereiro de 2009.(ass.) Ricardo Ferreira Leite. Juiz de Direito."

PARANÃ

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2010.0009.2947-4 – AÇÃO OBRIGAÇÃO DE FAZER
Requerente: Valderino de Souza Marques
Advogada: Débora Regina Macedo – OAB/TO 3811
Requerido: Prefeitura Municipal de Paranã - TO
Advogado: José Augusto Bezerra Lopes – OAB/TO 2308-B
ATOS ORDINATÓRIOS: Em cumprimento ao Provimento n º 002/2011, da CGJ/TJTO, Seção 06, Inciso 2.6.22 - Intimação da partes para audiência de conciliação designada para o dia 02 de junho de 2011, às 09h00min horas. Paranã, 14 de abril de 2011. Mary Nadja Barbosa Nunes Sampaio, Escrivã Judicial o digitei.

PEDRO AFONSO

Diretoria do Foro

PORTARIA N.º 002/2011.

O DOUTOR MILTON LAMENHA DE SIQUEIRA, JUIZ DE DIREITO DESTA COMARCA DE PEDRO AFONSO, ESTADO DO TOCANTINS, NA FORMA DA LEI, ETC...

CONSIDERANDO a necessidade de dedetizar o Edifício do Fórum desta Comarca;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção e limpeza das caixas D'água deste Edifício;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender os trabalhos Forenses no dia 18 e 19 de abril do fluente ano, segunda e terça-feira, ficando suspenso os prazos processuais nesta data.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Pedro Afonso, Estado do Tocantins, no Gabinete do Juízo, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e onze (14/04/2011).

Encaminhe cópia ao Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça e Corregedor Geral de Justiça.
Milton Lamenha de Siqueira - Juiz de Direito.

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº.: 2006.0008.9145-2/0 - JEC
AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C RESCISÃO DE CONTRATO
RECLAMANTE: LEONARDO QUEIROZ MARQUES
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO DIAS NOLETO – OAB/TO 906
RECLAMADO: VIVO TELEGOIÁIS CELULAR S/A
ADVOGADA: CLAUDIENE M. DE GALIZA BEZERRA – OAB-TO – 18.321-A E OAB-DF – 4.300
DESPACHO: "Segue comprovante de penhora 'on line' e transferência p/ conta judicial do Reclamante. Intime-se as partes sobre a penhora. Designo audiência conciliatória pós penhora para o dia 3/5/2011, às 16: 15 horas, oportunidade em que a Reclamada poderá opor embargos, desde que o faça por intermédio de advogado. Cumpra-se. P. Afonso, 03.09.10 (a) Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira - Juíza de Direito".

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

Autos nº: 2010.0002.1811-0/0
Tipificação Penal: Art. 306 da Lei 9.503/97
Natureza da ação: DENÚNCIA
Denunciado: JOSÉ ERNESTINO DA SILVA
Advogado: Dr. HELISNATAN SOARES CRUZ – OAB-TO 1485
DESPACHO: "Redesigno a instrução processual para o dia 26 de maio de 2011, às 14h00min. Intimem-se as partes e o Ministério Público. Pedro Afonso, 03 de fevereiro de 2011. Juiz M. Lamenha de Siqueira".

Processo nº: 2009.0012.6000-0/0
Tipo Penal: Artigos 138 e 139 ambos do Código Penal
Representante: JOSÉ ARAÚJO PIMENTEL
Advogado: Dr. CARLOS ALBERTO DIAS NOLETO – OAB-TO 906
Dr. ELTON VALDIR SCHMITZ – OAB-TO 4364
Representado: ITAMAR BARRACHINI e WANUZAN DIAS CARNEIRO
DESPACHO: "Intime-se o requerido a adequar o pedido ao procedimento adequado, sob pena de extinção do feito. Cumpra-se. Pedro Afonso, 12 de janeiro de 2010. Ass) Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira – Juíza de Direito".

Processo nº: 2010.0011.2151-9/0
Tipo Penal: Artigos 138, 139 e 140, todos do Código Penal
Querelante: JOSÉ ARAÚJO PIMENTEL
Advogados: Dr. CARLOS ALBERTO DIAS NOLETO – OAB-TO 906
Dr. ELTON VALDIR SCHMITZ – OAB-TO 4364
Querelado: WANUZAN DIAS CARNEIRO
Advogado: Dr. MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA VILLANOVA VIDAL – OAB-TO 3671-A
DESPACHO: "Considerando a impossibilidade justificada e comprovada de comparecimento do causídico do querelado, redesigno o ato para o dia 23 de maio de 2011, às 14h00min. Intimem-se. Cumpra-se. Pedro Afonso, 12 de abril de 2011. Juiz M. Lamenha de Siqueira".

PEIXE

2ª Cível Escrivania de Família, Sucessões Infância e Juventude

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2010.0012.3827-0/0
AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
Exequente: T. T. A. e Outras, representada por sua genitora IVANILDE TAVARES DA SILVA CARNEIRO
Advogados: Drs. HUGO RICARDO PARO – OAB/TO nº 4015 e IVONETE FERREIRA CRUZ PARO – OAB/TO nº 2072
Executado: DOMINGOS ALVES LIMA, vulgo Domingos Manchinha
Advogada: Drª. MARIA PEREIRA DOS SANTOS LEONES – OAB/TO nº 810
INTIMAÇÃO do DESPACHO de fls. 35: "Vistos. Intimem-se os autores para se manifestarem sobre a proposta de acordo, no prazo de 3(três) dias. Com ou sem manifestação, vistas ao Ministério Público. Peixe, 14/04/11. (ass.) Drª. Cibele Maria Bellezzia – Juíza de Direito."

AUTOS nº 2009.0003.3209-1/0
AÇÃO: JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL - Assentamento Tardio de Óbito
Requerente: JUSTINO COSTA LEITE
Genitor do Requerente: PAULINO DA COSTA LEITE(falecido)
Advogado: Dr. HERALDO RODRIGUES DE CERQUEIRA – OAB/TO nº 259
INTIMAÇÃO do DESPACHO proferido no Termo de Audiência de fls. 18: "Considerando que a parte e seu Advogado não compareceram, determino a intimação do autor a manifestar sobre o andamento do feito, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, sob pena de arquivamento. Peixe, 14/04/11. (ass.) Drª. Cibele Maria Bellezzia – Juíza de Direito."

AUTOS nº 2011.0001.4897-7/0
AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL
Requerente: JOSEFA TEIXEIRA SANTOS
Advogada: Drª. JOCREANY DE SOUZA MAYA – OAB/TO nº 2.443
Requerido: JOSÉ NUNES GOMES(falecido)
INTIMAÇÃO do DESPACHO de fls. 18: "Vistos, etc. Defiro a assistência judiciária. Designo audiência para o dia 13/10/2011, às 14:45 horas. As testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação. (...) Cumpra-se. Peixe, 13/04/11. (ass.) Drª. Cibele Maria Bellezzia – Juíza de Direito."

AUTOS nº 2010.0009.6318-4/0
AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FATO, PARTILHA DE BENS, C/C ALIMENTOS
Requerente: ELIENY PEREIRA DE CERQUEIRA
Advogado: Dr. DOMINGOS PEREIRA MAIA – OAB/TO nº 129
Requerido: EDOVALDO DIAS QUIXABEIRA
Advogada: Drª. MARIA PEREIRA DOS SANTOS LEONES – OAB/TO nº 810
INTIMAÇÃO do DESPACHO de fls. 49: "Vistos. Saneio o feito. Não há controvérsia quanto a sociedade de união estável o requerido anuiu ao pedido. As partes partilharam amigavelmente os bens descritos às fls. 25/28. O ponto controvertido está na partilha da propriedade rural. Se o terreno foi adquirido pelo Requerido antes da convivência com a Requerente e neste caso ela terá direito apenas as benfeitorias. Ou se foi adquirido durante a convivência, neste caso terá a Requerente direito tanto em relação ao terreno, como as benfeitorias. Também é ponto controvertido a necessidade ou não da Requerente receber alimentos do Requerido. DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O DIA 19 DE OUTUBRO DE 2011, ÁS 09:00 HORAS. Intimem-se as partes para apresentarem o rol de testemunhas que deverão comparecer na audiência de instrução independente de intimações, no prazo do artigo 407 do CPC. Determino o comparecimento das partes que serão interrogadas sobre os fatos da causa (art. 342 CPC). Intimem-se. Cumpra-se. Peixe, 12/04/11. (ass.) Drª. Cibele Maria Bellezzia – Juíza de Direito."

AUTOS nº 2011.0000.0506-8/0
AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO
Embargantes: ROZESO DO OH DO ESPIRITO SANTO e sua mulher MARCELENA GOMES DA ROCHA ESPIRITO SANTO
Advogado: Dr. NORTON FERREIRA DE SOUZA – OAB/TO nº 436
Embargada: GILVÂNIA RODRGUES CAMPOS
Advogado: Dr. HAGTON HONORATO DIAS – OAB/TO nº 1838
INTIMAÇÃO do DESPACHO de fls. 36: "Vistos. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Intime-se a embargada para impugnar os embargos, no prazo legal. Intimem-se. Cumpra-se. Peixe, 12/04/11. (ass.) Drª. Cibele Maria Bellezzia – Juíza de Direito."

AUTOS nº 2011.0000.0439-8/0
AÇÃO DE REVISÃO DE ALIMENTOS
Requerente: DELSIANO ALVES MACIEL
Advogados: Drs. JOSÉ AUGUSTO BEZERRA LOPES – OAB/TO nº 2.308 e VILMA ALVES DE SOUZA BEZERRA – OAB/TO nº 4.056
Requerido: M. P. M., representado por s/genitora JOSEFA JOSIVÂNIA PEREIRA
Advogada: Drª. MARIA PEREIRA DOS SANTOS LEONES – OAB/TO nº 810
INTIMAÇÃO do DESPACHO de fls. 27: "Vistos. Saneio o feito. A controvérsia encontra-se na possibilidade do Requerente continuar ou não a pagar os alimentos acordados na ação de divórcio autos nº 1.227/2004. DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PARA O DIA 19 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS. Intimem-se as partes para apresentarem o rol de testemunhas que deverão comparecer na audiência de instrução independente de intimações, no prazo do artigo 407 do CPC. Determino o comparecimento das partes que serão interrogadas sobre os fatos da causa (art. 342 CPC). Intimem-se. Cumpra-se. Peixe, 12/04/11. (ass.) Drª. Cibele Maria Bellezzia – Juíza de Direito."

AUTOS nº 2009.0002.3695-5/0
AÇÃO DE ALIMENTOS
Requerente: B. L. A. F., representada por s/genitora BADIA ALVES DOS SANTOS
Advogada: DEFENSORA PÚBLICA
Requerido: VALDIR FERREIRA DOS SANTOS
Advogados Drs. WELLINGTON PAULO TORRES DE OLIVEIRA – OAB/SP nº 155.238, LEONARDO NAVARRO AQUILINO – OAB/TO nº 2.428-A e ANA AMÉLIA RODRIGUES CARLOMAGNO – OAB/TO nº 4443
INTIMAÇÃO do DESPACHO de fls. 54: "Vistos. A controvérsia cinge na possibilidade do Alimentante e necessidade da alimentada. DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PARA O DIA 20 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS. Intimem-se as partes para apresentarem o rol de testemunhas que deverão comparecer na audiência de instrução independente de intimações, no prazo do artigo 407 do CPC. Determino o comparecimento das partes que serão interrogadas sobre os fatos da causa (art. 342 CPC). Intimem-se. Cumpra-se. Peixe, 12/04/11. (ass.) Drª. Cibele Maria Bellezzia – Juíza de Direito."

AUTOS nº 2011.0003.1257-2/0
AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: ELIANE DIAS DE CASTRO
Advogado: Dr. GIOVANNI TADEU DE SOUZA CASTRO - OAB/TO nº 826
Requerido: MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DA NATIVIDADE/TO
INTIMAÇÃO do DESPACHO de fls. 14: "Vistos. Determino a emenda da inicial, c/ a juntada do contrato de trabalho, prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intimem-se. Cumpra-se. Peixe, 11/04/11. (ass.) Drª. Cibele Maria Bellezzia – Juíza de Direito."

AUTOS nº 2011.0003.6619-2/0
AÇÃO DE INVENTÁRIO
Requerente: EDIMAR GONZAGA CAMPOS
Advogados: Drs. JOSÉ AUGUSTO BEZERRA LOPES – OAB/TO nº 2.308-B, ROGÉRIO BEZERRA LOPES – OAB/TO nº 4.193-B e VILMA ALVES DE SOUZA BEZERRA - OAB/TO nº 4.056-A
Requerido: Espólio de PETRONILIO GONZAGA CAMPOS
INTIMAÇÃO do DESPACHO de fls. 07: "Vistos. Deixo para analisar o pedido de assistência judiciária após a apresentação das primeiras declarações. Nomeio inventariante o requerente que prestará compromisso em 05 dias e declarações nos 20 dias subsequentes. Intimem-se. Peixe, 11/04/11. (ass.) Drª. Cibele Maria Bellezzia – Juíza de Direito."

PIUM

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2007.0010.8029-4/0
Requerente: ESTADO DO TOCANTINS
Procuradora: ANA FLAVIA FERREIRA CAVALCANTE
Requerido: GOLD STAR CRIADORA DE AVESTRUZES E GADO E ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS LTDA, REP. POR CAIO CESAR RAMOS LARA E LAURA DE OLIVEIRA LARA
INTIMAÇÃO: Intimo a parte requerida para, querendo se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias sobre o laudo de Avaliação da área expropriada
Pium, 14 de abril de 2011. JOSSANNER NERY NOGUEIRA LUNA, Juiz de Direito.

AUTOS: 2007.0009.6756-4
Requerente: ESTADO DO TOCANTINS
Procuradora: ANA FLAVIA FERREIRA CAVALCANTE
Requerido: DEMERVAL ALBERNAZ CRESPO NETO E ESPOSA
INTIMAÇÃO: Intimo a parte requerida para, querendo se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias sobre o laudo de Avaliação da área expropriada
Pium, 14 de abril de 2011. JOSSANNER NERY NOGUEIRA LUNA, Juiz de Direito.

AUTOS: 2007.0010.8016-2/0
Requerente: ESTADO DO TOCANTINS
Procuradora: ANA FLAVIA FERREIRA CAVALCANTE
Requerido: JOÃO PAULO GALVANI
INTIMAÇÃO: Intimo a parte requerida para, querendo se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias sobre o laudo de Avaliação da área expropriada
Pium, 14 de abril de 2011. JOSSANNER NERY NOGUEIRA LUNA, Juiz de Direito.

AUTOS: 2007.0002.5602-0/0 (Nº ANTIGO 392/98) – AÇÃO INVENTÁRIO
Requerente: DEUSUITA BERNARDO DE ARAÚJO
Requeridos: ANTONIO BERNADRDO DE ARAÚJO e MARIA LINDALVA DE ARAÚJO
Advogado: IARA MARIA ALENCAR – OAB/TO 78-B
INTIMAÇÃO: DESPACHO: 1-Diante do transito em julgado do processo de inventário, a prestação jurisdicional se encontra encerrada, não podendo este Magistrado conhecer da petição intitulada de "retificação do inventário", de fls. 96/98. Intimem-se. 2-Após, arquive-se. Pium-TO, 04 de abril de 2011. Jossanner Nery Nogueira Luna – Juiz de Direito

PONTE ALTA

1ª Escrivania Cível

EDITAL

O Doutor Cledson José Dias Nunes, MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca de Ponte Alta do Tocantins, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Escrivania do Cível, processam-se os autos de Carta Precatória n.º2011.0001.8998-3/0, tendo como partes Transgeo Terraplenagem Ltda move em face de Construtora Bernardo Molina Ltda, sendo o presente para INTIMAR os sócios da requerida falida Construtora Bernardo Molina Ltda, Senhor LUIZ CARLOS BERNARDES DA SILVA (CPF n.º488.066.848-68) e ROSIMEIRE CATANA (CPF n.º092.479.588-30), para comparecerem perante o Juízo daVara de Falências, Recumperações, Insolv. e CP Cíveis da comarca de Campo Grande – MS, sito à Rua da Paz, n.º14, - 4º Andar, Bloco I, com a finalidade de prestarem as declarações do artigo 34 da Lei de Falências, bem como apresentarem a relação individualizada de seus credores, os bens que compõe o patrimônio da empresa e os livros obrigatórios, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de terem sua prisão decretada conforme doc. nos autos. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente Edital o qual deverá ser publicado uma vez no Diário da Justiça do Estado e afixado no átrio do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Ponte Alta/TO, aos 14 de abril de 2011. Eu, _____Ezelto Barbosa de Santana – Escrevente Judicial, que digitei e subscrevo. Cledson José Dias Nunes JUIZ DE DIREITO TITULAR

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

O Doutor Cledson José Dias Nunes, MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca de Ponte Alta do Tocantins, na forma da Lei, etc FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi declarada a INTERDIÇÃO de RAIMUNDO NONATO RIBEIRO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Coronel Francisco Leobas, n.º24, Setor Água Limpa, Ponte Alta do Tocantins – TO., portador de deficiência mental, incapaz de reger sua própria vida sendo-lhe nomeado CURADOR o Senhor ANATALIAS PEREIRA MELQUÍADES, brasileiro, viúvo, lavrador, portador do RG n.º157.236 SSP/TO e CPF n.º229.112.271-15, residente e domiciliada Rua 01, Setor Água Limpa, Ponte Alta do Tocantins/TO., nos autos n..º2009.0004.2624-0/0 de CURATELA. A Curatela é por tempo indeterminado, e tem a finalidade de reger o interditando em todos os atos de sua vida civil. De Conformidade com a sentença do seguinte teor. Parte dispositiva: "Ante o exposto,acolho o parecer ministerial de fl.52 e julgo procedente o pedido inicial, para decretar a interdição de RAIMUNDO NONATO RIBEIRO MELQUÍADES, reconhecendo-lhe a condição de relativamente incapaz de exercer por si só, os atos da vida civil. De conseqüência, nomeio-lhe como curador seu irmão ANATALIAS PEREIRA MELQUÍADES, a quem cabe representa-lo no exercício de todos os atos da vida civil. Considerando que o interditando não possui bens, dispenso ao curador especializado da hipoteca legal, bem assim da prestação de contas. Inscreva-se a presente no livro próprio de registro civil competente, publicando-se no órgão Oficial de forma resumida, nos termos da legislação processual em vigor. Lavre-se Termo de Compromisso e façam-se as comunicações necessárias. Sem custas, em virtude do pálio da gratuidade

judiciária. Publique-se, registre-se e intimem-se. Após, ao arquivo judicial, dando-se a devida baixa na distribuição. Ponte Alta do Tocantins, 07 de fevereiro de 2011. Cledson José Dias Nunes - Juiz de Direito Titular". E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente Edital o qual deverá ser publicado por 03 (três) vezes no Diário da Justiça do Estado com intervalo de 10 (dez) dia, e afixado no átrio do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Ponte Alta/TO, aos 06 de abril de 2.011. Eu, _____Ezelto Barbosa de Santana, Escrevente Judicial, Escrevente Judicial que digitei e subscrevo. Cledson José Dias Nunes JUIZ DE DIREITO TITULAR

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

O Doutor Cledson José Dias Nunes, MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca de Ponte Alta do Tocantins, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi declarada a INTERDIÇÃO de.ROSALINA RIBEIRO ALVES, brasileira, solteira, portadora da CI-RG n.º872.740 ssp/to E cpf N.º043.252.081-35, residente e domiciliada na Avenida Joana Medeiros, n.º150, Ponte Alta do Tocantins/TO, portadora de deficiência mental, incapaz de reger sua própria vida sendo-lhe nomeado CURADORA a Senhora MARIA LÚCIA RIBEIRO ALVES, brasileira, solteira, autônoma, residente e domiciliada na rua Avenida Joana Medeiros, n.º150, Ponte Alta do Tocantins/TO., nos autos nº 2008.0009.9930-6/0 de INTERDIÇÃO. A Curatela é por tempo indeterminado, e tem a finalidade de reger a interditanda em todos os atos de sua vida civil. De Conformidade com a sentença do seguinte teor. Parte dispositiva: ""Ante o exposto,acolho o parecer ministerial de fl.52 e julgo procedente o pedido inicial, para decretar a interdição de ROSALINA RIBEIRO ALVES, reconhecendo-lhe a condição de relativamente incapaz de exercer por si só, os atos da vida civil. De conseqüência, nomeio-lhe como curadora sua irmã MARIA LÚCIA RIBEIRO ALVES, a quem cabe representa-la no exercício de todos os atos da vida civil. Considerando que a interditanda não possui bens, dispenso à curadora da especialização da hipoteca legal, bem assim da prestação de contas. Inscreva-se a presente no livro próprio de registro civil competente, publicando-se no órgão Oficial de forma resumida, nos termos da legislação processual em vigor. Lavre-se Termo de Compromisso e façam-se as comunicações necessárias. Sem custas, em virtude do pálio da gratuidade judiciária. Publique-se, registre-se e intimem-se. Após, ao arquivo judicial, dando-se a devida baixa na distribuição. Ponte Alta do Tocantins, 07 de fevereiro de 2011. Cledson José Dias Nunes - Juiz de Direito Titular". E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente Edital o qual deverá ser publicado por 03 (três) vezes no Diário da Justiça do Estado com intervalo de 10 (dez) dia, e afixado no átrio do Fórum local. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Ponte Alta/TO, aos 14 de abril de 2.011. Eu, _____Ezelto Barbosa de Santana, Escrevente Judicial que digitei e subscrevo. Cledson José Dias Nunes JUIZ DE DIREITO TITULAR

PORTO NACIONAL

Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº: 2009.0005.3940-0
Ação: Exceção de Incompetência
Requerente: J. T. DE M.
ADVOGADO: DRA. EULERLENE ANGELIM GOMES OAB/TO: 2060
Requerido: J. B. DA S.
DECISÃO: "... Vistos, etc. Considerando o acordo firmado na "Ação de Separação Judicial Litigiosa" também, quanto à guarda das Menores D. e E., realizado em 09/11/2009, ou seja, após o ajuizamento da presente exceção, ocorrida em 03/06/2009, tenho que esta perdeu seu objeto. Assim, determino seu arquivamento com as devidas baixas. Oficie-se ao Juízo da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Palmas remetendo cópia do acordo de fls. 134/136, para juntada aos autos de nº 2009.0000.9519-7/0, onde, ao que consta à fl. 11, se discute, principio a guarda das menores acima mencionadas. Intimem-se . Porto Nacional, 17/12/2010, Marcelo Eliseu Rostirolla – Juiz Substituto.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE INTERDIÇÃO

A Doutora HÉLVIA TÚLIA SANDES PEDREIRA PEREIRA, Juíza de Direito da 3ª Vara de Família da Comarca de Porto Nacional, Estado do Tocantins, etc..FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processando por este Juízo e Cartório os termos da Ação de INTERDIÇÃO E CURATELA de MARIA LÚCIA PINTO DE CERQUEIRA – AUTOS Nº: 2007.0006.2632-3 requerida por JOSÉ PINTO DE CERQUEIRA decretou a interdição do(a) requerido conforme se vê o final da sentença: DECISÃO. ...POSTO ISTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, DECRETANDO A INTERDIÇÃO DE MARIA LÚCIA PINTO DE CERQUEIRA NOMEANDO-LHE CURADOR(A) NA PESSOA DE JOSÉ PINTO DE CERQUEIRA COM FULCRO NOS ARTIGOS 1767 E SEGUINTES DO CÓDIGO CIVIL. INSCREVA-SE A PRESENTE SENTENÇA NO CARTÓRIO NO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS DO DOMICILIO DO(A) INTERDITADO(A) (ART.1184 DO CPC E ARTS 29 V, 92 E 93 DA LRP). CERTIFICADA A INSCRIÇÃO E ANOTAÇÃO, PRESTE-SE COMPROMISSO, EM CINCO DIAS, EM LIVRO PRÓPRIO NA FORMA DO ARTIGO 1187 DO CPC. FALECENDO O INTERDITANDO(A) O(A) CURADOR(A) DEVERÁ COMPARECER EM CARTÓRIO, INFORMANDO O ÓBITO NO PRAZO DE CINCO DIAS, SOB AS PENAS DA LEI. OS PODERES DA CURATELA NÃO AUTORIZAM A ALIENAÇÃO DE EVENTUAIS BENS DO(A) INTERDITANDO(A). PUBLIQUE-SE NA IMPRENSA OFICIAL POR UMA VEZ, CONSTANDO DO EDITAL O(S) NOME(S) DO(A) INTERDITADO(A) E DO(A) CURADOR(A), A CAUSA DA INTERDIÇÃO E OS LIMITES DA CURATELA (ART.1.184 CPC). P.R.I. PORTO NACIONAL/TO, 24 DE FEVEREIRO DE 2011. (A) HÉLVIA TÚLIA SANDES PEDREIRA PEREIRA - JUIZA DE DIREITO". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da lei. Comarca de Cidade de Porto Nacional, Cartório de Família, Sucessões, Infância e Juventude, aos seis dias do mês de abril do ano dois mil e onze (06.04.2011). Eu, ..., Escrevente Judicial digitei e subscrevi. Hélvia Túlia Sandes Pedreira Pereira -Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Doutora HÉLVIA TÚLIA SANDES PEDREIRA PEREIRA, Juíza de Direito da 3ª Vara de Família da Comarca de Porto Nacional, Estado do Tocantins, etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processando por este Juízo e Cartório os termos da Ação de INTERDIÇÃO E CURATELA de JOSÉ NETO RIBEIRO GOMES – AUTOS Nº: 2006.0009.3891-2 requerida por LUIZA RIBEIRO DA LUZ decretou a interdição do(a) requerido conforme se vê o final da sentença: DECISÃO. ...POSTO ISTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, DECRETANDO A INTERDIÇÃO DE JOSÉ NETO RIBEIRO GOMES NOMEANDO-LHE CURADOR(A) NA PESSOA DE LUIZA RIBEIRO DA LUZ COM FULCRO NOS ARTIGOS 1767 E SEGUINTES DO CÓDIGO CIVIL. INSCREVA-SE A PRESENTE SENTENÇA NO CARTÓRIO NO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS DO DOMICILIO DO(A) INTERDITADO(A) (ART.1184 DO CPC E ARTS 29 V, 92 E 93 DA LRP). CERTIFICADA A INSCRIÇÃO E ANOTAÇÃO, PRESTE-SE COMPROMISSO, EM CINCO DIAS, EM LIVRO PRÓPRIO NA FORMA DO ARTIGO 1187 DO CPC. FALECENDO O INTERDITANDO(A) O(A) CURADOR(A) DEVERÁ COMPARECER EM CARTÓRIO, INFORMANDO O ÓBITO NO PRAZO DE CINCO DIAS, SOB AS PENAS DA LEI. OS PODERES DA CURATELA NÃO AUTORIZAM A ALIENAÇÃO DE EVENTUAIS BENS DO(A) INTERDITANDO(A). PUBLIQUE-SE NA IMPRENSA OFICIAL POR UMA VEZ, CONSTANDO DO EDITAL O(S) NOME(S) DO(A) INTERDITADO(A) E DO(A) CURADOR(A), A CAUSA DA INTERDIÇÃO E OS LIMITES DA CURATELA (ART.1.184 CPC). P.R.I. PORTO NACIONAL/TO, 24 DE FEVEREIRO DE 2011. (A) HÉLVIA TÚLIA SANDES PEDREIRA PEREIRA - JUIZA DE DIREITO". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da lei. Comarca de Cidade de Porto Nacional, Cartório de Família, Sucessões, Infância e Juventude, aos seis dias do mês de abril do ano dois mil e onze (06.04.2011). Eu, ..., Escrevente Judicial digitei e subscrevi.Hélvia Túlia Sandes Pedreira Pereira – JUÍZA DE DIREITO.

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Doutora HÉLVIA TÚLIA SANDES PEDREIRA PEREIRA, Juíza de Direito da 3ª Vara de Família da Comarca de Porto Nacional, Estado do Tocantins, etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processando por este Juízo e Cartório os termos da Ação de INTERDIÇÃO E CURATELA de HERMINIA MENDES REIS – AUTOS Nº: 2007.0000.0796-8 requerida por GILBERTO PALHANO REIS decretou a interdição do(a) requerido conforme se vê o final da sentença: DECISÃO. ...POSTO ISTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, DECRETANDO A INTERDIÇÃO DE HERMINIA MENDES REIS, NOMEANDO-LHE CURADOR(A) NA PESSOA DE GILBERTO PALHANO REIS COM FULCRO NOS ARTIGOS 1767 E SEGUINTES DO CÓDIGO CIVIL. INSCREVA-SE A PRESENTE SENTENÇA NO CARTÓRIO NO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS DO DOMICILIO DO(A) INTERDITADO(A) (ART.1184 DO CPC E ARTS 29 V, 92 E 93 DA LRP). CERTIFICADA A INSCRIÇÃO E ANOTAÇÃO, PRESTE-SE COMPROMISSO, EM CINCO DIAS, EM LIVRO PRÓPRIO NA FORMA DO ARTIGO 1187 DO CPC. FALECENDO O INTERDITANDO(A) O(A) CURADOR(A) DEVERÁ COMPARECER EM CARTÓRIO, INFORMANDO O ÓBITO NO PRAZO DE CINCO DIAS, SOB AS PENAS DA LEI. OS PODERES DA CURATELA NÃO AUTORIZAM A ALIENAÇÃO DE EVENTUAIS BENS DO(A) INTERDITANDO(A). PUBLIQUE-SE NA IMPRENSA OFICIAL POR UMA VEZ, CONSTANDO DO EDITAL O(S) NOME(S) DO(A) INTERDITADO(A) E DO(A) CURADOR(A), A CAUSA DA INTERDIÇÃO E OS LIMITES DA CURATELA (ART.1.184 CPC). P.R.I. PORTO NACIONAL/TO, 24 DE FEVEREIRO DE 2011.(A) HÉLVIA TÚLIA SANDES PEDREIRA PEREIRA - JUIZA DE DIREITO". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da lei. Comarca de Cidade de Porto Nacional, Cartório de Família, Sucessões, Infância e Juventude, aos seis dias do mês de abril do ano dois mil e onze (06.04.2011). Eu, ..., Escrevente Judicial digitei e subscrevi. Hélvia Túlia Sandes Pedreira Pereira -Juíza de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Doutora HÉLVIA TÚLIA SANDES PEDREIRA PEREIRA, Juíza de Direito da 3ª Vara de Família da Comarca de Porto Nacional, Estado do Tocantins, etc...FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processando por este Juízo e Cartório os termos da Ação de INTERDIÇÃO E CURATELA de FRANCISCA ALVES DA SILVA – AUTOS Nº: 2008.0009.9590-4 requerida por ANA MARIA ALVES DA SILVA decretou a interdição do(a) requerido conforme se vê o final da sentença: DECISÃO. ...POSTO ISTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, DECRETANDO A INTERDIÇÃO DE FRANCISCA ALVES DA SILVA, NOMEANDO-LHE CURADOR(A) NA PESSOA DE ANA MARIA ALVES DA SILVA COM FULCRO NOS ARTIGOS 1767 E SEGUINTES DO CÓDIGO CIVIL. INSCREVA-SE A PRESENTE SENTENÇA NO CARTÓRIO NO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS DO DOMICILIO DO(A) INTERDITADO(A) (ART.1184 DO CPC E ARTS 29 V, 92 E 93 DA LRP). CERTIFICADA A INSCRIÇÃO E ANOTAÇÃO, PRESTE-SE COMPROMISSO, EM CINCO DIAS, EM LIVRO PRÓPRIO NA FORMA DO ARTIGO 1187 DO CPC. FALECENDO O INTERDITANDO(A) O(A) CURADOR(A) DEVERÁ COMPARECER EM CARTÓRIO, INFORMANDO O ÓBITO NO PRAZO DE CINCO DIAS, SOB AS PENAS DA LEI. OS PODERES DA CURATELA NÃO AUTORIZAM A ALIENAÇÃO DE EVENTUAIS BENS DO(A) INTERDITANDO(A). PUBLIQUE-SE NA IMPRENSA OFICIAL POR UMA VEZ, CONSTANDO DO EDITAL O(S) NOME(S) DO(A) INTERDITADO(A) E DO(A) CURADOR(A), A CAUSA DA INTERDIÇÃO E OS LIMITES DA CURATELA (ART.1.184 CPC). P.R.I. PORTO NACIONAL/TO, 24 DE MARÇO DE 2011. (A) HÉLVIA TÚLIA SANDES PEDREIRA PEREIRA - JUIZA DE DIREITO". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da lei. Comarca de Cidade de Porto Nacional, Cartório de Família, Sucessões, Infância e Juventude, aos seis dias do mês de abril do ano dois mil e onze (06.04.2011). Eu,

....,Escrevente Judicial digitei e subscrevi.Hélvia Túlia Sandes Pedreira Pereira -Juíza de Direito.

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Doutora HÉLVIA TÚLIA SANDES PEDREIRA PEREIRA, Juíza de Direito da 3ª Vara de Família da Comarca de Porto Nacional, Estado do Tocantins, etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processando por este Juízo e Cartório os termos da Ação de INTERDIÇÃO E CURATELA de BELIZAN FURTADO DE CARVALHO – AUTOS Nº: 2008.0005.0420-0 requerida por ROMILSON DE SOUZA SILVA decretou a interdição do(a) requerido conforme se vê o final da sentença: DECISÃO. ...POSTO ISTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, DECRETANDO A INTERDIÇÃO DE BELIZAN FURTADO DE CARVALHO, NOMEANDO-LHE CURADOR(A) NA PESSOA DE ROMILSON DE SOUZA SILVA COM FULCRO NOS ARTIGOS 1767 E SEGUINTES DO CÓDIGO CIVIL. INSCREVA-SE A PRESENTE SENTENÇA NO CARTÓRIO NO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS DO DOMICILIO DO(A) INTERDITADO(A) (ART.1184 DO CPC E ARTS 29 V, 92 E 93 DA LRP). CERTIFICADA A INSCRIÇÃO E ANOTAÇÃO, PRESTE-SE COMPROMISSO, EM CINCO DIAS, EM LIVRO PRÓPRIO NA FORMA DO ARTIGO 1187 DO CPC. FALECENDO O INTERDITANDO(A) O(A) CURADOR(A) DEVERÁ COMPARECER EM CARTÓRIO, INFORMANDO O ÓBITO NO PRAZO DE CINCO DIAS, SOB AS PENAS DA LEI. OS PODERES DA CURATELA NÃO AUTORIZAM A ALIENAÇÃO DE EVENTUAIS BENS DO(A) INTERDITANDO(A). PUBLIQUE-SE NA IMPRENSA OFICIAL POR UMA VEZ, CONSTANDO DO EDITAL O(S) NOME(S) DO(A) INTERDITADO(A) E DO(A) CURADOR(A), A CAUSA DA INTERDIÇÃO E OS LIMITES DA CURATELA (ART.1.184 CPC). P.R.I. PORTO NACIONAL/TO, 24 DE MARÇO DE 2011. (A) HÉLVIA TÚLIA SANDES PEDREIRA PEREIRA - JUIZA DE DIREITO". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da lei. Comarca de Cidade de Porto Nacional, Cartório de Família, Sucessões, Infância e Juventude, aos seis dias do mês de abril do ano dois mil e onze (06.04.2011). Eu, ...,Escrevente Judicial digitei e subscrevi.Hélvia Túlia Sandes Pedreira Pereira -Juíza de Direito.

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Doutora HÉLVIA TÚLIA SANDES PEDREIRA PEREIRA, Juíza de Direito da 3ª Vara de Família da Comarca de Porto Nacional, Estado do Tocantins, etc.FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processando por este Juízo e Cartório os termos da Ação de INTERDIÇÃO E CURATELA de ZULEIDE LINA DOS REIS – AUTOS Nº 2006.0007.64191, requerida por JOÃO MARTINS DE MOURA, foi decretada a interdição de ZULEIDE LINA DOS REIS,conforme se vê no final da sentença: POSTO ISTO, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, DECRETANDO A INTERDIÇÃO DE ZULEIDE LINA DOS REIS , NOMEANDO-LHE CURADOR NA PESSOA DE JOÃO MARTINS DE MOURA, COM FULCRO NOS ARTIGOS 1767 E SEGUINTES DO CÓDIGO CIVIL. INSCREVA-SE A PRESENTE SENTENÇA NO CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS, DO DOMICÍLIO DA INTERDITADA, (ART. 1.184 DO CPC E ARTS. 29V. 92 E 93 DA LRP). ANOTE-SE A INTERDIÇÃO NO REGISTRO DE NASCIMENTO. (ART. 107 DA LRP), EM DOIS DIAS, SERVINDO ESTA DE MANDADO. PRESTE-SE COMPROMISSO EM LIVRO PRÓPRIO NA FORMA DO ARTIGO 1.187 DO CPC. OFICIE-SE O CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, DO DOMICÍLIO DA INTERDITADA PARA INSCRIÇÃO DA SENTENÇA DE INTERDIÇÃO, AVERBANDO-SE A SENTENÇA NO REGISTRO CIVIL DA INTERDITADA. FALECNEDO A INTERDITADA, O CURADOR DEVERÁ COMPARECER EM CARTÓRIO, INFORMANDO O ÓBITO NO PRAZO DE CINCO DIAS, SOB AS PENAS DA LEI. OS PODERES DA CURATELA NÃO AUTORIZAM A ALIENAÇÃO DOS BENS DA INTERDITADA. PUBLIQUE-SE NA IMPRENSA OFICIAL POR TRÊS VEZES, CONSTANDO DO EDITAL O NOME DA INTERDITADA E DO CURADOR, A CAUSA DA INTERDIÇÃO E OS LIMITES DA CURATELA(ART. 1.184 CPC), P. R. I. *P. R. I.* Porto Nacional, 27 de outubro de 2010. (a) Hélvia Túlia Sandes Pedreira Pereira – Juíza de Direito". E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da lei. Comarca de Porto Nacional, Cartório de Família, Sucessões, Infância e Juventude, aos vinte e nove dias do mês de março do ano dois mil e onze (29.03.2011). Eu (Maria Célia Aires Alves), ... , Escrivã, subscrevi.HÉLVIA TÚLIA SANDES PEDREIRA PEREIRA Juíza de Direito

TAGUATINGA

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N.º 2011.0003.4454-7/0 - AÇÃO: MANDADO DE SEGURANÇA
Requerente: Rosário de Torres Quintanilha e Outros
Advogado: Dr. Nalo Rocha Barbosa – OAB/TO 1.857 - A
Requerido: Município de Ponte Alta do Bom Jesus - TO
Advogado: Não constituído
FINALIDADE: intimação da DECISÃO: " (...) Registre-se que esta premissa se assenta na inexistência de óbice em realizar, em sede de controle difuso, o controle de constitucionalidade de leis. Forte em tais razões, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência. Ademais, urge salientar que a petição inicial não observou a dicção do art. 6.º, da lei n.º 12.016/2009, de modo que se revelam ausentes a dualidade de vias da petição inicial, com a repetição de documentos em ambos os exemplares. Antes de determinar a notificação da autoridade indigitada do conteúdo da inicial, intimem-se os impetrantes a cumprirem integralmente o disposto no art. 6.º da Lei de Regência, prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Proceda-se à necessária correção do pólo passivo do writ. Taguatinga, 11 de abril de 2011. (ass) Jean Fernandes Barbosa de Castro. Juiz de Direito Substituto".

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2009.0011.4433-7/0 – AÇÃO REIVINDICATÓRIA DE SALÁRIO MAATERNIDADE
Requerente: Luciane Bastos Lima Xavier
Advogado: Dr. Márcio Augusto Malagoli OAB/TO N.º 3.685-B
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado: Procurador Federal do INSS
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA REQUERENTE DO DESPACHO DE FLS. 45. "1-Deflui dos autos que a audiência foi designada para o dia 16 de junho pelo Eminente Magistrado que estava respondendo por esta Vara. II – Tendo em conta a minha designação para responder pela Vara Cível de Taguatinga – TO a partir do dia 24 de março de 2011, consoante disposto na Portaria nº 117/2011, publicada no Diário da Justiça nº 2613-suplemento, e considerando a reorganização da pauta de audiência, de modo a compatibilizar o interesse de feitos que demandam maior celeridade processual, antecipo a audiência para o dia 15 de junho de 2011, às 16:30 horas. III- Diante do exposto intimem-se as partes, ressaltando que a intimação do i. Advogado do (a) autor (a) deverá ser feita pessoalmente, *ex vi* do § 2º art. 242 do Código de Processo Civil. De igual modo, ante a prerrogativa processual que lhe é inerente, intime-se a procuradoria Federal. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Taguatinga-TO, 31 de março de 2011. (as) Jean Fernandes Barbosa de Castro. Juiz de Direito Substituto".

1ª Escrivania Criminal

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS N.º 2011.0004.1333-6/0 – AÇÃO PENAL
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Acusados: JOSÉ MIRANDA DA SILVA FILHO E GECIVALDO MORAES DA MACENA
Requerente: JOÃO BATISTA DE BORJA
Advogado do requerente: DR. PEDRO PAULO PEDROSA – OAB-BA 24508
FINALIDADE: Fica o advogado supracitado INTIMADO do despacho (fls. 36), proferido nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: "Intime-se o ilustre advogado a fim de assinar a petição constante de fls. 16/17, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento. Depois de cumprida a providência supra, dê-se vista ao Ministério Público para que se manifeste acerca do pedido de restituição acostado às fls. 16/17 e documentos constantes de fls. 18-30. Cumpra-se e Intimem-se. Taguatinga, 14 de abril de 2011. Iluipitrando Soares Neto, Juiz de Direito da Vara Criminal e Execução Penal."

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor ILUIPITRANDO SOARES NETO, Juiz de Direito da Vara Criminal desta cidade e Comarca de Taguatinga, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos os que o presente edital com o prazo de 15 dias virem, ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre seus trâmites legais, um processo crime que o Ministério Público do Estado do Tocantins, como Autor, move contra os acusados MICHAEL SOLOM COSTA GUIMARÃES, vulgo "Baladeira" e Schumacher", FRANCISCO NERY DA SILVA, vulgo "Jotinha" e "Tucson", RAIMUNDO NONATO GOMES JÚNIOR, vulgo "Junior" e "Bodão" e, VALDERLEY de tal, vulgo "Maranhense", os quais foram denunciados nas penas do artigo 159, caput, CPB c.c artigo 1º, inciso IV, Lei nº 8.072/90, nos Autos de Ação Penal n.º 2011.0004.1346-8/0, e como está em lugar e não sabido, fica o acusado VANDERLEI DE TAL, vulgo "MARANHENSE", moreno, rosto arredondado, compleição física média para fraca, nariz achatado, rosto manchado com cicatriz de espinhas, estatura mediana, aproximadamente 30 anos, CITADO pelo presente, para responder à acusação, por escrito no prazo de 10 (dez) dias (CPP, art. 396), oferecer defesa, podendo argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (art. 396-A). Caso não apresente resposta no prazo legal ou se citado, não responder, serão os autos encaminhados à Defensoria Pública para oferecê-la dentro de 10 (dez) dias (CPP, art. 396-A, § 2º). Para conhecimento de todos e publicado no Diário da Justiça, cuja 2ª via fica afixada no Placar do Fórum desta Comarca de Taguatinga, Estado Tocantins. Taguatinga, Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de abril do ano de dois mil e onze (2011) Eu,....., Escrivã Judicial, digitei e subscrevo.

2ª Vara Cível e Família

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS Nº 2011.0001.8528-7/0
AÇÃO: REIVINDICATÓRIA DE SALARIO - MATERNIDADE
REQUERENTE: Delzuita Pereira Rodrigues Barbosa
ADVOGADO: Dr. Márcio Augusto Malagolli – OAB/TO 3.685-B
REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
INTIMAÇÃO: de acordo com o Provimento 02/2011 do CGJ fica o advogado da autora intimado para, em dez dias, manifestar sobre a contestação de fls.25/54.

AUTOS Nº 2011.0001.3066-0
AÇÃO: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
REQUERENTE: Paulo Sandoval Moreira
ADVOGADO: Dr. Paulo Sandoval Moreira OAB/TO1535-B
REQUERIDOS: Delma da Fonseca Milhomem e José Osvaldo Câmara Milhomem
INTIMAÇÃO/Sentença de fls.91/94: "Ante todo o exposto, com fulcro no artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil, extingo o processo, sem resolução de mérito, face à inexistência de uma das condições da ação, qual seja: a legitimidade da parte autora. Sem custas processuais e honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em

julgamento, arquivem-se, com as devidas baixas e demais procedimentos de estilo. Cumpra-se. Taguatinga – TO, 11 de abril 2011. Jean Fernandes Barbosa de Castro. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº 2009.0010.3399-3/0
AÇÃO: REIVINDICATÓRIA DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
REQUERENTE: Helton da Cunha Regino
ADVOGADO: Dr. Márcio Augusto Malagolli – OAB/TO 3.685-B
REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
INTIMAÇÃO: de acordo com o Provimento 02/2011 do CGJ fica o advogado da autora intimado para, em dez dias, manifestar sobre a contestação de fls.39/56.

AUTOS Nº 2009.0009.4454-2/0
AÇÃO: REIVINDICATÓRIA DE AUXÍLIO - MATERNIDADE
REQUERENTE: Angela Ferreira Leite
ADVOGADO: Dr. Márcio Augusto Malagolli – OAB/TO 3.685-B
REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
INTIMAÇÃO: de acordo com o Provimento 02/2011 do CGJ fica o advogado da autora intimado para, em dez dias, manifestar sobre a contestação de fls.33/66.

AUTOS Nº 2009.0000.1552-5
AÇÃO: REINTEGRAÇÃO NO EMPREGO C/C DANOS MORAIS
REQUERENTE: Maria do Socorro Freire de Miranda
ADVOGADA: Dra. Ilza Maria V. de Souza – OAB/TO 2034-B
REQUERIDO: Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Bom Jesus -TO
ADVOGADO: Dr. Saulo de Almeida Freire- OAB/TO nº164-A
INTIMAÇÃO/ Despacho de fl.121: "Deflui dos autos que a audiência de conciliação, instrução e julgamento teve sua data alterada, em atendimento ao requerimento da parte autora (fl.108). Foi determinada a inclusão da referida audiência na pauta do dia 14 de junho de 2011, às 13h30min. Tendo em vista a Portaria nº149/2011, do E. Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que autorizou o afastamento deste magistrado para gozar de dias de férias remanescentes, pertinentes ao ano de 2010, redesigno a audiência aludida para o dia 28 de junho de 2011, às 13h30min. Intimem-se. Cumpra-se. Taguatinga – To, 08 de abril de 2011. Jean Fernandes Barbosa de Castro. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº 2008.0002.9077-3
AÇÃO: REVISÃO DE ALIMENTOS
REQUERENTE: M.F.O, representada por sua mãe Mayara Freire Holnik
ADVOGADO: Dr. Ronaldo Ausone Lupinacce – OAB/TO nº
REQUERIDO: Rudi Holnik
ADVOGADO: Dr. Nalo Rocha Barbosa – OAB/TO 1857-A
INTIMAÇÃO/ Despacho: "I - Ressai da análise dos autos que o nobre Advogado do requerido foi intimado com procedência no ato que se requer o adiamento, para comparecer à audiência na Comarca de Dianópolis – TO, consoante infere da certidão de fl.423. II – Com efeito, a audiência poderá ser adiada se não puder comparecer, por motivo justificado, os advogados das partes (CPC, art. 453). III – Diante desse quadro defiro o pedido deduzido à fl. 422, e redesigno a audiência para o dia 24 de agosto de 2011, às 13h30min. Intimem-se. Taguatinga - TO, 06 de abril de 2011. Jean Fernandes Barbosa de Castro. Juiz de Direito Substituto."

AUTOS Nº 2007.0010.8247-5
AÇÃO: ORDINÁRIA DE C/C DE B. PREV. – AMPARO SOCIAL
REQUERENTE: Izabel da Costa Torres
ADVOGADO: Alexandre Augusto F. Valera – OAB/TO 3407
REQUERIDO: INSS
ADVOGADO: Procurador Federal
INTIMAÇÃO/Decisão de fl.77: "(...) Diante do exposto, baixo os autos em diligência, para oportunidade aos sujeitos da relação processual que se manifestem sobre as respostas dos quesitos pertinentes ao estudo social, em homenagem ao postulado do contraditório, no prazo de 10 dias a iniciar pela parte autora, fazendo-se em seguida, conclusos os autos para delibação... Jean Fernades Barbosa de castro. Juiz de Direito Substituto".

AUTOS Nº 2006.0009.8951-7
AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C PERDAS E DANOS
REQUERENTE: Maria de Lourdes Alencar de Oliveira e outros
ADVOGADO: Dr. Nalo Rocha Barbosa – OAB/TO 1857 A
REQUERIDA: José Batista da Silva
ADVOGADOS: Dr. Irazon Carlos Aires Júnior e Elson Gonçalves Júnior – OAB/TO 2426 e 4527-A, respectivamente
INTIAMÇÃO/Decisão de fls.151/153: "Destarte, com fulcro nos artigos 467 e 468 do Código de Processo Civil, e face aos princípios da celeridade, economia processual e razoável duração do processo, INDEFIRO os pedidos de fls.136/137 e 142/143, e determino que: I. Seja a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, depositar em juízo o valor atualizado da indenização; II. Seja a parte ré intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias , comparecer em juízo para receber o valor mencionado, em caráter indenizatório, bem como para dar quitação do débito; III. Após a quitação do débito, e em observância à função social do processo, seja a parte ré intimada para, no prazo de 30 (trinta) dias, desocupar o imóvel objeto da lide, com seus próprios recursos, retirando todos os seus pertences, de forma pacífica, advertindo-o que caso não proceda conforme determinado, poderá incorrer em conduta criminosa, bem como ser requisitada força policial para cumprimento da ordem judicial, além de suportar multa pessoal, que fixo em R$100,00 (cem reais) por dia de atraso na desocupação. Intimem-se. Cumpra-se. Taguatinga, 13 de abril de 2011. Jean Fernandes Barbosa de Castro. Juiz de Direito Substituto."

TOCANTÍNIA

1ª Escrivania Cível

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2011.0000.8474-0 (3388/11)
Natureza: BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO DE LIMINAR
Requerente: BANCO ITAÚ S/A
Advogado(a): NUBIA CONCEIÇAO MOREIRA – OAB/TO N. 4093 E MARCOS ANDRÉ CORDEIRO DOS SANTOS – OAB/TO N. 3627
Requerido(a): NILO CAVALCANTE MONTEIRO
Advogado(a): NÃO CONSTA
OBJETO: INTIMAR as partes da decisão proferida às fls. 58-60: "(...) Desta forma, fulcrada no art. 3º do Decreto-lei 911/69, na doutrina e remansosa jurisprudência, CONCEDO O PEDIDO LIMINAR de busca e apreensão do veiculo objeto do contrato devidamente caracterizado na inicial. Nomeio como depositário o autor ou quem este indicar. Advirta-se o autor de que o automóvel não poderá sair desta comarca sem a prévia autorização deste Juízo, a fim de facilitar eventual restituição ao requerido, em caso de pagamento da dívida. Executada a liminar, cite-se e intime-se a parte ré para que, querendo, em 5 (cinco) dias, requeira e proceda à purgação da mora, que se dará mediante o pagamento da dívida pendente (parcelas em atraso devidamente atualizadas, acrescidas de juros de mora, custas processuais e honorários advocatícios à razão de 10% - de por cento – sobre aquele montante) e/ou apresente sua defesa em 15 (quinze) dias (§ § 1º e 2º, do artigo 3º, do DL 911/69). Ressalte-se que ambos os prazos terão como marco inicial a data da juntada aos autos da medida liminar devidamente cumprida. (...). Intime-se o autor. Tocantínia, 14 de abril de 2011. (a) Renata do Nascimento e Silva – Juíza de Direito".

AUTOS: 2010.0012.1441-0 (3287/10)
Natureza: COBRANÇA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: AURISA RIBEIRO NUNES
Advogado(a): DR. SERGIO MIRANDA DE OLIVEIRA RODRIGUES – OAB/TO N. 4503-A E LIDIA RIBEIRO COELHO – OAB/TO 4467
Requerido(a): ELETROMIRA MOTOS E ELETROS LTDA
Advogado(a): NÃO CONSTA
OBJETO: INTIMAR as partes da decisão proferida à fl. 53 verso: "Defiro o pedido retro. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias para a informação do endereço atualizado da parte adversa, ocasião em que será marcada audiência. Tocantínia, 14 de abril de 2011. (a) Renata do Nascimento e Silva – Juíza de Direito".

AUTOS: 2010.0009.2893-1 (3130/10)
Natureza: DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO
Requerente: E.G.P.
Advogado(a): DR. JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA PARENTE – OAB/TO N. 964
Requerido: M.C.C.P.
Advogado: NÃO CONSTA
OBJETO: INTIMAR o(a) requerente para dar prosseguimento ao feito, em razão do decurso do prazo de suspensão.

AUTOS: 2010.0006.3374-5 (139/98)
Natureza: PERDA DO PATRIO PODER
Requerente: JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA MILHOMEM E OUTRA
Advogado(a): DR. IVO MENDES – OAB/TO N. 590
Requerido(a): NELY GONÇALVES DA CUNHA AGUIAR
Advogado(a): NÃO CONSTA.
OBJETO: INTIMAR as partes da sentença proferido(a) à(s) fl(s). 27, cujo teor a seguir transcrito: "(...) Também é causa de extinção, quando o processo fica parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes, nos termos do inciso II do artigo supra citado. No caso sub examine, o autor não promoveu os atos e diligências que lhe competia, ficando o feito parado por longo tempo, ou seja, muito mais de 30 (trinta) dias. Isto posto, julgo extinto o feito, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, inciso II e III, do Código de Processo Civil. Sem custas. Sem honorários. P.R.I. Certificado o transito em julgado. Arquive-se com as cautelas de praxe, especialmente baixa na distribuição. Tocantínia, 12 de janeiro de 2010. (a) Renata do Nascimento e Silva – Juíza de Direito".

AUTOS: 2010.0012.1522-0 (3269/10)
Natureza: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO
Requerente: NAZARE PINHEIRO PORTILHO RODRIGUES
Advogado(a): DRA. GISELE DE PAULA PROENÇA – OAB/TO N. 2664-B, VALDONEZ SOBREIRA DE LIMA – OAB/TO N. 3987, JOSE LUIZ D´ABADIA JUNIOR – OAB/TO N. 3842, RENATTO PEREIRA MOTA – OAB/TO N. 4581, ANDRELSON PINHEIRO PORTILHO RODRIGUES – OAB/TO N. 4283 E OUTROS
Requerido: BANCO ITAÚ S/A
Advogado(a): DR. JULIO CESAR DE MEDEIROS COSTA – OAB/TO N. 3595-B, GUILHERME CAMPOS COELHO – OAB/DF N. 27.810 E OUTROS
OBJETO: INTIMAR o(a) requerente para manifestar sobre a contestação às fls. 60-95.

AUTOS: 2009.0011.6891-0 (2751/09)
Natureza: REVISÃO DE ALIMENTOS COM TUTELA ANTECIPADA
Requerente: Y.V.R.G.
Advogado(a): DEFENSORIA PÚBLICA
Requerido: J.E.A.G. REP. POR M.A.P.
Advogado(a): DR. ANDREY DE SOUZA PEREIRA – OAB/TO N. 4275 E VICTOR HUGO S.S. ALMEIDA – OAB/TO N. 3085.

OBJETO: INTIMAR o(a) requerido do despacho proferido à fl. 52: "Intime-se o requerido para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do pedido de desistência do feito formulado pela parte autora, a teor do que dispõe o artigo 267, § 4º do CPC. O silêncio importará anuência. Tocantínia, 8 de fevereiro de 2011. (a) Renata do Nascimento e Silva – Juíza de Direito."

TOCANTINÓPOLIS

1ª Vara Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 90 DIAS

AUTOS: 2008.0006.3224-0 AÇÃO PENAL
AUTOR: MINISTERIO PUBLICO
ACUSADO: CLEOVAN DA SILVA ROCHA, WAGNER PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: RENATO JACOMO OAB-GO 1445, MARCELO JOSE SILVA RIBEIRO OAB-MA 6235
INTIMAÇÃO: INTIMAR COM PRAZO DE 90 (noventa) dias os acusados CLEOVAN DA SILVA ROCHA e WAGNER PEREIRA DOS SANTOS, atualmente em lugar incerto e não sabido.
SENTENÇA: (...) Isto posto, com fincas no art. 386 VIII ABSOLVO o acusado CLEOVAN DA SILVA ROCHA, já devidamente qualificado nos autos e, com espeque no art. 107, IV c/c art. 109, III e art. 115 todos do Código Penal, decreto a estinção da pretensão punitiva por parte do Estado em relação ao acusado WAGNER PEREIRA DOS SANTOS. Custas pelo Estado. PRI. Tocantinópolis, 10/12/2009. NILSON AFONSO DA SILVA – JUIZ DE DIREITO.

AUTOS: 2008.0006.3215-1 AÇÃO PENAL
AUTOR: MINISTERIO PUBLICO
ACUSADO: VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇOES E FERROVIAS, LUIZ RAIMUNDO CARNEIRO DE AZEVEDO, EZEQUIAS NOGUEIRA PEREIRA, LUIZ FERNANDO FREIRE A NETTO DOS REYS, MARLI TEREZINHA DOS SANTOS
ADVOGADO: SILVIA CRISTINA LOBO CAVALCANTE, OAB-DF 15.704, TELIO LEAO AYRES, OAB –TO 139-B
INTIMAÇÃO: INTIMAR COM PRAZO DE 90 (noventa) dias os acusados e os advogados da r. sentença.
SENTENÇA: (...) Isto posto, entendo ser desaconselhável um processo, quando o crime em tese já prescreveu julgo EXTINTA A PUNIBILIDADE pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva antecipada em relação ao crime imputado aos denunciados, nos termos do art. 107, inciso IV do CP. PRI. E com as cautelas legais arquive-se. Tocantinópolis, 05/03/2010. NILSON AFONSO DA SILVA – JUIZ DE DIREITO.

AUTOS: 2008.0006.3234-8 AÇÃO PENAL
AUTOR: MINISTERIO PUBLICO
ACUSADO: ROBERTO RODRIGUES DE SOUSA.
ADVOGADO: DEFENSOR PUBLICO
INTIMAÇÃO: INTIMAR COM PRAZO DE 90 (noventa) dias o acusado ROBERTO RODRIGUES DE SOUSA, vulgo Pernambuco, solteiro, nascido aos 02/01/1967, filho de Vicente de Paula Souza e Lazara Rodrigues Souza, atualmente em lugar incerto e não sabido.
SENTENÇA: (...) Isto posto, julgo IMPROCEDENTE a denuncia para absolver o acusado ROBERTO RODRIGUES DE SOUSA, dos crimes previstos no art. 1º, I e II da Lei 8.137/90, com fincas no art. 386, III do CPP, reconhecendo a prescrição da pretensão punitiva em relação ao delito do art. 180 do CP, com espeque no art. 107 IV c/c art. 109 IV ambos do CP. Tocantinopolis, 26/08/2010. NILSON AFONSO DA SILVA – JUIZ DE DIREITO.

Juizado Especial Cível e Criminal

ÀS PARTES E AO(S) ADVOGADO(S)

Processo nº 2009.08.5999-5/0 - Ação: INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA
Requerente: LUCIANA DOURADO FERNANDES
Advogado: Giovani Moura Rodrigues - OAB/TO 732
Requerido: LOJAS RENNER S/A
Advogado: Allysson Cristiano Rodrigues da Silva – OAB/TO 3068
INTIMAÇÃO da parte recorrida: LUCIANA DOURADO FERNANDES e advogado, para apresentar contrarrazões. DESPACHO: "Dê-se vistas ao recorrido para contrarrazões. - Toc., 17/04/2011. – José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito - Substituto"

Processo nº 2007.04.8378-6/0 - Ação: CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO C/C ANULAÇÃO DE TÍTULO
Requerente: JOSÉ VIEIRA
Advogado: Marcílio Nascimento Costa - OAB/TO 1110
Requerido: BANCO ABN AMRO REAL S/A
Advogado: Leandro Rógeres Lorenzi - OAB/TO 2170-B
INTIMAÇÃO das partes e advogados do despacho a seguir: "Intime-se o autor para comprovar o alegado em 05(cinco) dias sob pena de extinção. - Toc., 14/04/2011. – Nilson Afonso da Silva – Juiz de Direito – Em Substituição Automática."

Processo nº 2009.03.9947-1/0 - Ação: COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: MARCÍLIO NASCIMENTO COSTA
Advogado: Marcílio Nascimento Costa – OAB/TO 1110
Requerido: WALFREDO ALANO SOUSA SILVA
INTIMAÇÃO da parte requerente MARCÍLIO NASCIMENTO COSTA, do despacho a seguir: "intime-se o credor para em 10(dez) dias requerer o de direito (leilão, adjudicação, conciliatória, etc). sob pena de extinção.. Toc., 14/04/2011. Nilson Afonso da Silva. – Juiz de Direito – Em Substituição Automática."

Processo nº 2010.00.4859-1/0 - Ação: REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA
Requerente: FABIANO BRITO ARAÚJO
Advogado: Daiany Cristine G. P. Jácomo - OAB/TO 2460
Requerido: LOJAS ELETROSAT
Advogado: Giovani Moura Rodrigues – OAB/TO 732
INTIMAÇÃO das partes e advogados do despacho a seguir: "Ante a inércia do devedor em ofertar impugnação defiro a expedição de alvará judicial, julgando extinto o feito com fincas no art. 794, I, do CPC. P.R.I. – Arquive-se. Toc., 12/04/2011. – Nilson Afonso da Silva – Juiz de Direito – Em Substituição Automática."

Processo nº 2009.08.5885-9/0 - Ação: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS
Requerente: ELIAS MESQUITA LOPES
Advogado: Genilson Hugo Possoline - OAB/TO 1781
Requerido: BRASIL TELECOM CELULAR S/A
Advogado: Tatiana Vieira Erbs – OAB/TO 3070
INTIMAÇÃO das partes e advogados do despacho a seguir: "Expeça-se alvará judicial para o levantamento do valor depósito judicial fl. 105, conforme postulado pelo autor. – Após, intime-se a parte requerida para complementar o valor do débito depositando a quantia de R$ 1.009,43 (um mil, nove reais e quarenta e três centavos), no prazo de 05 dias, sob pena de eventual penhora "on line". – Cumpra-se. Toc., 07/04/2011. – José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito - Subtituto"

Processo nº 2009.08.5885-9/0 - Ação: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS
Requerente: ELIAS MESQUITA LOPES
Advogado: Genilson Hugo Possoline - OAB/TO 1781
Requerido: BRASIL TELECOM CELULAR S/A
Advogado: Tatiana Vieira Erbs – OAB/TO 3070
INTIMAÇÃO das partes e advogados do despacho a seguir: "Expeça-se alvará judicial para o levantamento do valor depósito judicial fl. 105, conforme postulado pelo autor. – Após, intime-se a parte requerida para complementar o valor do débito depositando a quantia de R$ 1.009,43 (um mil, nove reais e quarenta e três centavos), no prazo de 05 dias, sob pena de eventual penhora "on line". – Cumpra-se. Toc., 07/04/2011. – José Carlos Ferreira Machado – Juiz de Direito - Subtituto"

Processo nº 2008.06.4364-1/0 - Ação: COBRANÇA
Requerente: IRENE ALVES DA SILVA
Advogado: Samuel Ferreira Baldo - OAB/TO 1689
Requerido: LUZANIRA BARBOSA CHAVES
Advogado: Flávio Suarte – OAB/TO 2137
INTIMAÇÃO das partes e advogados do despacho a seguir: "Expeça-se alvará judicial, julgo extinto com fincas no art. 794 I do CPC. PRI. – Arquive-se. - Toc., 14/04/2011. – Nilson Afonso da Silva – Juiz de Direito – Em Substituição Automática."

Processo nº 2010.00.4683-1/0 - Ação: ANULATÓRIA DE CONTRATO BANCÁRIO C/C RESTITUIÇÃO DE PARCELAS PAGAS E DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA
Requerente: MARIZA DOS SANTOS COSTA
Advogado: Samuel Ferreira Baldo – OAB/TO 1689
Requerido: BANCO VOTORANTIM S/A
Advogado: Simony Vieira de Oliveira – OAB/TO 4093
INTIMAÇÃO das partes e advogados do despacho a seguir: "Ante a inércia do devedor que devidamente intimado para pagar quedou-se inerte, defiro a penhora "on line". – Intimem-se. Toc., 14/04/2011. Nilson Afonso da Silva. – Juiz de Direito – Em Substituição Automática.

Vara de Família, Sucessões, Infância, Juventude e Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

AUTOS: 2009.0006.8520-2/0 ou 514/2009– AÇÃO DE COBRANÇA
Requerente: ALDENI DORADO DE SOUZA BATISTA
Advogado: DR. MARCIO RIBEIRO DOS ANJOS OAB-RJ 125489
Requerido: CIA EXCELSIOR SEGUROS S/A
Advogado: OCITAMYR JOSÉ TELLES DE ANDRADE JUNIOR OAB/RJ 45981
SENTENÇA: "Considerando a inércia da parte requerida que não se manifestou sobre o pedido de desistência, homologo a presente nos termos do art. 267, VIII do CPC, julgando extinto sem resolução do mérito. Feito pela assistência, cada parte arcará com honorários advocatícios. Autorizo levantamentos. P.R.I. arquive-se. Toc. 21/03/11. Nilson Afonso da Silva -Juiz de Direito".

XAMBIOÁ

1ª Escrivania Cível

INTIMAÇÃO AO(S) ADVOGADO(S)

PROTOCOLO: 2010.0000.9106-3/0
NATUREZA: REPARAÇÃO DE DANOS
REQUERENTE: MARIA DO ESPIRITO SANTO GOMES SILVA
ADV. DA REQUERNETE: DEFENSORA PÚBLICA
REQUERIDO- ARMAZÉM PARAIBA

ADV. REQUERIDO: JOSENICE VIEIRA DOS REIS, OAB/SP nº 222.556 e outros.
DESPACHO: " Diante do exposto redesigno a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 06 de Junho de 2011 às 14h30min.Faculto ao preposto para em 10 dias juntar a peça de defesa devidamente assinada

Autos 2007.0007.2773-1 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: ESPOLIO DE PULQUERIO COELHO BARROS E VIOLETA DE SOUSA BARROS
Advogado: CÉLIA CILENE DE FREITAS PAZ OAB-TO 1375-B
Requerido: MINERAÇÃO VALE DO ARAQUAIA LTDA
Advogado: RENATO DIAS MELO OAB-TO Nº 1335-A
SENTENÇA: "Diante do exposto, com fundamento no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, condenando a parte autora, que desistiu da presente ação, ao pagamento das custas e despesas processuais, se houver. Condeno a parte autora ao pagamento dos honorários advocatícios, que arbitro em R$ 600,00 (seiscentos reais), tudo na forma do art. 26 c/c art. 20, §4º, do Código de Processo Civil." Xambioá – TO, 11 de Abril de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz de Direito Substituto.

Autos 2009.0000.9040-3 – RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTAVEL
Requerente: ALFREDO SILVA AGUIAR
Advogado: DEFENSOR PÚBLICO
Requerido: EVA SOUSA DA SILVA
Advogado: RAIMUNDO FIDELIS OLIVEIRA BARROS OAB-TO Nº 2274
DESPACHO: "Intime-se a parte requerida para se manifestar sobre a desistência formulada pelo autor (fl. 37) no prazo de dez dias, sob pena de sua inércia ser interpretada como anuência ao pedido." Xambioá – TO, 24 de março de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz de Direito Substituto.

Autos 2009.0002.7277-3 – INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE
Requerente: JOÃO PAULO CARVALHO COSTA
Advogado: CLAYTON SILVA OAB-TO Nº 2136
Requerido: JAMERSON AZEVEDO DO CARMO
Advogado: RENATO DIAS MELO OAB-TO Nº 1335-A
DESPACHO: "Intime-se as partes para se manifestarem em cinco dias." Xambioá – TO, 18 de fevereiro de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz de Direito Substituto.

Autos 2011.0001.3880-7 – COBRANÇA
Requerente: MARLÚCIA FERNADES NASCIMENTO E OUTROS
Advogado: ORLANDO RODRIGUES PINTO OAB-TO Nº 1092
Requerido: MUNICIPIO DE XAMBIOÁ – TO
DESPACHO: "intime-se os autores, na pessoa do seu procurador, para que emenda da inicial, corrigindo-se o rito procedimental a ser adotado (sumário ou ordinário), a depender do valor atribuído à causa. Por consectário da alteração do procedimento, deverão ser alterados os pedidos formulados na exordial, adequando-se ao procedimento correto." Xambioá – TO, 23 de março de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz de Direito Substituto.

Autos 2011.0001.3881-5 – COBRANÇA
Requerente: NAZARENO RODRIGUES MARQUES E OUTROS
Advogado: ORLANDO RODRIGUES PINTO OAB-TO Nº 1092
Requerido; MUNICIPIO DE XAMBIOÁ – TO
DESPACHO: "intime-se os autores, na pessoa do seu procurador, para que emenda da inicial, corrigindo-se o rito procedimental a ser adotado (sumário ou ordinário), a depender do valor atribuído à causa. Por consectário da alteração do procedimento, deverão ser alterados os pedidos formulados na exordial, adequando-se ao procedimento correto." Xambioá – TO, 23 de março de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz de Direito Substituto.

RESSARCIMENTO – 2010.0000.9171-3/0
Requerente: D.S. das Neves Silva - ME.
Advogado: Dr. Orlando Rodrigues Pinto. OAB/TO 1092.
Requerido: Genésio Bilóia do Nascimento.
Advogado: Dr. Raimundo Fidelis de Oliveira Barros. OAB/TO 2274.
INTIMAÇÃO: Ficam as partes, por meio de seus advogados, intimadas do inteiro teor do r. despacho de fls. 62 a seguir transcrito: "O requerido foi intimado para cumprir voluntariamente o comando inserto na decisão judicial. Entretanto, quedou-se inerte. Assim, defiro a penhora on-line do valor indicado a fls. 61 em conta corrente do executado. Efetivada a penhora, venham os autos para os fins do art. 53, §1º da Lei 9099/95. Intimem-se. Cumpra-se. Xambioá-TO, 10 de março de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz Substituto".

Autos 2007.0003.9735-9 – MONITÓRIA
Requerente: BANCO DO BRASIL S/A AGÊNCIA XAMBIOÁ – TO
Advogado: PAULO ROBERTO VIEIRA NEGRÃO OAB-TO Nº 2132-B
Requerido: JOSÉ MARIA BARBOSA LINS
Requerido: MARCELO CANDIDO NERY
DESPACHO: "I – Os requeridos foram citados, conforme certidão de fl. 27, razão pela qual indefiro o pedido de fl. 99. II – Intime-se a parte autora, para se manifestar, no prazo de dez dias." Xambioá – TO, 23 de março de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz de Direito Substituto.

Autos 2007.0009.7535-2 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: WILMAR MARTINS LEITE JÚNIOR
Advogado: RENATO DIAS MELO OAB-TO Nº 1335-A
Requerido: MUNICIPIO DE XAMBIOÁ – TO
Advogado: JAUDILÉIA DE SÁ CARVALHO SANTOS OAB-SP Nº 204182
DESPACHO: "Intime-se o Requerido para manifestar acerca da petição e documentos juntados às fls. 443/445, bem como requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias." Xambioá – TO, 01 de Abril de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz de Direito Substituto.

Autos 2007.0007.2759-6 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE
Requerente: MINERAÇÃO VALE DO ARAQUAIA LTDA
Advogado: RENATO DIAS MELO OAB-TO Nº 1335-A
Requerido: ESPOLIO DE PULQUERIO COELHO BARROS
SENTENÇA: "intime-se a parte autora, via de seu advogado, a manifestar se tem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito e consequentemente o arquivamento, nos termos do art. 267, inc. II, do Código de Processo Civil.." Xambioá – TO, 11 de Abril de 2011. José Roberto Ferreira Ribeiro. Juiz de Direito Substituto.

PUBLICAÇOES PARTICULARES

OAB

Seccional do Tocantins

EDITAL DE INSCRIÇÕES NOS QUADROS DA OAB

A Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Tocantins, faz público que requereram Inscrições Originária no Quadro de Advogados os Bacharéis: Carolline Negreiros de Araújo, Jones Soldera Carneiro, Jordana de Sousa Pinto, Laísa Azevedo Guimarães e Rodrigo Ribeiro Sento Sé Santana. Estagiária os Acadêmicos: Aélton Cardoso Pinheiro, Barbara Helen Maciel Gomes, Franqueslane Ferreira de Lima, Gilberto Pereira dos Santos, Ícaro Araújo de Sousa, José Ferreira Barros Filho, Ludmila Borges Soares, Mariana Barticaw de Almeida,Raissa Mariano César, Renato de Carvalho Ferraz, Rômulo Ribeiro Pinheiro, Ueder Barbosa Aguiar e Valdinei Pinto da Silva. Suplementar da OAB/SP os Advogados: Adriana Matos de Maria, Eric Garmes de Oliveira e Nelson Paschoalotto. OAB/MS o Advogado: Renato Chagas Corrêa da Silva. Por Transferência da OAB/GO os Advogados: Antônio Batista Rocha Rolins e Murilo Braz Vieira. OAB/PE a advogada: Edenia Pereira da Silva. OAB/SP o advogado: Maurílio Silva Henrique de Jesus. OAB/MG a advogada: Nathalia Marques Leime. O presente Edital é feito com prazo de (05) dias úteis. Palmas - Tocantins, aos 15 dias do mês Abril de 2011.

JOSE AUGUSTO BEZERRA LOPES
Secretário-Geral da OAB/TO

TAGUATINGA

EDITAL DE PRAÇA

JEAN FERNANDES BARBOSA DE CASTRO, JUIZ SUBSTITUTO DA COMARCA DE TAGUATINGA, ESTADO DO TOCANTINS, NA FORMA DA LEI, ETC.

AUTOS N.º 2010.0007.4789-9/0 AÇÃO DE EXECUÇÃO QUE TEM COMO EXEQUENTE EKSLEY PEREIRA SALES E EXECUTADO VIRGILIO RODRIGUES DA CUNHA, QUE NO DIA 29 DE ABRIL DE 2011, AS 13H00MIN HORAS, NO ATRIO DO FORUM LOCAL, SITO A AVENIDA PRINCIPAL, S/N.°, SETOR INDUSTRIAL, EM TAGUATINGA-TO, SERÁ LEVADO EM PRIMEIRA PRAÇA À VENDA EM HASTA PUBLICA, PELO PREÇO DA AVALIAÇÃO, NO VALOR DE R$50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), O SEGUINTE BEM: "UM LOTE URBANO RESIDENCIAL, DENOMINADO DE LOTE N.º 10, SITUADO NA VILA SANTA MARIA NA AVENIDA JOAQUIM JOSÉ DE ALMEIDA, COM 400M2 (QUATROCENTOS METROS QUADRADOS), COM BENFEITORIA EXISTENTE OU SEJA UMA CASA RESIDENCIAL, CONSTRUÇÃO ALVENARIA, COBERTA COM TELHAS FRANCESAS, PISO DE CIMENTO LISO, TODA MURADA, COM 08 (OITO) COMODOS, DENTRO DOS SEGUINTES LIMITES E CONFRONTAÇÕES; FRENTE PARA A AVENIDA JOAQUIM JOSÉ DE ALMEIDA, COM 10,00 METROS, FUNDO COM O LOTE DE AMELINO FERREIRA MARTINS, COM 10,00 METROS, LADO DIREITO COM A RESIDENCIA DO SR. JOAN VIEIRA COUTINHO, COM 40,00 METROS, LADO ESQUERDO COM A RESIDENCIA DO SR. REGINALDO GOMES, COM 40,00 METROS, REGISTRADO SOB A MATRICULA 1395." O BEM SERÁ VENDIDO, EM SEGUNDA PRAÇA, NO DIA 18 DE MAIO DE 2011, NO MESMO LOCA E HORA, PARA QUEM MAIOR LANCE OFERECER, NUNCA MENOR QUE A AVALIAÇÃO. FICAM AS PARTES INTIMADAS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL DAS DATAS CONSTANTES ACIMA, PARA REALIZAÇÃO DAS PRAÇAS, CASO NÃO SEJAM ENCONTRADOS PESSOALMENTE. NOS AUTOS NÃO CONSTAM ONUS OU RECURSOS PENDENTE DE JULGAMENTO. TAGUATINGA – TO, 04 DE MARÇO DE 2011, EU VILNEIDE FERREIRA LIMA ESCRIVÃ JUDICIAL, DO CARTORIO DO 1º CÍVEL, QUE CONFERI E SUBSCREVI.

JEAN FERNANDES BARBOSA DE CASTRO
JUIZ SUBSTITUTO

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRESIDENTE
Desa. JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ROSANA APARECIDA FINOTTI DE SIQUEIRA

VICE-PRESIDENTE
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI

CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA
Desa. ÂNGELA PRUDENTE
JUIZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA
Drª. FLAVIA AFINI BOVO

TRIBUNAL PLENO
Desª. JACQUELINE ADORNO (Presidente)
Des. CARLOS LUIZ DE SOUZA
Des. JOSÉ LIBERATO COSTA PÓVOA
Des. ANTÔNIO FÉLIX GONÇALVES
Des. AMADO CILTON ROSA
Des. JOSÉ DE MOURA FILHO
Des. DANIEL DE OLIVEIRA NEGRY
Desª. WILLAMARA LEILA DE ALMEIDA
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI
Des. MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS
Des. BERNARDINO LIMA LUZ
Desª. ÂNGELA PRUDENTE

JUIZES CONVOCADOS
Juíza ADELINA GURAK (Des. CARLOS SOUZA)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Des. LIBERATO PÓVOA)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Desª. WILLAMARA LEILA)

Secretário: WAGNE ALVES DE LIMA
Sessões: 1ª e 3ª quintas-feiras do mês (14h00)

1ª CÂMARA CÍVEL
Des. AMADO CILTON (Presidente)
ADALBERTO AVELINO DE OLIVEIRA (Secretário)
Sessões: quartas-feiras (14h00)

1ª TURMA JULGADORA
Juíza ADELINA GURAK (Relatora)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Revisora)
Des. AMADO CILTON (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Relatora)
Des. AMADO CILTON (Revisor)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des. AMADO CILTON (Relatora)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Revisor)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Relator)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Revisor)
Juíza ADELINA GURAK (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Relatora)
Juíza ADELINA GURAK (Revisora)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Vogal)

2ª CÂMARA CÍVEL
Des. MARCO VILLAS BOAS (Presidente)
ORFILA LEITE FERNANDES, (Secretária)
Sessões: quartas-feiras, às 14h00.

1ª TURMA JULGADORA
Des. ANTONIO FELIX (Relator)
Des. MOURA FILHO (Revisor)
Des. DANIEL NEGRY (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Des. MOURA FILHO (Relator)
Des. DANIEL NEGRY (Revisor)
Des. LUIZ GADOTTI (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des. DANIEL NEGRY (Relator)
Des. LUIZ GADOTTI (Revisor)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Des. LUIZ GADOTTI (Relator)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Revisor)
Des. ANTONIO FELIX (Vogal)
5ª TURMA JULGADORA
Des. MARCO VILLAS BOAS (Relator)
Des. ANTONIO FELIX (Revisor)
Des. MOURA FILHO (Vogal)

1ª CÂMARA CRIMINAL
Des. DANIEL NEGRY (Presidente)
WANDELBERTE RODRIGUES OLIVEIRA (Secretário)
Sessões: Terças-feiras (14h00)

1ª T'URMA JULGADORA
Des. ANTÔNIO FELIX (Relator)
Des. MOURA FILHO (Revisor)
Des. DANIEL NEGRY (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Des. MOURA FILHO (Relator)
Des. DANIEL NEGRY (Revisor)
Des. LUIZ GADOTTI (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des. DANIEL NEGRY (Relator)
Des. LUIZ GADOTTI (Revisor)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Des. LUIZ GADOTTI (Relator)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Revisor)
Des. ANTÔNIO FELIX (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Des. MARCO VILLAS BOAS (Relator)
Des. ANTONIO FELIX (Revisor)
Des. MOURA FILHO (Vogal)

2ª CÂMARA CRIMINAL
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Presidente)
PELÁGIO NOBRE CAETANO DA COSTA (Secretário)
Sessões: Terças-feiras, às 14h00.

1ª TURMA JULGADORA
Juíza ADELINA GURAK (Relatora)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Revisora)
Des. AMADO CILTON (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Relatora)
Des. AMADO CILTON (Revisor)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des. AMADO CILTON (Relatora)
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Revisor)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Juiz HELVÉCIO BRITO MAIA (Relator)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Revisor)
Juíza ADELINA GURAK (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Relatora)
Juíza ADELINA GURAK (Revisora)
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS (Vogal)

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Desa.JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI
Desa.ÂNGELA PRUDENTE
Des. DANIEL NEGRY
Des. MARCO VILLAS BOAS

Secretária: RITA DE CÁCIA ABREU DE AGUIAR
Sessões: 1ª e 3ª quintas-feiras do mês, 09h00.

COMISSÃO DE DISTRIBUIÇÃO, COORDENAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO
Desa.JACQUELINE ADORNO (Presidente)
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI (Membro)
Desa. ÂNGELA PRUDENTE (Membro)
Desa. (Suplente)
Des. (Suplente)

Sessão de distribuição: Diariamente às 16h00 em sessões públicas.

COMISSÃO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
Des. MOURA FILHO (Presidente)
Des. DANIEL NEGRY (Membro)
Des. LUIZ GADOTTI (Membro)

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO
Des. AMADO CILTON (Presidente)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Membro)
Des. BERNARDINO LIMA LUZ (Membro)
Des. LUIZ GADOTTI (Suplente)

COMISSÃO DE REGIMENTO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA
Des. MOURA FILHO (Presidente)
Des. LUIZ GADOTTI (Membro)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Membro)
Des BERNARDINO LIMA LUZ (Suplente)

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
Desa.JACQUELINE ADORNO (Presidente)
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI (Membro)
Des. ÂNGELA PRUDENTE (Membro)
Des. (Suplente)
Des. (Suplente)

DIRETORIAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETOR GERAL
JOSÉ MACHADO DOS SANTOS,
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS
DIRETORA FINANCEIRA
MARISTELA ALVES REZENDE
DIRETOR(A) DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
VANUSA BASTOS
DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
MARCO AURÉLIO GIRALDE
DIRETOR JUDICIÁRIO
FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO
DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS
ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA DE REZENDE
DIRETORA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS
ROSANE HELENA MESQUITA VIEIRA
CONTROLADOR INTERNO
SIDNEY ARAUJO SOUSA
ESMAT
DIRETOR GERAL DA ESMAT
DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS
1º DIRETOR ADJUNTO: Des. BERNARDINO LIMA LUZ
2º DIRETOR ADJUNTO: Juiz JOSÉ RIBAMAR M. Jr
3º DIRETOR ADJUNTO: Juiz HELVÉCIO B. MAIA
DIRETORA EXECUTIVA
ANA BEATRIZ DE O. PRETTO

Divisão Diário da Justiça

JOANA PEREIRA AMARAL NETA
Chefe de Serviço

KALESSANDRE GOMES PAROTIVO
Chefe de Serviço

Expediente: segunda à sexta-feira, das 08h às 11h / 13h às 18h

Diário da Justiça
Praça dos Girassóis s/nº.
Palmas, Tocantins - CEP 77.015-007
Fone/Fax: (63)3218.4443
www.tjto.jus.br